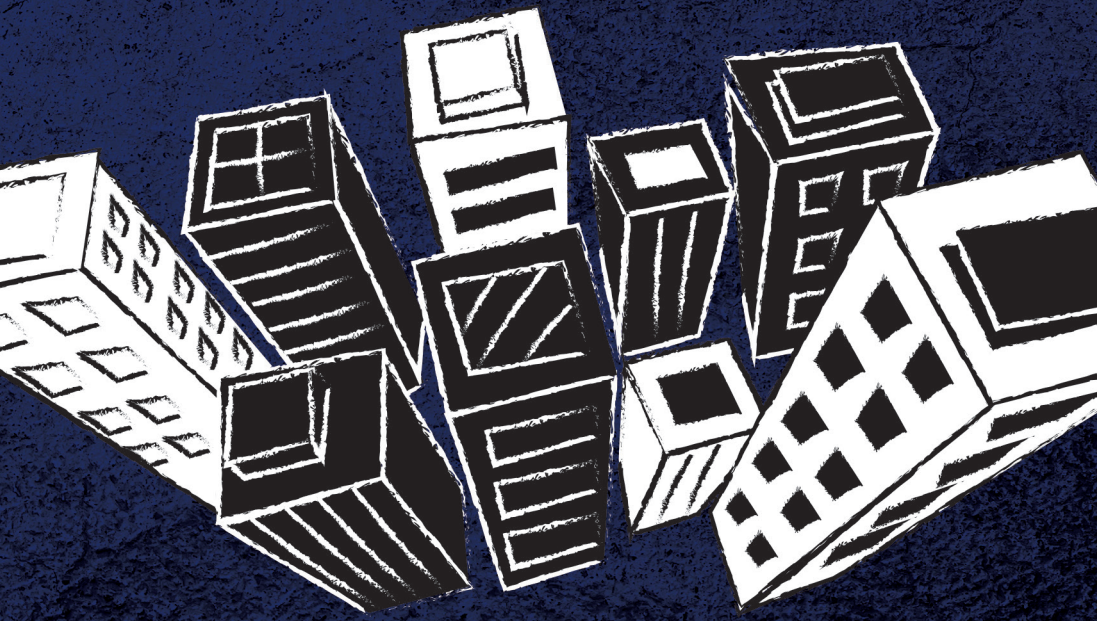
Vinícius Vieira Pereira

A CONSTRUÇÃO DA CONCEPÇÃO **CENTRO E PERIFERIA** NO PENSAMENTO ECONÔMICO

Das teses do imperialismo às teorias da dependência



EDUFES

EDUFES
EDITORA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Editora filiada à Associação Brasileira das Editoras Universitárias (Abeu)
Av. Fernando Ferrari, 514 – *Campus* de Goiabeiras
Vitória – ES · Brasil · CEP 29075-910
+55 (27) 4009-7852 · edufes@ufes.br · www.edufes.ufes.br

Reitor	Reinaldo Centoducatte
Vice-reitora	Ethel Leonor Noia Maciel
Chefe de Gabinete	Maria Auxiliadora de Carvalho Corassa
Diretor da Edufes	Wilberth Salgueiro
Conselho Editorial	Carlos Roberto Vallim, Cleonara Maria Schwartz, Eneida Maria Souza Mendonça, Fátima Maria Silva, Giancarlo Guizzardi, Gilvan Ventura da Silva, José Armínio Ferreira, Josevane Carvalho Castro, Julio César Bentivoglio, Luis Fernando Tavares de Menezes, Marcos Vogel, Rogério Borges de Oliveira, Sandra Soares Della Fonte
Coordenador Editorial	Douglas Salomão
Secretário	Josias Bravim
Preparação e Revisão de Texto	Tiago Zanoli
Projeto Gráfico, Diagramação e Capa	Juliana Braga
Revisão Final	Jussara Rodrigues

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Pereira, Vinícius Vieira, 1965-
P436c A construção da concepção centro e periferia no pensamento econômico [recurso eletrônico] : das teses do imperialismo às teorias da dependência / Vinícius Vieira Pereira. - Dados eletrônicos. - Vitória, ES : EDUFES, 2019.
464 p.

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-85-7772-436-9
Também publicado em formato impresso.
Modo de acesso:
<http://repositorio.ufes.br/handle/10/774/browse?type=title&sort_by=1&order=ASC&rpp=20&etal=-1&null=&offset=0>

1. Economia política. 2. Capitalismo. 3. Imperialismo. 4. Periferias. I. Título.

CDU: 330.342.14

Elaborado por Adriana Traspadini – CRB-6 ES-000527/O

Vinícius Vieira Pereira

A CONSTRUÇÃO DA CONCEPÇÃO **CENTRO E PERIFERIA** NO PENSAMENTO ECONÔMICO

Das teses do imperialismo às teorias da dependência

EDUFES

Vitória, 2019

À Eudete, João, Flávia e Lurdinha, pela base, desde o princípio...

À Maristela, pelo apoio, a parceria e o amor incondicionais ao longo do projeto...

À Rayssa, Vinícius e Patrícia, a quem dedico este trabalho como forma de estímulo e provocação...

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 7

INTRODUÇÃO 12

I. O IMPERIALISMO E AS PRIMEIRAS PREOCUPAÇÕES COM A PERIFERIA DO SISTEMA CAPITALISTA 27

1. Um debate introdutório sobre o imperialismo capitalista 27
John Hobson e a preocupação com o lado rico do sistema capitalista 33
A insignificância do fenômeno do imperialismo capitalista 38

2. Contextualizando historicamente o debate sobre o imperialismo capitalista 44

3. As primeiras preocupações com o lado pobre do sistema capitalista 58
A herança de Marx: imperialismo, desenvolvimento e subdesenvolvimento 59
Rudolf Hilferding e o papel dos "países de segunda ordem" 69
Rosa Luxemburgo e as "áreas externas" consumidoras 80
Karl Kautsky e a dicotomia indústria e agricultura 88
A função do "campo mundial" na totalidade de Bukharin 99
Lenin: capitalismo, descolonização e subdesenvolvimento 106

II. A ORIGEM DA CONCEPÇÃO CENTRO E PERIFERIA 117

1. Problemas reais e teóricos: um pouco da história econômica da época ... 124
As preocupações com o desenvolvimento e o subdesenvolvimento econômicos 129

2. Aspectos ideológicos do pensamento de Raúl Prebisch 143
Centro e periferia na sociologia norte-americana 154

3. Raúl Prebisch e a concepção centro-periferia 157
Prebisch e a desigualdade aparente 157
A explicação de Prebisch para a desigualdade aparente 163
O duplo caráter do progresso técnico em Prebisch 166
Os ciclos econômicos e o agravamento da condição periférica 180

4. A periferia de Prebisch 185

5. Celso Furtado e a estrutura dual do sistema capitalista 195
Desenvolvimento e acumulação em Furtado 201

6. A periferia para Furtado 210

III. TROCA DESIGUAL ENTRE O CENTRO E A PERIFERIA 220

1. Aspectos introdutórios 220
A história do desenvolvimento do subdesenvolvimento: a herança de Paul Baran ... 224
Sobre a expressão "troca desigual" 233

2. Arghiri Emmanuel e a troca desigual entre o centro e a periferia 248
Crítica de Emmanuel a Prebisch, Singer e Lewis 250
Os salários e a condição periférica para Emmanuel 255
A periferia do capitalismo mundial na perspectiva de Emmanuel 265
Breve comentário crítico à tese de Emmanuel: o negativo de Marx 275

3. Dominantes e dominados: o capitalismo segundo Charles Bettelheim ... 283
Crítica à Emmanuel 285
A concepção centro e periferia em Bettelheim 289
O centro explora a periferia? 291

4. A condição periférica no capitalismo mundial segundo Christian Palloix ... 297

5. Samir Amin e a proletarização da periferia pelo capital 305
"Exército de reserva", "acumulação primitiva" e o modelo de desenvolvimento periférico dependente 313

IV. PERIFERIA E DEPENDÊNCIA 322

1. Estruturalismo, troca desigual e dependência: a crítica da condição periférica 322

2. André Gunder Frank e a dependência: o problema da determinação ... 328
Mais-valia, lumpen-burguesia e colonialismo interno na abordagem de Frank 337

3. Duas teorias da dependência 350

4. A periferia na teoria marxista da dependência 357
As origens da teoria marxista da dependência 357
Dependência e subordinação: a periferia para Marini 364
Superexploração do trabalho na periferia 370

5. A periferia na teoria sociológica, ou "weberiana", da dependência 383
A condição dependente-associada de Cardoso e Faletto 387
A função da periferia na perspectiva sociológica da dependência 401
Breve comentário sobre a constituição de um Estado dependente 409

CONCLUSÃO 415

REFERÊNCIAS 433

APRESENTAÇÃO

Este livro é o resultado de uma investigação cujas origens devem ser buscadas não apenas nos seis anos de pesquisas e estudos que antecederam sua publicação, mas sim ao longo da carreira de docência no ensino superior, mais especificamente nas aulas de economia política e história econômica, durante as quais as questões que permeiam a temática do desenvolvimento e do subdesenvolvimento econômicos originavam um profícuo debate que envolvia, necessariamente, um olhar atento para o passado histórico das sociedades.

Estudantes, quando expostos aos pensamentos de autores da economia política clássica, costumam ter o interesse despertado por temas como as origens da riqueza e da pobreza das nações, as teorias do valor e dos preços, a problemática do crescimento populacional e econômico, a distribuição do excedente entre as classes de indivíduos de uma sociedade e o conflito latente entre capital e trabalho, entre tantos outros. Por extensão, cedo percebem que a apreensão do conteúdo discutido exige não apenas o conhecimento de complexos modelos econômicos matemáticos (os quais, não raras vezes, são utilizados por esses estudantes para basear suas hipóteses acerca do comportamento atomizado e esperado de indivíduos e empresas), mas também a compreensão dos mecanismos que envolvem ação, voluntária ou não, de forças coletivas, grupos,

frações ou classes sociais, cujos interesses operam na tessitura social como elementos transformadores, decisivos e revolucionários.

No entanto, era comum tais discussões acadêmicas tenderem para um fechamento quase conformista, um argumento bastante cômodo que se apresentava como um escudo, uma chave de resposta que insistia em querer explicar toda a problemática do desenvolvimento e do subdesenvolvimento econômicos dos países dentro dos marcos do capitalismo mundial. Em outras palavras, bastava lançar mão da dicotomia centro e periferia, e, como num toque de mágica, tudo parecia se resolver, pois, tomando a forma de uma estrutura teórica, um conjunto de pressupostos emergia, e, de repente, essa unidade de análise entrava em cena e passava a funcionar como a definidora do *status* econômico de um país no cenário mundial.

Posto nesses termos, o capitalismo contemporâneo estaria então formado por dois grandes blocos. De um lado, os países ricos, industrializados, potências militares, que exibem cifras inigualáveis para sua produção nacional, salários relativamente elevados para os trabalhadores, destacados níveis de poupança e investimento, altíssima produtividade, haja vista serem detentores das mais inovadoras invenções tecnológicas. De outro, as regiões e os países frequentemente agrários ou dedicados à indústria extrativa mineral, grandes produtores de bens primários, o que lhes impunha a condição de economias pouco desenvolvidas, dependentes tecnologicamente e que, talvez por isso, estivessem condenadas a conviver com baixos índices de produtividade, salários, poupança e investimento. Eram os países pobres, atrasados, com mercados internos fracos, subdesenvolvidos. Os primeiros constituíam o invejado centro desse sistema de dois polos, enquanto aos últimos restava compor a chamada periferia. Sobrar-nos-ia apenas a tarefa de distribuir os países entre um e outro grupo.

Tal classificação parecia resolver o problema. Afinal, as mazelas da miséria encaixavam-se como peças de um quebra-cabeça relativamente fácil de ser reconstruído, pois emergiam como os frutos

colhidos num ambiente de escolhas malfeitas, ou não feitas, de gargalos institucionais não resolvidos, ou mal resolvidos, ou ainda manias culturais fortemente arraigadas ao "espírito" do povo. Por vezes, essas mazelas são tratadas como consequências naturais do clima, da fertilidade do solo, da fragilidade política ou jurídica das instituições, ou mesmo da incompetência nacional em construir um ambiente propício ao desenvolvimento das forças produtivas. A concepção centro e periferia parecia capaz de fornecer sempre uma resposta adequada à difícil questão do subdesenvolvimento.

Os obstáculos ao desenvolvimento, a pobreza e a situação de vida precária das massas populares mundiais passavam então a ser tratados como resultado de escolhas feitas pelos próprios países componentes da periferia, ou de políticas econômicas inadequadas adotadas por governos equivocados, incapazes de colocar a economia no eixo do progresso tecnológico, este sim capaz de apresentar as soluções para o atraso econômico, social e cultural. Em suma, para os jovens estudantes, a transição de periferia para centro, além de possível, era tratada, automaticamente, de forma linear, crescente, a depender apenas de decisões unilaterais de políticas governamentais acertadas, realizadas no bojo de um esforço nacionalista, aliadas a acordos internacionais bem escolhidos.

Uma vez erguida e reificada, essa estrutura transformava-se em um simples e mecânico exercício comparativo e classificatório. A utilização indiscriminada da dicotomia centro e periferia gerava, por fim, um consenso quanto ao caráter desigual e polarizador do desenvolvimento capitalista mundial, invariavelmente medido e avaliado em termos de melhoria das condições de vida dos povos a partir do acesso a uma maior cesta de bens de consumo.

À insatisfação gerada por tal desfecho consensual do debate somava-se ainda outra consequência desastrosa deixada por esse tipo de pensamento simplista, de cunho reducionista, qual seja a retirada de toda a força que repousa sobre o argumento do subdesen-

volvimento enquanto resultado das contradições que constituem a própria forma de ser da expansão mundial da acumulação de capital, durante seu longo percurso histórico. Desse modo, o processo de acumulação mundial de capital deveria ser apreendido a partir do profundo conhecimento da formação histórica das sociedades analisadas, da forma de inserção dos países no mercado mundial capitalista e, portanto, dos conflitos reais e diários entre classes sociais com interesses antagônicos, mais especificamente a partir da luta entre capital e trabalho, pois, portador de contradição e conflito em sua essência, esse processo tenderá a se expandir com base na exploração, na desigualdade, no desequilíbrio, na concentração e na centralização da riqueza. E a pobreza, por esse prisma, surge como contrapartida da riqueza, a outra face de uma mesma moeda. O subdesenvolvimento perene da maior parte do globo se desnuda como consequência do crescimento econômico acelerado de alguns poucos países, deixando de ser tratado de forma natural, como apenas uma etapa rumo ao desenvolvimento.

Portanto, foi em meio a essa contenda acadêmica que brotou a percepção sobre a necessidade, aliada à exequibilidade, de investigar, a partir de uma perspectiva histórica, como a ideia de centro e periferia havia sido erguida no pensamento econômico e de que forma ela se desenvolveu e se disseminou entre diferentes escolas. Em outras palavras, como a realidade concreta havia sido percebida, ou abstraída, pelo pensamento econômico crítico, pois, se, por um lado, estava a expansão real e o desenvolvimento mundial efetivo do sistema capitalista como processo visivelmente desigual, contraditório e gerador de profundos desníveis das condições materiais dos povos, por outro, estava a forma de abstração dessa realidade concreta, ou seja, como os teóricos do pensamento econômico crítico interpretaram, no decorrer da história, esse processo. Como chegaram à conformação de uma estrutura teórica bipolarizada e de que modo diferentes pensadores apreenderam essa dicotomia.

A presente obra deve ser tratada como um convite à inquietude, um pequeno passo no sentido de provocar o leitor a reconstruir, historicamente, a trajetória teórica das escolas de pensamento econômico que, no decorrer das sete primeiras décadas do século XX, constituíram a crítica da economia política às teorias dominantes sobre o comércio mundial de mercadorias e capitais. Crítica em torno da qual se forjou a análise sistemática e dicotômica da polarização da economia mundial capitalista e da qual resultou a concepção centro e periferia.

Mas, para além de investigar as perspectivas teóricas tratadas neste livro, faz-se aqui o apelo de retomar esse importante debate acadêmico acerca do desenvolvimento e do subdesenvolvimento capitalistas, o qual voltou a ocupar espaço marginal dentro da teoria econômica nas principais universidades e centros de pesquisa não apenas no Brasil, mas em vários países da chamada periferia mundial. Abafadas pelo individualismo metodológico característico da condição e do comportamento pós-modernos, em que a fragmentação do discurso e da análise teórica privilegia o estudo de casos isolados em detrimento da totalidade, as reflexões e formalizações teóricas contemporâneas sobre a relação entre o centro e a periferia do capitalismo mundial necessitam de um tratamento crítico à luz da economia política.

INTRODUÇÃO

A questão maior que motivou este livro foi a de compreender como a expansão mundial do modo de produção capitalista produziu uma específica estrutura de relações econômicas caracterizada pela polarização do processo de acumulação de capital, a partir da qual um seleto grupo de países tornou-se capaz de exercer o domínio econômico e financeiro sobre todo o restante de nações do globo. Marcada por acentuado desnível entre as condições de vida das massas populares do mundo, tal estrutura dicotômica, que coloca frente a frente países ricos e pobres, tem se mostrado capaz de se manter e autorreproduzir, além de revelar a possibilidade da coexistência de dinâmicas de evolução peculiares a cada caso.

Nesse sentido, torna-se importante entender, primeiramente, como essa estrutura havia sido percebida, interpretada e apreendida pelos teóricos da economia política que, desde o início do século XX, preocuparam-se em denunciar a forma agressiva e violenta de avanço do capitalismo sobre as mais remotas regiões do planeta. Teóricos para os quais esse processo de expansão mercantil sob as rédeas do capital mostrava-se incapaz de resultar numa repartição equitativa e generalizada dos ganhos advindos das trocas, não obstante advogarem que a teoria econômica dominante nem sequer conseguia explicar as razões desse fracasso, o qual resultava em enorme hiato de desenvolvimento econômico.

Surge daí a possibilidade, deveras factível, de realizar uma investigação, em perspectiva histórica, sobre a trajetória teórica que resultou na construção da unidade de análise denominada centro e periferia da economia mundial capitalista. Em nosso entender, essa estrutura de análise, pautada na existência de um centro economicamente rico e uma periferia pobre, representava a percepção ideal e o reconhecimento teórico da existência concreta da concentração e centralização mundiais da produção social. Restava buscar compreender como essa assimetria foi conceitualizada pelas diferentes correntes do pensamento econômico crítico e, em especial, como elas acabaram por se acomodar em torno da estrutura centro e periferia como unidade de análise. Tal investigação constituiu-se objeto central deste trabalho.

O primeiro passo foi identificar as contribuições dos autores, assim como das escolas de pensamento econômico a eles associadas, que se propuseram a analisar os efeitos da dinâmica do desenvolvimento mundial das relações burguesas de produção sobre as regiões ainda não capitalistas do globo, aquelas que, posteriormente, passariam a ser tratadas sob o amplo conceito de periferia. Pensadores que, cada um a seu tempo e modo, consideraram a hipótese de o desenvolvimento econômico de alguns países basear-se na existência de uma relação de exploração e dominação capaz de garantir a acumulação ampliada de capital, constituindo-se um processo histórico cujo motor alimentava, gradualmente, desigualdades crescentes no sistema mundial. Esses autores interpretaram o desenvolvimento capitalista como sendo caracterizado por contradições e conflitos, porquanto gerador de profundo desnível das condições materiais entre os povos, capaz de produzir uma estrutura hierárquica de relações econômicas mundiais do tipo que se evidencia na relação entre centro e periferia.

Porém, a dificuldade e a extensão de tal esforço exigiram o artifício metodológico de delimitar a investigação no que diz respeito ao período histórico analisado e, por conseguinte, às escolas de pen-

samento abordadas. Desse modo, concentramo-nos no intervalo de tempo compreendido entre os primeiros escritos dos teóricos marxistas do imperialismo capitalista, início do século XX, até as análises sobre a dependência estrutural da América Latina, nos anos 1970. Primeiramente, por entender que esse período de, aproximadamente, setenta anos cobria a história do surgimento, maturação, disseminação e cristalização dos termos e da estrutura de análise centro-periferia. Logo, se os teóricos marxistas do imperialismo representam a pré-história dessa periodização da concepção centro-periferia, as teorias da dependência tratarão de dar-lhe os contornos e acabamentos finais, os quais ainda perduram.

Em segundo lugar, mas não menos importante, por tratar-se de um lapso temporal que antecedeu importantes transformações na estrutura mundial do sistema capitalista, as quais tomaram forma a partir dos anos 1980, como a crise mundial desencadeada pelo aumento do preço do petróleo nos anos 1970, o agravamento da questão da dívida externa dos países subdesenvolvidos, especialmente nos anos 1980/90, o aprofundamento das relações de integração econômica, financeira e mundial decorrentes do processo neoliberal de globalização, a constituição e consolidação de novas estruturas internacionais de comércio pautadas no fortalecimento dos laços econômicos regionais que levaram à proliferação de blocos econômicos, entre outras que se seguiram como consequências destas, mas que, se no campo real não modificaram a estrutura polarizada, hierárquica e assimétrica do capitalismo mundial, no campo teórico acabaram por abafar as discussões e abordagens efetivamente críticas acerca do subdesenvolvimento econômico. Por isso as últimas impressões deixadas pelos teóricos dependentistas continuam tão atuais.

Assim, este trabalho analisará quatro grandes abordagens teóricas, ou escolas de pensamento, que, apesar das diferenças ideológicas, guardam estreita relação com o surgimento da concepção centro e periferia. São elas: as contribuições vindas dos autores marxistas do

imperialismo capitalista; o enfoque estruturalista característico do pensamento "cepalino", assim denominado em virtude da conexão entre essa perspectiva e o envolvimento intelectual e profissional de seus autores com o organismo internacional das Nações Unidas, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal); o debate de cunho marxista, que alimentou as análises sobre a existência de uma troca desigual na base das relações comerciais entre países ricos e pobres; e, por último, as duas vertentes, marxista e sociológica, da chamada teoria da dependência, cujo esforço representou um importante momento no questionamento da condição latino-americana diante do sistema capitalista mundial.

Por se tratar de uma análise teórica e histórica que procura interpretar as contribuições de diversos autores em diferentes momentos da evolução mundial do sistema capitalista, para o conjunto do pensamento econômico crítico, a escolha do material referente a cada pensador traduz uma concepção paradigmática, exemplar, daquele autor, ou da escola de pensamento a ele associada, em um determinado momento, dadas uma conjuntura histórico-econômica e uma gama de influências ideológicas específicas. Portanto, salvo algumas exceções, como os casos de Prebisch, Furtado, Gunder Frank e Marini, nos quais, por motivos distintos, detectou-se a necessidade de se traçar uma breve trajetória intelectual do autor, procuramos nos concentrar nos escritos e nas ideias tidas como centrais, ou mesmo, identificadoras das obras desses autores em uma época determinada, dada a intenção maior desta tese de investigar a principal influência deixada por eles para a história do pensamento econômico.

Importante destacar que a expressão "desenvolvimento econômico" pode assumir, em nosso entender, duas distintas conotações. Uma delas refere-se ao desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista enquanto processo de longa duração, um momento específico na história da evolução das formações sociais, isto é, dos modos de produção, cuja expansão por sobre a maior área do

globo transforma as bases das estruturas sociais produtivas existentes, provocando uma revolução nas forças produtivas materiais das sociedades e nas relações sociais de produção a elas correspondentes. Tal processo, fruto de contradições e conflitos, toma forma real de existência na luta de classes, a qual se consubstancia como motor do desenvolvimento.

Por outro lado, a ideia do desenvolvimento econômico pode referir-se ao controle dessas forças produtivas por parte das estruturas sociais nacionais, em que cada país, cada sociedade, ao se inserir de modo peculiar no conjunto das relações mundiais de produção e de mercado, apresenta, conforme as condições materiais e históricas construídas, diferentes graus de aproveitamento e controle sobre a produção, geração e destinação do excedente material socialmente produzido.

Apesar da interdependência entre as duas concepções e do reconhecimento de se tratar de fenômenos cuja interpretação dinâmica e dialética impede o tratamento isolado e independente de um e de outro, ressalta-se que a expressão desenvolvimento econômico, incansavelmente debatida pelos diversos autores aqui arrolados, trata, mais enfaticamente, do segundo entendimento e, nesses termos, analisa as potencialidades do desenvolvimento econômico nacional após o envolvimento da região na teia mundial de relações capitalistas de produção. Portanto, trata-se de um processo que toma como bases a sociedade burguesa moderna e o modo capitalista de produção já constituído e, em determinado momento histórico de sua expansão mundial, alude à ideia de criação e ampliação de uma dinâmica nacional, interna e autônoma, do processo de acumulação de capital, bem como a suas consequências sobre a base material da sociedade.

Dentro dessa perspectiva, desenvolvimento acaba por se confundir com progresso, quando então suas principais motivações se tornam a acumulação de capital, o incremento da riqueza, o aumento dos níveis de consumo da população, a ampliação da capacidade produtiva e de mercantilização do excedente social. Muito longe, portanto, está

essa noção daquela de desenvolvimento social enquanto processo de emancipação humana, em seu sentido mais amplo, segundo o qual se pressupõe que as sociedades subordinem a produção às suas reais necessidades materiais coletivas e que o trabalho social produtivo se desenvolva enquanto força humana criadora e libertadora, com pleno respeito ao indivíduo e às formações sociais distintas.

Apoiado na ideia do evolucionismo clássico, bastante em voga na segunda metade do século XIX, o qual tratava o conceito de evolução tal qual um processo histórico, linear e cumulativo, cujo ápice da evolução social se daria ao ser alcançado o modelo de cultura e sociedade ocidentais, o desenvolvimento econômico e social foi também inserido numa lógica de crescimento a partir da qual passou a ser tratado como um processo de trajetória ascendente e linear. Impregnado pela ideologia burguesa e sustentado organicamente pela teoria do utilitarismo, o desenvolvimento passa a se identificar com a sociedade moderna, industrial, urbana, salarial, capitalista. Tomando como parâmetro a elevação do bem-estar material dos povos, a partir da ampliação da cesta de bens à qual os indivíduos têm acesso, tal noção de desenvolvimento tributava o sucesso econômico de uma nação ao aumento da renda real *per capita*, que, por sua vez, vinha a reboque do aumento da produtividade média dos trabalhadores e do progresso técnico aplicado à produção de mercadorias.

Defendida pelas teorias liberais dominantes, a ideia do desenvolvimento econômico em moldes capitalistas recebeu fortes contra-ataques dos autores que, a partir das teses de Marx, negavam a possibilidade de um modo de produção marcadamente contraditório, baseado na apropriação privada da produção social e na exploração da classe trabalhadora mundial, conseguir resolver os problemas relativos às precárias condições de vida das massas populares das regiões mais atrasadas do globo. Portanto, no primeiro capítulo deste trabalho, serão analisados os escritos dos teóricos marxistas do imperialismo.

Sem desconsiderar as primeiras utilizações da expressão "imperialismo" entre os capitalistas norte-americanos, nos últimos anos da década de 1890, nem o trabalho precursor do pensador liberal, John Hobson, a ênfase será depositada, aqui, nas análises dos autores marxistas desse processo, entre os quais se destacam Rudolf Hilferding, Rosa Luxemburgo, Karl Kautsky, Nikolai Bukharin e Vladimir Ilitch Lenin, pelo fato de terem se dedicado a investigar as consequências da expansão do modo capitalista de produção sobre as áreas não capitalistas do globo, além de destacarem a importância da função desempenhada por essas regiões, coloniais ou semicoloniais, em favor do processo de acumulação de capital observado nas grandes potências capitalistas.

Esse momento histórico de desenvolvimento do capitalismo, marcado pela corrida da partilha do mundo entre alguns Estados europeus, mais Estados Unidos e Japão, apresenta-se, então, como o pano de fundo, o cenário que, no mínimo, levou pensadores a debaterem sobre a necessidade e os propósitos da divisão territorial do mundo entre as potências industrializadas e militarmente predominantes, no período compreendido entre 1870 e 1914, bem como a possibilidade de esse processo ter custado o subdesenvolvimento da grande maioria das nações.

Antecedendo o surgimento da concepção teórica em torno da estrutura centro e periferia, a preocupação desses autores voltava-se para a crítica do capitalismo, em especial para a forma agressiva de expansão territorial do processo de acumulação de capital, que acreditavam sinalizar para o fim desse modo de produção. Para muitos deles, as contradições em processo davam mostras de que, naquele momento, o sistema mundial atingia níveis de exploração e desigualdade insuportáveis para as sociedades atrasadas do mundo inteiro, ao que se seguiria uma guinada socialista. A exceção ficou por conta de Kautsky, para quem o imperialismo poderia se transformar numa espécie de "superimperialismo", praticado por um conjunto

de países imperialistas, e resultar numa fase de paz, prosperidade, reabilitação e sobrevida do modo de produção capitalista.

Analisaremos como esses teóricos de influência marxista interpretaram, no início do século XX, a situação das economias nas quais o capitalismo ainda não havia prosperado, aquelas que, via de regra, viam-se invadidas ora pelo capital internacional, ora pelas forças militares dos Estados dominantes, senão por ambos. O propósito dessa análise será o de entender o tipo de relação econômica que, segundo esses autores, estabelecia-se entre os países e quais as consequências que o intercâmbio comercial e industrial deixou para as regiões coloniais, num momento em que as tensões econômicas, políticas e militares entre as grandes nações imperialistas pareciam conduzir de modo irreversível para uma guerra de proporções mundiais.

Se Hilferding, Kautsky e Bukharin investigaram o capitalismo mundial a partir de um corte teórico dicotômico, pois colocava frente a frente economias essencialmente agrárias e industriais, e, a partir daí, realizaram a crítica do desenvolvimento econômico, Luxemburgo e Lenin descartaram tal associação causal entre agricultura e subdesenvolvimento. Unindo distintas argumentações, procuraremos ressaltar a influência exercida por esses teóricos marxistas sobre os autores da esquerda e das correntes críticas à teoria liberal dominante. Tal interpretação da realidade levava a crer que a ideia de centro e periferia germinava no pensamento econômico, tanto que Bukharin utiliza de modo pioneiro a expressão periferia em sentido muito similar ao seu significado atual.

Apesar da existência de alguns trabalhos pontuais acerca do subdesenvolvimento, que surgiram no final dos anos 1920 e na década seguinte, bem como de algumas análises empíricas, uma investigação mais acurada dos problemas enfrentados pelas sociedades marginais do sistema capitalista somente apareceria nos anos 1940, especialmente após o fim da Segunda Guerra, quando a temática do desenvolvimento econômico voltaria a atrair a atenção de economistas e soci-

ólogos das mais diversas linhagens teóricas e posições ideológicas. De modelos matemáticos de crescimento a estudos críticos e históricos das estruturas sociais, veremos, no segundo capítulo, que muitos autores se propuseram a investigar os obstáculos que impediam a maioria dos países do globo de alcançar índices de crescimento econômico compatíveis com aqueles apresentados pelos países nos quais o capitalismo parecia ter alcançado elevado grau de desenvolvimento.

No final da década de 1940, a preocupação com o atraso econômico começava a abrir caminho para a construção de análises das mais variadas, vindas dos próprios países e regiões afetados pelo subdesenvolvimento. Não raras vezes, resultavam em modelos de sociedade subdesenvolvida, a partir dos quais os problemas passavam a ser tratados como se o subdesenvolvimento fosse uma situação única de um bloco homogêneo de países que necessitavam de soluções comuns. Eleger uma determinada característica econômica como aspecto central do subdesenvolvimento e transformá-la em pilar de estratégias para a arrancada do desenvolvimento passou a dominar os círculos teóricos críticos.

Um tipo de "imperativo tecnológico", para fazer uso de uma expressão furtadiana, parecia responder às preocupações dos teóricos que, naquele momento, passaram a debater sobre as questões do desenvolvimento e da riqueza das nações sob um prisma estruturalista. Em que pese a distinção do caminho apontado como possível saída da condição de subdesenvolvimento, o objetivo final e a proposta de sociedade idealizada por esses intelectuais, a exemplo de Prebisch, apontavam na mesma direção das economias que eles classificavam como centrais. Vislumbraram, inicialmente, a possibilidade de se universalizar o tipo e o nível de consumo alcançados pelos países mais ricos do planeta apostando no círculo virtuoso resultante de um processo de desenvolvimento dos parques industriais nacionais.

Desconsiderando, imperceptivelmente ou não, as peculiaridades históricas e estruturais que compunham a base de formação dessas

economias, bem como o momento e a forma particular como cada uma delas foi inserida no capitalismo mundial, o subdesenvolvimento, sob o enfoque de Prebisch e de grande parte de "seu grupo", passava a ser atribuído à ausência ou à ineficácia de políticas nacionais, ou mesmo tratado como consequência natural de alguns aspectos culturais, geográficos ou antropológicos da população, quando não associado ao tipo dos produtos produzidos por essas sociedades subdesenvolvidas. Retiravam, desse modo, toda a força que repousa sobre o argumento do subdesenvolvimento enquanto resultado das contradições e conflitos que constituem a própria forma de ser da expansão mundial da acumulação de capital e que, portanto, deviam ser entendidos a partir dos conflitos diários e reais entre as classes sociais.

Assim, o segundo capítulo será o momento de destacar o arcabouço teórico e analítico que, baseado em um enfoque histórico e estruturalista do processo de desenvolvimento da acumulação mundial de capital e suas consequências para os países latino-americanos, constituiu o pensamento característico da Cepal. Inaugurando uma crítica à teoria das vantagens comparativas e, por extensão, à vigente conformação da divisão mundial do trabalho, elementos caros ao pensamento liberal naquele momento histórico, os escritos de autores como Prebisch e Furtado representaram a preocupação com os problemas relativos ao subdesenvolvimento dos países latino-americanos, consolidando, na literatura econômica, em nosso entendimento, a ideia em torno de uma estrutura do capitalismo mundial formada por um centro industrializado e uma periferia essencialmente produtora de bens primários.

A partir de dados que apontavam na direção de uma deterioração dos termos de troca, com desvantagem para os países produtores de bens primários, esses autores propuseram ações práticas de política econômica visando à modificação da estrutura produtiva dos países que compunham a periferia latino-americana, alertando para a necessidade da industrialização dessas economias, para a modificação

da estrutura agrária, o equacionamento dos desníveis regionais, o fortalecimento do mercado interno e a redução da exposição externa das economias periféricas à conjuntura econômica mundial. A concepção centro-periferia se vulgarizava nos textos de economia.

Se, para Prebisch, existia um tipo específico de capitalismo, um "capitalismo periférico", cuja dinâmica se diferenciava da observada nos grandes centros da economia mundial, para Furtado, um dos traços distintivos das economias periféricas residia em sua estrutura produtiva dual, que permitia a convivência de um setor artesanal, atrasado, no qual predominavam relações de produção pré-capitalistas, e outro, moderno, completamente integrado à lógica da acumulação com vista ao progresso técnico e à orientação para a máxima remuneração do capital, baseado em relações exclusivamente assalariadas. Ao contrário da essência do argumento presente entre os autores marxistas do imperialismo, entre os autores estruturalistas da Cepal, predominava a ideia de que a saída da condição periférica parecia possível dentro dos marcos do modo capitalista de produção.

No decorrer dos anos 1950 e 1960, as reflexões sobre a estrutura centro-periferia se disseminaram e se popularizaram, passando a ser usadas indiscriminadamente por quase todos os autores que se dispunham a estudar, de forma crítica, a economia capitalista mundial. Enquanto na América Latina, num primeiro momento, pode-se identificar a preponderância da abordagem crítica de cunho estruturalista, com forte base keynesiana, proponente de reformas que se diziam capazes de amenizar os antagonismos provocados pela expansão mundial do capital e acelerar o processo de desenvolvimento capitalista dos países subdesenvolvidos, na Europa, em alguns círculos acadêmicos e periódicos especializados, intérpretes de inspiração marxista alertavam para a dinâmica de exploração e sangria do excedente econômico provocada pela invasão do capital estrangeiro nos países atrasados.

Reafirmando a importância da teoria do valor-trabalho como referência teórica para a análise e apreensão não apenas dos problemas relativos ao comércio mundial de mercadorias e serviços, mas principalmente da investigação sobre a dinâmica da exploração que estaria na base das relações que sustentam o sistema capitalista como um todo, autores como Baran, Mandel e Sweezy, entre outros, priorizaram a análise histórica das forças que moldaram a inserção das regiões subdesenvolvidas no sistema capitalista mundial, recolocando em destaque, no debate da economia política do desenvolvimento, expressões como imperialismo, neocolonialismo, capital monopolista, desigualdade nas relações mundiais de comércio, dependência, exploração e submissão. Para esses autores, ao invés de acelerar, a invasão do capital estrangeiro sobre as débeis economias subdesenvolvidas provocava o efeito de retardar, ou mesmo bloquear, a transição industrial dessas economias.

Nesse momento das décadas de 1950 e 1960, a mesma observação empírica que havia atraído a atenção de Prebisch tornava-se uma das principais preocupações econômicas nos meios acadêmicos e políticos. Tratava-se da questão dos preços relativos no mercado internacional e a consequente desvantagem das trocas para os países produtores de bens primários que a deterioração dos termos de intercâmbio indicava provocar. Além disso, pesava o problema dos baixos níveis salariais pagos aos trabalhadores das economias subdesenvolvidas. Movidos por tais preocupações, um grupo de pesquisadores franceses juntou-se em torno do fundador do Centro para o Estudo de Modos de Industrialização (Cemi), na Sorbonne, o professor Charles Bettelheim, e seu aluno Arghiri Emmanuel. A partir da obra seminal de Emmanuel, teve início um profícuo debate, do qual participaram, entre outros, autores como Christian Palloix e Samir Amin e do qual resultou a assim chamada teoria da troca desigual.

O terceiro capítulo será o momento de se analisar em que medida esse debate, travado à luz da teoria de Marx, contribuiu para a críti-

ca da economia do desenvolvimento e para a introdução do sistema analítico centro-periferia nas abordagens de influência marxista. Partindo do pressuposto da existência de uma desigualdade nas trocas comerciais, quando estas se estabeleciam entre países com pronunciados desníveis de desenvolvimento industrial, como as que ocorriam entre países centrais e periféricos, esses teóricos enfatizaram que o que se operava era a transferência de valor e mais-valia em detrimento dos países nos quais as forças produtivas ainda se encontravam nos primórdios de seu desenvolvimento.

Apesar de levar em consideração que o intercâmbio mundial de mercadorias, antes de diminuir, parecia estar aumentando o fosso entre os países ricos e pobres do capitalismo mundial, essa teoria crítica, que se guiava por um desnível quantitativo evidenciado no mercado e nas trocas mundiais entre as nações, acabou por negligenciar importantes aspectos para o entendimento mais abrangente das questões do desenvolvimento econômico em sociedades capitalistas, como a luta de classes, o estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. Em que pese o alerta de Bettelheim, operou-se um viés em relação ao foco da principal relação de exploração no capitalismo, qual seja a que se estabelece entre capital e trabalho, a partir do momento em que destacou a existência de uma suposta relação de exploração entre países, especialmente no caso de Emmanuel.

No quarto e último capítulo serão investigadas as contribuições dos autores em torno dos quais se ergueu a abordagem denominada teoria da dependência, tanto em sua versão apresentada, primordialmente, por Ruy Mauro Marini e Theotonio dos Santos, baseada na perspectiva marxista do desenvolvimento capitalista, como naquela exposta, especialmente, por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, os quais privilegiaram os elementos superestruturais, evidenciando uma base teórica política e sociológica como alternativa metodológica ao materialismo histórico. Nesse sentido, procu-

raremos destacar como esses autores, a partir de perspectivas ideológicas distintas, perceberam a condição periférica e suas formas de dependência, bem como as forças que alimentaram e reproduziram a condição dependente dos países latino-americanos em relação aos centros hegemônicos do capitalismo mundial naquele específico momento da história da sociedade latino-americana, marcado por forte instabilidade política e econômica.

A abordagem da dependência que tomou de empréstimo o método de análise baseado na dialética materialista de Marx trazia uma proposta revolucionária para a saída da condição periférica. Destacando a transferência de valor e mais-valia, que estaria na base do comércio entre centro e periferia e cuja dinâmica, assentada na exploração exacerbada do trabalho pelo capital, somente poderia ser interrompida com o fim da acumulação de tipo burguesa, Marini defendeu a ideia de que a periferia desempenhava função específica na divisão mundial do trabalho, a qual trazia como resultado a cristalização de uma relação dependente subordinada em relação às economias centrais. A saída dessa condição passava, necessariamente, pelo socialismo.

Por sua vez, analisando a condição de dependência não como subordinação, mas antes no sentido de associação com o capital internacional, algo muito próximo do conceito de interdependência, Cardoso e Faletto depositaram nas instâncias presentes na superestrutura social as causas para essa configuração de forças entre economias centrais e periféricas. Veremos que, para essa abordagem teórica, a ideia de periferia repousa na estrutura e na ação política das classes sociais, na mudança da relação entre o Estado e a sociedade, no avanço dos mecanismos democráticos e de participação política, na presença e na força dos sindicatos e organizações representativas dos grupos, nas tensões e relações entre as classes, o Estado e os partidos. Em suma, aspectos sociais e políticos apresentam-se à frente dos fatores de ordem econômica como capazes de definir o

tipo de vinculação da economia nacional ao sistema internacional e, dessa forma, responder por seu maior grau de dependência ou autonomia, em um mercado mundial onde fosse preservada a ordem liberal e o modo capitalista de produção.

Enfim, ao longo deste trabalho procuraremos reconstruir a produção teórica da relação centro e periferia no interior do pensamento econômico crítico. Num momento em que as discussões desenvolvimentistas perdem força, parecem ceder à lógica de acumulação neoliberal e se voltam quase que exclusivamente para a aposta no triunfo da inovação tecnológica aplicada à produção de mercadorias e serviços como mola propulsora do progresso do capitalismo e como possibilidade de saída da condição periférica, alerta-se para a necessidade de se retomar, ativamente, as reflexões teóricas que, a partir da autêntica crítica da economia política, recoloquem no centro do debate questões capazes de explicar a ampliação da desigualdade, da exploração, da destruição social e ambiental, do domínio e da subjugação dos povos, que marca a estrutura mundial do capitalismo na atualidade.

1

O IMPERIALISMO E AS PRIMEIRAS PREOCUPAÇÕES COM A PERIFERIA DO SISTEMA CAPITALISTA

Alerta-se, desde já, que, nesta parte do trabalho, o objeto principal da pesquisa não é o de desenvolver uma análise comparativa entre as diferentes teses sobre o imperialismo, mas sim frisar a existência do debate nos primeiros anos do século XX para, a partir das contribuições dos principais autores envolvidos, entender como eles pensavam acerca da divisão desigual do mundo provocada pelo desenvolvimento das forças econômicas, políticas e sociais. A era do imperialismo capitalista apresenta-se como o pano de fundo, o cenário, que, no mínimo, levou pensadores de diferentes correntes ideológicas a debaterem a divisão territorial do mundo entre as potências industrializadas no período compreendido entre 1870 e 1914 e a possibilidade de esse processo ter custado o subdesenvolvimento de muitas nações.

1. Um debate introdutório sobre o imperialismo capitalista

Como assevera John Hobson (2006), no prefácio de seu estudo sobre o imperialismo, escrito em 1902, tratava-se de investigar com

maior profundidade o significado de um termo que estava "na boca de todo mundo". O fato de políticos, estudiosos e o povo em geral usarem a expressão levou o autor a considerar o imperialismo "o movimento mais poderoso da atual política do mundo ocidental".

Por seu turno, Sweezy (1961) afirmaria, em 1950, no prefácio de um texto de Joseph Schumpeter acerca do fenômeno do imperialismo[1], que qualquer teoria de desenvolvimento do capitalismo que não examinasse profundamente os acontecimentos do imperialismo e da guerra seria uma teoria incompleta. E, nesse mesmo ensaio, apesar de tratar o imperialismo como uma simples e retrógrada "inclinação puramente instintiva para a guerra e a conquista", Schumpeter (1961) não estaciona nesse vazio e admite que os Estados que se utilizavam desse expediente eram estimulados pelos interesses das classes dominantes e de todos os que tinham a ganhar com o conflito, econômica ou socialmente. No intuito de evitar o enfado de inúmeros depoimentos, citamos apenas mais um. Num ensaio de 1963, reconhecendo, *a posteriori*, a importância da era do capitalismo imperialista para o entendimento dos problemas relativos ao desenvolvimento dos países atrasados, Frank decretaria que o imperialismo, entendido como um tipo determinado de relação entre a metrópole ou seus membros e a periferia do sistema capitalista, deve assim ser investigado e compreendido, sob pena de não compreendermos o nosso passado, presente e futuro (FRANK, 1970b, p. 83).

Realizando uma pesquisa histórica sobre as teorias do imperialismo, Etherington (1984, p. 5) defende que a ideia em torno do tema não surgiu com Hobson nem foi ele o primeiro a perceber que os capitalistas se beneficiariam com o imperialismo. Sua investiga-

1. Trata-se do pequeno livro de Schumpeter *Imperialismo e classes sociais*. Para Paul Sweezy, que escreve o prefácio da edição inglesa dessa obra, o ensaio, publicado pela primeira vez, na Áustria, em 1919, foi escrito nos anos de guerra, o que fica evidente pelo seu teor. Além disso, Sweezy arrisca com bastante convicção que Schumpeter não conhecia o trabalho de Lenin sobre o tema, pois, apesar de o texto do bolchevique russo ter sido escrito em 1916 e publicado antes de a guerra terminar, ele só foi traduzido do russo para o alemão e o francês em 1920 (SWEEZY, 1961).

ção aponta para as primeiras aparições do termo por volta do final do século XIX, mais especificamente 1898 e 1899, entre escritores americanos de economia e negócios que produziam artigos para o boletim de finanças U.S. Investors, de Boston, Massachusetts.

Em maio de 1898, o editor do jornal afirmou que "imperialismo é uma palavra nova no nosso vocabulário político e que em breve será falada em todas as línguas" (ETHERINGTON, 1984, p. 7, tradução nossa). Alertou ainda que, ao contrário do que poderia parecer, "a guerra era muito boa para os negócios". Um mês depois, o jornal expandiu a discussão, passando a tratar de questões como o excesso de capacidade para produzir e de dinheiro acumulado sob a forma de juros e lucros e a transformação das pequenas empresas industriais em gigantescos trustes, numa autêntica "combinação de capital", como denominava Etherington. Segundo este, uma nova era se abria para a história econômica (p. 15).

O tema tornou-se recorrente nas páginas do jornal norte-americano e, nas edições de 24 de setembro e 8 de outubro de 1898, o jornal começou a utilizar a expressão "capital congestionado" (ETHERINGTON, 1984, p. 16, tradução nossa) e a fazer menção à necessidade econômica do imperialismo para os mercados. Ainda em setembro do mesmo ano, um *expert* em assuntos bancários, o americano Charles A. Conant, publicou seu primeiro artigo na *North American Review*, "As bases econômicas do imperialismo", o qual advogava a essencialidade do imperialismo como mecanismo de absorção dos excedentes de capital, dada a escassez das possibilidades de investimentos, afirmando ainda a necessidade de, se preciso fosse, que o Estado utilizasse do poder das forças armadas com intuito de abrir e manter novos campos para o investimento de capital. Nas palavras do autor,

> Esse novo movimento, imperialismo, não é um assunto de cunho sentimental. É resultado de uma lei natural da economia e do desenvolvimento racial. Os grandes povos

> civilizados têm, ao seu comando, os meios de desenvolver as nações decadentes do mundo. Esses meios, em seus aspectos materiais, são os grandes volumes de capital poupado, os quais são resultado da produção industrial (CONANT, 1898, p. 327, tradução nossa).

Em outra ocasião, o mesmo Conant reforçava a utilização prática do imperialismo e da guerra como alternativas para escapar de um processo de superprodução:

> Um congestionamento de capital existe. O problema de encontrar emprego para o capital [...] é agora o maior de todos os problemas econômicos que nos confronta. A guerra hispano-americana fornece à América a oportunidade de resolver este problema (CONANT *apud* ETHERINGTON, 1984, p. 165, tradução nossa).

Disseminando suas ideias, foi em 1900 que Conant publicou uma série de outros ensaios sob o título "The United States in the Orient". Os argumentos de Conant foram sumarizados, como segue abaixo, por um revisor britânico. Atente-se para a recomendação da política imperialista como alternativa à ausência do liberalismo econômico.

> Em todos os países avançados houve poupança tão excessiva que não se encontra investimento passível de lucro para o capital que sobra, o que resulta em desperdício e desastre. A saída poderia ser encontrada sem o uso do poder político e militar se a liberdade comercial fosse a política de todas as nações... mas não é, por isso a América deve estar preparada para usar de força se necessário for; e, para isso, a América tem vantagens peculiares... a organização em larga escala de algumas de suas indústrias sob a forma de trustes contribuirá grandemente na luta pela supremacia comercial (CHAPMAN *apud* ETHERINGTON, 1984, p. 30, tradução nossa).

Outro a se destacar no tratamento da questão do imperialismo foi o marxista americano H. Gaylord Wilshire, que, tendo migrado para a Inglaterra, realizou campanha pró-socialismo ao final do século XIX. Segundo Etherington (1984, p. 42), tanto Hobson quanto Lenin tomaram conhecimento do pensamento de Wilshire, prova disso é a semelhança entre alguns parágrafos de sua obra e a de Lenin acerca do tema, bem como a existência de uma carta escrita por Hobson e endereçada a Wilshire, parabenizando-o pelo excelente artigo, "Significance of the trust", de 1901, na qual Hobson afirmava ser o melhor artigo já escrito sobre a relação entre o capital e o imperialismo. Escrevendo entre 1900 e 1901, Wilshire defendia que "imperialismo é o meio de desviar para terras estrangeiras essa ameaça de dilúvio causada pelo excesso de poupança doméstica. Isso explica essa mania súbita de imperialismo e sua defesa por parte do Partido Republicano, o qual é a expressão política da riqueza organizada do país" (WILSHIRE *apud* ETHERINGTON, 1984, p. 34, tradução nossa).

Para Etherington (1984, p. 38), a diferença entre a posição do jornal de finanças norte-americano e a de Wilshire era que, para o jornal, o imperialismo era apresentado como recomendação de política governamental, enquanto, para Wilshire, ele já era apresentado como um fato. Em comum, havia a preocupação econômica de se garantir o fornecimento de matérias-primas e a conquista de mercados consumidores para os produtos das fábricas metropolitanas, pois ambos eram de suma importância para a manutenção do ritmo de crescimento econômico das principais economias industriais.

Mas o tema não se restringiu ao debate teórico. Afinal, havia um fenômeno real que consistia na intensa partilha territorial do mundo[2] entre alguns poucos países que experimentavam o desen-

2. Em Lenin (2011, p. 200), há um quadro extraído do livro de Alexander Supan, *Die territoriale Entwicklung der europäischen Kolonien*, de 1906, para mostrar o avanço das posses de colônias. Além disso, Hobson (2006) traz uma enorme gama de dados empíricos que comprovam a expansão territorial capitalista, na qual se inclui o estudo

volvimento de sua produção de manufaturados. Manufatura talvez seja aqui apenas uma figura de linguagem, pois se tratava do momento em que a produção material em bases capitalistas apresentava ao mundo as grande associações capitalistas, os trustes e cartéis, como as maiores e mais potentes fontes criadoras e reprodutoras de mercadorias.

Presente no vocabulário jornalístico da época, para muitos políticos o imperialismo denotava algo digno de orgulho. Nações que praticavam o imperialismo podiam, num só golpe, resolver graves tensões internas e, ainda, levar civilização, cultura e desenvolvimento às "raças" inferiores dos colonizados. Logo, a diplomacia ou as forças armadas deveriam atender a esse duplo propósito, como defendia Sir Cecil Rhodes, lorde inglês e ministro da Colônia do Cabo, na África do Sul[3], em 1895.

Como se percebe, na pré-história da concepção centro-periferia, a divisão do mundo entre exportadores e importadores de capital, países avançados e atrasados, industrializados e não, ricos e pobres, povos superiores e inferiores, civilizados e decadentes recebia uma conceituação bastante próxima de império e colônia, como na abor-

---

de Henry C. Morris, *History of colonization*, de 1900. Esse estudo mostra que a área compreendida pelas potências e suas possessões cresceu assustadoramente entre 1884 e 1900. John Hobson apresenta ainda a ampliação excepcional dos gastos militares realizados pelas grandes potências europeias de 1870 a 1898, o que comprova a tendência imperialista. Incluindo Grã-Bretanha, França, Rússia, Alemanha, Áustria e Itália, os gastos com equipamentos militares salta, nesses 28 anos, de 88,7 para 175 milhões de libras esterlinas (HOBSON, 2006).

3. Em discurso proferido em 1895, Cecil Rhodes, esse nobre imperialista inglês e um dos ícones da guerra anglo-boer, afirmou: "*Ontem estive no East-End e assisti a uma assembleia de desempregados. Ao ouvir ali discursos exaltados, cuja nota dominante era: pão! pão!, e ao refletir, de regresso a casa, sobre o que tinha ouvido, convenci-me, mais do que nunca, da importância do imperialismo. A ideia que acalento representa a solução do problema social. Para salvar os quarenta milhões de habitantes do Reino Unido de uma mortífera guerra civil, nós, os políticos coloniais, devemos apoderar-nos de novos territórios; para eles, enviaremos o excedente de população e neles encontraremos novos mercados para os produtos de nossas fábricas e das nossas minas. O império, sempre o tenho dito, é uma questão de estômago. Se quereis evitar a guerra civil, deveis tornar-vos imperialistas*" (LENIN, 2011, p. 204).

dagem de Hobson, que veremos a seguir. Posteriormente, apresentaremos alguns argumentos que apontavam na direção oposta, ou seja, para a reduzida significância do tema do imperialismo.

John Hobson e a preocupação com o lado rico do sistema capitalista

Se colonizar consistia em expandir a nacionalidade para além do território contíguo à metrópole, ocupando territórios estrangeiros e imprimindo nesses novos espaços todas as características peculiares dos imigrantes, desde língua, religião, senso de cidadania, costumes sociopolíticos até uma gama de instituições pertencentes à nação imperial, para Hobson (2006), o conceito de nacionalismo era indissociável desse processo de autêntico internacionalismo que a noção de imperialismo evocava. Mariutti (2003), baseando-se no trabalho de Fieldhouse, "'Imperialism': an historiographical revision" (1961), afirma que, apesar de o termo imperialismo estar presente no título da obra de Hobson, a maior preocupação deste era, de fato, analisar os problemas socioeconômicos da Grã-Bretanha.

John Atkinson Hobson é tido como um dos primeiros teóricos a realizar uma análise profunda acerca do fenômeno do imperialismo, tendo sido seu trabalho, datado de 1902, reconhecido e citado por autores das mais variadas correntes ideológicas como de grande contribuição para a interpretação desse momento histórico do desenvolvimento do capitalismo. Segundo Hobson (2006), numa clara referência à Lei de Say, "a realidade contrariava a velha teoria", haja vista a capacidade produtiva da economia ultrapassar, e muito, a taxa vigente de consumo. Um desenvolvimento desequilibrado e desigual, movido por uma "competição predatória", capaz de concentrar grande parte da riqueza gerada nas mãos de alguns poucos "capitães da indústria" era o resultado de um processo de fusões e aquisições que resultava num volume de poupança e novos investimentos em velocidade e potência superiores ao cres-

cimento do consumo doméstico de manufaturados. "Um quadro crônico de superprodução" e subsequente redução dos preços, que obrigava os produtores menores a fecharem suas portas e retroalimentarem todo o processo.

Preservando a preponderância do fator econômico, que por sua vez subordinava as "forças propulsoras do capitalismo", Hobson (2006) assenta a desigualdade da reprodução do sistema no processo de concentração das indústrias em torno de trustes e cartéis. Esta concentração, ao limitar a quantidade de capital potencial, ou, em outras palavras, ao restringir o uso do capital existente que poderia ser efetivamente empregado, cria, simultaneamente, uma massa de lucros e poupança nova em mãos desses grandes conglomerados, cuja aplicabilidade dentro da mesma indústria "trustificada" fica seriamente comprometida pela incapacidade de absorção de todo o volume de poupança auferido. Assim, era de se esperar que o princípio de cartelização da economia industrial avançasse a passos largos e atingisse todas as indústrias, tornando cada vez mais difícil para os pequenos e médios poupadores encontrar alternativas de investimento para suas poupanças, o que destruía a concorrência, além de levar os grandes industriais e financistas a utilizarem recursos e meios públicos de seu país para descobrirem, no exterior, novos mercados para seus produtos industriais e seus novos investimentos.

Depreende-se dessa análise que os países atrasados desempenhavam o papel de áreas para uso particular dos homens de negócios dos países desenvolvidos. À medida que o capitalismo avançasse por sobre as regiões do globo e trouxesse consigo o advento da produção mecanizada e a melhoria dos métodos de produção, os capitalistas imperialistas lançariam mão do auxílio de seus governos para anexar e/ou proteger o maior território econômico possível. A concentração e o controle da propriedade, por seu turno, acentuariam tal tendência. E esse processo, inevitável na opinião de cunho subconsumista de Hobson (2006), fincava suas raízes no

crescimento da capacidade de consumo aquém da capacidade produtiva, o que somente poderia ser resolvido por meio da elevação do nível de consumo da população do país.

Se uma distribuição das riquezas em conformidade com as necessidades se operasse, a Lei de Say voltaria a imperar, pois, dadas as necessidades humanas ilimitadas, o consumo cresceria de acordo com a capacidade produtiva. "O que quer que seja ou possa ser produzido poderá ser consumido", afirmava Hobson, mas há uma recusa dos donos do poder de consumir em transformar esse potencial em "demanda efetiva por mercadorias". Por isso, concluía ele que, ao invés de simples suposição, a expansão imperial manifestava-se com toda sua clareza, representando uma saída necessária para as indústrias mais avançadas. "Não é o progresso industrial que demanda a abertura de novos mercados e áreas de investimento, mas a má distribuição do poder de consumo que impede a absorção de mercadorias e capital dentro do país" (HOBSON, 2006, tradução nossa).

Portanto, a desigualdade no desenvolvimento do capitalismo estava associada à desigual distribuição de renda entre ricos e pobres. Existem rendas constituídas por lucros de monopólio e outros rendimentos que, não provenientes do trabalho manual ou intelectual, não apresentam uma "razão de existir legítima". E, por não manterem qualquer relação "natural" com o esforço produtivo, não trazem correspondência alguma no consumo. Resultam porquanto em excesso de poupança. A saída, de cunho político e econômico, consistia em fazer fluir para os salários e a comunidade em geral, por meio de impostos que se convertessem em gastos públicos, essa parcela supérflua da renda que se encontrava em mãos da classe mais rica da sociedade.

Dessa forma, iria eliminar-se a necessidade do imperialismo e, adicionalmente, operar-se uma reforma social sem precedentes. Utilizando-se de estatísticas disponíveis à época[4], Hobson defende

4. Referia-se Hobson ao estudo "Poverty: a study of town life", realizado pelo reformador social inglês Seebohm Rowntree, em York, Inglaterra, e publicado em 1901. No capítulo 4 de seu estudo estatístico, Rowntree (1902, p. 86-87) define o que conside-

que esse seria o caminho para elevar os rendimentos de um quarto da população urbana, que vivia em extrema pobreza. Argumentava que, onde a distribuição de renda permitisse que carências se transformassem em demanda efetiva por mercadorias, não haveria superprodução, subemprego de capital e nem mesmo necessidade de se lutar por mercados estrangeiros, o que eliminaria qualquer significado prático de "gastos de recursos naturais com militarismo, guerras e com diplomacia arriscada e inescrupulosa". Portanto, a reforma social, por meio de uma distribuição mais igualitária da renda que ampliasse de forma "saudável" os consumos público e privado, era a solução para o imperialismo.

Percebe-se claramente nas teses de Hobson o interesse em solucionar os problemas apresentados pelas economias consideradas avançadas em termos industriais, daí sua preocupação com o imperialismo expansionista, isto é, com a ótica das necessidades de expansão por parte dos capitães da indústria e das finanças dos países avançados. Detém essencialmente seu interesse na investigação das nações que praticavam tal política como forma de resolver seus problemas de superprodução de mercadorias e capital, sem estender sua análise àqueles "longínquos países não desenvolvidos" (HOBSON, 2002, p. 426). Em grande parte da sua obra, limita-se apenas a chamá-los de "mercados externos". Mas toma o cuidado de separar, dentro desse grande grupo dos mercados estrangeiros, aqueles "países que eram capazes de suprir suas próprias necessidades" e que, inclusive, haviam erguido poderosas "tarifas prote-

---

rava como linha de pobreza. Segundo ele, as famílias que vivem na pobreza podem ser divididas em duas seções. O nível mais baixo aparece quando os ganhos totais da família são insuficientes para obter o mínimo necessário para manter a eficiência física das pessoas. A situação daquelas famílias que se posicionassem abaixo dessa linha se designaria como "*pobreza primária*". A situação das famílias que se posicionassem entre essa linha e uma segunda, definida um pouco mais acima, quando os ganhos são meramente suficientes para a manutenção da eficiência física dos indivíduos, ele a chamaria de "*pobreza secundária*". Seus estudos apontaram que 30% da população de York viviam na pobreza, e aproximadamente um quarto da população total (p. 117, 118) compunha a pobreza primária.

cionistas contra a importação de manufaturados" (p. 423), grupo esse composto pelos países que ascendiam no mercado mundial e alcançavam o *status* de "nações comerciais".

Além disso, dado seu objeto de estudo, ele procurou conformar a divisão do mundo em nações que detinham possessões coloniais, de um lado, e suas colônias, de outro. Assim, coloca em um grande grupo de países imperialistas a Grã-Bretanha (detentora de cinquenta possessões coloniais[5]), França (trinta e três), Alemanha (treze), Holanda (três), Portugal (nove), Espanha (três), Itália (duas), Áustria-Hungria (duas), Dinamarca (três), Rússia (três), Turquia (quatro), China (cinco) e Estados Unidos (seis).

Para o autor britânico, o traço distintivo dessa nova expansão imperial residia no fato de que, diferentemente do anterior processo de colonização que se operou em áreas temperadas do globo, para as quais os colonizadores levavam suas famílias e nas quais passavam a viver, trabalhar e se reproduzir, nesse novo formato, as áreas anexadas, fossem tropicais, fossem subtropicais, passavam a ser ocupadas por uma minoria de homens brancos, como funcionários públicos, mercadores, administradores de negócios, que passava a gerir a vida econômica e política, controlando toda uma população nativa considerada por eles como "raça inferior" e incapaz de se autogovernar (HOBSON, 2006, aspas no original).

5. Hobson utiliza o estudo de Henry C. Morris, *História da colonização*, o qual compilou os dados apresentados no *Statesman's Year Book*, edição de 1900. Adotando a classificação da *Colonial Office List*, John Hobson divide as possessões coloniais britânicas em três espécies, que variavam de acordo com o grau de controle exercido pela Coroa inglesa: as colônias da Coroa, sobre as quais esta mantinha total controle da legislação, enquanto a administração era feita por funcionários públicos do governo britânico; as colônias que possuíam instituições representativas, sobre as quais o governo britânico mantinha o controle das relações políticas, e a Coroa exercia apenas o direito de veto da legislação; as colônias que possuíam suas instituições representativas e governo próprio, sobre as quais a Coroa mantinha direito de veto da legislação, e o governo britânico controlava apenas o governador, mas nenhum outro funcionário público. Para Hobson, de 1870 a 1902, todas as novas colônias ou protetorados anexados pela Grã-Bretanha tinham o caráter de colônias sobre as quais a Coroa exercia completo controle da legislação (HOBSON, 2006).

Pode-se afirmar que, para Hobson, as colônias viviam uma dicotomia. Se, por um lado, recebiam os benefícios do desenvolvimento propiciado pela política expansionista imperialista, por outro, viam-se forçadas a aceitar um controle estrangeiro que legislava em favor exclusivo da metrópole. Nesse sentido, é aceitável supor que, para ele, o mercado mundial se dividia entre os países dominadores, de um lado, e os subjugados e dominados, de outro. No grupo dos dominadores, estavam a Grã-Bretanha e as suas rivais. As regiões distantes, presas fáceis da expansão imperialista, não recebem, portanto, uma preocupação analítica da parte do autor. Preocupado com uma reforma do capitalismo que eliminasse definitivamente o mau funcionamento do sistema, as regiões distantes eram a saída para aqueles grupos de capitalistas que jamais "aprenderiam a gastar mais do que sabem". Essa era a função econômica dos países não incluídos no seleto grupo de nações industriais avançadas.

A insignificância do fenômeno do imperialismo capitalista

Passando ao largo de todo esse debate, estavam aqueles que acreditavam que o imperialismo, enquanto processo histórico característico das sociedades capitalistas, estava sendo supervalorizado no que diz respeito às suas consequências econômicas e sociais para o desenvolvimento do capitalismo, o que permitia distintas visões de um mesmo processo (GALLAGHER; ROBINSON, 1953).

Landes (1996, p. 485-495), investigando a história colonial e pós-colonial de algumas nações na África[6], Ásia e Ilhas do Pacífico, conclui que, num balanço de vencedores e perdedores, não se pode culpar o imperialismo pelo subdesenvolvimento das nações. Para

6. O historiador econômico norte-americano utiliza o exemplo, o qual considera "emblemático", da Argélia, que, após a saída francesa no início da década de 1960, não conseguiu manter o crescimento econômico experimentado durante os anos coloniais, mesmo com o petróleo e o gás ali existentes, passando a exportar gente para a França, pois esta, sim, manteve a demanda em crescimento. Tais considerações o levam a defender as vantagens do colonialismo para as colônias (LANDES, 1996, p. 494).

esse autor, várias evidências comprovam o contrário, que muito do sucesso pós-colonial depõe a favor da racionalidade econômica da administração herdada do período colonial. Além disso, afirma que, após os processos de libertação nacional, as ex-colônias começavam a definhar devido à incapacidade administrativa que levava à negligência e à deterioração de toda herança material deixada pelos colonialistas, pois "muito do que essas populações súditas aprenderam nas escolas e universidades do governante colonial era mais discurso político e social do que ciência aplicada e competência técnica" (LANDES, 1996, p. 485). E conclui que "isso é tudo o que podemos dizer a respeito da tão alegada necessidade capitalista de império" (p. 495).

Corroborando essa ideia, muitos analistas, à época, entendiam o fenômeno do imperialismo como uma tarefa árdua para o dominador, tanto que beneficiava muito mais a colônia do que a metrópole. Principalmente para os defensores mais exaltados do liberalismo econômico, muita atenção estava sendo dispensada ao desenvolvimento natural das trocas internacionais, que expandiam a economia capitalista para os quatro cantos do planeta, levando mais benefícios às zonas atrasadas do que às metrópoles industriais. O livre comércio, mesmo entre metrópole e colônia, não podia ser identificado como uma relação desigual, e sim como um comércio voluntário. Ainda que tenha exigido inicialmente o uso da força na sua fase colonial, não se torna "uma exceção ao princípio da vantagem para todos" (HICKS *apud* BROWN, 1978, p. 26).

Para Schumpeter, que escreve sobre o tema em 1919, o imperialismo não passava de uma anomalia que deveria ser tratada como reminiscência de uma era passada, típica do pensamento e da prática mercantilistas e produto da sobrevivência de atitudes e mentalidade herdadas das monarquias absolutistas do século XVIII. A orientação para a guerra, ao contrário da paz e da liberdade burguesas, é "elemento que provém de condições vivas, não do presente, mas do

passado", assim como as tendências imperialistas (SCHUMPETER, 1961, p. 57). Portanto, o imperialismo tinha um caráter atávico, pois o novo modo burguês de expansão dos mercados se dava pela via pacífica da liberdade do comércio, e não pela invasão e conquista forçada de territórios estrangeiros, nem mesmo pela utilização de práticas protecionistas, todas identificadas com o imperialismo.

Importante se faz lembrar que o último terço do século XIX marcava o surgimento de uma revolucionária teoria econômica que despontava nas principais academias da Europa e, posteriormente, também dos Estados Unidos, o que não deixava espaço para discussões acerca do imperialismo, haja vista comporem o rol das questões políticas, sociológicas e filosóficas. O liberalismo econômico encontrava sua mais pura defesa positivista, da harmonia social natural, em favor do utilitarismo e do interesse individual como propulsores da ordem, justiça e equilíbrio social. Pretendendo-se neutro[7], livre de quaisquer julgamentos político, ideológico ou moral, e ignorando o caráter histórico-social do conhecimento (LÖWY, 1994), esse novo paradigma econômico significava uma autêntica guinada: da economia política para a economia "pura", objetiva. A análise de variáveis contínuas, o cálculo infinitesimal de Newton, Leibniz, Lagrange, ferramentas matemáticas das mais modernas, até então exclusivas das ciências da natureza, eram introduzidas na análise econômica para provar, cientificamente, o equilíbrio parcial e geral dos mercados, pretendendo-se, desse modo, uma demonstração lógico-formal da máxima satisfação e do bem-estar dos indivíduos num ambiente de trocas livres e justas.

Tal como herdeira da ciência social racional, precisa, livre de interesses e paixões, como presente no pensamento de Condorcet[8], essa nova perspectiva, que brotava simultaneamente na Áustria, Suíça, Inglaterra, Suécia, afetava significativamente o foco das dis-

7. Conferir Jevons (1983) e Menger (1983).

8. Conferir Condorcet (1921).

cussões acadêmicas, pois, a partir daí, questões como os conflitos distributivos entre as diferentes classes sociais, a questão agrária, as origens fundantes do valor para a formação dos preços das mercadorias, a desigualdade na distribuição do excedente entre os membros da sociedade, os problemas relativos ao aumento da população urbana, bem como a ampliação das contradições entre salários, lucros e renda da terra, cederam lugar para os exercícios de maximização, racionalização e otimização de variáveis em modelos abstrato-dedutivos. Ou seja, as grandes questões sociais que outrora haviam despertado o interesse e a curiosidade dos primeiros pensadores da economia, denominados clássicos, perdiam importância nos novos livros acadêmicos. Nesse vazio, caía também o problema relativo ao desenvolvimento econômico dos países, relegado a um plano secundário.

A economia atomizada introduzia o agente econômico isolado, em lugar do ser humano social. A firma representativa, uma abstração da combinação de capitalista e trabalhadores num ambiente livre de antagonismos. O subjetivismo da utilidade marginal substituía a objetividade do valor-trabalho na explicação sobre a formação dos preços (CORAZZA, 2009). Afinal, a racionalidade do indivíduo, aliada a um mercado livre, como defendia Alfred Marshall[9], o levaria, após a repetição e o hábito das trocas, a corrigir seus erros e optar pela escolha ótima. Defendendo uma abordagem mais pragmática, visível, no âmbito das trocas, os fundamentos microeconômicos passam a dominar a economia. O todo deveria surgir da agregação das partes. Decisões coletivas, uma soma, ou ampliação, das vontades e decisões individuais.

Tal certeza formalística que imperava entre os teóricos dessa economia, que, posteriormente, seria também conhecida como escola marginalista, levava os estudiosos a crer que a extensão do livre-cambismo, da divisão social do trabalho e da produção em bases capitalis-

9. Conferir Marshall (1984, Prefácio, Introdução e Capítulo 1).

tas para o maior território possível do planeta somente poderia significar ganhos, jamais prejuízo, para quaisquer das partes. Brown (1978) afirma que, mesmo após a incorporação da hipótese de concorrência imperfeita ao pensamento econômico neoclássico, nada mudou no que diz respeito à crença na natureza pacífica e não expansionista do sistema entre os defensores do liberalismo econômico.

O barão britânico Lionel Robbins, em 1935, afirmava que a elevação ou não do padrão de vida de um país dependeria de sua adesão ou não ao livre comércio, e não do fato de possuir ou não colônias (ROBBINS, 1937, p. 124). Nesse sentido, o imperialismo nada significava. O problema estava no protecionismo[10]. Logo, a abolição de tarifas, o aumento da liberdade pessoal, a dissolução dos monopólios e a ampliação da divisão internacional do trabalho para a mais extensa área possível do globo levariam ao aumento espetacular da riqueza em todo o mundo (ROBBINS *apud* BROWN, 1978, p. 27).

Mesmo a anticonservadora e keynesiana Joan Robinson via o imperialismo como resultado de uma compensação moral à acumulação. Primeiramente, ela acusou Marx de ter negligenciado o aspecto demográfico. Em seguida, num rompante neomalthusiano, a economista inglesa depositou a culpa pelo subdesenvolvimento nos próprios países subdesenvolvidos, cuja população não parava de crescer e cujos capitalistas não se incomodavam com a preservação de um exército de reserva em taxa crescente (ROBINSON, 1981). Numa defesa tipicamente keynesiana da ânsia de "ganhar dinheiro como a motivação suprema no sistema capitalista" (BROWN, 1978, p. 36), Joan Robinson acreditava que, apesar de as nações "capitalistas-imperialistas" terem sido obrigadas a guerrear e conquistar para criarem um ambiente propício à produção e extração de riquezas,

10. Lionel Robbins (1937, p. 39) travava uma luta contra o protecionismo alfandegário, em favor da liberdade de comércio e de um específico planejamento "racional" da produção industrial nacional visando ao mercado mundial. Ele atribuía os profundos movimentos deflacionários e depressivos da economia mundial ao uso indiscriminado de tarifas e quotas, ao controle dos fluxos de capital e à manipulação das trocas internacionais.

era necessário que o ganho do dinheiro pelo dinheiro fosse elevado a uma categoria superior das faculdades humanas, impossível de ser alcançada apenas com base na acumulação. Era necessário que os capitalistas despontassem como benfeitores da sociedade e, portanto, galgassem o *status* de *gentlemen*, provedores da civilização cristã às terras bárbaras (ROBINSON *apud* BROWN, 1978, p. 36-37). Esse era o papel do imperialismo na opinião de Robinson.

No entanto, pelo objetivo deste trabalho, será dado destaque aos teóricos que abordaram a questão da expansão imperialista do capitalismo a partir de um prisma que explique a origem da produção da relação de desigualdade presente na configuração centro-periferia, e não que a negue. Também não será tratada aqui a polêmica questão que divide historiadores econômicos sobre a real importância do imperialismo para o desenvolvimento econômico europeu, ou seja, se a política de expansão do imperialismo alavancou ou retardou o crescimento europeu de longo prazo[11]. Apesar dos esforços da cliometria e do uso de hipóteses contrafactuais na busca por dados que provem ou desmascarem a importância das interconexões econômicas entre os núcleos metropolitanos e diversas regiões colonizadas, formal ou informalmente, trabalharemos com a história factual: o imperialismo existiu e deixou profundas mudanças estruturais e institucionais[12], tanto nos países desenvolvidos (imperialistas) como nas regiões atrasadas (colonizadas), tendo influído, inclusive, na conformação de um sistema polarizado em países desenvolvidos e subdesenvolvidos, ricos e pobres. Nesse sentido, Magdoff (1972, p. 26) afirma que o imperialismo não é uma questão de escolha política, mas o modo de vida necessário da sociedade capitalista desenvolvida, enquanto para Frank

11. Sobre esse assunto, recomendamos a leitura de Mariutti (2003), que, na parte inicial de seu trabalho, faz um balanço do debate travado no XII Congresso Internacional de História Econômica, realizado em Madri, no ano de 1998, e traz muita luz sobre o tema.

12. Conferir Hobsbawm (2010); para dados de exportação de mercadorias e capitais e suas consequências, ver Magdoff (1972).

(1970b, p. 83), no estudo do desenvolvimento e do subdesenvolvimento capitalistas, está fora de questão tratar sequer da existência de capitalismo sem imperialismo e de imperialismo sem capitalismo.

2. Contextualizando historicamente o debate sobre o imperialismo capitalista

A problemática em torno do imperialismo toma força a partir das últimas décadas do século XIX. A extensão do desenvolvimento da produção industrial capitalista para outros países da Europa continental e os Estados Unidos, a partir da segunda metade daquele século, parecia demonstrar que a propalada justiça social, fruto de um desenvolvimento socioeconômico sem igual, era apenas uma questão de tempo, um processo que haveria de chegar naturalmente. As "ondas de industrialização"[13] faziam crer que, dadas algumas características particulares herdadas do processo de desenvolvimento histórico dos países, a institucionalização de ferramentas necessárias ao advento da grande indústria e a aplicação da gerência científica[14], os países iriam, um após outro, ingressar em uma nova e promissora fase de sua evolução produtiva.

Novas tecnologias eram desenvolvidas a partir do arcabouço científico revolucionário que inundou a última metade do século XIX com

13. Termo tomado de empréstimo de Oliveira (2002), em cujo trabalho analisa, *a posteriori*, os condicionantes históricos e os processos particulares por que passou cada um dos países que ingressou na era do capitalismo industrial. Colocando em grupos os países pela ordem cronológica de desenvolvimento de seus processos nacionais de industrialização em bases capitalistas, Oliveira analisa a passagem do capitalismo concorrencial, típico do observado na Grã-Bretanha pós-Revolução Industrial, para o capitalismo monopolista, característico do desenvolvimento observado nos países da segunda (Estados Unidos, Alemanha e França) e terceira (Itália, Rússia e Japão) ondas de industrialização, esta última, já no início do século XX.

14. A gerência, ou administração científica, baseada nos trabalhos de Frederick Taylor, no final do século XIX, imprime um novo ritmo de extração de excedentes e de exploração da força de trabalho, a partir de mudanças na organização das tarefas e dos operários na fábrica. Sobre o tema, sugerimos Braverman (1974).

inovações e descobertas as mais geniais[15]. A energia elétrica, o petróleo, a química inorgânica, o processo de vulcanização da borracha, a revolução do aço para a siderurgia e, daí, para a indústria naval e bélica, entre tantas outras, exigiam constantes adaptações dos bens de capital à nova e inquieta ciência. E o custo desse processo de construção e implantação de gigantescas unidades produtivas modificava substancialmente a composição dos mercados. O capitalismo concorrencial de Adam Smith começava a ceder seus mercados, para além da Grã-Bretanha, aos grandes oligopólios e monopólios. A concentração e a centralização do capital pareciam acelerar o ritmo dos revolucionamentos técnicos e científicos na produção de mercadorias.

Grandes conglomerados, sociedades anônimas e gigantescas empresas privadas surgiam e alçavam a escala de produção econômica a níveis nunca antes imaginados, minimizando custos do progresso técnico e auferindo índices de produtividade que não tardariam em colocar esses países na dianteira da corrida industrial contra a Inglaterra. Esta, por sua vez, permanecia com seu parque industrial estruturado em firmas individuais com tamanho relativamente reduzido, quando comparadas às concorrentes alemãs e norte-americanas. Indústrias de bens de capital, de alto teor tecnológico e científico, como eletrônicas, eletrotécnicas, químicas, de máquinas e ferramentas, e mesmo a indústria de ferro e aço, cuja gênese era autenticamente britânica, começaram a ser dominadas pelos concorrentes externos, os quais se transformaram rapidamente em exportadores para a própria Grã-Bretanha.

Pode-se arriscar que os condicionantes reais para o advento de um capitalismo de tipo imperialista já se construíam durante as quatro últimas décadas do século XIX, tais como: i) a ampliação sem precedentes da capacidade mundial de produção de mercadorias

15. Hobsbawm (2010, p. 70-80) refere-se a esse momento específico como uma segunda revolução industrial.

aliada a uma profunda depressão econômica[16], de preços e lucros, em âmbito mundial, que, em que pesem as diferenças de intensidade com que atingiu distintos países, setores produtivos e classes sociais, gerou preocupação quanto ao futuro do sistema liberal; ii) o desenvolvimento industrial capitalista de outras economias que passavam a concorrer diretamente com os capitais ingleses, especialmente Estados Unidos e Alemanha, mas também França, Itália, Rússia e Japão, as quais percebiam possibilidades reais de substituir suas volumosas importações da "oficina mecânica do mundo" pela produção interna de artigos para seus próprios mercados e, também, para exportação; iii) o domínio industrial dos mercados por parte de gigantescos monopólios e oligopólios, que mudavam profundamente a relação de forças dentro da classe capitalista e entre esta, os trabalhadores e o Estado; iv) crescimento em importância da organização e da participação sindical e política das massas trabalhadoras com suas consequências, teóricas e concretas, sobre uma nova conformação da luta de classes.

Para Dobb (1983, p. 218), a depressão iniciada em 1873, e que se estendeu até meados da última década do século, guardou um traço curioso, qual seja a produção e a capacidade produtiva continuaram a crescer durante a década de 1870, especialmente no que se refere às indústrias de bens de capital, porém em ritmo bem mais baixo do que o observado na década de 1860. Hobsbawm (2000, p. 176) afirma que a depressão não foi grande o bastante para obrigar a Grã-Bretanha a transformar radicalmente sua indústria, nem afetou a todos os países de igual maneira, afinal, para as indústrias dos Estados Unidos, Alemanha e dos países escandinavos, o período foi marcado por avanços extraordinários, e, nesse sentido, o autor reforça que a Grande Depressão coincide com o "fim da fase 'britânica' da industrialização, e o começo de outra" (p. 118).

16. Sobre a chamada Grande Depressão de 1873-1896, há uma vasta bibliografia sobre o tema, que traz dados dos principais indicadores socioeconômicos da época. Sugerimos Hobsbawm (2000; 2010), Dobb (1983), Oliveira (2002), Landes (1994).

No entanto, o peso do termo "depressão" não pode ser aliviado quando nos referimos a esse período histórico, haja vista a vertiginosa queda de preços, especialmente daqueles produtos com cotação mundial, como o ferro, cuja queda de preço alcançou mais de 60%, o carvão, 40%, ou o aço e os produtos agrícolas, cujas cotações apresentaram queda de um terço em relação ao seu preço antes da crise (DOBB, 1983, p. 214), o que levou vários países ao inadimplemento de seus débitos internacionais. Influências monetárias devidas à escassez relativa de ouro e concomitante redução da liquidez, quedas recorrentes nos custos proporcionadas pelas novas tecnologias empregadas na elevação da força produtiva, superprodução, crescimento da concorrência, barateamento das matérias-primas foram algumas das possíveis causas levantadas pelos estudiosos do fenômeno.

A dificuldade para encontrar uma seara tranquila para novos investimentos levou muitos teóricos e políticos a sugerirem a prática do imperialismo, ou, em outras palavras, que os capitalistas exportassem capitais e mercadorias para as colônias e países atrasados como alternativa para reaquecer as taxas de lucro e salvar as economias em crise[17]. As análises britânicas à época, como a realizada pela Comissão Real sobre a Depressão do Comércio e Indústria[18], concluíam que a produção de mercadorias e o investimento de capital em geral haviam crescido num ritmo superior ao da população naquele país durante o período recente (DOBB, 1983, p. 216).

Para Hobsbawm (2000, p. 119), os trabalhadores que conseguiram manter-se empregados durante o período crítico experimentaram pequena melhora nos gastos de consumo, dados os níveis mais baixos de preços. Não obstante, os primeiros esforços no sentido de se levar a cabo uma gerência eficaz sobre o trabalhador invadiam as indústrias americanas e da Europa nas últimas duas décadas do século XIX, significando novas formas de se aumentar o excedente extraído

17. Ver nota 3 deste trabalho.

18. Conferir Dobb (1983, p. 219).

de cada operário. Nesses termos, o aumento da intensidade do trabalho e a consequente ampliação da mais-valia absoluta tomavam ares de sóbria administração racional e científica, enquanto a exploração levada ao extremo se tornava sinônimo de organização revolucionária do trabalho no interior das firmas (BRAVERMAN, 1974, p. 138).

Se as três décadas que antecederam a depressão foram palco da expansão do emprego e da produção, especialmente o período que se estende de 1850 a 1880, as décadas seguintes, de meados de 1880 a meados de 1890, fariam desaparecer os lucros auferidos no período imediatamente anterior (HOBSBAWM, 2000, p. 119). Enquanto a Grã-Bretanha apelava para a saída tradicional, elevando a exportação de capital para o exterior, mandando lucros e poupanças ociosos para áreas subdesenvolvidas e conquistando econômica e politicamente áreas do globo até então inexploradas, seus novos concorrentes industriais diretos, Estados Unidos e Alemanha, lançavam mão de novas formas de organização e reestruturação da produção capitalista, baseadas na revolucionária tecnologia e nas linhas de montagem para produção em série, resultando no aparecimento de trustes, cartéis e associações patronais. Dados os volumes necessários de investimento, contaram com a participação de bancos e, por vezes, dos próprios governos, processo que potencializou a concentração e centralização do capital.

Era de se esperar que o surgimento dessas gigantescas associações capitalistas, sindicatos patronais e cooperativas de produtores criasse, simultaneamente, uma classe poderosa de poucos, mas muito fortes, capitalistas capazes de colocar a máquina administrativa e governamental de seus Estados a serviço da busca, conquista e manutenção de novos territórios econômicos[19]. Essas lutas por mercados, matérias-primas e novas áreas para investimentos levavam ao completo imbricamento entre o aparelho de Estado burguês e os capitais monopolistas privados nacionais, que se personificavam na figura de industriais,

19. Conferir Gollwitzer (1969).

banqueiros e rentistas, os quais se utilizavam de todos os mecanismos de Estado, como a diplomacia, a pressão internacional, a ameaça militar, o protecionismo, as políticas alfandegárias e de subsídios, com o intuito de assegurar os benefícios pecuniários privados dessa nova elite dos negócios. As características econômicas expansionistas e beligerantes do período que se estende de 1870 a 1910 deixavam, em muitos, a sensação de que uma guerra poderia surgir como possível desenlace das tensões mundiais causadas pela forma "desigual" e "combinada" apresentada pelo desenvolvimento econômico mundial em bases capitalistas (ANIEVAS, 2013, aspas no original).

A Inglaterra investia seus esforços bélicos no sul do continente africano, enfrentando os colonos franceses e holandeses, chamados bôeres, na tentativa de anexar e controlar as repúblicas do Transvaal e do Estado Livre de Orange, especialmente no que diz respeito às minas de diamante e ouro, enquanto, em outra frente, tentava conter o clima de hostilidade dos chineses contra a invasão e o domínio econômico ocidental, naquela que ficou conhecida como a Guerra dos Boxers; os Estados Unidos, em 1898, lutavam contra a Espanha pelo controle da região do Caribe e do Pacífico, demonstrando seu convicto interesse pelo Golfo do México; o Japão, após a abertura irrestrita orientada pela Dinastia Meiji e a consequente ascensão de uma burguesia aos moldes ocidentais, concorria à condição de potência imperialista, ao impor uma derrota humilhante ao império russo pelo controle da Coreia e da Manchúria; mesmo a Alemanha, afrontando diretamente os interesses coloniais da Inglaterra e da França, iniciava, em 1903, a construção da ferrovia Berlim-Bagdá, levando a sérios conflitos internacionais. Tudo indicava que a guerra era inevitável num mundo capitalista, dada a necessidade premente desse modo de produção de invadir e explorar o maior território possível.

Além disso, contra a força e a violência militar das grandes potências, muitos povos que se encontravam sob dominação estrangeira protestavam e se mobilizavam em busca da libertação nacional, cla-

mando veementemente contra a subjugação e a exploração e exigindo o reconhecimento do direito à independência desses países mais fracos por parte das nações poderosas[20]. Se o nacionalismo e o patriotismo eram conclamados em favor do militarismo crescente das nações e utilizados como disfarce ideológico para a garantia dos interesses econômicos e políticos privados nacionais, a política da democracia começava a ser exigida pelos movimentos operários e socialistas e pelas classes subalternas ao mesmo tempo que o pensamento econômico-social recebia a contribuição crítica de Marx e Engels.

Enquanto a ideia em torno da seleção artificial presente nas teses da eugenia de Galton, influenciada pela seleção natural de Darwin, despontava com sua tentativa de dar ares de ciência à superioridade econômica de uma minoria branca, abastada e culta, servindo de justificativa moral para as classes dominantes, a crítica radical socialista apontava para a superação do capitalismo, por meios fossem políticos, fossem revolucionários. Afinal, se a depressão resultou em certa melhoria no salário real de uma parte da classe trabalhadora até meados de 1890[21], o período imediatamente subsequente transformaria os sonhos dourados em pesadelo, e a preocupação com a possibilidade de um conflito bélico de grande amplitude já se fazia perceber na primeira década do século XX.

Era de se esperar que a mesma época que marca o advento industrial e a concentração urbana saudaria a chegada em massa dos

20. Lenin (2011, p. 245) cita uma publicação inglesa que informava acerca de uma conferência de nações e "raças" subjugadas, realizada no período de 28 a 30 de junho de 1910 e da qual participaram representantes de diversos povos da Ásia, África e Europa, cujo discurso dominante era contra o imperialismo, a dominação estrangeira e em favor do reconhecimento da independência desses povos submetidos, bem como da instalação de um tribunal que velasse pelo cumprimento dos tratados já celebrados entre as nações dominantes e os países fracos.

21. Sobre salários, renda e outros dados para o período, ver o apêndice da obra de Pereira (1984), em que o autor traz os dados de Brown e Browne, apresentados em *A century of pay*, de 1968. De 1870 a 1900, o salário real cresce 102% nos Estados Unidos e 80% na Grã-Bretanha. Daí até 1914, o crescimento desacelera e alcança 16% nos Estados Unidos, apresentando queda de 2% na Grã-Bretanha.

trabalhadores assalariados. Essa classe crescente e majoritariamente descontente com as condições de vida a ela impostas ocupava os principais centros industriais e trazia consigo o germe das transformações vindouras: a explosão dos mercados consumidores de produtos alimentícios, vestuário, construção civil, energia e alguns bens duráveis e semiduráveis, aliada ao crescimento do setor terciário, às mudanças socioculturais, bem como à força e à amplitude dos movimentos políticos contestatórios (HOBSBAWM, 2000, p. 148-158).

Num simples exercício de lógica, se a maioria do povo se tornasse proletariado, suas representações político-partidárias seriam maioria e, portanto, vitoriosas em regimes democráticos. Logo, ampliava-se a expectativa para as conquistas das classes trabalhadoras, e as esperanças de consideráveis melhoras em seu padrão de vida jamais alcançaram tamanha certeza. Hobsbawm (2010, p. 188-190) salienta o crescimento da importância e da representatividade dos partidos trabalhistas e socialistas, muitos deles agrupados em torno da social-democracia, para o quadro político-eleitoral de fins do século XIX.

Em 1918, Georg Lukács afirmou que a linha teórica e política da esquerda à qual se juntava

> [...] baseava-se numa convicção de que a grande onda revolucionária que em breve deveria conduzir o mundo inteiro, ou pelo menos a Europa inteira, ao socialismo de maneira alguma passaria por um refluxo [...] (LUKÁCS, 2003, p. 11).

Uma era que prometia mudanças sociais profundas e duradouras e na qual o socialismo despontava como destino inequívoco, especialmente para aqueles que, fossem austríacos, húngaros, polacos, holandeses, italianos, fossem vindos de qualquer outra parte do mundo em busca de trabalho, rendiam-se ao envolvimento socialista, comunista ou simplesmente trabalhista mundial. Mas, se a certeza do socialismo era unânime entre os pensadores da esquer-

da, o mesmo não se poderia dizer do receituário para alcançá-lo. O debate teórico e político travado no seio da social-democracia ilustra bem o clima de incerteza política e econômica da época. Vejamos mais um pouco sobre essa questão.

Pode-se afirmar que a grande maioria dos partidos políticos, associações, federações e sindicatos que reuniam trabalhadores, socialistas e simpatizantes das causas operárias denominavam-se, a partir da segunda metade do século XIX, social-democratas. Socialistas revolucionários, revisionistas ou reformistas, centristas moderados, oportunistas de esquerda e de direita, sociais-chauvinistas, simpatizantes fabianos[22] e mesmo os "socialistas de cátedra"[23] liberais radicais se autodenominavam sociais-democratas[24]. De alguma forma, vislumbravam um futuro socialista ou, no mínimo, uma guinada do capitalismo liberal para um tipo de capitalismo reformado, ou um sistema híbrido, no qual a produção e distribuição obedecessem a um planejamento e a uma direção sociais superiores[25]. Um tipo de socialismo evolucionário.

22. O grupo denominado "Os Fabianos" constituía-se de intelectuais, entre os quais podemos incluir Bernard Shaw, Beatrice Webb, Sidney Webb, que, em 4 de janeiro de 1884, fundaram a chamada "Sociedade Fabiana", uma organização que não pretendia constituir um partido político para a tomada do poder, mas sim impregnar e influenciar teórica e ideologicamente outros grupos políticos com suas ideias. Para Engels, ela não passava de um braço do Partido Liberal (ANDRADE, 2006, p. 15). Composta por intelectuais burgueses, vislumbrava um futuro socialista sem revolução e por meio de reformas. Considerada por Lenin como uma tendência extrema do oportunismo, a sociedade derivava seu nome do chefe militar romano Fábio Máximo, sempre adepto da contemporização, tendo conseguido evitar os combates violentos contra Aníbal, no século III a.C., preferindo a tática da expectativa.

23. Nome dado ao socialismo sem práxis, difundido apenas dentro das universidades, que surge na Alemanha nos anos 1860/1870, associado aos nomes de muitos dos integrantes da chamada Escola Histórica Alemã, como Schmoller, Brentano, Sombart, Wagner. Adeptos do reformismo, colocavam o Estado burguês acima das classes, como capaz de implementar reformas rumo ao socialismo.

24. Conferir Hobsbawm (2010, p. 205-221) e Loureiro (2004).

25. Conferir Bernstein (1982). Sobre a trajetória teórica e política de Eduard Bernstein, seu revisionismo, seus embates políticos e ideológicos à frente da social-democracia, sugerimos Andrade (2006).

Guardando forte influência dos escritos de Marx e Engels, muitos partidos social-democratas tinham em seus quadros grandes teóricos e políticos que aos poucos se tornavam expoentes do marxismo, grandes conhecedores e propagadores das obras de Marx, como era o caso do Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD), do qual faziam parte Eduard Bernstein, Karl Kautsky, Rudolf Hilferding e Rosa Luxemburgo, entre outros. No entanto, a era do imperialismo foi também a era das reformas sociais (HOBSBAWM, 2010; DOBB, 1983; LANDES, 1994).

Para Dobb (1983, p. 224), ao analisar o caso da Inglaterra, não podia haver qualquer dúvida de que "as oportunidades proporcionadas pelo novo imperialismo constituíram o fator essencial da nova fase de prosperidade entre 1896 e 1914", que inclusive fazia "desaparecer da lembrança as recordações da Grande Depressão" do final do século XIX. "A passagem da preocupação à euforia foi súbita e dramática [...] e um boom econômico serviu de pano de fundo para o que ainda é conhecido no continente europeu como a belle époque" (HOBSBAWM, 2010, p. 81). Afinal, havia considerável concordância de que as consequências positivas sobre as exportações de bens de capital e os investimentos no exterior faziam reascender a atividade econômica e reanimar os empresários capitalistas a ponto de "renovar a fé no destino do capitalismo como capaz de promover o eterno progresso econômico" (DOBB, 1983, p. 228).

Num momento em que os partidos e as organizações trabalhistas e socialistas denunciavam os problemas crônicos gerados pela contradição entre capital e trabalho, e a luta de classes tornava-se o eixo do debate da grande questão social, as conquistas imediatas, a título de compensações e barganhas, que as lutas sindical e política traziam para a melhoria das condições materiais do proletariado desempenhavam um duplo papel, pois, ao mesmo tempo que atenuavam as pretensões revolucionárias de uma parte dos socialistas e da classe trabalhadora, criavam o horizonte emancipatório da classe operária,

haja vista uma parcela desta ascender ao *status* de classe média[26]. Assim, a possibilidade de que, dentro da vigente ordem capitalista, a expansão do modelo em escala mundial pudesse revelar-se portadora de benefícios crescentes seduzia não apenas os beneficiários diretos de tais melhorias, mas também os teóricos que se deitavam sobre tais teses. A crítica teórico-prática do capitalismo começa então a sofrer um cisma, uma espécie de revisionismo das teses de Marx, que buscava oferecer interpretações distintas, moderadas, especialmente no que diz respeito ao conflito de classes e à possibilidade de superação do modo capitalista de produção pela via não revolucionária[27].

Uma reforma legal do capitalismo, um tipo de transição pacífica para o socialismo por meio de pequenas reformas sociais alcançadas pelas vias "legais", sem a violência da revolução, mas sim por intermédio dos sindicatos e instituições políticas reconhecidas e organizadas, acenava positiva e progressivamente para os revisionistas dentro do Partido Social-Democrata, como era o caso de Eduard Bernstein e Conrad Schmidt, na Alemanha. Bernstein (1982), por exemplo, defendia que as conquistas trabalhistas, o desenvolvimento do crédito, das comunicações e do serviço de informações, o advento das associações patronais, a luta política emancipatória e a democracia parlamentarista estavam se incumbindo de, aos poucos,

26. De acordo com Loureiro (2004), até mesmo o conservadorismo do Partido Social-Democrata Alemão podia ser explicado com base no fato de que o desenvolvimento do partido coincide com um período de conquistas econômicas e certa paz social devido à luta sindical e partidária, haja vista alguns dados relativos às classes trabalhadoras. O salário real subiu um terço de 1860 até aproximadamente a virada do século e mantém certa estabilidade a partir de então; a jornada de trabalho caiu de doze horas, em 1870, para dez horas, em 1914. Apesar disso, segundo a autora, outros graves problemas persistiam, como os relativos às moradias dos operários e a diferença entre as camadas pequeno-burguesa, média e pobre da classe trabalhadora.

27. Bernstein (1982) advoga sua tese do socialismo democrático, evolucionário, o qual chega mesmo a ser comparado a um tipo de liberalismo organizado. Defendendo sempre a liberdade mais do que a igualdade e a progressividade das transformações sociais, ele repudiava o radicalismo revolucionário, que desejava a mudança abrupta e imediata, segundo ele, elemento tributário da dialética hegeliana, motivo pelo qual esta deveria ser expurgada do pensamento marxista.

conduzir a um controle progressivo da produção social e, portanto, representavam a atenuação dos conflitos da sociedade capitalista, existentes entre capital e trabalho, entre produção e troca, entre sociedade e Estado de classe. Assim, a revolução socialista perdia sua razão de ser, pois o socialismo chegaria por meio do desenvolvimento lógico das reformas sociais (ANDRADE, 2006).

Ainda usando a social-democracia alemã como exemplo, havia o grupo de centro do partido. Para Lenin (2011) e Rosa Luxemburgo (1999), a política de conciliação, pela cooperação, entre as classes do proletariado e da burguesia, o chamado oportunismo, invadia os quadros da social-democracia de forma mais perigosa. Assim, os radicais apelidaram essa vertente centrista de kautskismo, dada a liderança desempenhada por Karl Kautsky, que, juntamente com Rudolf Hilferding, defendia a democracia e a transição pacífica para o socialismo, fruto do colapso político e social, e não econômico, do capitalismo. Apostavam todas as suas fichas não no esmagamento e destruição violentos do Estado burguês, mas na tomada pacífica das rédeas desse Estado por parte da classe trabalhadora e sua subsequente socialização, por meio de greves gerais, atuação na política eleitoral ou ação parlamentar (BOTTOMORE, 1985). Um pretenso controle social seria alcançado em etapas progressivas, até o momento em que o capitalista passaria de proprietário para mero administrador dos meios de produção, porquanto subordinado à vontade da sociedade. Hilferding denominou essa etapa de transição ao socialismo de "capitalismo organizado", o que, segundo ele, já estava em marcha.

Tal crença baseava-se na interpretação da crescente centralização e controle da produção social por gigantescas sociedades anônimas como sendo um processo de entrelaçamento, de socialização da propriedade. A substituição dos proprietários individuais por grupo de acionistas que detinham papéis representativos do capital social dos empreendimentos animava alguns socialistas que consideravam esse processo como perda de poder dos capitalistas sobre a

direção dos negócios. Essas convicções se apoiavam não apenas na proliferação dos trustes, cartéis e outras associações de produtores, mas no controle além-mar das matérias-primas básicas e no crescimento da centralização bancária[28].

As cooperativas agrícolas de crédito, por exemplo, só na Alemanha, de 1870 a 1908, arregimentavam mais da metade dos agricultores independentes, enquanto as cooperativas de compra se multiplicavam em vários outros países da Europa e nos Estados Unidos. As associações econômicas de capitalistas se expandiam vigorosamente na França, enquanto na Nova Zelândia as cooperativas agrícolas praticamente controlavam toda a indústria de laticínios (HOBSBAWM, 2010, p. 65-67). Por isso, a ideia de um controle social futuro que tomasse das mãos da burguesia as rédeas da economia e da política, encerrando assim os auspiciosos tempos do capitalismo, acalentava o sonho dos socialistas que defendiam a passagem política tranquila e natural para uma nova sociedade socialista, transição que dispensava o radicalismo revolucionário.

Mas, ao mesmo tempo que o reformismo parecia ganhar força e corpo no seio do proletariado, a ala mais radical da social-democracia, como a Liga Espartaquista[29] na Alemanha, gritava ainda mais

28. Ainda que tratada como o reduto da defesa do livre comércio e da divisão mundial do trabalho, especialmente no que diz respeito ao setor industrial, a Grã-Bretanha também aderiu à moda das fusões e da concentração em alguns outros setores. Hobsbawm (2010, p. 78) adverte que as grandes empresas com centenas de filiais tomavam conta de parcela significativa do mercado de vendas a varejo e carnes. Além disso, o setor bancário foi cenário de uma rápida substituição dos bancos menores, os chamados "bancos rurais", por um reduzido número de poderosos grupos financeiros. Em exemplo citado pelo historiador, somente o Lloyds Bank absorveu 164 pequenos bancos de 1880 a 1900.

29. Em 1914, em protesto contra a aprovação dos créditos de guerra pelo Partido Social-Democrata Alemão e já descontente com a posição reacionária que o partido vinha tomando, Rosa Luxemburgo fundou, juntamente com outros seis companheiros de partido, entre os quais Karl Liebknecht, Clara Zetkin e Franz Mering, o Grupo Internacional, radical revolucionário dentro dos quadros da social-democracia alemã. Em 1918, esse Grupo passou a se chamar Liga Espartaquista, a qual, após aderir ao Comintern, tornou-se o Partido Comunista Alemão, em 1919 (LOUREIRO, 2004). Conferir Luxemburg (2012).

alto pela defesa da revolução socialista, denunciando o caráter imperialista da Guerra Mundial e pedindo a retirada imediata de seu país do conflito. Denunciando os líderes idealistas, oportunistas e reformistas do partido, acusava-os de traição por tenderem para uma postura pequeno-burguesa. Rosa Luxemburgo, por exemplo, assim como Karl Liebknecht, via o mesmo enfraquecimento do capitalismo, mas pela ampliação das contradições, não por suas supostas atenuações, e pela organização do movimento operário, que sedimentava uma consciência de classe. Para ela, o liberalismo burguês dava seus últimos suspiros de puro pavor diante do crescimento insofismável do poder do movimento operário. Afirmava que reforma e revolução não eram duas opções que levariam ao mesmo caminho, pois somente a segunda alternativa era "ato de criação política da história de classe" (LUXEMBURG, 1999, p. 96).

Nesse clima de tensões política, social, militar, teórica e ideológica, que influenciava a forma de observar, descrever e analisar o mundo por parte daquele que se aventurasse a teorizar o momento vivido, surgiram as primeiras teses sobre o imperialismo vindas de autores marxistas e, com elas, a percepção de que o capitalismo trazia, juntamente com o desenvolvimento do processo de acumulação de capital, a divisão do mundo entre exploradores e explorados.

A perspectiva desenvolvida por esses autores, os quais tinham na teoria do valor de Marx a base teórica e metodológica da investigação do desenvolvimento capitalista, marca o prenúncio de uma análise crítica dos impactos do imperialismo sobre as regiões pobres do globo. Pode-se afirmar que a contribuição desses autores abre a crítica ao capitalismo no século XX. Crítica esta que, de certo modo, estará presente também entre os teóricos que, posteriormente, se dedicarão a estudar os problemas relativos ao subdesenvolvimento capitalista e que se acomodarão em torno da chamada concepção centro e periferia, núcleo de nossas preocupações.

Defende-se, portanto, a importância do condicionante histórico-social do conhecimento. Toda e qualquer defesa de neutralidade da ciência, de pureza valorativa, de ausência de influências sociais, ideológicas e de classe, que irriga o conhecimento e o discurso científicos, é desde já abandonada. Busca-se, ao contrário, identificar as influências históricas, teóricas e ideológicas que, de maneira mais aguda, influenciaram este ou aquele pensador. O estágio de desenvolvimento da sociedade capitalista, o grau relativo dos antagonismos e das contradições que marcam o desenvolvimento desse modo de produção em cada momento histórico desencadeavam fenômenos sociais que agiam como espelho da ação dos homens e dos grupos. Assim, destacamos, até o final deste capítulo, os autores de influência marxista que buscaram denunciar, nas primeiras décadas do século XX, a forma desigual e polarizada de conformação dos países diante do processo de expansão do capitalismo sobre o globo.

3. As primeiras preocupações com o lado pobre do sistema capitalista

De acordo com Lenin (1984, p. 2), o período que se estende de 1871 a 1914 foi de uma realidade dúplice do sistema capitalista. Enquanto significou, para "os mais adiantados países da Europa", ou pelo menos para um décimo de sua população, paz, prosperidade e expansão "pacífica" (entre aspas também no original), para os "imensos territórios e países ainda não arrastados para o torvelinho do capitalismo", ou seja, para os povos das colônias e dos países atrasados, bem como para os outros nove décimos da população dos próprios países mais avançados, o capitalismo era sinônimo de "opressão, torturas e horrores".

A importância dessa observação reside no fato de que certa atenção passa a ser dispensada aos efeitos do imperialismo sobre as regiões subjugadas, ou seja, às condições de vida e à realidade das

"colônias e países atrasados" (LENIN, 1984, p. 4). Não que isso significasse o início de um tratamento sistemático da questão do desenvolvimento capitalista das regiões mais pobres do planeta, mas os malefícios que a onda de expansão imperialista provocava sobre essas áreas economicamente atrasadas, do ponto de vista do modo de vida predominante nas economias europeias, começam a ser relevados e avaliados, especialmente se considerarmos que, em seu conjunto, os autores de influência marxista que à época se debruçaram sobre o tema relacionavam o imperialismo a um determinado estágio, ou política de expansão econômica predominante nesse estágio, do desenvolvimento do capitalismo, bem distinto, portanto, da visão de distúrbio, ou patologia, predominante em Hobson, ou mesmo do caráter atávico presente no argumento de Schumpeter.

Se toda formação social histórica exige uma forma determinada de expansão e desenvolvimento, para os primeiros teóricos marxistas do imperialismo, a forma utilizada pelo capitalismo, em uma determinada fase de maturidade, não está muito longe da teorização de Marx acerca dos primeiros movimentos do colonialismo, ou seja, a de transformar áreas não capitalistas em capitalistas, destruindo relações de produção que não as baseadas no trabalho assalariado e, dessa forma, forçando uma classe de operários a produzir valor muito além das suas necessidades vitais, afetando objetivamente a estrutura social vigente nessas regiões.

A herança de Marx: imperialismo, desenvolvimento e subdesenvolvimento

Enquanto Brown (1978, p. 53) afirma que não há em Marx uma teoria específica sobre o imperialismo, Löwy (1998, p. 2) defende que, por ter escrito antes da era imperialista, Marx não podia dar conta de um problema que estava ligado diretamente à expansão mundial do capital. No entanto, a nosso ver, Marx antecipou dois argumen-

tos que, além de influenciarem toda uma vertente de pensadores, constituíram-se chaves para os objetivos desta parte de nosso trabalho: primeiramente, indissociável de seu método de análise[30], a ideia acerca do caráter contraditório, desigual e desequilibrado do processo de desenvolvimento da acumulação de capital; em seguida, a ideia de que a expansão do capital não obedece a quaisquer limites ou obstáculos impostos por fronteiras geográficas ou políticas, pois "o próprio mecanismo do processo de produção capitalista elimina os empecilhos que ele temporariamente cria" (MARX, 1983b, p. 192).

Marx entendia, por intermédio do método dialético, que as contradições presentes na esfera material das sociedades tensionavam pela expansão das forças produtivas contidas na natureza, até o momento em que essas forças já não mais satisfaziam a promoção das relações de propriedade burguesas (MARX; ENGELS, 1998), tornando-se, assim, por demais poderosas para as relações sociais de produção vigentes, gerando conflitos constantes. Novos arranjos e, com eles, novos núcleos de poder econômico e político se desenhavam a partir da luta de classes, levando à superação dessa forma de organização produtiva da sociedade.

Portanto, cada época específica do desenvolvimento da humanidade deve ser entendida com base nas contradições que imperam na vida material, ou pelo "conflito que existe entre as forças produtivas

30. A dialética do concreto, do real, e a análise histórica do progresso material das forças produtivas das sociedades humanas, ao abandonar a concepção idealista hegeliana da história, levam à percepção de que a dinâmica do desenvolvimento social é resultado das contradições e antagonismos existentes nas condições materiais que dominam no seio da própria unidade analisada. Assim, contradição entre interesse privado e coletivo resultante da própria forma de divisão do trabalho, entre produção social e acumulação privada, entre capital e trabalho, o antagonismo existente entre sociedade e Estado de classe são próprios de uma específica estrutura social que prevalece em um determinado tempo histórico do desenvolvimento da humanidade. Por isso, a categoria mais simples da análise já traz em si o germe da mais desenvolvida delas. Logo, o desenvolvimento desequilibrado, desigual, contraditório do capitalismo não é senão a forma de existir e de se desenvolver desse específico modo de produção. Sobre o método de Marx em sua crítica à Economia Política, sugerimos: Marx (2007, Prefácio e Introdução); Marx e Engels (1998; 2011a, primeira parte); Engels (2007); e ainda, Kosik (1976) e Grespan (1998).

sociais e as relações de produção" (MARX, 2007, p. 46), ou relações de propriedade. Por isso, para Engels (1975), superprodução e miséria das massas devem ser analisadas como causas uma da outra, ou como fruto da contradição imanente de uma sociedade cujos indivíduos trabalham, produzem e se relacionam não como resultado de um processo que busca a satisfação das necessidades coletivas, ou que visa à emancipação dos seus componentes, mas movidos, essencialmente, por interesses econômicos individuais.

Além disso, Marx percebe que a acumulação do capital e a forma como se fundamentava a proletarização da força de trabalho faziam do capitalismo um modo de produção mundial, adiantando, pois, a vigência de uma divisão internacional do trabalho que conformava um núcleo de exploradores e uma grande massa de explorados. O ponto de partida do capitalismo se mostra como sendo o mercado mundial que se estabelece na generalização da mercadoria e na confrontação do capital-dinheiro com outras formas de produção que não apenas a baseada no trabalho assalariado.

Assim, a ideia de que a lei do valor tende necessariamente a avançar, movida por antagonismos, sobre a mais vasta região do globo construindo verdadeiras arenas para a valorização do capital em escala ampliada ronda grande parte da obra de Marx. Seja quando trata da concentração e centralização dos meios de produção social como consequência da própria dinâmica da concorrência capitalista em seu processo de acumulação de capital; seja quando apresenta as teorias da colonização como fenômeno imanente da expansão capitalista (MARX, 1983b) levando a efeito uma divisão social do trabalho em escala mundial; seja quando seleciona o comércio exterior e o aumento do capital por ações como causas contrariantes da lei da queda tendencial da taxa de lucro (1984b, p. 180-182); seja como parte integrante e necessária da dinâmica da produção da maquinaria na grande indústria, haja vista a importância decisiva do momento em que a "máquina conquista seu raio

de ação" visando "os extraordinários lucros que ajuda a produzir" (1983b, p. 63); seja como força expansionista imanente ao modo capitalista de produção, que necessita ampliar sua área de atuação por meio da produção de capital com a finalidade de produzir mais capital conformando hegemonias ou o centro de gravidade em torno do qual a economia mundial orbita (MARX; ENGELS, 1976). Por isso, perceberemos que entre os teóricos marxistas do imperialismo há uma tendência dominante de se procurar compreender esse processo não como um movimento autônomo, ou um problema provocado por forças exógenas e que de alguma forma se infiltra no sistema capitalista, mas de percebê-lo como tendência própria e necessária da expansão da acumulação de capital.

No *Manifesto comunista*, Marx e Engels (1998) já mostravam a patente necessidade do capital de ampliar-se por sobre a mais vasta área mundial possível, haja vista a necessidade da burguesia de se expandir sobre todo o globo terrestre, com o intuito de fazer novos contatos, de escoar seus produtos, de instalar suas bases industriais, de buscar matérias-primas, em suma de se livrar do isolamento e dos particularismos locais característicos da sociedade feudal que ela lutara para exterminar. A partir daí, avança da mercadoria à forma dinheiro, em especial, dinheiro mundial.

> É só no mercado mundial que o dinheiro funciona plenamente como mercadoria, cuja forma natural é, ao mesmo tempo, forma diretamente social de realização do trabalho humano em abstrato. Seu modo de existir ajusta-se ao seu conceito (MARX, 1983a, p. 119).

Por isso, a vocação do capital era transformar o mundo na mais vasta área para sua própria valorização, atendendo a interesses privados, ainda que continuassem a coexistir, simultaneamente, num ou noutro canto, ou amiúde em alguns setores produtivos, relações econômicas baseadas em tipos não capitalistas, ou pré-ca-

pitalistas. Essa expansão em busca da apropriação de novos territórios econômicos foi tratada com bastante especificidade quando Marx analisou os resultados da dominação britânica sobre as Índias (MARX; ENGELS, 1977, p. 286-287). Para ele, a Inglaterra operava a aniquilação da velha sociedade asiática e a instalação dos fundamentos materiais da sociedade ocidental na Ásia. Afirmou ainda que os britânicos eram os primeiros conquistadores superiores e consequentemente inacessíveis à civilização hindu, destruindo assim as comunidades nativas, extirpando-lhes a indústria e nivelando tudo o que era grande e superior naquela sociedade. Nesse sentido, alertou para o fato de que as Índias só recolheriam os frutos dos elementos semeados pela burguesia se uma revolução operária capitulasse o capitalismo na Inglaterra ou se os hindus se tornassem fortes o suficiente para rejeitarem o jugo inglês e assumirem os rumos de seu desenvolvimento.

Dois aspectos importantes para os objetivos de nosso trabalho elevam-se a partir dessa análise. Primeiramente, a ideia de um centro econômico hegemônico, em torno do qual gravitam diversas zonas de influência e que, no decorrer do tempo histórico, tende a ceder seu lugar a outro, argumento especificamente tratado em um artigo apresentado na *Gazeta Renana*, em fevereiro de 1850, sob o sugestivo título de "Deslocamentos do centro de gravidade mundial"[31]. O segundo aspecto é a concepção de que o desenvolvimento capitalista das nações atrasadas dependia da implementação de um processo produtivo autônomo e pautado na industrialização, haja

31. Naquele momento, observando toda a euforia causada pela corrida do ouro na Califórnia e os rendimentos que aquelas mágicas minas prometiam, Marx antecipava que estava a ocorrer, nas Américas, o início de um processo de deslocamento do centro de gravidade da economia mundial, um novo descobrimento, mais importante que o próprio descobrimento das Américas, e que, em breve, faria de Nova Iorque e São Francisco o centro do mundo, assim como, outrora, haviam sido Inglaterra, Gênova e Veneza e, na era antiga, Alexandria (MARX; ENGELS, 1976). Braudel (1992) reconhece essa influência de Marx para os seus ciclos de longa duração, ao afirmar que "o gênio de Marx, o segredo de seu poder prolongado, está em que ele foi o primeiro a fabricar verdadeiros modelos sociais".

vista a "enorme capacidade de expansão aos saltos do sistema fabril e sua dependência do mercado mundial" (MARX, 1983b, p. 64)[32].

Uma vez que a vida da indústria era uma sequência que alternava períodos de "vitalidade média, prosperidade, superprodução, crise e estagnação" (MARX, 1983b, p. 64) e a dinâmica baseava-se em produzir de maneira febril até a saturação dos mercados, era essencial ao capitalista lutar por sua maior participação em meio à concorrência. Logo, a parte que caberia a cada capitalista individualmente estava "numa relação direta com a barateza do produto", o que dependia do aumento da produtividade do trabalhador. A indústria, como o celeiro do progresso técnico aplicado aos meios de produção, capaz de arrancar o maior sobreproduto do operário, garantia ao seu setor a predominância no processo de acumulação. Além disso, Marx acrescenta que, quanto mais tempo levasse esse processo de constituição e desenvolvimento de uma indústria própria, maiores as dificuldades para um país se libertar do domínio e da subjugação de outrem.

> A única probabilidade dos países civilizados da Europa não caírem, em relação aos EUA, na mesma dependência industrial, comercial e política em que se encontram a Itália, a Espanha e Portugal modernos é iniciarem uma revolução social que, enquanto ainda é tempo, adapte a economia à distribuição segundo as exigências da produção e das capacidades produtivas modernas, e permita o desenvolvimento de novas forças de produção que assegurem a superioridade da indústria europeia (MARX; ENGELS, 1976, p. 137).

Portanto, Marx toma o devido cuidado de alertar para a ideia de que, quanto antes um país se inserisse na concorrência industrial mundial regida pela acumulação de capital, maiores as suas chances de se livrar da condição de subordinado do sistema. Afinal, como percebe Löwy

32. Note-se que o mesmo argumento, um século depois, estaria presente nas formulações de várias correntes desenvolvimentistas, entre elas a concepção cepalina do desenvolvimento, inaugurada por Raúl Prebisch.

(1998, p. 73), já em 1857, na "Introdução à crítica da economia política", Marx assevera que, em todas as formações sociais, uma forma específica de produção acaba por determinar todas as demais, e as relações por ela produzidas determinam também o lugar e a importância de todas as outras. Portanto, as relações capitalistas, que alcançavam sua forma mais desenvolvida na grande indústria, uma vez dominantes na economia mundial, acabavam por definir o lugar e a importância que uma forma social distinta teria para o todo. Ressalvava, porém, que o fato de se desenvolver industrialmente significava, ao invés de amainar, impressão que poderia resultar da análise superficial do fenômeno, ampliar os antagonismos de classe gerados pelo processo de acumulação, seja para uma região específica, seja para a totalidade do sistema. Além disso, se em algumas áreas o processo pode ser cumulativo e levar ao desenvolvimento, em outras pode significar bloqueio (BROWN, 1978, p. 64), afinal, como sabemos, o desenvolvimento histórico não segue um padrão linear e positivo em Marx.

Para ele, o que ocorria era a criação de

> nova divisão internacional do trabalho adequada às principais sedes da indústria mecanizada, que transformam parte do globo terrestre em campo de produção agrícola para o outro campo preferencialmente industrial [o centro do sistema] (MARX, 1983b, p. 63-64).

Na opinião de Brown (1978, p. 50), essa foi a mais clara referência feita por Marx ao processo recíproco, concomitante, de geração de desenvolvimento e subdesenvolvimento, pois essa divisão internacional do trabalho se efetivava via processos que se interconectavam. A maquinaria, ao mesmo tempo que exigia volumes cada vez maiores de matérias-primas, barateava o produto final, que, por intermédio de sistemas de transporte e comunicação também revolucionados, era usado como arma "para a conquista de mercados estrangeiros". Paralelamente, trabalhadores que se "transformaram

em excedentes" nos "países da grande indústria" emigravam para o estrangeiro promovendo, de maneira artificialmente rápida, a colonização de gigantescas áreas. Estas, paulatinamente, tinham seus solos utilizados para plantações das matérias-primas necessárias aos seus países de origem, mediante a ruína dos produtos artesanalmente produzidos nesses novos mercados (MARX, 1983b).

Pode-se deduzir que os países coloniais ou semicoloniais, "países estrangeiros" (MARX, 1983b), desempenhavam funções específicas para os centros industriais dominantes, como receptáculos dos excedentes de trabalhadores dos centros industriais e como fornecedores de alimentos e matérias-primas necessários às metrópoles. Como exemplos dados por Marx, os Estados Unidos e a Índia foram obrigados a produzir algodão, enquanto a Austrália produzia lã para a indústria inglesa[33]. Estavam, portanto, determinados o lugar e a importância dessas áreas e das relações que lá imperavam para a acumulação de capital que se operava em escala mundial.

A preocupação dos teóricos marxistas em apresentar a dinâmica do imperialismo pelo ângulo das consequências desse processo nas zonas exploradas, como em Rosa Luxemburgo, por exemplo, também é encontrada, em sua forma original, em Marx, para quem a lógica do modo de produção capitalista consistia na expropriação da massa do povo de sua base fundiária, num processo denominado por ele de acumulação primitiva (MARX, 1983b, p. 261-294). Para que as colônias se tornassem áreas capitalistas, era necessário que

33. A partir de dados extraídos de um relatório parlamentar de fevereiro de 1867, em atendimento à solicitação da Câmara dos Comuns, Marx ainda demonstra que, de 1846 a 1865, as exportações de lã, algodão, farinhas, grãos variados, como trigo, feijão, ervilha, milho, aveia etc., dos Estados Unidos, da Índia, do Cabo da Boa Esperança e da Austrália, com destino à Grã-Bretanha multiplicaram-se de cinco a dez vezes, ou mesmo quinze vezes, dependendo do produto e da região. Isso o levou a afirmar que "[...] não há dúvida alguma [...] que a marcha acelerada da fiação de algodão promoveu de modo artificial a plantação de algodão nos Estados Unidos [...]". E mais, que "o desenvolvimento econômico dos Estados Unidos é, ele mesmo, um produto da grande indústria [...] inglesa. Em sua atual configuração [1866], precisam ser ainda considerados uma colônia da Europa" (MARX, 1983b, p. 63-64).

os produtores locais, nativos ou imigrantes, que produziam e acumulavam para si mesmos, porquanto proprietários de seus próprios meios de produção, fossem expropriados por hordas de capitalistas, ainda que de forma vil e violenta. Marx afirmava que a "profunda hipocrisia e barbárie" próprias da civilização burguesa, apesar de assumirem formas respeitáveis em sua terra natal "se desnudam e se mostram sem véus nas colônias" (MARX; ENGELS, 1977, p. 296).

Como, para Marx, meios de produção e matérias-primas não são capital, enquanto a relação de produção dominante na sociedade capitalista, trabalho assalariado, não se estabelecesse, seria necessário separar o trabalhador das condições objetivas do trabalho, no caso, a base fundiária. Isso exigia o avanço em direção às colônias que, livres ainda da propriedade privada capitalista, seriam o palco da expropriação dos pequenos produtores locais. Além disso, era imprescindível evitar que imigrantes trabalhadores conseguissem juntar fundos suficientes para se transformarem em proprietários fundiários. Como alerta Marx (1983b, p. 298),

> Essa constante transformação de trabalhadores assalariados em produtores independentes que, em vez de trabalharem para o capital, trabalham para si mesmos, e em vez de enriquecerem o senhor capitalista, enriquecem a si mesmos, repercute de forma completamente prejudicial sobre as condições do mercado de trabalho.

Caberia à acumulação de capital, com o auxílio das forças do Estado burguês, transformar camponeses e artesãos independentes das colônias em trabalhadores assalariados, processo que Marx (1983b, p. 296) narra e denuncia em sua crítica ao político britânico, vigoroso defensor da colonização do Canadá, Austrália e Nova Zelândia, Edward Gibbon Wakefield[34], para quem a elevação artificial

34. Em sua crítica, Marx dá especial atenção à expressão cunhada por Wakefield, "colonização sistemática". Tal prática tinha o fim deliberado de ludibriar a lei da oferta

do preço da terra e o barateamento dos salários, ambos possíveis para o governo, poderiam contribuir enormemente.

Não obstante, o avanço da exportação de mercadorias e capitais para investimentos nas colônias, a expansão do crédito e do capital a juros e o advento dos grandes monopólios industriais, elementos indispensáveis para a análise do imperialismo capitalista e o entendimento da conformação de um sistema polarizado entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, fundem-se para explicar como o comércio exterior e o subsequente aumento do capital por ações atuariam como causas contrariantes da lei tendencial da queda da taxa de lucro (1984b, p. 180-182). "Capitais investidos no comércio exterior podem proporcionar taxa de lucro mais elevada", pois, nas colônias, o capitalista do país adiantado concorre com mercadorias que lá são produzidas com menos facilidade, dado o menor desenvolvimento das técnicas produtivas, o que lhe possibilita a venda acima do valor individual de sua mercadoria. Recebe, portanto, mais trabalho em troca de menos trabalho[35], argumento que será retomado em sua essência, por Nikolai Bukharin, como veremos mais adiante neste trabalho.

Enfim, se em Marx o comércio exterior esteve na gênese do modo de produção capitalista, sua ampliação torna-se condição de seu próprio progresso, dado que a necessidade de mercado sempre mais

---

e da procura de trabalho, matando, na raiz, o anticapitalismo das colônias e transformando em trabalhadores assalariados os artesãos e colonos independentes. Para tanto, bastaria que o governo britânico forçasse a fixação de um preço artificialmente mais alto para as terras virgens das colônias, o que forçaria o imigrante a trabalhar muito mais tempo como assalariado antes de poder comprar sua independência. Durante esse tempo, o governo se incumbiria de ampliar enormemente a importação de migrantes da Europa, mantendo sempre abastecido e barateado o mercado de trabalho assalariado à disposição do capitalista. Assim sendo, os trabalhadores poderiam ser dispensados antes de conseguirem juntar os fundos necessários à sua transformação em camponeses autônomos. Bukharin, Lenin e Rosa Luxemburgo herdam tal conclusão de Marx, como veremos mais à frente neste trabalho.

35. Nas *Teorias da mais-valia*, Marx se expressa claramente sobre o tema, sem deixar de pontuar que a exploração na produção pode ser obnubilada pelas trocas: "Três dias de trabalho de um país podem ser trocados por um único dia de trabalho de outro [...]. Nesse caso, o país rico explora o pobre, mesmo que este ganhe através da troca" (MARX, 1980, p. 478 *apud* BROWN, 1978, p. 63). Ver Marx (2005).

amplo é produto da acumulação. Vejamos, portanto, como alguns teóricos, utilizando argumentos propostos por Marx, constroem as bases de uma teoria marxista do imperialismo capitalista, decisiva para se entender, na visão desses autores, a existência de uma polarização do mundo entre países ricos e pobres.

Rudolf Hilferding e o papel dos "países de segunda ordem"

Quando Lenin, em 1915, escreve o prefácio da obra de Nikolai Bukharin[36], ele inicia afirmando que o imperialismo não era apenas um dos principais problemas da ciência econômica no que se refere ao desenvolvimento capitalista à época, mas, sim, que se tratava da questão essencial (LENIN, 1984, p. 3). De fato, o tema tomou de assalto os círculos marxistas, em especial nas duas primeiras décadas do século XX. Tanto que os efeitos da contribuição de Hilferding ainda reverberavam quando, em setembro de 1914, Karl Kautsky publicava na *Die Neue Zeit*[37] um artigo no qual desenvolvia seu conceito de ultraimperialismo, que será tratado mais adiante. Para Bottomore (1985), as ideias contidas no trabalho de Hilferding influenciaram sobremaneira os demais teóricos marxistas que escreveram sobre o imperialismo, entre eles Bauer, Kautsky, Bukharin e Lenin. Todos acabavam guardando certa relação com o conceito de capital financeiro e com a concentração de capital, elementos centrais na análise de Hilferding.

Para Rudolph Hilferding, um dos primeiros pensadores marxistas a se dedicar ao tema do imperialismo[38], cuja análise se encontra na

36. Refere-se aqui ao livro de Bukharin, *A economia mundial e o imperialismo*.

37. A revista *Die Neue Zeit* era um dos mais importantes periódicos teóricos e políticos da esquerda socialista alemã, especialmente do SPD, o Partido Social-Democrata da Alemanha. Fundada em 1883 por Karl Kautsky, foi publicada até 1923. Conferir Andrade (2006), Loureiro (2004) e Mattick (2010).

38. Segundo Schumpeter (1961, p. 103), a relação causal entre política protecionista, a formação de trustes e cartéis e a utilização desses elementos para montar uma tese do imperialismo teve sua "primeira percepção denunciada pela doutrina neomarxista de Rudolf Hilferding e Otto Bauer". Inclusive, para Ramos Gorostiza (2008, p. 108), o

sua obra *O capital financeiro*, publicada em 1910, o desenvolvimento desequilibrado e desigual do sistema capitalista é apenas uma consequência da estrutura sobre a qual tal sistema se assenta, estrutura essa fortemente marcada pela anarquia que impera na produção. Logo, trata-se de um modo de produção que sai de uma crise preparando a próxima. Nesse tipo de sociedade, "as leis econômicas que regulam as trocas não são fruto da inteligência e consciência humanas", nem por elas deliberadas, mas operam como se fossem leis naturais, ou seja, como "força de uma necessidade natural social" (HILFERDING, 1985, p. 34). Identificando livre concorrência com anarquia, Hilferding opõe a elas a sociedade socialista e sua "regulamentação consciente", capaz de organizar a vida econômica e social. Na sociedade capitalista, prosperidade significa, antes de tudo, aperfeiçoamento das condições de exploração do trabalho pelo capital. Em outras palavras, progresso técnico aplicado à exploração do trabalhador.

Na busca do objeto central deste trabalho, salienta-se, em Hilferding (1985), a conformação de um sistema que divide o mundo entre os "países capitalistas desenvolvidos", de um lado, contra as "regiões atrasadas", de outro. Entre os primeiros, inclui economias como Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos, Áustria, França, Holanda, Bélgica. No segundo grupo, fala por vezes de Argentina, Congo Belga, Brasil, África do Sul, Sérvia. As colônias, possessões, regiões atrasadas, áreas invadidas, países pobres, países de segunda ordem, não industrializados, ou qualquer que seja a denominação por ele dada, passavam a fazer parte da estrutura da análise, pois esses novos mercados estrangeiros tinham como função servir aos anseios do capital, mais especificamente, de uma categoria de capital que dominava todas as demais, típica daquele estágio de desenvolvimento e organização da produção capitalista. Portanto,

interesse de Schumpeter pelo tema do imperialismo havia sido suscitado "pelos seus anos de estudos em Viena, num seminário de Böhm-Bawerk, de 1905 a 1906, junto a marxistas como Otto Bauer e Rudolf Hilferding, que logo seriam defensores de uma teoria do imperialismo de caráter econômico".

para analisarmos a lógica do argumento do autor, torna-se necessário partir de seu principal conceito.

O *capital financeiro*, segundo o autor, é uma "unificação do capital", uma associação de capitalistas industriais, comerciais e bancários, cujos capitais, antes separados, nas mãos, ou sob direção das altas finanças, criam uma estreita união entre os capitães da indústria e os banqueiros. Nas palavras do autor,

> Chamo de capital financeiro o capital bancário, portanto o capital em forma de dinheiro que, desse modo, é na realidade transformado em capital industrial. Mantém sempre a forma de dinheiro ante os proprietários, é aplicado por eles em forma de capital monetário – de capital rendoso – e sempre pode ser retirado por eles em forma de dinheiro. Mas, na verdade, a maior parte do capital investido dessa forma nos bancos é transformado em capital industrial, produtivo (meios de produção e força de trabalho) e imobilizado no processo de produção (HILFERDING, 1985, p. 219).

Grandes volumes de capital investidos nos bancos sob a forma dinheiro se transformam em capital industrial, pois são utilizados para adquirir meios de produção e força de trabalho. Os capitais resultantes desse processo de fusão entre capitalistas apresentam composições orgânicas[39] bem acima da média e, portanto, apropriam-se de mais-valia dos setores, ou das economias com menores composições orgânicas do capital.

O capital financeiro, ao contrário de livre concorrência, desenvolve-se mais rápido sob regime de dominação econômica[40], pois

39. Categoria criada por Marx (1983b, p. 187) que indica a proporção em que se reparte o valor do capital adiantado, seja por um capitalista, seja por um setor produtivo, entre capital constante, ou valor dos meios de produção, e capital variável, ou valor da força de trabalho, a soma dos salários pagos.

40. Hilferding crê que a política expansionista instrumentada pelo capital financeiro revoluciona a concepção de mundo da burguesia. Acredita que, na era original do ca-

"detesta a anarquia da concorrência e quer a organização". Impedindo que a concorrência dos capitais que lhes invejam as taxas de lucro extra auferidas reduza os preços que vigoram em sua área de atuação e, com eles, a taxa de lucro, a concentração avança sob tutela dos grandes bancos, principais acionistas do capital industrial, e do Estado. Associações surgem entre as indústrias de uma mesma cadeia produtiva, e, dessa forma, os produtores de matérias-primas se associam às fábricas de manufaturados.

A concentração de capital daí resultante segrega uma forte e reduzida elite dos negócios, composta por capitalistas industriais e monetários, ou empresários e acionistas, elite essa que está agora em condições de suprimir a livre concorrência, impor tarifas protecionistas e criar as poderosas associações monopolistas, os trustes e os cartéis, contando para tanto com o poder do Estado, que se vê diante de uma nova configuração de forças com a classe capitalista. As grandes sociedades anônimas, que tomam a passos largos o lugar da empresa individual, liberam o capitalista de suas funções de empresário industrial[41] ao mesmo tempo que transformam todo o capital investido pelos acionistas em "puro capital monetário". Por meio do desenvolvimento dos sistemas de crédito e do mercado de ações, poderosos "lucros de fundador"[42] inundam os bancos, tornando-se

pitalismo, quando imperava a livre concorrência, havia um ideal humanitário, de paz e harmonia dos interesses capitalistas, que habitava coração e mente dos defensores teóricos e práticos do capitalismo. Tal crença, brusca e definitivamente, é enterrada pela ambição imperialista do domínio do mundo, por meio da força do Estado, em favor do capital financeiro e suas grandes associações capitalistas. Ambição que se converte em necessidade econômica e que, ideologicamente, crê na dominação como realização das vantagens naturais peculiares, especialmente as características "raciais", e na submissão dos povos inferiores à nação hegemônica, reconhecida ante as demais. Para Hilferding, o imperialista se desapega da crença de que todas as nações deveriam ter o direito maior de independência e autodeterminação na gestão política dos interesses sociais, crença essa que, segundo ele, compunha a ideologia dos primeiros defensores do liberalismo.

41. Sobre a cisão entre a propriedade do capital e a administração dos negócios, ver Veblen (1994; 1988).

42. A expressão lucros de fundador, ou ainda lucros de lançador, refere-se a uma ca-

mais capital em busca de novos investimentos. Desenvolvemos, a partir daí, o argumento de Hilferding que define a importância, a função e o lugar das regiões atrasadas.

Guardando, nesse terreno, a dialética materialista de Marx, Hilferding (1985, p. 195-198) afirma que "as mesmas circunstâncias que primeiro levam à prosperidade encerram em si um potencial que paulatinamente deteriora as condições de exploração do capital [...]" e, portanto, "a crescente concentração torna-se, ao mesmo tempo, um obstáculo para seu progresso ulterior", pois, dada a propulsão incessante ao investimento, mais capital se amplia no mercado. Como o capital constante cresce mais rapidamente que o variável e, dentro do capital constante, o fixo cresce mais rapidamente que o circulante, o resultado é que a taxa de lucro do monopólio cai, dado o avanço da composição orgânica do capital e dos índices de produtividade. Além disso, as oportunidades de novas associações e fusões começam a limitar o processo de eliminação da concorrência. A proximidade das crises[43] avança e, segundo Hilferding, pode-se

tegoria econômica *sui generis* que designa um tipo de capital fictício. Trata-se de um rendimento, uma fonte de lucro, que surge da transformação do capital que rende lucro (capital industrial) em capital que rende juros, por meio da compra de ações das companhias abertas (capital monetário investido como capital acionário). Sua existência se deve ao fato de o movimento dos preços das ações se descolar, ou ser independente, do real capital originariamente investido na indústria e acrescido dos lucros. Por isso, a soma do capital acionário de uma companhia, ou a soma dos títulos de renda capitalizados, não necessariamente coincide com o montante do capital financeiro que foi inicialmente transformado em capital industrial. A diferença entre ambos é o lucro de lançador, um lucro extra, em capital monetário, que, além de representar um incentivo à abertura de novas sociedades anônimas, era fonte de considerável riqueza, apta a se transformar em novos investimentos. Conferir Hilferding (1985) e Bottomore (1985).

43. Longe de se tratar de superprodução ou subconsumo de mercadorias, explicações comumente usadas para justificar a grande depressão de 1873-1896, para Hilferding, as crises capitalistas são próprias da circulação capitalista, não podendo ser, assim, tratadas como crises da simples circulação de mercadorias, cujas "causas residem no caráter do capital". São produtos dessa específica forma de sociedade. Não podem ser crises de consumo, pois o capital não produz para satisfazer as necessidades de consumo da população, mas sim para o lucro. Nesse sentido, "a produção não depende do consumo, mas da necessidade de exploração do capital". Quem decide, na sociedade capitalista, quanto, para quem e em que velocidade se deve aumentar ou diminuir a produção não é o consumo da sociedade e seu crescimento, mas a realização de lucro (HILFERDING,

afirmar que a produção capitalista está condenada a uma lei empírica, ciclos que alternam prosperidade e depressão.

Como os cartéis e trustes, representantes formais do capital financeiro, necessitam satisfazer seus acionistas, sempre ávidos pela manutenção das taxas de lucro, e como também não podem impedir, ou sequer escapar, dos efeitos das crises, passam a lançar mão de expedientes capazes de compensar as circunstâncias desfavoráveis do mercado. Utilizam-se do velho e do novo protecionismo[44] de forma a desobstruir a transferência, ou exportação de capital. Assim, tarifas protecionistas e monopolização se ligam diretamente ao esforço de

1985, p. 232). Como produto do capital, na circulação capitalista, a mercadoria deve se comportar como capital. E, nesse sentido, tratassem as crises de superprodução de mercadorias ou de subconsumo e bastaria que os salários, e consequentemente o consumo das massas, se elevassem. Mas, para ele, ocorre justamente o oposto, pois os salários começam a despencar. E se ainda recorrem a essa explicação, é porque a crise se manifesta na circulação sob a forma de impossibilidade de realização do valor e sua transformação em dinheiro, ou seja, vertiginosa queda nas vendas das mercadorias. Manifesta-se, apenas. É o aspecto visível. Pois é a produção capitalista que transforma todo o produto em mercadoria e sua venda posterior como consequência prévia e necessária para retomada da reprodução. Logo, as crises representam impossibilidades de reprodução do capital mantendo-se as taxas de lucro que remuneram satisfatoriamente os capitais investidos. Se há superprodução, "não é simplesmente de mercadoria, mas superprodução de capital. [...] A venda de mercadoria estanca por que cessa a expansão da produção" (HILFERDING, 1985, p. 278). E esta cessa por incapacidade do capital de continuar reproduzindo-se a uma taxa de satisfatória de lucro. Estanca, portanto, a acumulação ulterior. Utilizar e valorizar capital tornam-se ações contraditórias.

44. Velho protecionismo, ou antigo protecionismo, diz respeito à proteção da indústria doméstica contra a invasão de manufaturados estrangeiros. Era tido como um aspecto favorável, um período transitório em que se buscava diminuir as dificuldades iniciais, pois favorecia o desenvolvimento do parque industrial nacional, sendo inclusive positivo para a classe trabalhadora, pois significava maior procura de trabalho e aumento de salários. Por outro lado, o protecionismo de cartel, essa novidade característica da era dos monopólios, seria, ao contrário, altamente pernicioso, pois, defendido apenas pelas grandes indústrias, torna-se arma de combate dos cartéis, ferramenta de manutenção do poder do capital financeiro, encarecendo os bens de consumo e reduzindo salários reais. Nesse sentido, as tarifas protecionistas tinham o fito de extrair lucros extras, mais do que de reservar mercados para desenvolver a produção nacional. Hilferding (1985, p. 291) chega a afirmar que, "*de meio de defesa contra o açambarcamento do mercado nacional por parte das indústrias estrangeiras, o protecionismo converteu-se em meio para ocupar os mercados estrangeiros através da indústria nacional; de arma de defesa do fraco, tornou-se arma de ataque do forte*". Schumpeter (1961), anos mais tarde, tendo lido e comentado a obra de Hilferding, adota semelhante visão acerca do protecionismo.

ampliação do território economicamente viável. Quanto maior e mais povoado o território econômico disponível, maiores as possibilidades de manutenção da reprodução capitalista, especialmente para essas associações de capitalistas, cujos patamares dos lucros aumentam direta e extraordinariamente com o tamanho do território econômico. Inicia-se, assim, a mais espetacular exportação de capital em todas as suas formas, seja capital industrial, produtor de lucro, seja capital monetário que se encontra supérfluo nos bancos, produtor de juros. A exploração de novos mercados prometia lucros reais e fictícios[45], e, portanto, a expansão por meio de uma política imperialista marca esse novo estágio atingido pelo desenvolvimento capitalista.

Cabia, então, às regiões subdesenvolvidas, o papel dúplice de receberem esse volume de capital e devolverem anualmente sob a forma de lucros. A mais-valia gerada no exterior continuava à disposição dos capitalistas dos países dominantes, haja vista o capital não se desnacionalizar. A lógica consistia em exportar valor para gerar mais-valia nas zonas atrasadas do globo. Tanto que Hilferding considera que esse expediente da exportação de capital se confunde com a própria política imperialista. O ponto fulcral residia na magnitude das taxas de lucro que alimentavam as casas bancárias dos países capitalistas avançados e fazia esvair valor das economias atrasadas. Afinal, os bancos e as indústrias abriam filiais no estrangeiro, via lançamentos de títulos, o que lhes garantia retornos muitas vezes superiores àqueles auferidos no mercado interno. Além disso, ampliavam, via empréstimos, o poder de consumo dos mercados recém-abertos.

Na análise de Hilferding, a exportação de capital prosseguia independentemente da capacidade de aquisição de mercadorias e capital vigentes na região "colonial", pois, em geral, esse capital destinava-se, principalmente, à produção de bens de capital, ener-

45. Lucro fictício aqui se refere ao rendimento associado ao capital fictício, das sociedades por ações, capital cujo crescimento nominal ia muito além do crescimento real e tangível do capital da firma e que garantia lucros de lançador aos acionistas.

gia, matérias-primas, alimentos, cujas vendas já estão previamente garantidas no mercado mundial. Os únicos fatores avaliados pelas empresas forasteiras eram a capacidade de expansão da produção na região, por exemplo, a quantidade de cobre, petróleo etc. passível de ser extraída do subsolo e a existência de mão de obra em quantidade e qualidade suficientes aos interesses do capital. Mesmo nesses casos, pode-se dizer que a insuficiência de capital da própria região atrasada seria contra-arrestada pela importação do capital estrangeiro e a falta de mão de obra livre seria sanada pela criação violenta do proletariado, ou por meio da imigração, com a participação do Estado. Para ele, o capital financeiro necessita derrubar as barreiras impostas pelas legislações atrasadas vigentes nas novas regiões conquistadas, lançando mão, nesse sentido, de métodos cada vez mais agressivos e violentos para superar tais obstáculos, adequando essas economias recém-abertas à legislação correspondente ao capitalismo desenvolvido.

Entre os resultados dessa exportação de capital, estava a ampliação da força de consumo na região subjugada, garantindo um rápido, turbulento e violento processo de "desenvolvimento" nas regiões atrasadas rumo ao capitalismo, a começar pela própria extinção das relações nativas de produção e, por conseguinte, da produção em escala de mercado, que são consequências da exportação de relações e métodos capitalistas de produção. Assim, ao mesmo tempo que se preocupava em mostrar que a exportação de capital acelerava a colonização dos países estrangeiros e desenvolvia amplamente suas forças produtivas, Hilferding denunciava a forma violenta empregada nas novas regiões para forçar a criação de trabalho livre. Seguindo o raciocínio de Marx, afirmava que o capital apela sempre à violência quando o objetivo é eliminar obstáculos não econômicos, institucionais, legais e mesmo os naturais.

> Quando o capital enfrenta [...] condições que contrariam sua necessidade de exploração e cuja superação econô-

> mica se daria somente de forma muito lenta e gradual, o capital apela à violência estatal, empregando-a à serviço da expropriação violenta, que arranja o proletariado livre necessário (HILFERDING, 1985, p. 299).

Por isso, o roubo de terras das populações nativas, a cessão dessas grandes extensões do solo às companhias estrangeiras, a transformação dos nativos livres em mão de obra assalariada, o pesado sistema tributário que criava uma nova "educação para o trabalho", que exigiam da população local esforços exaustivos de trabalho, nunca antes experimentados e a serviço do capital estrangeiro, são mecanismos de ação utilizados pela burguesia dos países avançados nesse estágio imperialista do capitalismo.

Transformando os países estrangeiros em importadores de mercadorias e capital dos países imperialistas, a exportação de capital fazia crescer o mercado interno dessas regiões amenizando, aparentemente, as contradições imanentes do capitalismo. Não obstante, o ímpeto expansionista seria maior quanto mais rica fosse a região em termos do produto cuja produção pudesse obedecer ao modo capitalista de operar. Atuando como força motriz da produção capitalista, ampliando a procura de mão de obra, fortalecendo o poder de barganha dos sindicatos nos países industrialmente avançados e recuperando as taxas de lucro cadentes, a exportação generalizada de capital impactava diretamente sobre os ciclos de prosperidade e depressão, ampliando a duração do primeiro e reduzindo os efeitos do segundo. Aos pobres, tudo isso lhes parecia o início do fim da era de miséria e sofrimento, e um futuro semelhante ao dos países de capitalismo mais antigo. Dando-lhes uma falsa impressão da realidade e obnubilando a sua consciência acerca dos reais danos causados pela sociedade capitalista, a expansão territorial da lei do valor criava um "juízo otimista sobre sua força vital" (HILFERDING, 1985, p. 299).

Mas é importante ressaltar que esse processo agudizava os conflitos, fosse entre os próprios países capitalistas, cujos interesses

concorrentes despertam novos e velhos antagonismos, fosse entre "os países capitalistas desenvolvidos e o poder estatal das regiões atrasadas" (HILFERDING, 1985, p. 302). Esse poder estatal local podia ser conservado, se favorável ao poder econômico estrangeiro, ou destruído. Mas, em qualquer dos casos, a importação do capitalismo "excitava a crescente resistência dos povos que despertam para a consciência nacional contra os invasores". Um cenário de rivalidades e hostilidades entre nações tomava forma.

Portanto, a exportação de capital industrial e financeiro é o elemento que submete o mundo ao capitalismo quando, ao chegar na nova região, destrói as velhas relações sociais e estabelece novas, baseadas na exploração capitalista. E o grau em que tal transformação se dá deve-se ao estágio observado no país de capitalismo mais desenvolvido, o que obriga, a cada época, que a nova região incorporada ao espaço econômico ampliado se adapte mais rápida e agressivamente aos novos métodos e formas de valorização do capital. Os cartéis e trustes atrelados ao capital financeiro eram os representantes dessa nova, avançada e violenta forma de organização da produção à época.

Usando ora a expressão "países capitalistas já altamente desenvolvidos cuja indústria esteja apta à exportação", ora "países dos grupos capitalistas mais poderosos", Hilferding (1985, p. 306-308) divide os países em "avançados" e "subjugados", ou aqueles que já atingiram o estágio de organização da produção capitalista comandada pelo capital financeiro e aqueles que ainda não chegaram lá. Em outros termos, a concentração e centralização mais avançadas do capital propiciam as formas mais desenvolvidas de exportação de capitais por parte "dos capitalistas dos países onde a indústria é mais avançada" para os "países com indústria menos organizada".

Por isso, participar, em maior ou menor proporção, da exploração dos "países industrialmente atrasados", por meio do capital de indústria ou de empréstimo, depende do grau alcançado, em termos técnicos e organizacionais, pelo desenvolvimento industrial de um

país imperialista e do tamanho do território econômico que este pode obter, pois o capital financeiro buscará criar o maior território econômico possível, fechando-o dentro dos muros do protecionismo contra a concorrência dos grupos capitalistas dos outros países avançados ou que já entraram no novo estágio da "monopolização" capitalista[46]. Por sua vez, os países subjugados, conquistados, dominados, colonizados são aqueles capazes de assegurar lucros extras aos capitais invasores, sejam de propriedade de capitalistas industriais, sejam de banqueiros, sejam de ambos. "O país rico em capital exporta-o como capital de empréstimo e torna-se credor do país devedor" (HILFERDING, 1985, p. 309).

Assim, quais seriam, na visão de Hilferding, as reais possibilidades de um país subjugado desenvolver-se industrialmente? Dirigindo os interesses para criação de indústrias de bens de consumo, exploração dos sistemas de transporte e circulação, extração de matéria-prima de interesse da indústria de transformação dos países avançados ou para o fornecimento de bens agrícolas ao mercado mundial, as "classes capitalistas dos grandes territórios econômicos" acabam por dificultar sobremaneira o desenvolvimento de uma indústria siderúrgica moderna nesses novos países altamente explorados, comprometendo seu desenvolvimento capitalista próprio, tornando-os reféns dos países avançados, "dependentes da proteção dos grandes", ou "países, econômica e politicamente, de segunda ordem, tributários do capital estrangeiro" (HILFERDING, 1985, p. 310). Nesse sentido, os grupos de poder econômico certificam-se de contar com o poder político, a diplomacia e a bandeira dos seus respectivos Estados protetores para se reservarem o direito de exploração sobre determinado país contra

46. Sobre esse aspecto, Hilferding (1985) faz questão de destacar a exceção feita à Inglaterra, onde, mesmo não se operando massivamente o processo de organização das firmas baseado na cartelização e trustificação dos setores produtivos, a massa espetacular de capital acumulado durante todo o século de defesa do *laissez-faire* e de domínio como a "oficina mecânica do mundo" lhe permite lugar de destaque na exportação de capital monetário e elevados rendimentos sob a forma de lucros e juros que compensam a perda do posto para a supremacia norte-americana e alemã.

os interesses dos países concorrentes. Do poder coercitivo político-militar vão ao poder político-comercial dos contratos comerciais, de crédito e a garantia dos interesses econômicos.

Mas, apesar disso, destaca-se em Hilferding sua percepção acerca de um efeito espelho, um mimetismo que provocava, nas regiões subdesenvolvidas, a vontade de se igualarem às nações europeias desenvolvidas. O autor parecia crer que os países invadidos, uma vez envolvidos no território econômico capitalista expandido, tendiam a se desenvolver ulteriormente rumo ao capitalismo, fosse devido ao surgimento de uma classe capitalista local (HILFERDING, 1985, p. 310), fosse pelo fato de o capitalismo "conferir aos subjugados os meios e os caminhos para sua libertação" (p. 302). Criando na população local, além do movimento de contestação já citado, um modelo de coesão estatal, baseado no mito da liberdade econômica e cultural, as regiões atrasadas, na opinião de Hilferding, pareciam se espelhar no exemplo dos poderosos e imperialistas países europeus, considerando-o digno de ser seguido tal qual uma meta desejada.

Rosa Luxemburgo e as "áreas externas" consumidoras

Se, para Hilferding, a guerra não era uma consequência inevitável das rivalidades imperialistas, e o colapso do capitalismo poderia vir pela via política e social, antes da econômica, para Rosa Luxemburgo, a expansão imperialista somente cessaria com o fim do capitalismo (BOTTOMORE, 1985, p. 16), algo que só ocorreria a partir da ação consciente e revolucionária das massas populares. Assim sendo, para os propósitos de nosso trabalho, pode-se adiantar que, na visão de Luxemburgo, a única saída para as regiões atrasadas e exploradas pelo capital mundial era a derrocada do modo capitalista de produção pela via da revolução.

Autora de uma obra cuja unidade entre teoria e prática foi entusiasticamente exaltada por Lukács (2003, p. 131), Rosa Luxemburgo

lutava contra vários inimigos simultaneamente: liberais burgueses, socialistas reformistas, revisionistas, oportunistas e até os bolcheviques, que, pautando-se na ação de vanguarda do partido, enterravam, de acordo com Luxemburgo, a perspectiva de um autêntico socialismo revolucionário, porém democrático, baseado no poder dos conselhos populares e na garantia do direito de participação das massas oprimidas, como deixa claro em seu libelo "O que quer a liga Spartacus?"[47], escrito em dezembro de 1918.

Para Loureiro (2004), se o Partido Social-Democrata da Alemanha esteve, desde a sua origem, dividido em duas alas, uma reformista, inspirada por Lassale, e outra revolucionária, inspirada por Marx e Engels, Luxemburgo pode ser considerada a herdeira e líder desta última. Para a economista e ativista política "alemã" nascida na Polônia, que se dedicou a analisar profundamente os esquemas de reprodução de Marx, não poderia existir maior fantasia do que acreditar que as reformas sociais paulatinas, os ganhos imediatos da classe trabalhadora, uma vez começados, levariam ao socialismo sem a necessária tomada revolucionária do poder (LUXEMBURG, 1999, p. 60-61).

Não é em vão que Luxemburgo inicia sua obra *A acumulação do capital*, publicada em 1913, afirmando que, se a forma de produção de uma sociedade é capitalista, a reprodução necessariamente também o será. E, para ela, o grande problema do capitalismo, "problema singular e bem complicado", está na reprodução desse sistema. Produção e troca são processos inseparáveis e interdependentes, cuja união constitui a reprodução capitalista. Uma vez que, para a sobrevivência do sistema, ele precisa reproduzir-se de forma ampliada, ou seja, tendo o produto sido vendido, é necessário que os capitalistas empreguem uma parte da mais-valia em quantidades adicionais de capital constante e variável, Luxemburgo se questiona como conseguir tal façanha de forma harmônica, proporcional e equilibrada, se todo esse processo se desenrola

47. Conferir Luxemburg (2012).

independentemente da razão, do planejamento, da vontade e das leis dos homens. Ela atribui à arbitrariedade da produção, à anarquia da concorrência, à impessoalidade do mercado e à obsessão individual de cada capitalista pelo lucro a incapacidade dessa estrutura social de se reproduzir sem esbarrar em graves obstáculos (LUXEMBURG, 1985, p. 178-182).

Se não há qualquer planejamento ou controle, nem sequer o mínimo estudo sobre as disponibilidades e necessidades naturais e sociais, quem garante que as vontades de consumir se equipararão aos anseios de lucro dos produtores? Quem fará coincidir oferta e demanda? E, no que tange à reprodução, como um sistema que não planeja nem prevê as condições de venda dos produtos no mercado poderá assegurar um mínimo de concordância entre quantidades crescentes de meios de produção e mão de obra com necessidades e possibilidades de acumulação?

Para a autora marxista, a falta de regulação planificada faz do capitalismo um sistema *sui generis*, pois, em vez de a necessidade de consumo da sociedade se constituir no elemento propulsor da reprodução social, o que impera é a realização da mais-valia, por ser essencial ao processo de acumulação. Se o organismo é incapaz de garantir que essa mais-valia se transforme novamente em dinheiro, graças aos gastos realizados pelos capitalistas e trabalhadores, então haveria necessidade de se buscar, fora do sistema, condições de realização dessa mais-valia ociosa, gerada no processo produtivo. Portanto, para ela, o capitalismo sofre um grave problema de realização, de venda, e não de produção de mais-valia.

É nesse ponto que se encaixa a problematização sobre a divisão do mundo em áreas capitalistas, formadas pelos países de capitalismo já desenvolvido e emancipado, que ela denomina de "velhas nações capitalistas", e as "áreas externas", sociedades que estão em vias de serem tragadas pela lei da acumulação de capital, pois ainda não são capitalistas. Estas, consideradas regiões atrasadas e

subdesenvolvidas do planeta, despontam como potenciais novos mercados capazes de solucionarem temporariamente esse déficit de consumo. Essa seria a função dessas zonas em condições prévias de produção de tipo capitalista (LUXEMBURG, 1985, p. 268)

Quem vai consumir é uma questão que, segundo Rosa, em nada interessa aos objetivos da acumulação. Se serão os capitalistas, os operários ou os "novos consumidores", as sociedades não capitalistas, recém-descobertas, criadas ou forjadas, importa apenas que tenham meios monetários suficientes para exercerem seu consumo. A expansão imperialista, especialmente por meio da exportação de capitais portadores de juros, se incumbirá de prover tais recursos. Se, posteriormente, tais empréstimos não forem pagos, se outros empréstimos forem arrancados para cobrirem os anteriores, se pesados sistemas fiscais incidirem sobre a economia camponesa, isso em nada afetará a continuidade do processo. Descontadas algumas falências de capitalistas isolados, ou Estados afundados em dívidas e crescentes parcelas empobrecidas da população, a marcha do capital em seu processo de acumulação-realização-capitalização prosseguirá em escala ampliada. Irracional à primeira vista, porém bastante lucrativo pela ótica da acumulação geral de capital.

> Logo à primeira vista, essas operações de capital [empréstimos europeus sequenciais ao Egito, por volta de 1874, e em consequência dos quais a bancarrota do Estado africano era tida como certa] se revelam totalmente descabidas. Um empréstimo puxava outro e os juros dos empréstimos anteriores eram cobertos com novos empréstimos e as gigantescas encomendas industriais [por parte do Egito] feitas ao capital inglês e francês eram pagas com o capital emprestado por ingleses e franceses. [Porém] Na realidade, enquanto a Europa formalmente desaprovava a absurda política econômica [...] o capital europeu realizava negócios extraordinários e fabulosos no Egito (LUXEMBURG, 1985, p. 297).

Cabe às velhas nações capitalistas forçarem a "emancipação dos novos Estados capitalistas". Na visão de Luxemburgo, diferentemente da análise de Marx[48], mesmo os Estados de capitalismo desenvolvido estariam sempre lançando mão de métodos típicos da fase de acumulação primitiva, capazes de transformarem a mais natural das formações sociais em estruturas especificamente capitalistas (LUXEMBURG, 1985, p. 210). Por meio de empréstimos estrangeiros, públicos e privados, da destruição de formações sociais específicas, da imposição da economia mercantil sobre formas de economia natural, da força militar provocando revoluções sociais e guerras, os Estados capitalistas forjavam violentamente a emancipação capitalista das regiões provinciais ou coloniais. Assim sendo, haveria de chegar o momento em que todo o globo estaria se reproduzindo de forma capitalista.

A forma vil de expansão do capital por sobre todas as regiões possíveis da terra pauta boa parte da obra de Rosa Luxemburgo. Buscando sempre ilustrar suas teses com narrativas históricas de fatos cruéis e violentos impetrados em nome da dominação e exploração pelo capital estrangeiro, ela faz questão de salientar os métodos utilizados por governos e imigrantes europeus quando em terras estrangeiras. O assassinato, o roubo, o saque, a expulsão das populações nativas de suas terras; a corrupção de líderes nativos e o extermínio completo das tradições e da cultura diversas; a utilização da fé cristã como carapaça protetora dos interesses puramente econômicos. A onda imperialista suscitava nas burguesias

48. Para Marx, o processo de acumulação primitiva, de que trata com riqueza de detalhes no capítulo XXIV do Livro I de *O capital*, remonta à fase histórica que antecede a acumulação capitalista propriamente dita, em que a acumulação da mais-valia se incumbe de eliminar a necessidade da utilização de meios violentos, não econômicos, para forjar a criação de um exército de despossuídos que seria obrigado a trabalhar por salário. A partir daí, a acumulação de capital, que pressupõe a mais-valia, engendra "um círculo vicioso do qual só podemos sair supondo uma acumulação primitiva, precedente à acumulação capitalista, *uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista*, mas sim seu ponto de partida" (MARX, 1983b, p. 261, grifo nosso).

dos velhos países capitalistas as mais covardes atrocidades em nome da acumulação de capital e da pretensa "civilização (ou cristianização) dos povos" (LUXEMBURG, 1985, p. 215).

Interessa-nos destacar, então, uma forma distinta de conformação dos países na economia mundial capitalista. Observa-se que o corte indústria-agricultura não se mostra como o elemento definidor do *status* de desenvolvimento econômico de uma nação. Mesmo porque a autora trata do avanço capitalista também sobre o campo, processo que coloca, em lugar do antigo fazendeiro/artesão/proprietário das terras, a figura do arrendatário capitalista, este espoliado pelo grande capitalista proprietário de terras. Narrando com riqueza de detalhes o caso norte-americano (LUXEMBURG, 1985, p. 208), mostra como esse processo transformou a realidade da agricultura, que se torna mecanizada e dedicada à monocultura. Apesar de, por vezes, fazer menção à violência com que o "capital europeu" irrompia sobre a "economia camponesa", suprimindo-a, Luxemburgo considera como divisora de águas a dicotomia existente entre relações capitalistas e "relações sociais primitivas", estas últimas referindo-se às relações sociais de produção naturais que antecedem o torvelinho capitalista. Aqui, talvez esteja o argumento decisivo: ter, ou não, plenamente estabelecidas as formas capitalistas de produção. Ser uma zona capitalista ou ainda não.

Do lado das velhas nações capitalistas, as quais representavam o elemento ativo da política imperialista, alinhavam-se Inglaterra, Alemanha, França, Bélgica e Estados Unidos, esses cinco Estados explicitamente citados. Do outro lado, o elemento passivo na corrida imperialista recebe distintas denominações da parte de Rosa. "Novos Estados capitalistas", "colônias", "províncias", "países exóticos", "países não capitalistas" e "áreas externas". Juntos, nesse grupo, são citados Rússia, Turquia, Grécia, Pérsia, Índia, Japão, China e outras regiões da Ásia, norte da África, Brasil, Argentina,

Paraguai, Bolívia, Peru, São Domingos, Uruguai, Venezuela, Honduras, Costa Rica e México, bem como colônias sul-africanas.

Ao detalhar de forma pormenorizada o violento e contínuo processo de transformação das economias naturais em capitalistas, Luxemburgo (1985, p. 253-276) está preocupada em apontar como as forças econômicas e políticas liberam, nessas economias pré-capitalistas, as condições objetivas para a reprodução em bases capitalistas, garantindo funcionalmente a realização da mais-valia em favor das nações capitalistas (FINE, 2012). Portanto, não há uma análise que confronte diferentes gradações de desenvolvimento capitalista entre essas esferas externas, nem mesmo uma abordagem sistemática dos motivos que levavam uma região atrasada a se adequar mais rapidamente do que as demais ao modo capitalista de produção.

Mas Luxemburgo (1985, p. 285) salienta que o processo de transformação capitalista dessas áreas que eram arrebatadas pela acumulação de capital trazia um elemento contraditório, se observado pela ótica de crescimento do capital, pois, ao mesmo tempo que os empréstimos estrangeiros serviam como meio de abertura de novas regiões para investimento de capital acumulado pelos países "antigos", criavam as condições para o surgimento e desenvolvimento de novos concorrentes no mercado mundial. Isso sinaliza a possibilidade de que nações não capitalistas, ao serem tomadas pela acumulação de capital, desenvolvessem sua produção mercantil nessas bases e se tornassem igualmente imperialistas.

Herdeira e propagadora do método dialético de Marx, Luxemburgo percebia que, na ânsia de ampliar o raio de ação do capital, a exportação de capitais acabava por realizar a sua redução. Realização da mais-valia, que "depende apenas da expansão geral da produção mercantil", e capitalização da mais-valia, que exige bem mais do que isso, pois necessita da plena conformação de métodos capitalistas de produção, tenderiam a estreitar cada vez mais

as possibilidades de se concatenarem. Essa contradição latente, imanente ao processo de desenvolvimento da acumulação de capital, somente poderia ser abafada pela força, o que faria da guerra o método habitualmente utilizado pelos países capitalistas, fosse para se libertarem do jugo dos seus dominadores, fosse para concorrerem entre si pelas áreas externas ainda disponíveis. Por isso, o militarismo tornou-se elemento primordial em sua análise (LUXEMBURG, 1985, p. 281).

Depreende-se daí que o colapso do sistema se conjugaria com o esgotamento dessas "esferas não capitalistas", refiram-se estas aos territórios geográficos ainda não capitalistas ou às relações com estruturas não capitalistas ainda existentes no seio de sociedades onde o capitalismo já se desenvolvera. Para Luxemburgo, sem as formações primitivas, sem a possibilidade de assimilação, e posterior destruição, destas por parte das forças capitalistas, a acumulação de capital não pode existir.

As sociedades primitivas, aos olhos dos capitalistas, representavam o combustível da reprodução ampliada de capital. E o imperialismo, a forma de conquistá-las. Ao contrário de Karl Kautsky, como veremos a seguir, e do pensamento social-democrata da época, contra o qual a revolucionária marxista lutou até a morte, para Luxemburgo (1999) o imperialismo não poderia ser separado do capitalismo. Não dava para aceitar, teórica e tampouco politicamente, uma saída para o capitalismo desviando-se apenas do imperialismo. O fim do imperialismo significava a impossibilidade de reprodução do processo de acumulação de capital, portanto, a aniquilação do próprio capitalismo. Ao mesmo tempo que o imperialismo prolongava a existência do capitalismo, impunha-lhe um ponto final. A revolução comunista, e não a reforma, mostrava-se como única saída da lógica perversa da acumulação do capital e da estrutura econômica mundial dicotômica que colocava alguns poucos países ricos contra todo um universo de países pobres e miseráveis.

Karl Kautsky e a dicotomia indústria e agricultura

Desproporção entre os setores produtivos e crises recalcitrantes. Karl Kautsky considerava o desenvolvimento do capitalismo como marcado pela desproporcionalidade. Por isso, tal como Hilferding, Kautsky defendia que a sociedade cuja estrutura material se assenta em bases capitalistas está sempre exposta a crises econômicas e que a solução de uma crise cria, de imediato, as pré-condições para a crise seguinte. Tal desproporção pode ser explicada pelo avanço mais acelerado do setor industrial do que o observado no setor agrícola. Essa dicotomia entre industrial e agrícola marca o argumento do marxista checo, que, após a morte de Engels, em 1895, passou a ser considerado entre os mais influentes conhecedores da obra de Marx, ao qual foi apresentado em 1881, na Inglaterra. Amigo de Engels, fundador do periódico *Die Neue Zeit*, na Alemanha, Kautsky foi seu editor desde o momento de fundação da revista, em 1883, até setembro de 1917, quando então se desligou do Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD), para se juntar ao Partido Social-Democrata Independente da Alemanha (USPD).

Tendo se filiado ao Partido Social-Democrata da Áustria (SPÖ) quando ainda vivia em Viena, em 1875, Kautsky sentiu na pele todo o conflituoso debate teórico entre as alas que dividiam o partido no início do século XX. Apesar de toda ortodoxia marxista presente em seu pensamento, sua dedicação à causa operária e a percepção da inevitabilidade de superação da ordem capitalista, que descartava como utópica qualquer transição não revolucionária ao socialismo[49], a partir de finais da década de 1910, especificamente a partir de seu texto *O caminho do poder*, de 1909, Kautsky procurou "adequar os princípios gerais de sua estratégia" (MUSSE, 2005, p. 163). Tomou então uma posição centrista dentro do partido social-democrata e aderiu a uma visão evolucionária do socialismo, posicionan-

49. Conferir Musse (2005, p. 160-162).

do-se contrariamente às alas mais radicais dos sociais-democratas, entre as quais estava Rosa Luxemburgo. Anos mais tarde, chegou a criticar veementemente a opção política bolchevista na Revolução Russa (KAUTSKY, 2004a), o que lhe custou o título, em tom de crítica, de "revolucionário inimigo da revolução" (LENIN, 1977).

O perfil teórico e ideológico do editor do quarto volume de *O capital* e que, segundo Lenin, foi a maior autoridade da Segunda Internacional conseguiu reunir o lado revolucionário e o lado reacionário desse movimento, pois, enquanto especialista teórico em marxismo, podia passar-se pelo mais ortodoxo dos marxistas, mas o lado revolucionário dos seus ensinamentos jamais sobressaía como tal (MATTICK, 2010), o que acabou atraindo alguns integrantes liberais burgueses para dentro dos quadros da social-democracia.

Durante os anos de 1914 e 1915, período durante o qual Kautsky escreveu seus principais artigos acerca do imperialismo, como "Ultraimperialismo", que veio à tona em setembro de 1914, o clima era de tensão, especialmente no que diz respeito às duras críticas endereçadas ao Partido Social-Democrata alemão pelos marxistas radicais. A principal questão pairava em torno do colapso do capitalismo. Seria aquele momento de imperialismo explícito um prenúncio do fim da economia de mercado? Estaria batendo à porta o modo socialista de produção? As necessidades sociais, e não as do mercado, tornariam-se o objetivo da produção social? Teria chegado o momento histórico de superação do capitalismo? Um regime socialista colocaria fim, num só golpe, a todas as empresas privadas, independentemente do nível de desenvolvimento de cada Estado capitalista? Os níveis alcançados pelas técnicas de produção já permitiam garantir a todos os trabalhadores salários mais elevados, bem-estar e tempo livre capazes de promover uma autêntica emancipação do proletariado enquanto classe, missão maior da social-democracia? A guerra indicava o fim do capitalismo ou apenas do imperialismo?

Tais questões mostravam que o devir social exigia elementos da práxis socialista. Não se tratava de acertar ou não as projeções futuras. Kautsky, após a guinada revisionista em seu pensamento, estava plenamente convencido[50] de que, se existia um nível historicamente necessário como condição para o socialismo, tal nível já havia sido alcançado. A construção de um modo de produção socialista poderia emergir das estruturas que o próprio desenvolvimento capitalista havia criado. A concentração do capital das empresas privadas, as cooperativas, as empresas comunais e estatais indicavam, para ele, que a estrada para esse novo modo de produção já estava sendo aplainada e que um regime social-democrata já poderia "naturalmente" instaurar a produção socialista (KAUTSKY, 2002a, p. 483).

Além do colapso econômico, o capitalismo necessitava de um "colapso moral" (KAUTSKY, 2002a, p. 487) capaz de eliminar o imperialismo e retirar da instabilidade geral daquele momento, marcado por contradições, antagonismos e um sangrento conflito armado, uma oposição massiva capaz de debilitar a ordem existente. Esse era um dos lados, talvez o mais aparente, da questão. Por outro lado, existia a alternativa de que uma política internacional que emergisse do pós-guerra e inaugurasse, por meio do desarmamento e de uma paz duradoura, "uma nova era de esperança e expectativas no interior do capitalismo" poderia adiar, por tempo indefinido, tanto o colapso econômico como o colapso moral desse sistema. Essa política internacional, que substituiria o imperialis-

50. Em debate com Cunow, teórico marxista que criticava os quadros moderados da social-democracia alemã pela posição centrista adotada, entre os quais se encaixava Kautsky, este afirma que um mínimo requerido de condições objetivas para o advento do socialismo já havia sido alcançado. As condições subjetivas, a outra face da questão, constituíam o elemento mais difícil, pois tratava-se de desacreditar no modo capitalista de produção, mas desde que tal descrença partisse não apenas das classes adversárias naturais do capitalismo, os assalariados, mas também daqueles que, não interessados na exploração capitalista, estivessem sofrendo direta ou indiretamente com o desenvolvimento dessa forma de reprodução social, como os intelectuais, a pequena burguesia e mesmo os pequenos capitalistas, em suma, a classe média (KAUTSKY, 2002a, p. 486-488).

mo e uniria as nações imperialistas mais poderosas, ele a denominou de superimperialismo, ou ultraimperialismo. Um tipo de cartel internacional formado por capitalistas industriais e financeiros dos países mais fortes e seus poderes de Estado. Uma "federação dos mais fortes" que faria todos renunciarem às armas. Tal fase seria marcada pela reconquista de um capitalismo pacífico[51], uma vez eliminados os conflitos beligerantes causados pela corrida expansionista imperialista. Este, de acordo com Kautsky, apesar de tão ou mais perverso para a classe do proletariado do que o imperialismo vigente, poderia prolongar a sobrevida de um sistema que se imaginava moribundo.

Percebe-se, em Kautsky, que suas ideias mais amplas, mais desenvolvidas, são expansões de um mesmo argumento em escala mais restrita. Por isso, o corte que separa as nações ricas, ou industriais, das pobres, ou agrárias, é o mesmo, porém em escala ampliada, que divide os setores industriais dos agrários dentro de um mesmo território nacional. As zonas agrárias têm uma importância dual para o setor industrial. Se, por um lado, são fornecedoras de alimentos e matérias-primas, representando a oferta para o setor

51. Kautsky (2002c), semelhante a Hilferding, refere-se à fase do capitalismo de livre-comércio como sendo pacífica, tendo durado aproximadamente até os anos de 1860/70, quando a Inglaterra era a oficina mecânica do mundo e a configuração de uma divisão internacional do trabalho colocava grande parte das economias do planeta à disposição dos interesses da indústria inglesa hegemônica. O imperialismo era, portanto, o responsável pelo acirramento dos antagonismos, criando um clima de violência e guerra entre os Estados capitalistas. Tal argumento foi duramente criticado por Lenin, que o considerou um marxista renegado, ou um ex-marxista. Lenin, que antes era admirador do trabalho e das convicções de Kautsky, considerava que essa era uma postura pequeno-burguesa, era como defender uma teoria que pretendia abolir os antagonismos, as contradições imanentes do modo capitalista de produção, delegando todos os males comuns do capitalismo a um outro elemento, o imperialismo. Segundo Lenin, a questão não girava em torno de saber se as elucubrações acerca de um superimperialismo eram concebíveis ou não, pois, teoricamente, tudo é possível de ser imaginado, até mesmo uma fase de santa associação mundial entre os magnatas do capital. A crítica maior residia no aspecto oportunista e idealista da proposta de Kautsky, que ignorava os mais graves problemas da atualidade para sonhar com um futuro sem problemas, segundo Lenin (1984), "*uma alienação deliberada para sonhar*".

industrial, por outro são também os consumidores dos produtos manufaturados. Portanto, no capitalismo teríamos, constantemente, a violação da proporcionalidade intersetorial, necessária ao desenvolvimento tranquilo e equilibrado do sistema, dado que o setor industrial cresce de forma mais rápida, produtiva e dinâmica do que o setor agrícola. Assim, ou o setor agrícola não consegue consumir todos os bens produzidos pelo setor manufatureiro, caso em que há superprodução, ou o setor agrícola não consegue oferecer matéria-prima e alimentos na quantidade requerida pela indústria, caso em que se observa a escassez. No sistema capitalista, uma harmonia duradoura entre os setores produtivos, na qual ambos produzissem em proporções exatas, seria impossível e inalcançável.

Para Kautsky (2004b), dado o maior ímpeto em direção à acumulação de capital, a indústria necessita se expandir rapidamente para que a sociedade não seja lançada na miséria, pois cabe a esse setor garantir a geração de empregos que compensará o desemprego no setor agrícola, que está sempre dispensando mão de obra. Considerava, assim, que, enquanto na indústria ocorria uma redução relativa de trabalhadores, na agricultura tal redução se dava em termos absolutos. Mesmo quando o campo mantivesse sua população de trabalhadores estacionária, caberia ao setor industrial, ou às cidades, a incumbência de arcar com o crescimento populacional em si, atraindo para a cidade as hordas de trabalhadores egressos do campo.

Por esse motivo, a famosa lei da população de Malthus, crescimento da produção de alimentos em proporções inferiores ao crescimento da população, deveria ser modificada e tratada, segundo Kautsky (2004b), como uma lei da acumulação capitalista. Diferentemente da concepção original do liberal inglês, o marxista austríaco propôs que a população industrial de uma região é que cresce como uma série geométrica, enquanto a população das zonas agrícolas permanece estacionária ou decresce. Para agravar ainda mais o quadro, a produtividade do trabalhador da indústria cresce

muito mais rapidamente que a do trabalhador agrícola, o que provoca fortes oscilações nos preços relativos dos dois setores. Torna-se então essencial à continuidade do processo de acumulação capitalista que a indústria continue garantindo empregos a uma população crescente, o que só será possível a partir do momento em que prossiga encontrando novos mercados agrícolas para além das fronteiras distritais, expandindo assim, extensivamente, tanto o consumo dos produtos industriais quanto a oferta de produtos primários, ambos garantidos pelas zonas rurais.

É nesse raciocínio que se enquadra a onda imperialista e, por extensão, a divisão do mundo entre áreas industriais e agrárias, ou produtoras de bens de produção e de bens de consumo. Se a desproporção setorial é marca registrada da produção em bases capitalistas, é evidente que as nações industrializadas precisariam expandir constantemente as áreas agrícolas com o intuito de garantir certa compensação contra a perda da proporcionalidade produtiva e populacional setoriais. A sobrevivência do capitalismo estaria condicionada à expansão extensiva e crescente do capital por sobre novas zonas agrárias.

Cabia ao grupo formado pelos países industrializados a origem dessa força expansionista em direção aos países essencialmente agrícolas, força tipicamente centrífuga. E uma das formas de manifestação dessa tendência é o imperialismo, assim como outrora havia sido o liberalismo. Kautsky (2002a, p. 471) preferia definir o imperialismo como um "tipo particular de política utilizado pelas frações capitalistas dominantes na fase do capitalismo avançado", e não como a própria fase. Afirmava que sua definição aproximava-se mais da de Hilferding, pois acreditava que, para este, o imperialismo era também uma política específica de expansão do capital, a política utilizada pelo capital financeiro.

Subjugadas e dominadas pelos países capitalistas industrializados, as nações agrárias, que representavam a parcela subdesenvolvi-

da do globo, deveriam desempenhar duas funções, a de servir como exportadoras de matérias-primas, alimentos e minério necessários à indústria estrangeira e a de atender como importadoras dos bens de consumo industrializados e de capital, atuando como novos mercados para investimentos dos grandes capitalistas industriais e financeiros. Dessa forma, o mundo capitalista conforma uma clara divisão. De um lado, estão os países capitalistas industrializados, que são as nações mais fortes. A estes cabem o domínio, a subjugação e a exploração das nações agrárias, locais para os quais o capital é exportado, criando mercados para os produtos industrializados, reprimindo as pré-condições necessárias ao desenvolvimento local de um setor industrial próprio, liberando mão de obra em quantidade suficiente para o capital forasteiro explorar como trabalho assalariado e garantindo a continuidade dos interesses dos capitalistas estrangeiros.

E essa conformação dos países calcada em relações de submissão e subjugação parece, em Kautsky (2002c, p. 458), perene e de difícil transformação, haja vista ser de interesse dos países industrializados a manutenção do controle dessas zonas como áreas agrícolas, impedindo, com esse intuito, o desenvolvimento de uma indústria local nacional. Não obstante, permanecer como nação agrária significava abrir mão de toda e qualquer autonomia política e econômica. Era simplesmente existir em favor das nações industrializadas, uma vez que prosperidade e autonomia dependiam do desenvolvimento da industrialização.

Sair dessa armadilha significava, na opinião de Kautsky, desenvolver um setor industrial, tarefa das mais árduas e empreendida apenas por alguns poucos Estados que, podendo contar com o apoio da autoridade política local, lançaram mão de políticas protecionistas e outros esforços, buscando, assim, desenvolver seus parques industriais próprios. Em seguida, faziam o mesmo caminho dos demais, ou seja, partiam em busca de territórios ainda virgens, isto é, livres do controle de outro país capitalista. Con-

quistavam colônias, quando exerciam o controle direto do país, ou zonas de influência, quando tal controle se dava de forma indireta (KAUTSKY, 2002c, p. 460). Colonização e corrida armamentista eram, portanto, as verdadeiras *raízes do imperialismo*[52], em busca do mais vasto território econômico possível.

Há outro ponto importante na perspectiva de Kautsky que não poderia ficar ausente de nossa pesquisa, haja vista sua relevância causal, recorrentemente utilizada, dentro do debate sobre a divisão do sistema mundial entre países avançados e atrasados. No momento em que defende que os impulsos para a expansão territorial não se limitavam apenas aos objetivos econômicos, do tipo criar ou dominar mercados, mas que também tinham raízes nacionalistas e culturais, Kautsky (2004b) analisa o conflito na região dos Bálcãs, gerado pela agressão da Áustria contra a Sérvia, numa tentativa de anexar, de fato, a Bósnia e de trazer a Albânia para dentro da esfera de influência austríaca. Acerca do assunto, o autor marxista pontua que um avanço do tipo imperialista somente deve ser empreendido quando se tratar de dominação sobre zonas agrárias que se encontram culturalmente bem abaixo do país imperialista e jamais entre países *culturalmente* próximos e que compartilhem semelhantes nacionalidades ou origens étnicas, como o caso eslavo em questão. Em assim sendo, a consequência será, inevitavelmente, a guerra.

Portanto, torna-se necessário interpretar o significado de *cultura* no contexto em que aparece, especificamente, nesses escritos de Kautsky. Apesar de, em outros de seus escritos, aparecerem expressões como povos bárbaros, selvagens ou indígenas em substituição à expressão povos coloniais, o que poderia sinalizar a existência de preconceitos culturais e étnicos em Kautsky, em nosso entendimento, a expressão *cultura*, ou *nível cultural*, especificamente em Kautsky (2002c, 2004b), ou em Bukharin (1984), em que, conforme

52. Kautsky (2004b, p. 6) faz uma analogia à expressão usada por John Hobson em seu capítulo "As raízes do imperialismo", da obra *Imperialism: a study*, já tratada por nós.

veremos a seguir, reveste-se de importância ainda maior, encontra-se em associação estreita com nível de *progresso técnico*. Nesses termos, confunde-se com "nível de evolução das tecnologias de produção", ou ainda "grau de aperfeiçoamento das forças produtivas", ambas as expressões utilizadas alternativamente pelo autor, o que pode ser entendido como nível de desenvolvimento técnico do setor industrial de uma nação. Na versão inglesa do artigo "Ultra-Imperialism", de Kautsky, aparecem os termos *culture* e *culturally*[53]. Na tradução para o português, a expressão "[povos] *culturalmente bem abaixo*" transforma-se em "[povos] *muito menos civilizados*", e "*povos com a cultura de mesma origem*" foi traduzido como "[povos com] *semelhante nível de civilização*" (KAUTSKY, 2002c, p. 463). As mesmas congruências entre "*culturalmente elevado*" e "*civilizado*" estarão presentes em Bukharin (1984), que alerta para a importância do termo "*progresso técnico*" nesse entendimento.

Para Bukharin (1984), assim como em Kautsky (2002c, 2004b), cultura e civilização estão estreitamente associadas ao nível de desenvolvimento das forças produtivas de um povo. Para o primeiro, as forças produtivas funcionam como ponto de partida das transformações sociais. Isso explica, por exemplo, a importância que ele deposita na técnica social vigente empregada na produção de bens materiais em determinada sociedade humana como fator dinâmico para as condições do seu desenvolvimento. O grau de destreza e o aperfeiçoamento técnico da mão de obra podem transformar um estoque constante de recursos naturais em uma quantidade variável de produtos, fazendo com que "a base vital da sociedade" se amplie, como um "círculo que se torna cada vez mais largo". Em contrapartida, a ausência da técnica social, ou seu subdesenvolvimento, pode

53. A frase completa, na versão inglesa, é a seguinte: "*Imperialism could only have powered an internally homogeneous State which attaches to itself agrarian zones far beneath it* ***culturally****. But here, a nationally divided, half-slavic State wished to pursue imperialism at the expense of a slavic neighbour whose* ***culture*** *is of the same origins as the* ***culture*** *of the neighbouring regions of its opponent*" (KAUTSKY, 2004b).

fazer com que a reprodução social se comporte como um "círculo que se torna cada vez mais estreito" (BUKHARIN, 1990, p. 83-84).

Segundo Bukharin, nível da "técnica social", "base técnica da sociedade", "grau de desenvolvimento das forças produtivas", "condições técnicas e econômicas de exploração das potencialidades" e "nível da estrutura econômica" equivalem a "nível de cultura dos indivíduos" ou "capacidade cultural de um povo", ou seja, uma associação de caráter material, econômica, que se encerra na potencialidade e na destreza para se extrair excedente de um estoque natural constante e implantar a acumulação ampliada de capital. A expressão "cultura", ou "nível cultural", utilizada por Bukharin sempre com o auxílio das aspas, não guarda associação com qualquer característica genética, antropológica intrínseca, psicológica ou natural de um indivíduo ou conjunto de indivíduos, tal qual "raça", por exemplo.

Um entendimento "racial" do termo "cultural" poderia até mesmo ser plausível para a época de seus escritos, quando características inerentes à gênese dos povos eram recorrentemente suscitadas como explicações para a superioridade econômica e política de algumas sociedades e a consequente subjugação das demais. No entanto, o marxista russo faz questão de rechaçar semelhante concepção e frisar que todo estudo dos fenômenos sociais deve necessariamente se iniciar com a investigação sobre as "forças produtivas materiais e sociais, da técnica social, do sistema de instrumentos de trabalho", e não sobre qualquer "teoria das raças", a qual "tenta atribuir a causa do desenvolvimento diverso das sociedades à diferença de raças" (BUKHARIN, 1990, p. 84). Afinal, para ele,

> A teoria das raças é contrária aos fatos. Considera-se a raça negra como inferior, incapaz de se desenvolver por sua própria natureza. Não obstante está provado que os antigos representantes desta raça negra, os kuchitas, criaram uma civilização muito elevada na Índia (antes dos hindus) e no Egito. A raça amarela, que tampouco

> desfruta de grande prestígio, criou, personificada pelos chineses, *uma cultura infinitamente mais elevada do que a dos seus contemporâneos brancos*, os quais não passavam de criançolas em relação a eles. Agora, conhecemos muito bem tudo que os gregos antigos tomaram dos assírio-babilônios e dos egípcios. Bastam estes fatos para mostrar que as explicações extraídas do argumento das raças não serve para nada (BUKHARIN, 1990, p. 84, grifos nossos).

Portanto, não há em Bukharin qualquer evidência de uma perspectiva de desenvolvimento econômico social que possa ser explicada a partir de níveis de cultura ou civilização pretensamente naturais, ou herdados geneticamente. Há, ao contrário, uma forte e incisiva oposição a tal pressuposto. Para ele, é absurda a ideia de que existam "'raças inferiores' por sua própria natureza [...] que são incapazes e que jamais conseguiram realizar algo extraordinário, como um zero histórico" (BUKHARIN, 1990, p. 85). Como também não se pode levar à sério qualquer teoria que insista na tese de que os "povos coloniais ou 'selvagens' fazem o papel de adubo da história, servindo apenas para fertilizarem o solo para a população burguesa europeia". O estudo da história, segundo ele, é impensável se "se tomar a raça como ponto de partida" (BUKHARIN, 1990, p. 85, aspas no original).

Logo, abstraindo-se a conotação antropológica e eliminando comparações semióticas, que nos levariam a discutir agudas diferenças entre várias acepções para o significado de "cultura" e "civilização", pode-se conceder que, no aspecto econômico, e somente nesse aspecto, ambas as traduções, *cultura* e *civilização*, referem-se, como fica evidente nessa específica parte dos escritos de Kautsky e Bukharin, à capacidade de utilização de tecnologias mais avançadas com o intuito de se produzir e extrair excedentes. Seguindo o raciocínio dos próprios autores, percebe-se que passar para a condição industrial é ascender na escala cultural, algo plausível, por maio-

res que fossem as dificuldades, mesmo para os povos que ainda se encontravam na condição de zonas agrícolas, bastando, para tanto, reunir as condições técnicas para lidar com os novos equipamentos, bem como as condições políticas e econômicas necessárias para a concretização do plano industrial.

Daí as constantes preocupações de Kautsky em diferenciar o velho do novo protecionismo e apontar a incidência cada vez mais comum dos direitos alfandegários, da prática de *dumping* e da conexão desse tipo de política com a poderosa onda dos trustes e cartéis que invadiam os grandes ramos da produção, estas, sim, condições necessárias, mas nem por isso suficientes, para todo e qualquer projeto de industrialização dentro dos marcos do capitalismo mundial. Feita essa importante ressalva, podemos dar continuidade ao nexo principal deste trabalho, analisando, desta vez, a contribuição teórica de Nikolai Bukharin acerca da conformação de um sistema econômico mundial composto por "campo mundial", de um lado, e "cidade mundial", de outro, ambos satisfazendo à divisão internacional do trabalho.

A função do "campo mundial" na totalidade de Bukharin

De acordo com Corrêa (2012, p. 81), a linha principal da chamada teoria clássica do imperialismo, ou a mais importante corrente analítica desse fenômeno, é aquela "chefiada" por Bukharin e Lenin, haja vista terem desenvolvido sistematicamente a concepção de que o imperialismo se tratava de uma nova fase do capitalismo, marcada pelo fim da livre concorrência, pela era dos monopólios, dos bancos e do capital financeiro, noção essa lançada originalmente por Hilferding.

Bukharin (1984, p. 7) escreveu sobre a economia mundial e o imperialismo no ano de 1915, num momento em que, segundo relata no prefácio de sua obra, "o socialismo [era] espezinhado pelo capital e pelos traidores socialistas". Sua revolta pode ser explicada pelo

fato de ter sido capturado e preso na Suécia enquanto os manuscritos de seu artigo eram enviados para a censura militar na Rússia. Quanto ao prólogo, redigido nesse país em 1917, já sob "os ares vitoriosos da revolução socialista" (BUKHARIN, 1984, p. 7), mostrava renovado ânimo do autor. Acreditava que a sociedade capitalista, vendo-se obrigada a produzir conforme as leis cegas do mercado, tende a se desenvolver de forma caótica, pois abre mão de sua capacidade de conduzir conscientemente o processo de produção material. Abstraía daí que a guerra se torna apenas mais um método da concorrência capitalista mundial, assim como a divisão do mundo pela exploração do capital.

A economia mundial estava marcada pelo desenvolvimento desigual e desequilibrado das forças produtivas e, por extensão, das trocas e do mercado. Assim como Hilferding e Rosa Luxemburgo, Bukharin via a estrutura mundial capitalista pautada numa anarquia profunda, haja vista o processo da vida econômica consistir "em produzir mais-valia e reparti-la entre os diversos agrupamentos da burguesia, com base na reprodução sempre mais intensa das relações entre duas classes: proletariado mundial e burguesia mundial". Processo esse amparado em leis econômicas que são leis anárquicas do mercado e da produção a ele submetidas e para as quais os "interesses nacionais" são apenas interesses das classes dominantes. Por isso, a incapacidade dos organismos econômicos nacionais de exercerem qualquer "influência geral reguladora" (BUKHARIN, 1984, p. 25-26).

Além disso, e a exemplo de Kautsky, Bukharin defendia que essa anarquia causava uma desproporção crônica entre os diversos ramos da produção, o que levava, por exemplo, ao desenvolvimento da indústria em um nível muito superior ao da agricultura moderna. Resultado disso eram as crises industriais mundiais e as guerras. Mas, ao contrário do teórico austríaco, não acreditava que os monopólios capitalistas poderiam por fim às crises. Para o teórico bolchevique, a dimensão das crises mundiais extrapolava as solu-

ções nacionais representadas por tais monopólios, e a "estrutura anárquica da economia mundial persistiria sem modificações" (BUKHARIN, 1984, p. 48).

Para ele, na economia mundial, uma das formas da economia social em geral, os países se posicionam conforme a dicotomia campo-cidade baseando-se em dois elementos: primeiro, as dádivas da natureza e, em segundo lugar, porém mais importante, "as condições sociais derivadas da diferença dos níveis de 'cultura', de estrutura econômica, e do grau de desenvolvimento das forças produtivas" (BUKHARIN, 1984, p. 18). Esse segundo elemento[54] seria o responsável pelas desigualdades observadas no crescimento das forças produtivas, tendo as "condições naturais herdadas pelas regiões" apenas importância relativa. Bukharin afirmava que as condições naturais só têm relevo quando "o nível de 'cultura' do indivíduo" (BUKHARIN, 1984, p. 19) lhe permite aproveitar todas as potencialidades latentes, pois, se as condições naturais podem ser consideradas constantes, como num determinado estoque, o nível de cultura é variável, o que permite a expansão, ou ampliação, dos proveitos derivados de uma determinada reserva natural.

Daí asseverar que, de acordo com a "capacidade cultural", ou as "condições técnicas e econômicas" de explorar as potencialidades de um mesmo estoque natural, dadas pelo estágio de desenvolvimento das forças produtivas e baseadas numa divisão geral do trabalho, os países serão contados entre os "industrializados mais desenvolvidos do mundo" ou entre "os países agrícolas", logo, atrasados. Afinal, ele afirma que um determinado estoque natural, no caso de "ausentes as condições técnicas e econômicas para sua exploração", permanecerá como um "capital morto"; ao mesmo tempo que condições geográficas aparentemente impeditivas às relações entre os homens, tais como pântanos e montanhas, por ele citados,

54. Sobre o sentido da expressão *cultura* no contexto que cremos compor a perspectiva de Bukharin, ver a parte final do item anterior deste trabalho, "Karl Kautsky e a dicotomia indústria e agricultura".

"perdem seu sentido negativo mediante técnicas altamente desenvolvidas" (BUKHARIN, 1984, p. 20).

Enquanto os países industriais, por ele chamados de *cidade mundial*, exportam produtos manufaturados e importam produtos agrícolas, os países agrários, ou *campo mundial*, fazem exatamente o oposto. A setorização das atividades produtivas resultante da divisão social do trabalho, num contexto mundial, toma uma forma particular de existência, a divisão internacional do trabalho, capaz de conformar, de um lado, um grupo de potências industrializadas e, de outro, numa referência até então inédita, uma "*periferia* de países atrasados"[55] (BUKHARIN, 1984, p. 67, grifo nosso). Chega a afirmar que o entendimento que se guarda acerca da relação cidade e campo dentro de um mesmo país vale igualmente para o cenário mundial. Daí, os países industriais representarem a cidade, e os países agrários, o campo.

Não sendo possível analisar o desenvolvimento econômico burguês pela ótica das nações isoladas, fechadas, toda tentativa de explicar aquele específico momento histórico deveria partir de um contexto de economia mundial, e não nacional. Portanto, foi também um dos primeiros teóricos a propor a necessidade de uma análise da totalidade, da economia mundial como um todo, e não apenas de cada uma de suas partes ou de nações isoladas. Por isso, as lutas entre os Estados nacionais, e também os atritos imperialistas daí decorrentes, são apenas uma ampliação, para a arena mundial, da luta entre grupos da mesma ordem da burguesia.

Mas vejamos por que a relação de desigualdade entre as nações tenderia a se perpetuar, na visão de Bukharin. Dada a interdependência criada pelas trocas, num mercado mundial se estabelecem

55. Vale ressaltar que, das leituras dos teóricos contemporâneos a Nikolai Bukharin por nós realizadas, o marxista russo é o primeiro a utilizar a expressão *periferia* para se referir ao grupo de países atrasados ou, na sua concepção, aos países essencialmente agrícolas. A mesma expressão aparece nas versões inglesa, *periphery*, e alemã, *Peripherie*, da obra do autor.

preços mundiais. Como os países não trocam apenas produtos distintos, mas concorrem pela venda de produtos similares, os custos de produção tornam-se os sinalizadores da quantidade de trabalho que, no interior de cada país, é necessária para a produção de determinado *quantum* daquele produto. Mas, dado que os preços são mundiais, igualam-se as quantidades individuais de trabalho em uma quantidade social média de trabalho. Os países detentores das forças produtivas mais evoluídas, cujos capitais apresentam maiores composições orgânicas, serão aqueles que tratarão de baixar essa média, impingindo duras perdas aos países cujas técnicas de produção estejam num nível mais atrasado.

Em busca de regiões capazes de propiciar taxas maiores de lucro, o capital flui dos países mais desenvolvidos, que apresentam, portanto, menores taxas de lucro, para aqueles menos desenvolvidos, cujos setores produtivos apresentam relações mais intensivas em trabalho do que em capital, na tentativa de contra-arrestar a queda tendencial da taxa de lucro. O capital passa então a ser exportado tanto como capital-juro quanto capital-lucro, tomando o capital financeiro a sua forma mais "penetrante" e os trustes e cartéis como seus representantes. A necessidade e tentativa de reprodução do capital nesses termos provoca um violento processo de eliminação da concorrência mundial. A concentração, outrora observada no interior das economias nacionais, toma forma no cenário da economia mundial. A internacionalização da economia torna-se, em essência, uma internacionalização de bancos. Buscando, segundo Bukharin (1984, p. 58), "lucro que transborde em quantidade suficiente", ao capital financeiro interessa ocupar toda e qualquer região "vazia" do globo, tropical, polar ou temperada. A expressão "vazia" refere-se aos mercados ou economias ainda livres, ou "não açambarcados pelas grandes potências".

Cada Estado capitalista, tomando partido de suas burguesias já desenvolvidas, cria uma tendência de transformar toda a economia nacional como se fosse uma gigantesca empresa. Interesses priva-

dos tomam forma de interesses nacionais. Formam-se os trustes de capitalistas nacionais, que, em lugar dos países, começam a concorrer no mercado mundial. Essa forma agressiva do capital financeiro de expandir as fronteiras para seus ganhos por sobre o maior território econômico possível necessita de uma política de conquista, essencialmente baseada na força militar, o que caracteriza o imperialismo e o define como categoria histórica, peculiar dessa fase de desenvolvimento histórico do capitalismo (BUKHARIN, 1984, p. 71), na qual uma série de contradições já plenamente desenvolvidas no seio da sociedade capitalista gera um fenômeno específico.

Por isso, pode-se afirmar que a análise que Bukharin faz do imperialismo define a forma como o marxista russo entende a divisão do mundo entre ricos e pobres, conquistadores e subjugados do capitalismo mundial. Dadas as necessidades de salvaguardar mercados para produtos, matérias-primas e investimentos de capital; buscar superlucros quando em intercâmbio com países menos avançados industrialmente; garantir monopólios e barreiras alfandegárias nos novos mercados conquistados; travar acirrada concorrência com outros países desenvolvidos pela supremacia sobre os países atrasados; em todos esses casos, as nações mais desenvolvidas apelam para a expansão econômica sem limites como forma de amenizar os antagonismos internacionais e reservar para si uma parcela das nações menos desenvolvidas.

> No decorrer dos últimos anos, o capitalismo mundial, sistema de produção mundial, adquire, assim, o aspecto seguinte: alguns corpos econômicos organizados e coerentes (grandes potências civilizadas) e uma *periferia* de países retardatários (ainda sob regime agrário ou semiagrário) (BUKHARIN, 1984, p. 67, grifo nosso).

Imprescindível salientar que "*corpos organizados e coerentes*", para o autor, referem-se às "peças" desse sistema econômico mun-

dial que já se encontram sob uma organização cartelizada, livres da anarquia da concorrência, cujas empresas combinadas ou associadas eliminam riscos e estabelecem interesses comuns entre elas e os bancos que as financiam. Da anarquia e incerteza da concorrência, típicas do modelo de livre comércio, para a organização e a coerência da centralização, nessa era de imperialismo capitalista.

Note-se a coincidência entre "corpos econômicos organizados e coerentes" e "grandes potências civilizadas". "Civilização" que, como vimos, refere-se ao nível do progresso técnico, presente nos povos mais industrializados, aqueles cujas unidades produtivas se organizam em tornos de cartéis e, por isso, estão livres da concorrência desestabilizadora. Estes comporiam um dos lados da divisão da economia mundial. Do outro, estão os países retardatários, aqueles que ainda não alcançaram o nível de "civilização" adequada ao desenvolvimento industrial e que, consequentemente, vivem sob a égide de regimes agrários ou semiagrários, em suma, a periferia do sistema de Bukharin.

Assim, em vista do objetivo deste trabalho, destacam-se, da contribuição de Bukharin, três elementos analíticos inovadores, que surgem a partir de sua investigação sobre a dinâmica da economia mundial e do imperialismo e que se completam num esquema teórico explicativo. Primeiramente, a perspectiva da economia mundial como um todo, a totalidade como unidade de análise, abandonando a investigação das economias nacionais isoladamente, alegando para isso que as consequências das ações nacionais devem ser avaliadas num contexto bem mais amplo, em meio à luta violenta travada pelos grupos econômicos e pelas nações no mercado mundial. O segundo elemento, a conformação de um sistema mundial que reservava lugar de existência a uma periferia do mundo, formada pelos países agrários ou semiagrários, retardatários na aplicação dos progressos técnicos em seus setores industriais. Tal periferia seria facilmente subjugada pelas "*grandes potências civilizadas*", ávidas para dali extraírem taxas mais elevadas de mais-valia. Terceiro

elemento, extraído explicitamente de Marx, refere-se ao lucro suplementar auferido pelas grandes potências em suas relações econômicas com países que apresentam um nível inferior de evolução das técnicas produtivas, o que garantia aos primeiros a venda dos produtos de suas manufaturas, nos países atrasados, a um preço acima de seu valor, porém, abaixo do preço praticado nestes últimos.

Como os capitalistas, em face da concorrência mundial, procurariam mais-valia adicional e locais onde capitalizar tal excedente, visando garantir reprodução ampliada do capital, a periferia de Bukharin, dada a baixa composição orgânica do capital, teria a função de gerar lucros capazes de contra-arrestar a lei da queda tendencial da taxa de lucro, uma vez que as condições particulares de produção e produtividade do trabalho, encerradas nas economias nacionais, não mais determinavam a taxa de lucro, e sim as condições gerais de produção e produtividade determinadas pelo mercado mundial.

Lenin: capitalismo, descolonização e subdesenvolvimento

Sob o capitalismo, o desenvolvimento desigual dos países, por saltos, era inevitável, afirmava Lenin (2011, p. 176), em 1917. Tal pensamento, em parte influenciado pela lei do desenvolvimento desigual e combinado, intuitiva na concepção materialista da história de Marx e Engels, mas especialmente na sua forma final desenvolvida por Trotsky (1977)[56], era fruto da percepção da existência combinada

56. Apesar da forma acabada com que a teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky aparece em sua *História da Revolução Russa*, de 1930, para Löwy (1998, p. 2), o ponto de partida desse argumento, sua primeira formulação, ou mesmo o tema central dessa teoria, encontra-se no ensaio de 1906, "Balanços e perspectivas", no qual Trotsky analisa as particularidades do desenvolvimento histórico da Rússia, ainda que textualmente não surja a expressão "desenvolvimento desigual e combinado". Sobre a chamada lei do desenvolvimento desigual e combinado, sugerimos a leitura de Trotsky (1977), especialmente o Capítulo I, "As particularidades do desenvolvimento da Rússia", do Tomo I, *A revolução de fevereiro*, no qual se encontra: "A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processo histórico, manifesta-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob a força das necessidades exteriores, a vida retardatária é obrigada avançar por saltos. Dessa lei

de desenvolvimento e subdesenvolvimento no processo de avanço do capitalismo sobre o globo terrestre. Subalimentação e miséria das massas em favor dos exorbitantes lucros, pobreza e riqueza, são as condições e premissas básicas desse modo de produção na visão de Lenin. Além disso, o revolucionário bolchevique acreditava que o capitalismo havia chegado ao seu mais elevado grau de desenvolvimento. O processo histórico de concentração, centralização e subsequente fusão dos capitais industrial e bancário em torno dos trustes, cartéis, sindicatos e associações patronais havia levado ao surgimento de uma nova categoria de capital, herdada de Hilferding e que se tornou primordial na análise de Lenin, o capital financeiro.

Reconhecendo Hobson e Hilferding como os dois principais teóricos do imperialismo, Lenin defende que, depois da exportação de capitais ter transformado o mundo num enorme celeiro de alguns poucos, mas poderosos, países, a decomposição desse modo de produção tinha alcançado um nível de desenvolvimento tal que a guerra, a exploração e a opressão daí resultantes deixaram como herança a "ruína mundial". Isso o levou a afirmar, em 1920[57], que o imperialismo era "o prelúdio da revolução social do proletariado", que haveria de emergir, inevitavelmente, desse cenário (LENIN, 2011, p. 109). Afinal, percebia a guerra de 1914-1918 como um conflito de cunho imperialista pela partilha do mundo, para definir quem ficaria de posse das maiores áreas coloniais e esferas de influência. Uma guerra para decidir qual o "grupo de bandoleiros" do capital financeiro que "receberia a maior parte do saque", se o

universal de desigualdade dos ritmos decorre uma outra lei que, na falta de denominação mais apropriada, pode-se chamar de lei do desenvolvimento combinado, no sentido de reaproximação de diversas etapas, da combinação de fases distintas, do amálgama de formas arcaicas com as mais modernas". Ainda segundo Löwy (1998, p. 1), para Ernest Mandel, a teoria do desenvolvimento desigual e combinado talvez seja a maior contribuição de Trotsky à teoria marxista, "pois tenta romper com o evolucionismo, a ideologia do progresso linear e o eurocentrismo".

57. No prefácio às edições francesa e alemã de *O imperialismo, etapa superior do capitalismo*, escrito em julho de 1920.

inglês ou o alemão. E essa partilha à qual se refere Lenin, colocava de um lado alguns "países avançados", ou poucas "aves de rapina armadas até aos dentes", cujos interesses subjugavam e asfixiavam financeiramente a "imensa maioria da população do planeta" (LENIN, 2011, p. 123)

Os grupos capitalistas dos países ricos, nesse estágio imperialista do capitalismo, representados pelos poderosos trustes e cartéis, lutavam entre si pela conquista do maior território econômico possível e acabavam por determinar a superestrutura política de seus Estados, a dosagem exata de força militar e diplomática a serem empregadas em vista do objetivo maior da conquista colonial e da expansão de suas esferas de influência. Fim da concorrência, monopolização, desenvolvimento de uma oligarquia financeira, dominação em lugar da tão propalada liberdade dos povos, "exploração de um número cada vez maior de nações pequenas ou fracas por um punhado de nações riquíssimas ou muito fortes" demonstravam o "parasitismo" do sistema capitalista, "agonizante" em sua fase imperialista (LENIN, 2011, p. 265-268).

Longe de representar qualquer socialização, entrelaçamento etc., e de resolver os antagonismos latentes da sociedade, como acreditavam revisionistas e reformistas, os rumos tomados pela produção capitalista demonstravam, segundo Lenin, justamente o oposto, ou seja, que tais conflitos, antagonismos e desigualdades estavam sendo exacerbados, levados ao limite, a partir do qual só poderia restar o socialismo, cabendo ao proletariado a tarefa ativa de decretar o fim do capitalismo.

Tal como em Rosa Luxemburgo, Lenin não concordava com a associação, comumente feita à época, entre a anexação de áreas agrárias e a política de expansão capitalista. Relacionar o modo de expansão do capital nas primeiras décadas do século XX tomando como base a anexação de um país agrário por outro industrial ou classificar os países em ricos e pobres, avançados ou atrasados, com

base no parque industrial ou mesmo na posse de colônias e a relação de dependência que daí emerge é colocar no capital comercial a primazia e a dominância dos interesses burgueses na era imperialista. Nada mais falso, na opinião de Lenin, para quem essa fase já pertencia à história do capitalismo. A força de dominação e os interesses econômicos supremos tinham agora outros senhores, os arautos do capital financeiro, que não escolhe apenas regiões agrárias para produzir lucros, mas também áreas industriais. Quem dava as cartas no novo jogo da acumulação mundial de capital não eram mais os comerciantes e industriais. Tal papel cabia agora aos rentistas, aos acionistas, aos ociosos.

A necessidade de buscar taxas de lucros cada vez maiores e capazes de satisfazer os anseios de uma reduzida elite das finanças resultara na mais espetacular exportação de capitais já vista, que, como consequência, determinou a partilha do mundo, inicialmente, entre os grandes capitais e, em seguida, entre as grandes potências (LENIN, 2011, p. 188). Por isso, para o líder da revolução russa, o sistema capitalista vivia uma era imperialista, ou seja, o estágio mais evoluído até então na história desse modo de produção marcava, historicamente, a transição do velho para o novo capitalismo e, pelo menos na Europa, podia ser claramente determinado no tempo, final do século XIX e início do século XX. Usava, portanto, as expressões "imperialismo" e "domínio do capital financeiro" como sinônimas. O que significa que, na era do capital financeiro, as oligarquias financeiras, o capital rentista, o capital dinheiro sob a forma de ações dominavam sobre todas as outras formas de capital.

Segundo Lenin, o capital financeiro necessitava expandir-se mundialmente, anexando novas áreas e Estados, quer politicamente dependentes, quer não, exportando capital sob a forma de mercadorias ou dinheiro. Salientando o fato de que aos empréstimos se seguiam as encomendas de bens de capital, Lenin (2011, p. 233) afirmava ainda que os Estados mais ricos se apressavam em conceder tais emprés-

timos na certeza de que uma vantajosa barganha viria como consequência. Para ele, o mundo se dividia em dois blocos, o dos países usurários e o dos devedores. Tal configuração dicotômica substituía a relação indústria e agricultura. Estados rentistas, tais como Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica, Suíça, Holanda e Estados Unidos, exerciam esse poder imperialista, ou seja, de centralizar a economia capitalista mundial, atuando como seu eixo motor. Apesar da importância de seus setores industriais, ainda que em expansão ou declínio, não era essa característica que definia o *status* de imperialista, mas a preponderância da monopolização do capital em seu grau mais elevado nesses países, ou seja, o ingresso na era do capital financeiro.

Os países atrasados representavam uma função necessária, pois em alguns países o capitalismo havia "amadurecido excessivamente e o capital carecia de campo para sua colocação lucrativa" (LENIN, 2011, p. 182). Como essas novas regiões apresentavam, em geral, os preços mais baixos da terra, das matérias-primas e do trabalho, além da escassez de capital, elas representavam possibilidades de lucros mais elevados. Ilustrando com dados estatísticos, Lenin mostrava que a exportação de capitais de uns poucos países muito ricos, sob a forma de investimentos e empréstimos, invadia os países atrasados inserindo-os no circuito de circulação capitalista[58] e, apesar de subordinar os interesses locais ao jugo imperialista, acabava por desenvolver o capitalismo no interior desses novos países. Portanto, há em Lenin um argumento de "descolonização"[59] provocado pelo

58. Em mais de uma passagem, Lenin demostra esse argumento: "A exportação de capital influencia e acelera enormemente o desenvolvimento do capitalismo nos países para os quais ele é exportado" (LENIN, 2011, p. 181). Ainda, ao se referir às construções de estradas de ferro nessas regiões e de se já haver assegurado as condições prévias para o desenvolvimento da indústria: "A exportação de capitais repercute-se no desenvolvimento do capitalismo dentro dos países em que são investidos, acelerando-o extraordinariamente" (p. 186).

59. Para Brown (1978, p. 63), pode-se inclusive definir uma data para a contestação, por parte dos marxistas, dessa tese da "descolonização" por meio da exportação do capitalismo presente na obra de Lenin. "Em setembro de 1928, no VI Congresso da Internacional Comunista, Kuusinen introduziu as 'teses sobre o movimento revolu-

avanço do capitalismo. Com a ressalva de que tal movimento levaria, necessariamente, ao grau mais elevado os antagonismos de classes.

A política externa pautada na conquista colonial havia progredido de tal forma nas últimas três décadas do século XIX que, para Lenin, não havia mais terra sem dono no globo terrestre, fossem colônias, semicolônias, fossem Estados independentes ou pseudoindependentes. A dependência financeira e, consequentemente, diplomática podia levar a uma subordinação quase que colonial. Eram os casos, por ele citados, de Argentina e Portugal, ambos completa e financeiramente subordinados à Inglaterra. Assim, apesar das possessões coloniais, Portugal, por exemplo, era incluído entre os países atrasados dadas as dependências financeira e diplomática.

Tal subordinação podia ocorrer em relação tanto aos Estados politicamente dependentes como também aos independentes, sendo mais lucrativa a primeira dessas configurações. Nesses termos, os países semicoloniais representavam um caso intermediário. Estes, entre os quais se incluíam Pérsia, Turquia e China, caminhavam muito mais no sentido de se tornarem colônias do que da independência política. Mesmo os Estados que perderam força no cenário de concorrência industrial mundial, como França e Inglaterra, mas que, em contrapartida, desenvolveram o capital financeiro, posicionavam-se de forma dominante na era imperialista do século XX.

Portanto, não há uma trajetória linear ascendente na perspectiva leninista do desenvolvimento capitalista das nações, pois, para ele, um país dependia muito mais da formação de uma burguesia rentista estreitamente alinhada aos interesses do capital financeiro do que de uma política nacional industrial que visasse à formação e à expansão de um parque industrial local em condições de exercer concorrência mundial. A subordinação, o domínio, a

cionário em países coloniais e semicoloniais [...] que rejeitavam a chamada tese de descolonização'".

exploração e o parasitismo não eram exercidos pelo capital industrial em si, mas sim pelo capital financeiro.

Antes de encerrar esta parte do trabalho, torna-se necessário levantar uma importante questão, convenientemente salientada por Brown (1978). Percebe-se que, nos argumentos tanto de Marx como daqueles por ele influenciados, especialmente Lenin, Bukharin e Luxemburgo, há uma evidente noção de exploração que permeia a relação entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Não obstante, preserva-se também nessas abordagens a visão de que o avanço do sistema capitalista, ao invés de desenvolver as regiões que alcança, pode retardar seu desenvolvimento ou atrasá-las economicamente. Mas deve-se ter sempre em mente que, "para Marx, esse é apenas um aspecto do conflito geral, por todo o mundo capitalista" (BROWN, 1978), pois a produção antecede as relações de troca, sendo a taxa de acumulação de capital a variável independente no modelo marxista. Assim, trate-se de país rico ou pobre, os trabalhadores do mundo todo têm um explorador em comum, portanto seria um erro definir um sentido único da exploração se tomarmos como base de análise a concepção de Marx acerca do desenvolvimento capitalista mundial.

Em suma, ao longo deste capítulo, percebemos que, mesmo entre aqueles teóricos que admitiram a existência do fenômeno denominado imperialismo, grandes foram as diferenças de interpretação. Para os capitalistas americanos do final do século XIX, tratou-se de recomendação de política estatal para que, com uso da força militar, fossem encontradas alternativas lucrativas de escoamento de mercadorias e capital excedentes, bem como para garantir mercados para a indústria crescente de seus países. Para os políticos da mesma época, além dessa função econômica, pode-se acrescentar aos pretensos benefícios de uma política imperialista o de levar a civilização aos povos ainda não civilizados. Os liberais reformistas, a exemplo de Hobson, trataram o imperialismo como um desvio, um erro, que de-

veria ser extirpado a partir de reformas, haja vista interessar somente aos indivíduos das classes privilegiadas em detrimento de toda a população de um país. Afinal, para Hobson, o capitalismo não era o problema, e sim o imperialismo. Os marxistas consideraram o imperialismo como consequência da expansão antagônica, desigual, parasitária, exploradora e conflituosa do sistema capitalista. Para eles, a expansão desse modo de produção necessitava de um mecanismo político e econômico implementado conjuntamente pelo grande capital e o Estado, capaz de realimentar o sistema, fornecendo às classes dominantes a garantia da perpetuação de seus ganhos e de sua situação privilegiada. Nesse sentido, cabia ao imperialismo a tarefa de continuar garantindo o domínio capitalista.

No entanto, assim como defende Etherington (1984, p. 264-265), apesar de todas as diferenças, em cada abordagem há um ponto de comum acordo entre essas teorias que surgiram antes da Primeira Guerra Mundial, pois todas advogavam o uso da força e do poder do Estado, especialmente poder militar, com o propósito de extrair vantagens econômicas do mundo como um todo, ao passo que, após a Primeira Guerra, muito do debate voltou-se para campanhas de descolonização e reformas em países colonizados, o que obscureceu parte desse debate que era travado até antes e durante a guerra. Para esse autor, após a Primeira Grande Guerra, tornou-se comum o uso da expressão imperialismo econômico para descrever relações de dominação e subordinação entre países avançados e subdesenvolvidos, as quais resultavam, de fato, de ações isoladas de firmas capitalistas.

No entanto, acerca do fenômeno do imperialismo econômico de tipo capitalista, denominado por alguns autores de novo imperialismo, para além das consequências históricas, geopolíticas e econômicas concretas por ele deixadas, interessa-nos aqui ressaltar a influência que o tratamento teórico crítico dado a esse fenômeno pelos teóricos marxistas exerceu sobre os autores da esquerda e das

correntes críticas à teoria liberal dominante. Nesse sentido, alinhamos nossa perspectiva a de Etherington, para quem

> a maior importância acerca das teses sobre imperialismo no período pós-1920 foi a forma como o conceito influenciou a esquerda radical. Pois, enquanto escritores liberais e conservadores mal utilizavam a expressão e, quando o faziam, era para se referirem às colônias que não geraram os lucros que as companhias colonizadoras e os investidores esperavam, para os escritores de esquerda o termo imperialismo permaneceu com importância central (ETHERINGTON, 1984, p. 276-277, tradução nossa).

Daí a nossa convicção ao afirmar a importância desses escritos sobre o imperialismo, especialmente da parte dos teóricos marxistas, no que se refere ao tom de denúncia, de apelo, de crítica, de necessidade de revisão teórica, deixados como herança para os estudiosos posteriores, entre os quais se enquadram as correntes teóricas que serão tratadas nos próximos capítulos deste trabalho.

Notamos também que, apesar de os teóricos analisados neste capítulo identificarem o processo de subdesenvolvimento das nações como parte necessária da própria expansão do modo de produção capitalista, não existiu entre eles uma abordagem sistemática acerca dos determinantes do subdesenvolvimento de cada região ou país, nem mesmo uma preocupação particular a respeito das características comuns e das peculiaridades que, em diferentes áreas do globo, poderiam resultar numa maior ou menor capacidade de assimilação do novo modo de produção por parte da região afetada[60].

60. Vale ressalvar os trabalhos: *O desenvolvimento industrial da Polônia*, tese de doutorado de Rosa Luxemburgo, na qual a autora avalia as perspectivas para a industrialização da Polônia, dados os vínculos econômicos e políticos com o império russo e as tendências do desenvolvimento político polonês a partir do desenvolvimento material da sociedade polonesa, sendo o segundo a chave para o primeiro; e *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, de Lenin, 1899, obra na qual procura mostrar a formação da classe operária na Rússia e outras transformações que a invasão do

O período entreguerras, momento de uma reconfiguração das forças econômicas e políticas no cenário mundial, marcado pela maior crise do sistema capitalista até então observada, e a recuperação econômica dos Estados Unidos após a Segunda Guerra reacenderam a questão da persistência do subdesenvolvimento apesar da concomitante era dourada que aquele momento parecia reservar a algumas nações. Num momento em que a expressão imperialismo já não mais dominava o cenário teórico, político e econômico, se, para alguns povos, os antagonismos da sociedade capitalista aparentavam sair de cena no imediato pós-Segunda Guerra, para a esmagadora parte da população mundial, pouco parecia ter mudado.

Esse incômodo sentimento causado pela ausência de uma explicação acerca dos determinantes reais das desigualdades econômicas e sociais predominantes no sistema capitalista mundial levou alguns pesquisadores a romperem o silêncio e começarem a investigar a própria estrutura do subdesenvolvimento, no intuito de apresentar alternativas teóricas capazes de dar conta dos problemas relativos ao bloqueio histórico do desenvolvimento capitalista e de seu crescimento desequilibrado e desigual, a exemplo de autores marxistas como Baran, Sweezy e Huberman, os quais passaram a irradiar suas ideias desenvolvidas no decorrer dos anos 1930, no periódico *Montly Review*, em Nova York, no final dos anos 1940.

À mesma época, surgiria entre os estudiosos latino-americanos uma análise do desenvolvimento de cunho histórico e estruturalista, fortemente baseada em dados empíricos sobre o comércio e as trocas mundiais, que se posicionaria de forma crítica à teoria econômica neoclássica e suas teses em defesa do equilíbrio e da divisão internacional do trabalho. Entre as principais percepções deixadas por essa abordagem, destaca-se a estrutura produtiva dual e dico-

capitalismo causou na sociedade czarista. Porém, em ambos os trabalhos, apesar de a análise se pautar sobre a base material do desenvolvimento capitalista nesses dois países, o propósito maior era avaliar a importância do fenômeno para a luta de classe e para as possibilidades reais da revolução socialista.

tômica do capitalismo mundial, a partir da qual se ergueu a concepção da polarização da economia global em centro e periferia, objeto principal de nossa investigação no próximo capítulo.

II

A ORIGEM DA CONCEPÇÃO CENTRO E PERIFERIA

"Então, em meus dias de tranquila meditação, assim que deixei o Banco Central [1943], comecei a lucubrar teorias. Apareceu assim o conceito de centro e periferia e o de industrialização."
Raúl Prebisch

"Tendo atingido seu objetivo de pleno emprego, os Estados Unidos podem alcançar simultaneamente outros dois objetivos primordiais de sua política econômica: promover ativamente o comércio internacional e estimular a industrialização da América Latina."
Raúl Prebisch (1949)

"Os centros estão muito longe de estimular as exportações de manufaturas da periferia [...]. Devido à natureza centrípeta do capitalismo, a dinâmica dos centros só impulsiona o desenvolvimento periférico quando interessa economicamente aos grupos dominantes dos centros. Por isso, no curso espontâneo do desenvolvimento, a periferia tende a ficar à margem do processo de industrialização na evolução histórica do capitalismo. [...] Desfez-se o mito da expansão planetária do capitalismo, assim como o do desenvolvimento da periferia à imagem e semelhança dos centros."
Raúl Prebisch (1981)

Em 1948, ano em que a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu formalmente, no mês de fevereiro, a criação da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal)[61], o economista norte-americano Paul Samuelson publicou, em junho, no conceituado periódico *Economic Journal*, um artigo com o título "International trade and equalization of factor prices"[62]. Poderíamos questionar a relevância desses dois acontecimentos para o objetivo deste trabalho. No entanto, um olhar pouco mais cuidadoso revelaria que foi a partir desse artigo que Samuelson inseriria seu nome no Teorema de Heckscher-Ohlin, e a corrente neoclássica da economia receberia mais um importante aporte teórico em sua defesa inconteste do livre-comércio entre as nações, pautado nas vantagens da divisão internacional do trabalho e na especialização baseada na dotação de fatores. Samuelson, na verdade, estendia o modelo que o economista sueco Eli Heckscher havia elaborado em 1919[63], portanto mais de um século após David Ricardo exaltar a importância da liberdade das trocas entre as nações em seus *Princípios de economia política e taxação*. Assim, de 1817 a 1949, poucos ousaram contrariar a boa e velha doutrina econômica pautada na divisão internacional do trabalho.

Se, na pré-história[64] da ciência econômica, no alvorecer das críticas ao mercantilismo, William Petty e Dudley North, ambos no final

61. A Cepal, uma das cinco comissões regionais da ONU, foi estabelecida pela Resolução 106 do Conselho Econômico e Social da ONU, em 25 de fevereiro de 1948, tendo iniciado seus trabalhos no mesmo ano. Somente em 27 de julho de 1984, por meio da Resolução 1984/67, é que ela incorporou em sua denominação a região caribenha, passando a se chamar Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, cuja sede se situa em Santiago, capital do Chile.

62. Conferir Samuelson (1948).

63. O artigo original de Heckscher, "Utrikeshandelns verkan på inkomstfördelningen. Några teoretiska grundlinjer", de 1919, recebe uma versão em língua inglesa no mesmo ano: "The effect of foreign trade on the distribution of income".

64. Considerando-se, nesse caso, Adam Smith como o primeiro teórico a formalizar e sistematizar uma Ciência Econômica. No entanto, vale lembrar que Karl Marx, por exemplo, considera William Petty como o fundador da economia enquanto ciência (MARX, 1983b).

do século XVII, e David Hume, já no século XVIII, celebravam as vantagens das trocas de produtos entre as nações, a efetiva sistematização de uma teoria liberal do comércio internacional toma corpo com a tese das vantagens comparativas apresentadas por David Ricardo, a partir de sua crítica aos primeiros desenvolvimentos propostos por Adam Smith[65]. Essencialmente baseado na teoria do valor-trabalho, Ricardo (1982) propõe que o determinante das vantagens do comércio entre dois países se assentava na produtividade do trabalho. Assim, cada país se especializaria naquele bem cuja produção utilizasse relativamente a menor quantidade de trabalho humano por unidade produzida.

Durante todo o século XIX e início do século XX, a tese ricardiana compôs o núcleo daquilo que poderia ser chamado de uma teoria clássica do comércio entre os países, evidenciando a vantagem de uma divisão internacional do trabalho e das trocas com base na menor quantidade relativa de trabalho[66]. Nesses termos

65. Antes de apresentar sua defesa das vantagens relativas para as trocas, Ricardo (1982, p. 101) assim se expressa: "Uma alta autoridade afirmou que [...]". Prossegue então lembrando o que Smith havia defendido acerca das vantagens absolutas da produtividade do fator trabalho para as trocas entre dois países. Em seguida, usando como exemplo as relações econômicas entre Inglaterra e Portugal, Ricardo defende a prática do comércio entre ambos, ainda que Portugal, supostamente, tivesse vantagem absoluta na produção das duas mercadorias, vinho e tecido. Assim, afirma que "[...] essa troca [exportar vinho e importar tecidos] poderia ocorrer mesmo que a mercadoria importada pelos portugueses fosse produzida em seu país com menor quantidade de trabalho que na Inglaterra [...] porque lhe seria mais vantajoso aplicar seu capital na produção de vinho, pelo qual poderia obter mais tecido da Inglaterra do que se desviasse parte de seu capital do cultivo da uva para a manufatura daquele produto" (RICARDO, 1982, p. 104). Ricardo advogava, desse modo, a superioridade explicativa de sua teoria das vantagens comparativas em lugar das vantagens absolutas de Smith.

66. Destacamos duas afirmações de Ricardo em defesa das vantagens do comércio exterior e de uma divisão internacional do trabalho. A primeira faz menção às dotações de fatores e sua importância para uma maior produtividade do trabalho. A segunda refere-se à utilização genérica da expressão "benéfica" como prêmio pela busca dos interesses individuais. Vejamos: "É tão importante para o bem da humanidade que nossas satisfações sejam aumentadas pela maior distribuição do trabalho, produzindo cada país aquelas mercadorias que, por sua situação, seu clima e por outras vantagens naturais ou artificiais, encontra-se adaptado, trocando-as por mercadorias de outros países, quanto aumentar nossas satisfações por meio de uma elevação na taxa

> um país dotado de grandes vantagens em maquinaria e capacidade técnica e que consiga, portanto, produzir certas mercadorias com muito menos trabalho que seus vizinhos poderá importar, em troca dessas mercadorias, parte dos cereais necessários a seu consumo, mesmo que sua terra seja mais fértil e nela os cereais puderem ser cultivados com menos trabalho que no país do qual são importados (RICARDO, 1982, p. 105).

Para David Ricardo, mais importante que a qualidade da dotação dos fatores produtivos era a produtividade do trabalho. Somente em 1919 é que Eli Heckscher trataria de ampliar o modelo ricardiano (GONÇALVES, 1997, p. 5) e lançar as bases de uma teoria neoclássica do comércio exterior. Para Heckscher, era importante que a expressão "fator de produção" levasse em conta a qualidade dos fatores terra, trabalho e capital. Em 1933, um de seus alunos, Bertil Ohlin, reformulou seu modelo. A partir daí, a doutrina que sustentava teoricamente a liberdade do comércio internacional passou a ser conhecida como Teorema de Heckscher-Ohlin[67]. Em lugar da produtividade do trabalho de Ricardo, a "boa ciência" passa a justificar a vantagem do comércio internacional com base na dotação dos fatores produtivos mais abundantes em um país. Assim, a partir de um estudo que considerava dois países, produzindo dois bens por meio da combinação de dois fatores de produção, a corrente teórica dominante recomendava que países com mais capital, comparativamente aos outros fatores, produziriam e exportariam bens intensivos em capital. Países ricos em trabalho se dedicariam a produzir e exportar os bens intensivos nesse fator de produção.

---

de lucros" (RICARDO, 1982, p. 103); e "Num sistema comercial perfeitamente livre, cada país naturalmente dedica seu capital e seu trabalho à atividade que lhe seja mais benéfica. Essa busca de vantagem individual está admiravelmente associada ao bem universal do conjunto dos países" (p. 104).

67. Conferir Gonçalves (1997, p. 3-20).

No final da década de 1940, Samuelson propôs, no artigo mencionado anteriormente, que a utilização do fator mais abundante levava a um aumento do seu custo, barateando os demais, o que aconteceria em escala mundial para cada um dos fatores. Sendo assim, a especialização trazia ainda a vantagem adicional de uma suposta equalização dos preços dos fatores, redistribuindo a renda mundial entre os países por meio do comércio. Associado ao Teorema de Heckscher-Ohlin, ele desenvolve o teorema da equalização dos custos dos recursos, que passa a ser denominado Teorema de Heckscher-Ohlin-Samuelson. A defesa neoclássica das vantagens das trocas internacionais ganhava mais um importante aporte.

Quando Raúl Prebisch lançou, em 1949, seu "manifesto latino-americano"[68], inaugurando os primeiros esforços da Cepal no sentido de entender os problemas econômicos que assolavam esse subcontinente, ele contestava a doutrina econômica dominante da liberdade do comércio baseada na proporção dos fatores disponíveis e do ajuste automático do câmbio por meio desse mecanismo. Em seu lugar, propunha uma seletividade nas importações por parte dos países produtores de primários como forma de desenvolver a indústria nacional[69]. Caso levada a cabo por um grande número

68. Albert Hirschman, ao ler o documento elaborado por Prebisch, disse que se tratava de um autêntico "manifesto latino-americano", dado o teor do texto. A partir daí, muitos se referiam ao texto simplesmente como "O manifesto" (GURRIERI, 2011, p. 5).

69. Devemos nos lembrar de que, apesar da originalidade dos esquemas analíticos característicos das economias subdesenvolvidas elaborados por Prebisch, o intelectual alemão Georg Friedrich List apresentou, mais de século antes de Prebisch, em 1827, suas "doze cartas", no *Philadelphia National Journal*, nos Estados Unidos, uma ampla defesa teórica e prática do protecionismo à indústria norte-americana como mecanismo de uma política econômica nacional de industrialização. Para List, duas economias em diferentes graus de desenvolvimento não poderiam seguir a teoria e manter a livre concorrência. Era preciso que a mais atrasada em termos industriais se protegesse, por meio de um sistema nacional tarifário seletivo, e desenvolvesse seu parque industrial interno. Só assim ela poderia alcançar "um grau de desenvolvimento industrial mais ou menos igual" às nações mais desenvolvidas industrialmente (LIST, 1983, p. 3). O trabalho de List e sua militância em favor da industrialização como arma para o desenvolvimento foi essencial para os propósitos da economia norte-americana naquele momento do século XIX.

de países, tal proposta poderia gerar prejuízos aos interesses dos grandes produtores de manufaturados[70].

A ideia contida no texto seminal de Prebisch, segundo Gurrieri[71], além de original, estabelecia novas "bases do trabalho científico", que, a partir dali, seria "levado adiante de modo socialmente organizado e institucionalizado" (GURRIERI, 2011, p. 15). De fato, quando a Cepal surgiu, tinha ares de vanguarda e, como tal, dentro e fora dos limites acadêmicos, tornou-se herética e maldita. Apesar de a crítica à doutrina econômica tradicional não estar entre os objetivos das Nações Unidas com a criação dessa comissão, esse "viés" de interpretação do subdesenvolvimento como consequência da débil industrialização dos países produtores e exportadores de alimentos e matérias-primas passou a receber a denominação de concepção cepalina[72]. Tal olhar atento para os problemas econômicos dos países subdesenvolvidos, do qual resultavam propostas práticas de política econômica, era inovador e assustou aqueles que preferiam a continuidade à mudança. É o que disse Celso Furtado:

> Quando li o primeiro trabalho preparado por Prebisch – que passou a ser referido como "O Manifesto" – pensei comigo: "temos agora a alavanca de que estávamos precisando para demover as grandes resistências que enfrentamos no Brasil" (FURTADO, 1998, p. 18).

70. Um diálogo entre Raúl Prebisch e o representante dos Estados Unidos no Fundo Monetário Internacional, Frank Southard, no qual o argentino solicita o apoio do norte-americano a sua proposta, ilustra bem o prejuízo vislumbrado pelos especialistas dos países industrializados perante a ideia de desenvolvimento industrial dos países latino-americanos e da criação de um mercado comum nesse subcontinente. RP: "Como exemplo, estamos pensando em produzir automóveis!". FS: "E nos eliminariam um mercado de exportação?" RP: "Sim, mas como resultado importaríamos mais", referindo-se a outros bens de capital (PREBISCH, 2001).

71. Adolfo Gurrieri é um dos maiores estudiosos da vida e obra de Raúl Prebisch, autor, entre outros, de "A economia política de Raúl Prebisch" e *La obra de Prebisch en la Cepal*.

72. Conferir Rodríguez (1981).

Assim, o pensador brasileiro tratou de traduzir o texto, "que foi publicado no Brasil antes de circular como documento oficial das Nações Unidas" (FURTADO, 1998, p. 19). Furtado havia conseguido que o documento fosse inserido na *Revista Brasileira de Economia*, comandada por Eugênio Gudin, professor da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas, que, de acordo com Furtado, era o "mestre do liberalismo tupiniquim". Após tomar conhecimento do conteúdo do texto, Gudin convidou "uma série de sumidades do pensamento conservador mundial para vir ao Brasil restaurar a 'boa doutrina'". Para Furtado, tanto esforço só poderia significar a presença de "ideias novas (e perigosas) na praça". Tratava-se, portanto, de "limpar o ambiente intelectual dos miasmas cepalinos" (FURTADO, 1998, p. 19).

Bielschowsky (2000, p. 18) considera os três textos inaugurais de Prebisch na Cepal[73] como a "trilogia" fundante da "teoria estruturalista do subdesenvolvimento da América-Latina", por já conterem as principais teses da análise estruturalista cepalina[74], a saber: i) a especialização inadequada e baixa diversidade produtiva; ii) a deterioração dos termos de troca; iii) a forma inadequada de inserção na economia internacional; iv) os desequilíbrios externos e a inflação estrutural; v) a heterogeneidade intersetorial e a oferta ilimitada de mão de obra, esta última capaz de baixar a renda do trabalho ao nível de subsistência; vi) a estrutura do Estado e das instituições que não privilegiavam o investimento e o progresso técnico.

73. São eles: "O desenvolvimento econômico na América-Latina e alguns de seus principais problemas", de 1949; "Crescimento, desequilíbrio e disparidades: interpretação do processo de desenvolvimento econômico", de 1950; e "Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico", de 1951.

74. Sobre o pensamento da Cepal, uma análise pormenorizada das principais teses defendidas pelos teóricos que ali construíram uma economia política própria desse organismo internacional encontra-se em Rodríguez (1981, 2009).

1. Problemas reais e teóricos: um pouco da história econômica da época

Se a fase imperialista do capitalismo foi marcada pela hegemonia britânica, pelo padrão-ouro e pelo avanço do capitalismo industrial sobre outras nações, a fase que se inicia após a Primeira Grande Guerra foi marcada pelo declínio econômico daquela que havia sido o núcleo dinâmico do sistema mundial. Fim do padrão-ouro, queda na produção, na exportação, no volume de comércio e alta considerável do desemprego marcaram a economia da Grã-Bretanha, durante o período que vai de, aproximadamente, 1912 até a Segunda Guerra Mundial[75].

Imediatamente após a Primeira Guerra, apesar de um surto expansivo que prometia prosperidade em tempos de restabelecimento da paz, já em 1920 uma parte considerável dos países da Europa, então devastada pelo conflito mundial, se viu em meio a uma crise internacional que derrubou os preços e, com eles, a produção mundial, além de provocar sérios cataclismas nas bolsas de valores. No entanto, apesar de também sentir os efeitos dessa depressão de preços, entre 1920 e 1921, principalmente em relação aos produtos agrícolas, o volume físico da produção nos Estados Unidos recuperou-se, e a expansão do capital norte-americano experimentou um crescimento em ritmo acelerado até 1929, o que lhe garantiu a passagem de país devedor para credor mundial (DOBB, 1983, p. 237).

Na década de 1920 e em grande parte dos anos 1930, um volume considerável da reserva mundial de ouro dirigiu-se para os Estados Unidos[76], haja vista tal país manter as balanças comercial e de capital superavitárias (SERRANO, 2002, p. 6). Enquanto a interdepen-

75. Conferir Hobsbawm (2000, p. 192-208).

76. Segundo Prebisch, se antes da Primeira Guerra os Estados Unidos detinham 26,5% das reservas mundiais de ouro, tal cifra atinge 50,9% no começo do segundo conflito bélico mundial. "E ainda que tenham terminado a guerra com 36,5%, vem aumentando outra vez a sua participação, alcançando novamente, em 1948, em torno da metade das reservas mundiais" (PREBISCH, 2011d, p. 112).

dência entre as nações capitalistas aumentava, a economia norte-americana beneficiou-se desse processo e solidificou-se como grande produtora e fornecedora de bens de capital para diversos países, desenvolvidos e subdesenvolvidos. Mas "os sonhos de um paraíso econômico iriam ser rudemente desfeitos pelos acontecimentos econômicos de 1929 a 1931" (DOBB, 1983, p. 230).

A forte crise que assolou o mundo após 1929 não foi um fenômeno exclusivamente britânico ou norte-americano, e sim uma crise que afetou todo o mundo liberal. Todas as potências industriais sentiram os graves efeitos da interrupção dos fluxos internacionais de capital, trabalho e mercadorias. Em 1929, início da Grande Depressão, o comércio mundial de manufaturados caía pela metade, e o de produtos primários, para menos da metade do observado em 1913 (HOBSBAWM, 2000, p. 195-196). Por volta de meados de 1930, numa série de países, o Produto Interno Bruto (em termos de valor) reduziu-se quase à metade, quando comparado ao nível antes de 1929, e nos Estados Unidos, esse agregado macroeconômico chegou a cair mais da metade no mesmo período, o que indicava o caráter de universalidade da crise. "Nação alguma, exceto a Rússia Soviética, lhe escapou" (DOBB, 1983, p. 236).

O desemprego atingiu, de forma inédita, as principais economias do mundo. Na Grã-Bretanha, apesar de em algumas cidades a taxa de desemprego ter atingido, aproximadamente, trinta pontos percentuais, a média da economia se manteve em torno dos 18,5%, enquanto, nos Estados Unidos, atingiu 25% em 1933, recuando para algo em torno de 20% no restante da década (DOBB, 1983, p. 233). Na Alemanha, que sofria ainda o efeito das pesadas punições impostas após a Primeira Guerra, a taxa de desemprego alcançava 44% da população economicamente ativa (HOBSBAWM, 1995). O período histórico em que a economia dos Estados Unidos ocupou o lugar da Grã-Bretanha como centro dinâmico do sistema capitalista mundial foi, também, a fase da escassez de dólares no mercado mundial, o que dificultou

a tarefa das economias subdesenvolvidas de manterem suas contas equilibradas e suas moedas estáveis (PREBISCH, 2011d).

A crise econômica mundial motivou Keynes em sua defesa da intervenção do Estado no incremento da demanda efetiva, ao passo que um grande número de economistas, financistas e políticos liberais continuavam a advogar o caráter transitório da crise e, dessa forma, permaneciam ancorados à Lei de Say, ainda que as contradições do capitalismo se mostrassem mais agudas. A concentração econômica, atributo que havia sido a mola propulsora do desenvolvimento industrial dos países de capitalismo retardatário durante as quatro últimas décadas do século XIX, como atestavam os casos de Estados Unidos e Alemanha (HILFERDING, 1985; OLIVEIRA, 2002), tomava de assalto também o tradicional reduto de defesa do liberalismo econômico, a Inglaterra, a qual, em 1939, estava entre as economias que apresentavam o maior grau de concentração econômica (HOBSBAWM, 2000, p. 199). Para Dobb (1983, p. 231), o medo da depressão dava cor às políticas econômicas, e o processo poderia ser descrito, tal qual o fez o *The Economist*, em 1932, como o da verdadeira "cartelização da Inglaterra" (p. 239). De fato, uma característica marcante do período entre as duas guerras foi, mais do que a simples aceitação, o estímulo dos governos no sentido de se reduzir a concorrência em favor da formação de gigantescas firmas cartelizadas, promovendo as fusões, os trustes e os cartéis e, por que não dizer, participando deles (HOBSBAWM, 2000, p. 201; DOBB, 1983, p. 239).

Enquanto o comércio mundial despencou durante os anos de depressão, o mesmo aconteceu com os preços de alimentos e matérias-primas, o que potencializou os efeitos da crise nos países produtores de bens primários. Iniciou-se uma batalha por parte dos países centrais para impedir a evasão do ouro, garantidor do equilíbrio cambial, das contas do balanço de pagamentos e da estabilidade monetária, o que repercutiu de modo sombrio especialmente sobre

esses países produtores de alimentos e matérias-primas. A queda dos investimentos e a forte redução do fluxo de comércio fizeram despencar a capacidade de importação por parte dessas economias, haja vista sua dependência da conta exportação.

A queda do coeficiente de importação, especialmente por parte da economia norte-americana, à qual cabia a função de irrigar de dólares o mercado mundial, haja vista desempenhar o papel de moeda-chave do sistema, resultou numa escassez relativa de meios internacionais de pagamentos. A redução da liquidez do sistema agravou os problemas durante a crise dos anos 1930, momento minguante do ciclo, significando um "fenômeno dinâmico muito mais profundo que um simples problema monetário, e que está intrinsecamente relacionado com o ritmo e o modo de crescimento econômico dos diferentes países" (PREBISCH, 2011d, p. 113).

Não obstante, como os índices de produtividade do trabalho aumentaram durante toda a depressão nos Estados Unidos, na Inglaterra, na Suécia, na Alemanha e em outros países industrializados, o hiato provocado pelo progresso técnico entre os polos desenvolvidos e subdesenvolvidos do sistema capitalista mundial ampliou-se ainda mais, o que contribuiu para agravar a deterioração dos termos de intercâmbio em prejuízo dos países não industrializados. Segundo Dobb (1983, p. 235), soma-se a esse aspecto a resistência dos poderosos monopólios e oligopólios em relação à queda dos preços, do que resulta o fato de, durante os anos 1930, a baixa dos preços de artigos manufaturados ter sido bem menor do que a observada nos preços dos produtos agrícolas mundiais.

A expansão da produção no decorrer da chamada fase de recuperação, de 1933 a 1937, dependia agora, como nunca antes, de políticas governamentais, entre as quais se alternavam as fiscais, monetárias, tarifárias e cambiais, além de subsídios nas taxas de juros. Com uma evidente estratégia restritiva, pautada no protecionismo, na elevação das tarifas e depreciações do câmbio, as economias de-

senvolvidas se orientaram para o mercado interno, reduzindo as exportações e forçando as economias subdesenvolvidas a também se voltarem, em parte, para o mercado interno, o que despertou para a necessidade e a viabilidade da industrialização nacional.

Com certa melhora dos indicadores econômicos nos anos de 1940 e dado o período de prosperidade que se abre após o término da Segunda Grande Guerra, nos anos 1950, enquanto nos países industrializados a massa de salários começava a crescer e as classes trabalhadoras apresentavam alguma melhora no seu padrão de vida[77], mesmo com a permanência do desemprego, nas economias atrasadas a realidade era bastante distinta, pois a dificuldade de importação, a necessidade do aporte de capital estrangeiro, as flutuações do câmbio diante das necessidades de importação de bens de capital e a escassez da poupança privada interna forçavam os governos a se endividarem com as casas bancárias internacionais.

Por isso, para Halperin (2010), Prebisch não baseou sua proposta de industrialização, ou de desenvolvimento voltado para dentro, em preferências doutrinárias ou ideológicas, mas tal convicção se ancorou na verificação de dados empíricos e, assim sendo, não se tratava de uma questão de opção, mas sim do único caminho a seguir. Era perceptível que os países subdesenvolvidos necessitavam de um programa de desenvolvimento. Passados os turbulentos anos da Segunda Guerra, os países vencedores desejavam retomar as atividades normais do mercado mundial, o que lançava uma alternativa à industrialização, qual seja a de continuar adotando um modelo exportador, baseado na especialização e na divisão internacional do trabalho, que tão bem havia servido aos países produtores de primários por mais de um século. Portanto, no horizonte, acenavam agora duas perspecti-

77. De acordo com Dobb (1983, p. 236), as evidências quanto à distribuição da renda no período em análise são inconclusivas, pois, se algumas estimativas indicam aumento da parcela da renda nacional em favor dos assalariados, outras não sugerem qualquer variação marcante nessa proporção, seja durante os anos de crise, seja quando considerado um prazo mais longo, desde o início do século.

vas bem distintas. Longe de se tratar apenas de um problema teórico, era necessário apoio político para a proposta industrializante.

As preocupações com o desenvolvimento e o subdesenvolvimento econômicos

Apesar de todo o otimismo dos anos pós-Segunda Guerra, pode-se dizer que estava em gestação um movimento teórico que, posteriormente, seria tratado como a economia do desenvolvimento, resgatando uma problemática que havia sido negligenciada por mais de um século pela doutrina econômica dominante, apesar da iconoclastia de teóricos como Marx, Schumpeter e Keynes, que, cada um ao seu modo, introduziram expressões como desequilíbrio, concentração, obstrução ou colapso no dicionário econômico vigente nas maiores universidades da Europa e dos Estados Unidos. Só para ilustrar, em 1911, Schumpeter afirmava que o desenvolvimento econômico não se dá de modo contínuo e ininterrupto, tal qual o "crescimento orgânico gradual de uma árvore", e que o sistema econômico "não anda sempre para frente de modo contínuo e sem tropeços", mas por meio de "movimentos contrários, contratempos que obstruem o caminho do desenvolvimento". Longe de ser "uniforme", tal processo é "espasmódico, por apresentar altos e baixos", prosperidade e crise (SCHUMPETER, 1982). Não obstante, mais de um quarto de século antes, Marx havia atentado para o caráter contraditório do desenvolvimento capitalista (MARX, 1983a, 1983b, 2007).

Segundo Kay (1977, p. 13), os "conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento só passaram a ser amplamente usados em seu significado atual a partir do final da II Guerra Mundial", pois, durante quase toda a história moderna, as disparidades econômicas e sociais prevalentes no mundo eram compreendidas como manifestações de diferenças naturais, como clima, raça e geografia. Além disso, a teoria econômica convencional preferia, segundo o autor,

tratar do subdesenvolvimento como sendo um estágio original, natural, condição primeira de todas as sociedades humanas, antes de se disporem a aplicar o progresso técnico à produção material.

Em meados do século XX, quando se falava em desenvolvimento das sociedades, a expressão assumia o significado moderno de uma ação ou atividade que pessoas realizam de modo planejado com o fim de alcançar um objetivo determinado. "E o grande objetivo desse desenvolvimento planificado era bastante simples: melhorar a pobreza relativa dessas pessoas" (ELIAS, 2008, p. 159). No que tange aos países, essa atividade planificada deveria ser executada pelo Estado. Por sua vez, o desenvolvimento era pensado como um problema de cunho econômico, sinônimo de aumento do estoque de capital, construção de grandes obras públicas, aumento da produção, em suma, elevação do potencial econômico.

Importa destacar ainda a ideia presente na teoria da modernização de Gino Germani, sociólogo ítalo-argentino reconhecido como fundador da sociologia funcionalista na Argentina nos anos 1950 (DOMINGUES; MANEIRO, 2004, p. 3). Guardando, segundo Wasserman (2009, p. 6), uma perspectiva etapista do desenvolvimento, por considerar como possível uma transição da sociedade tradicional para a moderna, Germani (1968, 1971) associa a noção de modernização com a passagem da sociedade tradicional à de massas, caracterizada pelos processos de industrialização, urbanização, aumento da participação política das classes populares, sindicalização, melhora nas condições de vida, redução da mortalidade, processos que, a partir de uma perspectiva estrutural funcionalista *à la* Talcott Parsons, interagem entre si e se potencializam mutuamente numa espécie de círculo virtuoso (ACEVEDO RODRÍGUEZ, 2009, p. 16).

Desse modo, o período compreendido entre as décadas que medeiam o século XX foi profícuo em matéria de estudos aplicados ao crescimento e ao desenvolvimento econômicos, tanto por parte de teóricos da economia quanto dos aportes vindos da sociologia. Vi-

ner (1969, p. 19) destacou que "a produção literária sobre desenvolvimento econômico atingiu, nos últimos anos [pronunciamento feito em uma conferência datada de 1953], proporções maciças", carecendo, no entanto, de importantes definições específicas. Também será um período marcado por um olhar dúplice sobre os ditames do crescimento econômico.

De um lado estavam aqueles que, acreditando que o desenvolvimento seria alcançado por todos, empreenderam esforços lógicos, selecionando variáveis e formalizando modelos matemáticos, a partir dos quais todo um receituário era indicado como guia a ser seguido pelos países que apresentassem entraves econômicos ao crescimento, expressão que, nesses modelos, estava associada à ideia de desenvolvimento. Segundo Pereira (1974, p. 1), o "modelo keynesiano de Roy Harrod, 1939, complementado por Evsey Domar em 1946", ao dar primazia à acumulação de capital e, portanto, sem garantir o equilíbrio automático da economia, deu origem aos modelos neoclássicos de crescimento que surgirão nos anos 1950 e 1960 como "uma resposta e uma crítica" a este primeiro *modelo de desenvolvimento*, haja vista "a ideologia capitalista, apoiada nos velhos princípios do liberalismo econômico", exigir o desenvolvimento de modelos econômicos em que o "equilíbrio esteja sempre garantido pelo funcionamento do mercado".

De fato, nas décadas de 1930 e 1940, respectivamente, Roy F. Harrod e Evsey Domar sugeriam não haver qualquer garantia natural para o crescimento econômico equilibrado, ao contrário, irregularidade e desemprego se faziam muito prováveis. Eram os primeiros esforços no sentido de se elaborar uma análise dinâmica do crescimento, preservando, em grande parte, o arcabouço tradicional, porém incorporando a visão keynesiana sobre a necessidade de políticas para restabelecimento do pleno emprego, o que abriu caminho para outros entendimentos acerca do crescimento das economias capitalistas desenvolvidas, como foi o caso de

Nicholas Kaldor na década de 1950, bem como de uma série de modelos à qual este serviria de base.

Em 1956, seria a vez de o economista norte-americano Robert Solow apresentar um modelo matemático capaz de explicar, com base na função de produção, o crescimento econômico continuado das nações até que elas convergissem num suposto estágio estacionário[78]. Partindo de uma concepção anistórica e adequando-se as variáveis poupança e população (capital e trabalho) a cada economia, seria natural supor que, como as nações mais pobres crescem mais rapidamente que as mais ricas, ambas se encontrariam em algum momento futuro da curva de crescimento.

Em 1961, o economista britânico James Edward Meade apresentou um modelo de crescimento tipicamente neoclássico[79], bastante semelhante ao de Solow, no qual a primazia do conceito de produtividade marginal e a concepção de desenvolvimento ancorada na ideia de simples processo de crescimento da renda *per capita* indicavam um caminho unilinear, contínuo e desvinculado do processo histórico, pelo qual cada economia poderia trilhar livremente.

Sunkel e Paz (1974) ponderou que, naquele momento, apesar de muitos autores partilharem essa ideia de desenvolvimento como crescimento, o que os levava a tomar o caminho da abordagem dedutiva, porquanto influenciados pelas "modernas teorias macrodinâmicas", existia outro grupo de pensadores que, compartilhando ou não do mesmo conteúdo ideológico, preferiram a via metodológica da indução e, com base em observações objetivas e concretas, passaram a interpretar a realidade do subdesenvolvimento como um processo histórico e estrutural passível de ser observado e modificado.

Para esse grande e eclético grupo de teóricos, os problemas relativos ao desenvolvimento de regiões atrasadas fugiam do simples controle de variáveis macroeconômicas quantitativas e necessita-

78. Conferir Solow (1956).

79. Conferir Meade (1961).

vam da cuidadosa análise das estruturas historicamente construídas, das peculiaridades regionais, estas sim responsáveis por criarem uma série de características próprias para cada sociedade. Boa parte desses autores afastou-se de uma ou outra premissa básica do arcabouço teórico neoclássico e compartilhou a convicção de que o crescimento econômico não podia ser interpretado como sendo um processo natural e equilibrado. Afinal, a depressão dos anos 1930 havia evidenciado, por meio do desemprego em massa e da queda vertiginosa dos preços, a falta de recursos, por parte da teoria dominante, em apresentar soluções de longo prazo para economias em crise. Os problemas das economias atrasadas pareciam exigir ações especificamente voltadas às dificuldades estruturais dessas economias. Protecionismo, ação do Estado na economia, seletividade nas importações, controle da moeda e do câmbio começavam a ser avaliados, por alguns heréticos, diga-se de passagem, como possíveis políticas de combate aos problemas típicos das economias subdesenvolvidas, tais como desemprego, elevada concentração de renda, baixo coeficiente de capital por trabalhador, extrema dependência do setor externo, entre tantos outros.

A esse respeito, Furtado (1983, p. 110) considera que a rica e inédita análise estatística realizada por Colin Clark nos anos 1930[80], pioneiro na utilização do produto nacional como variável para estudos econômicos nacionais, portanto antes da Segunda Guerra, abriu uma gama de perspectivas acerca da problemática do desenvolvimento econômico quando as preocupações políticas se voltaram para o dilema da reconstrução dos países devastados pelo conflito bélico. Estudando as diferenças entre estruturas produtivas que concentravam a maior proporção da população ativa nos setores primário, secundário ou terciário, os resultados obtidos apontavam

80. Refere-se aos diversos estudos do economista britânico Colin Clark, realizados especialmente durante a década de 1930, que resultaram nos textos *The National Income* (1932), *National Income and Outlay* (1937) e, principalmente, *The National Income of Australia* (1938) e *The conditions of economic progress* (1940).

para uma relação inversa entre nível de renda real *per capita* e a proporção da população empregada no setor primário. Assim,

> a análise de Clark punha em evidência que não existe desenvolvimento sem industrialização, que o desenvolvimento se traduz em profundas modificações nas estruturas econômicas e sociais e que a elevação do nível de vida de forma persistente não beneficiou senão uma pequena parte da humanidade (FURTADO, 1983, p. 111).

Segundo o pensador brasileiro, é a partir daí que se inicia a especulação sobre as condições ótimas que um país deveria reunir para que sua economia crescesse de forma rápida e persistente. De fato, foi introduzindo o enfoque histórico na análise do desenvolvimento capitalista, ainda que sem eliminar a convicção sobre a certeza da passagem gradual do atraso ao progresso, que o assessor especial para assuntos de segurança nacional do governo norte-americano e professor de história econômica Walt Whitman Rostow elaborou, em 1960, a defesa de uma estratégia etapista rumo à decolagem para o desenvolvimento econômico, ou, como ele chamaria, o *take-off*[81] do desenvolvimento. Preocupado com a expansão comunista, Rostow (1974) deu a sua obra o sugestivo subtítulo de "*um manifesto não-comunista*", na qual sugere que os países deveriam atravessar cinco estágios de desenvolvimento econômico, ao fim dos quais eles teriam transitado da sociedade tradicional, o estágio mais atrasado e estático, à era do elevado consumo de massa, a quinta e mais avançada etapa de desenvolvimento de uma nação. Combinando políticas econômicas ativas, de tipo keynesiano, crescimento autossustentado por investimentos de grande monta e impulsos derivados de fatores exógenos, Rostow acreditava numa série de condições que, caso atendidas e implementadas de modo plane-

81. O *take-off*, ou arrancada, alavancagem, decolagem para o desenvolvimento seria o terceiro entre os cinco estágios por ele sugeridos (ROSTOW, 1974).

jado, resultaria no acesso ao consumo de massa, deixando a cargo de cada sociedade a construção de seu próprio desenvolvimento.

Destoando da visão unilinear, etapista e positivista do crescimento e do desenvolvimento econômicos, alguns teóricos percebiam dificuldades historicamente construídas e, portanto, capazes de barrar o caminho do progresso. Para eles, nenhum crescimento de uma economia concreta ocorria sem variação de proporções ou de flutuações, como era o caso do economista francês François Perroux, o qual defendia o respeito pelas peculiaridades locais das regiões estudadas. Para Diniz (2001), a concepção de se estimular o desenvolvimento local por meio de estratégias deliberadas já se fazia presente nos trabalhos de Perroux durante os anos 1940 e 1950.

Compondo uma análise bastante rica, Perroux associa elementos teóricos presentes em Schumpeter com elementos da geografia humana, a partir do que propõe a ideia de um planejamento indicativo, pontual. Ele acreditava que as investigações científicas sobre as sociedades, em vez de exclusivamente quantitativas, deveriam se importar com questões tais quais a cultura, as relações econômicas típicas locais e outras características fundamentadas na concreta realidade regional. Assim, asseverava que "o fato, rudimentar mas consistente, é esse: o crescimento não surge em toda a parte ao mesmo tempo, mas manifesta-se com intensidades variáveis em pontos ou polos de crescimento" (PERROUX, 1967, p. 164).

Por sua vez, Paul Narcyz Rosenstein-Rodan, em 1943, preocupado com uma distribuição de renda mais equânime entre as diferentes regiões do globo, percebeu que, a exemplo do que acontecia na Europa Oriental, países com excesso de mão de obra na agricultura poderiam enfrentar sérios problemas de desenvolvimento, necessitando, portanto, de grandes investimentos para a industrialização. Para Rosenstein-Rodan (1969), dada a não linearidade do crescimento, era necessário provocar um efeito em cadeia, via ampliação da demanda, entre os setores da economia, o que só seria possível a

partir do uso de tecnologias na indústria. A ampliação dos mercados daí resultante tornaria o processo lucrativo para todas as indústrias, num autêntico circulo virtuoso do desenvolvimento.

Alinhada à mesma perspectiva do desenvolvimento como processo desequilibrado, desarmonioso e resultante de tensões, surgiria a contribuição de um importante teórico, para o qual nada poderia garantir a ação de forças disseminadoras do progresso econômico. A preocupação com o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos atraiu a atenção de Albert Hirschman, que, entre 1952 e 1965, viajou por vários países da América Latina, como Brasil, Chile e Colômbia (BIANCHI, 2007), neste último tendo tornado-se conselheiro especial do governo, numa expedição da qual resultaram vários trabalhos do pesquisador. Defendendo a produção interna à total dependência da importação, Hirschman (1961) destaca a importância econômica dos efeitos em cadeia gerados pela instalação de uma indústria-chave, ideia a partir da qual desenvolve seus conceitos de encadeamentos para trás e para frente, referindo-se à articulação entre as diversas atividades que compõem a estrutura produtiva de uma economia.

A percepção dos problemas relativos ao desenvolvimento de muitas regiões pobres do globo levou parte desses autores a se debruçar sobre os obstáculos que poderiam encerrar uma economia numa verdadeira armadilha do subdesenvolvimento. Foi o caso de Ragnar Nurkse, que, seguindo na mesma linha de Rosenstein-Rodan e escrevendo no início dos anos 1950, afirmou, a partir da redundante sentença "um país é pobre porque é pobre", que, sem uma ação positiva para o desenvolvimento, por meio da qual se primasse pela formação de poupança visando ao financiamento de grandes investimentos, a tendência era a de que as economias subdesenvolvidas caíssem num círculo vicioso da pobreza, no qual predominariam relações circulares que, atingindo de forma dinâmica a demanda e a oferta, gerariam graves problemas para a

formação de capital (NURKSE, 1969). As "zonas economicamente atrasadas" assim permaneceriam porque pagam baixos salários, pois a produtividade do trabalho é baixa, como o é também o nível de poupança, o que mantém baixos os investimentos e, por conseguinte, a produtividade do trabalho.

Contra esse processo dinâmico que tenderia a perpetuar a pobreza, Karl Gunnar Myrdal, à mesma época, apontou para a necessidade de se operarem mecanismos capazes de gerar causações cumulativas circulares, ou um círculo virtuoso do crescimento. Myrdal (1968) percebe a dinâmica de um círculo vicioso que poderia engendrar um processo cumulativo de subdesenvolvimento, haja vista os processos cumulativos, ou os efeitos de encadeamento, operarem em ambas as direções, para o bem ou para o mal. Assim, para o economista sueco, a interdependência de relações, atividades e regiões deveria estar no cerne dos estudos sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento, pois as consequências dessa interação podem significar que o desenvolvimento de uma localidade desencadeie efeitos regressivos em outras ou ainda que os movimentos de capital tendam a gerar a ampliação das desigualdades. Percebe-se em seu argumento que a industrialização de algumas áreas significa a permanência de outras como essencialmente agrícolas. Como se percebe, as preocupações com o subdesenvolvimento ganhavam espaço nos meios acadêmicos e políticos.

Tratar o aumento da poupança interna, os investimentos em infraestrutura e a acumulação interna de capital como pontos essenciais para retirar um país da pobreza compunha também o núcleo da abordagem em torno da qual se juntaram outros dois importantes pesquisadores, os quais foram colegas de trabalho no Departamento de Economia da Universidade de Manchester, nos anos 1950. Trata-se do economista caribenho Arthur Lewis[82] e de seu colega

82. Conferir Lewis (1969).

alemão Kurt Mandelbaum[83]. Ambos contribuíram sobremaneira para o surgimento de uma teoria do desenvolvimento. Percebe-se, à época, a associação recorrente entre população excessiva das áreas atrasadas, essencialmente agrárias, e o subdesenvolvimento. Em meados da década de 1950, mantendo-se dentro da tradição do pensamento econômico clássico, Arthur Lewis voltou seus estudos para o desenvolvimento dos países que apresentavam oferta ilimitada de trabalho, com excedentes populacionais, ressaltando os obstáculos à expansão econômica observados nessas regiões, dada a remuneração extremamente baixa das massas trabalhadoras (AGARWALA; SINGH, 1969, p. 13).

Lewis alertava que a formação de capital e o progresso técnico dela resultante, quando ocorriam em países produtores de bens agrícolas para exportação, não resultavam em aumento da massa de salários, mas sim na parcela de lucro da renda nacional. Aproveitando essa característica das economias subdesenvolvidas e utilizando essa massa maior de lucros para aumentar os investimentos, a taxa de acumulação ultrapassaria a do aumento populacional e os salários subiriam para além do nível de subsistência. Lewis pondera ainda que praticamente todo aumento de produtividade por trabalhador nesses países, quando ocorria, era transferido para o consumidor externo, daí as vantagens da industrialização (LEWIS, 1969).

Tal era a preocupação com a questão do desenvolvimento à época que, simultaneamente à pesquisa de Prebisch, mais especificamente em 1950, o economista alemão Hans Singer, aluno de Keynes durante o doutorado na Inglaterra e, posteriormente, integrante do Departamento de Economia das Nações Unidas, divulgou sua hipó-

83. Sobre Kurt Mandelbaum, sua preocupação com o desemprego rural, a importância da formação de poupança e infraestrutura para retirar um país do subdesenvolvimento, e o papel fundamental do Estado nesse processo, contidos em seu trabalho de 1945, intitulado *The industrialization of backward areas*, recomendamos a leitura do texto de Hans Singer, "A generation later: Kurt Mandelbaum's industrialization of backward areas revisited" (SINGER, 1979).

tese[84], após extenso estudo empírico, de que os ganhos proporcionados pelo comércio internacional, dada a deterioração dos termos de troca em prejuízo dos países produtores de bens primários, fluíam dos países mais pobres, que se especializavam na produção de bens primários, para aqueles mais ricos, dedicados à produção de manufaturados.

Como se observa, os autores que se dedicavam a analisar os problemas acerca do desenvolvimento econômico acabavam por eleger uma determinada característica econômico-social como aspecto central para o subdesenvolvimento, transformando-a em pilar de uma estratégia para o desenvolvimento. Desse modo,

> Arthur Lewis elegeu o excedente generalizado de mão de obra; Colin Clark, a estrutura produtiva pouco diversificada; McClelland e Hagen, aspectos psicológicos e motivacionais dos diferentes povos; Rosenstein-Rodan e Nurkse, a baixa produtividade que gera mercados incipientes e detona um círculo vicioso da pobreza; Hirschman, a falta de capacidade para extrair das oportunidades de investimento todo o potencial que elas podem conceder; Leibenstein e Nelson, as elevadas taxas de crescimento populacional que minam os esforços de poupança (SUNKEL; PAZ,1974, p. 37-38).

Apesar da visão particular que cada autor desenvolveu sobre os distintos problemas das regiões atrasadas e do cuidado constante de não se incorrer num viés de generalização, a impressão que fica é a mesma compartilhada por Roxborough (1981, p. 9), segundo o qual "muitos analistas acreditavam ser possível construir um modelo de

84. A tese defendida pelo economista alemão Hans Singer, dada a época em que foi lançada, 1950, muito próxima, portanto, da de Prebisch, e dado o conteúdo teórico, cujas conclusões levavam à deterioração dos termos de troca para os países produtores de primários, acabou, posteriormente, por ser chamada de Hipótese Prebisch-Singer, respeitando-se então os méritos de ambos os economistas. Confira Singer (1950, 1975).

uma sociedade subdesenvolvida e seus problemas como se houvesse uma única situação de subdesenvolvimento", passando, em seguida, a tratá-las em bloco, buscando-se soluções comuns.

Não obstante, vale lembrar ainda que as décadas de 1940, 1950 e 1960 também foram marcadas por análises mais críticas do subdesenvolvimento, de linhagem marxista ou não. Paul Sweezy, Paul Baran, Yves Lacoste, Caio Prado Júnior, Celso Furtado, John Strachey (FRANK, 1970b, p. 40) e ainda Samir Amin, André Gunder Frank, Ernest Mandel, Charles Bettelheim, entre outros. Para estes últimos, a investigação da história do capitalismo denunciava uma forma de expansão e desenvolvimento visivelmente desigual, desequilibrada e desarmoniosa, na comparação entre países, entre regiões de um mesmo país ou entre os setores de uma mesma economia, como no caso da dicotomia agricultura e indústria (MANDEL, 2007, p. 4). Pareciam crer na hipótese de que o problema não estava no subdesenvolvimento em si, mas na forma de expansão do modo capitalista de produção.

Tratando a ausência do desenvolvimento como um fenômeno específico, e não como um estágio anterior ao do desenvolvimento, esses pensadores primaram pelo estudo "anatômico e fisiológico" do subdesenvolvimento, para usar a expressão de Frank (1970b, p. 42). Nesse sentido, durante os anos 1940, o historiador e geógrafo marxista brasileiro Caio Prado Júnior, investigando sobre a formação histórica da economia do Brasil[85], alertaria para a condição submissa de seu país em relação à economia mundial, dependente das exportações de matérias-primas, e defenderia o enfrentamento aos países imperialistas e o fortalecimento do mercado interno

85. Além das obras de Caio Prado Júnior *Formação econômica do Brasil contemporâneo*, de 1942, e *História econômica do Brasil*, de 1945, outra obra importante para o entendimento das ideias do autor acerca da dinâmica de desenvolvimento da sociedade brasileira e suas possibilidades futuras é *Evolução política do Brasil*, de 1933. Paula (2006, p. 1) afirma que, na tese para a titulatura de Caio Prado Júnior, *Diretrizes para uma política econômica brasileira*, apresentada à Faculdade de Direito da USP em 1954, o autor discute as principais teses sobre o desenvolvimento brasileiro, apresentando sua opinião sobre os limites dessas propostas, entre as quais, as oriundas dos textos da Cepal.

como forma de romper com o "sentido da colonização", condição que, historicamente, havia imputado à região um passado de exploração dos recursos naturais à serviço do capitalismo mercantil para o desenvolvimento europeu (PRADO JÚNIOR, 1959; 2012).

Por sua vez, o marxista ucraniano Paul Baran, no início dos anos 1950, afirmava que qualquer esforço por parte dos países atrasados, ou "países fontes", como ele preferia, no sentido de universalizar o progresso econômico seria tomado como movimento revolucionário por parte dos países industrializados, ou imperialistas, por ser profundamente contrário aos interesses destes, haja vista os primeiros representarem o "interior" indispensável ao ocidente capitalista, responsável pelo fornecimento de matérias-primas e lucros para as empresas centrais. Esse seria o principal motivo que levava as classes dominantes dos Estados Unidos a se oporem frontalmente a qualquer tentativa de industrialização das áreas coloniais e semicoloniais (BARAN, 1986, p. 41-43). Como se percebe, as análises sobre o desenvolvimento econômico se voltam para o estudo da realidade histórica e estrutural das sociedades, método que levou a certa associação entre subdesenvolvimento e passado colonial.

Para Fonseca (2011), pode-se afirmar que Raúl Prebisch foi o primeiro pensador a inaugurar um programa de pesquisa que, partindo da periferia, atraiu a atenção de pesquisadores do centro, tais como Kindleberger, Viner, Haberler e Baldwin, mesmo a ideia-chave de Prebisch, em si, não sendo novidade, pois

> já aparece em List, no século XIX, e mais tarde em Mihail Manoilescu, Gustav Cassel e Hans Singer, sem contar a tradição marxista, em diferentes versões da "troca desigual" e das teorias de imperialismo. Mesmo no Brasil consta em discursos de políticos, militares e empresários já antes de 1930, como Vargas, Serzedelo Correa, Alcindo Guanabara e Jorge Street (FONSECA, 2011, p. 2).

De fato, em 1929, era publicado na França o trabalho do economista e político romeno Mihail Manoilesco[86], o qual apontava a industrialização como única saída para o subdesenvolvimento. Segundo Mazat (2011, p. 2), o pioneirismo de Manoilesco inspirou, nos anos 1930 e 1940, tanto economistas ortodoxos, como Viner e Ohlin, quanto heterodoxos, a exemplo de Harrod e Kalecki, tendo todos resenhado o livro do economista romeno. Tal influência chegou até a América Latina, sendo que, no Brasil, agradou muito aos liberais e aos desenvolvimentistas, tanto que Simonsen solicitou a tradução do texto e Furtado reconheceu a importância da obra de Manoilesco (MAZAT, 2011, p. 3). Apesar disso, Lessa (2011, p. 3) afirma que "a obra de Prebisch, menos pelo pioneirismo e mais pela oportunidade, decisão, habilidade e poder mobilizador, foi um voo de coruja decisivo para o esforço latino-americano de superação do atraso".

Vivendo a realidade da periferia latino-americana, Prebisch tratou de interpretar as raízes do subdesenvolvimento estando do lado de dentro do problema. E ele sabia o que isso significava, tanto que afirmou ao seu colega de Cepal, o norte-americano David Pollock, como se sentia perante a comunidade acadêmica mundial.

> Na verdade, David, há certa arrogância e menosprezo [das universidades do norte]. Não nos levam a sério. Estou certo de que em Harvard não nos levam a sério. Somos economistas de segunda categoria, ou até de terceira. Somos economistas subdesenvolvidos (PREBISCH, 2001, p. 17, tradução nossa).

Considerado por seus colegas de trajetória um revolucionário já aos vinte e dois anos de idade (HALPERIN, 2010, p. 58), Prebisch acreditava que a teoria econômica necessitava de um forte aporte empírico. Afinal, percebia que a "boa doutrina econômica" importada dos

86. *Théorie du protectionnisme et de l'échange international*, de 1929, traduzido e publicado no Brasil já em 1931, quando da criação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (MANOILESCO, 2011).

grandes centros acadêmicos do mundo encontrava sérios problemas em aproximar a teoria da realidade. Era imprescindível buscar e selecionar dados objetivos da realidade para entender os problemas da vida econômica própria da Argentina, o que, inclusive, o fez se afastar um pouco dos desenvolvimentos mais recentes da teoria econômica em voga nas principais academias do mundo, alegando, para tal, que, apesar de toda precisão e elegância que a matemática vinha trazendo aos modelos econômicos, estes se afastavam cada vez mais da realidade que pretendiam explicar (PREBISCH, 2001, p. 21).

Para Halperin (2010), a opção teórica de Prebisch não significava uma oposição aos princípios teóricos em voga, mas sim o direito mais elementar do pensador de, ao olhar as questões mais prementes que o cercam e as quais deseja transformar, selecionar, adaptar e elaborar a sua própria "boa doutrina", que não, necessariamente, aquela reconhecida como de aplicação geral e irrestrita e que, no caso em questão, ainda mantinha na Europa seu centro de emanação e difusão.

2. Aspectos ideológicos do pensamento de Raúl Prebisch

Como assevera Fernández López (2002, p. 1, tradução nossa), "a 'recepção' de um pensamento nunca é somente passiva". De fato, a influência que se recebe a partir de uma nova proposição, caso não rechaçada, comumente traça um caminho para o raciocínio do pesquisador, que é percorrido, acima de tudo, individual e solitariamente. Ao longo desse caminho, juntam-se à ideia nova as experiências, os conhecimentos, os aportes teóricos e a ideologia já assimilados. Por isso, falar em uma influência dominante sobre o pensamento de Prebisch ou procurar elencar autores como tutores de suas ações e suas teses seria temerário, pois se percebe que ao longo de sua vida, como acadêmico, tecnocrata ou na arena política, ele mesclou concepções das mais variadas.

Seus muitos biógrafos, amigos, subordinados e colaboradores[87] não se cansam de exaltar a rica formação intelectual de Prebisch. Para Mallorquin (2012, p. 5), "ele tinha lido de tudo", conhecia desde os associacionistas anglo-saxões, os cooperativistas e a tradição socialista, "de Marx a Filippo Turati". Havia lido os teóricos do imperialismo, John Hobson e Lenin. Conheceu, como o próprio Prebisch atesta, os dois "Paretos", o do "Manual de Economia Política" e o outro, o do "Tratado de Sociologia Geral" (PREBISCH, 1923 *apud* MALLORQUIN, 2012, p. 5)

Tendo Prebisch certa preferência para lidar com métodos estatísticos e matemática na análise econômica (HALPERIN, 2010, p. 58), aproximou-se, ainda na Universidade de Buenos Aires, da economia pura de Walras, Pareto, Pantaleoni e Barone, destacados economistas da escola do equilíbrio de Lausanne (FERNÁNDEZ LÓPEZ, 2002). Por essa época, afirmou Prebisch, "eu admirava Pareto pelo rigor com que expunha seus raciocínios e a elegância matemática de sua apresentação do equilíbrio"[88] (PREBISCH, 1986, p. 162 *apud* FERNÁNDEZ LÓPEZ, 2002, p. 5, tradução nossa).

Para Mallorquin (2012, p. 9), as primeiras preocupações de Prebisch acerca da problemática do câmbio lhe renderam um de seus primeiros artigos, "Salarios a oro", e acabaram transformando-o em um "historiador da questão monetária e financeira argentina e internacional". Em seu "vocabulário e horizonte", ainda segundo o biógrafo argentino, predominavam duplamente os modelos de construção de números-índices e teoria quantitativa da moeda de Irving Fisher. Ensinamentos que o levariam a comandar com mão

87. Entre muitos biógrafos, estudiosos e pesquisadores da vida e obra de Prebisch, fomos obrigados a eleger, entre tantas ricas contribuições, alguns como fontes informativas. Sem qualquer demérito dos demais, destacamos aqui as contribuições de Mallorquin, Gurrieri, Fernández López, Pollock, Halperin e Dorsman.

88. "Admiraba a Pareto por el rigor con que exponía sus razonamientos y la elegancia matemática de su presentación del equilíbrio".

de ferro a política monetária do Banco Central da Argentina[89], o qual dirigiu de 1935 a 1943. Gurrieri (2011, p. 17) salienta o profundo estudo que Prebisch desenvolveu sobre as obras de Keynes[90] e Schumpeter, chegando mesmo a apostar que sua teoria do desenvolvimento econômico toma como ponto de partida a análise dos ciclos e da dinâmica econômica. Sobre o impacto que a obra de Keynes representou para o pensamento de Prebisch, torna-se importante a transcrição do texto abaixo[91]:

> Prebisch, por sua vez, paretiano confesso desde que começou como docente, havia encontrado em abril de [19]33 em Londres, outras ideias, expostas por Keynes no The Economist. Esses artigos, diria Prebisch, "eram de uma heresia econômica tremenda e tiveram em mim enorme influência: havia ali preconizada uma política expansionista para sair da grande depressão mundial". Ao retornar, Prebisch pôs de imediato as propostas de Keynes à disposição dos ministros de Fazenda, Pinedo, e da Agricultura, Duhau, cujas reuniões com Prebisch culminaram no "Plano de Ação Econômica Nacional" (Paen), anunciado em 28 de novembro do mesmo ano. "Foi um plano keynesiano de expansão da economia, di-

89. Na entrada do Banco Central argentino, Prebisch afixou um lema que, segundo Fonseca (2011, p. 5), "é para nenhum membro da Escola de Chicago por defeito: '*A Missão Primeira e Fundamental do Banco Central da Argentina é Preservar o Valor da Moeda*'".

90. "[Em 1933,] vim da Inglaterra muito impressionado com artigos escritos por Keynes [...] sobre a necessidade de uma política expansionista para animar a economia e absorver o desemprego" (PREBISCH *apud* MALLORQUIN, 2006, p. 35, tradução nossa).

91. "Prebisch, por su parte, Paretiano confeso desde sus comienzos como docente, había encontrado en abril del 33 en Londres, otras ideas, expuestas por Keynes en The Economist. Esos artículos, diría Prebisch, 'eran de una herejía económica tremenda. Tuvieron en mí enorme influencia: él allí preconizaba una política expansiva para salir de la gran depresión mundial'. A su llegada, Prebisch puso de inmediato las propuestas de Keynes a disposición de los ministros de Hacienda, Pinedo, y de Agricultura, Duhau, cuyas reuniones con Prebisch culminaron en el 'Plan de Acción Económica Nacional' (Paen), anunciado el 28 de noviembre. 'Fue un plan keynesiano de expansión de la economía – diría luego Prebisch –, controlando el comercio exterior con una política muy selectiva de cambio'" (FERNÁNDEZ LÓPEZ, 2002, p. 7).

> ria depois Prebisch, controlando o comércio exterior com uma política muito seletiva do câmbio" (FERNÁNDEZ LÓPEZ, 2002, p. 7, tradução nossa).

Nota-se que as ideias absorvidas pelo autor argentino se processam paralelamente à experiência prática que vai adquirindo em sua vida como tecnocrata. Assim, mais do que simples ornamentos teóricos, essas ideias foram se tornando "instrumentos para a ação" (GURRIERI, 2011, p. 16), o que o levou a empregar uma metodologia que retém ou descarta proposições pela capacidade que elas tenham de explicar e transformar uma dada realidade.

Em termos de alinhamento com uma escola de pensamento econômico, o próprio Prebisch afirma:

> Eu não era da escola neoclássica já que, sem renegar a importância absoluta da iniciativa privada, eu acreditava que deveria combinar-se com a planificação, com as linhas gerais da planificação. E isto eles [Banco Mundial e FMI] não podiam aceitar (PREBISCH, 2001, p. 20).

Mas, apesar de se opor ao pensamento clássico, principalmente no que tange às relações econômicas internacionais, à questão do equilíbrio e da incompatibilidade dos modelos abstratos propostos pelos teóricos clássicos com a realidade latino-americana, pode-se afirmar, como o faz Gurrieri (2011, p. 79), que "Prebisch sempre se manteve muito próximo da concepção geral de desenvolvimento que defendiam". Associou o desenvolvimento à ampliação da base material de uma sociedade, ao incremento da riqueza, considerando, assim como a doutrina dominante, "que os principais motivos internos do desenvolvimento são a acumulação produtiva de capital, o progresso técnico e a disponibilidade da força de trabalho".

Para Fonseca (2011, p. 696), não há como dissociar a contribuição de Prebisch do "espírito da época", ou seja, "do planejamento, dos go-

vernos intervencionistas, do keynesianismo e da social-democracia", afinal, os anos 1930 e a Segunda Grande Guerra foram "motivações históricas que despertaram para o fenômeno do desenvolvimentismo", para a necessidade de um impulso ordenado e coordenado rumo a uma sociedade capaz de ampliar os direitos e as garantias sociais para uma grande massa latino-americana que se urbanizava e que percebia a industrialização como alternativa à economia agroexportadora. Nesse sentido, Halperin (2010) destaca que a profundidade da crise gerada pela Grande Depressão dos anos 1930, que trouxe como consequência a queda brutal dos preços e a contração sem precedentes do volume do comércio internacional, despertou em Prebisch e seu grupo a percepção acerca da fragilidade das economias que haviam confiado demasiadamente sua expansão às exportações ultramarinas.

Compartilhando de semelhante impressão, para Rodríguez (1981, p. 36), tal noção de desenvolvimento era a mesma da Cepal, a qual identificava o desenvolvimento econômico com a elevação do bem-estar material de uma sociedade. Numa entrevista a seu colega David Pollock, Prebisch (2001, p. 16, grifo nosso) afirmou que "tivemos de industrializar a Argentina sem ter ainda uma teoria, *pois necessitávamos proporcionar mais bens à população*". Para atingir esse objetivo, era necessária a elevação da renda real *per capita*, algo somente compatível com o aumento da produtividade média do trabalhador, que, por sua vez, dependia do avanço do progresso tecnológico, o qual necessitava da elevação das margens de poupança para proporcionar maior acumulação de capital. Nesses termos, concordamos que

> consideradas no nível mais alto de abstração, as ideias sobre o desenvolvimento econômico [da Cepal] coincidem com as que, em linhas gerais, estão presentes nas teorias do crescimento de origem neoclássica e keynesiana, que o concebem como um processo de acumulação de capital estreitamente ligado ao progresso tecnológico (RODRÍGUEZ, 1981, p. 36-37).

Prebisch sempre defendeu, ideologicamente, a superioridade de um sistema que preservasse a propriedade privada e a livre iniciativa, desde que o Estado administrasse o excedente em favor de toda a coletividade. Vejamos o que ele escreve ao final de sua carreira intelectual e política, poucos anos antes de sua morte, que se daria em 1986:

> No fundo, há duas formas de o Estado poder exercer sua ação reguladora: tomar em suas mãos a propriedade e a gestão dos meios de produção dos quais surge o excedente ou usar o excedente com racionalidade coletiva, sem concentrar. Trata-se de duas opções fundamentalmente diferentes, por sua significação política e econômica. Inclino-me pela segunda, em vista de duas considerações primordiais. Por um lado, porque as grandes falhas do sistema não se enraízam na propriedade privada em si, mas na apropriação privada do excedente e nas consequências nocivas da concentração dos meios de produção. Por outro lado, porque a primeira opção é incompatível com o conceito primordial de democracia e dos direitos humanos que lhe são inerentes, ao passo que a segunda possibilita a plena compatibilidade desse conceito, na teoria e na prática, com o vigor do desenvolvimento e a equidade distributiva (PREBISCH, 2011a, p. 645).

Acreditava que um Estado comprometido com as causas nacionais seria capaz de liderar um processo não revolucionário de profundas transformações institucionais e que levasse à solução da grande questão social. Cabia ao Estado a tarefa lógica de encaminhar a evolução social. Em lugar da luta de classe, cooperação entre classes, em lugar de Marx, o socialista Filippo Turati, o qual achava "mais lógico" (HALPERIN, 2010; MALLORQUIN, 2012, p. 7). Essa alternativa abria para Prebisch a possibilidade de agir mediante "a criação de novas formas e a reforma das instituições existentes, aproveitando o que não têm de mau" (PREBISCH *apud* HALPERIN,

2010, p. 58). Por isso, para ele, o profundo conhecimento, por dentro, dos organismos e da burocracia estatal eram fundamentais para que o sistema pudesse ser observado e entendido em todas as suas potencialidades. Só assim seria possível apresentar propostas verdadeiramente reformadoras.

Havia um idealismo perceptível em sua concepção de Estado e sociedade civil, que o levava a depositar numa estrutura estatal tecnoburocrática capaz, eficiente e, sobretudo, neutra (DOSMAN, 2011), meticulosamente formada pelos maiores especialistas em cada área, a imparcialidade necessária para a tomada de decisões que transcendessem os interesses classistas. Algo muito próximo da elite paretiana ou da burocracia vocacional de Weber. Um corpo tecnocrático composto exclusivamente por "homens de valor", expressão frequentemente usada por Prebisch (FERNÁNDEZ LÓPEZ, 2008, p. 5 e 11) e profundamente ancorada em princípios éticos e morais que designa homens de elevado conhecimento e respeitabilidade, "dignos de pertencerem" a uma elite intelectual ou política. Chegou a afirmar que, mais do que as propostas e a defesa da reforma agrária, o que mais o atraiu no Partido Socialista, ao qual não se filiou por discordâncias[92] com o líder da ala mais radical, Juan B. Justo (FERNÁNDEZ LÓPEZ, 2008, p. 12), foi

> o nível intelectual e a capacidade jurídica dos homens desse partido. Esse era um dos conjuntos mais brilhantes. [...] Justo [...]; de Tomasso; Repetto; los Dickman. Todos, homens de um grande valor. Isso era o que me atraía (PREBISCH *apud* MALLORQUIN, 2006, p. 21, tradução nossa).

A verdadeira obsessão com que Prebisch buscava não apenas o apoio, mas a própria existência de fato, de um Estado forte o sufi-

92. As discordâncias, segundo Fernández López (2008, p. 12), ocorreram por Prebisch considerar dogmáticas as críticas que seu artigo "Salario a oro" recebe da hierarquia do partido, representada na pessoa de Juan B. Justo.

ciente para conduzir uma política econômica essencialmente nacionalista e desenvolvimentista o levava, por vezes, a não questionar o caráter ético e moral do possível abandono de uma de suas principais bandeiras, as vias democráticas, como forma de legitimação desse Estado. Logo, acabou por inspirar a confiança tanto de governos democráticos como de militares golpistas[93] ou caudilhos[94].

Destacando-se à frente de organismos nacionais, como gerente geral do Banco Central da Argentina, o qual comandou de 1935 a 1943, e supranacionais, como a Cepal ou a UNCTAD[95], Prebisch defendia a ideia de que a chave da questão social passava necessariamente pelo

> desajuste entre a estrutura incessantemente transformada pelo avanço nos métodos produtivos devido ao progresso técnico e seguida só à distância por uma mudança paralela na superestrutura social que regia as relações entre os que produzem e os que dirigem a produção (PREBISCH, 1991, p. 11-12 *apud* por HALPERIN, 2010, p. 58).

Se a superestrutura ideal se adequasse mais rapidamente às novas relações sociais exigidas pelo avanço das forças produtivas, as reformas necessárias poderiam resultar em grandes avanços, pois o Estado trabalharia como árbitro dos interesses coletivos. Afinal, como afirmava Prebisch (2010, p. 59), "a evolução é incontível; é inútil tentar detê-la; cabe ao Estado a tarefa de encaminhá-la".

93. Prebisch participou dos governos democráticos pré-golpe de 1930, sendo subsecretário das finanças com o general golpista Uriburu, sobre o qual pesavam inclusive as acusações de simpatia a um extremado corporativismo fascista, tendo permanecido ocupando cargos públicos de destaque em todos os governos sucessores de Uriburu e que complementaram a chamada década infame, até 1943, onde se sucederam Augustín Pedro Justo, Roberto Ortiz e Ramón Castillo, afastando-se somente após o golpe de junho de 1943, que resultou no início do peronismo na Argentina.

94. De acordo com Halperin (2010, p. 64), "Prebisch compartilhava, com muitos outros argentinos, da convicção de que o mundo vive uma era de ditaduras, na qual o melhor a que se pode aspirar é que a exerça um déspota ilustrado".

95. United Nations Conference on Trade and Development.

Além de todo o ideário vindo de fora, das influências intelectuais recebidas internamente na Argentina[96] e em vista de sua preocupação com a questão social, torna-se importante destacar a herança da sociologia sobre o pensamento de Prebisch, especialmente de Max Weber, Vilfredo Pareto e da sociologia americana, esta última se adequando ao arcabouço do pensamento liberal ocidental dos últimos anos do século XIX e da primeira metade do século XX. Para Souza (2015, p. 15-16), "não se pode descartar também as influências de Weber e Marx na teoria social [de Prebisch], sobretudo na formulação de conceitos importantes e caros à Cepal dos primeiros anos como o de 'dinâmica centro-periferia'".

De Weber, percebe-se em Prebisch a formulação, em parte, espelhada nos tipos puros ou ideais. Para Furtado, a influência dos tipos ideais weberianos está presente nas teorias que se propõem a analisar o desenvolvimento das diferentes sociedades humanas pautado numa determinada ordem cronológica de fases, que ele denomina de *concepções faseológicas do desenvolvimento*. Para ele, tal esforço foi empreendido por Smith, List, Marx, Rostow e Prebisch, cada qual selecionando sistemas econômicos "com base num pequeno número de fenômenos passíveis de expressão quantitativa e em parâmetros derivados do nível da técnica e do quadro institucional" imaginando, a partir daí, que "esses tipos ideias são fases pelas quais passam necessariamente todas as sociedades em sua evolução", fruto das "ideias de progresso que permeiam a filosofia europeia a partir do iluminismo" (FURTADO, 1983, p. 109).

Além disso, evidenciam-se, na abordagem de Prebisch, outros elementos da perspectiva weberiana, como a importância da observação objetiva, portanto em confronto com a análise positivista da

96. Como dos professores Broggi e Gondra, dos colegas de faculdade, Alejandro e Augusto Bunge, bem como de Juan Justo. Para Souza (2015, p. 16), de Augusto Bunge, Prebisch herda o "ideário nacionalista e protecionista" a ser utilizado como "elemento de afirmação da identidade latino-americana". E de Justo, líder dos radicais do Partido Socialista, particularmente, a crença na necessidade do rompimento das "relações seculares de dominação territorial".

ciência e a necessidade de interpretação histórica como ferramenta de compreensão da contemporaneidade; a análise estrutural da sociedade que busca salientar as evidências peculiares, posicionando-se contra o esforço positivista generalizador e comparativo; o esforço prático de construção de um Estado racional moderno pautado num sistema tributário e de reformas legais adequadas ao atendimento das demandas sociais da época, a partir da formação de uma burocracia civil cultivada com destaque para as qualidades individuais e dotada de interesse e dedicação pela coisa pública[97], tal qual presente na vocação política weberiana[98]. Em suma, a defesa de um Estado capaz de dirigir as massas pela força das leis, pelo carisma ou, se necessário, pela coerção militar.

Com a sociologia de Pareto, nota-se que Prebisch compartilha a tese de que as teorias, quando tentam explicar as ciências sociais, frequentemente são construídas a partir de *resíduos* (ações movidas por sentimentos) provocados por *derivações* (ideologias), com o fito de convencer e "persuadir outros a agir de modo considerado útil à sociedade"[99] (PARETO, 1984, p. 70), e não por comprovação ló-

97. Hodara (*apud* HALPERIN, 2010) afirma que Prebisch reconhecia que grande parte do sucesso de suas gestões em organismos por ele dirigidos se deveu ao carisma, à competência, dedicação e zelo apresentados por seus comandados.

98. Conferir Weber (2004).

99. No "Tratado de sociologia geral", Pareto (1984) diferencia as ações lógicas que mantêm um vínculo lógico entre os meios e o fim, tanto no aspecto objetivo (realidade concreta) quanto subjetivo (enquanto raciocínio, no espírito do sujeito), das ações não lógicas, que, destituídas de tal vínculo lógico, derivam-se de resíduos, ou seja, ações instintivas, baseadas em sentimentos ou em determinados estados psíquicos dos indivíduos. Esses resíduos frequentemente são provocados e estimulados por *derivações*, ou "modos que os homens usam para dissimular, mudar, explicar os caracteres que efetivamente têm certos modos de atuarem"; exercem persuasão sobre os homens agindo no seu sentimento, no aspecto subjetivo, e não retiram sua força de convencimento a partir de qualquer consideração lógico-experimental, ou não exclusivamente delas, mas sim de sentimentos. Para ele, o objetivo da derivação, apesar de quase sempre já estar presente na mente de quem deseja convencer, frequentemente não é observado por quem a recebe, levando-o a crer que a acolhe ou rejeita por considerações lógico-experimentais e não impelido por sentimentos (resíduos) (PARETO, 1984, p. 66-69). Como exemplos de derivações estão, primordialmente, as ideologias e as religiões. Pareto, colocando

gico-experimental. Prebisch percebe o caráter ideológico que continuava sustentando a teoria das vantagens do comércio baseado na divisão internacional do trabalho que, apesar de uma validade irrefutável para alguns casos isolados, procurava explicar o caso geral. Isso o levou a afirmar logo de início em seu "Manifesto" que "em matéria econômica, as ideologias" – pensemos, aqui, nas derivações de Pareto – "costumam seguir com atraso os acontecimentos [a realidade objetiva e observável no esquema sociológico de Pareto]" (PREBISCH, 2011d, p. 96).

Não obstante, havia em Prebisch outros elementos da sociologia paretiana, como a desconsideração pela transformação social por meio da luta de classes e a crença na existência de uma minoria, ou elite, capaz de dominar e guiar ativamente uma massa desorganizada e passiva, bastando que, para tanto, estivesse formada por indivíduos destacados, seletivamente escolhidos entre aqueles que se sobressaem intelectualmente. Concepção tipicamente comtiana do governo da elite intelectual e que dá base à teoria das elites de Mosca, Pareto e Michels[100]. Mesmo a postura de Prebisch, que, como homem prático-político, procura afastar-se das teorias mais abstratas, buscando na realidade empírica os elementos necessários à elaboração de estratégias apropriadas, demonstra uma forma de as-

a Economia Política no campo das ações majoritariamente não lógicas, concede enorme importância aos resíduos e às *derivações* para o equilíbrio social, chegando mesmo a afirmar que estudar os fenômenos sociais é o mesmo que se fechar "nas manifestações da atividade, isto é, nas derivações", negligenciando as razões da própria atividade, completando que "a história das instituições sociais tornou-se a história das derivações" (p. 70).

100. A ideia acerca do elitismo contemporâneo e de uma teoria das elites tem seu fundamento nas obras *Elementi di scienza politica* (1896), do sociólogo italiano Gaetano Mosca; *Partidos políticos: um estudo sociológico das tendências oligárquicas da democracia contemporânea* (1912), do sociólogo alemão Robert Michels; e no *Tratado de sociologia geral* (1916), do italiano Vilfredo Pareto. Para análises sobre o pensamento desses autores, a herança e as influências deixadas pelas abordagens, bem como as interconexões entre esses estudos de Mosca, Pareto e Michels, sugerimos a leitura de Mosca (1987); Pareto (1984); Michels (1979); Albertoni (1992); Souza (1966); Moreira (2012). Ver ainda Bianchi e Aliaga (2012) para uma interpretação da crítica de Gramsci a essa teoria.

similação do indutivismo presente na sociologia paretiana quando esta nos leva a deduzir que, se o indivíduo deseja conhecer as coisas, deve apegar-se às teorias científicas, mas, se deseja agir, como o tecnocrata, por exemplo, deve pautar-se na realidade em que os homens vivem e agem socialmente, na esfera em que imperam as ações automáticas e inconscientes, fruto de um estado psíquico pautado nos sentimentos e nas crenças, portanto ações desprovidas de qualquer vínculo lógico entre meios e fins.

Prebisch fez muito bem essa separação, tanto que sua vida de ação político-prática o leva a transitar do positivismo normativo da mais pura teoria neoclássica e seus modelos precisos e elegantes ao estruturalismo, baseado na observação cuidadosa dos problemas e das ações subjetivas dos agentes coletivos característicos da sociedade argentina e também latino-americana. Furtado (1983, p. 72), nesse sentido, esclarece-nos que o estruturalismo econômico surgiu entre os economistas latino-americanos, na primeira metade dos anos 1950, justamente com o objetivo principal de pôr em evidência os "parâmetros não econômicos" (aspas no original) dos modelos macroeconômicos, entre os quais elenca os regimes de propriedade da terra, o grau de controle externo das empresas nacionais, o nível de exclusão econômica da população, os impedimentos ao desenvolvimento das técnicas, ou seja, elementos que compõem a análise de estruturas sociais. E, para Pareto, nada mais destituído de lógica que o comportamento humano diante das ações não econômicas dos seres humanos, principalmente as sociais, em oposição às econômicas, estas, sim, regidas pelo vínculo lógico, segundo o pensador italiano.

Centro e periferia na sociologia norte-americana

Sem qualquer intenção de esgotar o assunto, vale destacar, antes de encerrar este tópico do trabalho, a influência que a sociologia nor-

te-americana exerceu sobre os círculos acadêmicos à época, mais especificamente, no que diz respeito à concepção de centro e periferia, que emanava da escola de Chicago, por volta das primeiras décadas do século XX. A sociologia americana emergiu na segunda metade do século XIX influenciada, inicialmente, pelas ideias de Pareto, Spencer e Durkheim. Nos anos 1930 e 1940, recebeu adicionalmente o aporte do estrutural funcionalismo de Talcott Parsons (ROCHER, 1976), sociólogo que também se afirmava fortemente influenciado por Pareto e Durkheim, além de Weber e Freud (PARSONS, 1966, p. 5).

Construída em razão do rápido processo de industrialização e de urbanização, a concepção de evolução, progresso e modernidade emanada dessa escola de sociologia equivale ao processo de desenvolvimento industrial experimentado pelas cidades norte-americanas, que toma semelhante evolução da urbanidade como sendo uma condição natural da sociedade humana. Para os grandes mestres da Escola de Chicago, como Park, Burgess e McKenzie, que, durante os anos 1920 e 1930, utilizando análises estatísticas e geográficas dos distritos urbanos, tomaram como campo de pesquisa a própria cidade que dá nome à escola, o termo periférico referia-se ao oposto do que o centro representava, sendo assim estava associado ao atraso, ao tradicional, ao que é pobre financeira e economicamente, local para onde deveriam ser levados os costumes, os progressos, as técnicas, a cultura e o modo de vida centrais (SHILS, 1992).

Para a escola de Chicago, na estrutura de toda sociedade, está presente uma zona central, um núcleo a partir do qual emana todo um conjunto simbólico composto por valores, crenças, ideias e julgamentos éticos e morais que determinam a forma de viver e de pensar não apenas das pessoas que vivem nessas regiões centrais, mas também determinam a existência dos indivíduos das sociedades que compõem a periferia do sistema social (SHILS, 1992, p. 57-60). Uma vez aceitos como válidos e importantes, sagrados e positivos, pelas autoridades e pessoas que vivem na zona central da sociedade, tais

valores, gerados via sistema educacional, familiar, fiduciário, econômico, político e comunitário, incorporam-se e definem as instituições centrais, que passam a dominar as suas correlatas na periferia (SHILS, 1992, p. 70). Central é, portanto, a região que domina e determina a cultura, o modo de viver e de pensar das demais regiões. Por seu turno, será tanto mais periférica a região quanto menos influenciada pelo conjunto de valores emanado do centro.

Influenciando toda uma geração de intelectuais, a sociologia americana, seja a praticada pela Escola de Chicago, seja por meio do funcionalismo parsoniano como um todo, contribuiu para potencializar a concepção ocidental de modernização, que se identifica com o caminho trilhado pelas economias industriais da Europa e dos Estados Unidos, tidas como centrais. Trata-se de ideias como a interdependência entre as diferentes partes do organismo social, cuja interação, a partir do desempenho de papéis ocupacionais específicos, forma o sistema social, como um todo (PARSONS, 1974); o evolucionismo social, que decreta um caminho positivo para as sociedades transitarem da sociedade primitiva à moderna, do tipo ocidental (PARSONS, 1984); a aposta de que por meio de compromissos sociais se chegaria a uma cooperação entre as classes sociais, o que resultaria na ampliação do papel do Estado como ação necessária para os países capitalistas retomarem o desenvolvimento econômico e social (RIBEIRO, 2007, p. 94); ideias que representam, pois, uma forma de interpretação do desenvolvimento que, tendo dominado a sociologia ocidental nesse período, aparece frequentemente em Prebisch, principalmente em seus primeiros escritos à frente da Cepal, quando o pensador argentino se via tomado pela mesma crença modernizante, da qual emanava a ideia de que se tornar centro era a única solução para a periferia.

Para Gurrieri (2011, p. 28), apesar de o caminho apontado por Prebisch se diferenciar daquele que um dia trilharam as economias centrais, "o objetivo final é o mesmo no que diz respeito às características gerais do tipo de economia e de sociedade que ela [a pe-

riferia] procura alcançar". Os instrumentos a serem usados nessa empreitada é que variariam de acordo com as peculiaridades histórico-estruturais de cada país subdesenvolvido.

3. Raúl Prebisch e a concepção centro-periferia

Prebisch e a desigualdade aparente

Convém salientar três pontos que, em nosso entendimento, formam a estrutura sobre a qual se ergue o constructo teórico de Prebisch. Primeiro, a percepção da existência de um desequilíbrio, de um problema no sistema capitalista mundial, que levava à repartição desigual dos ganhos provenientes do intercâmbio de mercadorias entre os países. Segundo, a descrença na via revolucionária como instrumento para solucionar esse problema, pois, se existia um culpado para a aparente desigualdade do padrão de vida das massas, não era o modo capitalista de produção em si, muito menos sua lógica assentada na propriedade privada, mas a perpetuação de uma prática comercial que se baseava numa hipótese comprovadamente falsa para a maior e mais pobre parcela do conjunto do sistema. Terceiro, lembrar que Prebisch observava a realidade. Ele parte da análise empírica para conhecer seu objeto de estudo e, assim, poder interpretá-lo a partir de uma nova teoria que ele supunha mais "correta" do que a que estava em voga, pois resultava de um comportamento espontâneo oriundo das necessidades evidenciadas pelas economias subdesenvolvidas. Em outras palavras, a experiência concreta deveria forjar uma nova teoria.

Para Rodríguez (2009, p. 79), apesar de a percepção de Prebisch acerca de uma polarização do capitalismo mundial em centro e periferia não ser inédita, deve-se a ele o desenvolvimento de um conjunto articulado de ideias sobre a conformação de uma periferia subde-

senvolvida. Prebisch lança "uma nova 'visão' do subdesenvolvimento na qual recusa-se a tratar como anomalia algo que, na verdade, devia ser percebido como um modo de ser" (RODRÍGUEZ, 2009, p. 79) Afirma ainda que "a concepção centro-periferia é o ponto de partida do pensamento cepalino" e tem sua origem nos trabalhos de Prebisch anteriores à data de surgimento da Cepal, período que vai, aproximadamente, de 1932 a 1949, época na qual o economista participava ativamente no manejo da economia argentina (RODRÍGUEZ, 1981, p. 31). "Tudo indica que os termos centro e periferia são utilizados pela primeira vez [por Prebisch] em 1946" (p. 33), na tentativa de diferenciar as características que cada um desses tipos de economia assume durante os ciclos econômicos, no que diz respeito à utilização dos mecanismos cambiais e monetários na defesa dos agregados econômicos. Não obstante estar implícita nesses dois conceitos uma noção estática de desenvolvimento desigual originário, a concepção centro-periferia comporta uma interpretação dinâmica da relação entre esses dois tipos de economia, a partir da qual o desenvolvimento de uma tende a perpetuar, ou mesmo agravar, os problemas que causam o subdesenvolvimento da outra (p. 38).

Mas qual aspecto da realidade levou Prebisch a concluir que havia algo errado no funcionamento do sistema capitalista? Em outras palavras, qual o fato aparente o fez conceber um mundo desigual, polarizado em centro e periferia? Em seu "Manifesto" ele responde a essa questão: "As diferenças tão acentuadas entre os níveis de vida das massas [dos países centrais e da periferia] e as notórias discrepâncias entre suas respectivas forças de acumulação" (PREBISCH, 2011d, p. 96). Em outras palavras, renda *per capita* e volumes de poupança e investimento.

A análise comparativa do padrão de vida do povo e da produtividade do trabalho nos países centrais e periféricos o levou à constatação de que havia um "desequilíbrio evidente", que estava "destruindo, na América Latina, aquele velho sistema da divisão in-

ternacional do trabalho" (PREBISCH, 2011d, p. 95). A produtividade média do trabalhador nos países cuja produção de manufaturados representava a parcela mais considerável do produto nacional, aqueles que compunham o centro do sistema, alcançava um nível bem superior àquela observada nos países que se especializavam em produzir alimentos e matérias-primas, os quais formavam a grande e heterogênea periferia do sistema capitalista. Ao observar os dados concretos[101], o economista argentino percebeu que o progresso técnico maior na indústria do que na produção de primários não estava sendo capaz de garantir uma relação de trocas favorável para os países que se dedicavam a esta última. Ao contrário, produzia uma evidente deterioração de longo prazo nos termos de intercâmbio[102], o que afetava negativamente os produtores de primários.

Em outras palavras, a maior produtividade por trabalhador alcançada pelas indústrias dos grandes centros capitalistas do mundo deveria reduzir relativamente o custo real de produção por unidade, o que, teoricamente, provocaria queda nos preços dos produtos manufaturados. Como, nos países produtores de bens primários, os avanços da produtividade do trabalho não acompanham o nível nem o ritmo daqueles observados nos grandes centros industriais, graças às características peculiares que diferenciavam suas

101. Prebisch analisa o estudo do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, de fevereiro de 1949, intitulado "Postwar price relations in trade between under-developed and industrialized countries", que apresenta uma relação de preços referente ao período compreendido entre 1876 e 1947. Constata, então, que o poder de compra de artigos industriais, representado por uma determinada quantidade de bens primários, havia decrescido quase trinta e sete *per cent* de 1860 a 1930, o que indicava considerável deterioração na relação de preços entre países industrializados e produtores de primários, prejudicial para estes (PREBISCH, 2011d, p. 103).

102. Segundo Rodríguez (1981, p. 51), há três versões formais sobre a tese da deterioração dos termos de intercâmbio: a versão contábil, que, em vez de analisar suas causas, investiga a sua significação em termos da diferenciação da renda no centro e na periferia; a versão ciclos, que examina as causas da deterioração e da diferenciação de renda baseando-se preponderantemente no nível de salários; e a versão industrialização, que investiga a relação entre industrialização, elasticidade-renda e progresso técnico na periferia e no centro e a diferenciação de renda.

estruturas produtivas, os custos e, consequentemente, os preços dos produtos exportados pelos países periféricos se manteriam em níveis relativamente maiores do que os produtos manufaturados exportados pelos países centrais, garantindo assim uma vantagem nos termos de troca favorável aos países que apresentavam nível menor de desenvolvimento tecnológico da produção. Esse processo levaria, gradualmente, no comércio mundial, no momento da troca, à transferência de rendas dos países centrais para os periféricos, resultando, em médio ou longo prazo, numa equalização das remunerações entre os diferentes países integrantes da grande divisão internacional do trabalho.

Mas, ao contrário do esperado, Prebisch observou que, em vez de o aumento da produtividade resultar na queda dos preços de manufaturados, empresários e trabalhadores dos países centrais se beneficiavam da redução dos custos de produção e retinham para si, via aumentos em suas remunerações, os frutos do progresso técnico. Assim, em lugar de servir como elemento equalizador das rendas e do bem-estar entre os indivíduos dos países ricos e pobres, o progresso técnico, quando aplicado à produção material da sociedade, estava, de forma oposta, acentuando os desníveis existentes. Tudo fazia crer, portanto, que há muito a proposição sobre a qual se assentava a doutrina dominante transformara-se em falácia[103].

Para comprovar essa hipótese, qual seja a de que os preços de manufaturados não estavam diminuindo dado o aumento da produtividade, Prebisch utilizou um estudo estatístico[104] para afirmar que, nos Estados Unidos, nas últimas quatro décadas, os custos da

103. Prebisch (2001, 2011d) admite que, durante grande parte do século XIX, o comércio internacional, baseado na divisão internacional do trabalho, havia servido aos países exportadores de primários, como a própria Argentina, cujo crescimento se pautara na exportação de alimentos e matérias-primas e importação de manufaturados.

104. Prebisch (2011d, p. 109) utilizou o estudo de Solomon Fabricant, o qual evidenciava que, nos quarenta anos que antecederam à Segunda Guerra Mundial, os preços dos produtos industrializados nos Estados Unidos não caíram em proporção à queda observada nos custos da produção.

produção industrial caíram de forma regular e constante, ao passo que os preços não acompanharam esse ritmo. O aumento das rendas dos empresários e dos fatores produtivos nos países industriais e a redução na duração da jornada de trabalho significavam que empresários e trabalhadores dos países centrais haviam retido para si os benefícios oriundos do aumento da produtividade, não os repartindo com os outros integrantes da divisão internacional do trabalho. Não obstante, uma parcela do aumento da produtividade alcançado por capitalistas e trabalhadores dos países periféricos é que ainda acabava por se transferir para seus pares do centro capitalista.

A constatação dessa deterioração dos termos de intercâmbio no comércio internacional em prejuízo dos países produtores de bens primários e a concepção centro-periferia são consideradas as duas contribuições teóricas fundamentais de Prebisch e, por extensão, da própria Cepal (RODRÍGUEZ, 1981, p. 16; BIELSCHOWSKY, 2000, p. 50), o que levou Prebisch a alertar sobre o fato de a desigualdade presente no sistema capitalista mundial, explícita na dinâmica centro-periferia, propagar-se no comércio internacional via desníveis de produtividade. Atacou, então, a prática mundial de comércio assentada na "boa doutrina" da divisão internacional do trabalho que, para ele, havia alcançado seu auge no século XIX, mas continuava prevalecendo ideologicamente até aquele momento, 1949.

> É verdade que a argumentação sobre as vantagens econômicas da divisão internacional do trabalho tem uma validade teórica irrefutável. Mas costuma-se esquecer que ela baseia-se numa premissa terminantemente refutada pelos fatos (PREBISCH, 2011d, p. 95).

Portanto, a realidade negava veementemente a teoria dominante. Afinal, os frutos do progresso não estavam sendo repartidos de forma equitativa entre o conjunto dos países participantes da divi-

são internacional do trabalho, o que, teoricamente, deveria acontecer, fosse pela queda dos preços, fosse pela elevação proporcional da renda média. Positivamente, a análise empírica demonstrava que os países mais intensivos em capital estavam retendo para si esses bons frutos do comércio internacional. Assim, a solução para os países especializados na produção de bens primários escaparem da armadilha do subdesenvolvimento passava, necessariamente, pela industrialização, quebrando-se a lógica prescrita pela teoria vigente. Para Prebisch (2011d, p. 96), "os fatos impunham a industrialização dos países da América Latina". Industrializar-se com o claro objetivo de assimilar prontamente as relações e técnicas capitalistas de produção capazes de atrair o progresso técnico e, assim, auferir elevações na produtividade, nos níveis de emprego e nas remunerações do trabalho, para além dos que eram auferidos na produção de bens primários.

Prebisch (2011d, p. 126) percebia que a periferia do sistema caía num círculo vicioso, um tipo de causação cumulativa *à la* Myrdal, no qual "a produtividade nesses países [da América Latina] é muito baixa porque falta capital. E falta capital porque, devido à baixa produtividade, a margem de poupança é muito estreita". Por isso, necessitavam despertar as forças da poupança capazes de servir de base aos grandes investimentos. Qualquer sacrifício valeria o esforço, pois Prebisch apostava na ideia de que o aumento da produtividade do trabalho, a exemplo do que havia realizado no "principal centro cíclico" do sistema capitalista após o domínio britânico, os Estados Unidos, levaria à possibilidade de redução da jornada de trabalho com concomitante elevação das rendas reais, o que resultaria na melhoria do padrão de vida das massas e na ampliação dos gastos públicos.

Em suma, Prebisch concluiu que seguir as recomendações de Ricardo e manter o pressuposto da divisão do trabalho no comércio internacional provocava transferência de renda da periferia para

o centro, dos pobres para os ricos, ancorada nos sucessivos aumentos de produtividade do trabalho, haja vista uma parcela do esforço produtivo dos países produtores de primários contribuir com a elevação do padrão de vida dos capitalistas e trabalhadores dos grandes países industrializados.

A explicação de Prebisch para a desigualdade aparente

Se o desenvolvimento do sistema capitalista se dava de forma desequilibrada, marcado por disparidades e desigualdades, cabe investigar como Prebisch explicava esse fato, para assim entendermos o sentido de periferia em sua concepção. Para ele, as novas tecnologias de produção avançavam em etapas e sua forma de propagação contribuía para a divisão do mundo em centros e periferias.

> Historicamente, o progresso técnico não se propagou de maneira uniforme, o que contribuiu para a divisão da economia mundial em centros industriais, por um lado, e países periféricos de produção primária, por outro, com as consequentes diferenças no crescimento da renda (PREBISCH, 2011b, p. 319).

Tendo começado na Grã-Bretanha, as revoluções tecnológicas na produção atingiram a Europa Continental, chegaram aos Estados Unidos e ao Japão, processo que levou um século, ou pouco mais, e, ao final, formaram o núcleo dinâmico do capitalismo industrial. Vale frisar que Furtado (1998, p. 53; 1983) classificou essa análise do desenvolvimento capitalista como sendo etapista, marca registrada do pensamento de Raúl Prebisch, segundo o pensador brasileiro.

Descartando a hipótese de um processo de industrialização natural ou espontâneo, Prebisch afirma que todos os países que à época compunham o centro cíclico do sistema, em algum estágio de seu

passado histórico, tiveram de deliberar uma política ativa com vistas à execução desse objetivo. Agora, naquele específico momento, meados do século XX, haviam chegado a hora e a vez da tão esperada industrialização da periferia.

> Pensando bem, o desenvolvimento econômico dos países periféricos é uma etapa a mais no fenômeno de propagação universal das novas formas da técnica produtiva ou, se preferirmos, do processo de desenvolvimento orgânico da economia mundial (PREBISCH, 2011d, p. 140).

Ou ainda,

> Agora, nos achamos num período de transição, no qual aos poucos essa divisão [em centros e periferias] se torna mais imprecisa, porém ainda levará muito tempo para que ela desapareça de todo (PREBISCH, 2011b, p. 319).

Portanto, a desigualdade latente entre as massas populares no sistema mundial era resultado, no seu modo de entender, de um processo histórico marcado pela "forma lenta e irregular de propagação universal do progresso técnico" de sua origem, nos centros capitalistas, para os demais países periféricos (PREBISCH, 2011c, p. 153). Uma vez desenvolvidas nos centros, as novas tecnologias penetravam na periferia do sistema com grande atraso, não sem provocar correspondentes mudanças nas relações internacionais (PREBISCH, 2011a, p. 636).

Prebisch defende que as técnicas capitalistas de produção, e com elas a necessária inserção do progresso técnico, atingiam antes umas regiões do que outras. Alguns setores e atividades primeiro que os demais. Assim, alguns países adiantavam-se historicamente em relação aos outros no que diz respeito à aplicação de novas tecnologias e recursos no processo produtivo, bem como à forma de organizar e controlar a produção. As peculiaridades estruturais inerentes a cada

setor produtivo ou região poderiam facilitar, ou não, a penetração e reprodução imediata de inovações no processo produtivo.

Apesar de, em seus primeiros escritos, acreditar numa possível cooperação internacional que levasse, com o tempo, ao desenvolvimento da periferia (PREBISCH, 2011d, p. 98 e 102; 2011e, p. 247-249), o pensador argentino acaba por perceber que o sistema capitalista era de "natureza centrípeta" (2011a, p. 625). Por isso, a dinâmica do desenvolvimento nos países centrais não significava necessariamente um efeito contágio sobre as economias periféricas. Outrossim, o avanço da técnica nos centros impulsionava muito limitadamente a periferia do sistema, e, quando o fazia, era em interesse dos grupos dominantes dos centros. Por isso, nos países periféricos, essa irradiação do progresso técnico invadia apenas alguns setores de interesse das economias centrais, por exemplo, os produtores de matérias-primas e alimentos, que, na periferia, são dominados por alguns poucos grupos econômicos que governam as decisões políticas.

> Os centros estão muito longe de estimular as exportações de manufaturas da periferia mediante mudanças em sua estrutura produtiva. O interesse econômico dos grupos dominantes dos centros combina-se com interesses estratégicos, ideológicos e políticos que neles formam uma constelação de onde surgem fenômenos obstinados de dependência nas relações centro-periferia. Nessas relações, articula-se o interesse econômico dos grupos dominantes dos centros com os dos países periféricos e, no jogo dessas relações de poder, a superioridade técnica e econômica dos primeiros tem uma força poderosa (PREBISCH, 2011a, p. 636).

Advogava que o desenvolvimento capitalista exigia, com o tempo, esforços cada vez maiores para os países que desejassem implementar seus parques industriais nacionais. Obrigados a adotar as técnicas capitalistas mais avançadas que garantissem as condições

de concorrência internacional, esses países necessitariam de níveis de poupança crescentes capazes de sustentar investimentos sempre mais vultosos. Logo, naquele específico momento (1949), os países periféricos precisariam de volume de capital relativamente muito superior ao que havia levado os demais países centrais a seguirem o exemplo da Grã-Bretanha. Repetir tal façanha tornava-se uma tarefa cada vez mais difícil, afinal, para se fazer frente às inovações tecnológicas, o coeficiente de capital *per capita* necessário, bem como os níveis de renda, poupança e produtividade com ele compatíveis, cresce a cada novo estágio histórico do desenvolvimento das forças de acumulação de capital (PREBISCH, 2000, p. 164).

Torna-se necessário realçar que o argumento do economista argentino harmonizava-se com sua concepção de desenvolvimento econômico, pautada na acumulação de capital e na preponderância da aplicação do progresso técnico à produção, ideia já tratada no item anterior deste capítulo. Celso Furtado, refletindo sobre o legado da Cepal, alega certo imperativo tecnológico que comandava as ações por parte dos países, independentemente da visão de política econômica que cada um viesse a seguir. Para o intelectual brasileiro, essa perspectiva fazia parte do próprio processo histórico de formação do mundo econômico moderno "nos dois últimos séculos" e tomava de assalto a crença dos intelectuais que se dispunham a estudar o assunto, afinal era "fácil perceber que, sem as inovações técnicas, não iria muito longe o aumento da poupança, e que a amplitude do poder de compra da população era elemento essencial para a reprodução dinâmica do sistema" (FURTADO, 1998, p. 26).

O duplo caráter do progresso técnico em Prebisch

Pode-se afirmar que o progresso técnico se torna a categoria analítica primordial para a concepção do sistema centro-periferia de Prebisch, tema sobre o qual realizou uma profunda investigação,

analisando os impactos de sua aplicação nos diferentes setores produtivos da economia, a sua forma de expansão e propagação históricas, as carências, necessidades, limitações e, até mesmo, os problemas e as consequências sociais, econômicas, políticas e culturais de sua utilização. Além disso, cuidou de estabelecer uma importante análise comparativa sobre os efeitos dinâmicos que o progresso técnico é capaz de gerar quando introduzido em estruturas sociais distintas, haja vista sua estreita ligação com o coeficiente de importação daqueles países que desejam industrializar-se.

A forma de inserção desse progresso técnico na economia demonstra a posição relativa de um país no sistema capitalista, na opinião de Prebisch. Quando invade diversas atividades e setores produtivos, cria uma estrutura homogênea e dinamiza o mercado interno, o que resulta em aumentos consecutivos de produtividade. É o que acontece no caso dos grandes centros industriais, seleto grupo formado por alguns poucos e muito ricos países, em torno dos quais paira uma enorme, heterogênea e pobre periferia. Nesta, o esperado progresso técnico adentra apenas em alguns poucos setores, essencialmente aqueles que desempenham a função de produzir alimentos e matérias-primas para serem exportados para as indústrias de bens de capital dos grandes centros econômicos mundiais, cumprindo a função dessas regiões dentro da divisão internacional do trabalho. Essas economias acabam por conviver com uma estrutura produtiva heterogênea, haja vista os avanços tecnológicos e os aumentos de produtividade do trabalho ficarem restritos a alguns setores modernizados, como os relacionados às atividades de exportação, obrigados a conviver com setores atrasados, pesados, arcaicos, a exemplo da agricultura de subsistência.

Depreende-se daí que, nas economias periféricas, os setores que se dedicavam a produzir exclusivamente para o mercado interno e que, assim sendo, nada de bom tinham a oferecer aos centros industriais capitalistas permaneciam excluídos do processo de desenvolvimento tecnológico, restando-lhes a convivência com

grandes contingentes populacionais que permaneciam à margem da sociedade e das relações capitalistas. Na verdade, pode-se mesmo dizer, como o faz Prebisch (2000, p. 142), que amargavam um "padrão de vida das massas essencialmente pré-capitalista". Para Rodríguez (1981, p. 231-245), a estrutura produtiva heterogênea e, ao mesmo tempo, especializada – haja vista exportar exclusivamente bens primários para os centros e contar com uma incipiente diversificação horizontal, o que concentra grande importância dinâmica na demanda de importados manufaturados dos grandes centros – constitui-se no traço fundamental das economias periféricas, o que as distingue da estrutura homogênea e diversificada das economias centrais.

Avaliando o impacto provocado pela introdução do progresso técnico em regiões de diferentes níveis de desenvolvimento histórico das relações capitalistas, pode-se afirmar que o problema dos investimentos em tecnologia na agricultura está relacionado, entre outros, ao que Prebisch (2011e, p. 291) chama de "dupla meta do progresso técnico", pois, ao mesmo tempo que este aumenta a produtividade, poupa mão de obra.

> Alguns investimentos agrícolas se propõem a aumentar o volume de produção por unidade de terra e outros, diminuir a quantidade de mão de obra por unidade de terra e por unidade de produto, por meio da mecanização do trabalho em suas diferentes gradações, desde o emprego de implementos melhores até o uso de equipamentos tecnicamente mais avançados (PREBISCH, 2011e, p. 291).

Prebisch considerava de grande importância o aumento da produtividade da atividade ligada ao uso da terra e dos recursos naturais, assim como a mecanização da produção agrícola, pois somente assim a produção cresceria e seriam "gerados os excedentes de população que a indústria e outras atividades irão absorver produtivamente"

(PREBISCH, 2011e, p. 291). Mas, juntando à análise estrutural das diferentes sociedades os dados concretos da realidade econômica vigente naquele estágio de desenvolvimento das forças de acumulação, Prebisch (2000, p. 166-167) destaca o caráter dinâmico, crítico, cíclico, peculiar e, em algumas circunstâncias, contraditório e paradoxal do progresso técnico. Capaz de elevar os níveis de investimento, produção e riqueza material, caso em que surge como fator expansionista, o progresso técnico traz em si um forte potencial para gerar recessões e crises, além de desigualdades entre os níveis de vida das populações sob o sistema capitalista, pois, ao mesmo tempo que a tecnologia aumenta a produção, ela causa desemprego e baixa os preços dos produtos em proporções também desiguais.

Um novo equipamento com alta densidade de capital, ao aumentar a produtividade e a produção, bem como diminuir a quantidade de mão de obra necessária para operá-lo, simultaneamente reduz os custos dos empresários e aumenta seus lucros, sendo bom, portanto, pela ótica individual do empresário capitalista. E mesmo ao tornar o setor mais competitivo, dinamiza o crescimento, trazendo algumas vantagens coletivas para certos setores. Mas, no geral, pela ótica da sociedade como um todo, em especial no caso das economias atrasadas, o avanço tecnológico provoca desemprego e queda dos preços, o que se transforma em grave impedimento à sua propagação continuada. Daí Prebisch (2011e, p. 286) alertar que, "nesse ponto, é preciso distinguir entre o interesse do empresário e o interesse geral da economia", pois o empresário costuma não levar em consideração a forma pela qual ele atingirá seus objetivos.

Prebisch percebeu que a forma como se dá o processo de irradiação do progresso técnico nos países centrais e periféricos é bastante distinta e determina o impacto expansionista ou recessivo das novas tecnologias de produção. Dada a inserção tecnológica simultânea em diversos setores da economia, bem como a existência de um dinâmico setor industrial produtor de bens de capital, nos países

centrais, a mão de obra dispensada de uma atividade em virtude do emprego da tecnologia somente permanece assim temporariamente, pois tende a ser absorvida por novos investimentos em outras atividades cujo aumento da produção eleva a demanda por trabalho (PREBISCH, 2011e, p. 286).

O mesmo não acontece na periferia, onde, na ausência desse dinamismo propiciado pela indústria, a inserção do progresso técnico nas atividades primárias gera dois excedentes que acabam por deteriorar a situação daquela economia no mercado mundial: um excedente de mão de obra, que, ao permanecer desempregada por um longo prazo, pressiona o nível médio dos salários para baixo; e um excedente de produtos, que derruba o preço dos primários no comércio internacional, exigindo, consequentemente, crescimento do volume físico das exportações com o intuito de continuar fazendo frente às importações. Em outras palavras, um aumento de produtividade pode significar absorção de mão de obra que se encontra desempregada ao elevar o nível de investimentos, revertendo-se em aumentos de salários e lucros e resultando em expansão do crescimento econômico em alguns países. Por outro lado, o desemprego tecnológico e a queda dos preços dos produtos de exportação podem desencadear uma grave tendência à recessão, sendo possível que promovam mesmo uma transferência internacional de rendas ou resultem em aumento isolado do poder econômico e político de alguns grupos sociais locais privilegiados, sem, no entanto, elevarem o rendimento médio do trabalho (PREBISCH, 2011e).

Depreende-se, então, que o resultado da introdução do progresso técnico dependerá da estreita coordenação intersetorial vigente na estrutura econômica produtiva em análise. Para Prebisch (2000, p. 146), o setor secundário é o que apresenta a capacidade de fomentar a atividade primária, por representar uma extensão da cadeia produtiva, por compreender as etapas subsequentes de todo um processo produtivo que se inicia no campo. Enquanto a indústria tem potencial

para pressionar e induzir o crescimento da produção primária, a maior produção de matérias-primas não provoca crescimento da produção industrial. Além disso, a produção manufatureira urbana e as outras atividades a ela relacionadas, como transporte, comunicação e outros serviços, potencializam o papel do mercado interno, absorvendo os dois excedentes, de produtos e de trabalhadores ociosos, que o progresso técnico tende a gerar quando aplicado ao setor primário.

Semelhante análise pode ser estendida para o cenário mundial, onde as economias nacionais, participantes da divisão extensiva do trabalho, tomam o lugar dos setores. Tal exercício analítico evidencia a fragilidade econômica da periferia. Quando os capitalistas dos grandes centros industriais se animam e investem em suas atividades, dando amplo desenvolvimento ao processo de acumulação, a indústria transforma-se no núcleo dinâmico do crescimento, arrastando nessa espiral ascendente os empresários alojados no setor primário, sejam os dos países centrais, sejam os dos periféricos. Já o contrário não se pode afirmar, pois o aumento espontâneo ou autônomo da produção de primários por parte dos capitalistas da periferia não tem o poder de provocar um estímulo de investimentos recíproco nos capitalistas industriais dos países centrais (PREBISCH, 2000, p. 147).

Portanto, se existe um problema de baixa produtividade do trabalho nas economias periféricas, de nada adianta elevar simplesmente o nível dessa variável nas atividades primárias, empregando-se nesse setor o progresso das técnicas disponíveis. Tal estratégia não resolverá o problema (PREBISCH, 2011c, p. 208-217), podendo, ao contrário, agravá-lo ainda mais. A solução passa pelo necessário desenvolvimento da indústria nacional, ou seja, é preciso criar um setor secundário dinâmico, cujo volume dos investimentos seja capaz de absorver produtos e trabalhadores excedentes no setor primário. Essa é a forma, na opinião de Prebisch, de se enfrentar dois problemas que fragilizam a posição econômica da periferia no cenário mundial. O primeiro diz respeito aos aspectos contraditó-

rios da introdução do progresso tecnológico nos países periféricos (PREBISCH, 2011e, p. 286-296). O segundo problema refere-se à escassa mobilidade dos fatores produtivos, especialmente do trabalho (p. 274-287). Vejamos, mais detidamente, a forma como ele percebe esses dois problemas enfrentados pelos países periféricos:

i. Progresso técnico em detrimento da periferia:

Para Prebisch (2000, p. 182-184), "as inovações técnicas se introduzem mais lentamente nas atividades primárias e, quando o fazem, vêm em prejuízo destas". Ele se refere às modificações provocadas pelo avanço tecnológico, tanto na produção quanto na demanda de produtos primários, e que se traduzem em perdas para as economias especializadas na produção de matérias-primas e alimentos. No primeiro caso, em relação à produção, o que ocorre é que as inovações técnicas tendem a reduzir o teor de primariedade dos produtos. "Em geral, o progresso técnico foi reduzindo o grau de intervenção dos produtos primários no valor dos produtos finais" (PREBISCH, 2011e, p. 266). Em outras palavras, reduz-se a proporção em que os produtos primários participam do preço dos produtos finais, pois, devido à inserção dos revolucionamentos tecnológicos, novas descobertas, como fibras e substâncias artificiais, entram na composição final do produto. Assim, seja pelo aproveitamento mais intenso e refinado da matéria-prima, seja pela possibilidade de extração de novos subprodutos, fato é que, na composição do preço final de um bem, a tecnologia tem significado, com seu intenso e revolucionário aprimoramento, uma parcela cada vez menor no que refere ao teor primário contido no produto, reduzindo consideravelmente a parte da renda mundial que cabe aos países produtores de primários.

No que diz respeito às modificações na demanda, Prebisch (2011e, p. 267) afirma que, ao longo do tempo, a tecnologia também provocou grandes alterações nas formas de se consumir os produtos, ao exigir maior industrialização do bem, melhor acondicionamento e resistência à exposição, ao tempo e ao transporte, maiores higie-

ne e durabilidade. Além disso, o próprio aumento da renda, consequência do aumento da produtividade, cria novas necessidades de consumo, provocando agudas mudanças de hábitos no momento de se atender à satisfação das necessidades. Tudo isso fez crescer, no preço do produto, uma parcela que não se dirige aos produtores de primários. E a descoberta de novos e revolucionários produtos e serviços diminuiu ainda mais a renda que antes cabia aos produtores de primários. Em suma, o avanço da tecnologia fez decrescer historicamente a parcela da renda mundial do comércio que se dirige ao capitalista do setor primário.

Ainda associado às modificações provocadas pelo progresso das técnicas, outro fator salientado por Prebisch (2011e) exerce importante efeito sobre a demanda de primários e, consequentemente, sobre a parcela da renda destinada aos países subdesenvolvidos. Refere-se à baixa elasticidade-renda dos produtos primários. O progresso técnico, com o concomitante aumento da produtividade, além de provocar aumentos no nível médio dos salários, pois desloca os trabalhadores para atividades que exigem maior especialização e pagam maiores remunerações, eleva a quantidade produzida, causando queda do preço do bem e provocando um duplo estímulo quanto ao aumento da demanda. Assim, queda no preço e aumento da renda deveriam significar elevação do padrão de vida. Mas, na periferia, a proporção desse aumento difere da que é observada no centro, pois, quando os preços dos primários caem e a renda nos centros aumenta, as pessoas elevam o consumo de bens primários, mas não em proporção ao aumento percebido na renda. Já no que se refere à demanda de industrializados, com o aumento da renda *per capita*, a procura por esses bens, tanto nos centros como na periferia, tende a crescer relativamente mais do que o aumento observado na renda. Ou seja, a elasticidade-renda da demanda dos bens primários é menor do que a unidade para níveis maiores de renda e igual ou maior que um para manufaturados e produtos que contenham maior teor tecnológico.

Para Prebisch (2000, p. 169), há ainda outros fatores que corroboram a ideia de que a aplicação do progresso técnico pode resultar, dadas as circunstâncias vigentes, em prejuízo para os países especializados na produção de bens primários comparativamente à sua introdução nos grandes centros industriais capitalistas, como é o caso da substitutibilidade dos fatores produtivos, especificamente trabalho por capital. Nos países periféricos, a vantagem econômica de implantação de uma inovação técnica é menor do que nos países centrais, haja vista o equipamento de capital importado ter sido fabricado prevendo-se salários mais altos. Como, geralmente, o progresso técnico busca elevar a produtividade do trabalho para substituir gastos com mão de obra, a economia obtida com o fator trabalho no momento da substituição de mão de obra por capital é maior no cento do que na periferia, pois é calculada com base em um nível médio de horas de trabalho mais elevado. Por isso, é comum que, nos países da periferia, os capitalistas resistam por mais tempo antes de retirar de atividade um equipamento já obsoleto, haja vista o custo do capital ser maior, e a economia com a mão de obra substituída pela nova tecnologia, menor do que no centro, levando mais tempo para a amortização do investimento. Mas, em geral, "eles não têm outra solução senão utilizar esses novos equipamentos importados com alta densidade de capital, a não ser que retrocedam a procedimentos técnicos que desperdiçam capital" (PREBISCH, 2011e, p. 289).

Não obstante, há também o lapso de tempo que decorre entre a implantação de uma nova tecnologia no setor primário dos países onde tais inovações surgem e sua irradiação e introdução nos demais países, especialmente naqueles subdesenvolvidos. Prebisch (2011e, p. 292-293) alerta que as inovações tendem a ser empregadas primeiramente na produção de primários dos países centrais. Logo, é ponto pacífico que esses países, mesmo pagando salários mais altos na agricultura do que pagam os países periféricos, conse-

guem concorrer em condições mais favoráveis no mercado externo do que a periferia, pois vendem seus produtos primários a preços mais baixos e qualidade maior. Quando não conseguem os preços menores, lançam mão do protecionismo.

Para além do fato de o regime de propriedade da terra representar, em muitos países periféricos, um problema estrutural grave, pois significa obstáculo ao aproveitamento mais produtivo da atividade primária, está relacionada à terra outra grave consequência da aplicação do progresso técnico nas regiões periféricas. Prebisch (2000, p. 152) refere-se à valorização provocada nas terras dedicadas à extração animal, vegetal ou mineral, base produtiva das atividades exportadoras, quando inserido o avanço tecnológico. A renda dessas terras absorve o aumento de produtividade enquanto mantém, dado o excedente populacional redundante, os salários em níveis mais baixos do que os observados em atividades com semelhante produtividade nos países centrais. Isso agravava ainda mais o problema da transferência dos benefícios do progresso técnico para determinados grupos sociais locais privilegiados, em detrimento das massas populares.

Depreende-se dessa ampla e crítica visão acerca do progresso técnico que o crescimento da produção de primários, por parte da periferia, poderá, levados em conta os diferentes fatores analisados, debilitar sua posição relativa na economia mundial caso não seja acompanhado por uma correspondente ampliação da acumulação e, consequentemente, da demanda de primários por parte dos centros capitalistas. Prebisch percebe que o sucesso da primeira depende organicamente da observância da segunda. Por isso, o desenvolvimento da periferia vem a reboque do crescimento das economias centrais, o que torna comum a transferência de esforço produtivo da parte pobre do sistema para a sua parte mais rica. As grandes massas de lucros auferidas pelos grupos de capitalistas da periferia, que se dedicam à atividade primária ou às atividades de exportação a ela ligadas, na ausência da indústria nacional, repre-

sentam grande volume de renda transferida para os países centrais sob a forma de importação de equipamentos de capital.

Portanto, algumas características, ou consequências, do processo de desenvolvimento tecnológico contribuem para essa tendência de agravamento dos problemas relativos ao desenvolvimento da periferia. No entanto, elas são completadas, ou mesmo potencializadas, por uma premissa que, fugindo por completo à recomendação teórica dominante, estabelece uma rígida estrutura econômica que impede a livre circulação mundial do trabalho. Vejamos mais detidamente o assunto.

ii. A imobilidade do trabalho e a necessidade de industrialização da periferia:

A percepção dinâmica, e até certo ponto contraditória, acerca do progresso técnico que sustenta grande parte do pensamento de Prebisch está estreitamente associada à dicotomia entre o mundo abstrato, presente nas teorias econômicas dominantes à época, e o mundo real, baseado nos dados empíricos que começavam a ser estudados mais profundamente. Por isso, não foi sem motivo que o autor deu a um de seus mais importantes artigos o título de "Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico". Afinal, a teoria dominante continuava defendendo a manutenção da especialização no comércio mundial mesmo sabendo que uma das premissas básicas do modelo clássico não funcionava no mundo concreto. Em especial, refere-se aqui à mobilidade do trabalho, ou melhor, à sua completa imobilidade internacional, fato que contrariava a hipótese da plena mobilidade dos fatores defendida pela teoria neoclássica[105].

> Os citados raciocínios [que o fruto do progresso técnico é duplamente transferido para toda a coletividade por meio da queda dos preços ou da elevação da renda] pressu-

105. Para o intelectual argentino, é evidente que as "preocupações com o padrão de vida deveriam prevalecer sobre as supostas virtudes de um simples conceito acadêmico" (PREBISCH, 2000, p. 110).

> põem uma mobilidade absoluta dos fatores e produtos, e o mundo abstrato construído por eles difere substancialmente do mundo real. Assim, seria preciso rever a fundo essa teoria, antes de utilizá-la no estudo dos problemas do desenvolvimento econômico da periferia (PREBISCH, 2000, p. 154).

Tão importante para o perfeito funcionamento dos modelos teóricos, no mundo real a ausência dessa mobilidade plena dos trabalhadores torna-se a chave para os desníveis de renda entre as populações do centro e da periferia. Pode-se mesmo arriscar que uma boa parte dos problemas levantados por Prebisch se resolveria se os trabalhadores pudessem migrar livremente de um país para outro, tal qual o capital, uma vez que as rendas médias tenderiam a se nivelar nas diferentes economias.

> É claro que no caso de mobilidade absoluta dos fatores de produção, tenderiam a se igualar, no mesmo país e entre os diferentes países, a renda ou as remunerações de tais fatores. Assim, em igualdade de qualificações, o nível salarial seria o mesmo (PREBISCH, 2011e, p. 274).

A mobilidade do trabalho, restrita às fronteiras nacionais, coloca os grandes centros industriais numa posição privilegiada em relação à periferia, pois, nesta, a falta de um setor dinâmico capaz de contra-arrestar os efeitos recessivos da implementação do progresso técnico, diga-se desemprego, causa queda dos salários e da renda média das massas. Nos centros, ao contrário, o efeito é bastante diverso, pois a potencialidade representada pela indústria pesada abre um leque de ocupações que oferece às massas trabalhadoras remunerações superiores às que percebiam nas atividades de onde o progresso técnico as desalojou (PREBISCH, 2000, p. 166).

A combinação desses dois elementos, progresso técnico e imobilidade internacional do trabalho, criava sérios obstáculos ao de-

senvolvimento econômico da periferia do sistema capitalista, na opinião de Prebisch, quando esta se engaja numa divisão internacional do trabalho. Especialmente se considerarmos todos os aspectos que envolvem a demanda de produtos primários por parte dos países centrais, assunto já tratado neste trabalho. Ao introduzir o progresso técnico nas atividades primárias, e dependendo das forças da demanda nos países centrais, os países menos desenvolvidos sofrem com o desemprego e com os baixos salários no campo, uma vez que, nessas economias, está ausente um setor dinâmico capaz de contra-arrestar tal tendência, como a indústria de bens de capital e outras atividades tipicamente urbanas a ela relacionadas. Pode-se afirmar que há ainda um agravante, pois nesse caso a demanda da periferia por esses bens de capital se dirige aos centros do sistema mundial, aquecendo as economias centrais, gerando emprego e elevando a renda dos países ricos e industrializados. Ou seja, o progresso técnico, quando implantado na periferia, na ausência de um setor industrial próprio e dinâmico, provoca, paradoxalmente, segundo Prebisch, efeitos recessivos nas economias periféricas e expansivos nas economias centrais.

Por isso, dadas essas condições, o progresso técnico na agricultura deveria caminhar *pari passu* com o desenvolvimento da produção industrial sob o risco de, em não o fazendo, interromper-se um potencial processo dinâmico de expansão econômica. Prebisch afirma que

> [...] dados os fatores que determinam a demanda de produtos primários nos centros industriais e a escassa mobilidade internacional dos fatores produtivos, poderia convir a um país periférico empregar seu aumento de potencial humano na produção interna, mesmo que seu custo de produção fosse superior ao dos artigos concorrentes importados. [...] Portanto é vantajoso para a economia produzir a preços relativos elevados em vez de deixar de utilizar fatores produtivos ou utilizá-los de forma que deprimam a relação de preços de intercâmbio e, por

> meio destes, a capacidade de importar. [...] Se a mobilidade fosse perfeita, essa proposição seria inaceitável (PREBISCH, 2011e, p. 275).

Para Prebisch, somente a industrialização dos países periféricos poderia evitar que os excedentes de produtos e trabalhadores redundantes exercessem pressões desfavoráveis tanto sobre os salários como sobre os preços de produtos primários, ao servir como mercado consumidor para a produção do campo. Ainda que, para isso, as economias menos desenvolvidas fossem obrigadas a escapar do rigor da análise marginal comparativa, que considerava como antieconômica a produção industrial interna cujo custo de produção superasse o preço de importação dos similares estrangeiros. Ele propõe, então, que o critério para a industrialização seja a comparação entre as produtividades marginais de atividades produtivas internas alternativas, e não entre os custos de se produzir e de se importar. E mesmo esse critério da produtividade deve ser relaxado quando a questão envolva, por exemplo, vulnerabilidade externa (PREBISCH, 2000, p. 194-198).

Afinal, para Prebisch, se se contasse com a teoria econômica dominante para a industrialização da América Latina, a região jamais se industrializaria, pois essa teoria leva sempre em conta a comparação do custo entre produção interna e importação, dado que, na atual etapa do desenvolvimento latino-americano, em quase todos os setores, o custo das indústrias dessa região apresenta-se superior ao das importações, caso mantidas as relações de preço em voga. Por isso, Prebisch advoga o desenvolvimento de uma teoria específica para o caso, haja vista trabalhar com a hipótese de produzir internamente mesmo em condições nas quais o custo de importar seja menor, dado que alguns fatores produtivos, devido à sua imobilidade internacional, como o trabalho, não estão sujeitos à melhor utilização. Tal opção, ainda que cause diminuição da renda interna, seria mais vantajosa do que aplicar o progresso técnico na agricultura e

ter, como resultado, desemprego e queda dos preços dos exportados, o que também traria queda da renda e graves transtornos sociais.

Assim, "o aprimoramento agrícola e o desenvolvimento industrial são dois aspectos do mesmo problema de desenvolvimento econômico", processo dinâmico, é bom frisar, que, para Prebisch (2000, p. 144), estava "apenas começando na América Latina e no resto da periferia". Como os centros industriais não absorvem o excedente de trabalhadores das periferias, cabe, aos próprios integrantes desta, a tarefa de industrializar-se. O bloqueio representado pela imobilidade do trabalho permite que empresários e trabalhadores dos grandes países capitalistas percebam elevações em suas rendas acima do aumento de produtividade conquistado. Em contrapartida, as remunerações dos empresários e trabalhadores dos países periféricos ficam aquém da elevação da produtividade por trabalhador observada nas atividades primárias. Como resultado, há transferência de parte do fruto do progresso técnico da periferia para o centro, o que tende a agravar a desigualdade do sistema capitalista, especialmente por se tratar de um sistema que se desenvolve em ciclos que alternam expansão e recessão.

Os ciclos econômicos e o agravamento da condição periférica

Como o processo de transferência de renda da periferia para o centro se realimenta ao longo do tempo, na visão de Prebisch? Para responder a essa questão, é necessário destacar um dos pontos fundamentais da análise de Prebisch, concepção já presente tanto em Marx como em Schumpeter, entre outros, e que reside no modo como ele interpreta o desenvolvimento da economia capitalista, ou seja, por meio de ciclos. Para ele, esse característico processo de desenvolvimento tende a agravar a condição periférica, uma vez prevalecendo a especialização dentro da divisão internacional do trabalho.

> Não é possível compreender a razão desse fenômeno [deterioração dos termos de troca para a periferia] sem que o relacionemos com o movimento cíclico da economia e a forma como ele se manifesta nos centros e na periferia, uma vez que o ciclo é a forma característica do crescimento na economia capitalista, e o aumento da produtividade é um dos fatores primários do crescimento (PREBISCH, 2011, p. 107).

Para Prebisch, se os preços se comportassem como manda a teoria, ou inversamente à produtividade, a alta relativa dos preços nas áreas de menor desenvolvimento deveria transferir, para os produtores dessas regiões, parte do lucro dos empresários dos grandes centros industriais. Mas suas observações mostravam que, com o tempo, ocorreu justamente o contrário, pois, apesar de os preços primários subirem mais rapidamente que os bens finais, isso só acontece nas fases de prosperidade dos ciclos, ou na "crescente", como ele prefere; na "minguante", fase depressiva do ciclo, os preços dos primários caem muito mais do que os preços dos produtos finais, contra-arrestando a vantagem anteriormente auferida. Assim, como a economia se move em ciclos, ao final de cada ciclo completo, os preços dos bens primários estão mais distantes dos bens industrializados, e a renda, no centro, mais elevada do que na periferia.

Com base na argumentação de Prebisch, depreende-se que, entre os fatores que podem ser arrolados como explicativos para esse movimento cíclico e alternado dos preços relativos, está, além dos aspectos dinâmicos relacionados ao processo de inserção tecnológica nos centros e na periferia, bem como os relativos às diferenças de elasticidade-renda entre produtos primários e industrializados, a maior rigidez à baixa dos salários nos países centrais, relativamente aos países periféricos. Prebisch (2011d, p. 107-108) destaca, nesse sentido, a maior organização social dos trabalhadores dos países centrais em torno de sindicatos fortes e atuantes. Esta, nos perío-

dos de prosperidade, traz como resultados uma remuneração média por trabalhador e aumentos de salários relativamente maiores que os percebidos pelos trabalhadores das zonas periféricas, enquanto, na minguante, quando os lucros dos patrões despencam, impede a retração dos ganhos salariais conquistados.

O mesmo não ocorria para as massas operárias da periferia. Estas, em maior número e com menor organização, especialmente por se tratar de trabalhadores agrícolas, cujas formas de contratação variavam muito de região para região, não obtinham aumentos salariais comparáveis aos obtidos pelos trabalhadores dos países centrais nas fases crescentes do ciclo nem conseguiam mantê-los nas fases decrescentes, momento característico de compressão dos lucros. A débil sindicalização, associada à quantidade e à desqualificação da força de trabalho egressa das atividades primárias[106], além de forçar para baixo os salários tanto rurais quanto urbanos, tornava os rendimentos do trabalho mais resistentes à alta nos períodos de expansão econômica e menos resistentes à baixa nos períodos de crise.

Não obstante, a queda dos salários na periferia era acompanhada da pressão dos empresários do centro, que, em virtude da retração dos seus lucros e impossibilitados pelos sindicatos trabalhistas de descontar essas perdas de seus operários, repassam-nas para os capitalistas da periferia e, estes, para os seus trabalhadores. O mesmo que dizer que os países centrais têm enorme "aptidão para deslocar, graças ao papel que desempenham no processo produtivo, a pressão cíclica para a periferia" (PREBISCH, 2011d, p. 108).

106. Prebisch reconhecia que um dos grandes problemas da América Latina, bem como de grande parte dos países periféricos, residia no grande número de pessoas empregadas no campo, que, graças à inserção do progresso técnico nesse setor, tornava-se um exército de ociosos, desnecessário para a agricultura, que se encaminhava para os centros urbanos em busca de trabalho. Daí a necessidade de um massivo processo de industrialização capaz de dar conta desse regimento de desempregados, no sentido de evitar um grave transtorno social nas cidades (PREBISCH, 2011c, 2011d).

Em suma, a partir de uma análise que congrega vários aspectos levantados por Prebisch, e até aqui expostos, pode-se arriscar que a inserção do progresso técnico nas atividades primárias tende a resultar numa quantidade maior de produto utilizando-se, para tanto, de uma menor quantidade de mão de obra e outros fatores de produção. Os trabalhadores ociosos daí resultantes, desempregados e impedidos de migrarem para os países que pagam salários mais elevados, além de pouco ou nada organizados como classe, acabam por ocasionar, outrossim, queda dos níveis médios das remunerações do trabalho nas economias periféricas. Como a demanda mundial por bens primários, dada a baixa elasticidade-renda desses bens, não aumenta na mesma proporção do aumento da renda nos centros, o mercado mundial apresenta excesso de oferta, o que faz despencarem os preços dos produtos primários, piorando ainda mais a relação de preços e a renda auferida pela periferia, com consequente transferência dos ganhos do comércio mundial para os países centrais. Portanto, para Prebisch, somente o processo de industrialização dos países periféricos seria capaz de absorver produtos e trabalhadores das atividades primárias, criando um dinamismo próprio, dentro das fronteiras nacionais.

E a intensidade com que a periferia transfere renda para o centro vai variar de acordo com o comportamento do que ele denomina de "duas forças opostas", ou seja, a taxa de crescimento da produção primária da periferia e o volume da demanda de bens primários pelas economias centrais, o que demonstra a vulnerabilidade das economias periféricas em relação ao setor externo. Quando a segunda supera a primeira, essa transferência tende a se reduzir, podendo até mesmo ser observada uma transferência de renda em sentido inverso, do centro para a periferia, o que se evidenciaria pela melhoria dos termos de troca em favor da periferia (PREBISCH, 2011c, p. 204). Mas, de forma dominante, o que se observa é justamente o oposto. (PREBISCH, 2000, p. 146). E, quanto mais perdurar esse estado das coisas, mais perversos os efeitos para os países subdesenvolvidos.

Portanto, dada a disparidade entre os coeficientes de elasticidade-renda de produtos primários e manufaturados, há uma disparidade dinâmica entre centro e periferia (PREBISCH, 2000, p. 185; 2011c, p. 204), pois a demanda de importações de primários por parte dos países centrais tende a crescer menos do que a renda interna nos centros capitalistas, enquanto a demanda de importações de manufaturados dos países periféricos, especialmente no caso de bens de capital, bens duráveis e semiduráveis, tende a crescer proporcionalmente igual ou mais do que a renda interna desses países, provocando, inclusive, mudanças nos hábitos de consumo, resultado de um efeito do mimetismo[107] do consumo. O resultado disso é que o esforço exportador dos países periféricos tenderá a ser crescentemente maior para dar conta de gerar as divisas necessárias às importações. Principalmente, se lembrarmos que a deterioração dos termos de troca induz à necessidade de se exportar mais para conseguir cada vez menos em troca. Isso se traduz na difícil tarefa de se ajustar os coeficientes de exportação e importação, que têm importante reflexo sobre o balanço de pagamentos. O desenvolvimento dos países periféricos, na ausência de um dinamismo interno próprio, torna-se, então, dependente das condições favoráveis do mercado externo, ou seja, das contas de exportação e importação, o que fragiliza as possibilidades de crescimento econômico dessas regiões.

Mesmo com a industrialização induzindo o crescimento na renda, Prebisch percebeu que os países periféricos tinham sérios proble-

107. É comum nos países de rendas mais altas que as necessidades de consumo se modifiquem com o tempo, inserindo nas cestas de consumo produtos que facilitam o cotidiano das massas. No entanto, mesmo em países periféricos, onde a renda não condiz com tais aperfeiçoamentos, Prebisch (2011d, p. 112) percebe o desejo de se imitarem tais hábitos, e o consumo dessas novas mercadorias e/ou serviços começam a fazer parte do dia a dia da periferia, especialmente por parte de alguns grupos sociais privilegiados. Esse comportamento causa pressão monetária sobre o balanço de pagamentos dos países periféricos, pois "o mimetismo do consumo associado ao papel da publicidade faz criar novas necessidades nos países periféricos, idênticas às dos países centrais e que, dadas as dificuldades de serem satisfeitas internamente, elevam ainda mais o coeficiente de importação".

mas para sustentar um dinamismo próprio, haja vista a consequente elevação da demanda de importações. A necessidade de importar cresceria mais do que a capacidade de importar (PREBISCH, 2011c, p. 163), dado que as exportações aumentariam num ritmo inferior ao do crescimento da economia, pois dependeriam, primordialmente, do nível de renda dos centros industrializados, do estado da técnica produtiva, da composição da demanda e do grau de protecionismo (PREBISCH, 2011c, p. 204).

4. A periferia de Prebisch

A aposta de Prebisch de que o desenvolvimento da indústria pode elevar o nível de vida (2011d, p. 97) explica o sentido de periferia em seu pensamento. Sua análise, de cunho histórico-estrutural, leva-o a considerar, de forma real e concreta, portanto abandonando a abstração dos modelos neoclássicos à época, a existência de um tipo específico de capitalismo, um "capitalismo periférico" (PREBISCH, 2011a), cuja dinâmica se diferencia da observada nos grandes centros da economia mundial. Enquanto nestes os investimentos representam o papel dinâmico para o movimento ondulatório dos ciclos econômicos, na periferia tal função cabe às exportações, pois estas, além de representarem grande percentual da renda nacional, refletem os aumentos e as reduções da renda no centro.

Na opinião de Prebisch, uma característica marcante dos países periféricos é sua extrema dependência do setor externo para a dinâmica do crescimento econômico. O que explica, por sua vez, a vulnerabilidade dessas economias diante das alterações conjunturais cíclicas. No jargão cepalino, constituem-se de economias cujo crescimento é *voltado para fora*, em oposição aos países cujo mercado interno desempenha o motor dinâmico da atividade econômica, tratados então como economias de desenvolvimento *voltado para dentro*.

Países com semelhantes características sofrem, constantemente, forte pressão sobre o câmbio. Assim, o crescimento econômico, o nível interno dos preços, o volume das exportações, os saldos do balanço de pagamentos, as condições de quitar importações e outros débitos internacionais, a necessidade, ou não, de desvalorizações monetárias, enfim, o bem-estar econômico das massas populares, tornam-se condições para o bom desempenho do centro capitalista mundial, do nível de sua renda interna, da produção em situação de pleno-emprego e, consequentemente, da disponibilidade, maior ou menor, do centro de elevar seu coeficiente de importações. E a conjuntura econômica mundial, àquele momento, evidenciava essa fragilidade característica da periferia do capitalismo mundial.

O sistema capitalista, especialmente após a crise econômica de 1929, deixou sérias consequências sobre o comércio internacional. Uma delas diz respeito à mudança drástica de postura do principal centro econômico e financeiro mundial, pois, para Prebisch, ao contrário do que havia feito a Inglaterra durante todo o século XIX, quando, mantendo elevados coeficientes de importação, "expulsava o ouro"[108] que para lá afluía, fornecendo assim as libras necessárias ao crescimento dos outros países[109], os Estados Unidos, apesar de atuarem de forma semelhante durante os anos 1920, reduziram drasticamente as suas importações ao final daquela década, provocando uma grave escassez de dólares no mercado internacional, com efeitos perniciosos sobre as forças dinâmicas mundiais. Foi o

108. Expressão típica utilizada à época da vigência do padrão ouro e que se refere à remessa de ouro para outros países como forma de quitar importações e saldos do balanço de pagamentos. Tal mecanismo, segundo os economistas clássicos, levaria ao equilíbrio por meio do câmbio, haja vista a monetização do ouro.

109. Hobsbawm (2000, p. 239), em importante análise histórica sobre a Revolução Industrial e o papel da Inglaterra ao longo do século XIX, sinalizou para o fato de que esse país apresentava elevado volume de importações e que se mantinha no jogo das trocas mundiais mesmo com desvantagens nos preços relativos, política que se mostrou essencial para a dinâmica do comércio internacional, pois permitia que seus compradores do além-mar juntassem as libras necessárias para pagarem pelas importações de bens de capital ingleses.

momento em que muitos países se viram obrigados a optar pela produção interna de alguns produtos até então importados. A possibilidade de se deflagrar um processo de industrialização nacional tornou-se uma realidade conveniente para muitos países especializados na produção de bens primários.

Vale frisar que, apesar de sua ênfase no progresso técnico e a percepção acerca da necessidade de se romper com a divisão internacional do trabalho por meio de um intenso processo de industrialização, Prebisch jamais associou indústria à riqueza e agricultura à pobreza, e jamais foi tomado por uma aversão ao campo. Nesse sentido, tratou de descaracterizar tais acusações, considerando-as fruto de motivações maliciosas, infundadas e criadas pelos partidários da divisão internacional do trabalho, que não desejavam a industrialização da periferia e pregavam o desenvolvimento dos países periféricos a partir apenas do aumento da exportação de primários pela introdução do progresso técnico no campo.

> […] a industrialização dos países periféricos sempre foi posta em dúvida, não apenas nos centros, mas nesses próprios países. Embora a oposição tenha diminuído, *alguns ainda consideram a industrialização uma subtração inconveniente de meios de produção das atividades primárias*. Aos partidários da industrialização da periferia atribuem-se motivações curiosas ou infundadas: a crença em que a indústria enriquece as nações enquanto a agricultura as empobrece; a aversão ao campo; razões de prestígio e autarcia, ou ânsia de imitação (PREBISCH, 2011b, p. 319).

Para Prebisch, o desenvolvimento histórico das estruturas produtivas desses países criou peculiaridades que dificultaram o desenvolvimento econômico dessas regiões no mesmo ritmo do observado no centro. Apesar de ressaltar o respeito às diferenças estruturais entre as economias periféricas, em geral, trata-se de países cujo processo de colonização e de inserção na divisão

internacional do trabalho, característica do sistema capitalista mundial, foi forjado privilegiando-se uma dada dotação de recursos primários, o que determinou sua especialização como países exportadores de matérias-primas e alimentos. A grande concentração da propriedade fundiária, principal fator produtivo dessas regiões, e o poder político a ela associada criaram uma elite dos negócios cujos interesses, não raras vezes, alinhavam-se aos interesses dos grupos dominantes do centro capitalista.

À concentração da propriedade segue-se a concentração da renda, o que, além de inibir o surgimento e o desenvolvimento de uma burguesia aos moldes dos principais países capitalistas, transfere para o consumo supérfluo, compatível aos dos países de alta produtividade, importante parcela da renda que deveria servir aos investimentos. Além disso, por tratar-se de uma elite cujos interesses estão voltados, primordialmente, para as exportações, a aplicação do progresso técnico concentra-se nas atividades relacionadas a esse setor primário-exportador, capaz de garantir grandes lucros aos capitalistas e de grande importância econômica, seja como maior empregador, seja como gerador de divisas. Como já mencionado, dado que o progresso técnico cresce mais lentamente na agricultura do que na indústria, há uma tendência das economias primário-exportadoras de apresentarem aumentos de produtividade do trabalho mais lentamente do que o observado nas economias industrializadas, mantendo-se assim mais atrasadas nesse quesito. Com a produtividade mais baixa, o produto e a renda da economia crescem mais lentamente, processo que, associado ao crescimento populacional mais acelerado, reduz gradativamente a renda *per capita*. Além disso, como os aperfeiçoamentos técnicos se concentram nas atividades de exportações, a produção de bens e serviços continua dependente, primordialmente, das importações.

Daí a importância que Prebisch atribui às duas contas da balança comercial para o desenvolvimento econômico desses países, como

variáveis de corte capazes de definir a posição central ou periférica de uma economia. Afinal, por meio da troca gradual daquilo que é importado, para atender às necessidades de consumo corrente, pela produção nacional, amplia-se o parque industrial, mantém-se os níveis de emprego e eleva-se a produtividade, "até o momento em que a variável investimentos será mais importante que a variável exportações, quando então *de país periférico transitou-se para centro*" (PREBISCH, 2011d, p. 148, grifo nosso).

Resultam daí duas consequências que marcam a estrutura das economias periféricas na opinião de Prebisch. Primeiramente, elas apresentam enorme dependência dos coeficientes de importação e exportação, especialmente devido ao fato de os coeficientes de importação serem constantemente pressionados para cima, seja porque elas importam dos centros industriais grande parte dos bens de capital e de consumo ordinário, seja pelo fato de que, como a maior parcela do aumento da renda interna se destina a elevar as rendas dos grupos mais abastados, isso se reflete no crescimento das importações. Em segundo lugar, elas possuem estruturas produtivas bastante heterogêneas e especializadas na exportação de produtos primários (RODRÍGUEZ, 1981, p. 37-38), haja vista alguns poucos setores altamente avançados tecnologicamente, que apresentam altíssimos índices de produtividade e para os quais se volta uma parcela substancial dos recursos produtivos, como as atividades de exportação, coexistirem com uma grande maioria de setores que permanece utilizando tecnologias arcaicas e apresenta baixo índice de produtividade do trabalho, essencialmente aqueles voltados à atividade de subsistência.

Essas características das economias periféricas transformaram em grave transtorno econômico e social uma tendência, até certo ponto, comum nas economias capitalistas. Trata-se do movimento populacional interdependente causado pela redução da população ativa no setor agroexportador como consequência da penetração e ampliação das relações capitalistas e do progresso

técnico no campo. Nas economias centrais, as atividades industriais, comerciais, de serviços de transporte e de comunicação urbanas, além de absorverem tal excedente populacional, fenômeno necessário para dar vazão ao aumento da produção primária, ainda ampliavam os níveis de produtividade do trabalhador, elevando assim a renda média interna. Na periferia, no entanto, o processo é bem distinto, devido à débil força da indústria e das demais atividades urbanas para desempenhar tal função.

Assim, a periferia do sistema capitalista mundial não favorece o desenvolvimento de uma estrutura social que privilegie a formação de capital, via poupança que se transforma em investimento e se torna capaz de abrir caminho para a tão sonhada transformação da periferia em centro. Uma vez que os investimentos se concentram no setor exportador, os demais setores produtivos apresentam baixos volumes de inversão, resultado de uma poupança espontânea também frágil, o que perpetua os baixos índices de produtividade nesses setores e gera o círculo vicioso do subdesenvolvimento. A baixa relação capital por trabalhador torna-se causa e, ao mesmo tempo, consequência dos baixos níveis de poupança e investimento, contando, além disso, com um excedente de mão de obra desqualificada disponível nas atividades primárias. Essa numerosa força de trabalho não especializada, destituída da destreza e aptidão já forjadas nos operários dos países industrializados (PREBISCH, 2000, p. 175), não permite a extração de excedentes em escala comparável à dos grandes centros industriais, além de tornar inelástica a oferta de trabalho. A consequência disso são salários mais baixos, favorecendo capitalistas do centro e da periferia, além de perpetuar níveis médios de renda interna bem inferiores aos observados nos países centrais.

Dados os baixos volumes de poupança e a necessidade de novos investimentos, essas economias são forçadas a dependerem do investimento externo e dos empréstimos internacionais, ambos extremamente voláteis e apresentando elevado risco ao equilíbrio das

contas do balanço de pagamentos. Desnecessário frisar que, diante de tal estrutura, as moedas nacionais dos países periféricos sofrem constantes ataques externos, levando os governos a manobras monetárias que comprometem o nível de produto e a renda dessas economias e que, por se tratarem de medidas geralmente inflacionárias, causam sérios transtornos distributivos. De resto, a escassez de divisas constitui-se um enorme problema para o crescimento econômico sustentado dos países periféricos.

A periferia do sistema torna-se, então, refém do próprio crescimento, pois, toda vez que a atividade econômica aquece, os níveis de emprego sobem e, assim, eleva-se a renda interna, o que puxa para cima as importações, exigindo um esforço exportador ainda maior para fazer frente aos débitos em dólares, o que, geralmente, transforma-se numa tarefa de Sísifo. Como o crescimento das exportações não depende das próprias economias periféricas, e sim das centrais, e estas não importam em velocidade e intensidade suficientes à demanda de importação da periferia, o desenvolvimento dos países periféricos torna-se um processo, no mínimo, contraditório, com tendência constante ao desequilíbrio, cuja única saída, para Prebisch, era a redução das importações, substituindo-as pela industrialização. Ele não defendia, contudo, uma industrialização irrestrita, aos moldes de uma autarquia, mas, tão somente, a seleção de alguns setores capazes de alcançar, com uma mesma quantidade de recursos produtivos, níveis de produtividade suficientes para sustentar um volume de produção superior àquele passível de ser obtido pela via da importação.

Prebisch percebia, ainda, a necessidade de um esforço conjunto do setor público, com o fito de cortar gastos e formar poupança interna, além de buscar investimentos estrangeiros e empréstimos internacionais para, assim, elevar a relação capital por trabalhador. Tudo isso, sem descuidar das exportações, tão necessárias para o fornecimento de divisas com as quais se pagaria pelas importações.

Ele acreditava que, para que todo esse processo fosse levado a efeito, seria necessário um esforço nacional, de capitalistas, massas populares e governo, bem como da cooperação internacional, o que nos leva à constatação de um forte idealismo na proposta de Prebisch, o de 1949 – pois em 1981, outro Prebisch se mostrava bastante desiludido, porém não menos idealista.

O intelectual de 1949 idealizava o estímulo ao desenvolvimento da periferia latino-americana como um dos objetivos primordiais da política econômica dos Estados Unidos (PREBISCH, 2011d, p. 125), não obstante, acreditava numa cooperação internacional entre os países latino-americanos como forma de evitar que dois ou mais países produzissem produtos industrializados similares, o que fragmentaria por demais os potenciais mercados consumidores, generalizando perdas (PREBISCH, 2011d, p. 101-102). Além disso, vislumbrava uma arrancada rumo à industrialização com a participação de investimentos privados, de instituições financeiras internacionais e de um ambiente público propício, entenda-se um governo com interesses casados com a industrialização e capaz de manter um cenário macroeconômico sobre controle estrito.

Mas o ceticismo que toma conta do espírito de Prebsich, a partir da década de 1970, leva-o inclusive a propor transformações radicais no regime de propriedade (BIELSCHOWSKY, 2011, p. 10). Em 1981, Prebsich entendeu, após uma longa trajetória teórica, tecnocrática e política, a dificuldade de se implantar uma política nacional, e principalmente continental, de expansão da renda interna dos países subdesenvolvidos por meio da industrialização. A interação, a cooperação e os interesses mútuos dos centros e da periferia na consecução desse objetivo esbarravam em obstáculos de ordem técnica, institucional, de interesses econômicos e políticos de grupos locais e estrangeiros e, ainda, de ordem estrutural. A preocupação e a ajuda dos países do centro para com o esforço de industrialização

e desenvolvimento da periferia não passavam de mera ilusão[110], pois "continua a prevalecer nos centros, tal como na periferia, o interesse econômico dos grupos dominantes" (PREBISCH, 2011a, p. 636). Prebisch chegou à conclusão de que seria um esforço em vão esperar que o mercado e suas leis resolvessem os problemas nas relações entre o centro e a periferia, assim como que os modelos teóricos importados das grandes academias do centro conseguissem explicar as "tendências excludentes e conflituosas do desenvolvimento periférico" (p. 637), e acabou por defender um modo de produção híbrido, o qual ele chama de "síntese de socialismo, liberalismo e estrutura de poder" (p. 646), no qual prevalece a liberdade econômica da acumulação de capital e o individualismo das decisões, tipicamente capitalistas, com a planificação econômica e o controle estatal, característicos das sociedades socialistas.

Percebe-se, no argumento de Prebisch, a descrença no papel do mercado como o ideal alocador de recursos. Sua proposta de desenvolvimento, baseada num processo de deliberada transformação industrial, destaca a presença de um ente regulador, catalisador, racionalizante do processo de escolha. Um Estado capaz de reverter as decisões de investimento em favor da coletividade e que acumulasse as funções de escolha dos investimentos, financiamento, seleção dos artigos de consumo a serem importados, entre outras. Por isso a planificação, ou programação, como Prebisch (2001, p. 15) diz preferir, ser essencial ao processo de crescimento e desenvolvimento econômicos.

Finalizando este tópico do nosso trabalho, pode-se afirmar que a concepção centro-periferia originária dos escritos de Prebisch serviria de base para o debate teórico e prático que se desenvolveu posteriormente acerca dos problemas e das questões que envolviam o desenvolvimento e o subdesenvolvimento capitalistas. O construto teórico que coloca esses dois polos como grupos complexos de países que guardam características semelhantes entre si e que, por isso, passaram

110. Ver a terceira epígrafe deste capítulo.

a ser analisados conjuntamente no que diz respeito às possibilidades de desenvolvimento capitalista tem seu fundamento em Prebisch e seus trabalhos seminais à frente da Cepal.

A percepção de se tratar de uma economia cujo impulso dinâmico para o crescimento dependia dos países industrializados, do mecanismo de transferência de lucros e rendas que se operava por meio da divisão internacional do trabalho, do papel funcional da periferia produtora de bens primários, da heterogeneidade do desenvolvimento tecnológico e da produtividade, que apontava para forças produtivas que não se desenvolviam de modo equânime dentro de um mesmo território nacional, do problema dos baixos salários e rendimentos, que bloqueavam o estímulo interno à poupança e ao investimento, da dependência financeira e tecnológica a que se submetiam tais economias baseava-se na convicção de Prebisch de que esses aspectos se ligavam estreitamente à forma de propagação e irradiação do progresso técnico no sistema mundial e dos resultados de sua inserção na estrutura produtiva específica da sociedade periférica.

Consequentemente, desponta a característica central da periferia de Prebisch: uma economia cujo desenvolvimento está voltado para o setor externo, em outras palavras, economias dependentes da exportação, sem um mercado interno dinâmico capaz de sustentar um processo continuado de desenvolvimento. Economia que se torna vulnerável ao ritmo de crescimento das economias centrais, à difusão das novas tecnologias de produção, às mudanças no câmbio e nos preços relativos, à intensificação ou redução do ímpeto do comércio internacional. Economia dependente dos países centrais enquanto não criasse seu próprio parque industrial e, com ele, um processo autônomo de desenvolvimento econômico.

Portanto, as abordagens teóricas que, a partir dessa unidade de análise, passaram a inferir as possibilidades e alternativas de desenvolvimento dos processos de acumulação de capital em face dos condicionantes contraditórios e antagônicos característicos

da expansão mundial do modo capitalista de produção, vindas de distintas bases ideológicas e metodológicas, partiram todas da configuração geopolítica de nações centrais ou periféricas, industrializadas ou agrícolas, ricas ou pobres, autônomas ou dependentes, avançadas ou atrasadas, esboçada, ainda que de forma elementar, na perspectiva original de Prebisch.

Dadas as diferentes bases ontológicas, ideológicas e metodológicas sobre as quais se ergueram tais abordagens, estas introduziram categorias, variáveis e interpretações inovadoras sobre o desenvolvimento econômico, mesmo dissonantes, quando confrontadas com as teses oriundas dos textos da Cepal. Investigar algumas dessas contribuições teóricas será nossa preocupação nos próximos dois capítulos deste trabalho. No entanto, para complementar a noção de centro e periferia que aflorou do chamado pensamento cepalino, torna-se necessário acrescentar a perspectiva histórica que esses conceitos também receberam da parte de alguns teóricos que se alinharam a essa abordagem. Entre eles, destacamos a contribuição de Celso Furtado, para quem a noção de centro e periferia deveria ser tratada enquanto processo histórico, a partir da investigação do passado de formação estrutural dessas sociedades no mundo moderno e das condições por meio das quais as relações de produção tradicionais cederam lugar às relações do tipo capitalistas.

5. Celso Furtado e a estrutura dual do sistema capitalista

Não se pode investigar a concepção estruturalista da Cepal, na qual se insere a divisão da economia mundial em centro e periferia, sem tomar de empréstimo uma parte da obra de Furtado, dadas as suas seminais contribuições para a sedimentação de um pensamento sistemático sobre os ditames do subdesenvolvimento. Para Bielschowsky,

> em meus estudos[111] [...] não encontrei argumentação prévia à de Furtado [...]. Por isso, fui levado a concluir que ele inaugurou o debate latino-americano sobre a relação entre desenvolvimento, determinação de salários e concentração de renda em condições de subemprego rural e urbano (BIELSCHOWSKY, 2011, p. 13).

Bielschowsky pontua ainda a perspectiva histórica de longo prazo, presente na obra *Formação econômica do Brasil*, de Furtado, e a percepção do que Trotsky havia chamado de desenvolvimento desigual e combinado, no qual as economias mais atrasadas desenvolvem setores dos mais modernos, compatíveis aos existentes nos países mais desenvolvidos do planeta, enquanto continuam convivendo com estruturas produtivas arcaicas no restante da economia.

Furtado reconhecia três correntes determinantes em sua formação intelectual: o positivismo, que, diferente do "comtismo primário", forneceu-lhe inicialmente a "confiança na ciência experimental como meio de descobrir os segredos da natureza"; a influência de Marx, dada "não diretamente pela leitura de Marx", mas por intermédio da sociologia do conhecimento de Karl Mannheim, o que lhe gerou o "interesse pela História como objeto de estudo", ao abordar o conhecimento científico em um contexto social; e a terceira, que, vinda a partir da leitura de *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre, deu-lhe acesso à sociologia americana, responsável, segundo ele próprio afirma, por "corrigir os excessos de historicismo" (FURTADO, 1998, p. 9). Percebe-se que o núcleo do pensamento de Furtado é a "opção pelo sistema capitalista, apesar de suas perversidades, não propriamente pelas virtudes sociais desse sistema, mas numa admiração pela capacidade do mesmo em potencializar a produção" (ALMEIDA FILHO, 2009, p. 8).

Em fins da década de 1940, os países latino-americanos discutiam o papel da industrialização como forma de desenvolvimento, opondo-

111. Conferir Bielschowsky (1995).

-se à estrutura fortemente agrária então "defendida pela classe dominante brasileira" (FURTADO, 1998, p. 17), haja vista existir em "estado virtual, na cabeça de muitas pessoas, um projeto de transformação", bem nos moldes daquilo que seria muito brevemente defendido publicamente por Prebisch. Furtado lembra que a ciência econômica criava sérios obstáculos a implantação de uma política de industrialização por parte dos países atrasados, e que a doutrina dominante, aceita universalmente, era a da "forma clássica de desenvolvimento apoiada nas vantagens comparativas das trocas internacionais".

Alegando a influência de Keynes sobre Prebisch, no que diz respeito à restauração da economia como parte da ciência política, e afirmando existir, na Cepal, vários jovens sob influência de Marx, Furtado (1998, p. 26) asseverava que o modelo analítico que se inaugurou a partir da Cepal podia ser denominado de histórico-estrutural, cujo método

> leva em consideração as características reais das situações analisadas, incluindo antecedentes históricos relevantes, em vez de praticar uma análise partindo de um conjunto de postulados gerais e abstratos cuja aplicabilidade se presume independente de lugar, época e história. Assim, o método estruturalista exige em cada passo árduas considerações acerca do contexto e dos antecedentes do problema específico analisado (MANICHEA, 2009, p. 13).

Uma das principais preocupações intelectuais de Furtado foi a de compreender as relações que envolviam o desenvolvimento, o subdesenvolvimento e a dependência externa pelo "ângulo dos efeitos do progresso tecnológico" (FURTADO, 1975, p. 1). Durante os anos 1950, estando fortemente inserido no arcabouço cepalino, Furtado exortava, a exemplo de Prebisch, a necessidade de se criar um fluxo dinâmico endógeno nas economias periféricas, ancorado no processo de industrialização, capaz de garantir aumentos da produção, da renda e do consumo das sociedades capitalistas atrasadas.

No entanto, já em meados dos anos 1960, Furtado começa a questionar tal estratégia, uma vez que a industrialização não estava sendo capaz de romper o ciclo de dependência e subordinação, que, ao contrário, apenas se elevava a outro patamar (SAWAYA, 2008). Novas formas de dominação internacional, apoiadas no progresso tecnológico, tomavam lugar das anteriores, conduzindo ao agravamento e à perpetuação do subdesenvolvimento (FURTADO, 1966). Prova disso foi, no início da década de 1970, Celso Furtado se expressar de uma forma que parecia sintetizar não apenas suas próprias preocupações, mas a de grande parte dos teóricos que se dispuseram a realizar a crítica da economia política nos anos 1950 e 1960 no que concerne aos problemas do desenvolvimento econômico capitalista para os países subdesenvolvidos.

> Se deixarmos de lado as conjecturas e nos limitarmos a observar o quadro estrutural presente do sistema capitalista, vemos que o processo de acumulação tende a ampliar o fosso entre um centro, em crescente homogeneização, e uma constelação de economias periféricas, cujas disparidades continuam a agravar-se (FURTADO, 1974, p. 68).

O argumento central de Furtado na citação pouco se diferia do olhar presente nas primeiras contribuições de Prebisch, mas, feito *a posteriori*, expressava a angústia do teórico brasileiro, que compreendia as limitações do projeto de se pretender universalizar e levar a todos os povos o desenvolvimento econômico experimentado pelos países que, segundo ele, haviam liderado a revolução industrial. Caso assim fosse, o padrão de vida e consumo dessa minoria residente nos países mais industrializados do mundo poderia ser também levado às grandes massas populares da humanidade. Para Furtado (1974, p. 14), esse "mito do desenvolvimento econômico" derivava-se de outro, da ideia linear e crescente de progresso, que a ideologia nascida com a revolução burguesa ha-

via criado para a sociedade moderna industrial, segundo a qual, os processos nacionais de industrialização, por si só, seriam capazes de criar a dinâmica do desenvolvimento econômico.

A dúvida expressa por Furtado (1973, 1998, p. 49) acerca da incapacidade da industrialização de resolver graves problemas sociais, como pobreza, concentração de renda e desigualdades regionais, se juntaria à percepção de que a ação reguladora do Estado nacional, baluarte da "defesa dos interesses coletivos", fragilizava-se diante da estrutura expansiva do mercado mundial. Sem um ente forte para o qual se voltar, os sindicatos e demais instituições que representavam a organização da classe trabalhadora perdiam força e comprometiam todo e qualquer esforço coletivo ou de grupo. Nesse contexto, os países subdesenvolvidos se "modernizavam" sem, no entanto, desenvolverem-se (FURTADO, 1973, p. 81).

Em 1978, apoiando-se numa análise de cunho histórico-filosófico-antropológico, Furtado defendeu a proposição de que os países subdesenvolvidos assim se mantiveram por não conseguirem construir uma autêntica civilização industrial, ou seja, não criaram a cultura, ideologia, consciência e as inovações voltadas para a acumulação de capital. Absorvendo apenas um fragmento da propagação do progresso técnico, permaneceram como oásis dos grandes capitais transnacionais, subordinados a estes e reféns da relação de dominação e dependência (FURTADO, 2008). Alerta, então, para a necessidade de se aprofundar para além das condições e das variáveis econômicas, isto é, nas características da realidade social e política de uma sociedade, pois

> Ocorre que, se bem as variáveis econômicas possam ser definidas com base em conceitos derivados de princípios gerais de economia, o comportamento dessas variáveis está condicionado por parâmetros institucionais, cujo conhecimento exige um estudo específico da realidade social. No caso latino-americano, essa realidade social

> apresenta peculiaridades sem cujo conhecimento dificilmente se conseguiria explicar o funcionamento do sistema econômico (FURTADO, 1975, p. 92).

Nosso objetivo, nesta breve e introdutória digressão histórica sobre o pensamento de Furtado, é mostrar que o sentido de periferia, na opinião desse autor, vai muito além da diferença entre os níveis das variáveis econômicas comparativamente aos países centrais. É evidente que a justaposição dos dados, tais como produto líquido, coeficiente de produtividade do trabalho, renda *per capita*, padrão de consumo das massas, indicadores relativos à pobreza, sinalizava para a existência de uma grande disparidade no sistema capitalista e de problemas comuns a grande parte dos países cujas massas populares não obtinham acesso à sociedade de consumo de massa em nível comparável ao de poucas nações muito ricas, mas suas hipóteses ancoram-se na análise antropológica, cultural, política e de formação dos grupos sociais. Paralelamente, o pensador brasileiro percebeu também a força que o mercado mundial roubava dos Estados nacionais dos países subdesenvolvidos, deixando-os reféns da dependência e da subordinação externa ou pelo menos destituídos de considerável parcela de autonomia decisória, preocupação que receberia tratamento teórico específico nos fins da década de 1960 e durante os anos 1970 e sobre o qual trataremos no quarto capítulo deste trabalho.

Assim, a busca por explicações fundamentais remontava ao passado histórico da formação estrutural dessas sociedades no mundo moderno e às condições de criação e sedimentação dos grupos sociais, do regime de propriedade dos meios de produção, bem como à forma como as relações de produção tradicionais cederam lugar às relações do tipo capitalistas, baseadas nos interesses e no poder das elites, na organização política e institucional das classes sociais, na tradição cultural e em inúmeras peculiaridades que serviram de esteio para a construção das novas relações sociais. Em suma, de-

senvolvimento e subdesenvolvimento transcendem, portanto, da condição de conceitos estanques à de "processos históricos autônomos" (FURTADO, 1983, p. 142) que, como veremos, desenvolveram uma estrutura dual na maior parte do globo terrestre, seja no plano produtivo, seja no cultural.

Daí podermos afirmar que, não sem razão, Furtado foi buscar em Perroux o apoio para definir desenvolvimento econômico, pois, como já salientado na parte inicial deste capítulo, para o economista francês, desenvolvimento é um conceito que envolve uma combinação de transformações, tanto mentais quanto sociais, de uma população, e que permite a esta que seu produto real cresça de forma cumulativa e perene (PERROUX, 1965, p. 155 *apud* FURTADO, 1983, p. 78). Portanto, esta é uma definição de desenvolvimento que transcende a esfera quantitativa das variáveis econômicas, haja vista envolver aspectos sociais, culturais, mentais relativos às peculiaridades específicas de cada formação social.

Desenvolvimento e acumulação em Furtado

Preliminarmente, torna-se importante destacar a diferenciação que Furtado estabelece entre crescimento e desenvolvimento, para se compreender o sentido de subdesenvolvimento e de periferia que o completa. "O conceito de desenvolvimento compreende a ideia de crescimento, superando-a", pois se refere a uma estrutura complexa, que não se limita à questão de nível de complexidade da tecnologia empregada, porque deve, necessariamente, englobar toda a diversidade das formas sociais e econômicas, dando conta de abranger as transformações que ocorrem no conjunto da economia nacional, relativas aos fatores econômicos, sociais ou institucionais, "que escapam, portanto, da análise econômica corrente" (FURTADO, 1983).

Furtado salienta que só faz sentido diferenciar crescimento de desenvolvimento, quando nos referimos a um subconjunto da eco-

nomia em questão, caso em que há um aumento da produção sem modificações na forma como se combinam os fatores de produção. Mas, quando se trata da economia nacional como um todo, no nível agregado, maior é a dificuldade de se diferenciar crescimento de desenvolvimento. Nesse caso, assevera que "a hipótese de crescimento sem desenvolvimento, com referência a um conjunto econômico de estrutura complexa, seria uma construção mental sem correspondência na realidade" (FURTADO, 1983, p. 79). Como, para ele, "o aumento do fluxo de renda, por unidade de força de trabalho utilizada, tem sido aceito, desde a época dos clássicos, como o melhor indicador do processo de desenvolvimento de uma economia", depreende-se que

> O crescimento é o aumento da produção, ou seja, do fluxo de renda, ao nível de um subconjunto econômico especializado, e que o desenvolvimento é o *mesmo* fenômeno quando observado do ponto de vista de suas repercussões no conjunto econômico de estrutura complexa, que inclui o referido setor especializado (FURTADO, 1983, p. 79).

Assim, desenvolvimento está relacionado a um aumento de produtividade no nível agregado da economia, ou seja, do seu conjunto complexo, fenômeno esse que provoca aumento da renda *per capita* e é determinado pelo crescimento econômico que ocorre em diversos subconjuntos ou setores particulares da economia. Ao transformar a estrutura produtiva como um todo, essa série de crescimentos setoriais provoca alterações nas proporções de utilização dos fatores bem como na forma de se produzir, o que acaba por afetar a estrutura distributiva da renda nacional. Para que isso ocorra, exige-se a utilização mais eficaz dos recursos, em outras palavras, acumulação de capital, especialmente, via inovação tecnológica.

Furtado não para por aí. Ele salienta que, "se a acumulação é causa necessária do desenvolvimento, seria um equívoco pretender expli-

car o desenvolvimento pela acumulação" (FURTADO, 1983, p. 102), pois, para ele, "a acumulação é, acima de tudo, uma resposta à ação de forças que comandam o sistema econômico em função dos objetivos da vida social", e essas forças diferem enormemente de um país para outro, a depender do nível de vida já alcançado por aquela sociedade, dos interesses políticos dos grupos dominantes, do grau de influência política e econômica externa, do marco institucional já estabelecido e respeitado, do regime político, entre outros fatores que não apenas os econômicos, o que traz a necessidade de, segundo Furtado, entender os processos de desenvolvimento sob o enfoque histórico.

> A análise dos processos históricos de desenvolvimento constitui ponto de partida para a compreensão das diversas formas que tomou a acumulação de capital, a qual constitui condição necessária do progresso técnico (FURTADO, 1983, p. 113).

Os processos de desenvolvimento, portanto, somente podem ser entendidos quando todos os fatores que influem na constituição das formas de produção, apropriação e utilização do excedente por uma dada sociedade são postos em evidência. Como tais fatores "estão na base dos sistemas de organização social e de estrutura do poder" (FURTADO, 1983, p. 113), somente a análise histórica do avanço do capitalismo sobre essa sociedade poderá revelar como, quanto, quando e onde o excedente econômico será aplicado ou investido. Não se pode pretender explicar o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo industrial em uma região sem investigar a forma como nela atuou o capitalismo comercial e como operaram os grupos cujos interesses, não necessariamente coincidentes com os da coletividade, determinaram a forma de se aplicar o excedente na expansão da capacidade de produção. Por isso, para Furtado, o processo de organização social da produção e os interesses dos grupos que controlam a estrutura de poder podem representar, e geralmente re-

presentam, os principais obstáculos ao desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. Nesse caso, muitas decisões foram tomadas para resguardar motivações alheias à vontade da sociedade, frequentemente associadas aos interesses de grupos e capitais estrangeiros.

> A forma de utilização do excedente de produção e a posição social do grupo que dele se apropria constituem elementos básicos do processo social que engendra o desenvolvimento (FURTADO, 1983, p. 117).

Para Furtado, a acumulação está intrinsecamente ligada a fatores como a composição da demanda, a divisão do produto entre consumo e investimento e a distribuição da renda entre os elementos da sociedade. Daí, a importância do processo de criação, distribuição, apropriação, acumulação e expansão do excedente material de uma sociedade ao longo do tempo histórico. Assim, deve ser considerada a formação histórica da estrutura de poder cujo complexo ideológico direciona os interesses e determina o controle sobre a utilização do excedente e o sistema institucional, fundando-se e solidificando-se no tempo com a função de contra-arrestar a tendência à concentração da riqueza por parte dos grupos minoritários. Em outras palavras, é preciso conhecer as origens e a evolução da luta social pelo excedente material em cada sociedade. Tal análise teria o objetivo de identificar os elementos que impulsionariam ou impediriam o avanço socioeconômico de um país ou região. Entender como se deu o processo de transformação das relações de produção, da escravidão ao trabalho assalariado, ou como a economia se transformou em industrial urbana é elemento essencial para a compreensão dos processos de desenvolvimento e subdesenvolvimento e que compõe o esforço de Furtado.

Afinal, a formação de uma forte economia industrial europeia dependeu do estabelecimento de marcos históricos preliminares relevantes, os quais Furtado (1983, p. 127) destaca e que, resumida-

mente, pode-se afirmar que vão desde a decomposição da economia feudal; do advento de uma classe de comerciantes que expande as fronteiras das trocas; da aglutinação de um sistema político que fortalece os Estados nacionais, estabelece políticas mercantilistas protecionistas e protege os interesses das burguesias nacionais; da necessidade de se ampliar o excedente para o mercado em expansão; das novas formas de organização da produção em grandes unidades produtivas, as fábricas e, posteriormente, a grande indústria, e das novas relações de produção que vão se estabelecendo no intuito de se produzir mais a um custo menor; à necessária inserção sistemática do progresso técnico para dar conta do processo de concorrência.

Uma vez gestado, esse núcleo industrial europeu passou a condicionar e pressionar o desenvolvimento econômico no restante do planeta. Segundo Furtado, a propagação histórica dos resultados da Revolução Industrial de sua origem para os demais países se deu por três linhas diferentes, das quais a última estaria "na origem do fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo" (FURTADO, 1983, p. 143). A primeira, responsável pelo desenvolvimento das outras nações europeias, teve como base o desmantelamento da economia pré-capitalista e o consequente aproveitamento mais produtivo dos fatores liberados da economia ora artesanal, cabendo ao avanço da tecnologia papel imprescindível nesse sentido; a segunda baseou-se no deslocamento dos fatores produtivos para além das fronteiras europeias, ou seja, para regiões que, além de apresentarem um estímulo originário, como grandes extensões de terras disponíveis, metais preciosos e outras riquezas minerais em abundância, possibilidades de crescimento rápido etc., guardavam características similares às da Europa, para onde os migrantes levavam então sua técnica, cultura, família, hábitos de consumo, sendo o caso das "colônias" da Austrália, Canadá e oeste dos Estados Unidos, por exemplo. A terceira via de propagação do capitalismo industrial marcou a chegada do capitalismo em regiões que

apresentavam arcaicas estruturas sociais, em busca fosse de novas linhas de comércio, fosse de matérias-primas para as indústrias centrais, o resultado foi a criação de estruturas dualistas, nas quais algumas atividades ou setores se organizavam de forma capitalista, visando à maximização do lucro, enquanto os demais setores produtivos se mantinham dentro de estruturas pré-capitalistas, apresentando relações de produção das mais diversas.

No sentido de interpretar profundamente essa terceira linha de expansão do capitalismo industrial, Furtado (1975, p. 93) vai buscar, no processo de colonização dos países latino-americanos, por exemplo, a organização social e as relações de produção originais sobre as quais se erigiu uma estrutura administrativa rígida, que, tendo afastado para a metrópole as principais decisões políticas e econômicas, colocou as necessidades e potencialidades locais a serviço dos interesses externos, cristalizando um sistema que, desde sempre, privilegiou algumas classes senhoriais detentoras de grandes extensões do território nacional. Nas mãos desse seleto grupo social foram entregues os primeiros fatores de produção, terra e mão de obra indígena ou escrava. Aliados aos interesses das atividades comerciais de extração e exploração e partícipes de um Estado que se configurava como uma forte burocracia à serviço da dominação e do poder metropolitanos, esses grupos dirigentes, agrários ou mesmo liberais, aos poucos foram integrando a "semi-isolada" economia ao capitalismo europeu, que se expandia rapidamente (p. 94). Em outras palavras, trataram de aproveitar a disponibilidade de recursos primários e empreender, num sistema econômico de tipo pré-capitalista, um "processo de desenvolvimento voltado *para fora*" (p. 95).

O subdesenvolvimento, para Furtado, não se limita ao retardamento na adoção de técnicas capitalistas de produção nem simplesmente ao atraso na chegada do progresso tecnológico ou sua utilização de forma equivocada, como se poderia abstrair de uma leitura rápida de

Prebisch. A explicação remonta à profunda investigação histórica sobre a forma como uma dada estrutura social foi arrebatada pelo capitalismo industrial e os efeitos que essa expansão capitalista provocou em tais regiões, a depender das peculiaridades locais e da intensidade e velocidade da penetração do novo modo de produção nessas estruturas tradicionais. São essas estruturas socioeconômicas transformadas pelo avanço do capitalismo industrial que definiriam a condição periférica subdesenvolvida desses países e regiões.

Assim, as economias coloniais desenvolviam-se deixando, como característica peculiar, o elemento que, no pensamento de Furtado, guardava grande poder explicativo para os ditames do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, qual seja o dualismo do sistema econômico. No que se refere ao modo de produção, Furtado enquadrava as economias periféricas num tipo de estrutura dual, pois, enquanto a produção de bens voltados à exportação experimentava organização, relações e técnicas de produção específicas do novo modo capitalista de se produzir, a produção de alimentos, minérios e de bens para o mercado interno baseava-se ainda em relações e condições pré-capitalistas.

Essas economias apresentavam dois grandes setores, um avançado e outro atrasado, a depender da forma de organização e das relações de produção estabelecidas, e não da utilização de técnicas revolucionárias ou tradicionais de produção. Logo, nas economias periféricas, conviviam setores que se organizavam com base no modo tradicional artesanal, cujas relações de produção remontavam a formas pré-capitalistas, tais como explorações familiares e a meia, isto é, relações que não o assalariamento, juntamente com setores que se modernizaram à luz das relações e objetivos capitalistas, em cujo bojo predominavam o trabalho assalariado, a acumulação do excedente via utilização do progresso técnico, a orientação para a máxima remuneração do capital, entre outros.

Vejamos a importância dessa estrutura produtiva dual dentro da análise do autor:

> O grau de subdesenvolvimento está dado pela importância relativa do setor atrasado, e a primeira condição para que haja desenvolvimento é que aumente a participação do setor avançado no produto global. Esse aumento depende da intensidade relativa da acumulação do setor avançado, da orientação do progresso técnico e do aumento da população em idade para trabalhar no conjunto da economia (FURTADO, 1983, p. 19).

Daí a importância da precedência do setor que absorverá o maior contingente de mão de obra, se o avançado ou o atrasado, para determinar o grau relativo de inserção capitalista e, por extensão, os rumos e o ritmo do desenvolvimento. Gozando de terra abundante, de oferta ilimitada de mão de obra e, consequentemente, pagando salários definidos não com base na produtividade do trabalho, mas sim nas condições de sobrevivência prevalecentes no setor pré-capitalista, as empresas que formam o setor avançado nas economias periféricas e que, em geral, dedicam-se à exportação, via de regra empresas estrangeiras, deparam-se com uma oferta de mão de obra bastante sensível a pequenas elevações salariais e com lucros fabulosos, enquanto

> o equilíbrio entre oferta e demanda vai sendo encontrado através de uma sequência de crises de superprodução, o que explica em parte a tendência à deterioração dos termos de intercâmbio que se observa a longo prazo (FURTADO, 1975, p. 102).

A inserção nos mercados internacionais, estritamente subordinada à divisão extensiva do trabalho, concentra os investimentos, o progresso técnico e os aumentos de produtividade do trabalho nessas atividades para exportação, cujos produtos consistem, essencialmente, de bens primários de interesse dos grandes centros industriais. A agricultura desenvolve-se em virtude do impulso

dado pela demanda externa, também beneficiada pela oferta ilimitada de mão de obra e pelos baixos salários, ambos garantidos pelos setores pré-capitalistas.

Quando esse reservatório de mão de obra barata se esgota, há a unificação do mercado de trabalho, caso em que as taxas de salários passam a ser fixadas como nos mercados dos demais fatores de produção. Para Furtado (1975, p. 109), quando isso ocorre, a economia não pode mais ser considerada subdesenvolvida, pois os salários pagos na agricultura tenderão a se assemelhar àqueles pagos nas atividades de indústria e serviços, "tendendo a desaparecer a grande disparidade de condições de vida entre populações urbanas e rurais, que constitui a característica principal dos países tipicamente subdesenvolvidos" (p. 110). Para ele, era o que havia acontecido, exclusivamente, com Argentina e Uruguai, na América Latina. Por outro lado, a inserção no mercado mundial poderia acentuar o dualismo das estruturas produtivas, caso em que o aumento das exportações não provocaria qualquer modificação significativa no setor agrícola. Nesses casos, a valorização dos excedentes agrícolas amplia a renda da terra e consolida a posição de poder político e econômico da privilegiada classe de proprietários.

Portanto, apesar da frequente diferenciação estabelecida pelos teóricos estruturalistas entre os dois pares de conceitos, centro e periferia *versus* desenvolvimento e subdesenvolvimento, na qual os primeiros se referem à estrutura do comércio mundial, enquanto os dois últimos, à estrutura econômica de países avançados e atrasados (RODRÍGUEZ, 1981, p. 42), subdesenvolvimento e periferia são conceitos estreitamente associados na visão de Furtado. Se, nos primeiros decênios do século XX, diversos fatores favoráveis confluíram para o desenvolvimento das exportações, o que acabou de certo modo beneficiando o crescimento de muitas economias periféricas especializadas em produtos primários e possibilitando a manutenção da validade da divisão internacional do trabalho, pode-se dizer que, nesse mesmo momento histórico, já se gesta-

vam também as condições responsáveis por definir a estrutura social que condenaria a maioria das economias latino-americanas à condição de periferia subdesenvolvida.

> Contudo, constitui fato de significação iniludível que, não obstante essa elevada inserção num sistema de divisão internacional do trabalho, o setor pré-capitalista conservava uma importância relativa muito grande em quase todos os países da área [latino-americana] (FURTADO, 1975, p. 110).

Como quase todos os países latino-americanos permaneceram com o setor pré-capitalista servindo de repositório de mão de obra barata à parte capitalista do sistema, o subdesenvolvimento continuava na periferia, cuja economia marcada por tal dualismo se tornava incapaz de transitar para um mercado de trabalho unificado, onde a remuneração do trabalho se assemelharia à praticada nos países desenvolvidos. Isso ocorreu principalmente a partir da depressão provocada pela crise de 1929, cujos efeitos reverteram até mesmo o grau de inserção mundial dessas economias subdesenvolvidas, obrigando-as a se "fechar" e se industrializar para atender a um mercado interno incipiente, que apresentava renda média baixa e dimensões muito desiguais entre os mais diversos países periféricos.

6. A periferia para Furtado

A periferia, em Furtado, identifica-se, portanto, com as estruturas sociais que, uma vez invadidas pelo modo de produção capitalista, não conseguiram absorver a totalidade, ou a maioria, dos recursos de mão de obra, o que garantiria que os salários reais, em vez de serem determinados pelas condições prevalecentes de vida, passassem a ser determinados pela produtividade do trabalho, institucionalizando-se um robusto mercado de mão de obra. Essa transição

dinâmica e ordenada do sistema artesanal pré-capitalista para o capitalismo industrial, tal qual observada no momento de constituição das grandes economias industriais contemporâneas, deparou-se, na periferia do sistema mundial, com obstáculos que potencializaram as dificuldades estruturais, entre os quais

> a empresa capitalista que penetra em uma região de estrutura econômica pré-capitalista não se vincula efetivamente a esta última, pelo simples fato de que a massa de lucros por ela gerados não pertence à economia local (FURTADO, 1983, p. 143).

A escassez de recursos, haja vista a remessa ao exterior de parcelas consideráveis da renda nacional para pagamento de lucros, juros e mesmo salários, extremamente necessária ao plano da acumulação, inibe o encadeamento dinâmico do sistema econômico, colocando-o dependente das condições externas ao sistema nacional.

> No caso das estruturas subdesenvolvidas, é a disponibilidade de capital que delimita o campo dentro do qual a organização da produção pode ou não subordinar-se ao critério da maximização do lucro. [...] O fenômeno do subdesenvolvimento é fruto de novas condições históricas que criam sérios obstáculos à absorção do setor pré-capitalista, e transformam o dualismo numa característica estrutural permanente (FURTADO, 1983, p. 150-151).

Prova isso "a expansão do comércio internacional no século XIX não ter determinado uma propagação, na mesma escala, do sistema capitalista de produção" (FURTADO, 1983, p. 150-151). Isto é, o comércio mundial se expandiu sem levar consigo, para todos os recantos do mundo, o capitalismo industrial. As economias subdesenvolvidas, cujo dinamismo era controlado de fora, posicionavam-se numa situação de "equilíbrio estável e estagnação", dada a ausência

de investimentos líquidos capazes de criar e capacitar os setores-chaves do desenvolvimento.

Além desse dualismo no que tange à estrutura produtiva, para Furtado, as economias periféricas subdesenvolvidas apresentavam um dualismo no plano cultural.

> Desenvolvimento periférico passa a ser, portanto, a diversificação (e a ampliação) do consumo de uma minoria cujo estilo de vida é ditado pela evolução cultural dos países de alta produtividade e onde o desenvolvimento se apoiou, desde o início, no progresso tecnológico. O dualismo tem, portanto, desde o início uma dimensão cultural, a qual se traduz, em termos econômicos, numa descontinuidade na "superfície" da procura. Dessa forma, o dualismo que se formara no plano cultural tenderá a projetar-se (FURTADO, 1983, p. 182, 183).

Para Furtado, o dualismo cultural se estabelece via divisão internacional do trabalho, pois, ao se especializarem no setor primário, as economias periféricas tornam-se importadoras passivas de bens de consumo característicos das economias centrais. Por isso, todo aumento da renda média na periferia, conquistado via elevação de produtividade, por exemplo, traduzia-se em elevação das importações, ou seja, dos "gastos em consumo e da modificação qualitativa do padrão de vida da minoria proprietária e dos grupos urbanos profissionais e burocráticos" (FURTADO, 1983, p.181), resultado de um autêntico mimetismo do consumo.

Mesmo as economias subdesenvolvidas, que ele denomina de "grau superior", ou seja, aquelas que conseguem desenvolver um núcleo industrial ligado ao mercado interno, continuam reféns do dualismo cultural e do mimetismo dos hábitos de consumo a partir do momento em que, em vez de transformarem a própria estrutura econômica, capacitando-a a absorver os excedentes de mão de obra dos setores de subsistência, colocam em marcha um processo de substituição de

importações e começam a produzir internamente os produtos antes importados para satisfazer hábitos de consumo assimilados. O resultado é a transmutação do dualismo cultural para a estrutura produtiva do sistema, haja vista a tentativa de concorrência da indústria nacional com os similares importados, com o fito de continuar a atender aos anseios de uma elite dominante que adotou, como próprios, costumes e hábitos de consumo típicos das economias industriais centrais. Assim, continuam a manter "elevado grau de dependência externa e heterogeneidade estrutural interna, características essenciais do subdesenvolvimento" (FURTADO, 1983, p. 146). Na periferia, "desenvolvimento (ou progresso, na concepção vulgar), passou a confundir-se com importação de certos padrões culturais, ou seja, com a *modernização* dos estilos de vida" (p. 181), significando nada mais do que a diversificação do consumo por parte de uma minoria de altas rendas, sem que a industrialização periférica, nesse caso, repercuta positivamente nas condições de vida das massas populares.

Logo, entender as relações entre centro e periferia, na opinião de Furtado, ultrapassa a limitada análise estática empreendida pelos teóricos que se pautavam pela teoria das vantagens comparativas, baseada na maior ou menor quantidade dos recursos produtivos disponíveis. Vai além, também, da etapa industrial desenvolvimentista de Prebisch. Para ele, os países periféricos, tanto os que se acomodam na divisão internacional do trabalho como os que desenvolvem uma indústria substitutiva de importações, se tornarão importadores de novas necessidades de consumo ditadas pelos hábitos culturais dos países cêntricos. O desenvolvimento periférico constitui-se, desse modo, num processo adaptativo da evolução observada nos centros dominantes. "Trata-se, portanto, de uma evolução do próprio processo de dependência" (FURTADO, 1983, p. 185).

Imperava, nesse caso, uma característica paradoxal do capitalismo mundial. Quanto mais se desenvolvia o progresso tecnológico e, com ele, se diversificavam as formas de consumo, maiores as pos-

sibilidade de que tal processo ampliasse ainda mais o grau de dependência do processo de desenvolvimento periférico e agravasse a heterogeneidade estrutural nos países da periferia do sistema capitalista. Ao economista pouco atento, tal fenômeno poderia indicar certo desequilíbrio dos fatores produtivos, ao passo que se trataria, na realidade, de um comportamento social ligado ao quadro estrutural de uma economia fortemente dependente do exterior.

À guisa de conclusão, pode-se afirmar que a concepção de periferia, em Furtado, difere-se daquela presente no argumento de Prebisch, uma vez que o subdesenvolvimento, para o primeiro, não pode ser apreendido como uma fase ou estágio anterior ao desenvolvimento capitalista.

> A menos que se avance muito mais na identificação de tipos básicos de economia capitalista, toda tentativa de generalização teórica visando interpretar os problemas atuais da economia latino-americana com base na evidência histórica das economias capitalistas avançadas será de reduzido alcance. Nada autoriza a ver no desenvolvimento latino-americano uma fase de transição para estruturas capitalistas do tipo que hoje conhecemos na Europa Ocidental e na América do Norte, pois existe ampla evidência empírica de que a industrialização vem agravando o dualismo do mercado de trabalho sem que se vislumbre qualquer perspectiva de redução do subemprego rural e urbano (FURTADO, 1975, p. 125).

Ou ainda,

> A análise das economias contemporâneas, de um ângulo dinâmico, indicaria que não existe tendência à passagem automática de uma fase qualquer a outra superior. Ao contrário, a única tendência visível é para que os países subdesenvolvidos continuem a sê-lo. O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e

> não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento (FURTADO, 1983, p. 112 e 142).

A ideia de periferia, para Furtado, está, portanto, estreitamente associada à análise profunda e meticulosa do processo histórico de desenvolvimento das estruturas sociais. Paradoxalmente,

> o subdesenvolvimento é, em si, uma situação resultante da expansão das economias capitalistas, visando utilizar recursos naturais e de mão de obra de áreas de economia pré-capitalista (FURTADO, 1983, p. 110).

Refuta, desse modo, tanto o "enfoque faseológico" do desenvolvimento capitalista empreendido por Prebisch, ideia que, segundo ele, "dada a complexidade dos processos históricos, somente guarda validade em um nível de abstração extremamente elevado, o que reduz a eficácia explicativa" (FURTADO, 1983, p. 113), quanto a industrialização como sinônimo de saída da condição periférica/subdesenvolvida, em especial o tipo de industrialização que apenas transpõe a cultura, a criatividade, a nova tecnologia do centro para a periferia, mas mantém o domínio econômico, cultural e social da produção e da extração de lucros nas mãos de grandes capitais transnacionais.

> Por suas características particulares o desenvolvimento latino-americano, tanto em sua fase de crescimento das exportações como na de industrialização, constitui um processo histórico distinto do que se admite ser o modelo clássico do desenvolvimento capitalista, no qual as inovações tecnológicas desempenham papel fundamental (FURTADO, 1975, p. 124).

Tais as diferenças estruturais entre centros e periferias que, para Furtado, "uma modificação qualitativa constitui muito mais

um problema de reconstrução de estruturas sociais que propriamente de política econômica" (FURTADO, 1975, p. 126). Exemplo disso é sua preocupação com a debilidade da força e da autonomia das instituições nas estruturas sociais da periferia do sistema. Segundo ele, dados os conflitos existentes entre interesses de grupos particulares que controlam tanto a formação de capital como as posições estratégicas no sistema de poder, e os da coletividade em geral, os marcos institucionais, que deveriam servir como sinalizadores políticos responsáveis por apontar as tensões na estrutura social, tornam-se inadequados para realizar essa função, retirando dos organismos de decisão política sua força como promotores do desenvolvimento.

Dando ênfase à representatividade política das organizações sindicais, essas "fantásticas" instituições sociais, que na "social-democracia assumem sua forma mais sofisticada" (FURTADO, 1975, p. 20), Furtado defende que elas foram as grandes responsáveis históricas pela redução da exclusão social e do desemprego das massas trabalhadoras. Cabe a essas instituições, e aos "sacrifícios de mais de um século de lutas por elas realizadas", o papel de dar à "sociedade democrática e aberta à iniciativa pessoal, o papel exemplar que hoje lhe atribuímos" (FURTADO, 1998, p. 21). Afinal, um movimento fundamental para o desenvolvimento do capitalismo foi a expansão do mercado interno a partir do crescimento das aglomerações urbanas, provocando aumento da massa de salários e assegurando a ascensão da classe trabalhadora ao consumo de massa.

Partícipes da evolução do sistema de poder, para Furtado, os sindicatos teriam conseguido transferir para as classes trabalhadoras uma parcela mais significativa da renda, ao mesmo tempo que obrigaram seus governos a uma postura protecionista, como forma de defesa de seus mercados internos. Assim, se de um lado os empresários se esforçavam para maximizar lucros (do que resultava progresso técnico, aumento de produtividade, redução da demanda de

mão de obra), de outro, os sindicatos tratavam de defender e ampliar os ganhos para as classes trabalhadoras. O mesmo não ocorre, ou ocorre timidamente, na periferia do sistema, onde a fragilidade das instituições se vê incapaz de garantir um cenário típico de "forças sociais em confrontação" (FURTADO, 1998, p. 29). Processo que será potencializado com o advento da globalização e a concomitante perda do poder dos Estados nacionais, ficando as classes trabalhadoras sem esse importante ponto de apoio.

Para Furtado (2008), a luta contra a dependência e a subordinação que marcam a posição da periferia em relação ao centro no cenário econômico mundial deve ser pautada no campo da política e da organização social. A estratégia da periferia para modificar essa estrutura e sair dessa conformação de forças passa necessariamente pelo controle do poder, das finanças, da tecnologia, dos recursos não renováveis, dos mercados e da mão de obra, o que não se torna impossível graças ao lugar de destaque ocupado pela periferia, pois é necessário modificar as relações de força na arena econômica internacional (SAWAYA, 2008, p. 12). A forma recomendada por Furtado para se iniciar tal processo seria reunir os recursos de poder necessários para reduzir a pressão exercida pela dependência tecnológica, tarefa que se daria a partir do *resgate da criatividade do povo*, visando à construção de uma identidade cultural própria com a tecnologia, e da reconquista do controle político do Estado sobre as atividades econômicas (FURTADO, 2008).

Sampaio Jr. (2008, p. 2) questiona como Furtado, apesar de todo o rigor teórico de sua obra e de seu diagnóstico devastador sobre as consequências da transnacionalização do capital sobre as economias latino-americanas, numa era pós-nacional do capital, na qual o poder dos Estados é contestado, pode ainda acreditar, "em aparente contradição com as conclusões de sua investigação", numa saída para o subdesenvolvimento periférico dentro dos marcos do regime capitalista de produção.

> O limite de sua formulação é acreditar na viabilidade de autossuperação do subdesenvolvimento, na vã suposição de que existem bases objetivas e subjetivas para um capitalismo civilizado na periferia da economia mundial (SAMPAIO JR., 2008, p. 43).

A exemplo de Prebisch, Furtado nega a necessidade de um processo revolucionário de emancipação social. O economista brasileiro afirma que, após realizar um estudo de *O capital*, na França, e já sabendo suficiente macroeconomia moderna, pode evitar se "seduzir pelo determinismo econômico presente no marxismo que tinha explicação para tudo à custa de simplificar o mundo" (FURTADO, 1998, p. 10). Assim, ao decretar também a inclusão da expressão luta de classes no arquivo reservado às ideias dos "heréticos do século passado" (século XIX), põe em seu lugar "forças sociais em confrontação" (p. 12), processo no qual os sindicatos e as associações de classes tomam poder singular. Portanto, criatividade, resgate do poder político, reconquista do papel do Estado e organização social das massas tornam-se expressões de luta para a saída da condição periférica em Furtado.

Seguindo a perspectiva teórica e ideológica do pensamento cepalino, Furtado concebe a estrutura centro-periferia a partir de um prisma no qual a reforma das instituições, a mudança da estrutura de poder político, a reconquista da força por parte do Estado tornassem possível modificar a relação de forças no cenário econômico mundial mantendo-se, no entanto, a base capitalista de acumulação. Por meio da cultura, da política, do resgate da criatividade, da ação dos grupos e frações de classes organizados, dos sindicatos, uma nova conformação de forças sociais na periferia poderia concorrer para que a condição de dependência, subordinação e subdesenvolvimento fosse ultrapassada.

Tornando-se comum no jargão econômico, a concepção centro e periferia, oriunda da abordagem cepalina, recrudesceria e se tornaria a base a partir da qual diferentes análises acerca do subdesenvolvimento capitalista despontariam no espaço acadêmico. Independente

do nível de abstração da análise, esse par de conceitos guardava, desde sua origem e popularização com os textos da Cepal, um grau de homogeneização que acabava por negligenciar aspectos e características peculiares a cada formação social, apesar do cuidado expresso por Furtado nesse sentido. Isso permitia o tratamento e a análise dos países ricos ou pobres, industrializados ou não, desenvolvidos ou subdesenvolvidos, centrais ou periféricos, como dois grandes blocos de economias nacionais que padeciam dos mesmos problemas e cujas soluções poderiam ser empregadas de modo genérico.

Portanto, apesar de a ideia em torno da estrutura analítica centro-periferia encontrar reciprocidade concreta na conformação de uma polarização econômica dos países com base nos níveis de vida apresentados por suas massas populares, e no maior ou menor avanço das suas forças produtivas e das suas relações de produção, não se pode negar ter havido certa reificação dos termos centro e periferia, pois de unidade de análise e ponto de partida teórico transformaram-se, cada qual, em constructos que se pretendiam reais, com organização social e estruturas comuns, desconsiderando-se o fato de agruparem países heterogêneos, com particulares histórias de formação social.

A partir daí, as forças condicionantes do atraso e do subdesenvolvimento passavam a ser tratadas como problema de políticas econômicas equivocadas, ou da ausência delas, às vezes como resultado de características antropológicas, ou mesmo da carência de criatividade e da falta de espírito empresarial da população, retirando-se, desse modo, a força que repousa no argumento do subdesenvolvimento enquanto resultado das contradições e conflitos que constituem a própria forma de ser da expansão mundial do capitalismo, e cujas causas devem ser buscadas e entendidas com base nos conflitos diários entre as classes sociais. Ambas as perspectivas seriam posteriormente exploradas por diferentes autores e escolas do pensamento econômico.

III

TROCA DESIGUAL ENTRE O CENTRO E A PERIFERIA

1. Aspectos introdutórios

Como analisado no capítulo anterior deste trabalho, durante as três décadas que se seguiram ao fim da Segunda Grande Guerra, os debates na arena acadêmica e política giravam preponderantemente em torno da problemática do desenvolvimento econômico. Ao mesmo tempo que diferentes aspectos eram apontados como entraves para o crescimento econômico das regiões atrasadas do globo e uma variada gama de modelos matemáticos indicava possíveis soluções para o subdesenvolvimento, discutia-se, por outro lado, a possibilidade, ou não, de superação do subdesenvolvimento dentro dos marcos do modo de produção dominante no ocidente.

Nesta última vertente, um intenso debate crítico que envolvia a temática do sistema mundial capitalista e a forma contraditória e desigual de seu desenvolvimento tomou forma. Partindo da perspectiva do subdesenvolvimento, a ideia em torno do desenvolvimento desigual das forças produtivas mundiais, que se refletia no imenso abismo que separava o padrão de vida das classes populares, trazia novamente à tona expressões como imperialismo, dominação, desigualdade das trocas, dependência, que, por sua

vez, refletiam o antagonismo de interesses que se estabelecia no intercâmbio de mercadorias e serviços entre as nações.

O fato que, de modo geral, percebiam era que o desenvolvimento do capitalismo, em vez de eliminar, parecia ampliar as desigualdades econômicas e sociais entre os países. Apesar da aceleração do crescimento econômico apresentada pelas nações desenvolvidas no período subsequente à Segunda Guerra, muitos teóricos da economia política notavam que as classes proletárias do mundo não se integravam de forma homogênea às novas relações de produção capitalistas, algumas não chegando sequer a se integrar a esse sistema em escala mundial.

Buscando um referencial teórico e um método nos quais se apoiar, autores como Baran, Sweezy, Mandel, Frank e Bettelheim, entre outros, retomavam um argumento que, já estando presente em Marx e tendo sido explorado pelos primeiros teóricos do imperialismo, tratava o capitalismo enquanto totalidade, ou seja, como sistema mundial. Assim, apesar das peculiaridades inerentes a cada uma das abordagens, esses teóricos propunham uma descrição do todo, ou uma narrativa que contemplasse a análise histórica da fundação das bases materiais, políticas e ideológicas que continuavam garantindo a dominação imperialista do mundo por parte de algumas nações capitalistas. De uma forma ou de outra, essas diferentes abordagens críticas que surgiram nesse momento expressavam a preocupação em analisar e entender o desenvolvimento, a sedimentação e a perpetuação de um sistema mundial que, ao que tudo indicava, garantia a existência de um tipo específico de capitalismo, nas palavras de Amin (1972, p. 167), um "capitalismo periférico", cuja estrutura deveria ser apreendida se a intenção fosse a de compreender o subdesenvolvimento.

Nesse sentido, a ideia tradicional do subdesenvolvimento como ausência de desenvolvimento, ou de uma etapa retardatária do processo de desenvolvimento, começava a ser vista com bastante desconfiança. Novas perspectivas despontavam na análise econômica

do subdesenvolvimento, as quais, em tom de crítica, pretendiam denunciá-lo como processo portador de uma dinâmica própria, específica, estrutural e historicamente construída. O subdesenvolvimento, sob essa nova perspectiva, estava condicionado à forma como determinada região havia sido inserida no sistema capitalista mundial. Ademais, fortalecia-se a crença de um efeito conjugado entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, a partir do qual o segundo passava a ser tratado como resultado necessário do primeiro.

Para Mandel (2005), o que emergiu após a Grande Depressão e a Segunda Guerra foi uma sociedade que se mostrava, simultaneamente, mais próspera e mais explosiva do que antes, afinal, as empresas se libertavam, em parte, do controle direto dos bancos, dados os novos mecanismos de autofinanciamento, mas, em contrapartida, deparavam-se com um cenário muito mais vulnerável ao risco, dadas a diminuição do tempo dos ciclos do capital fixo e a própria capacidade fenomenal de se produzir excedentes. A melhor denominação para aquele período, segundo ele, era a de neocapitalismo, não como oposição ao capitalismo monopolista que o antecedera, mas sim pelo fato de a sociedade preservar todos os elementos do capitalismo clássico, introduzindo novos e potencializados arranjos imperialistas e monopolistas:

> Podemos definir neocapitalismo como o mais recente estágio no desenvolvimento do capitalismo monopolista, em que a combinação de diversos fatores – acelerada inovação tecnológica, permanente guerra econômica, revolução na expansão colonial – transferiu a principal fonte de lucros de monopólio excedentes dos países coloniais para os próprios países imperialistas e fez as gigantes corporações tanto mais independentes quanto vulneráveis (MANDEL, 2005, tradução nossa).

Com o neocapitalismo, mesmo o Estado se tornou, de forma muito mais direta do que fora na fase imperialista à época de Lenin e Hilfer-

ding, um instrumento para subsidiar os grandes negócios e garantir os lucros às fortíssimas corporações monopolistas.

No interesse da questão-chave de nosso trabalho, convém destacar a contribuição de um autor que, de modo especial e pioneiro, à luz do pensamento de Marx, retomou a análise da economia mundial sob o ponto de vista dos países subdesenvolvidos, alertando que a dinâmica de exploração e sangria do excedente econômico por meio do comércio e da invasão do capital estrangeiro nesses países, ao invés de acelerar, provocava sim o efeito de retardar, ou mesmo bloquear, a transição industrial daquelas economias. Afinal, denunciava que uma poderosa coalizão política e social entre os capitalistas monopolistas estrangeiros, a burguesia mercantil nacional, os proprietários rurais e os produtores nativos de produtos primários para a exportação impedia o progresso econômico dessas regiões, enquanto mantinha a subserviência dos governos locais e a continuidade do processo de exploração, domínio imperialista e dependência desses países.

Referimo-nos a Paul Baran, para quem era difícil decidir se o pior para o desenvolvimento dos países pobres era a simples remoção dos seus excedentes pelo capital estrangeiro ou o reinvestimento deste na economia local. Para esse autor, o passado colonial de autêntica exploração determinava, em grande parte, a condição do subdesenvolvimento. Sua contribuição, durante as décadas de 1950 e 1960, foi fundamental para a retomada do debate que se instaurava acerca da relação entre o desenvolvimento do capitalismo e o subdesenvolvimento das nações.

Dada a sua análise de conjunto, que toma a problemática do desenvolvimento econômico do capitalismo a partir de uma perspectiva histórica totalizante, pode-se afirmar que Baran influenciou os dois principais debates que se travariam entre autores marxistas, e destes com pensadores de outras matrizes intelectuais, nos anos 1960 e 1970, quais sejam os debates sobre a troca desigual e sobre a dependência. Se, no primeiro caso, serviu principalmente como pano de

fundo para as discussões, haja vista sua análise histórico-estrutural do capitalismo depositar maior peso na análise do balanço de pagamentos como um todo, especialmente em sua crítica à repatriação dos lucros, do que particularmente na desigualdade das trocas e na tendência à deterioração dos termos de intercâmbio, para a análise da dependência, ele representou influência decisiva. Tanto que, "olhando para frente, ele [o pensamento de Baran] inspirou diretamente Frank, o pai da dependência, sendo Baran o avô, e Prebisch, o avô-torto" (BROLIN, 2007, p. 240, tradução nossa)[112]. Mas, ainda que não se possa afirmar que Baran tenha inspirado diretamente o precursor da teoria da troca desigual, Arghiri Emmanuel, deve-se ter em conta que ele exerceu grande influência sobre o professor de Emmanuel, Charles Bettelheim, o qual travou profícuo debate com seu aluno.

Assim, torna-se essencial conhecer um pouco mais da análise empreendida por Baran, haja vista a vasta influência exercida sobre os autores envolvidos em ambos os debates que deterão nossa atenção neste e no próximo capítulo deste trabalho. Além de salientar os principais elementos de seu pensamento, buscaremos evidenciar a impressão que o pensador ucraniano guardava acerca da polarização da economia mundial em um centro muito rico e industrializado e uma periferia pobre, agrária, colonial e que apresentava, caso fosse preservado o modo capitalista de produção, uma enorme tendência a reproduzir de forma dinâmica a sua condição subdesenvolvida e atrasada.

A história do desenvolvimento do subdesenvolvimento: a herança de Paul Baran

Segundo Baran (1986, p. 40), "um sistema econômico e social baseado numa ordem de planejamento integral da economia pode funcionar, crescer e suportar as mais duras provas históricas", pres-

112. Looking ahead it directly inspired Frank, the father of dependence if Baran was its grandfather and Prebisch its step-grandfather.

cindindo da empresa privada e da propriedade privada dos meios de produção. Defendendo o socialismo no prefácio de uma de suas obras, em 1956, ano em que Nikita Khrushchov apresentaria seu *discurso secreto* contra Stalin, Baran advertia para o equívoco de se desacreditar no socialismo com base, especificamente, na experiência soviética, cuja evolução havia sido condicionada por aspectos históricos, políticos e estruturais bastante peculiares.

Para ele, o capitalismo, sim, era inerente e economicamente instável, além de se mostrar um modo de produção que padece de forte tendência à estagnação, crise e subutilização de recursos naturais e humanos. Desagregador e decadente, levava ignorância e miséria às áreas dependentes e coloniais do mundo. O caminho para a saída da pobreza e do subdesenvolvimento apontava numa só direção, o socialismo. Afinal, o excedente econômico planejado, um dos conceitos de excedente utilizados pelo autor e que se refere à diferença entre a produção e o consumo planejados numa sociedade socialista, resulta de uma orientação da razão e da ciência, bem diferente, portanto, das irracionais motivações pelo lucro, pelas vontades individuais e pela distorcida distribuição de renda que orientam a produção na economia burguesa.

Além disso, a penetração das potências ocidentais nessas áreas atrasadas e coloniais, num autêntico movimento imperialista capitalista, em vez de "levar as bênçãos da civilização ocidental" e ampliar os benefícios e melhorias do *laissez-faire* para todos os povos da terra, resultava, de fato, em "impiedosa exploração das nações subjugadas" (BARAN, 1986, p. 39). Grande amigo de Paul Sweezy, cuja obra considerava uma das contribuições mais brilhantes da história intelectual dos Estados Unidos do pós-guerra, interlocutor e colega de autores e políticos como Rudolf Hilferding, Charles Bettelheim, Maurice Dobb, Leo Huberman, Harry Magdoff, Michal Kalecki, Oskar Lange, Joan Robinson, Fidel Castro e Ernesto "Che" Guevara, para Szmrecsányi (1986, p. 7), os trabalhos de Paul Baran

contribuíram significativamente para renovar o pensamento econômico marxista. Amin (1972, p. 70) não tardou em reconhecer a influência de Baran e Sweezy em sua obra, além de considerar que ambos tiveram o grande mérito de aprofundar a investigação marxista sobre as relações internacionais num cenário no qual ainda persistia um autêntico capitalismo imperialista.

A contribuição de Baran para o pensamento econômico e para as discussões acadêmicas de meados do século XX derivava da própria história intelectual e política dele, que, já na juventude, quando vivia na cidade alemã de Dresden, juntou-se ao Partido Comunista Alemão. Ao retornar à União Soviética, foi estudar no Instituto Plekhanov de Economia, da Universidade de Moscou, onde foi aluno de Eugeny Preobrazhensky. De volta à Alemanha, prosseguiria seus estudos de graduação em Economia com o professor polonês socialista Henryk Grossman, no Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, reconhecido como um dos mais importantes centros de pensamento marxista da Alemanha, o qual exerceria "profunda e duradoura influência intelectual e ideológica sobre Paul Baran" (SZMRECSÁNYI, 1986, p. 7).

Trabalhando temáticas tais como marxismo, capital monopolista, planificação econômica, socialismo e imperialismo, buscando integrá-las à economia política do desenvolvimento, Baran afirmava que o grau de desenvolvimento de um país está ligado ao nível de desenvolvimento das forças produtivas internas e, portanto, não era uma questão que se pudesse tratar como resultado fortuito, acidental ou resultante de algumas características sociais peculiares aos diferentes povos, mas sim da forma como o capital comercial e industrial invadiu essas regiões coloniais e do estágio de desenvolvimento em que se encontravam quando passaram a ser regidas pela lógica da acumulação burguesa. Portanto, era imprescindível conhecer o tipo de formação pré-capitalista, o modo de produção e a ordem política e social a partir dos quais evoluiu o capitalismo nessas regiões.

Quando Baran esteve na Inglaterra, nos anos 1930, o debate girava predominantemente em torno da questão da Índia e da chamada sangria que o capitalismo britânico realizava naquela região. A transferência de excedente econômico dos países subdesenvolvidos para os desenvolvidos, no caso específico, da Índia para a Inglaterra, parecia, em grande parcela, responsável pela condição de subdesenvolvimento do primeiro. Segundo Brolin (2007, p. 218), essa "teoria da drenagem", numa denominação autoexplicativa, pode ser considerada uma precursora tanto da teoria da troca desigual quanto da dependência, caso em que Baran teria sido o principal responsável por fazer a ligação teórica entre ambas.

Baran identifica as raízes do subdesenvolvimento capitalista e, por conseguinte, a polarização desse sistema em duas realidades contrastantes, um polo avançado e outro atrasado, com a própria forma de expansão desse modo de produção, especialmente em virtude de seu caráter imperialista e monopolista. Ligando a condição periférica do capitalismo ao passado de exploração, pilhagem colonial e saque em forma de comércio, Baran (1986, p. 131-152) estabelece forte correlação entre as antigas colônias de exploração e o estado de subdesenvolvimento capitalista.

Num esforço comparativo, acreditava que o fato determinante era a estrutura local com a qual se deparavam os empreendedores capitalistas ao chegarem a uma nova região. Assim, nos Estados Unidos, na Austrália e na Nova Zelândia, eles não encontraram a resistência de uma estrutura pré-capitalista profundamente já enraizada, do tipo feudal, por exemplo, com segmentos de classes sociais econômica, política e fortemente articuladas, cada qual ao seu modo, nem bastante arraigada a uma cultura ou religião antiga, que poderiam garantir hábitos e modo de vida de uma sociedade já plenamente estabelecida. Além do que, os desbravadores capitalistas contavam com condições climáticas e geográficas favoráveis à permanência perene nessas terras novas, onde aca-

bavam por se estabelecer, explorar e desenvolver plenamente as forças e recursos produtivos.

Por outro lado, o objetivo do empreendimento mudava consideravelmente em um quadro adverso, como o foi em partes do Oriente e da África, onde a técnica de extração de elevados e rápidos lucros por meio da mais agressiva exploração comercial significou uma sangria de enormes riquezas com destino à Europa.

> Essa transfusão e os métodos pelos quais se efetuou tiveram, talvez, maior impacto sobre os países "doadores", pois afetaram violentamente todo o seu desenvolvimento e influíram, decisivamente, sobre a posterior evolução destes (BARAN, 1986, p. 138).

Segundo Baran, ao destruir rápida e violentamente a estrutura pré-capitalista com a qual se deparavam, as forças de acumulação de capital solaparam a sociedade rural das terras invadidas, base de sua autossuficiência material. Terras foram apropriadas, e camponeses, transformados em trabalhadores paupérrimos para as fazendas que se dedicavam aos empreendimentos estrangeiros. O artesanato rural e a tênue manufatura local foram expostos à destruidora concorrência das exportações industriais.

Assim, pode-se afirmar que a grande contribuição de Baran aos teóricos que o sucederam foi a atenção analítica dada às forças que moldaram o mundo subdesenvolvido no momento de seu ingresso ao sistema capitalista mundial. Desse momento, resistiram elementos, características e consequências que ainda prevalecem na estrutura econômica, social e política desses países. As transformações ali processadas acabaram por determinar os rumos do subdesenvolvimento dessas regiões.

> O modo pelo qual o capitalismo se inseriu no processo histórico de desenvolvimento das nações subdesenvolvidas

> impediu a materialização do que denominamos de condições "clássicas" do crescimento (BARAN, 1986, p. 153).

Definindo o "crescimento, ou desenvolvimento, econômico como aumento, ao longo do tempo, da produção *per capita* de bens materiais", Baran (1986, p. 47) complementa, baseando-se em Marx, que o ritmo e a direção desse desenvolvimento, em dado momento, dependem da magnitude e da forma como o excedente econômico é utilizado. E essa utilização, por sua vez, depende do grau de desenvolvimento das forças produtivas, das relações de produção que a elas correspondem e da forma de apropriação desse excedente pelas classes sociais, pensamento esse que, como veremos, influenciará vários autores posteriores.

Não obstante considerar que o modelo competitivo de capitalismo há muito havia se tornado obsoleto e que a fase vigente naquele momento histórico indicasse o seu caráter plenamente monopolista, Baran enumera as citadas condições "clássicas" – pois derivadas dos economistas clássicos – para se detonar o processo de desenvolvimento: maximização do excedente econômico; frugalidade do consumo, de modo que a população consuma somente o essencial; utilização produtiva do excedente, ou seja, o direcionamento do investimento para o empreendedor capitalista com o fito de acelerar o processo de acumulação; preocupação constante com a existência de novas áreas para investimento produtivo, entre outras.

Tomando-se por base tais condições, Baran afirmava que a distinção decisiva entre os países subdesenvolvidos e os desenvolvidos estava muito mais no modo de utilização do excedente econômico do que na maximização deste e na frugalidade da população trabalhadora, população essa que, segundo ele, já vivia no limite da subsistência. E o problema da utilização do excedente nas economias subdesenvolvidas estava fortemente relacionado com o setor econômico que nelas preponderava. Sobre essa questão, ele assim se manifesta: "O fenômeno típico das economias atrasadas, se não

é uma de suas características definidoras, é o fato da maioria da população depender da agricultura" (BARAN, 1986, p. 154).

Portanto, há em Baran um dualismo agricultura-indústria que se revela em sua análise acerca da dicotomia centro-periferia, haja vista a diferença do dinamismo peculiar de cada um desses setores de atividade econômica. Ele afirmava que o setor agrícola não criava as condições necessárias para desencadear um processo dinâmico de crescimento, autossustentado e capaz de expandir o mercado interno. E os motivos que levavam à subutilização do excedente econômico nas economias nas quais predominavam as atividades agrárias e extrativas eram vários, entre os quais destacava: o tamanho limitado das propriedades camponesas, o que dificultava a mecanização e o aumento da produtividade; o sistema de propriedade da terra, que levava à apropriação de considerável parcela do excedente por parte de latifundiários, rentistas e pelo Governo; a restrição ao aperfeiçoamento da produção, o que ocorria tanto em virtude do elevado custo dos equipamentos importados como da própria opção de se empregar os lucros na aquisição de novas terras; a instabilidade e a acentuada flutuação dos preços dos produtos agrícolas no mercado mundial, o que elevava o grau de risco dos investimentos; bem como a retenção de considerável parcela do excedente, por parte da aristocracia rural, com o exclusivo fito de manter hábitos de consumo (BARAN, 1986).

Somavam-se a esses impedimentos outros fatores extrínsecos ao próprio setor, entre eles as estruturas da produção e da circulação nas sociedades subdesenvolvidas, as quais favoreciam o crescimento de uma burguesia mercantil que bloqueava a transição do capitalismo mercantil para o industrial, ao criar uma excessiva intermediação comercial e retardar a expansão do setor industrial. Faltava, pois, aos países subdesenvolvidos a deflagração de uma dinâmica própria, característica da produção industrial. Em suma, às formas específicas de invasão econômica e de colonização capitalista so-

mava-se a estrutura instalada nesses países periféricos, a qual privilegiava a atividade primária a serviço dos colonizadores.

Por isso, em lugar do círculo virtuoso do investimento industrial que gera novos investimentos, desenvolvia-se, nos países atrasados, o círculo vicioso alimentado pela ausência desse tipo de investimento. Preso entre uma burguesia mercantil que lucrava na esfera da circulação e uma burguesia industrial estrangeira que direcionava grande parte dos lucros para fora das fronteiras nacionais, o desenvolvimento industrial interno, que poderia significar a transição para um estágio superior do capitalismo, não dinamizava a economia, colocando-a, consequentemente, refém do capital monopolístico e condenando-a ao envelhecimento e decadência precoces.

O descompasso interno entre o processo de produção e o de acumulação refletia-se diretamente na renda nacional, bem como em sua distribuição. Por isso, definia a renda *per capita* como variável capaz de medir o subdesenvolvimento e o atraso: "O que caracteriza todo país subdesenvolvido, o que na realidade responde pela sua classificação como subdesenvolvido, é a exiguidade de seu produto social *per capita*" (BARAN, 1986, p. 132). Apesar de reconhecer os limites e a dificuldade de se estabelecer comparações entre rendas nacionais de diferentes países, considerava que a relação da renda com a população sinalizava a condição de vida prevalecente numa sociedade.

Acerca da possibilidade de se transitar do sub para o desenvolvimento, a impressão de Baran é a de que qualquer aspiração universal de crescimento, desenvolvimento e progresso econômicos torna-se um movimento subversivo, a partir do momento em que busca alterar o atual estádio da ordem econômica e do domínio mundial. Quaisquer movimentos ou ações nesse sentido, por parte dos países subdesenvolvidos, jamais serão estimulados; ao contrário, tratarão de ser "subornados, bloqueados e, se possível, aniquilados" de modo a manter o *status quo* do sistema capitalista mundial.

> O fundamental é que o desenvolvimento econômico das nações subdesenvolvidas é profundamente contrário aos interesses dominantes dos países capitalistas adiantados. O mundo subdesenvolvido sempre representou o "interior" indispensável ao Ocidente capitalista altamente desenvolvido, pois as nações que fazem parte desse mundo suprem os países industrializados de muitas matérias-primas importantes e proporcionam à grandes empresas enormes lucros e áreas para investimentos. [...] por isso [os países industrializados] se opõem à industrialização dos chamados "países fontes" (BARAN, 1986, p. 137).

Não obstante, as áreas atrasadas, subdesenvolvidas, países fontes, dependentes, coloniais ou semicoloniais de Baran (1986, p. 222) estavam "intimamente ligadas" aos países adiantados. O domínio completo do capital monopolista e do imperialismo no centro representava apenas uma parte do problema global do capitalismo, cuja outra parte era o atraso econômico e social da periferia. Sem alternativas de saída dentro dos marcos do capitalismo, a solução para tal problema, que permitiria aos povos subdesenvolvidos se livrar da pobreza e da estagnação, seria a transformação dos países adiantados ocidentais em sociedades socialistas, o que significaria "progresso econômico social e cultural sem precedentes", tanto para sua própria população quanto para os habitantes dos países subdesenvolvidos. Mas, ainda que essa não fosse a via histórica dos acontecimentos, Baran nutria a mesma impressão de Sweezy[113], isto é, a de que estava em marcha naquele momento – meados do século XX –, nos países atrasados, um processo de transição ao socialismo, ainda que a contragosto das nações economicamente desenvolvidas e apesar de sua declarada resistência.

113. Em 1950, abrindo sua crítica ao trabalho de Maurice Dobb acerca da transição do feudalismo para o capitalismo, Sweezy assim justificava a importância e oportunidade daquele debate: "Vivemos no período de transição do capitalismo para o socialismo, fato que empresta particular interesse aos estudos das transições anteriores de um sistema social para outro" (SWEEZY, 1977, p. 39).

Em suma, há uma forte influência teórica e metodológica da perspectiva de Baran sobre diversos autores da economia política. Apesar de ratificar o corte dicotômico entre indústria e agricultura em seu entendimento sobre o subdesenvolvimento, aspecto já presente entre autores do imperialismo, e parte dos estruturalistas, e que o deixou refém da análise do círculo virtuoso do crescimento nos países industriais contra o círculo vicioso observado nos países essencialmente agrários, Baran inseriu novos e instigantes aspectos no debate sobre a relação centro e periferia: a economia mundial como unidade de análise e a necessidade de se apreender a interdependência dinâmica entre os processos de desenvolvimento e subdesenvolvimento; a sangria do excedente econômico dos países atrasados realizada em favor dos grandes centros industrializados por meio do comércio mundial; a percepção da dificuldade de se implementar o progresso tecnológico e o desenvolvimento industrial da periferia dada a existência de uma elite dominante local cujos interesses econômicos e políticos se alinhavam aos do grande capital internacional; a relevância do conhecimento histórico prévio sobre o passado de formação pré-capitalista, bem como o modo de produção e a ordem política e social a partir dos quais se instalou o capitalismo nessas regiões; enfim, considerações que se fariam presentes em algumas análises posteriores, vindas de autores marxistas ou não, entre teóricos da troca desigual ou da dependência.

Sobre a expressão "troca desigual"

A década de 1960 foi, especialmente, um período no qual grande parte das preocupações dos economistas se voltou para a questão das desigualdades, seja no que se refere ao comércio internacional, seja quanto ao desenvolvimento econômico de um modo geral. Segundo Palloix (1972), tal interesse, destacado principalmente entre os economistas marxistas, e em seu caso particularmente os marxistas

franceses, ressurgia como proposição dentro das teorias do imperialismo. Mas, apesar de os economistas envolvidos no debate buscarem aporte teórico nas teses de Marx, como são os casos de Henri Denis, Arghiri Emmanuel, Charles Bettelheim, Samir Amin e o próprio Palloix, as diferenças de abordagem sobre a questão da desigualdade das trocas no sistema capitalista mundial eram de grande monta.

Para Emmanuel (1972a, p. 1), em comum restava apenas a consciência recíproca de serem "os pobres do mundo" ou "os ricos do mundo", a qual já se fazia sentir, respectivamente, entre os povos dos países subdesenvolvidos e os dos países desenvolvidos. Para ele, mesmo antes da Segunda Grande Guerra o fenômeno de um intercâmbio desigual já era conhecido, mas naquele momento, início da década de 1960, essa noção universalizara-se e alcançara o "primeiro plano das preocupações tanto científicas como políticas, do mundo contemporâneo".

Interessante notar que uma parte dos autores que se debruçaram sobre o tema das trocas internacionais, especialmente aqueles que apresentavam uma perspectiva crítica em relação à ideologia dominante na economia política e, de modo mais enfático, os economistas de linhagem marxista, frequentemente colocava a expressão troca desigual entre aspas, a exemplo de Bettelheim, Palloix e por vezes Emmanuel, Amin e Frank. A impressão que tal artifício deixa é a de certa dúvida, às vezes de ironia por parte do autor ou mesmo de uma utilização da expressão em sentido figurado, talvez como inverídica, suspeita ou portadora de sua própria negação, isto é, com a intenção desvelada de expressar o oposto do que, de fato, exprime. Esse fato requer uma atenção especial de nossa parte para que possíveis dúvidas ou confusões sejam eliminadas.

De partida, pode-se garantir que os entendimentos teórico, empírico e ideológico dessa expressão, mesmo se tratando de autores que se basearam na teoria do valor de Marx, diferem de autor para autor. Para alguns, veremos que o termo é considerado um artifício ideo-

lógico, pois a partir de uma desigualdade imanente, marca indelével do modo de produção capitalista, expressar-se em termos de uma troca desigual pressupõe a existência de uma possível igualdade das trocas dentro dos marcos do capitalismo. Para outros, como veremos em Emmanuel, é possível, sim, usar a expressão troca desigual no sistema capitalista, desde que se admita a existência de dois tipos de intercâmbio desigual: um em sentido amplo, e outro, restrito. Há também quem considere a expressão válida apenas para a esfera da circulação, no trato mercantil, não sendo possível admiti-la no terreno da produção de valor na sociedade burguesa. Mandel (2008), por exemplo, considerava que o comércio entre países industrialmente avançados e atrasados se baseava exclusivamente na desigualdade das trocas e na transferência de valor dos últimos para os primeiros.

Após a década de 1970, alguns autores começaram a diferenciar as expressões "troca desigual" e "intercâmbio desigual". Utilizava-se a primeira para se referir aos casos em que a troca se efetivava a despeito da diferença entre preço e valor, em outras palavras, nos casos em que o preço de venda não correspondia ao valor da mercadoria, enquanto intercâmbio desigual era reservado para se referir às perdas e aos ganhos no comércio mundial em virtude de desníveis tecnológicos (BORGES NETO, 2011, p. 92). Assim, convém explorar um pouco mais o assunto, sem alongá-lo por demais.

É conveniente abrir esta análise destacando que, em geral, todos aqueles que, de uma forma ou outra, se preocuparam com a existência de uma desigualdade no intercâmbio de mercadorias e serviços no sistema capitalista mundial, grosso modo, referiam-se às perdas que a maioria dos países sofria no comércio mundial quando estabelecia trocas com outros países que apresentavam nível tecnológico da produção e, por extensão, produtividade do trabalho superiores. Assim, num balanço de perdas e ganhos, mantendo-se dentro da teoria do valor trabalho, o comércio mundial servia de mecanismo para que a maior parte da humanida-

de trocasse mais trabalho por menos trabalho, o que reforçava a impressão de que o elevado grau de desenvolvimento de alguns poucos países era alcançado em detrimento do profundo estado de subdesenvolvimento dos demais participantes da troca.

Portanto, em geral, o termo refere-se ao intercâmbio entre países com destacada diferença de nível tecnológico e de inserção do progresso técnico na produção nacional em geral, em outras palavras, ao comércio entre o centro e a periferia. E é com esse tipo de desigualdade de intercâmbio que nos preocuparemos ao longo deste capítulo, dado o propósito maior de nosso trabalho. Em virtude da base teórica e metodológica predominantemente marxista sobre a qual se desenvolveu a chamada teoria da troca desigual, antes de avançarmos convém analisar a expressão "troca desigual" à luz do pensamento de Marx.

Marx afirmava que, para todo aquele que tem uma mercadoria e deseja participar de uma troca, "toda mercadoria alheia funciona como equivalente particular de sua mercadoria" (MARX, 1983a, p. 80). Assim, estendendo o raciocínio ao sistema capitalista e tomando-se de empréstimo a abordagem marxista do valor, toda troca é, aparentemente, entre equivalentes, uma vez que a troca se efetua somente quando ambas as partes creem estarem trocando produtos que se equivalem em valor.

Mas, apesar de o valor de uma mercadoria ser determinado pela quantidade de "substância constituidora de valor" (MARX, 1983a, p. 47) que ela possui, isto é, de trabalho humano abstrato despendido em sua produção, *quantum* esse que é medido em termos de tempo socialmente necessário de trabalho, na relação de troca de mercadorias o valor de troca se desprende do valor e torna-se independente dele. Assim, a *forma valor*, o valor de troca, bem como seus desenvolvimentos posteriores, até a *forma dinheiro*, acaba por ocultar, na relação de troca das mercadorias, no espaço mercantil, o *valor* imanente da mercadoria.

Para Marx (1983a, p. 87), "não é por causa do dinheiro que todas as mercadorias se tornam comensuráveis", mas por serem, enquanto valores, trabalho humano objetivado. É isso que permite à sociedade convencionar e eleger uma mercadoria como sendo a medida comum de valor; no caso do desdobramento completo das trocas, tal mercadoria toma a forma do dinheiro. É justamente pelo fato de todas as mercadorias possuírem um valor imanente, tempo de trabalho humano abstrato, que elas podem manifestar-se sob a forma dinheiro como medida de valor. Em outras palavras, a representação de sua quantidade constituidora de valor, tempo de trabalho, ou sua exteriorização, se dá pela forma aparente do dinheiro.

Mas, como o dinheiro também é mercadoria, ele somente pode expressar seu valor relativamente em termos de outra mercadoria. E o preço, "denominação monetária do trabalho objetivado na mercadoria", será, simultaneamente, o expoente da grandeza de valor da mercadoria e o expoente da relação de troca da mercadoria com o dinheiro. Por isso, Marx afirma que a transformação da grandeza de valor imanente da mercadoria em preço é uma relação necessária para que ocorra a relação de troca de uma mercadoria com a mercadoria monetária que existe *exterior* a ela. Daí que o preço coincidir ou não com essa grandeza de valor contida na mercadoria será apenas um fato circunstancial que em nada alterará o hábito e a prática das trocas mercantis.

> A possibilidade de uma incongruência quantitativa entre o preço e a grandeza de valor ou da divergência entre o preço e a grandeza do valor é, portanto, inerente à própria forma preço. Isso não é um defeito dessa forma, mas torna-a ao contrário, a forma adequada a um modo de produção em que a regra somente pode impor-se como lei cega da média à falta de qualquer regra (MARX, 1983a, p. 92).

E acrescenta ainda,

> A forma preço, porém, não só admite a possibilidade de incongruência quantitativa entre grandeza de valor e preço, isto é, entre a grandeza de valor e sua própria expressão monetária, mas pode encerrar uma contradição qualitativa, de modo que o preço deixa de todo de ser expressão de valor, embora dinheiro seja apenas a forma valor das mercadorias (MARX, 1983a, p. 93).

Sendo a forma preço a representação do valor na esfera da circulação, ou no espaço mercantil, a sociedade burguesa se satisfaz assim, dando base de sustentação à ideologia da troca de produtos por seus equivalentes, da igualdade, da reciprocidade. Sobre isso, Marx assim se manifesta:

> É exatamente essa forma acabada – a forma dinheiro – do mundo das mercadorias que objetivamente vela, em vez de revelar, o caráter social dos trabalhos privados e, portanto, as relações sociais entre os produtores privados. [...] Tais formas constituem pois as categorias da economia burguesa. São formas de pensamento válidas e, portanto, objetivas para as condições de produção desse modo social de produção, historicamente determinado, a produção de mercadorias (MARX, 1983a, p. 73).

Sabe-se que no mercado, seja interno, seja o relativo ao intercâmbio mundial, as mercadorias não são trocadas pelos seus valores, mas pelos seus preços. Segundo Marx (1984a, p. 138), "o valor é apenas o centro de gravitação em torno do qual giram seus preços". Ao apresentar a transformação dos *valores* em *preços de produção*, Marx evidencia o fato de que na troca mercantil cada capitalista pode, ou não, apropriar-se da mais-valia produzida por seus trabalhadores, haja vista, na concorrência intercapitalista, a busca por uma taxa de lucro

médio conduzir ao fato de que capitais com composições orgânicas mais elevadas se apropriam de uma parcela da mais-valia gerada pelos trabalhadores dos setores, ou capitais, cuja composição orgânica encontra-se abaixo da média. Somente os capitais com composição orgânica média igualarão os valores aos preços de produção.

Nesse sentido, capitais cujas forças produtivas estejam mais desenvolvidas se apropriarão de parte do mais trabalho produzido pelos capitais cujas forças produtivas estejam em estágios preliminares. Esse mecanismo, por si só, já poderia ser apontado como uma primeira desigualdade das trocas, uma vez que vender uma mercadoria por um preço menor que seu valor seria, nesses termos, uma troca desigual, pois há uma transferência de valor do vendedor para o comprador, apesar de se tratar de procedimento ordinário e imanente ao desenvolvimento capitalista.

Mas, por sua vez, nem mesmo será, necessariamente, ao nível dos *preços de produção*, categoria teórica que representa o resultado da lei do valor quando esta opera concretamente no modo de produção mercantil do tipo capitalista plenamente desenvolvido, que as mercadorias serão trocadas, pois os desenvolvimentos teóricos de Marx prosseguem e outros importantes conceitos surgem, como os de *valor individual e de mercado*, *preço de mercado*, *superlucro* etc., com o objetivo de decifrar como a lei do valor vai ficando oculta no mundo das trocas, um mundo no qual várias forças sociais atuam simultaneamente e, dessa forma, tornam possível a transição entre o abstrato e o concreto, de modo que os conceitos se posicionem, ou se realizem, e o concreto, que é a realidade do modo capitalista de produção, seja a real representação fenomênica do processo de abstração.

Por isso, há que se distinguir entre o valor individual de uma mercadoria, ou o tempo de trabalho abstrato necessário para produzi-la, e um valor social para essa mercadoria, ou um tempo de trabalho abstrato socialmente necessário para produzi-la, um tempo que, em média, ou nas condições médias daquele setor, os produtores neces-

sitam. Como as proporções entre capital constante e variável se diferenciam de produtor para produtor, de ramo para ramo e de nação para nação, há a necessidade de se diferenciar o *valor de mercado*, ou *valor social*, daquele *valor individual* das mercadorias produzidas isoladamente por cada produtor particular. O valor de mercado torna-se, então, um valor médio das mercadorias produzidas em cada esfera, ou o valor da mercadoria produzida nas condições médias de cada um dos ramos, o que não impede o valor individual das mercadorias de estar abaixo, acima ou no mesmo nível do valor médio do mercado para aquele ramo.

Pela ótica do valor de mercado, o mesmo pode ser dito de outra forma. O valor de mercado poderá ser tanto o valor médio das mercadorias produzidas naquele ramo como poderá ser igual ao valor individual da mercadoria produzida em piores condições ou, ainda, igual ao valor da mercadoria produzida nas melhores condições. Do precedente, pode-se extrair adicionalmente que as empresas que apresentarem níveis de produtividade superiores, portanto acima das condições socialmente dominantes, produzirão, em igual tempo de trabalho, mesmo sem a necessidade da utilização de trabalho complexo, utilizando somente trabalho simples, mais valor e uma mais-valia superior à média.

Complementando: a depender das forças conjunturais da oferta e da procura sociais, o valor individual de algumas mercadorias poderá lhe garantir um superlucro, realizando uma parte extraordinária de mais-valia, porquanto acima daquela gerada em seu processo de produção, ou lhe custar a transferência de parte de sua mais-valia para outros capitais. Tudo isso sem levar em conta outras forças que, afetando a oferta e a procura, influirão na determinação dos valores e dos preços de mercado, tais como o grau de concentração e centralização do capital em cada ramo, mecanismos oriundos de forças políticas e institucionais etc., os quais podem garantir, para além dos preços de mercado, um preço de monopólio. Assim, os

preços vigentes no mercado serão os preços empíricos, que flutuam, em última instância, ao redor dos preços de produção.

Por isso, para Marx (1984a, p. 139),

> [...] o preço de produção é, ele mesmo, o centro em torno do qual giram os preços cotidianos de mercado e em relação ao qual eles se compensam dentro de determinados períodos.

Mas, na dimensão das trocas, na qual a economia burguesa procura assentar sua base teórica e ideológica, atuam a concorrência entre compradores, a procura e a oferta do mercado, as condições de monopólio, as taxas de lucro médio vigentes, enfim, uma série de variáveis que se encontram no espaço da circulação de mercadorias e da concorrência entre capitais e entre compradores. Tais variáveis dependem, entre outras razões, da maior ou menor mobilidade dos fatores de produção entre setores, ou mesmo entre países, como é o caso do mercado internacional, haja vista tal mobilidade alterar os custos e, por extensão, os preços desses fatores e serem fundamentais para que as desigualdades maiores e menores entre seus preços se equalizem. Em outras palavras, seria necessário que capital e mão de obra migrassem o mais rápido possível de uma esfera para outra, ou de um país para outro, para que os capitalistas pudessem extrair a máxima vantagem de uma conjuntura que, por exemplo, lhes permita uma taxa de lucro acima da média.

No espaço das trocas, o intercâmbio de mercadorias significa, portanto, uma transferência constante de trabalho excedente entre capitais, seja em âmbito nacional, seja internacional. Afinal, para Marx (1983b, p. 145-148), no mercado mundial, na ausência de uma média mundial de intensidade de trabalho que sirva de padrão para a medida de valor em tempo de trabalho, o que ocorre é o estabelecimento de uma escala das médias de cada país, de onde se extrai uma unidade média do trabalho universal. Assim, em alguns países,

onde os trabalhos são mais intensivos, potenciados, os trabalhadores conseguem criar mais valor e mais mais-valia num mesmo *quantum* de tempo de trabalho. O valor de mercado de cada mercadoria torna-se um valor internacional, em torno do qual os países trocarão suas mercadorias. Como as trocas de um mesmo produto, seja ele produzido por um país atrasado, seja por outro industrialmente avançado, se darão a um único preço, no momento do intercâmbio mundial, os capitais dos países mais produtivos, conseguirão trocar menos trabalho por mais trabalho, por extensão, menos valor por mais valor, apropriando-se de mais-valia produzida pelos trabalhadores dos países atrasados. Uma troca desigual?

Seguindo o entendimento de Mandel, não há equalização da taxa de lucro no mercado mundial capitalista devido à considerável imobilidade internacional dos fatores trabalho e capital.

> O comércio entre países industrializados e subdesenvolvidos não se baseia numa troca igual de valores, mas sim numa constante transferência de valores (lucros excedentes) do país subdesenvolvido para o industrial, exatamente da mesma forma que, no mercado nacional de um país capitalista, as trocas entre firmas transferem lucros excedentes para aquelas que detêm algum poder de monopólio sobre *know-how* técnico (e por isso produzem num nível de produtividade acima da média nacional)[114] (MANDEL, 2007, p. 4, tradução nossa).

Além disso, como há apenas um preço pelo qual a mercadoria é transacionada, preço esse que é uma média dos preços de pro-

114. Trade between industrialized and underdeveloped countries at "world market prices" is not based on an equal exchange of value, but on a constant transfer of value (surplus profit) from the underdeveloped to the industrial countries, exactly in the same way as exchanges between firms some of which enjoy monopolies of technical know-how (and so produce at a level of productivity above the national average) transfer surplus profits to those firms on the national market of a capitalist country (MANDEL, 2007, p. 4)

dução daquele item entre os países avançados e os atrasados, os preços tenderão a garantir uma troca desigual. Os capitalistas dos países industrializados buscarão, de início, que os preços dos manufaturados exportados fiquem acima do preço de produção prevalecente nesses países e que os produtos primários sejam importados por esses países a preços inferiores aos preços de produção neles prevalecentes. Extraindo vantagens da divisão internacional do trabalho, o resultado será uma constante troca de quantidades desiguais de trabalho que garantam um sobrelucro aos produtores dos países industrializados.

Sobre essa questão da diferença de valor devida ao nível tecnológico, Marx assim se manifesta:

> Pois mesmo se valor da força de trabalho, duração da jornada de trabalho e grau de exploração do trabalho (taxa de mais valia) fossem equalizados em todos os lugares, mesmo assim as massas de mais-valia contidas nos valores das diferentes espécies de mercadorias seriam desiguais, conforme a diferente composição orgânica dos capitais adiantados para sua produção (MARX, 1984b, p. 32).

Isso significava que, para Marx, a concorrência capitalista, a partir da qual se estabelece uma taxa de lucro médio, trataria de transferir parcelas de mais-valia de capitais mais intensivos para aqueles menos intensivos em trabalho, dos capitais de menor para os de maior composição orgânica, daqueles com maior para os de menor teor tecnológico, pois a massa de mercadorias gerada em uma hora de trabalho mais intensivo é maior do que a gerada em uma hora de trabalho realizado sob condições técnicas mais rudimentares. Daí a razão da desigualdade entre as massas de mais-valia contidas nos valores das diferentes espécies de mercadorias produzidas em países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Lembrando ainda que, para Marx, não era a quantidade de trabalho realmente objetivado

na mercadoria que determinava seu valor, mas sim a quantidade de trabalho vivo necessária para produzi-la, pois cada nova invenção tecnológica que permitisse reduzir o tempo de trabalho necessário baixaria o valor tanto da mercadoria produzida sob as condições técnicas mais produtivas quanto daquelas produzidas anteriormente à invenção e que aguardam em estoque.

Por isso, Brown (1978, p. 214) também relaciona a expressão troca desigual com a quantidade de trabalho direto cristalizada nos diferentes bens cambiados no mercado mundial. Esse autor afirma que a troca desigual é apenas uma das formas de desigualdade que marca as relações econômicas entre as nações. Para ele, um país rico, seja em um recurso abundante, seja em meios indiretos de produção, pode obter mais trabalho direto e assim, no momento da troca, entregar menos bens do que um país pobre, de modo que "a riqueza e a pobreza tornam-se cumulativamente polarizadas", criando entre esses dois polos um hiato que crescia impulsionado pela "constante deterioração das relações de troca para os países pobres", haja vista os preços de seus produtos se elevarem mais lentamente, e baixarem mais rapidamente, do que os preços dos produtos dos países ricos.

Por sua vez, Borges Neto (2011, p. 93) considera que tal mecanismo se constitui num "*intercâmbio desigual*", pois se refere aos ganhos e às perdas que ocorrem no comércio internacional em virtude das diferenças tecnológicas, enquanto a expressão "*troca desigual*", intensamente debatida pelos chamados autores neomarxistas nos anos 1960, e que tomará nossa atenção neste capítulo, indicaria, por sua vez, a venda por um preço distinto do valor. Ele assim se manifesta sobre o tema

> A questão da diferenciação dos preços em relação ao valor se vincula ao tema das transferências de valor na circulação, ou seja, no momento da venda. Se uma mercadoria é alienada por um preço distinto do seu valor, é feita uma *transferência de valor* entre o comprador e o vendedor. Há

> uma troca *desigual*, isto é, troca *combinada com transferência de valor na circulação*. Comprar uma mercadoria por um preço inferior a seu valor, por exemplo, significa pagar um valor menor para obter um valor maior (BORGES NETO, 2011, p. 91).

No caso de *intercâmbio desigual*, Borges Neto faz outra ressalva, pois considera que haverá também *intercâmbio desigual* toda vez que, estabelecidas as trocas suficientemente sistemáticas, os preços internacionais se desviarem dos valores internacionais, aqueles obtidos a partir de uma escala que funcione como média dos trabalhos nacionais, donde se retira uma média universal. Nesses casos, há transferência de valor na esfera da circulação e, assim, constitui-se um intercâmbio desigual, uma perda, ou um ganho, no momento da troca de uma mercadoria por outra. Para ele, não há propriamente *intercâmbio desigual* quando dois países com diferentes níveis tecnológicos concorrem pela produção de mercadorias similares, pois, nesse caso, os capitalistas dos países mais avançados obterão ganhos no comércio internacional graças à diferença na produção de valor internacional com base numa escala de trabalhos concretos de cada país. Nesse caso, segundo o autor, não se justifica falar em intercâmbio desigual, pois cada capitalista se apropria de mais, ou menos, valor e, consequentemente, de mais, ou menos, mais-valia, em relação ao tempo de trabalho de seus próprios trabalhadores (BORGES NETO, 2011, p. 93). Não há transferência de valor entre países, pois os eventuais ganhos ou perdas acontecem no momento da produção, na esfera da produção, e não da troca ou da circulação. Também não considera troca desigual as transferências de valor que porventura venham a ocorrer no momento da transformação de *valores* em *preços de produção*, ainda que admita não haver consenso sobre a existência ou não de uma formação de *preços de produção* internacionais.

Nesse sentido, Bettelheim afirma que:

> O que o espaço da representação da sociedade mercantil burguesa dissimula é que o valor resulta da ação da lei do valor, e que esta não regula a troca de "quantidades iguais de trabalho", uma vez que as relações de troca são "acidentais e sempre variáveis" e que a forma do preço de produção não cobre, nem sequer tendencialmente, uma tal "igualdade" (BETTELHEIM, 1973, p. 27)

Para esse autor, se tratarmos como desigualdade das trocas o fato de os capitais de um país, no ato da troca de mercadorias, entregarem mais trabalho por menos trabalho, ainda que ambos tenham empregado o tempo médio de trabalho necessário, pode-se dizer que todo intercâmbio na sociedade capitalista será desigual. No sistema capitalista desenvolvido, a ação da lei do valor não implica que as mercadorias sejam trocadas por quantidades iguais ou desiguais de trabalho. Essa preocupação em buscar uma possível igualdade reside, sim, no mundo das trocas, onde a *forma do valor* toma a dianteira do *valor*, onde a expressão monetária do *valor*, os *preços*, e por extensão os *salários* buscam, na aparência da sociedade burguesa, estabelecer uma alegada "justiça" nos atos de troca. E, se isso ocorre, dá-se em completa independência e à revelia, com a lei do valor (BETTELHEIM, 1973, p. 29).

Por pensar assim, Bettelheim é um dos autores que usará a expressão "troca desigual" sempre entre aspas e pedirá ao leitor que leve em conta todas as reservas ao ler essa expressão, pois, para ele, esse é um termo que, por estar inscrito no espaço da representação da *forma valor* e das figuras ideológicas que se encontram enraizadas nesse espaço, serve apenas para designar, "em termos puramente ideológicos, que há uma diferença entre valor e a sua forma, entre a estrutura complexa das forças produtivas/relações de produção e o espaço da circulação" (BETTELHEIM, 1973, p. 28).

Já Emmanuel estabeleceu, como objeto de sua preocupação, não o intercâmbio não equivalente aparente, que se opera no processo

de transformação dos valores em preços de produção e é tratado por ele como desigualdade do intercâmbio no sentido amplo, o que acontece devido às diferenças de composição orgânica de capital, apesar da equalização das taxas de salários. Para ele, essa desigualdade de intercâmbio já é coberta e explicada pela lei do valor e, portanto, é própria do capitalismo. Merecedora de denúncia é a troca desigual que se estabelece entre capitais com composições orgânicas distintas e que, além disso, remuneram a força de trabalho de forma também desigual, ou pagam taxas de salários distintas. Nesse caso, há troca desigual em sentido estrito, sendo esta a troca que prevalece entre países ricos e pobres (EMMANUEL, 1973a).

Palloix (1972), por sua vez, associou a *troca desigual* à diferença de nível de desenvolvimento das forças produtivas, que supõe determinadas relações de produção, as quais, juntas, estabelecem grandes diferenças no processo de geração de valor, diferenças que estarão evidenciadas e representadas no momento das trocas. Nesse caso, a interação entre essência e aparência, entre o abstrato e o concreto deveria ser considerada no sentido de se apreender o real significado da troca desigual.

Para Amin (1976, p. 112), a desigualdade da troca traduz uma produtividade mais fraca do fator trabalho, produtividade essa que, ao contrário do que teorizava Ricardo sobre as vantagens naturais da especialização e da troca, nada tinha de natural, mas sim de histórica e estrutural. Toda vantagem comparada em termos de especialização se modifica à medida que uma economia atrasada vai progredindo. Veremos que Samir Amin não só defende a existência de intercâmbio desigual como afirma que o sistema de preços relativos proposto por Sraffa pode ser utilizado para medir a amplitude da troca desigual. No contexto desse debate que tomou forma durante a segunda metade do século XX, procuraremos extrair, de cada um desses autores, em que medida essa desigualdade das trocas no mercado mundial se relacionava à polarização do sistema capitalista em centro e periferia.

2. Arghiri Emmanuel e a troca desigual entre o centro e a periferia

De acordo com Brolin (2007, p. 242), Arghiri Emmanuel foi o primeiro a levantar a questão da troca desigual e inseri-la na agenda de debates. A primeira versão de seu artigo "Échange inégal" data de 1962[115]. Em 1964, uma versão em espanhol seria publicada na revista cubana *Económica*. Naquele momento, Emmanuel também participava de outras temáticas que dominavam os círculos acadêmicos e as discussões políticas e ideológicas, tais como as vantagens da planificação econômica socialista e a deterioração dos termos de troca. Tendo alcançado sua graduação em Economia e Direito na Universidade de Atenas, respectivamente, em 1932 e 1934, Emmanuel completaria o doutorado na Sorbonne, em 1968.

Na École Pratique des Hautes Études, estudou planificação socialista sob a orientação do professor Charles Bettelheim. Apesar da ausência de qualquer registro oficial que identifique Emmanuel como membro de um partido comunista,

> não há dúvidas de que ele próprio se considerava um participante ativo do movimento comunista, seja no sentido do materialismo histórico, seja no sentido econômico em defesa da planificação socialista em escala mundial (BROLIN, 2007, p. 244).

Estudioso da obra de Marx, em especial no que se refere à transformação do valor em preço de produção, e tendo participado ativamente do debate marxista à época sobre a transição para a economia planificada, posicionando-se contra aqueles que ele denominava de marxistas ortodoxos, Emmanuel percebia a formação e crescimento

115. De acordo com Brolin (2007, p. 250), a primeira versão do artigo de Arghiri Emmanuel sobre a troca desigual, em 1962, já veio acompanhada dos comentários críticos do seu diretor e tutor, professor Charles Bettelheim.

de uma aristocracia proletária no seio da classe trabalhadora, argumento que, além desempenhar papel importante em sua tese da troca desigual, significava, em sua opinião, a impossibilidade histórica de uma revolução socialista nos moldes leninistas (EMMANUEL, 1972b).

Para Brolin (2007, p. 245), a experiência vivida por Emmanuel no Congo Belga, onde trabalhou nos negócios têxteis de propriedade de sua família, teria influenciado de modo determinante seus escritos posteriores. Tal qual um "microcosmo do mundo capitalista", Emmanuel percebeu, em seu trabalho como comerciante na África, um elemento que se tornaria essencial em sua análise: a relação do nível dos salários com a etnia dos trabalhadores – se belgas ou não, europeus ou africanos – e suas consequências tanto sobre os preços internacionais das mercadorias como sobre a solidariedade e a unidade da classe trabalhadora (EMMANUEL, 1972b).

Em mais de um momento de sua obra, Emmanuel realça que, somente após a Segunda Grande Guerra, é que os problemas relativos ao desenvolvimento dos países atrasados passaram para o "primeiro plano das preocupações mundiais" (EMMANUEL, 1973a, p. 32). A importância dessa problemática causava, segundo ele, uma nova crise de consciência na economia política, pois, se no século passado o debate dominante havia ficado por conta do protecionismo *versus* livre-cambismo, agora havia chegado o momento de entender a ampliação do abismo que separava as nações ricas das pobres, apesar de a teoria econômica dominante continuar exaltando as inúmeras vantagens da liberdade das trocas no comércio internacional.

> Surgido bruscamente da periferia das nações, dessas terras longínquas, que a economia política outrora qualificava de exóticas para evitar ter de se ocupar delas, esse mundo, chamado de terceiro mundo, ao tomar consciência da sua identidade, pôs problemas inéditos e determinou o aparecimento de um ramo econômico específico, o do desenvolvimento, que é, em certa medida, o negativo da ciência recebida (EMMANUEL, 1973a, p. 38).

Estando, pois, em voga a temática do desenvolvimento econômico, Emmanuel (1973a, p. 33) afirmava que uma gama enorme de economistas já começava a pôr em dúvida as vantagens do livre-cambismo e das teses neoclássicas para as economias subdesenvolvidas. Myrdal, Strachey, Perroux, Rosenstein-Rodan, Nurkse, Kindleberger, Prebisch, Lewis, Singer, Cairncross, Weiller, Linder e Gendarme estavam entre aqueles que, na opinião de Emmanuel, percebiam a inevitabilidade de um profundo revisionismo do *laissez-faire*, dada a aparente disparidade do nível de vida que imperava entre os povos do mundo. E a verificação empírica que apontava para uma deterioração secular dos termos de troca[116] em prejuízo dos países pobres colocava em dúvida as vantagens da especialização baseada na divisão internacional do trabalho, além de indicar que tal problema apresentava um caráter antes estrutural do que conjuntural. De difícil defesa teórica para os livre-cambistas, os fatos pareciam evidenciar que "o que é bom para um país desenvolvido, é pernicioso para um país em vias de desenvolvimento e vice versa". Ou ainda que "riqueza e pobreza deixaram de ser acidentes autônomos e justapostos, sendo antes situações estruturais e ligadas, de forma a que uma sustente a outra" (EMMANUEL, 1973a, p. 38-39). Mas, para Emmanuel, o tema ainda não havia sido tratado corretamente.

Crítica de Emmanuel a Prebisch, Singer e Lewis

Para Emmanuel (1973a, p. 150), os problemas relativos ao desenvolvimento dos países subdesenvolvidos não haviam sido corretamente trabalhados por Prebisch e Singer, nem mesmo por Lewis, apesar de afirmar que, "entre os três não marxistas, o último destes foi o único a romper explicitamente com a concepção tradicional".

116. Refere-se às séries de estudos publicadas pelas Nações Unidas, a partir de 1949, que apontavam para a deterioração da ordem de quarenta *percent* dos termos de troca dos países que se dedicavam à produção de produtos primários no grande jogo da divisão internacional do trabalho (EMMANUEL, 1973a, p. 39).

Os dois primeiros reconheceram o problema relativo aos termos de troca, buscaram entender suas causas, mas se negaram a romper em definitivo com as teorias estabelecidas, haja vista depositarem na estrutura da procura a preponderância na determinação dos preços.

A grande questão envolvida na deterioração dos termos de troca e que seria a chave das preocupações de Emmanuel era entender por que uma categoria de países se via obrigada a trocar mais trabalho nacional por menos trabalho estrangeiro. Advogar que a causa dessa desigualdade residia nas elasticidades da procura seria o mesmo que decretar a "maldição" de alguns produtos que, ao transferirem sua produção para terras "exóticas", não conseguiam mais remunerar capitalistas e trabalhadores na mesma medida em que o faziam quando construíram a base da riqueza e da superioridade econômica de alguns países.

> O têxtil era outrora um dos pilares da riqueza dos países industrializados, o cavalo de batalha da Inglaterra; desde que se tornou na especialização dos países pobres, os seus preços mal chegam para pagar um salário miserável aos trabalhadores que o produzem e para dar um lucro médio aos capitais nele investidos, ainda que a técnica empregada seja das mais modernas. Será necessário supor que por uma coincidência extraordinária, no momento preciso em que se dava uma mudança de localização, as elasticidades da procura se invertiam? (EMMANUEL, 1973a, p. 47).

Por esse motivo, Emmanuel considera que a tese Singer-Prebisch cai num vazio ao depositar na natureza do produto, se primário ou secundário, a explicação para o movimento de seu preço em relação a uma elevação da produtividade. Fosse dessa forma e bastaria apenas a clivagem industrial ou agrícola para se explicar a deterioração dos termos de troca. Tal explicação, segundo o autor grego, seria inócua para definir os motivos que justificariam, por exemplo, como os preços de vários produtos primários eram suficientes para remunerar capitalistas e trabalhadores de vários países em níveis

compatíveis aos observados nos países mais avançados[117]. Ou mais, a aplicação do progresso técnico na produção somente significaria aumento dos rendimentos de capitalistas e trabalhadores, dependendo da elasticidade da procura pelo bem em análise.

Complementarmente, o autor afirma que os estudiosos do assunto costumavam cair num vício, o de identificar exageradamente as exportações dos países ricos com produtos manufaturados e dos países pobres com produtos primários, na tentativa de se entender a deterioração dos termos de troca a partir dessas identidades. Por isso, considera que confiar nas elasticidades da procura é o mesmo que colocar sobre a natureza do produto, no seu valor de uso, a chave para o entendimento das "tendências seculares dos termos de troca", o que está longe de ser satisfatório, haja vista os contrafactuais empíricos que ele faz questão de realçar.

> O cobre da Rodésia ou do Congo e o ouro da África do Sul não são mais primários que o carvão que constituía, ainda ontem, um dos principais produtos de exportação da Inglaterra; o açúcar é quase tão "manufaturado" como o sabão ou a margarina e certamente mais "manufaturado" do que o "whisky" da Escócia ou os grandes vinhos da França; o café, o cacau, o algodão (sobretudo o algodão), sofrem um processamento industrial, antes de serem exportados, tão importante ou mais do que a madeira da Suécia ou do Canadá; o petróleo exige instalações tão custosas como o aço; as bananas e as especiarias não são mais primárias do que a carne e os produtos lácteos. No entanto, os preços de uns baixam, os de outros sobem, e a única característica comum a uns e outros é o fato de serem respectivamente os produtos de países pobres e os de países ricos (EMMANUEL,1973a, p. 46).

117. Ver a comparação que o autor estabelece entre a madeira, da Suécia e África, e o petróleo, do Oriente Médio e Venezuela, de um lado, e dos Estados Unidos e do Canadá, de outro, para rejeitar os seis critérios de Nurkse pelos quais, supostamente, se explicaria a baixa dos preços dos produtos primários. Conferir Emmanuel (1973a, p. 236-238).

Em outro momento,

> No entanto, estes produtos [whisky da Escócia e vinhos franceses] vendem-se a um preço suficiente para remunerar os seus operários à taxa de salários da Europa Norte-Ocidental e os seus capitalistas à taxa de lucro do mundo inteiro. Tal não é o caso da indústria têxtil apesar dos equipamentos ultramodernos do Egito, da Índia ou de Hong-Kong (EMMANUEL, 1973a, p. 143).

Portanto, decretar que os frutos do progresso técnico não migravam para a periferia do sistema porque os aumentos de salários e lucros os retinham nos países industrializados tornava-se bastante vago e impreciso, pois, se a falta de organização e sindicalização dos operários nos países subdesenvolvidos era o que os impedia de reter para si os frutos dos aumentos de produtividade, seria necessário explicar quais motivos impediam os patrões de manterem seus superlucros para si próprios nesses mesmos países. Para Emmanuel (1973a, p. 143-145), bastaria admitir que os salários pagos aos operários são a causa dos preços, e não o efeito, para que nenhuma dúvida, confusão ou paradoxo sobrevivesse.

Especificamente no caso de Prebisch, afirma que este peca por uma inconsistência que leva à alternância entre causa e efeito. Segundo Emmanuel, o economista argentino cai num raciocínio circular, no qual os salários operam ora como causa, ora como efeito das variações dos preços mundiais.

> Prebisch procura uma causa para uma determinada evolução dos preços mundiais. Crê encontrá-la na evolução dos salários condicionados por uma certa evolução da produtividade. Ora, a produtividade não pode em caso nenhum influenciar os salários de outra maneira que não seja por intermédio dos preços (EMMANUEL, 1973a, p. 149).

E complementa,

> Existe [em Prebisch] uma alternância de causa e efeito. O que faz subir os preços durante a conjuntura elevada é o mercado. O aumento dos salários e dos lucros segue-se então segundo um esquema ortodoxo. Mas o que os impede de recair durante a baixa conjuntura é a rigidez dos salários e dos lucros. No entanto, isto é unicamente válido para o centro. Na periferia, os salários e os lucros acompanham os preços em qualquer altura, como deve ser (EMMANUEL, 1973a, p. 147).

Mas, apesar das limitações por ele identificadas, Emmanuel reconheceu que a tese de Prebisch constituiu-se num "desvio da doutrina dominante, segundo a qual os fatores refletiriam passivamente os preços objetivos" (EMMANUEL, 1973a, p. 147), apesar de não significar que ela pudesse ser considerada algo além de uma "hipótese de trabalho", contra a qual uma demonstração teórica deveria ser tentada pelos seus autores.

Quanto a Arthur Lewis, Emmanuel (1973a, p. 150) destacou que ele foi o único a frisar que a evolução dos preços no setor exportador em nada afetaria o nível de salários no país que contasse com uma reserva praticamente ilimitada de mão de obra excedentária nos setores de autossubsistência nacional, pois estes representariam um repositório de força de trabalho barata, impedindo que qualquer aumento da produtividade ou da procura significasse elevação dos salários. Era esse o grande problema dos países pouco desenvolvidos, em geral, de base econômica agrícola, nos quais, aumentos de produtividade só serviam para aumentar os ganhos dos compradores estrangeiros de seus produtos, haja vista os salários se alinharem com aqueles pagos pela agricultura de subsistência, determinando um nivelamento, por baixo, do nível geral dos salários no país subdesenvolvido, enquanto os capitalistas do setor exportador, os quais também não seriam os beneficiários diretos dessa vantagem, teriam

seus lucros mantidos na média estabelecida pela taxa de lucro geral do capital. Assim, seguindo o raciocínio de Lewis, enquanto a indústria tivesse quem lhe fornecesse trabalhadores, na quantidade que ela necessitasse, a salários extremamente baixos, por mais produtiva que ela fosse, nada melhoraria as condições de vida da classe trabalhadora local, e todas as vantagens seriam transferidas para os países industrializados via comércio internacional.

Emmanuel considerou a tese de Lewis de abrangência restrita, pois se limitava às economias dualistas, aquelas nas quais há um setor de subsistência de baixos rendimentos. Levantou, portanto, a necessidade de se resgatar a precedência da teoria do valor-trabalho (EMMANUEL, 1973a, p. 20) para trazer a teoria econômica de volta à realidade, o que significava atacar a hipótese fundamental da teoria dos custos comparativos, da imobilidade dos fatores produtivos, hipótese essa que sobrevivia desde Ricardo, para que se pudesse corrigir uma grave inversão funcional que dominava os círculos teóricos econômicos e se voltasse a admitir que são as condições da produção que determinam as trocas, e não o contrário.

Em outras palavras, são as quantidades empregadas dos fatores capital e trabalho que determinam os preços das mercadorias no momento das trocas, e não as procuras pelas mercadorias envolvidas na troca que determinam os preços e, por conseguinte, a remuneração dos fatores. Emmanuel acreditava que, dessa forma, estaria recuperando o poder explicativo da teoria do valor de Marx, "negada e abandonada tanto pelos pós-clássicos, Walras, Menger e Jevons, como pelos marginalistas e pela escola neoclássica do equilíbrio geral de interdependência" (EMMANUEL, 1973a, p. 22).

Os salários e a condição periférica para Emmanuel

Assim como descartou a justificação da desigualdade das trocas internacionais pela elasticidade da procura, Emmanuel viu igual-

mente a necessidade de atacar o postulado clássico da imobilidade dos fatores. Afinal, a tese dos custos comparativos de Ricardo resistira muito bem até então, assentada apenas na imobilidade do capital, pois, se fosse permitido que este afluísse livremente entre os países que oferecessem a maior taxa de remuneração, garantia o economista inglês, não sobreviveria qualquer diferença de taxa de lucro, nem mesmo diferença entre preços, excetuando-se aquela referente aos transportes de mercadorias de um local para outro. A determinação dos preços se daria no plano internacional obedecendo-se o mesmo raciocínio válido para o mercado interno.

Mas a realidade concreta, de acordo com Emmanuel (1973a, p. 50), negava veementemente tal hipótese e apontava para mobilidade suficiente do fator capital e imobilidade suficientemente grande do fator trabalho, combinação capaz de permitir que uma taxa média de lucro se estabelecesse no plano internacional ao mesmo tempo que mantinha diferenças salariais acentuadas entre os diversos países. Tais discrepâncias seriam devidas ao elemento histórico e social peculiar a cada formação social, que, além de variar no tempo e no espaço, seria fundamental para se determinar o valor de subsistência da força de trabalho e, consequentemente, as taxas de salários nos diversos países. Percepção que Emmanuel extrai da leitura de Marx, pois, se, em Ricardo, os salários se regulam por uma lei fisiológica que atribui um mínimo necessário a cada trabalhador, mínimo esse que a taxa de salário só ultrapassa temporariamente e que se iguala para todos os países, independentemente de concorrência internacional do fator trabalho, em Marx, as condições sócio-históricas, na ausência de concorrência internacional do fator trabalho, estabeleceriam diferenças estruturais consideráveis e perenes nas taxas de salários, o que impediria qualquer igualação mundial dos rendimentos do trabalho.

Baseado nesse pressuposto, Emmanuel (1972a, 1973a, 1973c) constrói sua tese resgatando a fórmula marxiana da transforma-

ção dos valores em preços de produção como forma de explicar o movimento dos preços no mercado mundial. Para ele, os preços de produção eram preços de equilíbrio, pois "só com este preço é que os dois fatores são remunerados à mesma taxa em todos os ramos e que deixa de haver transferências de fatores de um ramo para outro" (EMMANUEL, 1973a, p. 81). A partir daí, passa então a tratar as remunerações dos fatores como determinantes dos preços, e não o contrário, como defendia grande parte da escola neoclássica que atribuía o movimento dos preços dos fatores à livre flutuação dos preços relativos das mercadorias[118].

Segundo Emmanuel (1973a p. 89), "não são os preços relativos que determinam as remunerações dos fatores, mas sim as remunerações relativas dos fatores que determinam os preços"; além disso, "os salários e os lucros é que são as variáveis independentes, e os preços, as variáveis dependentes do sistema". Ele chegou a essa conclusão partindo da premissa de que os fatores de produção, capital e trabalho, não se conjugam proporcionalmente em todos os ramos de produção, o que significava composições orgânicas diferentes para os diversos capitais que atuam em cada indústria. Logo, o cálculo do valor de troca pelas quantidades relativas de fatores deixa de ser possível, restando assim a variável "remuneração dos fatores" como aquela capaz de ponderar o valor de troca, haja vista as taxas de remuneração do capital e do trabalho se constituírem no denominador comum entre eles.

É oportuno interpor uma observação nesse momento do trabalho. Essa ênfase nas remunerações dos fatores revelava um grave problema da tese de Emmanuel, a qual seria alvo de duras críticas, não somente por parte de Bettelheim, como veremos no próximo

118. Emmanuel chega a essa afirmação após explicar detalhadamente as razões essenciais para se refutar em definitivo a tese da determinação das remunerações dos fatores a partir das flutuações dos preços relativos. A questão sobre quem é a causa e quem é o efeito nesse sistema toma-lhe grande parte do capítulo primeiro de sua obra. Conferir Emmanuel (1973a, p. 53-89).

item deste capítulo, mas também por parte de vários teóricos marxistas. Afinal, preocupando-se em demasia com as relações de intercâmbio em lugar das de produção, e assentando sua análise na esfera mercantil, na qual atua a representação da forma valor, ou valor de troca, Emmanuel buscará, na circulação, ou no espaço reservado às trocas, as respostas aos problemas reais do subdesenvolvimento econômico. Mas prossigamos, por ora, com o desenvolvimento da análise de Emmanuel, para que possamos perceber como o autor tratou a dicotomia centro e periferia no capitalismo mundial e, ao final deste item, reservado ao pensamento de Emmanuel, apresentamos um breve comentário crítico, no qual indicamos, mais detalhadamente, alguns pontos que tornam sua tese incompatível com a teoria do valor de Marx.

Para embasar seu argumento, Emmanuel (1973a, p. 101) defendia que os preços de produção de Marx e a determinação dos preços pelas remunerações dos fatores eram teses válidas tanto no nível das trocas internas quanto no plano internacional, caso os fatores, capital e trabalho, fossem tão móveis num como noutro campo. Como os dados apontavam para uma considerável igualação das taxas de lucro em âmbito internacional[119], ele alertava para a necessidade de se abandonar a hipótese da imobilidade do capital, pois mais importante do que saber se a mobilidade de um fator é perfeita ou imperfeita era verificar se tal mobilidade era suficiente para provocar uma tendência à igualação de sua taxa de remuneração[120]. Além disso, a realidade dava mostras da enorme evolução da exportação mundial de capitais.

119. Conferir Emmanuel (1973a, p. 98-103).

120. Para Emmanuel, muito da defesa da não fluidez do capital se deu por não se perceber que grande parte do capital das burguesias dos países atrasados é que fluía para os países industrializados. Assim, o fato não era a imobilidade do capital rumo aos países atrasados, mas sim a mobilidade do capital "no mau sentido", ou seja, perversamente em direção oposta, dos países pobres para os ricos, o que confundia sobremaneira a análise dos dados. Sobre esse assunto, ver dados estatísticos apresentados pelo autor (EMMANUEL, 1973a, p. 102-103).

Em contrapartida, o fator trabalho é que deveria ser tratado como não concorrencial em esfera internacional, ou de grande imobilidade, pois, ainda que se considere a ocorrência de um movimento migratório,

> no plano internacional, não há a menor tendência para o nivelamento das taxas de salários [e por isso] os salários entre países ricos e pobres diferem hoje em dia consideravelmente mais do que no século XIX (EMMANUEL, 1973a, p. 103)[121].

Se os salários se distanciavam uns dos outros quando confrontados dois países industrializados, o contraste se ampliava consideravelmente quando comparados um país desenvolvido e outro atrasado, caso em que a deterioração dos termos de intercâmbio se tornava mais evidente, perenizando uma troca desigual.

Destaque-se que essa não equivalência das trocas, a qual Emmanuel designa de troca desigual, não se refere à não equivalência entre valor e preço que ocorre no processo de transformação do valor em preço de produção, em que os capitais com composições orgânicas inferiores transferem parte da mais-valia produzida para os capitais de composições orgânicas acima da média. Essa desigualdade, segundo ele, é uma condição objetiva do sistema capitalista que privilegia a inserção da mecanização e do progresso técnico na produção, remunerando em um nível mais elevado, ou transferindo valores, para os capitais que se apresentam mais produtivos, independentemente de terem gerado massas menores de valor. Nesse sentido, caso fossem os preços iguais aos valores, nenhuma empresa ou país se dedicaria ao progresso tecnológico e à maior mecanização da produção.

> A diferenciação das composições orgânicas é inelutável mesmo num modelo de concorrência perfeita; é indepen-

121. Ver dados que comprovam tal afirmação em Emmanuel (1973a, p. 103-111).

> dente do grau dessa concorrência ou das suas imperfeições. Está ligada, entre outras coisas, à natureza técnica específica dos diferentes ramos (EMMANUEL, 1973a, p. 224).

> Por contraditória que seja, tal desigualdade consistia, sim, em fator de desenvolvimento econômico dentro dos marcos do capitalismo, mas não em fator de troca desigual (EMMANUEL, 1973a, p. 235).

Além disso, ressaltava que uma das hipóteses básicas na transformação de valores em preços de produção era a unicidade do mercado e de um só preço para cada mercadoria, inclusive a força de trabalho, que, enquanto mercadoria no capitalismo, assegurado o regime de concorrência e operando no nível interno da nação, onde os capitais remuneram igualmente a força de trabalho, teria também de igualar seu preço, o que significaria taxas de salário iguais. Nesse caso, para Emmanuel, não havia novidade alguma, não se tratava de troca desigual e, por isso, não ensejava a criação de uma nova categoria analítica. Citando Bettelheim, afirma que

> A isto Charles Bettelheim responderá que na medida em que os preços de produção são respeitados e em que os salários se estabelecem em condições conformes à lei do valor, pode-se dizer que "do ponto de vista da produção capitalista" nenhuma troca é desigual (EMMANUEL, 1973a, p. 231).

Se havia uma desigualdade nas trocas internacionais que levava à deterioração dos termos de intercâmbio em prejuízo dos países pobres, para Emmanuel, isso se devia não à diferença ordinária de composições orgânicas, mas à diferença entre taxas de salários, ou melhor, a um desnível crescente entre as remunerações pagas aos trabalhadores dos diferentes países, ainda que seus capitalistas viessem recebendo, ao longo do tempo, uma taxa de lucro próxima

de uma média mundial. A troca desigual a que se refere diz respeito às diferenças salariais consideráveis entre remunerações de uma mesma categoria de complexidade de trabalho, porém de países distintos. Diz respeito às diferenças que existem, por exemplo, entre os salários de dois produtores de sapatos, um norte-americano e outro brasileiro. Ou entre dois produtores de eletrônicos, um inglês e outro francês.

> Distinguimos entre duas formas de não equivalência: uma primeira forma aparente que provém unicamente da transformação dos valores em preços de produção, sendo as taxas de salários iguais e as composições orgânicas desiguais, e a segunda, que designamos de não equivalência no sentido próprio, com salários e composições orgânicas desiguais. Recusamo-nos considerar a primeira forma como uma troca desigual e centramos a nossa definição sobre a segunda (EMMANUEL, 1973a, p. 221).

Para Emmanuel, as variações de preços relativos não geravam correspondentes variações nos salários, que, ao contrário da volatilidade dos preços internacionais, mantinham-se rígidos e bastante estáveis no longo prazo, tendo, na verdade, ampliado a diferença da remuneração da hora trabalhada em favor dos trabalhadores dos países mais avançados. Contrariamente, as discrepâncias entre os níveis dos salários nos países centrais e periféricos afetavam os preços relativos, gerando uma desigualdade nos termos de troca. Restava, então, elucidar a causa dessas discrepâncias salariais.

Partindo das premissas de que o "valor da força de trabalho não é determinado em primeira causalidade por um determinado número de horas, mas sim por um certo cabaz" (EMMANUEL, 1973a, p. 167); que essa cesta de mercadorias de consumo básico da classe trabalhadora corresponde à "soma de bens vitais psicológicos e fisiológicos dos operários" (p. 176); que as variações desse mínimo vital de um lugar para outro, dadas as diferenças geográficas e climáticas

envolvidas, não são suficientes para explicar as discrepâncias salariais do mercado de trabalho; e que o aumento da produtividade somente representa elevação salarial de forma indireta e mediata, ou seja, a partir do momento que reduz o tempo necessário de fabricação das mercadorias que compõem a cesta de consumo da classe trabalhadora, pois, "de forma direta e imediata, o progresso técnico e a elevação da produtividade aumentam, sim, é a mais-valia, e não os salários" (p. 168); Emmanuel afirmava, então, que a causa da diferenciação salarial entre os países deveria ser buscada fora da arena econômica.

> Porque, se o salário americano for um sobressalário permanente, segue-se daí que a oferta e a procura no mercado do emprego desse país se igualam pela ação de outros fatores, que não o simples funcionamento da lei do valor, e esses fatores só podem ser fatores políticos ou sindicais. Seja qual for a origem desse sobressalário, o fato de que é um fator extraeconômico que assegura a sua perpetuação, bastar-nos-ia para provar o elemento essencial de nossa argumento, isto é, que a diferenciação dos salários é por natureza institucional (EMMANUEL, 1973a, p. 175).

Sabe-se que, para Marx, a força de trabalho deve ser tratada como uma mercadoria ordinária e, nesses termos, deve seguir estritamente a lei do valor, isto é, se há diferença de um país para outro, é porque o seu próprio valor é, de fato, diferente em um e noutro país. Mas, segundo Emmanuel, a tese de Marx estaria "historicamente ultrapassada", haja vista se limitar "estritamente à lei do valor, o que era compreensível ao tempo dele, quando as diferenças salariais nos diversos países eram ainda muito limitadas", significando uma "elasticidade adequada do 'mínimo vital'" que os trabalhadores, em cada país, necessitavam para subsistir e se reproduzir enquanto repositório de mão de obra (EMMANUEL, 1973a, p. 175). Porém, mais de um século depois, dizia ele, a realidade era distinta, pois os salários se

haviam descolado completamente de tal "mínimo vital", haja vista o salário de equilíbrio[122], aquele determinado e mantido no longo prazo por elementos fisiológicos e psicológicos, não mais representar apenas o valor da força de trabalho nos diferentes países.

> A diferenciação dos salários deve-se a uma concorrência imperfeita do fator trabalho em virtude das distâncias e das fronteiras políticas, sendo a medida das imperfeições desta concorrência. O aumento contínuo da composição orgânica é uma necessidade estrutural do desenvolvimento capitalista. A disparidade dos salários é uma contingência (EMMANUEL, 1973a, p. 224).

A citação acima revela a natureza extraeconômica do fator causador da troca desigual e perpetuador da condição periférica, na opinião de Emmanuel. A origem da desigualdade do intercâmbio se devia a problemas de ordem política, sindical, institucional.

> Para além de toda e qualquer alteração de preços resultante de uma concorrência imperfeita no mercado das mercadorias, a troca desigual é a relação dos preços de equilíbrio que se estabelece em virtude da perequação dos lucros entre regiões com taxas de mais-valia "institucionalmente" diferentes – significando o termo "institucionalmente" que essas taxas escapam, seja por que razão for, à perequação concorrencial no mercado de fatores e são independentes dos preços relativos (EMMANUEL, 1973a, p. 122).

122. Emmanuel (1973a, p. 169-180) distingue o salário de equilíbrio do salário de mercado. O primeiro, de equilíbrio, é o real valor da força de trabalho, determinado por uma cesta de mercadorias de consumo da classe trabalhadora, cesta essa que pode variar no tempo e no espaço e que representa as necessidades fisiológicas, biológicas, psicológicas da classe trabalhadora e que sofrem variações também devidas à evolução histórica e por fatores éticos e morais. Já o salário de mercado é determinado pela ação da lei da oferta e da procura no mercado de trabalho.

Ou seja, os lucros se aproximavam de uma média mundial, enquanto os salários não. Os baixos salários pagos aos trabalhadores da periferia do sistema capitalista eram resultado da quase imobilidade do fator trabalho, que por sua vez se devia a um fato de ordem política.

> Se tem preços diferentes é porque a concorrência não é perfeita, é porque se processa uma distorção da lei do valor. E o que impede esta concorrência de ser perfeita é, primeiro e antes de mais nada, o fato *político* da divisão do mundo em Estados. Na base da troca desigual está um monopólio, não de mercadorias [...], mas de operários dos países desenvolvidos. Isso não é uma necessidade estrutural do sistema capitalista (EMMANUEL, 1973a, p. 232).

A divisão do mundo em Estados, um fato político, e o impedimento da livre migração do fator trabalho para além das fronteiras nacionais, dada a institucionalização de um monopólio em favor dos supersalários pagos aos operários dos países ricos, geravam uma deformação da lei do valor que causava a distorção dos salários e, consequentemente, a dos preços, levando à troca desigual. A partir daí, os países da periferia, aqueles que pagavam salários mais baixos, não apenas recebiam menos valor no momento das trocas como também menos valores de uso, o que refletia a condição miserável de grande parcela dos trabalhadores dos países subdesenvolvidos. Depreende-se, pois, que, para Emmanuel, não seria errado falar de um tipo *sui generis* de exploração no sistema capitalista mundial, a dos trabalhadores dos países centrais sobre os trabalhadores dos países periféricos.

Buscando aporte em Engels, Lenin e Bukharin acerca da formação, em certas nações, de uma aristocracia operária cujo nível de vida se sobressaía da média do proletariado mundial e cujos hábitos e interesses se aproximavam daqueles característicos da burguesia, Emmanuel afirmava que nos países imperialistas, dadas as elevadas taxas

de lucros percebidas pelos capitalistas monopolistas, uma "solidariedade relativa, temporal e transitória de interesses entre o capital e o trabalho" (EMMANUEL, 1973a, p. 247) corrompia a solidariedade no interior da classe trabalhadora, e, "mesmo que não fizesse desaparecer os antagonismos no interior da nação capitalista", tal aliança de interesses, que se sustentava em aumentos salariais, acabava por colocar uma parte da classe trabalhadora dos países centrais como participante da exploração dos trabalhadores das nações periféricas, haja vista se beneficiar dos baixos salários pagos a esses últimos.

Assim, considerando a remuneração relativa dos fatores como determinante para os preços relativos dos produtos e um tipo de monopólio político-institucional que garantia supersalários para a classe operária dos países centrais à custa do pagamento de salários baixos aos trabalhadores da periferia do sistema, Emmanuel constrói sua tese da troca desigual a partir da ideia de que "não são os termos de troca de determinados *produtos* que se deterioram, mas os de determinados *países*, independente do tipo de produtos importados por uns e outros" (EMMANUEL, 1973a, p. 347, itálicos nossos).

A periferia do capitalismo mundial na perspectiva de Emmanuel

Para Emmanuel, se comparados os salários de um operário norte-americano e de outro inglês, não se poderia sustentar que a diferença maior em favor do primeiro fosse explicada simplesmente pelo fato de que o cabaz de um trabalhador norte-americano, incluídas aí suas necessidades fisiológicas, ainda que ampliadas pelos elementos históricos, psicológicos, éticos e morais, fosse, em seu conjunto, tão superior a de um trabalhador inglês. Não obstante, descarta também a hipótese de que o salário de mercado, aquele determinado pelas forças da oferta e procura no mercado de trabalho, possa vir a se tornar o salário de equilíbrio a partir apenas das forças econômicas sem contar, para tanto, com qualquer fato político ou sindical. Para ele, "na ausência de

fatores institucionais, políticos ou sindicais, o equilíbrio restabelece-se rapidamente ao antigo nível" (EMMANUEL, 1973a, p. 182).

Opõe-se, portanto, à ideia de que o desenvolvimento econômico, o progresso tecnológico e a industrialização precedam o aumento de salários. Ou mesmo que o valor da força de trabalho aumente como resposta do desenvolvimento econômico ao longo do tempo. Para ele, esses processos, longe de serem causas determinantes, tornam-se tão somente condições favoráveis. Utilizando exemplos históricos (EMMANUEL, 1973a, p. 184-188), afirma que o que ocorre é justamente o contrário, isto é, "há numerosos exemplos em que o progresso técnico e a industrialização não precedem o aumento dos salários, mas lhe sucedem" (p. 187).

Em vez do encadeamento causa/efeito, prefere falar em "interação dialética, onde o efeito torna-se por sua vez causa, ao transformar-se essencialmente e pelo próprio fato dessa transformação" (EMMANUEL, 1973a, p. 189). Tal artifício metodológico lhe permite afirmar que um sobressalário definido no mercado de trabalho, ou um salário de mercado superior ao de equilíbrio, e que assim permaneça por um período de tempo suficientemente longo, pode transformar-se, em sua essência, em seu contrário, isto é, em salário de equilíbrio, ou valor da força de trabalho. E, para essa transformação qualitativa se operar, são necessárias alterações quantitativas, como as elevações dos salários de mercado. Logo, combinações econômicas vão causando outras combinações econômicas, numa interação dinâmica da qual resultam transformações qualitativas.

Assim, as desigualdades dos salários atuam sobre os preços dos produtos e, daí, sobre o desenvolvimento econômico, e não o contrário, o que o leva a concluir que, se um salário de mercado, seja por força do mercado, seja por intervenção sindical ou política, estabelece-se acima do salário de equilíbrio por determinado período de tempo, e sendo o salário de equilíbrio a expressão do valor da força de trabalho naquele país, pode ser que esse sobressalário ar-

tificial acabe por se agregar definitivamente ao próprio salário de equilíbrio, passando, após essa metamorfose, a expressar um novo valor da força de trabalho no mesmo país. Na opinião de Emmanuel (1973a, p. 189), a hipótese de intervenção institucional está mais de acordo com o "fato histórico" do que a de aumento conjuntural por força da oferta e demanda de trabalho.

No entanto, apesar de afirmar que "o desenvolvimento econômico não acarreta necessariamente o aumento dos salários", Emmanuel (1973a, p. 190) prefere, em vez de decretar que os salários é que determinam o desenvolvimento, apostar numa correspondência entre ambos.

> Visivelmente, o processo de interação entre o desenvolvimento econômico e o movimento dos salários apresenta-se acompanhado de um efeito cumulativo. Uma vez que um país tenha tomado um determinado avanço, por um acidente histórico qualquer [...] esse país começa, por intermédio da troca desigual, a obrigar os outros países a pagarem o excedente dos seus salários. A partir desse momento, o empobrecimento de um torna-se função crescente do enriquecimento do outro e vice-versa. O sobrelucro da troca desigual assegura um crescimento mais rápido (EMMANUEL, 1973a, p. 193).

Na citação acima, destacam-se dois aspectos importantes. Primeiro, que Emmanuel considera a hipótese do desenvolvimento econômico como resultado de um choque externo, um "acidente histórico". Segundo, a conexão que ele faz entre os movimentos de salários e a troca desigual, e desta com a riqueza e a pobreza das nações envolvidas no intercâmbio mundial de mercadorias. Os países, cujos capitalistas recebem um sobrelucro devido à desigualdade da troca, tendem a se desenvolver numa espiral crescente, pois o país cresce mais rápido, amplia a base educacional e técnica das massas, experimenta funções de produção cada vez mais complexas,

amplia o desenvolvimento tecnológico e cultural, assim como a organização sindical da classe trabalhadora, classe essa que, movida pelo consumo de novos produtos, vai criando novas necessidades. O mercado cresce, atrai novos capitais estrangeiros e acelera o desenvolvimento, determinando novos aumentos de salários. O investimento se expande e a diferença entre as composições orgânicas potencializa a já existente transferência de valor dos países mais pobres para os mais ricos, o que resulta em novos aumentos salariais e todo o processo se reinicia, significando, em uma palavra, que "a riqueza engendra a riqueza" (EMMANUEL, 1973a, p. 193). Ou a troca desigual realimenta e potencializa a desigualdade das trocas.

> Cada aumento de salários resultante da conjunção de todos esses fatores torna a desigualdade das trocas externas mais profunda e por conseguinte enriquece ainda mais o país em questão. Esse enriquecimento, por sua vez, põe de novo em movimento todos esses fatores o que conduz à criação de novas necessidades nos proletários ao aumentar o valor da força de trabalho e, finalmente, a um novo aumento de salários (EMMANUEL, 1973a, p. 194).

Por isso, a periferia de Emmanuel tende a reproduzir a pobreza de forma dinâmica, além de assegurar o desenvolvimento dos países centrais, pois entra num circulo vicioso no qual "a pobreza engendra a pobreza" (EMMANUL, 1973a, p. 194), transferindo para o estrangeiro, por meio de uma exportação não equivalente, os meios necessários à acumulação e ao desenvolvimento dos países desenvolvidos. Mantidos os salários em um nível de subsistência mínima fisiológica, a incipiência duradoura do mercado afasta os capitais estrangeiros, a composição orgânica permanece baixa, o desemprego exerce pressão para novas baixas de salários, a educação e a organização sindical da classe trabalhadora permanece extremamente baixa ou completamente nula, o que rebate nos baixos níveis do salário reiniciando todo o processo. É a espiral decrescente da periferia.

Assim, à transferência de lucros oriunda da diferença de composições orgânicas soma-se a transferência que resulta das trocas desiguais. Paralelamente, nos países desenvolvidos, os aumentos de salários deterioram os termos de intercâmbio, pois elevam os preços dos produtos por eles exportados, baixando relativamente o preço dos produtos exportados pela periferia do sistema, o que potencializa os efeitos perversos sobre a economia não desenvolvida e reduz ainda mais o valor da força de trabalho nesta última. É o mesmo que dizer que a troca desigual, gerada por fatores institucionais, potencializa e acelera a transferência de valor devido às diferenças de composição orgânica, sendo esta última estrutural e inerente ao desenvolvimento capitalista.

Assim, os países são divididos, no sistema capitalista, em dois grupos, "o dos salários altos e o dos salários baixos" (EMMANUEL, 1973a, p. 213). De um lado da fronteira do capitalismo, posicionam-se "os países com salários elevados e termos de troca vantajosos" e, de outro, os países que apresentam salários baixos e desvantagem nos termos de troca, ora chamados de países pobres, do Terceiro Mundo, pouco ou subdesenvolvidos. Os primeiros lutarão para ampliar as fronteiras das trocas e tenderão à especialização. Aos últimos restará a diversificação da produção. Caberá ao consumidor dos países pobres, seja estrangeiro, seja local, a tarefa de pagar pela diferença de salários. Em determinado momento, Emmmanuel (1973a, p. 218) chega mesmo a se referir às disparidades salariais como que distribuídas por hemisférios, ou o "Norte" e o "Sul", assim mesmo, isto é, entre aspas.

E qual a saída para os países da periferia? O marxista grego não fala em saída, mesmo porque entende o sistema capitalista como inerentemente polarizado, explorador e desigual. Um sistema capaz de reproduzir um mundo essencialmente "pobre e subdesenvolvido" no qual alguns poucos "ilhéus de grande desenvolvimento" conseguem reter para si algo em torno de "nove décimos do equipamento mundial, das forças produtivas humanas e materiais do universo"

(EMMANUEL, 1973a p. 344). Para ele, pobreza e riqueza, em vez de acasos conjunturais, eram de fenômenos estruturais, integrados e interdependentes, haja vista que o "enriquecimento de uma minoria teria sido impossível sem o empobrecimento da grande massa dos outros" (p. 345). Nesse cenário, eliminar as trocas desiguais somente seria possível eliminando-se as próprias trocas, ou seja, implantando-se uma autarcia, o que ele mesmo considera terminantemente impossível por parte, principalmente, dos países subdesenvolvidos.

Mas, como atenuante das trocas desiguais, ou como um mecanismo de defesa, aposta na variável-chave de seu modelo, recomendando, então, o aumento dos salários, pois isso eleva o consumo interno e atrai o desenvolvimento, ou, como prefere Emmanuel (1973a, p. 196), "o desenvolvimento segue a curva de consumo". A indústria ligeira seria a primeira a se alavancar para dar vazão à elevação do consumo. Em seguida, seria a vez da indústria pesada, para sustentar o consumo produtivo da indústria ligeira.

Dividindo a economia dos países subdesenvolvidos em três setores – um exportador, que comporta aumento de salários; um segundo voltado à produção para consumo interno, que também comporta aumento de salários, dada a ausência de concorrência; e um terceiro, também voltado para o consumo interno, mas que recebe concorrência estrangeira –, Emmanuel aposta que, mesmo neste último, respaldado por tarifas alfandegárias protecionistas, o aumento de salários e o aquecimento do consumo interno atrairia capitais estrangeiros que desencadeariam o processo de desenvolvimento.

> Isso não significa que se possa aumentar de hoje para amanhã os salários dos países subdesenvolvidos de 5 cêntimos para 3 dólares por hora. Mas podem-se aumentar de 5 para 8 ou de 5 para 10 cêntimos. Sob reserva de concorrência intragrupo e na medida em que esse aumento se aplique num número mais ou menos grande de países que exportam as mesmas mercadorias, uma parte desse aumento será repercutida pelos ramos de exportação

> sobre o consumidor estrangeiro; outra parte será nominal porque corresponderá à alta de preços locais. Essa segunda parte será protegida. Essa própria proteção e o alargamento do mercado consecutivo à alta dos salários tornarão necessárias certa mecanização, atrairão os capitais estrangeiros para investimentos que farão subir a produtividade nos ramos anti-importação e absorverão a diferença entre salário real e nominal. [...] No mesmo momento em que se torna possível novo aumento de salários, de 8 para 12 ou 10 para 15 cêntimos, ocorre nova defasagem entre salário nominal e real, nova proteção, e assim sucessivamente. É a via capitalista de desenvolvimento (EMMANUEL, 1973a, p. 196).

Mas o autor percebe que tal política encontra limitações. Não se pode simplesmente escolher os salários e os ramos nos quais se deseja produzir. Nem se pode pensar que um determinado ramo aumente seus salários e deixe a sobrecarga sobre os consumidores. Afinal, todo aumento de salários repercute no mercado e nos preços, o que pode significar perda nas exportações em se tratando de economia mundial. Além disso, há ramos que necessitam de elevados aportes de investimentos. Na impossibilidade de aumento dos salários, sugere, como forma de atenuar a troca desigual, o "único meio que resta", isto é, o aumento artificial dos preços de produtos exportados pelos países pouco desenvolvidos, ou, o que é o mesmo, uma taxa de exportação com o intuito de aumentar artificialmente os preços dos bens escoados pelos países pobres.

> Na impossibilidade de aumentar os salários, quer no país em geral, quer seletivamente nos setores de exportação, o único meio que resta aos países subdesenvolvidos para impedir o escoamento para o exterior do excedente da mais-valia por via da troca desigual, é compensar a desigualdade da taxa de mais-valia por meio de uma taxa de exportação, a qual aumenta o contravalor monetário

> da mercadoria sem aumentar nem os custos reais sociais da sua produção, nem o lucro do capitalista produtor (EMMANUEL, 1973a, p. 298).

Vale frisar que Emmanuel também destaca que as trocas desiguais não são as únicas responsáveis pela desigualdade imanente do capitalismo.

> Não pretendemos que a troca desigual explique, por si só, toda a diferença entre os níveis de vida dos países ricos e pobres, ainda que se constitua no mecanismo elementar e que, como tal permite aos países desenvolvidos escorvar e impulsionar regularmente o desenvolvimento desigual, além de desencadear outros mecanismos de exploração e má repartição da riqueza mundial (EMMANUEL, 1973a, p. 346).

Significa dizer que a diferença entre salários não é a única causa da diferenciação dos níveis de desenvolvimento. Se assim fosse, como explicar as diferenças regionais de desenvolvimento dentro de um mesmo país? Portanto, Emmanuel (1973a, p. 204) alerta que há certos ramos de produção que empregam maior proporção de trabalhadores de categorias superiores, ou seja, possuem um número maior de trabalhadores altamente especializados, qualificados e que percebem salários mais altos do que os trabalhadores menos qualificados. E há países que possuem mais de um tipo do que de outro, o que também não significa tratar-se apenas de uma questão de escolha, como se os países pudessem optar pelo tipo de produção que emprega trabalhadores mais qualificados. Isso depende das possibilidades de investimento, tanto para a aquisição dos bens de capital quanto para a preparação da mão de obra.

Para ele, essa diferença, que, na prática, está relacionada às diferenças entre composições orgânicas médias de cada país, explica boa parte dos desníveis de desenvolvimento entre as nações, mas

não são causa de trocas desiguais, pelo contrário, consistem na própria natureza das trocas sob relações capitalistas de produção, natureza essa que foi dissecada por Marx quando expôs a transformação dos valores em preços de produção e que explicam as transferências de mais-valia entre capitais com composições orgânicas díspares.

Imaginemos que um país subdesenvolvido resolva se especializar nos ramos que garantem aos países desenvolvidos as vantagens na troca desigual. Pensemos na industrialização, tão cara às teses de Prebisch, por exemplo. Para Emmanuel, isso pouco adiantaria, pois os países desenvolvidos começariam a produzir outras mercadorias que continuassem lhes garantindo os altos salários de seus operários. Além do que, outros países de salários igualmente baixos não demorariam a seguir o exemplo. Por isso,

> [...] é impossível aos países com salários baixos destruir essa vantagem dos países ricos por meio de sua própria especialização nos ramos favorecidos pela troca desigual do momento. A partir do momento que tal ramo é açambarcado pelos países com salários baixos, os países ricos abandonam-no e produzem outra coisa. [...] Produza e venda a Inglaterra seja lá o que for, terá de realizar a vantagem que lhe vem da troca desigual e que corresponde à diferença dos salários. Pois, enquanto houver trocas e as taxas de salários forem desiguais, nada poderá impedir a Índia de escoar para a Inglaterra ou outros países desenvolvidos uma parte da mais-valia extraída de seus próprios operários (EMMANUEL, 1973a, p. 213).

E complementa:

> Não obstante a impossibilidade prática dos países subdesenvolvidos de viverem sem trocas externas, resulta da nossa análise que a prática da diversificação e da autarcia possui uma maior lógica interna do que a que consiste em escolher os ramos que a Economia Política classifi-

> ca recentemente de dinâmicos pela simples razão de que observa *ex post* que eles se encontram do lado bom da barreira da troca desigual, perdendo de vista que eles só são dinâmicos por pertencerem aos países de salários elevados e que o deixarão de ser no dia em que passarem para os países subdesenvolvidos, como o foi justamente o caso dos têxteis (EMMANUEL, 1973a, p. 215)

Mas vale frisar que, sobre esse assunto, Emmanuel acaba por se aproximar um pouco das recomendações de Prebisch quando admite que alguma diversificação poderia vir em favor dos países subdesenvolvidos. Assim, afirma que, se um país que paga salários mais baixos conseguir, sem suspender suas exportações de primários, reduzi-las sensivelmente e transferir parte dos fatores produtivos para determinados ramos em substituição à importação, ele ganharia com tal estratégia, pois, além de reduzir o volume das trocas, que são desiguais, ele teria, adicionalmente, a vantagem do fortalecimento dos preços de suas exportações tradicionais, dada a redução da quantidade produzida e exportada.

Em resumo, não podemos querer extrair da tese de Emmanuel algo para além da sua preocupação-chave, a qual consistia em buscar uma explicação para a deterioração de longo prazo dos termos de troca em prejuízo dos países produtores de bens primários. A troca desigual era a chave para essa explicação. Troca desigual que, em sua opinião, estabelecia-se devido às consideráveis diferenças salariais, haja vista a baixa mobilidade internacional do fator trabalho. Diferenças salariais que se refletiam nos preços dos produtos de cada país, uma vez que esses preços são determinados pelos custos dos fatores, e não o contrário. Assim, no momento das trocas internacionais, os lucros se transferiam dos países pobres, que pagavam salários baixos e, portanto, tinham preços relativos menores, para os países ricos, cujos salários eram mais elevados e, em consequência, os preços de seus produtos também. Mas as

diferenças de desenvolvimento econômico entre os países era algo inerente ao sistema capitalista e, nesse ponto, seguia raciocínio análogo ao de Marx.

Breve comentário crítico à tese de Emmanuel: o negativo de Marx

Apesar de buscar uma interpretação da realidade econômica mundial a partir do método e da teoria de Marx, evidencia-se a frustração do esforço de Emmanuel, que acaba mesmo por corromper a teoria marxista do valor e apresentar uma análise cujo caráter superficial e anticrítico é a completa negação do pensamento de Marx. Tendo como foco de suas preocupações a expressão monetária do valor, na tentativa de eleger os salários como variável determinante de seu modelo, ele se afastou da autêntica análise marxista, calcada no espaço da produção de valor e de mais-valia, dimensão em que opera a combinação relações de produção/forças produtivas e na qual a luta de classes toma forma e sentido de existência.

Ao buscar nos níveis de assalariamento e de preços a chave aparente e explicativa para o subdesenvolvimento das economias, Emmanuel abandona a essência da análise marxista, pois subsume a origem do valor e toma a forma do valor em lugar de seu conteúdo, a aparência pela essência, o valor de troca pelo valor, ocultando, ao invés de revelar, o conflito de classe que se estabelece na produção capitalista e o conflito entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Isso lhe permite fazer afirmações que não se sustentam no espaço da teoria do valor de Marx, como "um salário de mercado [...] que se estabelece acima do salário de equilíbrio por determinado período de tempo [...] expressa um novo valor da força de trabalho no mesmo país", ou ainda, "as desigualdades dos salários atuam sobre os preços dos produtos e, daí, sobre o desenvolvimento econômico e não o contrário", entre outras.

Além de desconsiderar a relação geral que torna os processos sociais da produção, distribuição, troca e consumo como partes de um todo indivisível e indissociável, Emmanuel relegou a precedência que uma profunda investigação desses processos sociais deveria ter em relação às hipóteses de assalariamento e de determinação de preços-relativos. Pode-se mesmo afirmar que Emmanuel pressupõe o processo de distribuição, e mesmo o de consumo, como autônomos, independentes ou externos à produção, haja vista os graus de liberdade dados às variáveis salário e preço. Se, por um lado, a distribuição e o consumo estão vinculados a produção, pois um aumento dos salários, em seu entender, afeta os preços e atrai o desenvolvimento econômico, o que demonstra certo grau de inter-relação entre esses processos, o mesmo não se pode afirmar quando Emmanuel desvincula a elevação do salário do processo de produção.

Ora, sabe-se que, para Marx (2007), antes de distribuição de produtos entre as classes sociais, esse processo nada mais é que o resultado de uma outra distribuição que se opera anteriormente na esfera da produção e que se refere à distribuição de instrumentos de produção e distribuição de indivíduos entre os diferentes ramos de produção. Portanto, a distribuição é também produto da produção e interfere na organização da produção, uma vez que "o indivíduo que participa da produção sob a forma de trabalho assalariado participa, sob a forma de salário, dos produtos, dos resultados da produção" (MARX, 2007, p. 249). Num exercício de dialética, Marx refaz o caminho, colocando por sua vez a produção como sendo o resultado da distribuição, no intuito de demonstrar que qualquer tentativa de interpretação isolada dos quatro processos – produção, distribuição, troca e consumo –, torna-se abstração vazia se tratada fora da totalidade.

Assim, para Marx, o salário deve ser considerado sob duplo aspecto, pois, se na produção ele indica um agente desse processo,

na distribuição ele aparece também como um de seus atributos, reclamando parte dos produtos conforme a organização e o controle dos meios de produção no processo produtivo. Do mesmo modo, o lucro, outro atributo da distribuição, é indissociável da mais-valia, pois criado no momento da produção e condicionado pelo salário, haja vista o trabalho assalariado, para Marx, ser a fonte inequívoca e perene do capital. Somente por meio dessas digressões, torna-se possível revelar todas as formas de não equivalência que se ocultam sob a aparente equivalência existente nas trocas mercantis.

Apesar de anunciar uma pretensa base marxista sobre a qual repousavam seus argumentos, Emmanuel desconsiderou também o alerta de Marx, de que, apesar de "parecer mais correto" iniciar a análise da economia de um país pelo que há de mais "concreto e real nos dados", "pelo todo vivo", "pelos diferentes ramos da produção, seu estabelecimento nas cidades, nos campos [...] pela exportação e a importação, pela produção e o consumo anuais, pelos preços das mercadorias etc." (MARX, 2007, p. 255-257), o método que assim o fizesse "seria falso", pois se perderia em determinações abstratas, em conceitos e palavras vazios de conteúdos, porque desprovidos dos reais elementos que os compõem.

Tal desconsideração permitiu a Emmanuel defender o aumento nominal dos salários na periferia sem qualquer variação correspondente dos fatores reais que compõem seu conteúdo, ou seja, da jornada de trabalho, do produto-valor dessa jornada, da força produtiva ou da intensidade do trabalho, da proporção da jornada entre trabalho necessário e mais-trabalho, do valor das mercadorias de consumo da classe trabalhadora, do valor da força de trabalho. Em outras palavras, um aumento salarial por decreto, preferencialmente em setores-chaves da economia que comportassem tal aumento salarial e naqueles que, em caso de concorrência estrangeira, pudessem ser protegidos por tarifas alfandegárias. Desse modo, seguindo o raciocínio de Emmanuel, as consequências necessárias do aumen-

to salarial seriam a ampliação do mercado, da mecanização, do progresso técnico, da produtividade, do volume de capital, em suma, da massa de valor produzida, o que permitiria igualar-se salário nominal e real, a partir do que, novo aumento de salário seria possível, como numa espiral crescente. Essa seria a suposta "via capitalista de desenvolvimento" (EMMANUEL, 1973a, p.196).

Ao desconsiderar a ligação entre o nível de inserção do progresso técnico na produção de mercadorias e o valor das mercadorias, Emmanuel parece se esquecer do fato inexorável de que a força de trabalho é a mercadoria por excelência no sistema capitalista. Isso lhe permite sugerir, como resposta para as trocas desiguais entre o centro e a periferia, a simples elevação artificial do preço da força de trabalho, ou seja, o aumento dos salários, pois acreditava que este elevaria o consumo interno, atrairia o desenvolvimento, amenizaria os efeitos da troca desigual e diminuiria a diferença entre os níveis de vida dos países ricos e pobres. Afinal, para Emmanuel (1973a, p. 196), "o desenvolvimento segue a curva de consumo".

Depreende-se daí que, para Emmanuel, um aumento no preço da força de trabalho seria suficiente para gerar uma variação na grandeza do valor da produção. Como se dissesse que a forma do valor, o valor de troca, determinasse a substância geradora do valor, e não o contrário. Ou, nas palavras de Emmanuel, a forma valor fosse a variável independente do modelo. Ora, sabemos que, ao contrário, para Marx (1983b, p. 129) "o valor da força de trabalho determina o valor do trabalho ou, expresso em dinheiro, o seu preço necessário"; que "o valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de subsistência habitualmente necessários ao trabalhador médio" ou que "o valor da força de trabalho somente pode variar variando a força produtiva do trabalho" (p. 115). Assim, um revolucionamento nas forças produtivas do trabalho, especialmente do tipo que afete a produção de bens de consumo da classe trabalhadora, fará variar o salário, e não o contrário.

O valor da força de trabalho é uma categoria central na teoria marxiana, haja vista a partir dela se revelar a divisão da jornada de trabalho entre trabalho necessário, pago ao trabalhador, e mais-trabalho, extraído, e não pago ao trabalhador. Em contrapartida, Marx (1983b, p. 130) afirmava que, por sua vez, "a forma salário extingue todo vestígio da divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e mais-trabalho, em trabalho pago e trabalho não pago. Todo trabalho aparece como trabalho pago". A forma salário oculta, portanto, a real fonte de mais valor na sociedade capitalista. Emmanuel segue, justamente, a forma salário, a que oculta a relação entre trabalho pago e não pago. Daí o conflito entre capital e trabalho ser tão pouco explorado pelo autor, que prefere argumentar acerca da exploração entre países.

Emmanuel considera, em seu modelo, que os salários determinam os preços das mercadorias, assunto acerca do qual cabem algumas importantes interposições. Marx (1982, p. 152), trazendo a sua análise para o nível prático, pois a desejava assimilável pela classe operária, afirmou, em 1865, durante conferência para o Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores, que somente os "escritores antiquados de economia política defendiam a tese de que os salários regulam os preços [...]". À época, dirigia-se de forma crítica ao operário inglês John Weston, mas bem poderia estar se dirigindo a Emmanuel, quando afirmou que havia um "dogma na Economia Política", o de que "os preços das mercadorias são determinados ou regulados pelos salários", e que tal não passava de "heresia antiquada e desacreditada" (p. 151); em outro momento, reitera a crítica a esse "velho erro, tão divulgado e gasto de que 'os salários determinam os preços'". Para Marx, tal premissa já teria sido "destruída até os fundamentos por Ricardo, em sua obra 'Princípios da Economia Política', em 1817" (p. 152), e somente a economia vulgar continuava crendo nessa ordem de determinação.

Afinal, é ponto comum que, para Marx, uma mercadoria só tem valor por ser cristalização de trabalho social. Por isso, o valor de

uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho social médio necessário para produzi-la em um dado estado da sociedade, sob certas condições sociais médias de produção, a partir de uma dada intensidade social média e com uma destreza média do trabalho empregado em sua produção. Ora, torna-se evidente, portanto, que o valor de uma mercadoria, e a força de trabalho enquanto tal, varia conforme a força produtiva do trabalho. Já o valor de troca, o preço, não é senão a expressão em dinheiro do valor, mas sem qualquer condicionamento pelo nível dos salários pagos aos operários ou qualquer garantia de que expressará a real quantidade de trabalho social cristalizado na mercadoria, pois "retribuição do trabalho e quantidade de trabalho são coisas perfeitamente distintas" (MARX, 1982, p. 154).

Assim, afirma Marx, nada impede que o salário, simples remuneração da força de trabalho, varie e se distancie do verdadeiro valor da força de trabalho, o que não significa que ele poderá ser atribuído aleatoriamente, como o pretende Emmanuel, sem qualquer relação seja com o valor dos meios de subsistência necessários para manter e reproduzir a classe operária, seja com o produto-valor do trabalho, seja com o valor das mercadorias produzidas durante a jornada de trabalho, pois "os salários dos operários achar-se-ão limitados pelos valores dos produtos por eles produzidos, apesar de os valores de seus produtos não se acharem limitados pelos salários" (MARX, 1982, p. 155). E, se aos capitalistas interessava "encher os bolsos o mais que [se] possa" (p. 138), tal vontade os levaria, sem sombra de dúvida, a achatar os salários a um nível próximo do mínimo necessário à sobrevivência da classe trabalhadora, o que significa que qualquer aumento salarial teria de ser, antes de tudo, arrancado à classe capitalista por meio de greves, da pressão dos *trade unions* e da união da classe trabalhadora.

Emmanuel sequer pondera esse importante aspecto da teoria do valor, imanente à própria luta de classes, quando defende o aumen-

to nominal dos salários, como também desconsidera todas as outras determinações sobre as quais repousa a teoria marxiana no que tange o valor da força de trabalho e de sua remuneração, o salário:

> O valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de subsistência habitualmente necessários ao trabalhador médio [...] em determinada época de determinada sociedade [...] cuja massa pode ser tratada como uma grandeza constante. O que muda é o valor dessa massa (MARX, 1983b, p. 113).

E, em seguida, o ponto principal da teoria de Marx sobre o assunto, ponto esse negligenciado por Emmanuel.

> Uma vez suposto isso, verifica-se que as grandezas relativas do preço da força de trabalho e da mais valia *são condicionadas por três circunstâncias*: 1) a extensão da jornada de trabalho ou a grandeza extensiva do trabalho; 2) a intensidade normal do trabalho ou a sua grandeza intensiva, de modo que determinado quantum de trabalho é despendido em determinado tempo; 3) finalmente, a força produtiva do trabalho, de tal forma que *segundo o grau de desenvolvimento das condições de produção* o mesmo quantum de trabalho fornece no mesmo tempo um quantum maior ou menor de produto (MARX, 1982, p. 113, grifos nossos).

Emmanuel não investiga essas variáveis fundamentais relativas às jornadas de trabalho vigentes nas economias centrais e periféricas, tais como a grandeza e a intensidade do trabalho, o grau de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção capitalistas nos diversos setores dessas economias. Ao contrário, opta por decretar um pretenso anacronismo da teoria marxiana, cujas bases já estariam "historicamente ultrapassadas", a partir do qual vai ainda mais longe, pois inverte a ordem de determinação e advoga uma

elevação da produtividade e do nível de inserção do progresso técnico na produção como consequência do aumento de salários.

Não obstante, devemos nos lembrar de que Marx dedicou um capítulo de *O capital* para tratar da diversidade dos salários nacionais, haja vista perceber que a diferença de salários entre os diversos países dependia de "certa intensidade média do trabalho" válida para cada país. Assim,

> Na comparação de salários nacionais devem ser pois considerados todos os momentos determinantes da variação na grandeza de valor da força de trabalho, preço e volume das primeiras necessidades vitais naturais e historicamente desenvolvidas, custos da educação do trabalhador, papel do trabalho feminino e infantil, produtividade do trabalho, sua grandeza extensiva e intensiva (MARX, 1983b, p. 145).

Destaque-se, em seguida, a ressalva de Marx contra os argumentos superficiais sobre o tema, classe em que se encaixa a tese de Emmanuel.

> Mesmo a comparação mais superficial exige, antes de tudo, reduzir o salário médio diário para os mesmos ofícios em diferentes países à igual grandeza da jornada de trabalho. Após tal equiparação dos salários diários, o salário por tempo tem de ser de novo traduzido em salário por peça, pois apenas o último permite medir tanto o grau da produtividade como o da grandeza intensiva do trabalho (MARX, 1983b, p. 145).

Da análise de Emmanuel resulta, portanto, uma perspectiva reacionária, em se tratando de uma proposta de interpretação do desenvolvimento capitalista que se pretendia marxista. Pode-se mesmo afirmar, assim como o faz Bettelheim, que há, na verdade, a negação dos conflitos de classes especialmente nos países industrializados. Construindo sua tese no espaço reservado à represen-

tação da forma valor e depositando na variável salário o poder de determinação dos preços, Emmanuel detém-se não nas condições de produção em si, mas na forma como estas se manifestam. Cabe aqui recordar Marx (1983b, p. 128): "que na aparência as coisas se apresentam frequentemente invertidas, é conhecido em quase todas as ciências, exceto na Economia Política".

Apesar do olhar crítico sobre o capitalismo mundial, de considerar esse modo de produção eminentemente polarizador e desigual, de perceber que o subdesenvolvimento se interligava orgânica e estruturalmente ao desenvolvimento e que a condição periférica deveria ser entendida como contrapartida do progresso observado no centro do sistema, Emmanuel não avançou no que diz respeito a apresentar uma teoria revolucionária para a periferia. De cunho reformista, a associação que ele faz entre periferia e nível de salários negligenciava os problemas fundamentais do subdesenvolvimento, ao mesmo tempo que deixava a impressão sobre a possibilidade de se amenizar os conflitos de classes no sistema capitalista.

3. Dominantes e dominados: o capitalismo segundo Charles Bettelheim

Quando Bettelheim confrontou a tese de seu aluno Emmanuel, deixou claro, logo de início, que sua principal preocupação era entender a origem das "desigualdades econômicas entre as nações e as razões de seu agravamento" (BETTELHEIM, 1973, p. 25). Para ele, as contradições internas do capitalismo tornavam-se cada vez mais intoleráveis, haja vista a submissão das massas populares à crescente exploração por parte das minorias privilegiadas ligadas ao capital. Sinal disso era a intensificação das lutas sociais e políticas travadas no interior das economias dominadas durante os anos 1960 e 1970.

Não obstante, sabia exatamente qual era o mecanismo fundamental responsável pela ampliação das desigualdades de nível de vida no sistema mundial:

> Uma das principais conclusões dessa obra é a de que o aumento das desigualdades econômicas entre nações tem o seu fundamento na "troca desigual" (BETTELHEIM, 1973, p. 27).

Advertia, porém, que o maior erro ao qual o termo "troca desigual" pode induzir é o de se crer que um problema cuja raiz está nas relações de produção seja tomado enquanto fenômeno mercantil, ou de "exploração comercial", de intercâmbio internacional de mercadorias e serviços, porquanto gerado na esfera da circulação, da simples troca. Para corretamente apreendermos o argumento do autor,

> Evidentemente é importante notar, desde o início, que a expressão "troca desigual" designa em termos ideológicos um fenômeno que está longe de se reduzir a uma simples "troca" (BETTELHEIM, 1973, p. 28).

Fazer isso, analisar o fenômeno da desigualdade das trocas como pertencente à esfera da circulação, seria o mesmo que tomar o valor pela forma do valor, isto é, reduzir o valor, categoria que envolve a estrutura das forças produtivas e das relações de produção características do modo capitalista de produção, à simples expressão desse valor representada pelas relações de troca. E, de acordo com ele, é o que Emmanuel faz em grande parte de seu trabalho, ou seja, reduz o *valor* ao que as relações de troca exprimem, haja vista desenvolver sua análise no espaço da moeda, dos preços, dos salários, o que lhe permite compor uma soma monetária de remunerações de fatores produtivos.

A contribuição de Bettelheim surge de um intenso debate sobre o tema do *intercâmbio desigual* que tomou forma em meados da década de 1960. Emmanuel reconhece a dívida para com o professor

e diretor de estudos da École Pratique des Hautes Études (Ephe) da Sorbonne e fundador do Centro para Estudos dos Modos de Industrialização (Cemi) da École des Hautes Études en Sciences Sociales, o qual teria, "desde o estádio da simples reflexão até ao da sua materialização", acompanhado o trabalho de criação e elaboração de sua tese da troca desigual (EMMANUEL, 1973a, p. 12). Economista e historiador, Bettelheim era considerado a "figura mais importante da esquerda europeia", um grande especialista em planificação e destacado estudioso das questões sociais relacionadas ao socialismo prático, tendo sido um ativo debatedor dos problemas soviéticos, chineses e cubanos (CALLINICOS, 1979, p. 1).

Para melhor apreendermos a contribuição desse autor, dado o objetivo de nosso trabalho, convém, preliminarmente, apresentar as principais críticas que Bettelheim faz a Emmanuel para, posteriormente, apresentarmos sua argumentação acerca do que considerava desigualdade não apenas das trocas, mas da forma de desenvolvimento do sistema capitalista, polarizado entre países dominantes e dominados.

Crítica à Emmanuel

A importância maior da obra de Emmanuel, de acordo Bettelheim (1973, p. 18), residia no fato de ela ter evidenciado as fraquezas, insuficiências e o "caráter ilusório da teoria clássica e neoclássica do comércio internacional". A não validade da teoria dos custos comparativos bem como a crítica às supostas vantagens que a divisão internacional do trabalho assentada em bases capitalistas traria a todos as economias participantes do comércio internacional eram, em sua opinião, elementos fundamentalmente positivos dentro da contribuição de Emmanuel (BETTELHEIM, 1972, p. 34).

No entanto, apesar de todo o rigor teórico, da riqueza da obra e da posição de solidariedade de Emmanuel para com os povos pobres,

oprimidos e explorados pelo imperialismo, Bettelheim o acusa de manter sua tese na superfície dos problemas, o que o leva a sugerir o aumento de salários como solução para as *trocas desiguais*. Como já destacado no início deste capítulo, vale frisar que Bettelheim permanece fiel ao argumento marxiano de que as trocas somente são equivalentes, em *valor*, em quantidade de *trabalho vivo*, na esfera da circulação, espaço representativo do valor, aquele no qual apenas na ideologia burguesa impera a justiça das trocas, a equivalência das trocas, o preço justo, a igualdade etc. Afinal, "a denúncia da injustiça de uma troca implica a ilusão da 'troca justa' do 'preço justo' etc." (BETTELHEIM, 1973, p. 27).

Além disso, afirma que Emmanuel usa termos, expressões, conceitos e categorias típicos da crítica de Marx – autor que, segundo ele, separou de fato a Economia Política em geral da verdadeira crítica da Economia Política – para apenas reintegrá-los numa abordagem que ele considera pré-crítica. Em outras palavras, para Bettelheim, Emmanuel utiliza uma argumentação teórica que se identificava com a ideologia pequeno-burguesa, a partir do momento que não reconhece o corte epistemológico produzido pela ciência marxiana. Para fazer tal acusação, Bettelheim concentra sua crítica em pontos que, segundo ele, subvertem a teoria do valor de Marx: i) ao criticar a forma como Emmanuel interpreta a teoria dos preços de produção de Marx, isto é, uma soma de remunerações de fatores, o que o leva a transmutar o problema fundamental da troca desigual, da esfera da produção para a da circulação, das grandezas monetárias; ii) ao substituir a oposição fundamental das classes sociais, sobre cuja relação de interesses se estabelece a tese da exploração e da apropriação do excedente, por um outro antagonismo, de ordem puramente ideológico, que opõe países ricos a países pobres, povos desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Segundo Bettelheim (1973, p. 40), Emmanuel oblitera de seu argumento um fator fundamental da estrutura complexa que compõe

o sistema marxiano, a saber, as condições sociais e materiais da produção. Ao utilizar as categorias de Marx como num modelo matemático, aparente, Emmanuel opera alterações aritméticas e algébricas arbitrárias, como se cada grandeza modificada não influísse em todo o conjunto teórico que lhe dá base de existência. Nesse sentido, ao considerar os salários como variável exógena de seu "modelo", Emmanuel toma a liberdade de promover, livremente, variações nessa variável independentemente de qualquer alteração das condições sociais e materiais da produção, as quais são expressão do nível de desenvolvimento das forças produtivas, do grau de inserção do progresso técnico, do nível da composição técnica e orgânica do capital, dos preços de produção e, até mesmo, das condições em que se desdobram as trocas internacionais. Ao proceder assim, Emmanuel passa a falsa impressão de que os baixos salários pagos nos países subdesenvolvidos não estavam relacionados a tais fatores.

> É a natureza da combinação específica das forças produtivas e das relações de produção dos países pobres, sob a égide das relações mundiais capitalistas, que constituem a base objetiva da "pobreza" de certos países, os países dominados, e que explicam os salários baixos e a "troca desigual". Para escapar de forma durável à "troca desigual", não existe outro meio a não ser transformar essa base objetiva e, portanto, eliminar as relações de produção que "entravam o desenvolvimento das forças produtivas" (BETTELHEIM, 1973, p. 46).

Para Bettelheim, essa interpretação errônea de Emmanuel deve-se à análise equivocada que ele realiza sobre a categoria "preço de produção", de Marx. Tratando o preço de produção, no caso do sistema capitalista completo, isto é, com mais de um fator de produção, não como uma forma transformada do valor, mas sim como somatória das várias remunerações dos fatores, entre elas os salários, Emmanuel corrompe tal conceito ao permanecer apenas

naquele estado aparente que Marx designou de "ilusão da concorrência" (BETTELHEIM, 1973, p. 35).

> Essa formulação merece reter a atenção. Ela implica que as variações dos salários e dos lucros não são reconhecidas como sendo submetidas a determinações que relevam do campo das relações de produção e das forças produtivas. [...] Daí resulta que, quando na construção do preço de produção se faz referência às "condições da produção" esta referência não endossa para o que Marx por ela designou, mas sim para "condições de remuneração" portanto, para grandezas monetárias, as quais por sua vez são consideradas como variáveis independentes" (BETTELHEIM, 1973, p. 35).

Sobre o segundo ponto de contra-argumentação, o fato de Emmanuel substituir as classes sociais pelos países, Bettelheim o acusa de eliminar de sua análise a luta de classes ao considerar o proletariado dos países desenvolvidos como pertencente a uma aristocracia proletária, portanto alinhado e integrado à burguesia desses países, matando de tal modo, a contradição fundamental em Marx que dá origem à luta de classes. Essa tendência não tomava de assalto apenas Emmanuel, mas

> Esse "*efeito de substituição*" (das "classes" pelos "países") tem hoje em dia uma influência considerável sobre os melhores elementos da pequena burguesia, sobre os elementos mais radicais, os mais revolucionários e sobre os que podem juntar-se ao movimento operário revolucionário. Estes podem ser desviados desse movimento pelas ilusões e pelos erros que nascem desse "efeito de substituição" (BETTELHEIM, 1973, p. 20).

Portanto, para Bettelheim, Emmanuel toma uma tendência ideológica no mínimo perigosa, a partir do momento que, desviando-se das lutas reais, passava a orientar "milhares e milhares de jovens,

nomeadamente na América Latina, para um combate sem esperança" (BETTELHEIM, 1973, p. 20). Em outros termos, um posicionamento político-ideológico pequeno burguês que, excluindo o antagonismo de classes e, consequentemente, a ação do proletariado, advogava certas políticas como capazes de reformar ou inibir algumas contradições e antagonismos inerentes ao capitalismo, portanto, políticas inelutavelmente condenadas ao fracasso. Comparando a perspectiva de Emmanuel ao revisionismo moderno, absolutamente não radical, Bettelheim expressa que o "aburguesamento" do proletariado a que se refere o primeiro mostra de antemão que está aceite o efeito de dominação da ideologia burguesa.

A concepção centro e periferia em Bettelheim

Para Bettelheim (1973, p. 46-47), o mundo capitalista se divide em países dominantes e dominados. Os primeiros são aqueles cujas forças produtivas se desenvolvem num ritmo relativamente rápido, apresentando taxas de crescimento mais altas, o que leva o sistema mundial a se polarizar, ampliando as desigualdades econômicas, haja vista a dominação econômica, política e ideológica daí resultante engendrar uma determinada divisão internacional do trabalho que se torna completamente desfavorável ao desenvolvimento dessas forças produtivas no interior dos países pobres.

Os países ricos foram aqueles nos quais a inserção do progresso técnico, inserção essa estreitamente relacionada ao estágio de desenvolvimento das relações de produção capitalistas e da conformação dos interesses de classe no interior dessas economias, suscitou o surgimento da grande indústria nos moldes capitalistas mais avançados. Nesses termos, e respeitando um método de análise que se identificava com o materialismo histórico, Bettelheim sustentava que, se a base material especificamente capitalista era o elemento que determinava o desenvolvimento polarizado das forças

produtivas, a dominação política e ideológica exercida pelas classes dominantes dos países ricos vinha como reforço para aprofundar e consolidar a dominação desses países sobre o conjunto do sistema, a partir do momento que retiravam das classes sociais internas dos países pobres qualquer poder de exercer um papel ativo e objetivo no que tange ao desenvolvimento das forças produtivas nacionais.

Em outras palavras, reféns da dominação material, que opera no nível da estrutura econômica da sociedade, sobredeterminada pela dominação política e ideológica que compõe a superestrutura social, as economias atrasadas viam completamente bloqueadas as possibilidades de desenvolverem suas forças produtivas locais. O desenvolvimento desigual daí resultante tornava-se, assim, "simultaneamente um resultado e uma condição do modo de produção capitalista" (BETTELHEIM, 1973, p. 48), haja vista não existir qualquer interesse dos países desenvolvidos, designados por ele de imperialistas, em desbloquear, ou, muito menos, acelerar o desenvolvimento das forças produtivas dos países subdesenvolvidos. Ao contrário, a estrutura desse domínio funcionaria no sentido de manter ou aumentar a dependência dos países pobres por meio da cooptação das classes dominantes locais por parte dos capitalistas dos países industrializados.

A luta de classes seria, portanto, a única forma de se romper com esse bloqueio do desenvolvimento das forças produtivas no interior das economias atrasadas, a partir do momento que elevasse o proletariado à condição de organizador da produção social, celebrando assim novas relações econômicas políticas e ideológicas. Segundo Bettelheim, para a burguesia nacional dos países pobres, seria extremamente difícil cumprir esse papel de solapar as relações de dominação internacionais e libertar as economias atrasadas, haja vista estar estreitamente associada e, portanto, refém, das burguesias das grandes potências industriais. Dificuldade que se amplia graças ao papel ideológico representado pela pequena burguesia desses mesmos países pobres.

Em suma, para Bettelheim (1973, p. 49-50), a estagnação das economias pobres, a miséria e a "sobre-exploração" de sua classe trabalhadora não podem ser explicadas por simples relações de troca, mas, antes, por uma determinada combinação de relações de produção e forças produtivas que cria as condições materiais objetivas para a manutenção de salários miseráveis, subemprego e desemprego nos países pobres. Baixa condição técnica de cultivo dos solos, obrigatoriedade de repassar parte do produto a rentistas e usurários devido às relações de produção dominantes, baixo salário de subsistência, igualmente baixa remuneração da força de trabalho e limitação do mercado interno constituem-se num encadeamento que resulta no baixo grau de acumulação e, ulteriormente, na acentuada desigualdade das trocas.

As trocas desiguais são, portanto, posteriores à desigualdade econômica; a desigualdade econômica é, por sua vez, posterior às relações de dominação e exploração que imperam no capitalismo mundial devido à específica e complexa conjugação de relações/forças de produção. É imprescindível lembrar que, por trás de uma troca desigual, há uma base material objetiva que sustenta e condiciona qualquer taxa de remuneração de fatores produtivos. Para explicar as baixas taxas de salários seria necessário, portanto, investigar as condições reais dessas bases objetivas, e não apenas se manter no aparente jogo das trocas mercantis e seus valores de troca. Afinal "é essa base objetiva que '*sustenta*' e *reproduz* o que se designa pela expressão '*troca desigual*'" (BETTELHEIM, 1973, p. 51). Enquanto essas condições objetivas não fossem modificadas, a tendência seria sua reprodução em escala ampliada.

O centro explora a periferia?

Segundo Bettelheim, não se deve transmutar a expressão "exploração" de sua concepção teórica, presente no argumento de

Marx, designando ali uma determinada relação entre classes sociais, no momento da produção material da sociedade, por outra concepção de cunho puramente ideológico, que é o que ocorre quando pensamos em termos de exploração de um país por outro. Para ele, um país não explora outro. Afinal, pensar assim significa estender o conceito de exploração para além do de classes sociais, ou seja, significa pensar em termos de trabalhadores dos países industrializados explorando os trabalhadores dos países subdesenvolvidos.

> É porque o conceito de exploração exprime uma relação de produção – uma produção de sobretrabalho e a apropriação deste por uma classe social –, que ele remete necessariamente para relações de classes (e uma relação entre países não é, nem pode ser, uma relação de classes); é a razão porque também uma simples transferência de mais-valia dos capitalistas (ou de outros exploradores), dos países pobres para os exploradores dos países ricos não pode ser designada pelo termo de exploração no sentido preciso da palavra, dado que só os trabalhadores é que podem ser explorados, não outros exploradores (BETTELHEIM, 1973, p. 61).

Na concepção de Marx, capitalistas exploram trabalhadores, mas trabalhadores não exploram trabalhadores e nem capitalistas exploram seus pares. Para Bettelheim, cada país constitui-se de uma formação social particular e, assim sendo, apresenta uma estrutura própria, com suas classes sociais e interesses antagônicos. É essa estrutura própria de cada formação social que determinará a forma como essa economia nacional se inserirá no jogo das relações econômicas internacionais. Se há relação de exploração, esta já está contida na conformação das relações sociais de produção dentro de cada país e, portanto, não se pode pretender que tal exploração se estabeleça no nível das trocas internacionais.

Nem mesmo se sustenta teoricamente que os trabalhadores dos países pobres sejam mais explorados do que os dos países industrializados. Afinal, citando passagens de *O capital*, Bettelheim (1973, p. 61-62) realça que, dada a base técnica e a produtividade maiores dos países ricos, é de se esperar que os trabalhadores desses países sejam mais explorados do que os dos países pobres, apesar de seus salários nominais mais altos, haja vista esses salários representarem um valor proporcionalmente menor do total produzido do que representam nos países pobres. Isso significa que os trabalhadores dos países industrializados são mais intensamente explorados que seus pares dos países pouco desenvolvidos, prova disso são os grandes volumes de investimentos que garantem um grau muito maior de acumulação de capital naqueles do que nestes. Pensar em termos de exploração de um país por outro significaria, assim, ocultar as relações sociais transferindo para a esfera aparente das trocas a análise da estrutura capitalista mundial.

Toda a problemática envolve, para esse autor, a noção de alargamento da teoria do valor para a arena mundial. Na opinião de Bettelheim, o fato de a lei do valor não funcionar em âmbito internacional da mesma forma que se dá no âmbito da economia nacional não se deve à falta de mobilidade do fator trabalho, como queria Emmanuel, mas sim à estrutura internacional complexa do modo de produção capitalista, composta por formações nacionais específicas. Assim, a lei do valor em escala mundial tende a reproduzir, no sistema mundial, as condições específicas de cada formação social particular. Se o ritmo de desenvolvimento é lento e desigual em cada economia nacional, logo a tendência é que no sistema mundial essas diferenças se reproduzam e se ampliem. Se um país produz determinado produto em condições desfavoráveis em relação aos outros países, é de se esperar que, quanto mais ele produza nessas condições, mais intenso será o quadro de sua situação desfavorável. Logo, se no interior de um país o nível de salários é baixo, isso se deve ao

estágio em que se encontram suas forças produtivas e suas relações de produção específicas, mas não devido a uma determinação desse salário com base num suposto nível mundial das forças produtivas.

Os trabalhadores de todo mundo transferem para os capitalistas a parcela referente ao sobretrabalho. Se, no momento da troca, os capitalistas dos países industrializados se apropriam de parte do sobretrabalho dos proletários dos países atrasados, isso se deve à diferença da combinação forças/relações de produção no interior de cada uma das formações sociais envolvidas no jogo da troca mundial. No intercâmbio internacional de mercadorias tais diferenças são apenas reproduzidas e, por vezes, evidenciadas e ampliadas. Trata-se de um fato estrutural ligado à base produtiva material de cada sociedade nacional particular e que se reflete no antagonismo das classes sociais e na divisão do produto interno entre elas.

No interior de cada país, há exploração de uma classe por outra, daí sustentar, como o faz Bettelheim (1973, p. 65), que a dominação imperialista só é possível porque repousa, antes de qualquer coisa, na exploração dos trabalhadores dos países imperialistas pelos seus próprios patrões, os capitalistas desses mesmos países imperialistas. Uma vez dominante, graças às suas formações sociais específicas, a classe capitalista dos países ricos pode estender sua exploração aos trabalhadores dos países dominados. E o faz de duas formas, direta e indiretamente. Diretamente, a partir do momento em que exporta capitais e realiza investimentos nos países atrasados explorando diretamente os trabalhadores locais, constituindo o que Bettelheim denomina de exploração capitalista em escala internacional. E, indiretamente, como efeito da própria estrutura polarizada do capitalismo, que, ao bloquear ou retardar o desenvolvimento das forças produtivas nos países atrasados, permite aos capitalistas dos países industrializados extraírem e apropriarem-se da mais-valia produzida pelos trabalhadores dos países dominados, por intermédio de uma baixa forçada dos custos de produção, do nível relativamente

baixo dos preços e salários no interior das economias dominadas, de uma elevação dos preços monopolizados de venda, do pagamento de juros de empréstimos bancários internacionais, do pagamento de patentes e empréstimos públicos por parte dos capitalistas e governos das economias subdesenvolvidas, entre outros meios. Nesses casos, o capital estrangeiro se insere nas relações de produção nacionais, as quais lhe permitem participar de parte do sobretrabalho extraído dos produtores diretos de outro país.

Assim, para Bettelheim (1973, p. 68), falar em exploração de um país pobre por outro rico é "escamotear a complexidade das relações econômicas e criar a ilusão de que uma reificação dos termos de troca poderia cessar as desigualdades de desenvolvimento econômico". Seria o mesmo que alimentar a ideia absurda de que a economia dos países dominantes entraria em ruína se a dominação cessasse pelo desenvolvimento das forças produtivas dos países dominados. Para ele, tal mudança provocaria o desenvolvimento ainda maior das forças produtivas nos países ricos e qualquer perda seria apenas transitória.

Outro mito, segundo ele, era acreditar que a exploração dos trabalhadores dos países centrais é menor que a exploração dos trabalhadores dos países periféricos. Se os trabalhadores dos países ricos ostentam níveis de vida mais elevados, se eles se "aburguesam" ou adquirem hábitos próprios de uma aristocracia operária, muito próxima da burguesia, como defendia Emmanuel, isso é uma questão que, segundo Bettelheim, repousa numa relação ideológica, e não numa relação de produção, haja vista não eliminar nem esconder o fato de que essa classe continua a entregar seu sobretrabalho a outra classe e, portanto, continua a garantir a base material e objetiva da exploração. Por isso, crê que qualquer vitória do proletariado, seja do centro, seja da periferia, sobre a classe capitalista de qualquer lugar do mundo é uma vitória revolucionária, pois enfraquece o inimigo comum, a classe burguesa imperialista.

À guisa de conclusão, se em Emmanuel a razão de ser da periferia se deve ao pagamento de salários baixos, o que força também para baixo os preços dos produtos exportados, deteriorando a relação de troca para os países periféricos, em Bettelheim os baixos salários pagos na periferia do sistema são resultado da combinação das relações de produção e das forças produtivas que formam a base material de desenvolvimento do capitalismo dentro de cada formação social. Se, no primeiro, constitui-se causa, no segundo, é efeito da estrutura polarizada do sistema capitalista mundial.

> A tese de A. Emmanuel, acerca da "exploração" dos países pobres pelos países ricos, conduz a fazer surgir "relações entre países", isto é, substituir o antagonismo real trabalhadores/exploradores, pelo antagonismo fictício "nações ricas/nações pobres" (BETTELHEIM, 1973, p. 73).

Tese que, segundo ele, torna-se até mesmo muito conveniente à ideologia burguesa, servindo às classes dominantes tanto das nações imperialistas como das nações dominadas, uma vez que a exploração deixa de ser a que acontece de uma classe sobre a outra e passa a ser a dos ricos sobre os pobres, sejam aqueles capitalistas, agricultores ou operários, seja uma nação inteira sobre a outra, onde todos podem se tornar vítimas de simples relações de trocas desiguais que necessitariam ser suficientemente modificadas. A oposição entre ricos e pobres toma assim uma forma "natural" de existência, contra a qual seria inútil lutar. Toma, pois, a aparência como essência, a superfície como estrutura fundante. Por isso, para Bettelheim (SWEEZY; BETTELHEIM, 1971, p. 108), o sentido de dominação vai muito além da exploração dos trabalhadores de um país pelos capitalistas de outro. Ela tem efeitos econômicos que determinam efeitos políticos e ideológicos e que, juntos, têm a finalidade de manter o bloqueio ao desenvolvimento das forças produtivas nos países dominados, garantindo assim a perpetuação da estrutura polarizada do sistema capitalista mundial.

Portanto, a estrutura centro periferia tenderia a se perpetuar sob o domínio do capital na visão de Bettelheim, haja vista os desníveis tecnológicos entre os países e o bloqueio ao desenvolvimento das forças produtivas dos países periféricos por parte dos países centrais. Ao intercâmbio mundial de mercadorias continuaria cabendo a tarefa de somente evidenciar, de tornar aparente, a desigualdade econômica estrutural que residia na base material produtiva de cada formação social. Percebendo de imediato que aos países imperialistas não interessaria estimular o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos e que, além disso, a conformação de interesses de classes no interior dos países periféricos colocava as burguesias nacionais como associadas e reféns dos interesses dos capitalistas do centro, para Bettelheim, a única saída para a periferia passaria necessariamente pela luta de classes, movimento capaz de elevar o proletariado à condição de organizador da produção social, a partir do que novas relações econômicas, políticas e ideológicas passariam a imperar. Porém, dado o nível de abstração da análise de Bettelheim, não há uma reflexão objetiva, no nível das classes sociais, sobre esse movimento revolucionário capaz de subverter a ordem na periferia do sistema.

4. A condição periférica no capitalismo mundial segundo Christian Palloix

Escrito na primavera de 1972, o artigo "A questão do intercâmbio desigual", afirmava o autor no subtítulo, tratava-se de *uma crítica da economia política*. A expressão crítica, nesse caso, toma um sentido duplo, pois, ao mesmo tempo que assinalava discordância com as teorias burguesas dominantes das vantagens da troca no comércio mundial, contestava os teóricos marxistas que vislumbram, no plano internacional, a plausibilidade da existência de um "intercâmbio equivalente" (PALLOIX, 1972, p. 98).

Apoiando-se no método dialético utilizado por Marx, advogava que a dialética marxista permite que se apreenda a ideia de equivalência e não equivalência como elementos apenas aparentemente contraditórios, a depender do plano teórico em que se baseie, pois uma troca aparentemente entre equivalentes pode ocultar uma desigualdade essencial. Assim, afirmava que aqueles que apostam na equivalência das trocas no plano internacional são vítimas da mesma armadilha que faz muitos crerem que a força de trabalho, na circulação, recebe uma remuneração equivalente ao seu valor (PALLOIX, 1972, p. 101).

Segundo Palloix, durante o período de 1950 a 1970, diante de diferentes versões do marxismo que marcavam as academias e os partidos políticos dos países ocidentais, ele havia sido, inicialmente, influenciado pelo marxismo estruturalista de Louis Althusser, até mesmo, talvez, pela notoriedade que essa corrente recebera nos círculos intelectuais nos anos de 1960 e 1970. Confessa que, por volta de 1966, ano em que defendeu sua tese de doutorado sobre a história da economia industrial têxtil e metalúrgica da região francesa de Dauphiné, sua relação com o marxismo era muito mais política do que econômica, tanto que sua maior influência em teoria econômica havia sido dada pelo pensamento de seu conterrâneo François Perroux, no que diz respeito à importância dos polos de crescimento para o desenvolvimento de regiões atrasadas (PALLOIX, [20--]).

Mas Palloix, economista francês que, em 1966, tornara-se professor da Faculdade de Economia de Grenoble, sudeste da França, não obstante reconhecer que o estruturalismo tinha influenciado sobremaneira suas pesquisas no campo da economia internacional, tornou-se, posteriormente, crítico dessa abordagem no que tange ao fato de o marxismo estruturalista "esquecer-se de que os trabalhos econômicos de autoria de Karl Marx usam o subtítulo 'crítica da economia política", desconsiderando, por completo, que Marx não apenas analisou as bases da economia capitalista de seu tempo,

mas "esforçou-se em destruir seus fundamentos", com o intuito de transformá-la (PALLOIX, 1999, p. 2). Nesse sentido, o estruturalismo pecava ao retirar do conjunto marxiano sua principal característica, a da ação revolucionária do homem, enquanto sujeito da vida social. Palloix (1972, p. 100) afirma que "Althusser separa muito claramente a essência (o conceito) do fenômeno, [...] mas permanece indiferente frente ao fenômeno enquanto tal", como se o fenômeno não pertencesse ao campo científico.

Para Palloix (1972, p. 99), havia a necessidade de se diferenciar, de antemão, a tese da deterioração dos termos de troca da troca desigual. Alegava que a primeira se referia a uma forma empírica de se mostrar um evento conjuntural, que, de forma alguma, confundia-se com o intercâmbio desigual, mesmo porque, se os termos de troca se deterioravam e, portanto, não mais se equivaliam, era porque, em princípio, acreditava-se na possibilidade da igualdade e da equivalência. O intercâmbio desigual, ao contrário, dizia respeito a uma característica imanente das relações de produção internacionais e do estágio de evolução das forças produtivas, uma questão estrutural do sistema capitalista e de sua forma de expansão, que se inseria no conjunto teórico do imperialismo.

Tendo se iniciado a partir dos trabalhos pioneiros de seu conterrâneo e historiador do pensamento econômico, Henri Denis, datados de 1961 e 1962[123], nos quais interpretava o papel da deterioração de longo prazo dos termos de troca diante das relações comerciais entre a Europa, os Estados Unidos e os países subdesenvolvidos, bem como a influência que esse fenômeno exercia sobre as possibilidades do crescimento econômico, a questão das trocas internacionais acabou por atrair a atenção de Emmanuel, Bettelheim, Latouche, Amin e a dele próprio (PALLOIX, 1972, p. 97).

123. Esses trabalhos do historiador econômico francês Henri Denis (1913-2011) são: "Le rôle des débouches préalables dans la croissance économique de l'Europe occidentale et des États-Unis d'Amérique", de 1961, e "L'évolution séculaire des termes de l'échange entre l'Europe industrielle et les régions sous-développées", de 1962.

Criticando tanto Emmanuel como Sraffa, haja vista ambos terem exilado a variável *salário*, colocando-a, respectivamente, como "variável independente" ou como um "dado que escapa à análise econômica" (PALLOIX, 1972, p. 104), Palloix os acusa de cometerem um erro metodológico, que levava ao estreitamento e ao empobrecimento da economia política crítica, por somente analisarem o fenômeno, o "teoricamente concreto", deixando de fora as contradições que o determinam, as quais residem na essência, ou como prefere o autor, "no teoricamente abstrato" (p. 102). Era necessário, segundo ele, passar da essência ao fenômeno, de modo a dominar por completo o objeto e suas manifestações, dominá-lo na teoria e na prática, conhecendo as contradições que determinam sua essência para, daí, apreender as leis fundamentais que regem o desenvolvimento dessas manifestações.

Especificamente no caso da polêmica envolvendo Emmanuel e Bettelheim, Palloix considera que o primeiro não percebe que a categoria *preço de produção*, em Marx, é "a nova determinação do valor-trabalho na essência concreta do fenômeno", logo, é a nova determinante das contradições do modo capitalista de produção. Os preços de produção, que somente realizam o intercâmbio desigual, são, na visão de Palloix, transformações dos valores e, assim sendo, deles dependem. Os *valores*, por seu turno, dependem das diferentes composições orgânicas do capital, que, por sua vez, surgem como resultado do estágio de evolução das forças produtivas. Logo, assim como já mostrava Marx, no capitalismo concorrencial, haverá transferência de valor dos setores mais avançados tecnologicamente para aqueles menos avançados e, por extensão, dos capitalistas das nações industrializadas para os das nações não industrializadas. Em se tratando do estágio monopolista do capitalismo, Palloix afirmava que a desigualdade do intercâmbio seria ampliada via exportação de capital, que fluiria dos países dominantes para os dominados, implantando nessas novas zonas ge-

ográficas atividades de elevada produtividade e aproveitando-se, simultaneamente, da diferença de custos em virtude dos baixos salários, o que reduziria o capital variável e ampliaria a mais-valia extraída e os lucros auferidos.

Mas, segundo Palloix, Emmanuel acreditava que o *preço de produção*, e não o *valor*, fosse a categoria-chave para explicar teoricamente o capitalismo desenvolvido, aquele no qual as composições orgânicas diferem de setor para setor, haja vista a *teoria do valor* estar limitada aos estágios pouco desenvolvidos das trocas ou à economia capitalista pouco desenvolvida, caso em que as composições orgânicas não se diferenciam de setor para setor. Palloix afirmava que semelhante separação era um equívoco, pois não existiam duas teorias, uma do valor e outra do *preço de produção*, uma vez que o preço de produção era uma categoria que, partindo do *valor*, apresentava-se no mundo fenomênico como resultado das contradições do modo de produção capitalista.

Tal erro, de acordo com Palloix (1972, p. 105), induziu Emmanuel a considerar o intercâmbio desigual como o problema final a ser apreendido, quando, na verdade, deveria ser visto apenas como um mecanismo intermediário dentro da teoria do valor capaz de assegurar, dadas as contradições imanentes do modo capitalista de produção, o subdesenvolvimento de alguns capitais como contrapartida necessária do desenvolvimento de outros. Em outras palavras, o modo capitalista de produção se desenvolve a partir de contradições históricas, como a lei do desenvolvimento desigual, a lei da pauperização, a lei da tendência decrescente da taxa de lucros, contradições que se desenrolam na essência dos fenômenos e são expressão das contradições das relações de produção com o nível das forças produtivas. Contradições que acabam por determinar a "contradição fundamental criação-realização do produto social em geral e da mais-valia em particular, de onde resultam todas as contradições concretas pontuais" (p. 102).

A exemplo de Bettelheim, a análise de Palloix centra-se no grau de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas e das relações sociais de produção a ele correspondentes, optando por uma clivagem que coloca em um polo do sistema capitalista mundial os países de capitalismo pouco desenvolvido, aqueles em atrasado estágio de desenvolvimento das forças produtivas, os quais ele denominava de dominados. Estes comporiam a periferia do sistema. No outro polo, estão os países de capitalismo desenvolvido, adiantados em termos de inserção do progresso técnico e científico, industrializados, dominantes, centrais.

Assim, se uma maior quantidade de trabalho de um país dominado é trocada por uma quantidade menor de trabalho de um país dominante, tal desigualdade apenas se *realiza* na esfera da circulação, na superfície dos fenômenos, haja vista ter seus fundamentos embasados na esfera da produção. Apesar de os valores de troca das mercadorias se estabelecerem num mercado internacional, o valor de troca da força de trabalho é determinado pelas condições nacionais das forças produtivas, pois não é determinado pelas condições de manutenção e reprodução internacionais média da classe trabalhadora.

Ora, o estágio de desenvolvimento das forças produtivas se exprime, entre outros, pelo nível de produtividade do fator trabalho, o qual se difere consideravelmente dada a natureza específica da atividade de produção relativa às nações mais desenvolvidas e às menos desenvolvidas[124]. Ainda que a produtividade das atividades de exportação das nações subdesenvolvidas, majoritariamente agrícolas e extrativas, equipare-se ao nível observado nas nações de capitalismo desenvolvido, atenção especial deveria ser dada à produtividade do setor de subsistência, que produz bens de consumo interno, da classe trabalhadora, a qual arrastará para baixo a produtividade média da economia. A produtividade desse setor

124. Christian Palloix (1972, p. 123) utiliza dados apresentados por Paul Bairoch para afirmar que somente na diferenciação entre agricultura tradicional e capitalista os níveis de produtividade se relacionavam numa proporção de 1 por 40.

experimenta, à medida que as relações capitalistas e a lei do valor penetram na estrutura interna do país, uma deterioração de logo prazo, ao passo que os setores de exportação conseguem acompanhar os níveis internacionais.

Logo, ainda que nas economias atrasadas alguns setores pudessem experimentar níveis de produtividade do trabalho iguais aos observados nos países de capitalismo avançado, o que ocorre é uma subvalorização da força de trabalho, no âmbito nacional, devido ao baixo valor da força de trabalho nas atividades de subsistência, e que, em consequência, se torna responsável pelos baixos salários nesses países. E o grau de diferença de produtividade se refletirá em igual proporção no nível dos salários. Assim, os setores mais produtivos têm à disposição uma quantidade de mão de obra a um valor extremamente baixo, a um custo de manutenção e reprodução quase nulo, de certo incomparavelmente menor do que o estabelecido nos setores mais dinâmicos.

À degradação da produtividade dos setores de subsistência das economias dominadas associa-se a baixa relação entre trabalho complexo e trabalho simples, numa proporção também incomparavelmente menor do que a observada nos países industrialmente desenvolvidos. A formação dos trabalhadores especializados num e noutro país experimentará custos para os capitalistas bastante distintos. Por isso, pode-se dizer que a desigualdade do intercâmbio, cujo fundamento se encontra no nível das relações de produção com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas, apenas se evidencia na circulação, no mercado ou nos salários, enquanto preço da força de trabalho.

> No espaço da circulação mundial se abre uma desigualdade de salários pela qual se *realiza* a formação de um preço de produção que transfere aos países industrializados uma parte mais, ou menos, importante do excedente produzido no país não industrializado (PALLOIX, 1972, p. 125, grifo nosso).

E resume sua ideia da seguinte forma

> No modo de produção capitalista, no seu estágio competitivo, o intercâmbio desigual depende de um mecanismo de determinação – o valor internacional dos bens produzidos e intercambiados – que conduz a uma subvalorização do valor da força de trabalho, à medida da penetração dos valores capitalistas (PALLOIX, 1972, p. 126)

Portanto, para Palloix, diferentemente de Emmanuel, não é o salário que se estabelece como variável independente no sistema, mas a independência dos salários é somente o resultado da independência do valor nacional da força de trabalho em relação ao valor internacional dessa mercadoria. Baseando-se em Marx, no que se refere à questão da diversidade dos salários nacionais, a ideia central em Palloix é a de que no mercado mundial se transacionam mercadorias produzidas em países com diferentes médias de intensidade de trabalho e, portanto, com diferentes tempos de trabalho necessário. Como essa intensidade média muda de um país para outro, a depender do grau de avanço das forças produtivas, no mercado mundial se estabelece uma escala em relação a uma média universal das diferentes intensidades nacionais do trabalho. Os trabalhos nacionais mais intensivos produzirão uma quantidade de valor maior do que aqueles menos intensivos, o que, no final, tende a expressar uma quantia maior de dinheiro[125]. O valor nacional da força de trabalho vai revelar-se estreitamente relacionado ao nível de desenvolvimento das relações de produção e das forças produtivas. É evidente que o intercâmbio desigual será específico para cada estágio de evolução do capitalismo, a depender do crescimento em importância do comércio exterior no que diz respeito à criação e realização da mais-valia em cada estágio.

125. Conferir Marx (1984a).

Em suma, importa destacar que a relação do desenvolvimento com a industrialização não está no mesmo sentido dado pelo pensamento cepalino, apesar da influência do estruturalismo presente na formação de Palloix. Para ele, a industrialização não se apresentava como solução para o desenvolvimento capitalista dos países periféricos, mas tão somente como forma de manifestação das forças produtivas sob o domínio das relações capitalistas de produção, cujo progresso técnico mais avançado tinha atravessado já uma revolução industrial seguida de uma revolução técnica e científica, exigindo a segunda, uma proporção de trabalho complexo por trabalho simples infinitamente superior à primeira, o que afetava sobremaneira o valor da força de trabalho. Ao contrário, acreditava que a relação centro e periferia tenderia para a agudização dos conflitos imanentes ao modo capitalista de produção.

5. Samir Amin e a proletarização da periferia pelo capital

Para Amin (1976, p. 115), Emmanuel foi quem realizou a primeira formulação de conjunto do problema da troca desigual. No entanto, achava necessário retomar a questão com o intuito de complementá-la. A tese acerca do intercâmbio desigual é considerada por ele uma contribuição teórica fundamental. Assim como Bettelheim e Palloix, Amin considera que o maior mérito da obra de Emmanuel foi o de denunciar os equívocos da teoria das vantagens comparativas do comércio internacional, de Ricardo. Além disso, pontua que o principal argumento de Emmanuel ficou obscurecido, pois este não percebeu que a realidade se ajustava completamente em favor de sua tese. Vejamos mais detalhadamente como Amin analisa essa problemática para entendermos o quanto seu argumento se diferencia do de Emmanuel e, além disso, entender como esse autor analisa a reprodução polarizada do capitalismo mundial, foco principal de nosso trabalho.

Os primeiros escritos de Amin já expressavam sua preocupação constante com os países africanos, seu continente de nascimento. Em sua tese de doutoramento, datada de 1957, sob a supervisão de Palloix, na França, já mostrava preocupação com a integração das economias pré-capitalistas à economia mundial já capitalista. Influenciado pelo pensamento de Baran, compartilhava com este a impressão de que a forma como se dava essa integração estaria estreitamente relacionada com a condição de subdesenvolvimento dos países.

Amin vivenciou os movimentos de libertação nacional que se disseminaram pela África após a Segunda Guerra[126] e, como cientista social de origem, além de se ter graduado, posteriormente, também em estatística e economia, investigou cuidadosamente as condições sociais e históricas locais, assim como os problemas políticos e econômicos que os países daquele continente enfrentaram nesse momento particular da história. Conhecendo profundamente a região norte-africana do Magreb e diversos outros países do continente, tais como Senegal, Costa do Marfim, Mali, Guiné e Gana, pôde desenvolver uma análise original sobre os problemas relativos ao desenvolvimento das nações africanas (AMIN, 2000, p. 62), de quem se tornou um destacado porta-voz.

Defendendo a posição de que os países imperialistas não concederam a independência à África, mas que, na verdade, foi a África que a exigiu, às vezes por meio de conflitos armados de longa duração (AMIN, 2000, p. 63), Amin considera o período que se seguiu à Segunda Grande Guerra como sendo de completa "desordem mundial". Com conhecimento da teoria marxista, exerceu uma ativa carreira

126. Referimo-nos aqui aos movimentos de libertação nacional disseminados depois da Segunda Guerra Mundial, os quais "se estenderam até 1994 – último combate na África do Sul; até 1980, para Zimbábue; até 1974, para as colônias portuguesas; até 1960, para a maior parte dos países do continente ao sul do Saara; até apenas alguns anos antes, 1954, 1956, no que concerne à evacuação do Egito e ao final do regime de protetorado no Marrocos e na Tunísia, e por fim 1962, no que concerne à guerra da Argélia. O continente como um todo participou, portanto, desse movimento de libertação nacional" (AMIN, 2000, p. 62).

militante enquanto estudante na França, fosse junto ao Partido Comunista Francês, fosse ao círculo Maoísta. Afirmava que a leitura de *O capital*, de Marx, o convenceu de imediato de que a lei do valor era a base fundamental sobre a qual deveria se erguer a crítica à economia burguesa, devido ao caráter holístico que a categoria valor assumia no pensamento marxista, ao se estender para além dos aspectos econômicos do capitalismo e condicionar a própria forma de vida nesse tipo de sociedade (AMIN, 1999, p. 147).

Buscando interpretar o sistema mundial a partir de uma perspectiva do materialismo histórico, para Herrera (2007, p. 6), a originalidade de Amin estava em sua recusa de uma leitura de Marx que levasse à equivocada conclusão acerca da possibilidade de homogeneização econômica do mundo pela via da expansão capitalista. Tomando o sistema mundial como unidade de análise, rejeitou todo e qualquer evolucionismo, assim como toda interpretação economicista do leninismo. Para ele, o centro capitalista não reflete a periferia de amanhã, logo, cabe aos países periféricos a tentativa de edificar outra sociedade. Advogava que somente o maoísmo representava o verdadeiro retorno à Marx, porquanto capaz de oferecer os elementos necessários a uma reflexão sobre a real possibilidade de transformar o mundo e fazer algo completa e estruturalmente diferente (p. 4).

Após apresentar sua tese de doutorado e regressar à África, onde trabalhou como pesquisador e assessor científico governamental no Egito e no Mali, Amin procurou aproximar as preocupações econômicas e sociais presentes no pensamento africano de suas correlatas na América Latina, chegando a convocar uma reunião de economistas e outros intelectuais em Dakar, no ano de 1970 (SANTOS, 2000, p. 46), como forma de tentar um caminho teórico próprio para as economias periféricas, num momento em que muito se debatia sobre as teorias do estruturalismo, dependência, intercâmbio desigual, deterioração dos termos de troca, neocolonialismo, imperialismo, socialismo e planificação.

Preliminarmente, faz-se necessário destacar que, segundo Amin (1972, p. 68-69), qualquer teoria que se pretenda explicativa das relações internacionais entre países de acentuado desnível de desenvolvimento, tais como as que marcam as relações comerciais entre o centro e a periferia, deve, obrigatoriamente, partir de quatro hipóteses que, mais do que hipóteses, representam fatos comprovados pela evolução concreta da realidade histórica. A primeira, de que os fluxos de capital e mercadorias entre centro e periferia têm ampliado a diferença de produtividade e consumo entre os países, ao invés de diminuí-la; a segunda, de que a dinâmica industrial tem sido muito mais rápida e intensa do que a que se dá no setor agrícola; a terceira, de que os termos de intercâmbio têm se deteriorado em prejuízo dos países especializados em produtos agrícolas e extrativos, ao contrário do que advogava a teoria das vantagens comparativas do comércio internacional; e, por último, a de que os salários são mais baixos na periferia do que no centro, desnível que só fez piorar ainda mais com o advento do capitalismo de tipo monopolista.

Além disso, há um ponto fundamental nas análises desse autor que o diferencia de todos os demais citados anteriormente neste trabalho. Para Amin, o erro que ocorre ao se analisarem as relações econômicas internacionais está na forma como se coloca o problema, ou seja, como se se tratasse de comparar duas economias capitalistas dentro do marco do capitalismo mundial, uma desenvolvida e outra subdesenvolvida. Segundo ele, o certo seria considerar relações econômicas entre formações sociais distintas, e não relações comerciais entre dois países capitalistas em estágios distintos de desenvolvimento. Assim, afirma que a expressão subdesenvolvimento é, por sua vez, equivocada (AMIN, 1972, p. 64-67).

A questão a ser tratada, a seu ver, gira em torno de relações entre duas formações sociais, uma autenticamente capitalista, na qual o capitalismo não é somente dominante, mas exclusivo, porquan-

to penetra em toda sua estrutura social produtiva. Trata-se, nesse caso, do capitalismo que, se não "puro", pelo menos bastante homogêneo, pois penetra em todos os setores de produção, caso dos países que compõem o chamado centro do sistema mundial – apesar de ressalvar que nenhuma formação social do centro pode ser reduzida a um modo de produção capitalista puro. E outra, bastante distinta dessa primeira, a qual se trata de uma formação social em que o capitalismo penetra timidamente e não se torna exclusivo, não se homogeneíza, haja vista estabelecer-se somente e essencialmente nos setores voltados ao mercado externo, o que acaba por garantir a perpetuação de relações sociais de produção distintas das capitalistas nos demais setores produtivos, especialmente aqueles dedicados à produção de gêneros alimentícios para o mercado interno, os chamados setores de subsistência. Portanto, tudo se passa como se o processo de acumulação primitiva, narrado por Marx, não tivesse ainda chegado a termo, haja vista existirem ainda modos de produção não capitalistas. Daí a importância que ele atribui ao entendimento dado por Rosa Luxemburgo ao processo de expansão capitalista.

Para Amin, o fato de haver relações entre distintos modos de produção não impede de se teorizar sobre uma troca desigual, fosse assim e todo o trabalho de Marx acerca da acumulação primitiva seria então uma análise absurda. Pelo contrário, há transferência de valor e esta supõe uma desigualdade no intercâmbio. "Troca desigual significa, simplesmente, transferência de valor" (AMIN, 1976, p. 165). Se o nível de especialização pode ser desigual, a troca internacional torna-se, portanto, passível da mesma desigualdade. Produtividades distintas resultam em desigualdades da troca. Se a hora de trabalho em um país mais desenvolvido, com maior nível tecnológico e composição orgânica superior, obtém no mercado internacional mais produtos do que o correspondente à hora de trabalho no país menos desenvolvido, logo, a troca é desigual.

Adicionalmente, considera que, além das produtividades serem mais fracas na periferia, as remunerações são proporcionalmente menores do que os índices de produtividade, o que agrava ainda mais o problema da desigualdade. Há, portanto, transferência dissimulada de valor da periferia para o centro e, nesse caso, pode-se falar na existência de troca desigual. Mas lembremos que Emmanuel só situa a troca desigual, em sentido estrito, naqueles casos em que, além das composições orgânicas diferentes, ocorrem, simultaneamente, níveis de salários também divergentes, pois no caso dos salários análogos, apesar de também gerarem trocas desiguais, esse tipo de não equivalência não deveria ser considerado como o problema teórico a ser levantado, já que ele é imanente ao sistema capitalista e ocorre até mesmo no interior da nação, isto é, ainda que não haja troca internacional, pelo fato já demonstrado por Marx da transformação do valor em preço de produção. Daí, o argumento de Emmanuel repousar sobre as diferenças de remuneração da força de trabalho.

É nesse ponto que Amin deseja colaborar com a tese de Emmanuel, pois recorda que, inicialmente, Emmanuel baseia sua argumentação numa hipótese de intercâmbio entre centro e periferia em que as trocas de mercadorias produzidas por ambos os lados apresentam composições orgânicas e produtividades bastante análogas. E, segundo Amin (1976, p. 118), Emmanuel deveria ter permanecido sobre essa proposição, pois se trata de uma hipótese que efetivamente corresponde à situação real, pois os produtos agrícolas exportados pelas periferias não são provenientes de setores atrasados ou tradicionais, de baixa produtividade, como os que se dedicam à produção interna. Os setores de exportação das periferias são, na sua quase totalidade[127], ultramodernos, especial-

127. Apresenta dados pelos quais se comprova que de 75 a 80% das exportações da periferia seriam oriundas de setores ou empresas que produziam sob elevadas condições de produtividade, bastante análogas às apresentadas por empresas similares do centro (AMIN, 1976, p. 120).

mente no que se refere à extração e transformação primária de petróleo e minérios, além de plantações modernas, setores os quais ostentam elevados índices de produtividade do trabalho, pois neles as relações de produção capitalistas e as forças produtivas penetram com a força total dos interesses capitalistas e, portanto, são compatíveis com o ritmo de desenvolvimento das economias centrais. Segundo ele, foi isso que permitiu a Emmanuel, inclusive, mostrar que nas periferias há níveis de produtividades na exploração de minério e petróleo bastante semelhantes aos apresentados por economias centrais, mas cuja remuneração da força de trabalho é consideravelmente menor.

Em outras palavras, Amin acredita que Emmnuel deveria ter insistido nessa hipótese das composições orgânicas análogas e salários divergentes para comprovar sua tese, pois estaria supondo algo que corresponde à situação real, ou seja, a grande maioria dos produtos entregues pelas periferias constitui-se de produtos produzidos sob condições técnicas e níveis de produtividade bastante semelhantes aos do centro capitalista. Tal hipótese, nos esquemas numéricos de Emmanuel, comprovaria que, se as exportações de primários fossem feitas por países desenvolvidos, a transferência de valor de um país para outro praticamente desapareceria devido aos custos de produção que se elevariam e, com eles, os preços. Tais custos de produção se elevariam por influência da taxa de salários. Ou seja, se as taxas de salários se elevassem ao nível da produtividade, a troca de mercadorias entre centro e periferia praticamente se equivaleria, pois "o que se pode adiantar aqui é que, na periferia, as remunerações são proporcionalmente muito mais débeis do que as produtividades" (AMIN, 1972, p. 82).

Significa que, para Amin, se as remunerações na periferia, ainda que somente nos modernos setores de exportação, se equiparassem às do centro, dados os semelhantes níveis de produtividade, o novo cálculo dessas exportações em valores monetários revelaria a

transferência de valor oculta da periferia para o centro em consequência do intercâmbio desigual. Se esses valores das exportações da periferia fossem corrigidos, as importações do centro representariam uma proporção do produto bruto dos países industrializados bem maior, elevando-se de 2 para 15 pontos percentuais[128], evidenciando o grau de exploração das economias periféricas que subsiste por meio da troca desigual. Por isso, em sua opinião, "falar em pilhagem do terceiro mundo não é aqui uma expressão demasiado forte" (AMIN, 1972, p. 83).

Tal desigualdade, tal apropriação de valor por parte dos países centrais, explica em grande parte o estancamento do crescimento econômico e social da periferia, além de fazer do comércio internacional o grande responsável pela ampliação da desigualdade entre esses dois polos do sistema. E, para Amin, essa transferência de valor era essencial para as gigantescas empresas dos países desenvolvidos, maiores beneficiárias do processo da troca desigual. Se as produtividades são iguais, por que os salários são desiguais? Esse é o questionamento que, para Amin, deveria ser respondido. E a resposta está na natureza das formações socioeconômicas que compõem o capitalismo central e aquelas que compõem o capitalismo periférico em sua concretude.

Os participantes do comércio internacional, ao contrário das hipóteses de Smith e Ricardo, e de todos os desenvolvimentos neoclássicos posteriores, não se constituem de duas economias que se pautam em modos de produção capitalista "puros". Mas, ao contrário, trata-se de formações socioeconômicas distintas. Para Amin, qualquer investigação científica que permaneça no estéril espaço abstrato, utilizando-se de hipóteses absurdas, como as apresentadas pelos teoremas do comércio internacional de origem neoclássica, deve ser rechaçada, uma vez que traz o claro propósito de servir enquanto instrumento ideológico, levando, pois, a conclusões

128. Em seus cálculos o autor usa uma base de dados de 1966.

completamente distantes da realidade, como a de que o comércio internacional reduz as diferenças e aproxima as remunerações dos fatores nos diferentes lados da troca.

"Exército de reserva", "acumulação primitiva" e o modelo de desenvolvimento periférico dependente

De acordo com Amin, o gênio de Rosa Luxemburgo foi perceber que havia, na expansão mundial do capitalismo, uma relação entre formações sociais distintas, tanto que não considerou tais relações das economias imperialistas com as zonas externas como relações puramente capitalistas entre um centro e uma periferia, mas sim relações que guardavam todos os caracteres da acumulação primitiva. Ou seja, relações entre formações sociais distintas, entre diferentes modos de produção. Uma capitalista, outra não. Não são relações que devem ser postas dentro do marco do capitalismo, pois não são relações entre países capitalistas. Os países centrais constituem-se formações sociais capitalistas, enquanto os periféricos, formações sociais distintas dessas.

Assim,

> A análise dos intercâmbios entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos conduz à comprovação de uma desigualdade do intercâmbio desde o momento em que – como é o caso – a produtividades iguais, o trabalho é remunerado a um taxa mais baixa na periferia. Este fato não pode ser explicado sem levar em conta a política de organização do excesso de mão de obra pelo capital dominante na periferia (AMIN, 1976, p. 124)

A citação acima traz três pontos de grande interesse para nosso trabalho. Primeiro, que a periferia se caracteriza pela desconexão entre os níveis de produtividade e as taxas de salários que remuneram a força de trabalho. Segundo, que o baixo salário resultante

dessa desconexão se torna fundamental para o entendimento da troca desigual entre países centrais e periféricos. E terceiro, que as baixas remunerações da força de trabalho tinham origem no grande exército de reserva que o capital do centro do sistema criava nas sociedades periféricas. Logo, um mecanismo típico das políticas de acumulação primitiva, já que se tratava de relações entre uma formação social capitalista e outra pré-capitalista, capaz de garantir a reprodução crescente de uma mão de obra subempregada nos setores atrasados dessas economias.

Em apoio a esse argumento, cita obra de Giovanni Arrighi[129] sobre estudos realizados acerca do mercado de trabalho na Rodésia (AMIN, 1972, p. 88). Nesse estudo, o economista italiano contradizia a tese de Lewis[130], segundo a qual o crescimento em importância dos setores modernos de alta produtividade tenderia a reduzir o excedente de mão de obra desqualificada que o desequilíbrio entre oferta e demanda no mercado de trabalho provocava no setor tradicional dos países subdesenvolvidos. Em seus estudos empíricos, Arrighi comprovava exatamente o oposto, que tal excedente de mão de obra crescera, quando comparados os períodos 1896-1919 e 1950-1960, o que, segundo Amin, estava de acordo com a tese marxista, fundamento de seu argumento, de que a política econômica do poder do capital se organizava no sentido de criar uma superpopulação relativa de mão de obra, fazendo brotar, tanto por meios econômicos como políticos, um excedente de trabalhadores que trataria de jogar para baixo as remunerações desse fator de produção. Não se tratava, como queria Lewis, de um resultado do jogo das forças do mercado, mas, antes, de uma política de proletarização da periferia empreendida pelo capital.

O precedente permitia a Amin asseverar que, dado o aporte dos fatores sociopolíticos que o "fator econômico" recebe, tornava-se

129. Refere-se aos trabalhos de Giovanni Arrighi intitulados *The political economy of Rhodesia*, de 1966, e "Labor supplies in historical perspective: a study of the proletarianization of the African peasantry in Rhodesia", publicado em 1970.

130. Ver capítulo 2 deste trabalho.

impossível defender uma política exclusivamente econômica do intercâmbio desigual entre centro e periferia, uma vez que a influência do poder político e institucional do capital no sentido de bloquear o desenvolvimento de um proletariado superior na periferia, em termos de remuneração, forçava uma análise que buscasse elementos extraeconômicos, isto é, fora do "domínio da economia, no sentido economicista do termo", para juntá-los em um todo que permitisse uma aproximação mais verdadeira da realidade concreta (AMIN, 1972, p. 89).

Além da taxa de salários mais baixa, para Amin, o processo da troca desigual era ampliado por outros mecanismos, como o advento dos monopólios no centro capitalista, a dependência tecnológica que obrigava as periferias a arcarem com elevadas transferências aos centros sob a rubrica de patentes, rendas por direitos de propriedade, lucros por participações a título de invenções e propriedade intelectual, serviços pós-venda, compras de peças de reposição, *royalties*, entre outros. E tais mecanismos, em seu entender, cresciam em importância, agravando ainda mais as desigualdades do intercâmbio.

Se o intercâmbio internacional é tão velho quanto o mundo, esse tipo de intercâmbio internacional baseado na especialização de cada país numa mercadoria cujo valor, em termos de tempo de trabalho, é conhecido é característico do sistema capitalista. E as relações entre o centro e a periferia também não foram sempre as mesmas desde o princípio do capitalismo, mas passaram por fases, em que o tipo de relações a que a periferia estava sujeita mudou consideravelmente (AMIN, 1976).

Desse modo, Amin alerta que, se observarmos atentamente, a função da periferia vai mudando a cada nova fase por que passa o capitalismo. Na chamada primeira fase, período que vai da pré-história do capitalismo, da predominância do capital mercantil, até a Revolução Industrial, a função da periferia era produzir e fornecer produtos exóticos de consumo de luxo para os grandes centros comerciais do mundo. Na segunda fase, da Revolução Industrial ingle-

sa até os anos 1880, período que sedimenta a divisão internacional do trabalho e a dicotomia entre indústria e agricultura, essa função torna-se a de produzir alimentos e matérias-primas para a grande indústria que se desenvolvia nos centros após o longo período de acumulação de capital mercantil. A terceira fase, a chamada fase monopolista do capitalismo, de 1880 até os anos que antecederam a Segunda Guerra, dada a exportação sem precedentes de capital, concomitante à exportação de mercadorias, exigiu da periferia que esta elevasse a produtividade dos seus setores exportadores, elevação que, em geral, foi provocada pelo capital estrangeiro, que penetrou exclusivamente nos setores de interesse da classe capitalista dos países centrais. A última fase, pós-Segunda Guerra, dominada pela revolução tecnológica e científica ocorrida nos grandes centros industriais, que ele denominou de período contemporâneo, especialmente as décadas de 1960 e 1970, quando o modelo de substituição de importações desenvolvido na década de 1950 começava a mostrar sinais de esgotamento, evidenciou o tipo de acumulação "extrovertida" e dependente da periferia, cujo crescimento foi completamente *voltado para fora*. Isso levou Samir Amin (1976, p. 163) a denominar o processo de acumulação observado na periferia do sistema de "modelo periférico dependente".

Segundo Amin, houve uma transição ao capitalismo periférico, assim como houve uma transição ao capitalismo industrial, mas diferente desta, na qual a destruição das formas pretéritas de produção – o artesanato e a agricultura tradicional – criou, após um período transitório de penúria e miséria, as condições de reaproveitamento da mão de obra e a dinamização de um processo de desenvolvimento autocentrado, com condições de equilíbrio superiores às observadas anteriormente (AMIN, 1976, p. 172).

Na periferia, a destruição da economia natural de subsistência não foi acompanhada de um processo de criação da produção manufatureira seguido da instalação de uma indústria local capaz de

absorver a fração da população retirada da terra. Como não se criou demanda interna capaz de permitir a realocação da mão de obra na indústria nascente, o que se observou foi a criação de uma urbanização sem industrialização. Os baixos salários pagos na fração da terra que produz para o mercado interno fazem baixar, na média, as remunerações do trabalho, o que atrai o capital estrangeiro para fomentar um setor exportador conforme seus interesses.

Com a sociedade periférica totalmente submetida aos interesses centrais, sua nova função tornou-se produzir bens para o setor exportador e bens de luxo para as camadas sociais parasitárias, burguesia comercial e estatal, latifundiários, fazendeiros, além de parte dos bens de capital outrora produzidos pelas economias centrais, que ora se especializaram na tecnologia de ponta. O Estado contribuiu para impulsionar esse processo, do qual também participaram capitais estrangeiros e parcelas do capital nacional. Mas mesmo esse setor de produção de bens de produção tinha a finalidade de atender ao setor exportador e ao setor de consumo de luxo, e não a de desenvolver a produção de bens de consumo de massa. Sem levantar as prioridades das massas populares, o processo de desenvolvimento limitou-se em beneficiar, de modo restrito, uma pequena, mas econômica e politicamente poderosa, parcela da população nacional.

O mercado interno, criado nessas formações sociais, torna-se então limitado e estreito, porquanto sobrevive fazendo a ligação entre setor exportador e o de consumo de luxo, estagnando a agricultura de subsistência e a produção de consumo de massa, ramos da produção que não conseguem se modernizar. A desigualdade no interior do sistema torna-se explícita: uma minoria consideravelmente integrada aos novos padrões de consumo internacionais, cuja renda crescente é resultado da existência de uma grande maioria empobrecida e exposta ao desemprego, ao subemprego e à crescente marginalização da sociedade. Associem-se a esse quadro os "mecanismos culturais e políticos" (AMIN, 1976, p. 164) que se

incumbem de potencializar a dependência, nessa fase de diversificação e aprofundamento do subdesenvolvimento.

Assim, em contraposição ao modelo de economia extrovertida dependente, Amin coloca, no outro polo do sistema, o modelo de economia autocentrada. A primeira, típica das formações sociais periféricas. A segunda, tipicamente central. Na economia autocentrada, o comércio e as relações internacionais estão submetidos aos interesses da acumulação interna, de modo que essas economias são capazes de impor uma especialização internacional desigual. Em tais economias autocentradas há uma relação orgânica entre burguesia e proletariado, pela qual os dois lados da contradição social do sistema capitalista se integram nacionalmente, numa mesma realidade. Similar relação não pode ser percebida no quadro nacional das economias extrovertidas, senão exclusivamente em suas relações internacionais.

Por isso, Amin considerava um erro crasso explicar o domínio do centro sobre a periferia como consequência do fato de esta última se dedicar à exportação de produtos de base, pois transferia para a esfera da circulação um problema dinâmico característico da esfera da produção. A condição periférica dependente era efeito de essa produção primária não estar integrada numa estrutura autocentrada, porquanto completamente submetida aos interesses advindos do comércio exterior, ao passo que os maiores interesses das economias centrais residiam nas relações comerciais entre suas próprias economias. Resultava desse cenário que a dependência se expressava pela estrutura do financiamento dos investimentos, haja vista na periferia ele provir do capital estrangeiro e, no centro, dos próprios capitais nacionais, ou dos capitais a eles dinamicamente integrados. Afinal, em cada um dos casos, o destino de parte considerável da renda nacional, os lucros, tomaria sentido inverso, o que serviria, respectivamente, de bloqueio ou estímulo ao crescimento econômico (AMIN, 1976, p. 209).

À guisa de conclusão, Amin considera que o processo de acumulação primitiva não havia ainda chegado ao seu termo, uma vez que a expansão capitalista em escala mundial prosseguia sem ter ainda tornado esse modo de produção exclusivo. Portanto, se nas formações capitalistas centrais predominava a forma ampliada de acumulação, nas relações destas com a periferia, o mecanismo de acumulação primitiva continuava operando. Por isso, país subdesenvolvido não pode ser confundido com país desenvolvido em um estágio precoce de seu processo de desenvolvimento, por se tratarem de estruturas distintas. Formações periféricas não são "formações centrais jovens" (AMIN, 1976, p. 170).

A periferia reproduz um processo de desenvolvimento do subdesenvolvimento que guarda características próprias, que, segundo o pensamento de Amin, apresenta alguns traços definidores de sua condição específica enquanto formação social. Destacam-se: i) heterogeneidade da estrutura produtiva, com profundas desigualdades dos níveis de produtividade entre os diversos setores; ii) desconexão entre os níveis de produtividade e salário, dada a existência de um grande exército de reserva de trabalhadores mantido nas formações periféricas pelo capital do centro; iii) dependência do processo de crescimento das economias centrais, por se tratar de economia extrovertida, o que gera desarticulação entre o polo de desenvolvimento nacional e o restante do conjunto da economia; iv) estrutura da especialização dominada pelos interesses e financiamentos estrangeiros, em outras palavras, dinâmica de acumulação pautada no capital estrangeiro.

Para Amin, as relações centro-periferia tenderiam a se perpetuar, haja vista engendrarem um processo dinâmico autossustentado. Como saída para a condição periférica, vislumbrava um processo revolucionário que capitulasse o capitalismo e instaurasse uma nova ordem mundial. "Um sistema não é ultrapassado tomando-se como ponto de partida seu centro, mas sim sua periferia" (AMIN, 1976, p. 8). Tal afirmação mostra que, assim como o capitalismo surgiu

da periferia de grandes formações sociais, as civilizações egípcia e chinesa, caberia à periferia do sistema capitalista a tarefa histórica de revolucionar esse modo de produção.

No entanto, em virtude da perspectiva do capitalismo mundial baseada na teoria do valor de Marx e partilhada pelos teóricos da troca desigual, podemos afirmar que grande parte da atenção desses autores voltou-se para a questão da deterioração dos termos de troca, o que acabou conduzindo suas preocupações e debates para um problema que mais obscurecia do que iluminava as contradições e os antagonismos do modo capitalista de produção, a citar, os níveis comparativos de preços e salários, especialmente nos casos de Emmanuel e Amin. Enquanto buscavam entender os motivos que levavam os países periféricos a vender barato seus produtos para comprar caro das economias centrais, ou ainda as razões dos baixos salários pagos na periferia, mantiveram-se, grande parte do tempo, dedicados aos problemas que somente se evidenciavam no processo de circulação e troca.

Apesar disso, e principalmente em vista dos esforços de Bettelheim e Palloix no sentido de indicar que a raiz do problema deveria ser buscada na esfera da produção de mercadorias, *lócus* onde os conflitos e as contradições geradas pelas forças produtivas e as relações de produção engendravam o desenvolvimento posterior dos processos de acumulação, as contribuições teóricas dos autores participantes do chamado debate da troca desigual apresentaram elementos concretos que indicavam uma alternativa de interpretação da concepção centro e periferia distinta da já herdada dos teóricos estruturalistas, além de inserirem essa concepção no pensamento marxista. Não obstante, destaca-se também a importância da retomada dos estudos históricos sobre o desenvolvimento e expansão do modo capitalista de produção realizada pela maioria desses autores e, segundo os quais, tão necessária para se apreender as condições sob as quais as economias periféricas foram inseridas no processo de acumulação industrial capitalista.

A relação centro-periferia ganhava, assim, uma perspectiva autenticamente crítica, dentro da qual questões como a transferência de valor e mais-valia entre capitalistas das nações com diferentes níveis de desenvolvimento tecnológico, a natureza histórica das formações sociais periféricas, a possibilidade de existência de um tipo específico de capitalismo nas economias periféricas, entre outras, eram trazidas para o debate acerca do subdesenvolvimento, evidenciando a necessidade do tratamento analítico da economia capitalista enquanto totalidade, enquanto mercado mundial.

Compartilhando uma perspectiva crítica e pessimista quanto às reais possibilidades de saída da condição periférica dentro dos marcos do capitalismo, ainda que admitissem, como nos casos de Emmanuel e Amin, possibilidades reais de correção do mecanismo da troca desigual, percebe-se que, de modo geral, para Baran, Sweezy, Bettelheim, Palloix e mesmo Emmanuel e Amin, as relações centro-periferia tenderiam a se perpetuar, haja vista engendrarem um processo dinâmico autossustentado. Como saída da condição periférica, indicavam, teoricamente, a necessidade de romper a lógica de acumulação dominante no ocidente, a partir de um processo autenticamente revolucionário, que, partindo das massas populares periféricas, fosse capaz de suplantar o capitalismo e instaurar uma nova ordem mundial pautada na racionalidade da planificação econômica de tipo socialista.

IV

PERIFERIA E DEPENDÊNCIA

As décadas de 1960 e 1970 marcaram o surgimento e a consolidação de duas importantes vertentes do pensamento econômico que enriqueceram o debate sobre o desenvolvimento desigual do sistema capitalista mundial e traçaram novas perspectivas e entendimentos sobre a concepção centro e periferia: a teoria da troca desigual e as teorias da dependência. Como salientamos no capítulo anterior, os estudos empreendidos por Baran acerca do subdesenvolvimento, feitos à luz do pensamento de Marx, influenciaram ambos os debates. No entanto, diante da perspectiva histórica totalizante do sistema capitalista mundial presente em seu argumento, pode-se arriscar que ele tenha deixado uma herança teórica e metodológica decisiva para a análise posteriormente desenvolvida por André Gunder Frank, um dos primeiros teóricos a associar, de modo esquemático, o subdesenvolvimento com a dependência econômica das nações periféricas.

1. Estruturalismo, troca desigual e dependência: a crítica da condição periférica

Segundo Frank (1980, p. 10), sua contribuição teórica para a questão do que chamou de "'dependência' do subdesenvolvimento"

foi apresentada no livro *Capitalism and underdevelopment in Latin América: historical studies of Chile and Brazil*, escrito entre os anos de 1963 e 1965 e publicado, primeiramente, em 1967. Depois, entre 1969-1971, tratou de estender a ideia e a análise da dependência para a África, Ásia e mundo árabe. A partir dessa informação, pode-se afirmar que Frank foi o primeiro autor a tratar a relação entre a periferia e o centro capitalista num enfoque dependentista.

Para Brolin (2007, p. 240), assim como Baran, Frank não demonstrou grande interesse pela análise dos termos de troca, nem mesmo em debater, ativamente, com Emmanuel sobre tal questão, mas acompanhou, marginal e atentamente, esse profícuo debate e acabou por inspirar, com suas pertinentes observações, a teoria da dependência "de seu colega de Brasília e Santiago do Chile, Marini" (BROLIN, 2007, p. 240), o qual, a partir do trabalho de Frank, e complementado por elementos presentes na teoria do valor de Marx e na crítica da economia política realizada por este, acabou por dar origem, no final dos anos 1960 e início da década de 1970, à chamada teoria marxista da dependência.

Foi essa mistura do marxismo com a economia estruturalista do desenvolvimento que, de acordo com Brolin (2007, p. 217), resultou na ampla e comumente denominada teoria da dependência. Apesar do cuidado que se deve tomar com tal afirmação, haja vista se tratar de contribuições teóricas de difícil compatibilização, dadas as inúmeras incongruências teóricas, práticas, políticas e ideológicas, pode-se associar parte das preocupações dos teóricos estruturalistas com as impressões deixadas pelos teóricos dependentistas, em especial as que versam sobre as condições do subdesenvolvimento dentro do sistema capitalista mundial naquele determinado momento histórico. Questões como a dependência macroeconômica do setor externo, elemento dinâmico do processo de desenvolvimento; o problema da transferência de renda, sob a forma de lucros e salários, para o exterior; a desigualdade latente entre os níveis de renda

e desenvolvimento das forças produtivas das economias industrializadas e daquelas produtoras de matérias-primas e alimentos compunham um pano de fundo comum a ambas as perspectivas.

Semelhante impressão levou Saad-Filho (2005, p. 1) a considerar que o estruturalismo e a teoria da dependência foram as duas maiores contribuições teóricas à economia política originadas na periferia latino-americana do sistema capitalista. Ambas partiam do princípio de que a divisão do mundo entre centro e periferia implicava a existência de diferenças provavelmente instransponíveis a separar os países ricos dos pobres e que tais diferenças só poderiam ser explicadas analítica e historicamente.

Não obstante, o mesmo autor garante que, apesar da estreita relação teórica e histórica entre essas duas escolas de pensamento econômico, há uma diferença substancial entre as duas, pois, enquanto os estruturalistas viam a possibilidade do desenvolvimento econômico da periferia dentro dos marcos do capitalismo, a partir da deflagração de um processo de industrialização aliado às reformas sociais abrangentes e com intensa participação do Estado, os teóricos dependentistas, de linhagem marxista, defendiam a ideia de que, mantidas as bases do modo capitalista de produção, o subdesenvolvimento na periferia tendia a se ampliar, sendo a via socialista a única saída real para o problema da pobreza, do atraso e da dependência.

Portanto, o estruturalismo, enquanto corrente teórica, deixou como herança para os dependentistas noções preliminares sobre a concepção centro e periferia, a deterioração dos termos de intercâmbio, a existência de uma troca desigual entre os dois polos do sistema capitalista, bem como a defesa da necessidade de se completar o processo de industrialização a partir de uma autonomia tanto política quanto tecnológica. Por seu turno, as teses marxistas de Baran e Sweezy contribuíram para a teoria da dependência por meio das análises acerca dos monopólios multinacionais, da

concentração e centralização de capital daí resultantes e as consequências perniciosas desse modelo de capitalismo imperialista sobre as economias dos países ditos atrasados (SAAD FILHO, 2005, p. 10). Sem falar na análise histórica acerca do passado colonial dessas regiões pobres e a interpretação da condição de desenvolvimento e subdesenvolvimento como contrapartes de um mesmo processo dialético, abordagem já traçada por Baran.

O pensamento econômico dominante em meados do século XX, pautado na teoria neoclássica e sua defesa do equilíbrio e das vantagens comparativas, parecia crer numa trajetória ascendente e linear rumo ao desenvolvimento, enfoque filosófico que se sustentava talvez numa concepção iluminista e positivista do progresso. Ao emergir um pensamento novo, que trazia como diferencial a necessidade de compreensão do processo de formação histórica das economias nacionais, suas estruturas sociais e a forma de inserção e integração desses países na economia mundial como um todo, o resultado foi a percepção de que desenvolvimento e subdesenvolvimento econômicos eram processos interdependentes e que dependiam de condições historicamente determinadas, bem como econômica e politicamente mantidas. "Assim como asseverava Baran, ambos, desenvolvimento e subdesenvolvimento, tinham raízes" (FRANK, 1967, p. 8).

A novidade que surgiu com Frank, e que representou evidente contraste com a visão geralmente compartilhada pelos partidos comunistas da época, era que, longe de ser resultado da persistência de estruturas e relações produtivas ainda pré-capitalistas, ou feudais, o atraso e o subdesenvolvimento tinham uma dinâmica própria, intrínseca e dialeticamente ligada ao processo de desenvolvimento, sendo ambos "as duas faces da mesma moeda", ou o resultado necessário e simultâneo de uma estrutura mundial de acumulação capitalista inerentemente contraditória (FRANK, 1967, p. 9). Cabia, então, analisar como tal estrutura se reproduzia.

Para Santos (2000, p. 26), a abordagem da dependência trazia uma perspectiva inovadora, pois, enquanto os trabalhos em voga acerca do desenvolvimento e do subdesenvolvimento surgiam como resultado da superação colonial e da abertura de possibilidades e caminhos de expansão capitalista a partir da sedimentação de burguesias comprometidas com um projeto nacional de desenvolvimento, a teoria da dependência procurava, por sua vez, compreender as limitações desse processo, num cenário mundial já dominado por gigantescos grupos econômicos monopolistas oriundos das nações hegemônicas e que exerciam um poder autenticamente imperialista.

Segundo Frank (1980, p. 47), os teóricos de seu tempo caíam todos numa armadilha teórica, a qual ele chamou de "círculo vicioso da teoria desenvolvimentista", logo, um "círculo vicioso produzido por eles mesmos". Os neoclássicos, por explicarem a pobreza das nações com base no fato de serem pobres. Uma vez pobres, não podem pagar pelo que querem, então não investem, não consomem, não poupam e continuam pobres. Alguns economistas e cientistas sociais, por continuarem acreditando que aos pobres faltavam as características presentes nos países ricos, como capital e "espírito empresarial" da população. Assim, não explicavam o que determinava a pobreza de uma região e a riqueza de outra dentro de um mesmo modo de produção que se reproduzia em escala mundial.

As décadas de 1960 e 1970 foram o momento em que uma profunda crítica do capitalismo tomou corpo. Vários pensadores se esforçaram para encontrar a melhor forma de abordar os problemas relativos à expansão do modo capitalista de produção, seus ciclos, suas crises, suas profundas desigualdades regionais. Pode-se afirmar que, nos anos 1950, a crença de que a ênfase nas exportações de primários cederia lugar ao industrialismo e que a demanda representada por um forte e dinâmico mercado interno seria capaz de sustentar setores industriais tanto de bens de consumo quanto de capital criou certo otimismo em boa parte dos intelectuais e políti-

cos. A ideia de que um Estado comprometido com políticas econômicas de cunho keynesiano, baseado numa burocracia comprometida, seria capaz de criar as instituições adequadas para fomentar o desenvolvimento e montar a infraestrutura necessária para buscar a inovação tecnológica e o progresso técnico, *à la* Schumpeter, como molas propulsoras de um processo de diversificação da estrutura produtiva nacional, animou as perspectivas. Soberanas, essas nações poderiam tomar as medidas que a situação exigisse, e o desenvolvimento autossustentado inauguraria uma nova fase do capitalismo na América Latina e tornaria o crescimento econômico um processo automático.

Segundo Cardoso (1979, p. 12), esse otimismo foi resultado de uma combinação da conjuntura favorável do pós-Segunda Guerra com o receituário oriundo do ideário cepalino para a América Latina, mas que já começara a desvanecer no final dos anos 1950, tanto que

> em meados dos anos 1960 já era evidente a frustração com os chamados projetos de desenvolvimento nacional que se pautavam na necessidade da condução do processo de industrialização da periferia por uma burguesia nacional hegemônica que, aliada aos interesses e à força das massas trabalhadoras, conseguisse internalizar as decisões econômicas e, desse modo, romper ou enfraquecer os laços de dependência (CARDOSO; SERRA, 1980, p. 9).

Inúmeras foram as tentativas, vindas das mais variadas correntes teóricas e ideológicas, de se investigar as alternativas de desenvolvimento dos países da periferia do sistema num cenário marcado por uma economia mundial cujo processo de acumulação no centro estava cada vez mais calcado no avanço tecnológico e no progresso técnico, bem como na constituição de corporações e conglomerados multinacionais que invadiam os mercados internos das economias periféricas. Sem contar a forte hegemonia eco-

nômica, militar e diplomática norte-americana, que avançava em termos de políticas e acordos internacionais.

Apesar de se dedicarem, inicialmente, a estudar o desenvolvimento econômico de alguma região específica do planeta, muitos autores perceberam a necessidade da análise do sistema mundial como um todo. Frank se dedicou, primeiramente, à América Latina, assim como Theotonio dos Santos. Por sua vez, Samir Amin concentrou-se em estudar os problemas da África, assim como foram os casos de Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi, os quais se tornaram especialistas nessa região. No entanto, posteriormente, todos partiram para uma perspectiva teórica mundial do processo de acumulação, forma mais apropriada, segundo eles, de se apreender o conjunto das transformações provocadas por esse modo de produção em cada região. Vale frisar, ademais, a integração estabelecida entre esses intelectuais e suas obras. Eles se encontravam em congressos e reuniões internacionais, debatiam seus textos e problemas-chaves e, assim, percebiam semelhanças nos processos de desenvolvimento dos países dos diferentes continentes. Frank dialogou intensamente com Theotonio dos Santos, Osvaldo Sunkel, Vânia Bambirra, Sergio Bagú, Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi, além de reconhecer a riqueza e a importância dos trabalhos pioneiros da obra de Fernand Braudel sobre a história da economia, das trocas e da vida na região do Mediterrâneo (FRANK, 1977, p. 8).

2. André Gunder Frank e a dependência: o problema da determinação

Nascido em Berlim, na Alemanha, Frank se formou, academicamente, nos Estados Unidos, mais especificamente na "cova das serpentes" (SANTOS, 2005), a Escola de Chicago, da qual se afastou teórica e ideologicamente, tornando-se um de seus principais críti-

cos e contestadores. Para esse processo de percepção crítica da realidade social, foi de grande influência seu contato intelectual com o pensamento de Baran e Sweezy.

> Cabe assinalar aqui que, embora já possuísse um pensamento inquieto e original, formado no calor de seu contato com Paul Baran, Paul Sweezy, Harry Magdoff e Leo Huberman, em *Monthly Review*, foi em 1963, quando aportou em Brasília, que Frank – absorvendo os novos elementos teóricos, que surgiam no seio da esquerda revolucionária brasileira – amadureceu as teses que exporia, de maneira provocativa e audaz, em seu *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*, publicado em 1967, livro que representa um marco do que viria a se chamar de "teoria da dependência" (MARINI, 2005, p. 66).

Frank foi um dos primeiros a defender que a desigualdade dos processos de desenvolvimento das diferentes regiões que compunham a grande economia mundial capitalista somente poderia ser apreendida se tomado o processo de acumulação mundial como um todo, necessitando-se, para essa tarefa, de uma profunda e retrospectiva análise histórica das relações dependentes de produção e de troca que construíram a determinação dinâmica desse processo.

Isso o levou a investigar, minuciosamente, o desenvolvimento capitalista, sua fase de acumulação primitiva, bem como sua forma de expansão em ondas longas, ou ciclos de longa duração, tarefa que o fez retroceder historicamente ao ano de 1492, com a chegada ao Novo Mundo, e se estender, primeiramente[131], até 1790 e, em seguida[132], até 1930. Nessa longa trajetória, identificou três estágios que teria atravessado o sistema capitalista: a fase mercantilista, de 1492 até 1770; a fase do chamado capitalismo industrial, que vai de 1770 a 1870, e a fase imperialista do capitalismo, de 1870 até

131. Conferir Frank (1977).

132. Conferir Frank (1980, cap. 4-7).

1930. Posteriormente, já nos anos 1990, Frank retrocedeu sua análise histórica cinco mil anos, até a Idade do Bronze, para mostrar que, diferentemente do pensamento historiográfico eurocêntrico braudeliano, herdado por Wallerstein, de uma economia-mundo capitalista europeia, cuja gênese remontava ao comércio marítimo dos séculos XV/XVI, para ele, não se deveria falar em diferentes economias-mundo, mas sim num único sistema mundo afro-eurasiano. Assim, diferentemente de Braudel, afirmou que "nossa tese é a de que o sistema mundo contemporâneo tem uma história de, no mínimo, cinco mil anos" (FRANK, 1992, p. 1) e, nele, a Europa, bem como o Ocidente como um todo, já foi periferia desse único sistema-mundo, que tinha a Ásia, mais especificamente a China, como grande centro econômico mundial.

O objetivo de Frank era entender as transformações internas que as regiões sofreram em suas relações sociais de produção ao longo da história, transformações essas que, segundo ele, estavam associadas às relações de troca envolvendo "metrópoles e satélites" (FRANK, 1967) do sistema mundial. Frank acreditava que essas duas análises distintas, relações de troca externas e relações de produção internas, não podiam ser realizadas separadamente, haja vista as últimas serem "dependentes" da dinâmica mundial do capitalismo como um todo. Para ele, o sistema mundial deveria ser tratado enquanto totalidade (FRANK, 1980). A economia mundial como sistema de economias nacionais, indissociavelmente conectado, passa a ser encarada como a unidade de análise.

A questão sobre a determinação interna ou externa das transformações sociais tomou grande parte da preocupação de Frank. Em outras palavras, ele considerava que um dos principais problemas teóricos a serem resolvidos era o da determinação das causas do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, se externas, então provenientes das trocas mundiais, ou internas, nesse caso condicionadas à estrutura produtiva e das relações de produção vigen-

tes na sociedade a ser investigada. Afinal, Frank entendia que o esforço nacionalista de desenvolvimento era dependente de uma dinâmica mercantil mundial que se sobrepunha à ação nacional, tal qual uma força limitadora do crescimento econômico dentro dos marcos do capitalismo.

Portanto, para apreender a polarização do mundo em centro e periferia, Frank (1980) percebeu a necessidade de investigar as relações de troca no sistema mercantil mundial como forma de discutir, à luz da "teoria socioeconômica e dos fatos históricos", os motivos que levaram a um desenvolvimento tão desigual do sistema capitalista. Tendo acompanhado atentamente o debate entre Bettelheim, Emmanuel e Palloix acerca da troca desigual, bem como dialogado intensamente com Amin, Frank enfatizou que o ideal seria uma análise holística do capitalismo, preservando assim a essência da dialética marxista:

> Analisar o modo interno de produção e acumulação, ou não acumulação, nas colônias e, ainda, levar em conta devidamente a dependência colonial das relações de intercâmbio externas e dos fluxos de capital entre a colônia e sua metrópole [...] para se adequar a esses critérios nossa análise teria de ser sincrônica e dinamicamente dialética em escala mundial; seria necessário analisar as interações mútuas e simultâneas de todas as partes do sistema mundial em cada momento histórico, e examinar de que modo suas contradições engendraram a natureza e a interação delas em cada sucessivo instante do tempo (FRANK, 1980, p. 26-27).

Após reconhecer a dificuldade dessa tarefa, afirmou que, em *Acumulação mundial*, tentara realizá-la, pois era necessária uma profunda análise histórica do modo de produção capitalista como um todo e da forma de expansão das forças mundiais de acumulação, o que exigiu um minucioso retrospecto à época das grandes navega-

ções, ao estabelecimento original de uma rede comercial marítima, à fase mercantilista da história, às bases mercantis que moldaram o modo de produção capitalista industrial. O intuito era compreender, por exemplo, a importância de se diferenciar o processo de exploração colonial, do movimento de transplantação estrutural das colônias de povoamento. Levar em conta em que grau a implantação de monoculturas para exportação afetou o desenvolvimento posterior das colônias. Questionar a origem dos grandes desníveis salariais entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, e mesmo entre diferentes setores dos países atrasados.

Para Frank, a dependência subordinada das regiões pobres do mundo às metrópoles capitalistas era a causa do desenvolvimento de seu subdesenvolvimento. América Latina, África e Ásia eram as regiões satélites pobres e subdesenvolvidas que orbitavam em torno de um centro rico cujo desenvolvimento se dava em detrimento da periferia. Um único e contraditório processo estava a enriquecer as áreas antes destituídas de qualquer riqueza e a empobrecer as outrora ricas regiões fornecedoras de abundantes recursos naturais de grande importância para o desenvolvimento do capitalismo europeu. E a América Latina, segundo ele, era o "laboratório mais instrutivo para a análise histórica de como o subdesenvolvimento se desenvolveu e continua a se desenvolver sob o mercantilismo e sob o capitalismo" (FRANK, 1970b, p. 48).

Tratando as trocas e o comércio como forças colonizadoras, Frank afirmou que a expressão comércio não passava de um simples eufemismo para a conquista e o saque promovidos pelas metrópoles europeias, Portugal e Espanha, e suas burguesias comerciais sobre o Novo Mundo. Tanto que a organização social interna das colônias foi criada, controlada e orientada para o exterior. Por isso, a transformação da estrutura de relações sociais e da cultura desses povos subjugados, provocada pelas forças mercantilistas e capitalistas que incorporavam essas regiões de forma "periférica" ao sistema mer-

cantil mundial (FRANK, 1970b, p. 51, aspas no original). Importante destacar que essa ênfase que o autor depositou nas relações de troca como determinantes para a constituição da estrutura interna das classes sociais e suas relações de produção na periferia do sistema lhe custou, segundo ele mesmo afirmou, a alcunha crítica de "circulacionista", de que se defendeu alegando jamais ter "negligenciado inteiramente as relações de produção" (FRANK, 1977, p. 36).

A exemplo de Baran, Frank buscou, na investigação histórica da colonização mercantilista da América Latina por parte da Europa Ocidental, o que o primeiro havia buscado na Ásia, isto é, explicar as raízes do subdesenvolvimento. As características socioeconômicas desses povos e suas sociedades não podiam ser apreendidas sem que, primeiramente, se conhecesse a forma de inserção e participação dessas regiões no sistema mercantilista e, posteriormente, capitalista. Além disso, a independência política desses países, ou sua descolonização, nem de longe significou qualquer independência econômica, tecnológica, cultural, mas sim o início de um novo processo, muito comumente chamado de neocolonialismo, como fora observado na África, haja vista os investimentos ali realizados e a capacidade produtiva dessas sociedades tornarem-se completamente dependentes dos interesses comerciais externos, ainda que beneficiassem uma pequena minoria de comerciantes locais.

Organizando uma abordagem a partir do conceito de nação, da qual se ausenta a análise de classe, Frank afirmava que o grande capital metropolitano havia afetado, originalmente, a estrutura agrária das sociedades viventes nas regiões satélites do sistema mundial capitalista, "concentrando a propriedade da terra em poucas mãos, gerando força de trabalho agrícola ociosa e fomentando governos dependentes da metrópole", processo que se intensificara na fase imperialista do capitalismo (FRANK, 1970a, p. 258). Esses governos, atendendo aos interesses forâneos, abriram as portas de suas economias nacionais, ainda em formação, tanto para o capital

comercial quanto para as novas formas de investimento capitalista, o que comprometeu, posteriormente, a realização de um processo autônomo de desenvolvimento, realimentando continuamente a condição dependente e subordinada dessas regiões.

Tendo investigado as contribuições de Preobrazhensky e Mandel[133] acerca da periodização do processo histórico de exploração mercantil e industrial capitalista, Frank (1977, p. 29) realizou uma análise histórica do desenvolvimento do modo capitalista de produção. Considerando, grosso modo, a existência de três grandes períodos históricos da marcha do capitalismo, um mercantilista, um capitalista industrial e um terceiro imperialista monopolista, chamado por ele de contemporâneo, Frank afirma que, em cada uma dessas três fases, a função da periferia se modificava em virtude do padrão de intercâmbio externo estabelecido e das transformações da estrutura interna dos modos de produção das colônias. Assim, na era mercantilista, destaque para o fornecimento de escravos, metais preciosos e outras riquezas extrativas, imprescindíveis ao comércio triangular. Na fase do capitalismo industrial, a função da periferia, atribuída com base na divisão internacional do trabalho, era a de contrariar a tendência declinante da taxa de lucro, fornecendo assim alimentos e matérias-primas para baixar o custo do capital variável e do capital constante, reduzindo porquanto o valor da força de trabalho. E na fase imperialista monopolista, a função da periferia seria a de servir de destino à exportação e valorização de capitais.

Por sua vez, cada uma dessas funções gerou consequências graves sobre a estrutura produtiva interna da periferia e a estrutura de classes. No primeiro caso, o mercantilista, as colônias foram descapitalizadas em prejuízo da capacidade estrutural de desenvolvimento autônomo posterior; na segunda fase, as forças sociais

133. Refere-se às obras de Preobrazhensky, *O declínio do capitalismo*, escrita em 1931, e de Mandel, *O capitalismo tardio*, de 1972. Ambos os autores se propõem a fazer uma caracterização histórica do sistema capitalista e seu desenvolvimento até o momento vivido por cada um deles. Ver Mandel (1985) e Preobazhenky (1985).

locais da periferia, quando não cooptadas pelo capital estrangeiro, pretendiam um desenvolvimento capitalista autônomo, mas tiveram seu ímpeto abafado pela forte burguesia internacional e seus aliados nacionais; a terceira fase, do imperialismo monopolista, enterrou a possibilidade de desenvolvimento de uma burguesia nacional voltada ao desenvolvimento interno da periferia e "consolidou o desenvolvimento do subdesenvolvimento nas colônias" e regiões atrasadas. Quanto a esse processo, tornam-se necessárias duas observações adicionais sobre o pensamento de Frank: a de que cada um desses três estágios não foi necessariamente contemporâneo a todas as colônias e a de que o processo muda radicalmente quando se muda o foco das colônias de exploração para as de povoamento, pois, neste último caso, o desenvolvimento capitalista e a industrialização repetem, em grande parte, a experiência das metrópoles colonizadoras (FRANK, 1977, p. 31).

Assim, para Frank, o desenvolvimento capitalista e a industrialização ocorreram na Europa Ocidental e nas suas colônias de povoamento, Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia, áreas que, *grosso modo*, constituem o centro do capitalismo mundial. O restante da humanidade tornou-se a periferia pobre e subdesenvolvida do sistema capitalista mundial, à exceção de África do Sul, Rodésia e Palestina, que, segundo ele, ocupadas por imigrantes europeus, puderam experimentar um desenvolvimento parcial (FRANK, 1980, p. 32). Diferentemente do processo de *colonização* observado nas colônias de povoamento, para onde se transplantavam as populações metropolitanas, no caso das colônias da Ásia, América Latina e África, futura periferia do sistema, o que ocorreu foi o que ele chamou de processo de *colonialização*, haja vista as regiões se constituírem de colônias de exploração e de espoliação.

É justamente a essa enorme periferia do sistema capitalista que a tese da dependência subordinada se ajusta. Os modos de produção ali disseminados, com suas específicas relações de produção,

os baixos níveis de salários e a exposição ao intercâmbio mundial contribuíram para deixar tais regiões numa posição subserviente ao centro capitalista e para condená-las ao "desenvolvimento do subdesenvolvimento", nas palavras de Frank. Inseridas nessa rede comercial mundial iniciada com o sistema capitalista mercantil, que, partindo das cidades italianas do mediterrâneo, ainda no século XV, difundiu-se por toda Europa e, posteriormente, para a América do Norte, a "periferia" "colonial" do sistema mundial (FRANK, 1977, p. 39, aspas no original) tornou-se refém do processo de acumulação de capital a partir do momento em que transferia grande parcela de seu excedente econômico para o centro, por meio do comércio internacional. Para Frank, enquanto vigorasse esse sistema de divisão mundial do trabalho, tais regiões permaneceriam dependentes da exportação de bens necessários aos "centros metropolitanos".

Apesar da ênfase de Frank sobre o comércio internacional como fator determinante para o modo de produção instalado na periferia do sistema mundial, a relação de dependência não se explica apenas a partir de uma relação extrínseca, imposta pela relação imperialista. Dada a preservação da dialética marxista em seu pensamento, o processo contraditório que gera desenvolvimento no centro cria, simultaneamente, como condição necessária, o subdesenvolvimento e a dependência na periferia, haja vista em sua concepção, como já demonstrado, tratar-se de uma única economia mundial. Assim, a dependência em Frank deve ser entendida como uma combinação de determinantes internos e externos, uma vez que as relações de produção e de troca se fundem em sua análise. Tanto o comércio mundial quanto as relações internas do modo de produção e a estrutura nacional das classes sociais conjugam-se para explicar a relação de dependência da periferia, resultado da extensão mundial de três processos interdependentes, a produção, a troca e a realização.

Mais-valia, lumpen-burguesia e colonialismo interno na abordagem de Frank

Para Frank, a dependência é a base fundamental erguida pelo desenvolvimento histórico do capitalismo. Escrevendo um ensaio sobre a agricultura brasileira, em 1963, na cidade do Rio de Janeiro, Frank se preocupou em, primeiramente, desmitificar a ideia, bastante comum à época, de que no seio das sociedades subdesenvolvidas, como América Latina, Birmânia (atualmente, Myanmar) e Índia (FRANK, 1970b, p. 45), o capitalismo nas metrópoles havia prolongado o feudalismo nas regiões satélites e que, portanto, essas economias ainda viviam num estágio pré-capitalista, exatamente na transição do feudalismo para o capitalismo (no "momento de contato", nas palavras de Frank), necessitando, portanto, de uma revolução burguesa clássica que pudesse, em definitivo, implantar o modo capitalista de produção nessas regiões.

Negando por completo tal tese e, por extensão, a ideia de que o atraso do Brasil pudesse ser atribuído ao fato de o país ainda viver na fase de superação das relações de produção do tipo feudais ou semifeudais, o que, supostamente, estaria impedindo o pleno desenvolvimento capitalista na região, Frank asseverou que essas sociedades já haviam, há muito, sido reestruturadas e integradas ao sistema comercial mundial, haja vista o capitalismo ter alterado profundamente as relações sociais vigentes nessas sociedades. "As consequências sociais desse processo consistiram na transformação da América Latina em colônia mercantilista e, mais tarde, capitalista" (FRANK, 1970b, p. 49).

Essa rede mundial de comércio encerrava uma cadeia de expropriação do excedente de algumas regiões e a consequente apropriação desse excedente por parte de outras. As primeiras tornaram-se a periferia do sistema, e as últimas, o centro. Evidente que, em face dessa estrutura mundial de comércio, os modos de produção, em

cada país periférico, foram se organizando no sentido de atender às exigências do processo de acumulação de capital cujo centro dinâmico se encontrava nas metrópoles do capitalismo mundial. Esse centro dinâmico, que pautava seu desenvolvimento econômico na inovação industrial, na ampliação das forças produtivas e no consequente aumento da produtividade, necessitava de matérias-primas e alimentos em escala crescente.

Um dos pontos fundamentais da análise de Frank é a "contradição expropriação/apropriação" (FRANK, 1967, p. 30), donde retira seu conceito de mais-valia:

> A mais-valia econômica é determinante para o desenvolvimento e subdesenvolvimento econômico e, da mesma forma, a nossa compreensão do desenvolvimento e do subdesenvolvimento depende em larga medida do recurso ao conceito de mais-valia econômica (FRANK, 1970b, p. 29).

Frank defendia que a extensão do contributo que os países subdesenvolvidos podem ter dado aos países desenvolvidos dependia do "excesso efetivo ou potencial da produção de uma entidade social sobre o seu consumo necessário" (FRANK, 1970b, p. 30). Afinal, para Frank, a importância da mais-valia para o desenvolvimento ou subdesenvolvimento variava de acordo com o destino que se lhe desse, pois todo sistema social estratificado em classes depende da apropriação do excedente por uma parcela da população, e isso era válido para a mais-valia no sistema capitalista.

No entanto, em lugar de classes sociais, Frank se dedica a explicar a relação de exploração entre regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas. Nesse sentido, o conceito de mais-valia, elemento que desempenha papel importante no arcabouço frankiano, perde seu significado marxiano. Tratando a mais-valia como excedente em geral, e somando a ela outros rendimentos nacionais, Frank acreditava

que aqueles que se apropriavam dessa "mais-valia" e a investiam se beneficiavam do esforço produtivo realizado por outros. Assim como a "mais-valia" transferida da periferia para o centro, no momento das trocas internacionais, continuava a manter o desequilíbrio no sistema capitalista, a espoliação colonial típica da expansão mercantilista "pode ter contribuído decisivamente para o desenvolvimento dos membros hoje desenvolvidos do sucessor do mercantilismo, o capitalismo" (FRANK, 1970b, p. 35).

Como nem toda a "mais-valia" era encaminhada ao investimento, pois, além da parte que cabe ao consumo da classe capitalista, havia significativa parcela desperdiçada, Frank afirmava ser difícil contabilizar se o montante total do rendimento latino-americano transferido ao estrangeiro mais beneficiou o recebedor ou mais prejudicou o fornecedor desse excedente produtivo. E isso, para ele, não era a questão principal, mas era inegável "o contributo do excedente extraído dos países hoje subdesenvolvidos para o processo de acumulação industrial dos países desenvolvidos" (FRANK, 1970b, p. 33). Tanto no passado como contemporaneamente a ele. E mais, como a classe capitalista da periferia se beneficiava retendo para si uma parte dessa mais-valia, a dependência subordinada dessas regiões se tornava perene.

Mas à análise da contradição expropriação/apropriação Frank acrescenta um segundo elemento de igual importância, a estrutura altamente monopolista do capitalismo mundial, especialmente em sua fase imperialista. Esse segundo elemento está indissociavelmente ligado à ideia de "desenvolvimento de subdesenvolvimento" do autor, pois, para Frank, a estrutura do capitalismo é uma cadeia de relações de exploração que vai do centro mundial capitalista até o mais miserável trabalhador da periferia, em outras palavras, do topo à parte hierarquicamente mais baixa do sistema. No entanto, ele destaca que alguns poucos capitalistas exercem um enorme poder de monopólio sobre os demais. Assim, a apropriação de grande

parcela do excedente produzido na periferia por parte desse reduzido grupo de capitalistas do centro e de seus aliados na periferia impedia o pleno desenvolvimento do processo de acumulação na periferia e perseverava o processo de desenvolvimento do subdesenvolvimento (FRANK, 1970a, p. 270).

Por meio da exploração dos trabalhadores da periferia do sistema, o capitalismo monopolista imperialista oriundo do centro metropolitano alcançava um duplo objetivo: apropriava-se da quase totalidade da mais-valia gerada na periferia e encerrava qualquer tentativa de industrialização mais arrojada dessas regiões satélites, haja vista deixar, como resultado da exploração dos trabalhadores, um fraco mercado consumidor interno nas regiões satélites. Apoiada na divisão internacional do trabalho, essa dinâmica tendia a se perenizar, em razão das necessidades crescentes de acumulação do centro dinâmico do sistema no que diz respeito às matérias-primas e alimentos.

Inseridos os trabalhadores na divisão internacional do trabalho, pouco restava de ação autônoma por parte dos países subdesenvolvidos. "A ideia de uma subordinação da periferia ao sistema de acumulação em escala mundial pauta o trabalho de Frank" (BRENNER, 1977, p. 83). A continuidade do processo de desenvolvimento do centro ancorava-se na extração e exploração do excedente produzido na periferia, cuja capacidade produtiva deveria ser incrementada continuamente, principalmente no setor agrícola, como forma de continuar garantindo as mercadorias necessárias ao desenvolvimento do centro. Reproduzindo-se como sociedades satélites das metrópoles capitalistas (FRANK, 1967), a periferia do sistema desenvolvia uma série de mutações na estrutura interna e de classes.

Uma dessas distorções no interior da periferia dizia respeito ao que Frank denominava de colonialismo interno[134]. Algumas regiões

134. Marini (2000b), escrevendo posteriormente a Frank e influenciado por este, considerou esse processo dentro do conceito de subimperialismo.

de países subdesenvolvidos estabeleciam relações com as demais regiões dentro do próprio país, bastante semelhantes às que os países desenvolvidos estabeleciam com os subdesenvolvidos. O mesmo que dizer que grande parte das regiões de um país periférico tornava-se periferia de algumas poucas regiões, ou capitais, do país em questão, de modo que os capitais de alguns setores industriais nascentes expropriavam outros dentro do território da nação periférica, repetindo a mesma lógica, num processo em cadeia, que imperava no cenário mundial, o que resultava em mais subdesenvolvimento. Em relação ao Brasil, Frank assim se expressa:

> O colonialismo interno, que conhecemos agora no mundo subdesenvolvido, é o produto do capitalismo, é o próprio capitalismo. É outro nome para o processo pelo qual o interior do Nordeste brasileiro se torna o produtor de gado do litoral do Nordeste brasileiro e fornecedor da periferia subdesenvolvida, enquanto o litoral era um produtor regional de açúcar para a metrópole brasileira, a qual por sua vez era a periferia colonizada da metrópole europeia (FRANK, 1970b, p. 107).

A segunda mutação que o desenvolvimento capitalista polarizado havia provocado no interior da periferia, e que ajudava a manter o colonialismo interno, era a constituição de uma "lumpen-burguesia", ou seja, uma burguesia *sui generis*, pois se tratava de uma classe burguesa local subordinada, instalada e mantida, no país subdesenvolvido, pelos interesses da classe dominante das nações desenvolvidas.

> Além do colonialismo interno já referido, um fato elementar é o poder político efetivo, nos países subdesenvolvidos, não ter espalhado na periferia, mas concentrado no centro, onde é partilhado pela burguesia local e pela metrópole capitalista mundial e suas representantes locais (FRANK, 1970b, p. 108)

E complementa criticando a análise corrente da economia convencional, que costumava, e ainda costuma, depositar na falta de senso empresarial e de capacidade administrativa as causas do subdesenvolvimento.

> Aquilo que causa, mantém e promove o subdesenvolvimento da periferia não é a insuficiência de capacidade administrativa, mas a falta de interesses capitalistas no desenvolvimento dessa periferia. Na verdade, há na periferia forças cujo interesse é manter o subdesenvolvimento; e o poder e os interesses metropolitanos têm uma aliança efetiva com eles (FRANK, 1970b, p. 109).

Nesse cenário, a burguesia internacional dominante promovia, por meio de um Estado nacional comprometido com os interesses dessas elites externas e internas, políticas estatais que privilegiavam o desenvolvimento de uma classe burguesa industrial comprometida não com o conjunto econômico e social nacional, mas sim com a preservação dos laços de dependência capazes de garantir elevados e exclusivos ganhos a essa elite local. Longe de se aliar aos trabalhadores e às massas populares contra o capital estrangeiro, o empresariado da periferia identificava seus interesses aos dos grupos estrangeiros, ou à alta burguesia internacional[135]. Vejamos a importância que Frank atribuiu ao controle metropolitano das burguesias nacionais satélites:

> Assim, o controle, não de toda a população, mas da burguesia e dos seus instrumentos de poder, pode bastar para manter um país indefinidamente subdesenvolvido

135. Semelhante impressão tivera Fernando Henrique Cardoso, em 1964, num trabalho empírico, *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*, no qual conclui que o empresariado brasileiro, a classe burguesa nacional, não mantinha interesses conjugados aos dos trabalhadores e das massas populares e não desejava qualquer revolução burguesa contra a elite agrária. Essa burguesia nacional estava completamente associada e aliada aos grupos estrangeiros, aos interesses externos, ao capital, à burguesia dos centros capitalistas (CARDOSO, 1964).

> e para agravar o seu subdesenvolvimento ao longo dos anos. E as burguesias são, de fato, altamente dependentes do poder metropolitano (FRANK, 1970b, p. 39)

Mas, segundo Frank, esse controle, por vezes, não se resumia à burguesia apenas,

> Na realidade, na América latina, o imperialismo foi mais longe e transformou toda a estrutura produtiva e de classes. Não apenas se serviu do Estado para invadir a agricultura, mas tomou posse de quase todas as instituições econômicas e políticas para incorporar a economia inteira ao sistema imperialista (FRANK, 1970a, p. 260).

Desse modo, a estrutura produtiva da periferia se erguia para atender a tais interesses externos, pois a demanda interna dos consumidores deixava de ser o sinalizador da produção, o que resultava na adequação do ritmo de crescimento dos latifúndios e da exploração mineral; na construção de portos, ferrovias e redes elétricas, com recursos públicos locais, para atender à produção e ao escoamento desta para exportação visando conectar o interior da periferia à metrópole mundial. Diante desse cenário, ainda que o país satélite desenvolvesse um parque industrial local, ele permaneceria dependente das importações dos bens de capital e intermediários, encerrando precocemente o processo de desenvolvimento industrial, sem deixar, no entanto, de continuar garantindo ganhos excepcionais a uma pequena classe local privilegiada. E, para Frank, o processo de crescimento da dependência da América Latina em relação à metrópole se renovava constantemente.

> A chamada revolução tecnológica na metrópole não apenas forneceu novas fontes de poder monopolístico às empresas multinacionais sobre a indústria latino-americana, mas também impulsionou as primeiras a desfazerem-se de seus bens de capital já obsoletos, mas ainda

> funcionais, instalando-se na América Latina, onde todavia elevaram o nível técnico permitindo a continuação desta revolução tecnológica na metrópole e impulsionando-a na nova colônia com consequências nem sempre benéficas para o desenvolvimento continuado das últimas (FRANK, 1970a, p. 270, tradução nossa).

Esse mecanismo de exportação de capitais e instalação na periferia reforçava a necessidade de importações cada vez maiores e de empréstimos públicos junto às instituições dos países imperialistas e, simultaneamente, levava ao fortalecimento da burguesia internacional e a dificuldades crescentes no balanço de pagamentos dos países periféricos devidas ao câmbio e ao elevado coeficiente de importações. Como resultado direto, a estrutura econômica e de classes na América Latina se transformava, moldando-se em função dos interesses da alta burguesia internacional e realimentando o processo de dependência e subordinação da periferia.

Como, para Frank (1970a, p. 280), a dependência à metrópole era de interesse da burguesia nacional, "sócio minoritário da burguesia internacional", o desenvolvimento capitalista autônomo e dinâmico da periferia via-se seriamente comprometido, pois a parcela da burguesia que outrora ansiara por um nacionalismo burguês já havia abandonado qualquer aliança popular com os trabalhadores sindicalizados, aos quais, inclusive, "impunha uma política salarial que redistribuía a renda regressivamente e, em troca, forjava uma 'Aliança para o Progresso do imperialismo'". Tal aliança aprofundava a dependência, o desenvolvimento dependente e o subdesenvolvimento da periferia, à qual somente restaria a transição para o socialismo como forma de escapar dessa condição.

> A dependência econômica cria uma estrutura de classe e gera uma política de subdesenvolvimento que não só implica que a burguesia inteira não pode propiciar uma política de desenvolvimento porque seus interesses cria-

> dos a impedem, mas também porque a resultante política burguesa do subdesenvolvimento promete aprofundar de tal modo as contradições econômicas, sociais e políticas na América Latina que o povo terá de responder com sua própria política revolucionária e desenvolvimento socialista (FRANK, 1970a, p. 280, tradução nossa).

Portanto, a periferia de Frank se identificava com a condição dependente subordinada em relação ao centro dinâmico do processo mundial de acumulação de capital. Se a autonomia das decisões de acumulação marcava o processo de desenvolvimento observado no centro do sistema capitalista, a subordinação na tomada de decisões quanto aos investimentos nacionais garantiam a reprodução da dependência e do desenvolvimento do subdesenvolvimento.

As ideias do autor, trabalhadas e compartilhadas ao longo da década de 1960, inspiraram diversos teóricos a prosseguirem nessa temática sobre a condição dependente da periferia, em especial, nos países da América Latina. O termo se ajustava bem à condição das economias desse subcontinente frente às economias centrais, haja vista o grau de inserção do capital externo nas frágeis economias nacionais.

Além disso, naquele momento histórico, dois fatos de suma importância se destacavam, sendo um de ordem teórica e outro de cunho prático-político. O primeiro era a descrença de muitos intelectuais tanto do centro quanto da periferia, principalmente, em relação à teoria desenvolvimentista como um todo e à vertente elaborada pela Cepal, de modo particular, bem como ao estruturalismo enquanto método de análise. Afinal, a estratégia baseada no modelo de industrialização planejada, financiada pelo Estado e substituta das importações como mola mestra do desenvolvimento econômico, e na institucionalização de uma ordem democrática burguesa capaz de propiciar à grande massa popular da América Latina a possibilidade de participar dos frutos do progresso evidenciava ser de curto alcance e sua falência já se anunciava nos primeiros anos da

década de 1970. Apesar de todos os esforços políticos e financeiros, ela não havia conseguido encerrar a profunda estrutura de dominação que os grandes capitais internacionais estabeleciam frente aos débeis capitais nacionais, muito menos contrariar a condição subdesenvolvida e dependente dessas regiões.

O segundo, estreitamente relacionado à crise econômica, política e social que abalava a sociedade latino-americana naquele momento e que serviu de combustível para o acirramento das tensões e contradições que desembocavam na luta de classes, foi a eclosão da série de golpes militares que inaugurou um longo período de governos ditatoriais nos países da América Latina, a exemplo de Brasil, em 1964, Chile, em 1973, e Argentina, em 1976. Afinal, as elites dominantes acreditavam que o momento indicava descambar para a revolução socialista. Nesse sentido,

> A radicalização da luta de classes se manifestou no ascenso dos movimentos de massa, das lutas populares e nacionalistas, dos conflitos no campo por terra e trabalho, das greves dos trabalhadores nos centros urbanos, dos focos de luta armada etc. Contudo, a radicalização também se deu em sentido oposto, através da reação burguesa e imperialista, cujos interesses e privilégios pareciam na iminência de serem solapados por uma onda de revoluções sociais, e que não podiam tolerar outras Cubas (HADLER, 2013, p. 28).

Diante das inúmeras conturbações sociais, somadas às tensões impostas pela Guerra Fria, que tomavam de assalto a América Latina como palco antes da defesa dos interesses econômicos das elites internacionais que de uma batalha ideológica entre capitalismo e o socialismo, as burguesias e as classes médias do subcontinente despontavam como o peso decisivo da balança. Longe de apoiar as demandas das massas populares e dos excluídos do sistema no sentido de empreender uma autêntica revolução burguesa aos moldes

europeus clássicos, a burguesia nacional se aliou, de fato, ao capital internacional, às elites dominantes, às tradicionais classes agrárias e às forças imperialistas, rumo à deflagração de um golpe militar que pusesse fim à ordem democrática e instalasse um regime ditatorial. Se, para os intelectuais e ativistas políticos, a via da revolução burguesa era a única forma de se implantar, na periferia, um capitalismo industrial nacional autêntico, ancorado fortemente no mercado interno, o desfecho foi exatamente contrário.

> As premissas de um desenvolvimento capitalista autodeterminado, liderado por uma burguesia nacional de caráter progressista, em condições de consolidar uma ordem democrática, estavam sendo suprimidas pelas contradições da industrialização dependente [...].
> [...]
> Através da tomada de poder do Estado, a burguesia dependente, associada do imperialismo, assegurou as condições da dominação e do poder burguês [...]. Através do congelamento da luta de classes, fechando o espaço político e comprimindo e contendo as revoluções democrática e nacional, a contrarrevolução burguesa lançou as premissas, condições historicamente delimitadas [...], para acelerar o desenvolvimento do capitalismo, mas sem romper o ponto morto do capitalismo dependente e do subdesenvolvimento (HADLER, 2013, p. 27, 29).

Nesse cenário de crise teórica e real dos projetos nacionais desenvolvimentistas, as ideias de Frank acerca da dependência animaram um intenso debate, que daria corpo ao que seria posteriormente denominado de teoria da dependência. No entanto, seja teórica, seja politicamente, a ideia em torno da dependência abriu uma dupla interpretação. De um lado, a percepção da relação de dependência da periferia para com o centro do capitalismo mundial podia ser entendida como sendo uma relação de subordinação, caso em que seguia em estreita consonância com o argumento de Frank. De outro, preco-

nizando os fatores políticos e sociológicos em detrimento dos de ordem econômica, a dependência podia ser interpretada como uma relação de associação política de interesses das burguesias industriais periféricas com o capital externo, caso em que o desenvolvimento da periferia se daria de forma associada ao grande capital internacional, ainda que subordinada a este. Nessa segunda vertente, a economia periférica, de modo geral, e a burguesia nacional, de modo particular, tornavam-se parceiras de suas congêneres centrais, sócias minoritárias do desenvolvimento capitalista, atrelando seus processos de desenvolvimento aos das grandes potências imperialistas.

A primeira dessas duas abordagens da dependência constituiu o que se convém chamar de teoria marxista da dependência, à qual, no Brasil, juntaram-se Frank, Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra. Segundo Ouriques, apesar de consistente, faltava à tese de Frank uma sustentação sobre bases marxistas fortes, e coube a Marini essa tarefa, o qual a desempenhou de modo insuperável (NILDO..., 2010). A segunda vertente, para a qual usaremos o termo comumente empregado, chamaremos de teoria sociológica, ou weberiana, da dependência, a qual traz os nomes de Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto e José Serra como principais expoentes.

Para a teoria da dependência que abordou a questão a partir do método do materialismo histórico e dialético de Marx, os aspectos econômicos guardavam a preponderância na explicação da conformação da estrutura econômica, política e da luta de classes. Assim, a dependência econômica da periferia estava ligada ao imperialismo, ao grau de exploração do trabalhador pelo capitalista, à transferência de valor através do mecanismo denominado de "intercâmbio desigual" que imperava nas trocas internacionais, ao domínio financeiro dos centros capitalistas e à exportação de capital para as economias periféricas, entre outros.

Por sua vez, os autores que, como Cardoso, Serra e Faletto, buscaram explicar as raízes da dependência e do atraso da periferia

latino-americana pelo enfoque político-institucional encontraram aporte teórico e metodológico, entre outros, na sociologia weberiana, no funcionalismo de Durkheim e Parsons, bem como no ideário keynesiano e nas teses de Schumpeter acerca do progresso técnico e dos ciclos de desenvolvimento econômico. Esses autores dependentistas privilegiaram as forças sociais, políticas, institucionais e culturais como explicativas para a estrutura de dominação e subordinação que imperava nas relações entre o centro e a periferia, bem como para apontar saídas da condição periférica, reduzindo em importância a causação econômica e material da sociedade.

Se, para o primeiro grupo, marxista, as relações capitalistas deveriam ser eliminadas como forma de se construir a emancipação das massas trabalhadoras e a redução imediata da desigualdade social, para o segundo grupo havia a possibilidade de se atingir melhorias consideráveis para as classes sociais periféricas preservando-se a lógica da acumulação de tipo capitalista. Para os primeiros, a via revolucionária e a instalação do socialismo tornavam-se a única saída para encerrar o processo de desenvolvimento do subdesenvolvimento. Para os últimos, a ordem capitalista era mantida e suas teses ganhavam contornos reformistas. Nos próximos itens deste capítulo, trataremos de investigar como a ideia de centro e periferia foi apreendida dentro de cada uma dessas duas teorias da dependência.

No entanto, vale frisar que nosso objetivo não será o de estabelecer uma análise comparativa entre as duas abordagens da dependência, nem mesmo o de apontar suas fragilidades, inconsistências e limitações, sejam teóricas, sejam práticas, pois são construtos teóricos cujas particularidades metodológicas, teóricas, políticas e ideológicas estão assentadas em distintas ontologias, o que as torna independentes e inconciliáveis. Caso isso aconteça, será meramente casual e servirá apenas para enriquecer a nossa análise e contribuir para a apreensão do ponto fulcral de nosso trabalho, qual seja en-

tender a forma como esses autores, em cada uma dessas vertentes da escola da dependência, interpretaram a produção da relação polarizada vigente no capitalismo mundial e, especialmente, como eles percebiam e analisavam a condição da periferia do sistema frente ao processo de acumulação de capital.

3. Duas teorias da dependência

O texto de Cardoso e Faletto, marco da vertente sociológica da dependência, teve sua primeira versão escrita sob a forma de relatórios de pesquisa, em 1965, sendo, no entanto, finalizado durante 1966 e 1967 e publicado em 1969, no México, portanto, antes das ideias de Marini virem a público fora dos círculos acadêmicos. Apesar disso, no próximo item deste capítulo, trataremos da teoria marxista da dependência para só então tratarmos, subsequentemente, do enfoque sociológico da dependência. Essa opção pela inversão quanto à cronologia da publicação oficial dos textos básicos de ambas as teorias reside em dois aspectos. Primeiro, na continuidade que essa estrutura de exposição garantirá em relação ao pensamento e às contribuições de Frank, ícone e precursor das análises sobre a dependência da periferia latino-americana e cujo trabalho exerceu profunda influência em Marini e nos demais autores da teoria marxista da dependência. Em segundo lugar, e talvez mais importante, pelo fato de que as teses de Marini e Santos acerca da dependência, apesar de se tornarem publicamente conhecidas somente após as formulações de Cardoso e Faletto, já circulavam no meio acadêmico desde muito antes. O bloqueio político à ideia revolucionária presente na vertente marxista da dependência, que se explicava pelo risco das ações que evocava, impediu seu conhecimento e estudo por muitos anos em países como o Brasil, onde o que se conhecia era apenas a crítica a ela.

Nesse sentido, Marini (2005) afirma que, desde 1965, já se dedicava aos primeiros desenvolvimentos teóricos acerca da dependência latino-americana. Afinal, naquele ano, durante seu exílio no México, entre as atividades políticas e intelectuais que realizava, foi incumbido de escrever sobre os acontecimentos recentes no Brasil. Surgiram daí um ensaio para o foro internacional da revista do Centro de Estudos Internacionais do Colégio do México, e dois artigos para a revista *Solidaridad*, a qual era editada pelo forte Sindicato dos Eletricistas daquele país. O ensaio, seu primeiro texto escrito em castelhano, trazia o título de "Contradicciones y conflictos en el Brasil contemporáneo" e já ressaltava a interdependência entre as forças do capitalismo mundial e sua expansão na América Latina. Marini estava especialmente interessado em demonstrar a diferenciação da classe burguesa, que, no Brasil, integrava-se perfeitamente à centralização de capitais nos Estados Unidos, bem como em investigar as determinações econômicas e de classe de tal aliança de interesses. Segundo ele,

> Estimulado pela repercussão desse primeiro ensaio, escrevi (ainda em 1965) dois outros artigos [...]. O primeiro deles, *Brazilian interdependence and imperialist integration* – atendendo à sugestão de Frank, no sentido de que eu escrevesse para *Monthly Review* – foi dedicado às causas econômicas do golpe militar e suas consequências no plano latino-americano [...] e despertou maior atenção para a mudança operada nos movimentos de capital no pós-guerra, com vantagem para os investimentos diretos na indústria, tese que se constituiria em um dos pilares da teoria da dependência, principalmente pelas implicações do fenômeno na diferenciação interna da burguesia, que eu apontava no artigo e que sustentavam o conceito de "burguesia integrada" (que Santos, 1966, e Cardoso e Faletto, 1969, tratariam respectivamente, como "o novo caráter da dependência" e "burguesia associada" [...], e a questão do subimperialismo [...]. O segundo, publicado em 1966, sob o título de

> "La dialéctica del desarrollo capitalista brasileño", mais preocupado com a articulação da economia brasileira com o sistema imperialista e as implicações disso para a América Latina [...] e para as condições da revolução socialista (MARINI, 2005, p. 70-73).

Logo, suas teses acerca da necessidade de ampliação dos investimentos diretos estrangeiros na indústria da periferia, da existência de uma burguesia industrial periférica completamente integrada aos interesses dos capitais estrangeiros e do subimperialismo praticado na periferia do sistema já repercutiam, portanto, nos meios acadêmicos desde 1965 e 1966. Para Marini, a maior implicação desses artigos foi motivar e impulsionar os estudiosos a investigarem as determinações econômicas e de classe da política exterior latino-americana, indo além do enfoque institucional e jurídico que dominava até então.

Para Prado (2011, p. 68), apesar de o debate sobre a dependência ter sido riquíssimo e ter lançado uma base teórica forte sobre a qual se ergueu um construto analítico próprio e crítico sobre o papel das economias latino-americanas para o processo de acumulação em escala mundial, isso ocorreu somente em partes da América Latina e do mundo. "No Brasil, o que sucedeu foi um não debate", pois se construiu, na verdade, um pensamento único em torno da perspectiva defendida pela vertente sociológica, formulada por Cardoso e Faletto.

De fato, desconheceu-se, por longo tempo, a contribuição da crítica marxista ao tema em questão. Em parte, por ter sido alvo da censura e da perseguição política, que não permitia a publicação das obras escritas pelos nossos intelectuais exilados do país pela ditadura militar[136]. Em parte, pela "deturpação intelectual" das ideias dos autores marxistas por aqueles que percebiam que uma teoria da dependência sob tal enfoque representaria um esforço intelectual

136. Marini afirma que seu livro de 1969, *Subdesarrolo e revolución*, causou tamanho desconforto nos dirigentes políticos latino-americanos que, "em países como Brasil e Argentina, apreenderam e destruíram remessas inteiras dele" (MARINI, 2005, p. 83).

completamente subversivo à ordem dominante, pois rompia com todas as ilusões liberais e burguesas, desnudando a real função da periferia capitalista para o sistema mundial (NILDO..., 2010). Como resultado, as críticas ao pensamento de Marini foram conhecidas antes mesmo de sua ideia original, a qual, invariavelmente, era distorcida pelo pensamento dominante[137], como o fizeram Cardoso e Serra em um artigo de 1979. Dessa forma, todo tipo de interpretação equivocada e mal-intencionada foi possível e "contou com a conivência de diversos intelectuais de peso e uma tenaz inércia intelectual" (PRADO, 2011, p. 69-70).

Pode-se dizer que, no Brasil, num momento político em que as forças liberais capitalistas exerciam forte domínio e buscavam, com armas e ideias, abafar a crítica da esquerda socialista e marxista,

> [...] várias gerações de professores e estudantes, especialmente o pessoal da pós-graduação, "conheceu" a turma da teoria da dependência por meio da revista paulista do Cebrap, cujo auge foi o artigo assinado por FHC e José Serra, originalmente escrito quando regressavam de um período nos Estados Unidos (OURIQUES, 2005, p. 1).

A respeito da questão da adulteração voluntária nas teses de Marini provocadas pelos críticos da visão marxista da dependência, o próprio Marini assim se expressou:

> A crítica de Cardoso inaugurou a série de deturpações e mal-entendidos que se desenvolveu em torno ao meu ensaio, confundindo, entre outras, superexploração do trabalho com mais-valia absoluta e me atribuindo a falsa tese de que o desenvolvimento capitalista latino-americano exclui o aumento de produtividade (MARINI, 2005, p. 92).

137. Ver os inúmeros pontos nos quais tal deturpação ocorreu, os quais são citados, um a um, por Marini em sua resposta à Fernando Henrique Cardoso e José Serra (MARINI, 2000a).

Marini tratou prontamente de responder a tais críticas. Consideramos de suma importância para o objetivo de nosso trabalho destacar uma delas de modo especial. Ao contrário da crítica comum[138], Marini jamais afirmou que o desenvolvimento capitalista seria impossível na periferia do sistema e, menos ainda, que a estagnação econômica seria inevitável na região latino-americana. Sua ideia se sustenta, exatamente, no lado oposto desse argumento, ou seja, na contradição do desenvolvimento periférico do capitalismo, em especial, na América Latina, onde, segundo suas palavras, se desenvolveria "mais do que um capitalismo", se teria "um capitalismo *sui generis*" (MARINI, 2000b, p. 106), pois, diferentemente do desenvolvimento capitalista na região central, na periferia esse processo, ao invés de amenizar as desigualdades e outras mazelas da sociedade latino-americana, tenderia a agravá-las.

Portanto, era um tipo de desenvolvimento que, longe de se sustentar numa dinâmica autóctone das forças produtivas e do mercado interno, só podia ser apreendido se analisado tanto no nível nacional como, principalmente, no nível das forças internacionais. Para corroborar tal argumento, deveras importante na percepção da dinâmica da periferia na análise do autor, torna-se necessário citar duas passagens, oriundas de dois diferentes textos, para que nenhuma dúvida persista sobre o tema.

> As "Desventuras" [obra na qual Cardoso e Serra criticam duramente a obra de Marini] começam com um passo infeliz. Constatando que minhas análises têm como eixo a questão do socialismo na América Latina, buscam inseri-las na tese [...] da inevitabilidade da estagnação econômica na região. Não é certo que eu subscrevesse então aquela tese, como também não a subscrevo hoje. De passagem, confundem estagnação e crise. [...] sem compreender que, para um marxista, as crises correspondem

138. Conferir Mantega (1997), Cardoso (1973), Cardoso e Serra (1980).

> a saltos do capitalismo para sua destruição, mas não se confundem com a estagnação. Totalmente ao contrário, resultam da própria acumulação capitalista, isto é, do *desenvolvimento capitalista* [...] e a *forma subimperialista que assume então esse desenvolvimento* no Brasil após o golpe militar de 1964. O capitalismo brasileiro orientou-se assim para um desenvolvimento monstruoso (MARINI, 2000a, p. 169).

> Lembro-me, especialmente, da discussão que mantive com Celso Furtado, uma noite, no Café de Las Américas [no ano de 1967], quando este estava de passagem pelo México [...] Furtado, defendendo sua tese sobre a "pastorização", isto é, do retrocesso da economia brasileira ao estádio meramente agrícola que a ditadura brasileira estaria promovendo [...]; eu, insistindo no eixo central de minha reflexão sobre o Brasil, ou seja, na ideia de que a ditadura correspondia à dominação do grande capital nacional e estrangeiro e impulsionava a economia do país a uma etapa superior do seu desenvolvimento capitalista (MARINI, 2005, p. 75).

O debate sobre a dependência se desenvolveu em um momento durante o qual, de acordo com Stedile e Traspadini (2005), além da perspectiva dependentista do desenvolvimento, outras três correntes ideológicas se confrontavam no interior do pensamento de esquerda. A primeira, o chamado marxismo esquemático e revisionista praticado pelos partidos comunistas vinculados à Terceira Internacional e que só fazia transplantar e aplicar de forma mecânica à realidade latino-americana o materialismo histórico e as leis da economia política, método que os levava à conclusão de que países como o Brasil, por exemplo, não desenvolviam suas forças produtivas, pois ainda estavam numa fase pré-capitalista, na qual imperavam ainda relações feudais de produção. Uma segunda corrente desembocava no voluntarismo revolucionário e armamentista presente na ideologia foquista, que, de forma reducionista e simplista, culpava as bur-

guesias nacionais e internacionais pela exploração e opressão dos povos subjugados pelo imperialismo. A terceira se consubstanciava na crítica do pensamento da Cepal às vantagens comparativas no comércio mundial, que, embora baseada numa análise que levava em conta as estruturas social, econômica, cultural e política da sociedade latino-americana, vislumbrava a possibilidade da saída da condição de atraso ainda que mantidas as relações capitalistas de produção e a lógica burguesa da acumulação de capital.

Se, para os primeiros, a resposta seria concluir as etapas rumo ao socialismo, o que exigia, antes da revolução trabalhadora, uma revolução burguesa nos moldes clássicos, e se, para os foquistas, a única saída era a revolução armada seguindo o exemplo cubano, o pensamento reformista da Cepal, por sua vez, fazia uma análise mais profunda e bastante assentada na realidade latino-americana. Para essa vertente do pensamento econômico, o desenvolvimento viria com a quebra do paradigma da divisão internacional do trabalho e a investida da periferia em processos nacionais de industrialização, com massivo apoio dos Estados.

Portanto, divergindo ideológica e radicalmente tanto da perspectiva do Partido Comunista quanto da Cepal e introduzindo de modo coerente na análise o método da economia política de Marx, o materialismo histórico e dialético, Marini deu ênfase às categorias marxianas da lei do valor e de queda tendencial da taxa de lucro como pontos de partida abstratos para a análise da realidade latino-americana. Rejeitando, a exemplo de Frank, a assimilação da ideia de que o subdesenvolvimento seria apenas a contraface do desenvolvimento, Marini defendeu a necessidade de se investigar profundamente as condições históricas segundo as quais a América Latina havia se integrado ao mercado mundial bem como as alterações que essa integração havia causado em sua economia e sua sociedade, fato que, segundo ele, emprestava particular influência para condição dependente dos países desse subcontinente.

Ademais, vale frisar que a divergência aberta em torno do tema da dependência da periferia em relação ao centro capitalista não se limitou à esfera acadêmica, uma vez que as bases teóricas e ideológicas estavam indissociavelmente ligadas à postura de enfrentamento dos aspectos que entravavam o crescimento econômico da maioria dos países do globo. Nesse sentido,

> A escola da dependência abre, essencialmente, um debate e um enfrentamento direto entre duas correntes de pensamento e de luta política concreta: por um lado, o marxismo na América Latina, evocado pela luta protagonizada pelos trabalhadores do continente a partir de um novo enfoque de desenvolvimento pautado no fim da propriedade privada, da exploração do trabalho e do Estado como comitê da burguesia. Por outro lado, os defensores do capitalismo e críticos do marxismo, sustentando a necessidade de uma relação direta interdependente entre países mais avançados e menos avançados tecnologicamente, para que ambos pudessem lograr um salto qualitativo em termos de desenvolvimento capitalista mundial (STEDILE; TRASPADINI, 2005, p. 31).

Analisemos, por ora, a primeira dessas teorias, buscando apreender os aspectos e as contribuições que possam nos indicar em que sentido essa específica reflexão sobre a dependência relevava a polarização da economia mundial em centro e periferia.

4. A periferia na teoria marxista da dependência

As origens da teoria marxista da dependência

Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotonio dos Santos e André Gunder Frank viveram no Chile, no final dos anos 1960 e início

dos anos 1970, a experiência de participar da chegada ao poder da Unidade Popular, frente partidária que apoiava o presidente Allende em sua jornada de instalação do socialismo. Mas esse grupo de intelectuais já se conhecia e havia trabalhado junto quase uma década antes. Afinal, em 1962, após receber o convite do antropólogo, fundador e primeiro reitor da Universidade de Brasília, Darcy Ribeiro, para ali lecionar, Theotonio dos Santos levou consigo os companheiros Marini e Bambirra. Ao chegarem lá, juntou-se a eles Frank, então professor da Universidade de Chicago. Assim, os quatro professores, que lecionavam ciência política, logo organizaram um grupo de leitura de *O capital*, de Marx, a exemplo do que acontecia na Universidade de São Paulo[139].

Mas o golpe militar no Brasil trataria de separar temporariamente esse grupo. Santos e Bambirra, casados à época, permaneceram mais dois anos no Brasil, na clandestinidade, à frente da Polop[140], indo para o Chile somente em 1966. Marini chegaria a Santiago do Chile em 1969, vindo de seu primeiro exílio no México, onde permanecera desde 1964. E Frank, após uma passagem pelo México em 1965, viveria no Canadá de 1966 a 1968, ano em que se juntaria novamente ao grupo, no Chile. Bambirra (*apud* CAZES, 2013) assim relembra o reencontro no Chile: O quarteto da teoria marxista da dependência estava formado desde os anos no Bra-

139. Em 1958, começou a funcionar, na Universidade de São Paulo, um grupo de estudos sistemáticos de *O capital*, de Marx. O grupo contava com intelectuais e estudantes das mais diversas áreas do conhecimento, como o filósofo José Arthur Giannotti, os cientistas sociais Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni e Ruth Cardoso, o historiador Fernando Novaes e o economista Paul Singer. Apesar do nome, o grupo dedicou-se, além de *O capital*, de Marx, a estudar outras obras célebres, entre elas, *Manuscritos econômicos e filosóficos*, do mesmo autor, e a *Teoria geral*, de Keynes. Segundo Giannotti (1998, p. 121), "todos líamos Marx com o objetivo explícito de entender o estágio em que se encontravam as relações sociais de produção capitalistas, para situar nelas as dificuldades do desenvolvimento econômico e social brasileiro, com o intuito muito preciso de poder avaliar as políticas em curso" .

140. Polop, Organização Marxista Revolucionária Política Operária, se opunha à linha do Partido Comunista Brasileiro, sendo integrada por jovens intelectuais marxistas como Theotonio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Paul Singer e Moniz Bandeira, entre outros.

sil, mas "o instigante mesmo não foi a UnB, foi o Chile. Foi onde surgiu realmente a teoria da dependência". Refere-se ao Centro de Estudos Socioeconômicos (Ceso), da Faculdade de Economia da Universidade do Chile, local onde a teoria da dependência ganhou sua forma acabada.

> O Ceso se constituiu em um dos principais centros de elaboração do pensamento latino-americano nos anos 60 e 70. Será o principal lócus de formulação da teoria da dependência, embrião das análises do sistema mundo e ponto de referência para a intelectualidade revolucionária regional e mundial (MARTINS, 1975, p. 10).

Nesse centro, e em torno dessa temática, juntaram-se, além do quarteto acima, outros estudiosos brasileiros, como Emir Sader, Marco Aurélio Garcia, Jorge Mattoso, Teodoro Lamounier, os chilenos Orlando Caputo, Pio Garcia, Roberto Pizarro, Sergio Ramos e Jaime Osorio, os argentinos Tomás Vasconi e Inés Recca, o francês Régis Debray e também os cubanos Germán Sánchez e José Bell Lara (MARTINS, 1975, p. 11).

Mas é importante lembrar que, desde 1965, tanto Marini quanto Santos, além de prosseguirem com suas investigações sobre o subdesenvolvimento econômico, mantinham, adicionalmente, a atenção voltada ao cenário político do Brasil, pois estavam decididos a analisar as determinações econômicas e de classe, bem como os reais propósitos do Golpe Militar de 1964. Ambos defendiam a tese de que a ação das forças armadas no Brasil "não era simplesmente um golpe militar reacionário, e sim uma nova etapa da dominação do grande capital internacional sobre nossa economia" (SANTOS, 1974, p. 2, tradução nossa). Ou, como afirmava Marini (2005, p. 76), que "mais do que uma simples quartelada [...] um dos propósitos da ditadura era desenvolver no Brasil uma indústria [...] importante como base da política expansionista do capital estrangeiro".

Para o professor e cientista social Ruy Mauro Marini, que, além da Universidade de Brasília, lecionou no Colégio do México, na Universidade Nacional Autônoma do México (Unam)[141] e no Ceso, não se poderia analisar os fatos políticos que, naquele momento das décadas de 1960 e 1970, roubavam a cena na sociedade brasileira e latino-americana como um "corpo estranho", ou elemento externo, porquanto sem ligação com a estrutura econômica interna. Em sua opinião, as conturbações políticas e o envolvimento dos Estados Unidos na questão militar golpista da América Latina traziam claros sinais da preponderância dos interesses econômicos. Segundo ele,

> A ação dos Estados Unidos no Brasil não se podia entender como alheia à realidade nacional, mas como elemento constitutivo dela e só pudera se tornar efetiva (e, portanto, só se explicava) à luz da luta de classes no país, que fincava suas raízes na economia e determinava o jogo político – e da qual as Forças Armadas eram parte plena (MARINI, 2005, p. 69-70).

Portanto, a ideia de uma conexão entre os interesses imperialistas e das burguesias nacionais, resguardados pela ação da força militar governamental, um dos argumentos primordiais da teoria da dependência, já se desenvolvia naquele momento. E essa precedência causal dada aos elementos da esfera econômica, segundo Marini, não deveria ser confundida com simples determinismo dogmático,

141. Após as atividades acadêmicas desenvolvidas junto à recém-criada Universidade de Brasília, Marini se vê obrigado a abandonar o Brasil, fugindo da repressão militar, rumo ao México, onde daria início ao seu primeiro período de exílio, trabalhando no Colégio do México e na Universidade Nacional Autônoma do México. De lá, sairia em 1969, rumo ao Chile, onde ficaria até 1973. Partiria, então, para seu terceiro exílio, na Alemanha, fazendo antes uma breve escala no Panamá e retornando ao México em 1974, onde se tornaria professor titular da Unam. O intelectual brasileiro só retornou ao seu país de origem após a decretação da anistia aos exilados políticos, em 1979, permanecendo, no entanto, vinculado ao seu trabalho no México. Em definitivo, só voltaria para o Brasil em 1984. Conferir Marini (2005).

mas identificada com a ortodoxia marxista, esta capaz de garantir rigor metodológico e evitar o "ecletismo, a falta de rigor conceitual e metodológico e um pretenso enriquecimento do marxismo, que na realidade se trata de sua negação" (MARINI, 2000b, p. 105).

Nesse sentido, o argumento original de Frank acerca da relação de dependência estabelecida por parte da periferia mundial em relação às ricas potências industrializadas recebeu, da parte de Marini, um tratamento teórico e metodológico especificamente assentado na teoria do valor de Marx. Seu artigo de 1972, publicado originalmente com o título de "Dialéctica de la dependencia: la economía exportadora", para o primeiro número da revista *Sociedad y Desarrollo*, de responsabilidade do Ceso, transformou-se na principal obra da chamada escola da dependência, além de importante instrumento teórico-político dos movimentos revolucionários de esquerda. O artigo, que segundo o próprio Marini (2005, p. 88-89) fora escrito para servir como texto-base de um seminário sobre a teoria marxista e a realidade latino-americana, seminário do qual também participava Frank, era uma tentativa de

> estabelecer uma teoria intermédia que, informada pela construção teórica de Marx, conduzisse à compreensão do caráter subdesenvolvido e dependente da economia latino-americana e sua legalidade específica. [...] Tal como ficou posteriormente, *Dialética de la dependência* era um texto inegavelmente original, tendo contribuído para abrir novo caminho aos estudos marxistas na região e colocar sobre outras bases o estudo da realidade latino-americana (MARINI, 2005, p. 90).

Sua intenção era rejeitar tanto a linha tradicional dos estudos sobre o subdesenvolvimento, que se pautava em índices e indicadores econômicos e que, segundo o autor marxista, não oferecia mais do que respostas enganosas e tautologias, quanto a abordagem cepalina, a qual, apesar de ter realizado a crítica da economia clássica ao

comércio internacional e à divisão internacional do trabalho como mecanismo de transferência de valor da América Latina para o centro capitalista, não conseguira avançar muito além da proposta de industrialização da periferia, estratégia que apontava precoce esgotamento, não obstante certa elevação do grau de industrialização e mudança das pautas de exportação de alguns países latino-americanos, os quais viam aumentar a participação do setor secundário na produção nacional. Para Marini, tal estratégia não apresentou resposta eficaz à concentração de renda, à deterioração dos termos de intercâmbio, à relação de dependência internacional e ao desenvolvimento do subdesenvolvimento latino-americano, mazelas que pareciam, ao contrário, ampliar o fosso entre ricos e pobres do capitalismo mundial.

Ao longo de seu primeiro exílio no México, Marini já havia convivido com Frank, quando este lecionava na Unam. Ambos rechaçaram, de imediato, a tese de que a América Latina estaria, na segunda metade do século XX, ainda num estágio pré-capitalista. Marini (2000b, p. 106-107), adicionalmente, afirmava que um tipo "*sui generis*" de capitalismo se instalara nesse subcontinente e que a apreensão desse tipo específico de capitalismo somente seria possível se a análise de seu desenvolvimento seguisse paralelamente ao desenvolvimento do capitalismo nas economias industrialmente avançadas, dadas a divisão internacional do trabalho e as relações de troca estabelecidas entre essas economias no mercado mundial. Nesse sentido, ele alertava para o fato de que o uso das categorias de Marx não poderia "substituir ou mistificar os fenômenos" da realidade latino-americana, mas servir como instrumento teórico para a análise concreta.

Interpretação semelhante era simultaneamente trabalhada por Santos, que, em julho do mesmo ano, escreveu o artigo "A ideologia fascista no Brasil", para o terceiro fascículo da revista *Civilização Brasileira*, no qual alertava para a tendência do capital internacional de se expandir e se unir aos capitais nacionais das nações periféricas (SANTOS, 2010), o que acabou se desdobrando em outras publica-

ções sobre o tema da dependência latino-americana, como o artigo de 1966, "Crisis económica y crisis política", e, principalmente, no de 1967, "El nuevo carácter de la dependencia", escrito e debatido um ano antes, e, no de 1969, "Socialismo o fascismo: el dilema latinoamericano" (SANTOS, 1975, p. 4-6).

Santos denunciava que o processo mundial de acumulação capitalista, após a Segunda Guerra, havia entrado numa nova fase de imperialismo econômico, na qual se ampliou a concentração, a conglomeração de capitais, o monopólio e, principalmente, o vínculo desses gigantescos capitais com as forças de Estado nacionais. Isso significava que, no cenário mundial, a imposição da hegemonia norte-americana, de sua moeda, de suas ajudas econômicas, de sua força militar e das instituições internacionais de crédito e fomento forjadas no calor da reconstrução da paz no pós-guerra resultava numa rede internacional de dominação, para a qual contava com a ajuda, aliança e integração das principais forças econômicas nacionais das regiões subordinadas (SANTOS, 1975, p. 7). Uma subordinação à estrutura imperialista que garantia o caráter dependente do desenvolvimento econômico e social periférico.

Na origem do argumento dependentista repousava uma percepção bastante clara, da parte de seus precursores, de que o capitalismo, nessa nova fase de dominação e dependência da periferia em relação às grandes empresas multinacionais,

> rompia com o velho latifúndio improdutivo para implantar o capitalismo no campo, expandia a urbanização dependente do capitalismo internacional e aprofundava uma brutal exclusão ou, como dizíamos na época, uma marginalização social (SANTOS, 2010).

Para esses autores, tal cenário parecia incompatível com um modelo que se pretendia democrático, pois, apesar de significar desenvolvimento econômico para as zonas periféricas, essas economias

permaneciam como fontes de extração de maiores de taxas de lucro e de obtenção de matérias-primas e alimentos a preços mais baixos do que se produzidos internamente, além de destino para a venda dos seus produtos industrializados a preços mais elevados. Cenário que somente se sustentava devido à cooptação das burguesias nacionais, do apoio financeiro e militar aos governos nacionais e, fundamentalmente, de formas ampliadas de exploração dos trabalhadores da periferia do sistema – o que, por sua vez, comprometia a dinamização de um forte mercado interno, base sobre a qual deveria se sustentar uma dinâmica autóctone de capitalismo.

Dependência e subordinação: a periferia para Marini

Se estruturas sociais distintas se imbricam em relações de troca num mercado internacional, relações essas que obedecem a uma divisão mundial do trabalho já cristalizada, não se pode pretender uma análise concreta abrangente dos problemas econômicos e sociais internos dessas estruturas sem se considerarem os fatos históricos que estão na origem dessas relações mercantis e de produção. Por isso, na concepção de Marini, a posição ocupada pela economia latino-americana em relação aos grandes e ricos centros capitalistas da Europa somente poderia ser analisada à luz do desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista.

Discordante de Frank, Marini defendia que a dependência latino-americana nos anos 1960 e 1970 não era a mesma do estágio colonial, ainda que se admitisse certa continuidade entre ambas. Para ele, essa nova dependência iniciou-se entre o final do século XIX e começo do século XX, momento em que as economias primário-exportadoras da América Latina começaram a produzir saldos comerciais crescentemente positivos e suas dívidas externas, crescendo mais do que suas exportações, passaram a funcionar como mecanismo de transferência de excedente para as metrópoles europeias. Essa fase do intercâmbio

mundial marcava o início da nova dependência da periferia em relação ao centro. Dependência, no sentido de subordinação.

> É a partir desse momento [1860 em diante e, mais intensamente, de 1902 a 1913] que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o curso do desenvolvimento posterior da região. Em outras palavras, é a partir desse momento que se configura a *dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações* formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência [...] e nisso reside a debilidade real do trabalho de Frank, pois a situação colonial não é igual à situação de dependência, ainda que se dê uma continuidade entre ambas, não são homogêneas (MARINI, 2000b, p. 109, itálico nosso).

Fazendo um retrospecto histórico do modo de produção capitalista, que remontava à expansão comercial do século XVI, ele afirmava que o continente latino-americano havia se desenvolvido "em estreita consonância com a dinâmica do capital internacional". Assim, de antigas colônias fornecedoras de produtos tropicais e metais preciosos, que garantiam aos países da Europa os meios de pagamento necessários para sustentar os fluxos crescentes de mercadorias, as nações recém-independentes tornaram-se, após o advento da grande indústria, no início do século XIX, economias cuja função era a de garantir a transferência crescente de excedente ao centro do capitalismo mundial, a Inglaterra.

É nesse momento que o argumento de Marini traz sua primeira originalidade no que se refere a tese de Frank. Para o autor brasileiro, enquanto o saldo da balança comercial era deficitário para os países latino-americanos, o que, segundo ele, ocorreu do advento da Revolução Industrial até a década de 1860, os empréstimos ex-

ternos serviam para garantir as importações de produtos industrializados europeus, situação que ainda se identificava com a condição colonial, isto é, formadora de mercado externo para manufaturas. O cenário se modificou e a dependência se tornou submissão exatamente quando os saldos comerciais desses países começaram a se tornar superavitários, pois, a partir dos anos 1860 e 1870, o papel das dívidas externas passou a ser o de transferir uma significativa parcela do excedente produzido na América Latina para a metrópole europeia, sob a forma de lucros e juros, o que se intensificou ao longo do século seguinte[142].

Primeiramente, produzindo e ofertando abundantemente bens agrícolas, a periferia latino-americana proporcionava aos grandes capitalistas europeus a facilidade de comprar os bens de consumo necessários à manutenção das classes trabalhadoras europeias a preços muito baixos, reduzindo assim o valor do capital variável adiantado na produção, aquele correspondente aos gastos com salários, e, desse modo, contrariando a tendência declinante da taxa de lucro. Em outras palavras, cabia à periferia fazer baixar a quantidade de trabalho necessário despendida pelos trabalhadores das indústrias dos centros capitalistas mundiais e, dessa forma, promover a ampliação da mais-valia relativa extraída pelos capitalistas internacionais.

Num segundo momento, a função dos países latino-americanos passou a ser, adicionalmente, a de fornecer a preços mais baixos as matérias-primas e os elementos constituintes dos insumos necessários à pujante indústria europeia, o que, por sua vez, fazia baixar o valor do capital constante circulante adiantado no processo produtivo e, mais uma vez, contrariava a lei da tendência de queda da taxa de lucro. Com os aumentos da produtividade e da demanda de

142. Marini buscou dados estatísticos como subsídio às informações de caráter histórico. Nesse sentido, afirmou que, em 1913, no Brasil, os serviços da dívida já comprometiam 60% do gasto público total (MARINI, 2000b, p. 109). Além disso, escrevendo em 1992, afirmou que, entre 1982 e 1991, a mesma dívida externa brasileira havia levado à transferência líquida de recursos ao exterior da ordem de 275 bilhões de dólares (MARINI, 1992, p. 3).

trabalho nas indústrias dos grandes centros capitalistas, o fornecimento de bens primários na quantidade e velocidade requeridas teria sido um grande obstáculo para a produção de bens industrializados, não fosse o papel desempenhado pelos trabalhadores da periferia do sistema capitalista.

Atender a essas duas funções significava que o processo de acumulação de capital no centro do capitalismo mundial poderia completar a transição de exploração baseada na mais-valia absoluta para a baseada na mais-valia-relativa, nas palavras de Marini (2000b, p. 113), "a acumulação de capital passava a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que da exploração do trabalhador", uma vez que se elevava o tempo de trabalho excedente, aquela parte da jornada de trabalho durante a qual o operário produz a mais-valia, a partir da diminuição do tempo de trabalho necessário, a parte da jornada de trabalho durante a qual o operário reproduz o valor de sua força de trabalho, mantendo-se constantes o tempo total da jornada e a intensidade do trabalho.

A explicação para esse argumento inicia-se, segundo Marini, na existência de um "intercâmbio desigual" entre países produtores de manufaturados, com maior teor tecnológico e maior valor agregado, e países produtores de bens primários, quando eles estabelecem relações capitalistas de produção. Diferenciando o intercâmbio entre países que produzem bens similares, como é o caso das trocas entre países industrializados, daquele que se estabelece entre países que trocam produtos de distintas esferas de produção, como é o caso do comércio entre países produtores de manufaturados e países produtores de bens primários, Marini afirmava que, no primeiro caso, ainda que haja transferência de valor e possibilidade de obtenção de lucro extraordinário, dado o fato de a nação favorecida apresentar preços de produção inferiores aos seus concorrentes, mas sem baixar seus preços de mercado na proporção que as condições tecnológicas permitiriam fazê-lo, tal corresponde às leis específicas do

intercâmbio de mercadorias. No segundo caso, ao contrário, ocorre a transgressão dessas leis, haja vista a nação favorecida utilizar o poder de monopólio, ou a perene superioridade tecnológica, para impor um "intercâmbio desigual" à nação desfavorecida.

> Teoricamente, o intercâmbio de mercadorias expressa a troca de equivalentes, cujo valor se determina pela quantidade de trabalho socialmente necessário que as mercadorias incorporam. Na prática, observam-se diferentes mecanismos que permitem realizar transferências de valor, passando por cima das leis da troca, e que se expressam na forma como se fixam os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias. Convém distinguir entre os mecanismos que operam no interior de uma mesma esfera de produção (tratando-se de produtos manufaturados ou de matérias-primas) e os que atuam no marco de distintas esferas que se interrelacionam. No primeiro caso, as transferências correspondem a aplicações específicas das leis da troca; no segundo, adotam mais abertamente o caráter de transgressão delas; [...] o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras eludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores ao seu valor, configurando assim uma troca desigual (MARINI, 2000b, p. 120-121).

Dada a divisão internacional do trabalho e a impossibilidade dos países subdesenvolvidos de concorrer pela produção de bens similares aos dos países industrializados, seja devido ao desnível da aplicação do progresso técnico às forças produtivas e a maior produtividade do trabalho, seja pelo fato dos países industrializados deterem o monopólio sobre determinada produção, os capitalistas destes últimos poderiam manter indefinidamente seus preços de monopólio, ainda que o aumento substancial de produtividade, historicamente observado nesses países, permitisse o

inverso. Em contrapartida, os países da periferia cediam, para os países do centro, uma considerável parte do valor que produziam.

Para sustentar essa "troca desigual", que obrigava os capitalistas dos países da periferia a transferirem considerável parcela do mais-trabalho para os capitalistas dos países centrais, os primeiros eram obrigados a compensar, no momento da produção, essa transferência extraordinária de mais-valia que ocorria ao nível do mercado. E tal compensação exigia que os capitalistas da periferia apelassem para a *superexploração dos trabalhadores*, argumento originalmente forjado por Marini (2000b) e elemento fulcral de sua tese sobre a dependência. Isso significava que a perda de mais-valia que ocorria por transferência no mercado, ou na esfera da circulação, era compensada, na periferia, por meio do aumento da intensidade do trabalho no momento da produção, isto é, ampliava-se a mais-valia produzida a partir de uma maior exploração do trabalhador, sem, contudo, incrementar a capacidade produtiva do trabalho na periferia do sistema em igual proporção. Maior exploração do trabalhador da periferia para propiciar uma menor exploração dos trabalhadores do centro do sistema.

Aí residia o caráter contraditório e dialético da dependência, pois a periferia latino-americana ajudava a garantir uma mudança qualitativa positiva na vida dos trabalhadores europeus à custa de uma maior exploração dos seus próprios trabalhadores. Além disso, para Marini, tal dependência subordinada trazia em si um aspecto dinâmico, pois, quanto mais se intensificavam as relações de produção e troca entre uma nação subordinada e outra dominante, ou, por mais que a nação subordinada tentasse, por meio da produção e da troca, abandonar essa condição, mais se aprofundava sua subordinação, haja vista as necessidades crescentes de ampliação da parcela de mais-trabalho a ser transferida para os países industrializados e os níveis de endividamento que esse processo encerrava. A saída desse círculo vicioso somente poderia se dar com o fim do modo de produ-

ção capitalista, pois "o fruto da dependência só pode assim significar mais dependência e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ela supõe" (MARINI, 2000b, p. 109).

Superexploração do trabalho na periferia

A depender do nível de desenvolvimento das forças produtivas, a extração de excedente do trabalhador pode ser ampliada de duas maneiras: aumentando a exploração do trabalhador ou ampliando a capacidade produtiva desse trabalhador. As economias que, no plano industrial, encontram-se atrasadas apelam, majoritariamente, para o primeiro mecanismo, enquanto as mais avançadas lançam mão do último. Não obstante, segundo Marini, o aumento da exploração do trabalhador pode se dar por três mecanismos: aumentando-se a intensidade do trabalho para cada trabalhador; prolongando-se o tempo da sua jornada de trabalho; e reduzindo-se ao mínimo de subsistência o consumo do trabalhador, caso em que o salário cai abaixo do nível normal. Geralmente, os três operam simultaneamente.

Portanto, para Marini, a periferia do sistema capitalista se caracterizava por praticar o que ele denominou de *superexploração* do trabalho. O trabalho se intensifica, o que permite obter-se, com um mesmo número de horas trabalhadas, uma massa maior de valor; o trabalho se prolonga para além da jornada normal de trabalho, configurando-se, nesse caso, extração de mais-valia absoluta; e o capitalista, ao remunerar seu trabalhador com um salário que não lhe permite repor, integral e satisfatoriamente, sua força vital, acaba por se apropriar de uma parcela do *trabalho necessário*, aquela parte da jornada de trabalho em que o trabalhador produziria valor correspondente ao seu salário. Assim, de acordo com Marini,

> Em termos capitalistas, estes mecanismos (que além disso podem se dar e normalmente se dão, de forma combi-

> nada) significam que o trabalho se remunera por baixo de seu valor e correspondem, então, a uma superexploração do trabalho (MARINI, 2000b, p. 126).

Marini percebia, no caso da produção agrícola e extrativa, comuns às economias periféricas, que o uso extensivo e intensivo da força de trabalho possibilitava, apenas com a maior ação do homem sobre a natureza, o aumento da riqueza produzida sem grande soma de capital adicional. Isso, por si só, já significava aumento da taxa de mais-valia e de lucro, pois representava uma massa maior de mais-valia para um mesmo capital variável e um mesmo capital adiantado. Sem grandes investimentos de capital e pagando-se salários próximos, ou iguais, ao nível de subsistência, apelando-se, portanto e tão-somente, para a maior exploração do trabalhador, os capitalistas da periferia resolviam seu problema de transferência de excedente.

> A superexploração do trabalho significa uma maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade e tende normalmente a expressar-se no fato de que a força de trabalho se remunere por baixo de seu valor real (MARINI, 2000b, p. 160).

Pode-se afirmar que, para Marini, um dos elementos presentes nas economias periféricas é a superexploração do trabalho, necessária para garantir mais-valia para o capitalista imediato, da periferia, e para o capitalista mediato, do centro do sistema. Por sua vez, a característica essencial da superexploração do trabalho, peculiar às relações capitalistas de produção na periferia,

> é o fato de que se nega ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos [aumentos da intensidade e da jornada de trabalho], porque ele é obrigado a um

> dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando-se assim, seu esgotamento prematuro; no último [apropriação de parte do trabalho necessário], porque se retira dele inclusive a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal (MARINI, 2000b, p. 125).

Na opinião de Marini, o capitalismo dependente, observado especificamente na América Latina e, de modo geral, nas demais regiões periféricas, forjava-se no momento da vinculação dessas formações econômicas ao mercado mundial. Entrando como "coadjuvante" necessária ao processo de acumulação de capital baseado no aumento da capacidade produtiva do trabalho nas economias centrais, a periferia do sistema garantia a reprodução ampliada do capital baseando-se, para tanto, na superexploração do trabalho. "Nesta contradição radica-se a essência da dependência latino-americana" (MARINI, 2000b, p. 132).

Analisando o ciclo completo do capital e conferindo especial importância à esfera da circulação, haja vista imputar aos laços comerciais a conformação da desigualdade centro-periferia, Marini denunciava que a superexploração do trabalhador da periferia impedia que, nessas regiões, o duplo caráter do trabalhador, produtor e consumidor, satisfizesse a condição de elemento dinâmico, apto a reproduzir os dois momentos fundamentais do ciclo do capital, produção e circulação. Na fase da realização, o sacrifício do consumo individual do trabalhador em favor da exportação ao mercado mundial não permite que ele represente internamente seu papel dinâmico na transformação da forma mercadoria na forma dinheiro. Assim, no caso da periferia, produção e circulação sofrem uma cisão espacial, uma vez que a última se efetua, essencialmente, no âmbito externo. É o mesmo que dizer que, enquanto, no caso do capitalismo clássico, o capital, ao criar o trabalhador, cria também o consumidor na periferia

desse sistema, o mercado interno não se apresenta como o elemento dinâmico principal para o processo de acumulação.

Nas economias centrais, ao contrário, o consumo produtivo do trabalhador (consumo de meios de produção por parte do trabalhador durante o processo de produção) e o consumo individual do trabalhador (consumo de bens por parte do trabalhador para repor sua força de trabalho) somam-se ao consumo dos capitalistas e das classes improdutivas em geral e se complementam, forjando finalmente, por meio da luta entre patrões e operários pela fixação dos salários, a condição necessária ao reinício de um novo ciclo do valor, ou seja, a forma dinheiro. Portanto, no centro do capitalismo, o processo de acumulação cria uma dinâmica que se funda, ou depende, do próprio crescimento interno do mercado e, por extensão, do capital em escala ampliada, em que os níveis de poupança e investimento se transformam nos catalisadores do desenvolvimento econômico. Aumentos reais de salário, nessas condições, desempenham um papel importante na manutenção da demanda efetiva.

Ainda nas economias centrais, o aumento da produtividade e da capacidade de produção do trabalhador, aliado à queda dos preços dos bens de consumo das classes operárias, graças ao papel desempenhado pela periferia, reduz proporcionalmente a parcela do salário dedicada ao consumo básico do operário, permitindo a elevação da mais-valia e da parte desta que não é acumulada. Logo, a demanda interna aumenta como resultado da evolução das forças produtivas e da consequente elevação do consumo individual total, de trabalhadores e capitalistas. O aumento dos salários reais, conjugado à queda dos gastos com alimentação, permite aos trabalhadores dos países centrais incrementarem a demanda por bens industrializados. Adicionalmente, há a expansão da esfera de consumo superior referente à classe capitalista, que se respalda na diminuição real da parte do consumo individual total que cabe à classe trabalhadora.

Já nas economias periféricas, o cenário modifica-se. A produção não depende, essencialmente, da capacidade interna de consumo para sua realização, mas do consumo dessa produção pelos trabalhadores e capitalistas das economias centrais. O consumo individual do trabalhador da periferia interfere de modo incipiente na realização da produção, apesar de determinar a taxa de mais-valia. Forma-se, como resultado, uma estratificação das esferas de consumo no mercado interno, na qual a esfera "baixa", representada pelas massas trabalhadoras, baseia-se na produção interna, e a esfera "alta", das classes não trabalhadoras, satisfaz-se pelo comércio de importação.

Não obstante, sendo possível a substituição dos operários sem grandes dificuldades, a exploração do trabalhador torna-se a máxima possível, haja vista a ausência de qualquer preocupação quanto às condições de reposição de seu consumo individual. As economias periféricas deslocam, portanto, o eixo dinâmico de seu próprio processo de acumulação e tornam-se dependentes da realização da produção no mercado externo, para continuarem garantindo sua posição dependente no processo de acumulação mundial de capital. Quanto mais produzirem, e por quanto mais baixo venderem seus produtos, mais estarão contribuindo para garantir a extração de mais-valia relativa nos centros capitalistas e para manter a reprodução de sua condição de dependência.

Debilitada a demanda interna das massas populares, por pressão sobre o consumo individual do trabalhador, e garantida a importação de bens suntuários para atender ao consumo da classe capitalista referente à parcela de mais-valia não acumulada, o mercado mundial torna-se a única saída para a produção, para o investimento e o crescimento das economias exportadoras periféricas. No interior destas últimas, haverá sempre a necessidade de buscar uma harmonia entre a exportação de matérias-primas, alimentos e outros insumos semielaborados e a importação de manufaturados, produtos com maior teor tecnológico e artigos suntuários.

Com o desenvolvimento do capitalismo mundial, essas zonas periféricas tenderiam a ingressar no estágio industrial do capitalismo a partir das bases criadas pela economia exportadora. Nesses termos, segundo Marini (2000b, p. 136), em países como Argentina, México, Brasil e outros, o desenvolvimento industrial seguiria subordinado à produção para exportação, de bens primários ou semielaborados, a qual continuaria a se constituir no centro vital do processo de acumulação.

Com dificuldade para ancorar o processo de desenvolvimento industrial numa demanda crescente própria, e dependendo de uma demanda externa quantitativa e qualitativamente já constituída, a industrialização das economias periféricas, segundo Marini, dependerá de fatores exógenos favoráveis que lhe permitam impulsos momentâneos de crescimento e, não obstante, tenderá a ficar numa posição vulnerável às condições do ritmo de crescimento das economias do centro.

Além disso, Marini alertava para o fato de que a produção industrial da periferia independia das condições internas de salário dos seus próprios trabalhadores, uma vez que se dedicava a produzir bens que não entravam, ou entravam muito pouco, na composição do consumo popular. Os capitalistas industriais tornavam-se menos preocupados em elevar a produtividade para baixar o valor do produto, depreciar a força de trabalho e aumentar a mais-valia, visto que atingiam a mesma meta de modo mais simples, recorrendo à exploração maior do trabalhador e ao rebaixamento dos salários para além do limite inferior normal.

Mesmo quando ingressasse em etapas superiores da produção industrial, a periferia permaneceria subordinada, dependente e cumprindo uma importante função na nova divisão internacional do trabalho, pois o desenvolvimento tecnológico da produção de bens de capital no centro do sistema exigiria dela a continuidade no papel de mercado consumidor tanto desses novos produtos e ser-

viços como daqueles que já se tornaram obsoletos nos países mais avançados. Nesses termos, as economias centrais estarão sempre uma etapa à frente no nível tecnológico e na sofisticação dos equipamentos, cabendo à periferia cumprir as etapas imediatamente anteriores e inferiores da produção industrial no que diz respeito ao avanço tecnológico. "O que temos é uma nova hierarquização da economia capitalista mundial, cuja base é a redefinição da divisão internacional do trabalho ocorrida nos curso dos últimos cinquenta anos" (MARINI, 2000b, p. 145).

Ao correr atrás das novas tecnologias no mercado externo, a periferia dependente criará novos e crescentes fluxos de capital oriundo das economias centrais. O aumento do investimento direto estrangeiro na indústria da periferia corroborava essa tese, principalmente em vista da ênfase nos setores produtores de bens de consumo popular nos países centrais, fazendo com que o nível de vida do trabalhador da periferia do sistema não evoluísse concomitantemente à introdução de novas tecnologias. A difusão do progresso técnico na periferia do sistema se dava paralelamente à ampliação do grau de exploração da economia periférica, cujo processo de acumulação continuava a depender muito mais "da ampliação da massa de valor e mais-valia, do que da taxa de mais-valia" (MARINI, 2000b, p. 148).

Por isso, para Marini (2000b, p. 134),

> A economia exportadora é, então, algo mais do que o produto de uma economia internacional fundada na especialização produtiva: é uma formação social baseada no modo capitalista de produção que acentua até o limite as contradições que lhe são próprias.

O desenvolvimento desse processo tende, assim, a criar um grave problema de realização da produção, seja de bens suntuários, seja daqueles que, produzidos nas economias periféricas, não se destinam aos trabalhadores locais, dadas a compressão do nível de vida

das massas populares e a restrição do mercado interno. As soluções para esse problema vão do aumento de demanda da burocracia estatal significativamente inflada, passando pelos processos inflacionários que transferiam poder de compra da "baixa" para a "alta" esfera de consumo, até mesmo ao processo que Marini denominou de *subimperialismo*, ou seja, a expansão do ciclo do capital da economia dependente para a economia mundial em busca de regiões igualmente periféricas, fora ou no interior dos limites geográficos do país, onde se pudesse conquistar mercados para exportações. Repete-se, ou desdobra-se, a mesma lógica do modelo mundial, segundo a qual, por meio de políticas agressivas e acordos regionais e sub-regionais de integração econômica e comercial, um país periférico impinge às suas próprias regiões mais pobres, ou às demais economias também frágeis, as mesmas condições a ele impostas e resolve, aparente e momentaneamente, a realização da sua produção de manufaturados sem, no entanto, resolver satisfatoriamente os graves problemas sociais internos.

A acumulação capitalista tenderá, assim, a produzir essa polarização da riqueza, em uma região, e da pobreza, em outra, onde quer que ela opere. A relação centro-periferia seria então uma característica da forma de expansão e desenvolvimento desse modo de produção. Mas, para entender a especificidade que a dependência subordinada e a superexploração do trabalho assumem no interior de cada país da América Latina, tornava-se imprescindível, segundo Marini, analisar separadamente cada uma dessas formações sociais, dando ênfase à forma como elas historicamente se integraram ao sistema mundial e, principalmente, ao modelo de transição que sofriam quando transitavam de economias exportadoras para economias industriais nacionais.

Em suma, para Marini, a estrutura centro-periferia foi construída historicamente, concomitante ao próprio desenvolvimento do modo capitalista de produção, a partir do momento em que estruturas sociais distintas, que se encontravam em diferentes estágios

de desenvolvimento de suas forças produtivas, envolviam-se em relações mercantis e de produção de tipo capitalistas. Da relação de exploração colonial original, a periferia ingressou numa relação de dependência e subordinação, a partir do momento em que sua função na economia mundial, dada a divisão internacional do trabalho, passou a ser a de fornecer, a preços cada vez mais baixos, bens de consumo necessários à classe trabalhadora dos países industrializados e matérias-primas, bem como os demais elementos do capital constante circulante. Nas trocas mercantis entre os países do centro e da periferia, operava-se uma transferência extraordinária de mais-valia da periferia para o centro.

Para atender a essas funções necessárias à dinâmica do processo de acumulação de capital no centro do sistema, os capitalistas da periferia compensavam essa transferência de mais-valia na produção recorrendo à superexploração do trabalho, artifício que retirava do trabalhador uma massa de mais-trabalho acima de uma média normal, porquanto ampliava a intensidade do trabalho sem, no entanto, aumentar proporcionalmente a capacidade produtiva do trabalho. O resultado era o pagamento de salários muito baixos e a degradação da condição de vida das massas populares dos países periféricos. Dada a análise dinâmica e dialética empreendida pelo autor, a condição dependente subordinada da periferia tenderia a perpetuar-se e agravar-se, quanto mais se aprofundassem e intensificassem as trocas mercantis entre países centrais e periféricos, processo que somente poderia ser interrompido com o fim das relações capitalistas e a partir de uma revolução socialista.

A importância da contribuição de Marini para a estrutura analítica centro e periferia foi a maior vinda de autores marxistas. Em primeiro lugar, por extrair os aspectos inovadores das teses de Frank e utilizá-los dentro de uma análise própria, como o tratamento histórico da nova dependência, em que Marini trata de se afastar do pensamento daquele ao advogar uma modalidade de dependência

distinta da que se estabelecia entre a colônia e sua metrópole. Em seguida, guardando profundo rigor teórico quanto à lei do valor de Marx, o autor adverte para o dilema da periferia, região na qual o mais-trabalho criado pelas massas operárias, seja da agricultura, seja da indústria, deveria ser suficiente para atender a um capitalista imediato, o nacional, e outro mediato, o estrangeiro, o que, segundo ele, consubstanciava-se na necessidade da superexploração do trabalhador. Afinal, dada a subordinação do capital nacional ao externo, considerável parcela da mais-valia extraída seria apropriada pelos capitalistas do centro do sistema, restando à periferia, a função de contra-arrestar a tendência declinante da taxa de lucro.

A transferência de lucro para o exterior que tal mecanismo representava deixava a periferia numa posição subordinada aos grandes capitais centrais, pois, ainda que galgasse patamares superiores da produção agrícola e industrial, com nível tecnológico superior e relações de produção predominantemente capitalistas, a economia dependente continuaria representando um elo anterior e necessário à cadeia da acumulação mundial de capital. Nesse sentido, não obstante o desenvolvimento do capitalismo na periferia do sistema, essas regiões tenderiam a potencializar os antagonismos e contradições inerentes ao processo de acumulação de capital em bases privadas, tais como uma maior dependência do mercado externo juntamente com maiores concentração e centralização de capitais, renda e frações da terra; grandes desigualdades de rendimentos entre trabalhadores; pauperização extrema de considerável parcela da população; ampliação das disparidades regionais intra e interperiféricas; intensificação e agravamento dos problemas sociais característicos das grandes concentrações urbanas, como a violência, o déficit de moradias, a precarização das condições de trabalho, transporte, saneamento e saúde das massas populares, entre outros.

Não obstante, o conceito de subimperialismo presente na contribuição teórica de Marini vem completar a lógica de seu raciocínio,

haja vista nominar um tipo de movimento real que estava a acontecer no interior das economias periféricas no sentido de tentar aliviar essa pressão econômica e social inerente à condição dependente, a partir do qual a nação periférica procuraria repetir a mesma lógica e os mesmos mecanismos de expropriação e dependência quando em relação mercantil com trabalhadores e pequenos capitalistas de regiões mais atrasadas. Para os capitalistas da periferia e seus governos, tal estratégia trataria de "repassar à frente" para regiões menos desenvolvidas, internas ou externas, as tensões econômicas e políticas. Funcionando como "válvula de escape", esse movimento do subimperialismo trazia a vantagem adicional de servir como uma correia de transmissão entre os interesses capitalistas do centro do sistema e as áreas mais longínquas, criando no imaginário da população da periferia subimperialista a impressão de certa ascensão social em direção à condição de economia central.

Para a periferia, portanto, ficaria, segundo Marini, a opção de um desenvolvimento em bases capitalistas portador de tais mazelas sociais ou o socialismo, este sim capaz de colocar fim à dependência subordinada. No entanto, sua obra recebeu críticas, especialmente no que diz respeito à ausência de uma análise sobre as peculiaridades da formação das classes sociais em cada nação periférica, caso em que, tratando centro e periferia como estruturas teóricas que generalizam e repetem, cada bloco ao seu modo, uma dada dinâmica de acumulação capitalista, Marini estaria provocando uma homogeneização dos problemas enfrentados pelas economias periféricas. Como exemplo, destacamos a crítica apresentada por Hadler (2013, p. 162-163), segundo a qual Marini teria "subordinado a história à teoria", pois, ao privilegiar o rigor teórico e manter-se em um nível de abstração muito elevado, acabou por abandonar a perspectiva de formação histórica de cada realidade particular das sociedades periféricas, abstraindo traços que são fundamentais à análise e sem os quais se torna de difícil compreensão a peculiaridade do capitalismo na periferia dependente.

> Em termos gerais, Marini procura compreender a formação, o desenvolvimento e os limites históricos do capitalismo dependente a partir das leis imanentes do modo de produção capitalista e das correspondentes categorias, tal como expostos por Marx em O Capital, estabelecendo sua particularização em nível tão elevado de abstração que acaba reduzindo a especificidade do capitalismo dependente a uma forma radicalizada do modo de produção capitalista (HADLER, 2013, p. 163).

E complementa,

> Privilegiando a compreensão do processo histórico como desenvolvimento capitalista, e não a partir da formação histórica socioeconômica, perde-se as mediações históricas que permitem entender por que o capitalismo se apresenta aqui de maneira mais brutal, negando o caráter histórico e formativo da dependência e da superexploração. A história só consta como ilustração, como comprovação da teoria, e não como explicação (HADLER, 2013, p. 164).

Nesse sentido, não obstante reconhecer a importância dos processos históricos de formação das estruturas sociais periféricas, bem como a forma de inserção peculiar de cada uma dessas economias no mercado mundial, o limite da condição periférica em Marini se daria, segundo Hadler, com o tempo, isto é, com a agudização dos antagonismos e conflitos imanentes ao próprio curso do desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista, e não a partir, por exemplo, da luta de classes real, específica a cada uma das formações sociais periféricas.

No entanto, cabe aqui levantar importante contracrítica, pois, na obra de Marini tomada como objeto de análise, *Dialética da dependência*, o nível de abstração é elevado dado o propósito original e intencional do autor, qual seja fazer uma interpretação da condição dependente no capitalismo mundial utilizando-se, para tanto,

da teoria do valor de Marx, bem como de categorias, conceitos e relações entre variáveis que lhe são próprias, criando, quando possível e necessário, novas conceituações que contribuíssem para a apreensão, no plano abstrato, de um determinado movimento real e concreto. Tratava-se, pois, de desenvolver uma análise teórica que explicasse a transferência de valor e mais-valia que ocorria entre diferentes economias no mercado mundial a partir de uma perspectiva autenticamente crítica e dialética.

Em contrapartida, ao plano concreto, à realidade capitalista em si, aos conflitos diários entre capital e trabalho e à luta de classes como fenômeno real e específico a cada estrutura nacional historicamente construída Marini também não se furtou e deixou importantes contribuições sobre esses temas, baseadas em análises empíricas, a partir de dados estatísticos e da observação atenta do comportamento das classes sociais, não apenas no Brasil, como no Chile e México. Assim, em seus escritos, como "Contradicciones y conflictos en el Brasil contemporáneo", "Brazilian 'interdependence' and imperialist integration" e *El reformismo y la contrarrevolución: estudios sobre Chile*, o intelectual brasileiro analisa a especificidade da luta de classes em sua dimensão nacional, de que forma esta se integrava perfeitamente à centralização de capitais nos Estados Unidos, bem como as determinações e implicações econômicas e de classe de tal aliança de interesses.

Defendemos que as formulações centrais da teoria marxista da dependência, especialmente na perspectiva apresentada por Marini, além de terem contribuído para a sedimentação da concepção centro e periferia no pensamento econômico e social de cunho marxista, continuam bastante atuais nesse início de século XXI, bem como adequadas ao entendimento das relações reais entre economias ditas centrais e aquelas periféricas. Pode-se mesmo afirmar que elas forneceram ao pensamento marxista latino-americano uma noção de desenvolvimento econômico que, naquele momento das décadas de 1960 e 1970, já levantava uma gama de problemas

envolvidos na polarização do capitalismo mundial, problemas esses que não apenas se mantiveram como se agravaram, tornando-se mais complexos, sem, no entanto, distanciarem-se da perspectiva apresentada por Marini. Para Borges Neto (2011, p. 84),

> Não foi a própria evolução das investigações teóricas que enfraqueceu a Teoria da Dependência, o que seria o caso se tivesse ficado claro que os problemas tratados por ela não são pertinentes, ou se outras vertentes teóricas tivessem se mostrado mais capazes de contribuir para a compreensão da realidade latino-americana, o que também não foi o caso.

Compartilhamos da mesma impressão, já que, se houve perda de prestígio e destaque da teoria marxista da dependência, mais no Brasil do que no restante da América Latina, foi devido não à perda de atualidade, a qualquer constatação de erro ou improcedência de suas formulações básicas, nem mesmo a uma mudança qualitativa fundamental na configuração da estrutura econômica do capitalismo mundial contemporâneo, mas sim à mudança da conjuntura ideológica e política nessas últimas décadas, período durante o qual as discussões teóricas sobre o desenvolvimento econômico em bases autenticamente críticas perderam ênfase e voltaram a ocupar posição marginal nas principais academias.

5. A periferia na teoria sociológica, ou "weberiana", da dependência

No último parágrafo de *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, Max Weber afirma que

> não é porém meu intuito substituir uma interpretação causal materialista unilateral por outra interpretação espiritual, igualmente unilateral da cultura e da história. Ambas

> são "viáveis", mas se qualquer delas não for adotada como introdução, mas sim como conclusão, de muito pouco serve no interesse da verdade histórica (WEBER, 2001, p. 87).

Apesar da ressalva explícita do autor, sua tese central procurava analisar a ascensão do modo de produção capitalista a partir de uma perspectiva que conferisse importância causal aos fatores ideológicos, psicoculturais e religiosos, de modo que a superestrutura social, ou o campo das ideias, preponderasse sobre a estrutura econômica material da sociedade enquanto elemento causal. Assim sendo, Weber investiga, no caso em questão, a influência determinante do ascetismo religioso protestante para o desenvolvimento de uma mentalidade dos homens segundo a qual a aquisição material, o trabalho cotidiano, a exploração de regiões inteiras fariam parte de um comportamento moralmente justificável, que, por sua vez, estaria na base do desenvolvimento do modo capitalista de produção.

Do modo semelhante, e parafraseando Weber, Cardoso e Faletto também iniciam seu "ensaio de interpretação sociológica", escrito no Chile, entre 1965 e 1967, negando qualquer pretensão de substituir uma análise infraestrutural por outra que se originasse em elementos da superestrutura.

> Não é suficiente substituir a interpretação "econômica" [do crescimento econômico dos países da América Latina] por uma análise "sociológica". [...] assinalar o curso negativo seguido pelos acontecimentos como indicador da insuficiência das previsões econômicas anteriores e dele deduzir a necessidade de substituir as explicações econômicas por interpretações sociológicas seria uma resposta superficial (CARDOSO; FALETTO, 1979, p. 14-15).

Assim como Weber afirmou idealizar uma investigação que contemplasse ambas as vias de determinações causais, Cardoso e Faletto (1979, p. 15) sentenciaram que o ideal seria buscar uma "análise in-

tegrada", capaz de atender de "forma ampla e matizada às questões sobre as possibilidades de desenvolvimento ou estagnação dos países latino-americanos", haja vista crerem que "mesmo os aspectos puramente econômicos" do desenvolvimento econômico "deixam transparecer a trama de relações sociais subjacentes" (p. 16).

Mas, na realidade, o que Weber, em seu tempo, e Cardoso e Faletto, décadas após, guardam em comum, resguardadas as especificidades de seus propósitos científicos, é a tentativa de substituição do materialismo histórico, enquanto método de interpretação da ascensão e desenvolvimento do modo de produção capitalista, por outro método que, ainda que não simplesmente invertesse, ou substituísse, a determinação causal e desse ênfase aos elementos contidos na superestrutura social, analisasse os interesses, as

> "orientações valorativas" ou ideologias que movem a ação e o processo político bem como as tensões entre grupos de interesses sociais e políticos antagônicos como determinantes do desfecho econômico, como o "filtro pelo qual passarão os influxos meramente econômicos" (CARDOSO; FALETTO, 1979 p. 22).
>
> Consideramos mais adequado um procedimento metodológico que acentue a análise das condições específicas da situação latino-americana e o tipo de integração social das classes e grupos como condicionantes principais do processo de desenvolvimento (CARDOSO; FALETTO, 1979, p. 20).

A clareza da afirmação acima demonstra que, assim como Weber tentou, segundo sua esposa e biógrafa, Marianne Weber, "em sua principal obra, substituir o materialismo histórico enquanto interpretação" (WEBER, 1975 *apud* FRANK, 1980, p. 47), Cardoso e Faletto buscaram, nos fatores institucionais, culturais, políticos, ideológicos, nas associações de interesses, nos "anéis burocráticos" de poder, no Estado, na diplomacia e nas tensões de classe, isto é,

nos elementos superestruturais, a explicação para a condição de subordinação, ou grau de dependência e subdesenvolvimento, da periferia latino-americana. Evocando, por exemplo, o "jogo das forças políticas e sociais" (CARDOSO; FALETTO, 1979, p. 14) como provável responsável pelo resultado favorável da industrialização das economias latino-americanas, assim como pela perda de seu impulso, nota-se que os condicionantes saem da esfera econômica, numa fuga do materialismo como método de análise.

Daí crermos que o adjetivo "weberiano" tenha, devido a esse propósito, sido comumente associado a essa específica perspectiva da dependência, pois, se avaliarmos em termos de uma possível influência direta, Weber não trabalhou a questão do subdesenvolvimento ou da dependência econômica, nem mesmo investigou as causas da polarização do sistema capitalista mundial em centro e periferia. Frank, por exemplo, afirma que essa interpretação alternativa da análise do desenvolvimento e do subdesenvolvimento capitalistas, de cunho sociológico, estava calcada na "oposição de Weber à concepção marxista de que as ideologias eram uma adaptação 'superestrutural' às 'infraestruturas' econômicas", tendo sido desenvolvida por seus "discípulos e deturpadores", ou de "seus seguidores conscientes ou inconscientes" que empreendiam uma "ofensiva antimarxista, levada adiante pelo principal discípulo de Weber nos Estados Unidos, Talcott Parsons". No entanto, segundo Frank, "deixaram de considerar não apenas as fraquezas no método histórico comparado de Weber, mas também a força relativa que ainda tinha nas mãos de Weber". Predominando nos Estados Unidos,

> principalmente (mas não apenas) entre Parsons e sua escola, [...] de onde fora, por sua vez, reexportada para suas neocolônias culturais, [...] utilizava Max Weber para os propósitos ideológicos da "moderna análise sociológica", como Parsons a denomina, embora tenham tido de castrar Weber cientificamente (FRANK, 1980, p. 48-49).

Para fins deste trabalho, utilizaremos o adjetivo *sociológica* para designarmos essa abordagem da teoria da dependência. Primeiramente, por ser assim que seus principais teóricos a ela se referiram. E, em segundo lugar, por acreditarmos que tal opção sinaliza, de modo mais adequado, a base analítica sobre a qual seus precursores construíram suas teses.

A condição dependente-associada de Cardoso e Faletto

Segundo Cardoso (1973, p. 44), "o pensamento é um produto social", pois, quando uma determinada "ideia expressa, de fato (teórica ou ideologicamente) um aspecto do real, ela surge ou ressurge por toda a parte". Para ele, foi assim com o tema da dependência das economias latino-americanas. Isso explicaria como, a partir de meados de 1960, tantos autores de diferentes nacionalidades e distintas orientações teóricas e ideológicas passaram a escrever, simultânea e independentemente uns dos outros, sobre o tema. Assim, "importa pouco, no estilo de 'história-intelectual' que estou esboçando saber *quem* formulou tal ou qual categoria ou tipo de análise. Em geral são muitos os intérpretes" (CARDOSO, 1973, p. 27).

Apesar de os autores que trataram do tema da dependência terem recebido influências teóricas e ideológicas das mais variadas fontes, Cardoso (1973, p. 33) afirmava que não havia como tratar, ou sequer pensar, na categoria de dependência fora do campo teórico da teoria marxista. Segundo ele, a razão para isso "era óbvia: não se pode pensar na dependência sem os conceitos de mais-valia, expropriação, acumulação etc.", nem mesmo os de imperialismo, concentração de capitais, dominação, exploração. Acreditava, inclusive, que a investigação sobre a nova forma da relação de dependência deveria, necessariamente, pautar-se no tipo de mais-valia sobre a qual ela estaria baseada, se na mais-valia relativa ou

absoluta, assunto que acabou gerando uma forte crítica da parte de Cardoso e Serra a Marini e Frank[143].

Defendendo a perspectiva de que "a ciência trabalha sobre ideias anteriores, produzidas pela vida intelectual, política e cotidiana", para Cardoso (1973, p. 25), não há como separar os conceitos e a convicções teóricas da ideologia que os cerca, pois, segundo ele, o "campo teórico nasce rente à ideologia" e, do mesmo modo, a "ideologia espelha, de forma inversa e às vezes perversa, uma parte do real". O processo de "ver mais claro" determinado fenômeno do real nunca decorre de forma pura ou somente a partir de processos lógicos". Portanto, a ideologia e a ontologia são aspectos que se fundem na forma de pensar, acreditar e agir no processo intelectual e prático, na opinião do sociólogo brasileiro.

Estudante de ciências sociais na Universidade de São Paulo, Fernando Henrique Cardoso teve como professores, entre outros, os sociólogos Fernando Azevedo e Florestan Fernandes (CARDOSO; SETTI, 2006, p. 32), num momento em que a sociologia no Brasil lutava por seu *status* de ciência, separado da filosofia.

> Nas secções de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade de São Paulo e especialmente o círculo do seminário de Marx, então em funcionamento, acreditava que a luta anti-imperialista poderia levar à reorganização da economia e da política nacionais. Sob o impulso das grandes empresas estatais e de uma agricultura estimulada pela reforma agrária, pensava-se que seria possível marchar para a industrialização, robustecendo um setor do empresariado nacional e aumentando a participação popular na política (CARDOSO; SETTI, 2006, p. 34).

Como se percebe, na visão de Cardoso, a via para a saída da condição do subdesenvolvimento teria espaço dentro dos marcos do

143. Sobre esse debate sugerimos a leitura do texto de Cardoso e Serra (1980), bem como a resposta de Marini (2000a).

capitalismo e do liberalismo econômico. Industrialização, avanço democrático, participação robustecida do empresariado fariam parte dos mecanismos rumo ao desenvolvimento. Nesse sentido, uma perspectiva social crítica, de fato revolucionária e transformadora, que buscasse alternativas para além da ordem liberal burguesa e que, ao romper com crenças e convicções anteriores, modificasse a forma de interpretação da realidade, não se evidenciam na obra intelectual, nem política, de Cardoso. Para muitos[144], no seminário uspiano sobre Marx, sob a condução de Giannotti, o que se processou foi mais um pensamento fenomenológico da obra de Marx, castrando-se, pois, a ontologia do ser social presente em Marx, bem como seu conteúdo revolucionário e de emancipação humana (DE MELO, 2010, p. 116). Ainda assim, acredita-se que o contato com a obra do pensador alemão e os debates com os demais alunos e professores sobre a obra de *O capital* tiveram real importância para a práxis de Fernando Henrique Cardoso,

> visto que introduziram nas ciências sociais o "marxismo adstringido", ou seja, retirou-se o conteúdo crítico revolucionário da obra do pensador alemão, transformando-o em um mero instrumento de análise de conjuntura na longa duração (DE MELO, 2010, p. 117).

As influências teóricas e metodológicas, bem como ideológicas, da sociologia de Weber, Durkheim e do funcionalismo de Parsons parecem ter contra-arrestado a perspectiva revolucionária que o contato com o marxismo poderia ter despertado em Cardoso. Uma aposta teórica e política na via democrático-burguesa da sociedade liberal impulsionou sua busca por uma mudança na condição da periferia a partir de reformas político-institucionais que alterassem o jogo de poder nas economias subdesenvolvidas. Tal perspectiva levou à seguinte constatação por parte de um admirador da obra de Cardoso:

144. Ver Rago Filho (2005), Cotrim (2003) e Silva (2003).

> Para alguns, a teoria da dependência de Cardoso e Faletto tinha um certo caráter reformista que a impedia de vislumbrar novas alternativas para a sociedade brasileira. Possuía também um certo fatalismo, ao considerar inevitável a participação do capital estrangeiro na viabilização do capitalismo retardatário brasileiro. Só haveria uma saída para o subdesenvolvimento, que passaria pela associação com os capitais estrangeiros. Desenvolvimento sim, só que dependente e associado (MANTEGA, 1997, p. 38).

Buscando empreender uma análise sociológica do desenvolvimento, os teóricos dessa vertente da teoria da dependência, primordialmente Cardoso e seu colega chileno, Enzo Faletto, sociólogo pela Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (Flacso), posteriormente consultor da Cepal e professor de sociologia da Universidade do Chile, acreditavam que o estudo das estruturas de dominação que condicionam e controlam os mecanismos de poder político-decisório do sistema econômico não apenas no âmbito externo, mas especialmente das que operam no nível interno das nações, levaria à compreensão da dinâmica das relações de classe e, por extensão, à apreensão dos determinantes do desenvolvimento. Considerando o processo de desenvolvimento como resultado da interação e da conformação dos diversos e antagônicos interesses materiais e ideológicos de grupos e classes sociais, para Cardoso, o novo caráter da dependência,

> não era um produto da reafirmação do caráter "inevitavelmente monopolístico e expansionista do imperialismo", mas antes, do reconhecimento na prática social da América Latina de que havia grupos industriais nacionais aliados com o imperialismo e disso se beneficiando dinamicamente (CARDOSO, 1973, p. 28).

Assim como Marini, Cardoso (1973, p. 41) tratou de diferenciar o estágio de dependência da periferia que imperava em seu tempo das formas anteriores de relação de dependência, como a relação

de dependência colonial, por exemplo. Portanto, chama de novo caráter da dependência a relação contemporânea de dependência da periferia, nessa nova fase do capitalismo, a qual vivenciava e que, embora imperialista, já havia transitado para uma etapa em que se observava a "internacionalização do mercado interno" e de uma nova divisão internacional do trabalho que permitia a industrialização dessas economias. Para ele, o próprio capital monopólico, reorganizando-se e operando por meio das chamadas empresas multinacionais, criou conglomerados que abarcavam diversos ramos da produção e acabaram por possibilitar a industrialização de economias até então não industrializadas. Acreditava então que, entre os países subdesenvolvidos, passavam a coexistir aspectos positivos de emancipação social que supostamente podem ser ligados ao desenvolvimento capitalista, o que o levou a concluir que

> O novo caráter da dependência não colide com o desenvolvimento econômico das economias dependentes. [...] A composição das forças produtivas, a alocação dos fatores de produção, a distribuição da mão de obra, as relações de classe estão se modificando no sentido de responder mais adequadamente a uma estrutura capitalista de produção (CARDOSO, 1973, p. 36).

E sentencia expondo um dos argumentos centrais dessa vertente da teoria da dependência:

> Assim, parece-me que existe simultaneamente, um processo de dependência e de desenvolvimento capitalista. Os beneficiários desse "desenvolvimento dependente" [...] passam a ser as empresas estatais, as corporações multinacionais e as empresas locais associadas a ambos. Estes agentes sociais constituem o que chamo de "tripé do desenvolvimento dependente-associado". De que modo pode-se pensar que se mantém e se ampliam os

> liames da dependência quando existe, ao mesmo tempo, um processo interno de capitalização? (CARDOSO, 1973, p. 36).

Note-se que a condição dependente, nessa versão da teoria da dependência, não se incompatibiliza com o desenvolvimento capitalista da periferia nem mesmo com melhoras consideráveis na qualidade de vida das massas populares dessas sociedades, ainda que pese a conformação de grupos privilegiados, principais beneficiários desse processo de desenvolvimento dependente, haja vista associarem seus interesses aos do capital imperialista.

Desse modo, os fatores determinantes para o melhor desempenho econômico e social do país subdesenvolvido e dependente repousariam na estrutura e ação políticas das classes sociais; na mudança da relação entre o Estado e a sociedade; no avanço dos mecanismos democráticos e de participação política; na presença e na força dos sindicatos e organizações representativas dos grupos; nas tensões e relações entre as classes, o Estado e os partidos; nas condições, efeitos e base do processo de "mobilização nacional" (CARDOSO, 1973, p. 42).

Em outras palavras, a apreensão dos problemas relativos ao desenvolvimento econômico e ao avanço das conquistas materiais da sociedade na periferia do sistema passam, necessariamente, pela apreensão e adequação das estruturas de poder, dos interesses políticos, partidários, bem como de grupos sociais e frações de classe, sindicatos e burocracia. O que significa que o desempenho da produção material da sociedade, no ritmo e no padrão compatíveis com o desenvolvimento econômico e social, dependerá das forças e dos determinantes que repousam na superestrutura da sociedade e do Estado, na adequação e na formação da estrutura burocrática ideal, nas "contradições e tensões, dentro e fora do Estado, entre o interesse imperialista e o 'interesse nacional'" (CARDOSO, 1973, p. 42).

Em Cardoso e Faletto (1979, p. 115), portanto, expressões como "jogo político social", "arranjos de poder", "alianças de poder", "estrutura local de dominação política", ou como em Cardoso (1973, p. 43) "anéis burocráticos", "setor dominante que se utiliza do aparelho de Estado", "interesse nacional", "mobilização nacional", bem como outras correlatas, são recorrentes e desempenham papel explicativo determinante para as condições de desenvolvimento e crescimento econômicos em diferentes momentos históricos. A forma que o Estado assume e o papel que desempenha em relação às forças econômicas mundiais determinam o resultado econômico que caberá ao país, a depender do específico momento conjuntural vivido. Historicamente, o tipo de vinculação da economia nacional ao sistema mundial poderia responder por seu maior grau de dependência ou autonomia.

Era necessário, portanto, investigar como as nações americanas haviam se vinculado "ao sistema mundial de poder e à periferia da economia internacional" (CARDOSO; FALETTO, 1979, p. 40). Assim como Frank, Cardoso e Faletto afirmavam que a forma como o mundo colonial se incorporou aos centros metropolitanos foi condicionada pela base econômica, haja vista o tipo de produção que se implantou em cada caso. Fossem colônias de população, fossem de exploração, fossem de reservas territoriais, os interesses estratégicos metropolitanos predominavam nessa fase colonial, e qualquer grau de autonomia, portanto, era sucumbido por esse tipo específico de relação de dependência colonial e somente tenderia a emergir após o fim da condição colonial.

Uma segunda fase se inicia, justamente, após o rompimento do pacto colonial, momento em que a comercialização dos produtos coloniais deixa de ter como destinos Portugal e Espanha e passa a se ligar à Inglaterra. Nessa etapa, a formação das nações na América Latina se deu graças ao sistema político e econômico estabelecido por grupos e lideranças sociais locais, cujo grau de controle e autonomia

variou de acordo com o processo de sua constituição durante o período colonial. A partir desse momento, tais grupos hegemônicos locais buscaram, na medida do possível, manter certo controle da atividade produtiva interna herdada da fase colonial, o que exigia a realização de alianças políticas entre setores sociais econômicos locais no sentido de assegurar relações com os países centrais de modo a garantir um mínimo de poder político e decisório interno. Os grupos sociais locais que controlavam o sistema produtivo exportador trataram assim de definir novos tipos de relações políticas e econômicas com os centros hegemônicos mundiais, necessitando para tanto de travar alianças com as oligarquias locais, ainda que essa fração de classe não estivesse integrada ao sistema exportador.

Nesse período, que se estende ao longo de todo século XIX, marcado pela estratégia de "crescimento voltado para fora", pois baseada prioritariamente no setor exportador, bem como por peculiares processos de independência nacional, os grupos políticos locais que construíram a independência definiram as novas formas de vinculação e novas alianças com o mercado internacional e com as outras frações de poder locais. Segundo Cardoso e Faletto (1979, p. 42), "foi a partir daí [na condição de nações independentes] que se consubstanciou uma primeira situação de subdesenvolvimento e dependência dentro de limites nacionais". Apesar de a dinâmica de expansão do capitalismo europeu ser marcada pela necessidade da Inglaterra de garantir seu abastecimento de produtos primários, a qual controlava a comercialização com a periferia, esse centro hegemônico não substituiu a classe econômica local, que, por meio de alianças políticas com oligarquias nacionais, tornou factível o erguimento e fortalecimento de um Estado nacional. Tornou-se possível, então, o controle político nacional bem como o controle do processo produtivo, haja vista os estímulos internacionais dependerem das "políticas nacionais" quanto ao tipo de produtos que seriam exportados. Apesar de preços e condições de

comercialização dependerem de um dinamismo externo, "as decisões de investimento 'passavam' por um momento de deliberação interna" (CARDOSO; FALETTO, 1979, p. 45).

Nessa fase de "crescimento voltado para fora", fosse nas economias periféricas que detinham o controle nacional interno das decisões de produção, caso de Argentina, Brasil, Colômbia e Uruguai, fosse naquelas que desempenhavam o típico papel de economia de enclave, caso em que os grupos locais nem sempre mantinham seu predomínio sobre o setor produtivo e o desenvolvimento econômico expressava o dinamismo das economias centrais, como o foram México, Venezuela, Bolívia, Chile, Peru e países da América Central, a estrutura social dos países latino-americanos foi se diferenciando a partir do momento em que ganhavam corpo novos grupos sociais, que cresciam lado a lado com os setores que estavam diretamente vinculados à economia exportadora.

Do final do século XIX até a crise do modelo de crescimento voltado para fora, por volta de 1930, um típico "período de transição" (CARDOSO; FALETTO, 1979) se desenrola para as economias latino-americanas. Respeitadas as peculiaridades de seus processos históricos, essas sociedades acabaram por apresentar uma nova conformação dos grupos políticos, com destaque para as classes médias urbanas e burguesias industriais e comerciais, que passaram também a se posicionar no sistema de dominação. Um período de consolidação do mercado interno e da industrialização toma forma, com "presença das massas", alterando a dinâmica predominantemente exógena dos sistemas produtivos locais e passando a imprimir uma lógica pautada no "desenvolvimento voltado para dentro" (CARDOSO; FALETTO, 1979). Os novos arranjos de poder fazem o Estado se voltar mais para o mercado interno do que para os interesses dos exportadores e latifundiários, o que permitiu uma série de medidas legais de cunho político, fiscal e de incentivo ao financiamento que determinaram o desenvolvimento industrial

capitalista das nações periféricas, em matizes distintos a depender da força que o Estado nacional conseguiu empunhar em cada caso.

Assim, a fase de transição cedeu seu lugar ao período marcado pelas políticas de industrialização substitutiva das importações, no qual as corporações multinacionais passaram a investir nas economias periféricas e com destaque também para o papel da acumulação pública interna, o que fortaleceu o poder e o avanço político de grupos empresariais e de parte da classe média urbanos. Com o esgotamento desse modelo, já no início dos anos 1960, inaugurou-se uma nova etapa, que Cardoso e Faletto (1979) definiam como característica de um "novo caráter da dependência". Se no estágio anterior, de industrialização substitutiva, as políticas de "aliança para o desenvolvimento", sustentadas por "relações estáveis entre populismo e nacionalismo", resultaram na internacionalização do mercado interno e na formação, dentro das economias periféricas, de um setor de bens de capital, essa nova conformação de poder político e econômico fortaleceu econômica e politicamente os grupos empresariais e ampliou o nível de consumo das massas urbanas. O Estado passou a assumir um caráter mais empresarial.

Portanto, se a conformação dos interesses políticos e das tensões entre os grupos dominantes e aqueles emergentes delineia uma nova face ou postura governamental por parte do Estado, para Cardoso, o importante a se apreender teoricamente no tocante à "nova situação de dependência" era o movimento social e político resultante das contradições entre as classes, frações e grupos sociais que modelavam um tipo de relação de dependência, distinto dos anteriores, porquanto permitiam também o desenvolvimento do processo de acumulação capitalista com graus maiores ou menores de autonomia nacional. Em alguns casos, podendo inclusive transitar de dependência para interdependência.

> Cada novo acordo entre um monopólio e o Estado, entre estes e os setores competitivos internos, bem como cada

> passo novo dado na crítica política desse processo pelos sindicatos, partidos e movimentos, particulariza, constitui e generaliza os marcos da "nova situação de dependência" (CARDOSO, 1973, p. 29).

> O populismo e o nacional-desenvolvimentismo [nos países da América Latina, em especial Brasil, Argentina e México] foram perdendo substância e redefinindo-se, em função do novo caráter da dependência, em um Estado-empresarial. [...] até que ponto seria possível manter a ideia de dependência ou, ao contrário, dever-se-ia substituí-la pela de interdependência (CARDOSO, 1973, p. 142).

Em suma, para Cardoso e Faletto (1979, p. 92), em cada uma das fases do processo histórico de desenvolvimento das nações latino-americanas, o Estado desempenhou papel específico, e o resultado econômico obtido em cada período e para cada país foi reflexo da forma e da força com que o Estado constituído geriu politicamente as condições econômicas externas. As alianças políticas requeridas e a conformação da estrutura local de dominação determinavam diferentes graus de autonomia que os setores internos e a sociedade local teriam em face dos interesses dos setores externos e dos grupos e frações de classe locais a eles aliados. Mais importante do que o avanço mundial das forças de acumulação de capital, o desfecho quanto ao processo de crescimento e desenvolvimento das sociedades dependentes foi determinado pela forma de enfrentamento da questão pelo Estado, o que, por sua vez, era determinado pelas forças e grupos locais de dominação política.

Assim, no estágio de transição da fase de crescimento voltado para fora, quando as economias periféricas exportadoras funcionavam como enclaves, durante as primeiras quatro ou cinco décadas do século XX, para a fase de crescimento voltado para dentro,

> Essas medidas [formação da infraestrutura adequada à industrialização nacional] deram-se somente em alguns países porque elas foram o resultado das alianças de poder realizadas neles durante o que se chamou de fase de transição. Em consequência, assinala-se agora que a industrialização lograda nesses casos não foi, em um primeiro momento, o resultado da ascensão paulatina ou revolucionária de uma burguesia industrial típica (CARDOSO; FALETTO, 1979, p. 93).

E complementam com a seguinte afirmação sobre a inauguração do período subsequente de substituição de importação:

> Essa industrialização representou mais uma política de acordos entre os mais diversos setores, desde o agrário até o popular-urbano, do que a imposição dos interesses e da vontade de domínio de uma "burguesia conquistadora" [...]. Em sua expressão formal, o jogo político-social na fase da industrialização substitutiva consistirá nos acordos e alianças que as forças sociais possam constituir e que expressam o novo equilíbrio de poder [...]. Foram os diferentes arranjos de poder a que chegaram as forças sociais nos diversos países que possibilitaram aparecer formas distintas de industrialização e esquemas de organização e controle do poder singulares (CARDOSO; FALETTO, 1979, p. 93).

Portanto, alianças entre grupos sociais e novos arranjos de poder vão moldando a nova conjuntura política de poder, acomodando, juntamente com as antigas frações dominantes, novos setores médios emergentes, da burguesia industrial e mesmo uma parte das massas urbanas. Apesar de beneficiar seus participantes de modo desigual, tal aliança de poder acaba por construir as vias que possibilitam avançar com o processo de acumulação capitalista dentro da periferia por meio "de um acordo favorável ao desenvolvimento" (CARDOSO; FALETTO, 1979, p. 115). Os fatores e a conjuntu-

ra econômica não afetarão os países dependentes de igual modo, justamente porque o resultado interno das mudanças conjunturais dependerá do acordo político anteriormente alcançado pelas forças sociais dominantes. O desenvolvimento econômico da sociedade surge, pois,

> como resultado da interação de grupos e classes sociais que têm [...] interesses materiais e valores distintos, cuja posição, conciliação ou superação dá vida ao sistema econômico. A estrutura social vai-se modificando na medida em que diferentes classes e grupos sociais conseguem impor seus interesses, sua força e sua dominação ao conjunto da sociedade (CARDOSO, FALETTO, 1979, p. 22).

Essa interpretação da dependência a partir do prisma sociológico dos processos de transformação econômica funda-se, pois, na apreensão das situações de tensão entre os grupos e classes para que, a partir da conformação de poder e das políticas daí resultantes, revelem-se as bases de sustentação e o grau de dependência da estrutura econômica e política nacional.

A vinculação centro-periferia pode ser redefinida em certo momento mediante uma reorientação na luta dos interesses internos e da forma como esses grupos enfrentarão as possíveis contradições dos interesses externos (CARDOSO; FALETTO, 1979, p. 116). As ligações especificamente políticas nas relações entre o centro e a periferia, uma vez reforçadas e recolocadas em outro patamar político e de ordenamento, surgem como condicionantes das possibilidades viáveis de desenvolvimento, ainda que perdure o caráter dependentista.

> Reorganizam-se a própria estrutura do sistema produtivo e o caráter do Estado e da sociedade, que expressam a relação de força entre os grupos e as classes sociais, para

> dar lugar ao sistema capitalista industrial tal como ele pode desenvolver-se nos países latino-americanos: na periferia do mercado mundial e por sua vez nele integrado (CARDOSO; FALETTO, 1979, p. 114).

> Seria errôneo pensar que os novos fatores que condicionam o desenvolvimento, a política e a dependência externa circunscrevem-se no âmbito do processo econômico [...]. O conceito de dependência permanece básico para caracterizar a estrutura dessa nova situação de desenvolvimento e, portanto, a política continua sendo o meio pelo qual se possibilita a determinação econômica (CARDOSO; FALETTO, 1979, p. 115).

As duas citações acima são de suma importância não somente para ilustrar dois aspectos fulcrais da teoria da dependência em sua vertente sociológica, mas, principalmente, dado o objetivo de nosso trabalho, para nos indicar a percepção da relação entre o centro e a periferia do sistema capitalista mundial e suas possibilidades de conformação na visão dos principais autores dessa abordagem. Quanto aos aspectos fulcrais, referimo-nos à fuga do materialismo histórico como método de interpretação da condição de dependência externa da América Latina e à possibilidade de desenvolvimento associado, que permitiria à periferia do sistema se aliar politicamente ao centro para se desenvolver "da forma que ela pode se desenvolver", ou seja, associando-se aos interesses da acumulação mundial de capital. Tal empreitada exigiria, como condição, uma conformação política interna nesse sentido, o que significa que, diferentemente da teoria marxista da dependência, tem-se aqui o pressuposto de que o sistema capitalista pode levar a um tipo de desenvolvimento capitalista da periferia sem potencializar as contradições desse modo de produção nas sociedades periféricas.

O trabalho de Cardoso e Faletto pretendia abranger diferentes economias que se encontravam em graus de desenvolvimento econômico distintos, como Brasil, Argentina, México, Chile, Colômbia e Uruguai, entre outros. No entanto, mais do que a problemática da dependência, o argumento centrava-se primordialmente na questão do desenvolvimento, pois acreditavam que os pares de conceitos desenvolvimento/subdesenvolvimento, centro/periferia e economias autônomas/economias dependentes não poderiam ser utilizados alternativamente como se fossem sinônimos ou como se representassem uma síntese.

Nesse sentido, afirmavam serem distintas tanto as dimensões a que tais conceitos se referem como também sua significação teórica. O subdesenvolvimento refere-se, segundo Cardoso e Faletto (1979, p. 27), a um "estado ou grau de diferenciação do sistema produtivo", sem considerar o tipo de controle da produção e do consumo, tanto interna, se capitalista ou socialista, por exemplo, ou externa, se está suscetível a uma situação de colonialismo ou se está na periferia do mercado mundial; a noção de dependência, por sua vez, evoca "diretamente as condições de existência e funcionamento do sistema econômico e do sistema político mostrando necessariamente a vinculação entre ambos", tanto no plano externo como interno, podendo indicar uma situação de dominação, num extremo, ou de associação, interdependência; já as noções de centro e periferia, por seu turno, compõem um distinto entendimento, pois destacam as "*funções que cabem às economias subdesenvolvidas* no mercado mundial" (itálico nosso), mas sem levar em conta fatores e aspectos político-sociais implicados na situação de dependência.

Portanto, respeitando-se essa delimitação conceitual, uma economia pode desenvolver-se em termos produtivos e de nível de consumo sem mudar sequer um grau de autonomia e permanecer dependente,

como foi o caso, ilustrado pelos autores, de Brasil e Argentina ao final do processo de substituição de importações. Por outro lado, uma sociedade pode ter autonomia de decisões, internamente e em relação ao mercado mundial, e ainda assim se manter em um nível de avanço do setor produtivo bem abaixo do nível tecnológico observado nos países centrais mais desenvolvidos, o que significaria relativo subdesenvolvimento. Nesse caso, dependendo de sua função na divisão internacional do trabalho, tal economia seria contada mesmo entre a gama de países periféricos, como foi o caso daqueles que romperam o vínculo com um sistema de dominação e ainda não haviam se vinculado a outro, exemplo, dado pelos autores, de Iugoslávia, Egito, Argélia, China e Cuba (CARDOSO; FALETTO, 1979, p. 27).

O subdesenvolvimento, nessa perspectiva teórica que envolve toda a estrutura definida de dominação e poder, surge a partir da expansão e desenvolvimento do capitalismo mundial, comercial, industrial, que historicamente uniu economias que se apresentavam em diferentes níveis de diferenciação do sistema produtivo. Assim, cada um deles passou a ocupar uma posição na divisão internacional do trabalho, desempenhando uma função distinta, dentro de uma estrutura que é global.

As situações de subdesenvolvimento, com suas especificidades e condicionantes históricos, são, portanto, resultado da relação entre sociedades centrais e periféricas (CARDOSO; FALETTO, 1979, p. 25). Por isso, cada situação de subdesenvolvimento é particular, tem seu próprio significado histórico, e suas variáveis econômicas e sociais condicionantes são peculiares a cada caso. Cardoso e Faletto afirmavam ainda que qualquer modelo que insistisse em elencar variáveis e condicionantes como explicativas do subdesenvolvimento de modo geral enfrentaria grandes dificuldades e poderia ser facilmente posto em dúvida.

Nesse sentido, descartava-se peremptoriamente a hipótese de se pensar no desenvolvimento das regiões atrasadas como etapas

que repetiriam os passos das nações industrializadas *à la Rostow*. Ao mesmo tempo, e assemelhando-se à perspectiva de Marini, Cardoso e Faletto defendiam a necessidade do tratamento histórico da situação de subdesenvolvimento. Tratava-se, pois, de investigar como as economias periféricas haviam se vinculado ao mercado mundial e, em especial, a forma como os grupos sociais locais se conformaram na estrutura de poder nacional em cada momento, haja vista defenderem a tese de que a reação da classe dominante nacional às relações com o exterior, que a condição de subdesenvolvimento supõe, determinam as possibilidades de desenvolvimento e o grau de autonomia ou dependência do país periférico frente ao centro hegemônico. Isso porque, no espaço político-social, a situação de subdesenvolvimento implicava sempre em algum tipo de dependência, dependência essa que se iniciara historicamente no momento de expansão das economias capitalistas originárias. O êxito destas últimas devia-se ao fato de terem consolidado suas economias nacionais no momento de expansão do mercado mundial, podendo dessa forma forjar sua participação e ocupar as principais posições no sistema de poder internacional que se formava.

Como o comportamento e a força da esfera política influem necessariamente na forma e intensidade dos processos de desenvolvimento, fazia-se primordial que, diante da existência de condições e possibilidades favoráveis de desenvolvimento no cenário econômico mundial, o jogo político-social, as alianças de interesses e a conformação das tensões políticas internas dos países subdesenvolvidos se ajustassem com o objetivo de conquistar os elementos necessários à obtenção do maior grau possível de autonomia, haja vista serem as forças internas, politicamente estruturadas em torno de seus interesses materiais, as que de fato redefinem a dinâmica e o sentido da diferenciação do sistema econômico.

> Seria difícil sustentar que a diferenciação econômica alcançada em função de variáveis conjunturais do mercado

> e *sem implicar um projeto de autonomia crescente e uma mudança nas relações entre as classes* possa por si só alterar de forma substantiva as relações de dependência (CARDOSO; FALETTO, 1979, p. 28, itálico nosso).

Como as mudanças e os processos de transformação econômica e social dependem do modo de vinculação das economias ao mercado mundial e da articulação dos grupos econômicos nacionais com os grupos e forças externos, não se podia discutir sobre as questões de desenvolvimento a partir de um prisma apenas econômico, pois as alianças dos grupos e forças políticas internas desempenhavam papel determinante. Se um dado grupo comporá ou não com uma parte das massas urbanas, se contará ou não com outra fração de classe em ascensão econômica, se disporá ou não do apoio dos grupos tradicionais de poder, se aceitará ou se oporá a políticas que envolvam mudanças mais profundas na estrutura fundiária, se entregará ou não seu poder de controle às novas forças sociais nacionais, se pactuará ou não com grupos externos, em suma, questões como essas definirão os rumos do desenvolvimento em relação a uma dada conjuntura econômica e são, todas, questões de cunho político e de arranjos de poder.

Logo, se a situação de subdesenvolvimento está ligada à vinculação de subordinação às forças externas, ou mais precisamente, da periferia em relação ao centro, seja no âmbito econômico, seja político, tal situação define uma condição de dependência externa. Mas seria errôneo pensar que tal análise se encerra nesse ponto, pois as vinculações e articulações econômicas e sociais, no plano político decisório dos grupos nacionais é que tratarão de ligar a esfera econômica à política. Portanto,

> a dependência encontra assim não apenas "expressão" interna, mas também seu verdadeiro caráter como modo determinado de relações estruturais: um tipo específico de relações entre classes e grupos que implica uma situação

> de domínio que mantém estruturalmente a vinculação econômica com o exterior (CARDOSO; FALETTO, 1979).

Longe de considerar a dependência uma "variável externa" (aspas no original) tal condição devia ser analisada e encarada a partir da configuração do sistema de luta política e de poder entre os grupos e classes no interior mesmo de cada nação dependente. Assim sendo, se "interesses nacionais" (aspas no original) orientarem o comportamento social, político e econômico dos grupos dominantes nacionais e, a partir daí, maior autonomia em relação às alternativas do processo produtivo for conquistada pelo país dependente, sobrepondo-se dessa maneira à situação dada pelo mercado mundial, tal conformação poderá influir positivamente no processo de desenvolvimento.

Da criação dos Estados nacionais ao controle das economias locais, passando pelas associações de interesses dos grupos e frações de classe e pelas formas estabelecidas de autoridade e de poder, essa superestrutura constitui uma ordem legal, ou legítima, em torno da qual o restante da sociedade, ou os grupos e comunidades excluídos desse processo decisório e de poder, orbitará e a qual tratará de obedecer. Portanto, as consequências econômicas e sociais das escolhas políticas vão muito além da simples "ideia de que as bases materiais – o sistema produtivo – que serviram de base para a obtenção dos fins econômicos a que aspiravam os grupos que controlavam a produção podiam assegurar por si mesmos" (CARDOSO; FALETTO, 1979, p. 39).

Na perspectiva sociológica, a "fisionomia própria da dependência" (CARDOSO; FALETTO, 1979, p. 36) é definida mais pela relação interna entre as classes e grupos de forças políticas nacionais do que por explicações exteriores à nação. O sistema econômico dependente pode adquirir então uma dinâmica, no âmbito próprio e interno da nação, a partir da capacidade maior ou menor dos sistemas internos de alianças políticas de lhe proporcionar possibili-

dades ou alternativas de expansão. Daí que a dependência assume, historicamente, formas distintas, a depender do tipo de arranjo produzido entre as classes nacionais em cada fase do processo capitalista. Apesar de esses arranjos entre as classes e frações não serem estáticos, mas dinâmicos, em geral procedem da situação anterior e nem sempre conseguem afetá-la decisivamente. Do que se depreende que a função da periferia dependerá da forma histórica de dependência estabelecida entre a nação subdesenvolvida e os centros hegemônicos industrializados e desenvolvidos nos diferentes momentos de vinculação das economias periféricas ao processo histórico de desenvolvimento do capitalismo mundial.

Nesse sentido, como simples ilustração, Cardoso e Faletto (1979, p. 29) afirmam que a Inglaterra, visando à continuidade de seu processo de industrialização, exigia o desenvolvimento das economias periféricas dependentes dela, haja vista a necessidade crescente de matérias-primas. Já no momento da hegemonia norte-americana, como os Estados Unidos contavam internamente com mercado consumidor e possibilidades de produção de matérias-primas, o que lhes possibilitava um desenvolvimento mais autônomo, a relação com as economias periféricas se modifica, tomando um caráter de controle do desenvolvimento industrial das nações subdesenvolvidas como forma de evitar a constituição de outros centros econômicos concorrentes, o que modificou radicalmente o tipo da dependência da periferia. Ou seja, distintas condições de dependência forjadas por diferentes processos históricos de vinculação econômica com o exterior.

Mesmo a chamada "dependência tecnológica" da periferia (CARDOSO; FALETTO, 1979, p. 39, aspas no original) deveria ser interpretada de modo distinto dos argumentos em voga naquele momento dos anos 1960. Como os grandes conglomerados e os poderosos trustes multinacionais começavam a assumir o papel dos bancos e do setor financeiro, haja vista operarem quase que

autonomamente, por meio do mecanismo de autofinanciamento, e como, adicionalmente, a concentração crescente de capital se dava primordialmente no setor produtor de bens de capital, ou indústria pesada, os quais se constituíam naqueles que mais investiam em novas tecnologias,

> o que aparece à consciência comum como "dependência tecnológica" dos países periféricos é, na verdade, ao mesmo tempo, dependência financeira. A industrialização da periferia, na medida em que consiste na implantação de fábricas para a produção de bens de consumo imediato ou de bens intermediários de "mediana tecnologia" reproduz, noutra escala e noutro contexto, a situação de dependência (CARDOSO; FALETTO, 1979, p. 40)

Portanto, dependência e endividamento externo seriam processos concomitantes, pois à necessidade de importação de novas tecnologias por parte das economias periféricas se seguiria mais endividamento, levando à conclusão de que a condição de dependência tecnológica ou financeira e o desenvolvimento econômico eram processos "contraditórios e correlatos" que tendiam a se reproduzir, modificar, ampliar indefinida e incessantemente. A única forma de lhes dar fim seria por meio de "processos políticos" (CARDOSO; FALETTO, 1979, p. 40, aspas no original). No âmbito do Estado, se ele desempenhasse uma função de arbitragem, as pressões das classes e grupos organizados poderiam ser canalizadas com o claro objetivo de desenvolvimento nacional, ampliando a base interna da economia e possibilitando maiores acumulação e consumo.

A noção de periferia, nessa vertente da dependência, possui mais graus de liberdade de movimentação dentro do modo de produção capitalista. Em caso de uma possível alteração econômica conjuntural, os chamados choques externos, os países dependentes que conseguiram construir os arranjos políticos no âmbito interno e acomodar da melhor maneira os interesses dos grupos de poder re-

agirão ao momento adverso amortecendo os efeitos negativos sobre a dinâmica do desenvolvimento, podendo mesmo alterar o tipo de relação de dependência em relação aos centros hegemônicos de poder econômico e político. Nesse sentido, depreende-se que, quanto maior a acomodação e incorporação dos diferentes interesses de frações de classe pelo Estado, menores os graus de liberdade e a dificuldade de manter o desenvolvimento capitalista. Por outro lado, um desenvolvimento capitalista que levasse à obtenção de uma estrutura produtiva de complexidade superior poderia vir acompanhado de um "sistema social excludente, mas nem por isso deixará de se converter em um possibilidade de desenvolvimento" (CARDOSO; FALETTO, p. 124), haja vista ser a forma que o capitalismo industrial adota num contexto de dependência.

Estaria na superestrutura da sociedade a determinação do processo de desenvolvimento e do tipo de dependência que o país subdesenvolvido periférico trataria de construir, isto é, se o Estado seria capaz de empunhar os mecanismos e instrumentos políticos de resposta adequados às pressões exercidas tanto pela conjuntura econômica mundial quanto pelas classes que surgem no cenário interno de poder e passam a rivalizar com os interesses das "oligarquias" já sedimentadas. Em outras palavras, se resistirá às pressões externas e conseguirá manter uma autonomia crescente. Nesse sentido, contar-se-ia mesmo com a possibilidade de a condição de dependência transformar-se, paulatinamente, em interdependência.

Dados o arranjo e a conformação política dos grupos locais que detêm o poder de definir as estratégias políticas e institucionais a serem levadas à frente pelo Estado, e sua forma de imbricação e arranjo com as forças políticas e econômicas dos grandes centros capitalistas, o desenvolvimento associado seria uma saída, ou a única, capaz de possibilitar todas as "vantagens" que, segundo os defensores do sistema capitalista, este pode propiciar à sociedade, como "redistribuição de renda, homogeneidade regional,

harmonia e equilíbrio entre os vários ramos produtivos" (CARDOSO, 1973, p. 36). A alternativa para o subdesenvolvimento e para a condição periférica seria condicionada pela aliança, pela associação, pela luta de poder político entre a periferia e o centro do capitalismo mundial.

Breve comentário sobre a constituição de um Estado dependente

Antes de finalizar, torna-se importante demonstrar como Cardoso (1973) busca, por meio de uma tipificação da relação entre Estado e sociedade e da análise do tipo de mecanismos de combinação, cooptação e representação política utilizado, uma base explicativa para a condição de dependência, condição essa que, nos países da América Latina, dadas as suas funções no contexto do mercado mundial, confunde-se com a de periferia. As alianças de poder, a forma como os grupos de classe e as facções políticas penetraram na estrutura burocrática e formaram os chamados "anéis de pressão", a partir do que os interesses econômicos particularistas passaram a dominar no seio do Estado e da máquina pública.

Para apreender tais questões características das sociedades dependentes periféricas, tornava-se necessário relacionar o tipo de "Estado Colonial Metropolitano" constituído durante o período da expansão capitalista europeia, seja por meio do sistema mercantilista ibérico, no caso da América, seja por meio do imperialismo colonialista, no caso africano, com o estilo de sociedade colonial daí resultante, marcada essencialmente pelo patrimonialismo. "O paradigma anglo-saxão de relacionamento entre a 'sociedade civil' (os produtores, as classes, as instituições privadas em geral) e o Poder, nunca teve vigência nos países dependentes" (CARDOSO, 1973, p. 42).

No caso dos países dependentes periféricos, operou-se um viés desse paradigma, pois o grupo (ou grupos) economicamente domi-

nante e politicamente dirigente penetrou nas entranhas do aparelho de Estado, ou mesmo do que sobrara da era colonialista, de onde passou a coordenar e "impor às massas politicamente marginalizadas, culturalmente desprovidas e miseráveis, uma 'dominação nacional'" (CARDOSO, 1973, p. 42). Resultou daí uma forte apatia política, a formação de anéis de interesses particularistas e de grupos dentro da burocracia estatal, bem como a vinculação do poder do Estado aos interesses econômicos desse grupo. Somem-se a esse quadro a influência e pressão dos consórcios e conglomerados externos.

Para Cardoso, mesmo os partidos políticos, nas sociedades dependentes, tornaram-se apenas

> um setor do Estado, por vezes sob a liderança de "funcionários", ou pessoas que faziam parte do próprio aparelho de Estado. Diante desse cenário, as relações entre classes se confundem com os círculos de interesses políticos e econômicos daquelas frações que se "encastelaram no Estado" (CARDOSO, 1973).

Os processos políticos, dentro das sociedades subdesenvolvidas e dependentes, dados esses condicionantes históricos, tenderiam a fracassar enquanto mecanismos propícios ao desenvolvimento. Tal estrutura tendia a bloquear na raiz as políticas alternativas para a redução do estado de dependência e aquelas que, dada a conjuntura econômica favorável, pudessem significar um avanço das forças produtivas e o desenvolvimento periférico de modo mais amplo.

Em suma, a abordagem sociológica de Cardoso e Faletto acerca da dependência apoiava-se na ideia de que, a partir de interesses nacionais, uma reorientação do comportamento social, político e econômico dos grupos dominantes seria capaz de alterar o jogo de poder entre os grupos e frações de classes e, desse modo, conferir maior autonomia ao país dependente no que diz respeito ao processo de produção e, consequentemente, de desenvolvimento, em relação ao

sistema mundial. Assim sendo, a dependência se sustentava mais na relação interna e no arranjo entre as classes e grupos de forças políticas nacionais do que por explicações exteriores à nação, como a que se supõe, por exemplo, nos casos do imperialismo ou mesmo da divisão internacional do trabalho, o que abria alternativas e possibilidades de saída da condição dependente da periferia, a partir da própria capacidade dinâmica, maior ou menor, dos sistemas internos de alianças políticas de lhe proporcionar expansão e autonomia.

Tal como na perspectiva marxista, dependência e desenvolvimentos seriam processos concomitantes, contraditórios, correlatos e que tendiam a se reproduzir, modificar, ampliar indefinida e incessantemente também na visão de Cardoso e Faletto, haja vista a necessidade crescente de importação de novas tecnologias, por parte das economias periféricas, gerar mais endividamento. No entanto, diferentemente da relação de submissão presente na primeira, para a perspectiva sociológica, a dependência tinha um caráter de associação ao capital estrangeiro e de um tipo de atrelamento do desenvolvimento periférico à dinâmica dos países centrais.

Se, para a primeira, a única forma de dar fim, ou modificar, a condição de dependência seria interrompendo o próprio processo de acumulação de capital em bases burguesas por meio da revolução socialista, para a teoria sociológica, a dependência poderia se transmutar e adquirir mais graus de liberdade. Redesenhando arranjos políticos no âmbito interno e acomodando os interesses dos grupos de poder, uma opção reformista do sistema capitalista despontava na análise de Cardoso e Faletto, para quem o tipo de relação de dependência aos centros hegemônicos poderia ser alterado, ou transformado, paulatinamente, em interdependência econômica.

Dados os arranjos de poder locais e as reformas institucionais adequadas levadas à frente pelo Estado, e sua forma de imbricação com os interesses políticos e econômicos dos grandes centros capitalistas, o desenvolvimento associado seria a saída da condição

periférica. Ao ente estatal caberia a função precípua de arbitrar as pressões de classes e grupos organizados canalizando os resultados desse jogo de poder para os fins de desenvolvimento nacional, ampliando a base interna da economia e possibilitando maiores acumulação e consumo.

No entanto, há um aspecto contraditório, ou conflitante, na análise de Cardoso, uma vez que a alternativa política e institucional para a saída da condição dependente da periferia deveria brotar no seio de uma sociedade na qual, como ressaltado por ele, imperava uma estrutura política e institucional tradicionalista, fortemente marcada pelo patrimonialismo, pela confusão de interesses econômicos públicos e privados, pela ausência de partidos políticos, de formas institucionalizadas de organização coletiva e de sindicatos fortes e autônomos, pela dificuldade de organização das ações populares. Ou seja, o processo de organização e mudança no jogo de poder capaz de reduzir o grau de dependência nacional da periferia esbarraria na sua própria negação, sendo obstaculizado pela impossibilidade de esses processos políticos desencadearem mecanismos propícios ao desenvolvimento econômico devido às características históricas peculiares que marcaram a própria formação dos Estados e da estrutura política e de classes nesse tipo de sociedade.

Assim, apesar de perceber que a estrutura do Estado periférico fora erguida preservando-se características que inviabilizariam a luta política no cenário nacional, Cardoso defende a mudança na condição de dependência a partir de processos políticos internos. Não obstante relevar a importância de uma análise histórica do processo de formação política e econômica das sociedades periféricas, Cardoso e Faletto desconsideram a formação das classes e seus conflitos dentro dessas economias, apontando a presença de um Estado arbitral, capaz de acomodar a luta entre os grupos políticos, sindicatos, representantes de classes e oligarquias tradicionais no sentido de canalizar a pressão daí originada em direção a um processo de

redução do grau de dependência e de aproveitamento das condições externas como molas propulsoras do desenvolvimento econômico.

Cardoso e Faletto, ao destacarem a preponderância dos fatores de ordem política e institucional, parecem reduzir por completo a conexão desses fatores com aqueles de ordem econômica, o que lhes permite realizar uma análise que supõe a independência entre política e economia. Os interesses econômicos das classes são diluídos e misturados em prol de arranjos políticos que culminam com o desenvolvimento social. Para Hadler,

> O problema fundamental na perspectiva de Cardoso se encontra na sua incapacidade de equacionar os nexos de determinação recíproca que articulam economia, sociedade e política. Carecendo de uma análise das classes, que são diluídas em grupos de interesses e massas mais ou menos indefinidas, Cardoso fica privado dos elementos que permitiriam estabelecer as relações concretas entre economia e política, de forma que acaba atribuindo grande autonomia à última (HADLER, 2013, p. 169-170).

Nesses termos, a condição periférica revela condicionantes de ordem política, institucional, de vontade dos grupos, ou seja, uma abordagem ideal e superestrutural do problema do atraso econômico que coloca nas mãos dos grupos políticos nacionais as alternativas de saída da condição de subdesenvolvimento.

A proposta que compatibiliza dependência, desenvolvimento e modo capitalista de produção aponta, na perspectiva de Cardoso e Faletto, para um processo gradual de reformas socioeconômicas, incluídas aquelas de cunho institucional e político, que se pretende capaz de ampliar o grau de autonomia da economia dependente. Reduzindo a importância dos conflitos de classe que remontam à formação histórica dessas estruturas sociais e desconsiderando os limites e as fragilidades organizacionais históricas das classes trabalhadoras da periferia do sistema, tal proposta toma força e se con-

substancia como alternativa teórica para a questão da concepção centro-periferia, ainda que aponte para uma pseudossolução das contradições e do antagonismos que realimentam historicamente a condição de subdesenvolvimento.

CONCLUSÃO

Em nosso esforço de investigação sobre a trajetória histórica da produção da relação centro e periferia no pensamento econômico durante um período de aproximadamente setenta anos do século XX, procuramos reconstruir a elaboração e maturação das duas categorias-chaves dessa concepção a partir das contribuições teóricas de autores e escolas de pensamento a eles associadas. No entanto, alertamos que tal opção metodológica de exposição não elimina nosso reconhecimento da necessidade de se interpretar essa análise de forma holística, ou seja, de forma integrada, interligada e interdependente.

Nesse sentido, procuramos frisar que as contribuições teóricas dos autores aqui tratados não deveriam ser entendidas de forma isolada, ou estanque, visto que, como realçamos ao longo de todo o trabalho, a comunicação e a troca constante de ideias estabelecidas entre eles por meio de seus escritos constituíram a própria essência de suas formações teóricas, metodológicas e mesmo ideológicas. Qualquer tentativa de relevar uma determinada influência foi meramente casuística, especulativa e provocativa, com o intuito exclusivo de buscar subsídios para a melhor apreensão do teor científico e da alternativa de interpretação contida em suas exposições.

Mesmo as datações históricas consideramos subliminares nesse esforço conjunto, haja vista a impossibilidade de se pretender uma cronologia perfeita das ideias expostas por esses autores. Suas teses, resultado de ampla e dinâmica interação teórico-científica,

extrapolaram os estreitos limites temporais que marcaram tanto as publicações de seus artigos e trabalhos como o reconhecimento acadêmico de suas principais hipóteses e propostas de investigação. Não raras vezes, ao ver publicado seu artigo-chave, o autor percebia e reconhecia a presença de traços e impressões que, fruto de debates já travados, haveriam de compor a crítica que se desenvolvia dialética e concomitantemente.

No entanto, não seria agora equivocado afirmar que, se as teses marxistas do imperialismo, que vieram à tona nas primeiras décadas do século XX, podem ser consideradas a pré-história da concepção teórica da unidade de análise centro e periferia, as teorias da dependência, no final dos anos 1960 e início da década seguinte, deram-lhes as formalizações e acabamentos teóricos que ainda perduram. Em especial, por nos fornecer duas visões teóricas a partir de distintas bases ideológicas, de um mesmo fenômeno concreto, qual seja a condição subdesenvolvida e dependente em relação às economias centrais vivida pelas economias ditas periféricas, atrasadas, subimperialistas, emergentes, semiperiféricas ou qualquer que seja a designação que se queira dar à esmagadora maioria das sociedades do mundo.

Outro aspecto que norteou nosso trabalho foi o reconhecimento de que, em se tratando do campo de estudos das ciências sociais, a investigação histórica de conceitos estabelecidos torna-se uma questão que exige cuidados. Primeiramente, para que, no decorrer de nosso esforço, não sucumbíssemos ao risco de desenvolver um estudo semântico ou etimológico sobre a origem e utilização de conceitos e termos científicos, entre os quais estariam os de centro e periferia, uma vez que não era esse o nosso objetivo inicial. Em segundo lugar, e mais importante, por acreditarmos que o uso de algumas terminologias, conceitos ou categorias poderia levar à reificação desses constructos abstratos, a partir do que seríamos levados a tratar como fenômenos concretos, ou como totalidades

homogêneas, toda uma gama de realidades peculiares que tornam cada fenômeno um caso específico.

Inclusive, como ressaltado em vários momentos da tese, acreditamos que esse viés de interpretação tenha estado presente em muitos dos autores aqui arrolados, pois a questão do subdesenvolvimento econômico levou muitos intelectuais a tratarem esse grave problema do capitalismo mundial em blocos de países ou regiões. Dessa forma, os próprios conceitos de centro e periferia, apesar de abrangerem uma totalidade de realidades sociais diversas e dinâmicas, com histórias de formação e desenvolvimento distintas e, por vezes, antagônicas, foram utilizados a partir do princípio da generalização, o que resultou, em alguns casos, em análises que negligenciavam até mesmo importantes antecedentes históricos particulares.

Feitas essas considerações, importa destacar que, como salientado no início deste trabalho, a análise teórica da relação centro e periferia brotou no pensamento econômico apenas a partir do momento em que alguns pensadores passaram a se preocupar com o lado pobre do sistema capitalista mundial. O capitalismo, e sua expansão durante o século XIX, mostrava a capacidade de gerar riqueza e pobreza simultaneamente. Se as primeiras análises favoráveis, vindas dos economistas liberais, voltaram-se para a dinâmica de reprodução mundial do sistema num momento em que se acreditava na possibilidade de levar a todos os povos os níveis de consumo e bem-estar compatíveis aos dos países capitalistas mais ricos, já no final do mesmo século e início do século XX tal certeza começava a ser bastante questionada por pensadores críticos do capitalismo e mesmo alguns liberais.

Daí a importância primeira dos intelectuais que, à luz do pensamento de Marx, iniciaram e formalizaram um pensamento crítico em torno da ideia do imperialismo econômico que estaria ocorrendo no processo de expansão capitalista mundial. Mais do que o fenômeno do imperialismo em si, denominado por muitos de novo

imperialismo, e as consequências históricas, geopolíticas e econômicas concretas por ele deixadas, interessou-nos, aqui, realçar a era do imperialismo capitalista como o pano de fundo, o cenário, que, no mínimo, levou pensadores de diferentes correntes ideológicas a debaterem a divisão territorial do mundo entre as potências industrializadas no período compreendido entre 1870 e 1914 e a possibilidade de esse processo ter custado o subdesenvolvimento de muitas nações. Além disso, procuramos ressaltar a influência que o tratamento teórico crítico dado a esse fenômeno pelos teóricos marxistas exerceu sobre os autores da esquerda e das correntes críticas à teoria liberal dominante.

Naquele momento, enquanto a maior parte dos intelectuais liberais nem sequer se preocupava com os problemas relativos ao desenvolvimento econômico das colônias e ex-colônias, tratando tais regiões apenas como terras longínquas e exóticas que deveriam continuar exercendo sua função de gerar lucros para os investidores europeus, os primeiros teóricos do imperialismo capitalista denunciavam a forma violenta e destruidora de avanço do processo de acumulação de capital sobre as regiões ainda não capitalistas. A crítica por eles deixada e a práxis do socialismo expôs a necessidade de uma completa revisão teórica para os estudiosos posteriores.

Buscando no ideário marxiano aspectos primordiais para suas teses, como a ideia sobre a existência de uma economia central que funcionaria como um centro de gravidade econômica em torno do qual orbitariam zonas de influência e domínio, centro este que tenderia a ser substituído por outro, de tempos em tempos; ou ainda, a ideia de que o avanço do progresso técnico e a industrialização seriam essenciais para o desenvolvimento das regiões atrasadas; os autores do imperialismo acabaram por introduzir noções embrionárias e centrais para o pensamento crítico posterior.

A clivagem indústria e agricultura e sua relação com o desenvolvimento econômico; a dependência em relação aos capitais, à tecno-

logia e aos investimentos e financiamentos a que estariam expostas as economias subdesenvolvidas; a forma agressiva e desestabilizadora com que o capital financeiro, industrial e monopolista dos países industrializados penetrava na frágil estrutura econômica e social das regiões ainda não capitalistas; a destruição das estruturas sociais tradicionais de produção e de repartição da terra provocada pela invasão do capital estrangeiro; a cooptação das elites locais por parte dos representantes dos interesses dos países imperialistas e o bloqueio que esse arranjo representaria para o desenvolvimento industrial das economias locais; a necessidade do tratamento analítico da economia mundial como totalidade; e mesmo a concepção, apresentada pioneiramente por Bukharin, de uma periferia de países atrasados que estaria a orbitar em torno de alguns corpos econômicos organizados e coerentes, as potências industrializadas; todas essas impressões foram deixadas pelos teóricos do imperialismo sob a forma de denúncia da dominação e exploração exercida pelos capitalistas das grandes potências industrializadas sobre os países atrasados industrialmente e essencialmente agrários.

Ou seja, relações de submissão, subjugação e dependência estabelecidas em função da grande divisão internacional do trabalho e sedimentadas pela intensificação do comércio mundial e da exportação de capitais eram destacadas nas contribuições desses autores. Assim, para Hilferding, o capital financeiro desempenhou papel preponderante nesse processo de ampliação territorial do sistema capitalista mundial, pois era por meio das associações entre grandes capitalistas industriais e banqueiros que os gigantescos monopólios industriais e financeiros daí resultantes partiam dos "mais poderosos" países industrializados em direção aos países e regiões de "segunda ordem", fontes de alimentos e matérias-primas.

A exemplo de Hilferding, Kautsky e Bukharin também atribuíram especial importância à dicotomia indústria-agricultura como traço distintivo entre as regiões ricas e as atrasadas e ambos depositaram

no desenvolvimento industrial as possibilidades de prosperidade e autonomia política e econômica dos países atrasados. Vale destacar que, já naquele momento, Kautsky colocaria em dúvida as reais possibilidades de transformação industrial dessas zonas agrícolas e mineradoras, haja vista se tratar de um processo dissonante dos interesses dos grandes capitalistas internacionais.

Para Luxemburgo e Lenin, o elemento definidor do *status* de desenvolvimento econômico de uma nação não estava na condição eminentemente industrial ou agrária da produção. Para a primeira, o aspecto essencial era ter ou não, plenamente estabelecidas, as formas capitalistas de produção. Em outras palavras, ser uma zona capitalista ou uma "área externa", porquanto não completamente tragada pela lei de acumulação de capital. Enquanto Lenin afirmava que outra dicotomia estava a separar os países ricos dos pobres, a de usurários e devedores. Ser industrializado ou não já não determinava a posição hierárquica no jogo mundial da acumulação, posição essa que dependia naquele momento do grau e preponderância da centralização de capital, elemento necessário à consolidação do capital financeiro.

No entanto, apesar de os teóricos analisados no primeiro capítulo deste trabalho terem identificado o processo de subdesenvolvimento das nações como parte necessária da própria expansão do modo de produção capitalista, não seria ainda este o momento no qual se iniciaria uma abordagem sistemática acerca dos determinantes do subdesenvolvimento, nem mesmo surgiria uma preocupação específica a respeito das características comuns e das peculiaridades que, em diferentes áreas do globo, poderiam resultar numa maior ou menor capacidade de assimilação do novo modo de produção por parte da região afetada. Em outras palavras, apesar de denunciada, a condição crítica dos países subdesenvolvidos não foi estudada de maneira estruturada e formalizada.

O período entreguerras, momento de uma reconfiguração das forças econômicas e políticas no cenário mundial, marcado pela

maior crise do sistema capitalista até então observada, e a recuperação econômica dos Estados Unidos após Segunda Guerra reacenderam a questão da persistência do subdesenvolvimento apesar da concomitante era dourada que aquele momento parecia reservar a algumas nações. Num momento em que a expressão imperialismo já não mais dominava o cenário teórico, político e econômico, se para alguns povos os antagonismos da sociedade capitalista aparentavam sair de cena no imediato pós-Segunda Guerra, para a esmagadora parte da população mundial pouco parecia ter mudado.

Esse incômodo sentimento causado pela ausência de uma explicação acerca dos determinantes reais das desigualdades econômicas e sociais predominantes no sistema capitalista mundial levou vários pesquisadores a romperem o silêncio e começarem a investigar a própria estrutura do subdesenvolvimento, no intuito de apresentar alternativas teóricas capazes de dar conta dos problemas relativos ao bloqueio histórico do desenvolvimento capitalista e de seu crescimento desequilibrado e desigual. Autores marxistas, como Baran, Sweezy e Huberman, ou não marxistas, como Germani, Perroux, Lewis, Singer e Prebisch, entre tantos outros, começaram a apresentar trabalhos pontuais voltados ao entendimento da questão do subdesenvolvimento.

De meados para o final dos anos 1940 e no início da década seguinte, surgiria, entre os estudiosos latino-americanos, uma análise do desenvolvimento econômico de cunho histórico e estruturalista, fortemente baseada em dados empíricos sobre o comércio e as trocas mundiais, que se posicionaria de forma crítica à teoria econômica neoclássica e suas teses em defesa do equilíbrio e da divisão internacional do trabalho. Afirmamos que, a partir daí, a concepção centro e periferia surge como unidade de análise e repercute sobre autores das mais variadas orientações teóricas e ideológicas.

Elegemos como representantes dessa abordagem as ideias expostas por Prebisch e Furtado, dois intelectuais que, do ponto de observação latino-americano, levantaram importantes questionamentos

sobre a condição periférica e marginal das economias capitalistas subdesenvolvidas, entre as quais se contavam os países desse subcontinente, alertando para a estrutura produtiva dual e dicotômica do capitalismo mundial, base sobre a qual se ergue a concepção da polarização da economia global. Se, a exemplo de Prebisch, outros teóricos que se juntaram em torno do organismo da Cepal idealizaram a possibilidade de se romper com a condição periférica e galgar o caminho trilhado pelas economias centrais, também é correto afirmar que discussões que seriam posteriormente debatidas no pensamento econômico foram relevadas nesse momento.

Vimos que a característica central da periferia, para Prebisch, era a de se tratar de uma economia cujo desenvolvimento estava voltado para o setor externo, dependente da exportação, sem um mercado interno dinâmico capaz de sustentar um processo continuado de desenvolvimento. Economia que se tornava vulnerável ao ritmo de crescimento das economias centrais, à difusão das novas tecnologias de produção, às mudanças no câmbio e nos preços relativos, à intensificação ou à redução do ímpeto do comércio internacional. Economia dependente dos países centrais enquanto não criasse seu próprio parque industrial e, com ele, um processo autônomo de desenvolvimento econômico.

Levantando importantes aspectos e formalizando sua exposição, Prebisch destacou a improcedência da divisão internacional do trabalho dada a grande transferência de lucros da periferia para o centro, do desemprego tecnológico, da baixa elasticidade-renda a que estão expostos os bens primários, da dependência financeira e tecnológica dos países subdesenvolvidos, da heterogeneidade de propagação do progresso técnico na periferia e outras questões que seriam intensamente debatidas por teóricos contemporâneos e posteriores.

Num momento em que, na Europa e nos Estados Unidos, autores marxistas, especialmente Baran, Sweezy, Huberman e Mandel, alertavam para a necessidade da análise histórica da condição do sub-

desenvolvimento, na América Latina destacamos a contribuição de Furtado, para quem a noção de centro e periferia deveria ser tratada enquanto processo histórico, a partir da investigação do passado de formação estrutural dessas sociedades no mundo moderno e das condições por meio das quais as relações de produção tradicionais cederam lugar às relações do tipo capitalistas.

Assim, o sentido de periferia, no pensamento de Furtado, ia muito além da diferença entre os níveis das variáveis econômicas comparativamente aos países centrais. Ancorando suas hipóteses na análise antropológica, cultural, política e econômica de formação histórica dos grupos sociais, procurou salientar as condições de criação e sedimentação dos grupos sociais, do regime de propriedade dos meios de produção, bem como da forma como as relações de produção tradicionais cederam lugar às relações do tipo capitalistas, baseada nos interesses e no poder das elites, na organização política e institucional das classes sociais, na tradição cultural e de inúmeras peculiaridades que serviram de esteio para a construção das novas relações sociais. Fugindo da determinação econômica, Furtado afirmava que o processo de organização social da produção e os interesses dos grupos que controlam a estrutura de poder podem representar, e geralmente representam, os principais obstáculos ao desenvolvimento dos países subdesenvolvidos.

Paralelamente, deu ênfase ao argumento de que o mercado mundial roubava a força dos Estados nacionais dos países subdesenvolvidos, deixando estes como reféns da dependência e da subordinação externa, ou pelo menos, destituídos de considerável parcela de autonomia decisória, preocupação que receberia tratamento teórico específico nos fins da década de 1960 e durante os anos 1970, com as teorias da dependência. Para Furtado, desenvolvimento e subdesenvolvimento transcendiam, portanto, a condição de conceitos estanques e deveriam ser analisados enquanto processos históricos autônomos, visto que estruturas socioeconômicas transformadas

pelo avanço histórico do capitalismo industrial definiriam a condição periférica subdesenvolvida desses países e regiões.

Tornando-se comum no jargão econômico a partir dos trabalhos de Prebisch, e da Cepal de um modo geral, a concepção centro e periferia recrudesceu e tornou-se a base a partir da qual diferentes análises acerca do subdesenvolvimento capitalista despontariam no espaço acadêmico. No entanto, independente do nível de abstração da análise, esse par de conceitos guardava, desde sua origem e popularização com os textos da Cepal, um grau de homogeneização muito grande que acabava por negligenciar aspectos e características peculiares a cada formação social, apesar do cuidado expresso por Furtado nesse sentido. Isso permitia o tratamento e a análise dos países ricos ou pobres, industrializados ou não, desenvolvidos ou subdesenvolvidos, centrais ou periféricos, como dois grandes blocos de economias nacionais que padeciam dos mesmos problemas e cujas soluções poderiam ser empregadas de modo genérico.

Por isso, afirmamos que, apesar de a ideia em torno da estrutura analítica centro-periferia encontrar reciprocidade concreta na conformação de uma polarização econômica dos países com base nos níveis de vida apresentados por suas massas populares e no maior ou menor avanço das suas forças produtivas e das suas relações de produção, não se pode negar ter havido certa reificação dos termos centro e periferia, pois de unidade de análise e ponto de partida teórico transformaram-se, cada qual, em constructos que se pretendiam reais, com organização social e estruturas comuns, desconsiderando-se o fato de agruparem países heterogêneos, com particularidades históricas e de formação social.

A partir daí, as forças condicionantes do atraso e do subdesenvolvimento passavam a ser tratadas como problema de políticas econômicas equivocadas, ou da ausência delas, às vezes como resultado de características antropológicas, ou mesmo da carência de criatividade e da falta de espírito empresarial da população, retirando-se,

desse modo, a força que repousa no argumento do subdesenvolvimento enquanto resultado inevitável das contradições e conflitos que constituem a própria forma de ser da expansão mundial do capitalismo, e cujas causas devem ser buscadas e entendidas com base nos conflitos diários entre as classes sociais. Ambas as perspectivas seriam posteriormente exploradas por diferentes autores e escolas.

Mas esse viés da generalização, de se acreditar na possibilidade de construção de um modelo de sociedade subdesenvolvida e seus problemas, como se houvesse uma situação padrão de subdesenvolvimento, passando, em seguida, a tratá-las em bloco e buscando-se soluções comuns, não foi exclusividade dos autores estruturalistas. Abordagens posteriores, mesmo a partir de diferentes bases ontológicas, ideológicas e metodológicas, apesar de introduzirem categorias, variáveis e interpretações inovadoras, também debateram o subdesenvolvimento em um grau de abstração que dificultava uma aproximação com as realidades concretas e os conflitos distributivos e de classes específicos de cada sociedade periférica.

Mesclando a abstração à análise concreta das situações históricas de subdesenvolvimento, Baran foi buscar as raízes do atraso e da pobreza das nações na relação colonial, a qual teria representado uma autêntica sangria do excedente econômico em favor das metrópoles. Retomando o estudo do desenvolvimento a partir de uma análise da totalidade mundial e da ideia de que o subdesenvolvimento de uma grande massa de países passasse a ser tratado como resultado necessário do desenvolvimento capitalista de algumas poucas regiões, Baran influenciou decisivamente os dois principais debates críticos posteriores, o da troca desigual e das teorias da dependência, além de apresentar um primeiro contraponto ao pensamento de Prebisch e Furtado, a partir da afirmação de que, sem quebrar com a lógica assentada na acumulação privada dos excedentes materiais, uma sociedade não conseguiria atingir o progresso econômico e social duradouros, pois todo esforço empre-

endido para transitar do subdesenvolvimento ao desenvolvimento, em vez de contar com a cooperação dos países centrais, seria um movimento subversivo aos olhos e aos interesses destes.

Apresentando o argumento de que o estágio de evolução das forças produtivas e das relações de produção, assim como a forma de apropriação do excedente por parte das classes sociais, determinavam o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, Baran influenciou Amin, Palloix, Frank e muitos outros. Se não exerceu influência aparente sobre o trabalho de Emmanuel, deixou importante legado para o professor e orientador deste último, Bettelheim.

Emmanuel tentou se aproximar do fenômeno real que denominou de trocas desiguais, estabelecido no cenário mundial entre o centro e a periferia, mas, ao se prender na análise da circulação e colocar no nível dos salários a característica peculiar da condição periférica, acreditou na possibilidade aparente de que um aumento arbitrário da remuneração da classe trabalhadora na periferia elevasse os preços dos produtos exportados por essas economias, corrigisse a tendência histórica de deterioração dos termos de troca e, consequentemente, amenizasse os efeitos perversos da troca desigual para as economias periféricas.

Apesar do olhar crítico sobre o capitalismo mundial, de considerar esse modo de produção eminentemente polarizador e desigual, de perceber que o subdesenvolvimento se interligava orgânica e estruturalmente ao desenvolvimento e que a condição periférica deveria ser entendida como contrapartida do progresso observado no centro do sistema, Emmanuel não avançou no que diz respeito a apresentar uma teoria revolucionária para a periferia. De cunho reformista, sua argumentação em favor do aumento dos salários na periferia negligenciou os problemas fundamentais do subdesenvolvimento da periferia. Coube principalmente a Bettelheim e Palloix a tarefa de apresentar argumentos críticos mais incisivos e de trazê-los de volta à arena da produção de valor da sociedade capitalista.

Enquanto Bettelheim retomou a temática do imperialismo e elegeu o ritmo de desenvolvimento das forças produtivas e sua interação com as relações de produção como elemento primordial na determinação das desigualdades e da dominação econômica que envolvem o sistema capitalista e sua polarização em centro e periferia, Palloix alertava que a industrialização não resolveria o problema da polarização centro e periferia, haja vista a expansão do processo de acumulação de capital exigir uma relação entre trabalho complexo e trabalho simples sempre crescente, dado o incessante avanço do progresso técnico aplicado à produção, consequentemente, a tendência era de que a relação entre o centro e a periferia caminhasse para a agudização dos conflitos imanentes ao modo capitalista de produção.

Participando também do debate da troca desigual, procuramos destacar aqui a retomada que Amin processa no pensamento de Luxemburgo, ao propor que as economias periféricas eram, na verdade, formações sociais distintas, com estruturas econômicas diferentes das centrais, pois, se, nas últimas, as relações capitalistas eram exclusivas, porquanto plenamente desenvolvidas, as primeiras deveriam ser consideradas como sociedades essencialmente não capitalistas, como se o processo de acumulação primitiva, narrado por Marx, não tivesse ainda chegado a termo nessas regiões. Para esse autor, caberia à periferia do sistema capitalista a tarefa de edificar uma sociedade distinta da capitalista, o que o levou a buscar no marxismo e no maoísmo as fontes para sua reflexão teórica.

De resto, pode-se afirmar que a relação centro-periferia ganhou, com o debate da troca desigual, sua primeira perspectiva autenticamente crítica dentro da economia política. Questões como a transferência de valor e mais-valia entre capitalistas das nações com diferentes níveis de desenvolvimento, a natureza histórica das formações sociais periféricas, a possibilidade de existência de um tipo específico de capitalismo nas economias periféricas, entre outras, eram trazidas para o debate acerca do subdesenvolvimento, eviden-

ciando a importância do tratamento analítico da economia capitalista enquanto totalidade, enquanto mercado mundial.

À mesma época, porém, começava a tomar corpo outro debate que se tornaria uma das principais formalizações teóricas sobre a trajetória específica do desenvolvimento econômico da periferia, bem como enriqueceria a interpretação da polarização da economia mundial capitalista. Fortemente influenciado por Baran, Frank afirmava que a dependência subordinada das regiões pobres do mundo às metrópoles capitalistas era a causa do desenvolvimento de seu subdesenvolvimento, já que um único e contraditório processo estava a enriquecer as áreas antes destituídas de qualquer riqueza e a empobrecer as outrora ricas regiões fornecedoras de abundantes recursos naturais de grande importância para o desenvolvimento do capitalismo europeu.

Tratando o capitalismo mundial enquanto totalidade e dando importância fundamental à investigação dos antecedentes históricos, Frank propôs uma análise que mesclava os determinantes internos e externos da condição dependente da periferia, pois tanto o comércio mundial quanto as relações internas do modo de produção e a estrutura nacional das classes sociais conjugam-se para explicar a relação de dependência da periferia. Afinal, tendo sido inseridas na rede comercial mundial iniciada com o sistema capitalista mercantil, a periferia colonial do sistema mundial tornou-se refém do processo de acumulação de capital a partir do momento em que transferia grande parcela de seu excedente econômico para o centro, por meio do comércio internacional. Para Frank, enquanto vigorasse esse sistema de divisão mundial do trabalho, tais regiões permaneceriam dependentes da exportação de bens necessários aos centros metropolitanos, haja vista a ausência de uma burguesia local comprometida com um projeto nacional de desenvolvimento, porquanto aliada ou, mais propriamente, subordinada aos interesses do capital internacional.

A partir de toda contribuição seminal de Frank sobre as teses da dependência da periferia, coube aos autores brasileiros Marini, Santos e Bambirra colocar em primeiro plano a determinação econômica da condição de dependência dos países subdesenvolvidos e apresentar uma análise da dependência à luz do pensamento de Marx. Para Marini, esse tipo de capitalismo dependente, observado especificamente na América Latina e, de modo geral, nas demais regiões periféricas, havia sido forjado no momento da vinculação dessas formações econômicas ao mercado mundial, pois, da relação de exploração colonial original, a periferia ingressou numa relação de dependência e subordinação, a partir do momento em que sua função em relação à economia mundial, dada a divisão internacional do trabalho, passou a ser a de fornecer a preços cada vez mais baixos bens de consumo necessários à classe trabalhadora dos países industrializados e matérias-primas, bem como os demais elementos do capital constante circulante. Desse modo, nas trocas mercantis entre os países do centro e da periferia, operava-se uma transferência extraordinária de mais-valia da periferia para o centro.

Completando a análise dinâmica e dialética de seu argumento com as teses da superexploração do trabalhador da periferia, da não efetivação do duplo caráter do trabalhador na periferia do sistema, da cisão espacial entre produção e consumo interno da classe trabalhadora que se operava nas economias periféricas, do intercâmbio desigual que levava à manutenção de preços de monopólio no mercado mundial em favor das economias centrais, e pela defesa do subimperialismo, a contribuição de Marini para a teoria da dependência tornou-se a maior entre os autores marxistas ao mostrar o dilema a ser enfrentado pelo trabalhador da periferia, produzir valor e mais-valia para o capitalista imediato, da periferia, e mediato, do centro.

Sua análise de cunho dinâmico e dialético alertou para o fato de que a condição dependente subordinada da periferia tenderia a perpetuar-se e agravar-se quanto mais se aprofundassem e intensifi-

cassem as trocas mercantis entre países centrais e periféricos, não obstante o desenvolvimento capitalista na periferia ampliar as contradições e conflitos imanentes a esse modo de produção. Apesar de alguns limites e ponderações apresentados, a sua obra forneceu ao pensamento marxista latino-americano, durante os anos 1970 e 1980, uma noção de desenvolvimento econômico segundo a qual os problemas envolvidos na polarização do capitalismo mundial não apenas se mantiveram como se agravaram, tornando-se mais complexos, porém sem se distanciar da perspectiva por ele apresentada.

A partir de uma perspectiva distinta, cuja determinação econômica cede espaço para as causas sociológicas, ou superestruturais, para Cardoso e Faletto o fenômeno da dependência pode assumir historicamente formas distintas, a depender do tipo de arranjo produzido entre as classes nacionais em cada fase do processo capitalista. Logo, a função da periferia dependeria da forma histórica de dependência estabelecida entre a nação subdesenvolvida e os centros hegemônicos industrializados e desenvolvidos nos diferentes momentos de vinculação das economias periféricas ao processo histórico de desenvolvimento do capitalismo mundial, o que poderia significar mais graus de liberdade para a nação periférica.

Desse modo, os autores aproximam a noção de dependência à de associação com o capital internacional, ou mesmo de interdependência, o que variaria de acordo com os arranjos de poder locais e as reformas institucionais adequadas levadas à frente pelo Estado, e sua forma de imbricação com os interesses políticos e econômicos dos grandes centros capitalistas. Ao ente estatal, caberia a função precípua de arbitrar as pressões de classes e grupos organizados canalizando os resultados desse jogo de poder para os fins de desenvolvimento nacional, ampliando a base interna da economia e possibilitando maiores acumulação e consumo.

Assim sendo, a dependência se sustentava mais na relação interna e no arranjo entre as classes e grupos de forças políticas nacio-

nais, do que por explicações exteriores à nação, como a que se supõe, por exemplo, nos casos do imperialismo ou mesmo da divisão internacional do trabalho, o que abria alternativas e possibilidades de saída da condição dependente da periferia a partir da própria capacidade dinâmica, maior ou menor, dos sistemas internos de alianças políticas de lhe proporcionar expansão e autonomia. Portanto, diferentemente da teoria marxista da dependência, tem-se aqui o pressuposto de que o sistema capitalista pode levar a um tipo de desenvolvimento capitalista da periferia sem potencializar as contradições desse modo de produção nas sociedades periféricas.

No entanto, apontamos um aspecto contraditório, ou conflitante, na análise de Cardoso, uma vez que a alternativa política e institucional para a saída da condição dependente da periferia deveria brotar no seio de uma sociedade na qual impera uma estrutura política e institucional tradicionalista, fortemente marcada pelo patrimonialismo, pela confusão de interesses econômicos públicos e privados, pela ausência de partidos políticos, de formas institucionalizadas de organização coletiva e de sindicatos fortes e autônomos, pela dificuldade de organização das ações populares.

Por fim, resta-nos destacar que, após essa trajetória teórica de reconstrução histórica da concepção centro e periferia no pensamento econômico, percebemos que o debate acadêmico em torno do tema do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, a partir do qual se forjou a análise sistemática da polarização econômica do capitalismo mundial e do qual resultou a concepção centro-periferia, voltou a ocupar espaço marginal dentro da teoria econômica dominante nas principais universidades e centros de pesquisa.

Ainda que persistam algumas análises pontuais sobre a importância do progresso tecnológico e dos arranjos institucionais em prol da criação do ambiente adequado ao desenvolvimento regional, as investigações autenticamente críticas sobre o tema bem como o aprofundamento da pesquisa histórica e dos determinantes

de formação das classes sociais na periferia que permeiam a questão foram abafados pelo individualismo metodológico característico da condição e do comportamento pós-modernos, em que a fragmentação do discurso e da análise teórica privilegia o estudo de casos isolados e a totalidade cede sua precedência para a investigação de cada uma das partes separadamente. Diante dessa realidade, as reflexões e as formalizações teóricas sobre a relação entre o centro e a periferia do capitalismo mundial, vindas das escolas aqui analisadas, especialmente a partir dos últimos esforços das teorias da dependência, continuam atuais e, ao mesmo tempo, merecedoras da retomada de um debate crítico à luz da economia política.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO RODRÍGUEZ, Carlos. Germani y el estructural funcionalismo, evolucionismo y fe en la razón: aspectos de la involución irracional. **Revista Universum**, Talca, v. 1, n. 24. p. 12-20, 2009. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-23762009000100002. Acesso em: 10 dez. 2012.

AGARWALA, Amar Narain; SINGH, Surendra Pratap. Introdução. *In*: AGARWALA, Amar Narain; SINGH, Surendra Pratap (org.). **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969. p. 9-14.

ALBERTONI, Ettore. **Gaetano Mosca y la formación del elitismo político contemporáneo**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

ALMEIDA FILHO, Niemeyer. A utopia pragmática de Celso Furtado: o futuro possível. **Economia Ensaios**, Uberlândia, v. 22, n. 2, p. 1-15, 2009. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/3201. Acesso em: 15 fev. 2013.

AMIN, Samir. A África hoje na visão de Samir Amin. Entrevista transcrita e traduzida do francês por Paloma Vidal. **Revista Comunicação & Política**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 61-73, 2000.

AMIN, Samir. El comercio internacional y los flujos internacionales de capitales. *In*: AMIN, Samir *et al*. **Imperialismo y comercio internacional**: el intercambio desigual. Córdoba: PyP, 1972. p. 63-96. (Cuadernos de Pasado y Presente, n. 24).

AMIN, Samir. **Miradas a un medio siglo**: 1945-1990: itinerario intelectual. La Paz: Plural; Madrid: Iepala, 1999.

AMIN, Samir. **O desenvolvimento desigual**: ensaios sobre as formações sociais do capitalismo periférico. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

ANDRADE, Joana El-Jaick. Eduard Bernstein e a social-democracia. **Plural**, São Paulo, n. 13, p. 5-34, 2006. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/plural/article/view/75159/79021. Acesso em: 14 out. 2012.

ANIEVAS, Alexander. 1914 in world historical perspective: the 'uneven' and 'combined' origins of World War I. **European Journal of International Relations**, Amsterdam, v. 19, n. 4, p. 721-746, 2013.

BARAN, Paul. **A economia política do desenvolvimento**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

BARBOSA, Glaudionor Gomes. Imperialismo, capitalismo e burguesia: revisitando as contribuições teóricas de Joseph Schumpeter e Hannah Arendt. **Colombia Internacional**, Bogotá, n. 70, p. 145-165, 2009. Disponível em: http://www.scielo.org.co/pdf/rci/n70/n70a07.pdf. Acesso em: 11 nov. 2012.

BERNSTEIN, Eduard. **Las premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia**: problemas del socialismo: el revisionismo en la socialdemocracia. Ciudad de México: Siglo Veintiuno, 1982.

BETTELHEIM, Charles. Comentários teóricos. *In*: EMMANUEL, Arghiri. **A troca desigual**. Lisboa: Estampa, 1973. v. 2, p. 9-80. (Série Teses).

BETTELHEIM, Charles. Intercambio internacional y desarrollo regional. *In*: AMIN, Samir *et al*. **Imperialismo y comercio internacional**: el intercambio desigual. Córdoba: PyP, 1972. p. 33-61. (Cuadernos de Pasado y Presente, n. 24).

BETTELHEIM, Charles. **The transition to socialist economy**. New York: The Harvester Press Limited, 1975. Disponível em: http://digamo.free.fr/bettransi.pdf. Acesso em: 13 set. 2013.

BETTELHEIM, Charles; COSTA, Bolívar. **A luta de classes na União Soviética**: primeiro período (1917-1923). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BIANCHI, Alvaro; ALIAGA, Luciana. Pareto e Gramsci: itinerários de uma ciência política italiana. **Análise Social**, Lisboa, n. 203, p. 322-342, 2012. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/pdf/aso/n203/n203a04.pdf. Acesso em: 14 jan. 2013.

BIANCHI, Ana Maria. Albert Hirschman na América Latina e sua trilogia sobre desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 131-150, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ecos/v16n2/a01v16n2. Acesso em: 12 nov. 2012.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na Cepal: uma resenha. *In*: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000. v. 1, p. 13-60.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Prebisch e Furtado. *In*: PREBISCH, Raúl. **O manifesto latino-americano e outros ensaios**. Organização de Adolfo Gurrieri. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2011. p. 7-14.

BORGES NETO, João Machado. Ruy Mauro Marini: dependência e intercâmbio desigual. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 33, p. 83-104, 2011. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo241artigo4.pdf. Acesso em: 10 set. 2013.

BOTTOMORE, Tom. Introdução à edição inglesa. *In*: HILFERDING, Rudolph. **Capital financeiro**. São Paulo: Abril Cultural, 1985. p. 9-25. (Os Economistas).

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII**: o tempo do mundo. São Paulo: Martins Fontes, 1998a. v. 3.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII**: os jogos das trocas. São Paulo: Martins Fontes, 1998b. v. 2.

BRAUDEL, Fernand. **Reflexões sobre a história**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

BRENNER, Robert. The origins of capitalist development: a critique of neo-Smithian Marxism. **New Left Review**, London, v. 104, p. 25-92, 1977.

BROLIN, John. **The bias of the world**: a history of theories of unequal exchange from mercantilism to ecology. 2007. Dissertation (Masters in Human Ecology) – Human Ecology Division, Lund University, Sweden, 2007. Disponível em: https://lup.lub.lu.se/search/ws/files/4378178/26725.pdf. Acesso em: 10 ago. 2013.

BROWN, Michael Barratt. **A economia política do imperialismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BRYAN, Richard. The state and the internationalisation of the capital: an approach to analysis. **Journal of Contemporary Asia**, [*s. l.*], v. 17, n. 3, p. 253-275, 1987.

BUKHARIN, Nikolai. **A economia mundial e o imperialismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

BUKHARIN, Nikolai. Equilíbrio e dinâmica do sistema social. *In*: GORENDER, Jacob (org.). **Bukharin**. São Paulo: Ática, 1990. p. 82-93. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

CALLINICOS, Alex. Maoism, stalinism and the Soviet Union. **International Socialism**, London, v. 2, n. 5, p. 80-88, 1979. Disponível em: http://www.marxists.org/history/etol/writers/callinicos/1979/xx/bettelheim.html. Acesso em: 15 set. 2013.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Notas sobre Estado e dependência**. São Paulo: Cebrap, 1973. (Cadernos Cebrap, 11).

CARDOSO, Fernando Henrique. **O empresário industrial e desenvolvimento econômico**. São Paulo: Difel, 1964.

CARDOSO, Fernando Henrique. Teoria da dependência ou análises concretas de situações de dependência. **Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 1, p. 24-45, 1971.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

CARDOSO, Fernando Henrique; SERRA, José. As desventuras da dialética da dependência. **Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 23, p. 33-80, 1980.

CARDOSO, Fernando Henrique; SETTI, Ricardo A. **A arte da política**: a história que vivi. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CAZES, Leonardo. O segundo retorno do exílio. **O Globo**, Rio de Janeiro, 30 mar. 2013. Blog Prosa. Disponível em: https://blogs.oglobo.globo.com/prosa/post/o-segundo-retorno-do-exilio-491585.html. Acesso em: 10 dez. 2013.

CHESNAIS, François (org.). **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

CONANT, Charles A. The economic bases of "imperialism". **The North American Review**, [*s. l.*], v. 167, n. 502, p. 326-340, 1898. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/25119063?seq=1. Acesso em: 11 nov. 2012.

CONDORCET. **Bosquejo de un cuadro histórico de los progresos del espíritu humano**. Madrid: Calpe, 1921.

CORAZZA, Gentil. Ciência e método na história do pensamento econômico. **Revista de Economia [da] Universidade Federal do Paraná**, [*s. l.*], ano 33, v. 35, n. 2, p. 107-135, maio/ago. 2009.

CORRÊA, Hugo Figueira de Souza. **Teorias do imperialismo no século XXI**: (in)adequações do debate no marxismo. 2012. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

COTRIM, Ivan. O marxismo adstringido de Fernando Henrique Cardoso. **Revista da Fundação Santo André**, Santo André, v. 2, p. 71-86, 2003.

DE MELO, Wanderson Fabio. A obra teórica de Fernando Henrique Cardoso a partir do grupo de estudo d'*O capital*: pesquisa, "totalidade" e marxismo adstringido. **Revista Verinotio**, Belo Horizonte, ano 6, n. 12, p. 108-119, 2010. Disponível em: http://www.verinotio.org/conteudo/0.71523749243025.pdf. Acesso em: 20 abr. 2014.

DINIZ, Clélio Campolina. O papel das inovações e das instituições no desenvolvimento local. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 29., 2001, Salvador. **Anais** [...]. São Paulo: Anpec, 2001. p. 1-21. Disponível em: http://www.anpec.org.br/encontro2001/artigos/200105383.pdf. Acesso em: 20 dez. 2011.

DOBB, Maurice Herbert. **A evolução do capitalismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

DOMINGUES, José Maurício; MANEIRO, María. Revisitando Germani: a interpretação da modernidade e a teoria da ação. **Dados**: revista de ciências sociais, Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, p. 643-668, 2004.

Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/dados/v47n4/a01v47n4.pdf. Acesso em: 20 dez. 2012.

DOSMAN, Edgar. **Raúl Prebisch (1901-1986)**: a construção da América Latina e do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2011.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2008.

EMMANUEL, Arghiri. **A troca desigual**. Lisboa: Estampa, 1973a. 2 v. (Série Teses).

EMMANUEL, Arghiri. El intercambio desigual: una introducción. *In*: AMIN, Samir *et al*. **Imperialismo y comercio internacional**: el intercambio desigual. Córdoba: PyP, 1972a. p. 1-31. (Cuadernos de Pasado y Presente, n. 24).

EMMANUEL, Arghiri. El proletariado de los países privilegiados participa en la explotación del tercer mundo. *In*: AMIN, Samir *et al*. **Imperialismo y comercio internacional**: el intercambio desigual. Córdoba: PyP, 1972b. p. 163-168. (Cuadernos de Pasado e Presente, n. 24).

EMMANUEL, Arghiri. La disparidad de los salarios y la desigualdad del desarrollo. *In*: EMMANUEL, Arghiri. **El intercambio desigual**: ensayo sobre los antagonismos en las relaciones económicas internacionales. Ciudad de México: Siglo Veintiuno, 1973b. p. 395-423.

EMMANUEL, Arghiri. Respuesta a Charles Bettelheim. *In*: EMMANUEL, Arghiri. **El intercambio desigual**: ensayo sobre los antagonismos en las relaciones económicas internacionales. Ciudad de México: Siglo Veintiuno, 1973c. p. 359-378.

ENGELS, Friedrich. Comentários sobre a contribuição à crítica da economia política de Karl Marx. *In*: MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 271-283.

ENGELS, Friedrich. Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos**. São Paulo: Edições Sociais, 1975. p. 79-117.

ETHERINGTON, Norman. **Theories of imperialism**: war, conquest and capital. London: Croom Helm; New Jersey: Barnes & Noble Books, 1984.

FERNÁNDEZ LÓPEZ, Manuel. **Raúl Prebisch y su alma máter**. 2008. Trabalho apresentado no II Congreso Internacional de Economia y Gestión, jun. 2008, Buenos Aires.

FERNÁNDEZ LÓPEZ, Manuel. Recepción del pensamento de Pareto en Argentina. *In*: REUNIÓN ANUAL AAEP, 37., 2002, Tucumán. **Anales** [...]. Córdoba: Asociación Argentina de Economía Política, 2002. Disponível em: https://aaep.org.ar/anales/works/works2002/fernandezlopez.pdf. Acesso em: 18 fev. 2013.

FINE, Ben. Revisiting Rosa Luxemburg's political economy. **Critique**, [*s. l.*], v. 40, n. 3, p. 449-456, 2012.

FONSECA, Pedro Cézar Dutra. Os dois "Prebischs". **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 3, p. 695-700, dez. 2011.

FRANK, André Gunder. A agricultura brasileira: capitalismo e o mito do feudalismo. *In*: STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate na esquerda, 1960-1980. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 35-100.

FRANK, André Gunder. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento**: repensando a teoria da dependência. São Paulo: Brasiliense, 1980.

FRANK, André Gunder. **Acumulação mundial**: 1492-1789. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

FRANK, André Gunder. **Capitalism and underdevelopment in Latin America**: historical studies of Chile and Brazil. New York: Montly Review Press, 1967.

FRANK, André Gunder. Dependencia económica, estructura de clases y política del subdesarrollo en Latinoamérica. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 32, n. 2, p. 229-282, 1970a.

FRANK, André Gunder. **Do subdesenvolvimento capitalista**. Lisboa: Edições 70, 1970b.

FRANK, André Gunder. **ReOrient**: global economy in the Asian age. Berkeley: University of California Press, 1998.

FRANK, André Gunder; GILLS, Barry K. The five thousand year world system: an interdisciplinary introduction. **Humboldt Journal of Social Relations**, [Arcata], v. 18, n. 1, p. 1-79, 1992.

FREITAS, Marilene Corrêa da Silva. Pareto e a questão social: elementos para uma discussão acerca dos sistemas de solidariedade. **Somanlu**: revista de estudos amazônicos, [*s. l.*], ano 17, n. 1, p. 6-38, jan./jul. 2017. Disponível em: www.periodicos.ufam.edu.br/somanlu/article/view/4271/3550. Acesso em: 12 nov. 2018.

FURTADO, Celso. **A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência da civilização industrial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e estagnação na América-Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

GALLAGHER, John; ROBINSON, Ronald. The imperialism of free trade. **The Economic History Review**, [*s. l.*], v. 6, n. 1, p. 1-15, 1953.

GERMANI, Gino. **Política y sociedad en una época de transición**: de la sociedad tradicional a la sociedad de masas. Buenos Aires: Paidós, 1968.

GERMANI, Gino. **Sociología de la modernización**. Buenos Aires: Paidós, 1971.

GIANNOTTI, José Arthur. Recepções de Marx. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 50, p. 115-124, mar. 1998.

GOLLWITZER, Heinz. **Imperialismo europeu**: 1880-1914. Lisboa: Verso, 1969.

GONÇALVES, Reinaldo. A teoria do comércio internacional: uma resenha. **Economia Ensaios**, Uberlândia, v. 12, n. 1, p. 3-20, dez. 1997.

GRESPAN, Jorge Luis da Silva. **O negativo do capital**. São Paulo: Hucitec, 1998.

GURRIERI, Adolfo. A economia política de Raúl Prebisch. *In*: PREBISCH, Raúl. **O manifesto latino-americano e outros ensaios**. Organização de Adolfo Gurrieri. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2011. p. 15-92.

HADLER, João Paulo de Toledo Camargo. **Dependência e superexploração**: os limites das reflexões de Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini sobre a problemática do desenvolvimento dependente. 2013. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286059. Acesso em: 15 abr. 2014.

HALPERIN, Tulio. A Cepal em seu contexto histórico. **Revista Cepal**, Santiago de Chile, mayo 2010. Número especial em português, p. 55-76. Disponível em: https://repositorio.cepal.org//handle/11362/11391. Acesso em: 18 dez. 2012.

HERRERA, Remy. Porquê (re)ler as teorias do sistema capitalista mundial? **O Diário Info**, 14 jan. 2007. Disponível em: http://www.odiario.info/?p=167. Acesso em: 23 fev. 2012.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

HIRSCHMAN, Albert O. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos impérios**: 1875-1914. 13. ed. revista. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

HOBSBAWM, Eric. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

HOBSON, John Atkins. A principal raiz econômica do imperialismo. *In*: TEIXEIRA, Aloísio (org.). **Utópicos, heréticos e malditos**: os precursores do pensamento social de nossa época. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 417-437.

HOBSON, John Atkins. **Imperialism, a study**. [*S. l.*]: Marxists Internet Archive, 2006. First edition: 1902. Disponível em: http://www.marxists.org/archive/hobson/1902/imperialism/index.htm. Acesso em: 12 set. 2012.

JEVONS, Stanley. **A teoria da economia política**. *In*: JEVONS, Stanley. A teoria da economia política / MENGER, Carl. **Princípios de economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).

KAUTSKY, Karl. Dois artigos para uma revisão (1915). *In*: TEIXEIRA, Aloísio (org.). **Utópicos, heréticos e malditos**: os precursores do pensamento social de nossa época. Rio de Janeiro: Record, 2002a. p. 464-489.

KAUTSKY, Karl. **Imperialism and war**. [*S. l.*]: Marxists Internet Archive, 2002b. Transcrito de *International Socialist Review*, nov. 1914. Disponível em: http://www.marxists.org/archive/kautsky/1914/09/war.htm. Acesso em: 3 ago. 2012.

KAUTSKY, Karl. O imperialismo (1914). *In*: TEIXEIRA, Aloísio (org.). **Utópicos, heréticos e malditos**: os precursores do pensamento social de nossa época. Rio de Janeiro: Record, 2002c. p. 443-463.

KAUTSKY, Karl. **The dictatorship of the proletariat**. [*S. l.*]: Marxists Internet Archive, 2004a. Disponível em: http://www.marxists.org/archive/kautsky/1918/dictprole/index.htm. Acesso em: 8 set. 2012.

KAUTSKY, Karl. **Ultra-imperialism**. [*S. l.*]: Marxists Internet Archive, 2004b. Disponível em: https://www.marxists.org/archive/kautsky/1914/09/ultra-imp.htm. Acesso em: 5 dez. 2012.

KAY, Geoffrey. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**: uma análise marxista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

LANDES, David. **A riqueza e a pobreza das nações**: por que algumas são tão ricas e outras são tão pobres. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

LANDES, David. **Prometeu desacorrentado**: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental, desde 1750 até a nossa época. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

LENIN, Vladimir Ilitch. **A revolução proletária e o renegado Kautsky**. Lisboa: Avante!, 1977. (Obras Escolhidas de Lénine).

LENIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo, etapa superior do capitalismo**. Campinas: Unicamp, 2011. (Série Navegando).

LENIN, Vladimir Ilitch. Prefácio. *In*: BUKHARIN, Nikolai. **A economia mundial e o imperialismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1984. p. 12-13.

LESSA, Carlos. Raúl Prebisch, a ascensão da China e o Terceiro Mundo. **Valor Econômico**, São Paulo, 29 jul. 2011. Disponível em: http://www.valor.com.br/arquivo/900975/raul-prebisch-ascensao-da-china-e-o-terceiro-mundo. Acesso em: 12 jul. 2013.

LEWIS, William Arthur. O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão de obra. *In*: AGARWALA, Amar Narain; SINGH, Surendra Pratap (org.). **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969. p. 406-456.

LIST, Georg Friedrich. **Sistema nacional de economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).

LOUREIRO, Isabel Maria Frederico Rodrigues. **Rosa Luxemburg**: os dilemas da ação revolucionária. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Outubro**, [s. l.], n. 1, p. 73-80, 1998. Disponível em: http://outubro

revista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-1-06.pdf. Acesso em: 2 jan. 2013.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Cortez, 1994.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

LUXEMBURG, Rosa. **Reforma ou revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 1999.

LUXEMBURG, Rosa. **What does the Spartakus League want?** [*S. l.*]: Marxists Internet Archive, 2012. Transcrito de *Monthly Review Press*, 1971. Disponível em: http://www.marxists.org/archive/luxemburg/1918/12/14.htm. Acesso em: 20 dez. 2012.

MAGDOFF, Harry. **A era do imperialismo**. Porto: Portucalense, 1972.

MALLORQUIN, Carlos. La vuelta alrededor del mundo de Raúl Prebisch antes de 1949. *In*: CENTRO INTERNACIONAL CELSO FURTADO DE POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Textos online**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://www.centrocelsofurtado.org.br/interna.php?ID_M=847. Acesso em: 19 nov. 2012.

MALLORQUIN, Carlos. Textos para el estudio del pensamento de Raúl Prebisch. **Cinta de Moebio**: revista de epistemología de ciencias sociales, Santiago de Chile, n. 25, mar. 2006. Disponível

em: http://www.facso.uchile.cl/publicaciones/moebio/25/mallorquin.htm. Acesso em: 20 dez. 2012.

MANDEL, Ernest. **After imperialism?** [*S. l.*]: Marxist Internet Archive, 2007. Transcrito de New Left Review, n. 25, p.17-25, May--June 1964. Disponível em: https://www.marxists.org/archive/mandel/1964/xx/afterimp.html. Acesso em: 18 ago. 2013.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MANDEL, Ernest. **The economics of neo-capitalism**. [*S. l.*]: Marxist Internet Archive, 2008. Transcrito de *Socialist Register*, v. 1, p. 56-67, 1964. Disponível em: https://www.marxists.org/archive/mandel/1964/xx/neocap.html. Acesso em: 15 ago. 2013.

MANDEL, Ernest. **Workers under neo-capitalism**. [*S. l.*]: Marxist Internet Archive, 2005. Artigo originalmente apresentado em Socialist Scholars Conference, em 1968, e publicado em *International Socialist Review*, Nov./Dec. 1968. Disponível em: https://www.marxists.org/archive/mandel/19xx/xx/neocap.htm. Acesso em: 12 ago. 2013.

MANICHEA, José Luis. Apresentação. *In*: RODRÍGUEZ, Octavio. **O estruturalismo latino-americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MANOILESCO, Mihail. **Teoria do protecionismo e da permuta internacional**. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2011.

MANTEGA, Guido. Teoria da dependência revisitada: um balanço crítico. *In*: FGV REPOSITÓRIO DIGITAL. **Relatório de Pesquisa n.**

27. São Paulo: EAESP/FGV/NPP: Núcleo de Pesquisas e Publicações, 1997. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/3003. Acesso em: 15 abr. 2013.

MARINI, Ruy Mauro. As razões do neodesenvolvimentismo: resposta a Fernando Henrique Cardoso e a José Serra. *In*: SADER, Emir (org.). **Dialética da dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2000a. p. 167-241.

MARINI, Ruy Mauro. **Desenvolvimento e dependência**. [*S. l.*]: Marxists Internet Archive, 2012. Transcrito de *Correio Braziliense*, 1992. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/marini/1992/mes/desenvolvimento.htm. Acesso em: 10 jan. 2014.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. *In*: SADER, Emir (org.). **Dialética da dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2000b. p. 105-165.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil. *In*: SADER, Emir (org.). **Dialética da dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2000c. p. 11-103.

MARINI, Ruy Mauro. Memória: por Ruy Mauro Marini. *In*: STEDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta (org.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 57-134.

MARIUTTI, Eduardo Barros. **Colonialismo, imperialismo e o desenvolvimento econômico europeu**. 2003. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Es-

tadual de Campinas, Campinas, 2003. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/286486. Acesso em: 10 dez. 2012.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de economia**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARTINS, Carlos Eduardo. Prólogo. *In*: SANTOS, Theotonio dos. **Imperialismo y dependencia**. Caracas: Ayacucho, 1975.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1983a. Livro 1, t. 1. (Os Economistas).

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1983b. Livro 1, t. 2. (Os Economistas).

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1984a. Livro 2. (Os Economistas).

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1984b. Livro 3, t. 1. (Os Economistas).

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Livro 3, t. 2. (Os Economistas).

MARX, Karl. **O capital**: capítulo VI (inédito): resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Centauro, 2004.

MARX, Karl. **Salário, preço e lucro**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. **Teorias da mais-valia**. São Paulo: Difel, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. São Paulo: Vitória, 1961. v. 1.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Sobre el colonialismo**. Córdoba: PyP, 1973. (Cuadernos de Pasado y Presente, n. 37).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos**. São Paulo: Edições Sociais, 1976. v. 2.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos**. São Paulo: Edições Sociais, 1977. v. 3.

MATTICK, Paul. **Karl Kautsky**: de Marx a Hitler. [*S. l.*]: Marxists Internet Archive, 2010. Disponível em: http://www.marxists.org/portugues/mattick/1939/mes/kautsky.htm. Acesso em: 4 jan. 2012.

MAZAT, Numa. Teoria do protecionismo e da permuta internacional: uma resenha. **Oikos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 294-300, 2011. Disponível em: http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/view/282/164. Acesso em: 12 ago. 2013.

MEADE, James Edward. **A neo-classical theory of economic growth**. New York: Oxford University Press, 1961.

MENGER, Carl. Princípios de economia política. *In*: JEVONS, Stanley. **A teoria da economia política**. / MENGER, Carl. **Princípios de economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).

MICHELS, Robert. **Los partidos políticos**: un estudio sociológico de las tendencias oligárquicas de la democracia moderna. Buenos Aires: Amorrortu, 1979. v. 1.

MOREIRA, Elizeu Vieira. Reflexões sobre a teoria social em Vilfredo Pareto. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOCIEDADE E FRONTEIRAS, 1., 2012, Boa Vista. **Anais** [...]. Boa Vista: EDUFRR, 2012. p. 291-302. Disponível em: http://ufrr.br/ppgsof/index.php/componente/content/article.html?id=16. Acesso em: 12 dez. 2013.

MOSCA, Gaetano. **História das doutrinas políticas desde a antiguidade**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

MUSSE, Ricardo. Kautsky e a revolução de 1905. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 21, p. 154-166, 2005. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo125merged_document_2.pdf. Acesso em: 12 fev. 2013.

MYRDAL, Karl Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

NILDO Ouriques: la teoría marxista de la dependencia. Produção: Escuela de Cuadros. [Caracas]: Universidad Bolivariana de Venezuela: Catia TVe, mayo 2010. 1 vídeo (24 min). Publicado pela Videoteca

de Pensamento Marxista. Disponível em: http://videotecamarxista.blogspot.com/2011/06/nildo-ouriques-la-teoria-marxista-de.html. Acesso em: 15 dez. 2013.

NURKSE, Ragnar. Alguns aspectos internacionais do desenvolvimento econômico. *In*: AGARWALA, Amar Narain; SINGH, Surendra Pratap (org.). **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969. p. 263-277.

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa. **Processo de industrialização**: do capitalismo originário ao atrasado. São Paulo: Editora Unesp; Campinas: Unicamp, 2002.

OURIQUES, Nildo. André Gunder Frank: a genial trajetória de um intelectual anti-acadêmico. **IELA**, Florianópolis, 7 jun. 2005. Disponível em: http://www.iela.ufsc.br/noticia/andre-gunder-frank-genial-trajetoria-de-um-intelectual-anti-academico. Acesso em: 10 fev. 2014.

PALLOIX, Christian. La cuestión del intercambio desigual: una crítica de la economía política. *In*: AMIN, Samir *et al*. **Imperialismo y comercio internacional**: el intercambio desigual. Córdoba: PyP, 1972. p. 97-129. (Cuadernos de Pasado e Presente, n. 24).

PALLOIX, Christian. The critique of political economy. *In*: PALLOIX, Christian. **[Blog de] Christian Palloix**, [20--]. Disponível em: http://www.christianpalloix.com/siteenglish/pro_critiqueeconomie_en.php. Acesso em: 12 ago. 2013.

PARETO, Vilfredo. Tratado de sociologia geral. *In*: RODRIGUES, Jose Albertino (org.). **Vilfredo Pareto**: sociologia. São Paulo: Ática, 1984. p. 32-111.

PARSONS, Talcott. **El sistema social**. Madrid: Revista de Occidente, 1966.

PARSONS, Talcott. **O sistema das sociedades modernas**. São Paulo: Pioneira, 1974.

PARSONS, Talcott. **Sociedades**: perspectivas evolutivas e comparativas. São Paulo: Pioneira, 1984.

PAULA, João Antonio de. Caio Prado Júnior e o desenvolvimento econômico brasileiro. **Pesquisa e Debate**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 1-19, 2006. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/download/11869/8590. Acesso em: 16 fev. 2015.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Lucro, acumulação e crise**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Uma introdução aos modelos neoclássicos de crescimento**. São Paulo: FGV, 1974.

PERROUX, François. **A economia do século XX**. Porto: Herder, 1967.

PERROUX, François. **L'économie du XXème siècle**. 2. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1965.

PRADO, Fernando Correa. História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. **Comunicação & Política**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 68-94, 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1959.

PREBISCH, Raúl. A periferia latino-americana no sistema global do capitalismo. *In*: PREBISCH, Raúl. **O manifesto latino-americano e outros ensaios**. Organização de Adolfo Gurrieri. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2011a. p. 635-647.

PREBISCH, Raúl. A política comercial nos países insuficientemente desenvolvidos, do ponto de vista latino-americano. *In*: PREBISCH, Raúl. **O manifesto latino-americano e outros ensaios**. Organização de Adolfo Gurrieri. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2011b. p. 319-342.

PREBISCH, Raúl. Crescimento, desequilíbrio e disparidades: interpretação do processo de desenvolvimento econômico. *In*: PREBISCH, Raúl. **O manifesto latino-americano e outros ensaios**. Organização de Adolfo Gurrieri. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2011c. p. 319-342.

PREBISCH, Raúl. Entrevista inédita a Prebisch: logros y deficiencias de la Cepal. Cedida a David Pollock em maio de 1985. Editada por Daniel Kerner e Joseph L. Love. **Revista Cepal**, [*s. l.*], n. 75, p. 9-23, dic. 2001. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/handle/11362/10770. Acesso em: 10 jul. 2012.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. *In*: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000. v. 1, p. 90-152.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. *In*: PREBISCH, Raúl. **O manifesto latino-americano e outros ensaios**. Organização de Adolfo Gurrieri. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2011d. p. 95-151.

PREBISCH, Raúl. Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico. *In*: PREBISCH, Raúl. **O manifesto latino-americano e outros ensaios**. Organização de Adolfo Gurrieri. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2011e. p. 247-297.

PREOBRAZHENSKY, Evgeny. **The decline of capitalism**. New York: M. E. Sharpe Inc., 1985. Disponível em: http://pt.scribd.com/doc/19411813/The-Decline-of-Capitalism. Acesso em: 7 mai. 2014.

RAGO FILHO, Antônio. O "Seminário Marx" e sua influência nas Ciências Humanas no Brasil: a crítica da Analítica Paulista e o *marxismo adstringido* de José Arthur Giannotti. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS, 4., 2005, Campinas. **Anais** [...]. Campinas: Cemarx, 2005. Disponível em: https://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%e7%f5es/GT1/gt1m3c3.pdf. Acesso em: 31 jul. 2019.

RAMOS GOROSTIZA, José Luis. Schumpeter y el imperialismo. **ICE**: revista de economia, Madrid, n. 845, p. 107-119, nov./dic. 2008. Disponível em: http://www.revistasice.com/index.php/ICE/article/view/1196/1196. Acesso em: 10 dez. 2012.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. O elemento voluntarista na sociologia de Talcott Parsons. **Acta Scientiarum Human and Social Sciences**, [Maringá], v. 28, n. 1, p. 93-98, 2007. Disponível em:

http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/186. Acesso em: 12 fev. 2013.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

ROBBINS, Lionel. **Economic planning and international order**. London: Macmillan and Co., 1937. Disponível em: https://archive.org/details/in.ernet.dli.2015.499614/page/n3. Acesso em: 14 dez. 2012.

ROBINSON, Joan. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ROCHER, Guy. **Talcott Parsons e a sociologia americana**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

RODRÍGUEZ, Octavio. **O estruturalismo latino-americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

RODRÍGUEZ, Octavio. **Teoria do subdesenvolvimento da Cepal**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

ROSENSTEIN-RODAN, Paul Narcyz. Problemas da industrialização da Europa Oriental e Sul-Oriental. *In*: AGARWALA, Amar Narain; SINGH, Surendra Pratap (org.). **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969. p. 251-262.

ROSTOW, Walt Whitman. **Etapas do desenvolvimento econômico**: um manifesto não-comunista. São Paulo: Zahar, 1974.

ROWNTREE, Seebohm B. **Poverty**: a study of town life. 3. ed. London: Macmillan and Co., 1902. Disponível em: http://www.

archive.org/stream/poverty00unkngoog#page /n1 46 mode/2up. Acesso em: 15 out. 2011.

ROXBOROUGH, Ian. **Teorias do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SAAD-FILHO, Alfredo. The rise and decline of Latin American structuralism and dependency theory. *In*: SUNDARAM, Jomo Kwame; REINERT, Erik (ed.). **The origins of development economics**: how schools of economic thought have addressed development. London: Zed Books, 2005. p. 128-145.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Furtado e os limites da razão burguesa na periferia do capitalismo. **Economia Ensaios**, Uberlândia, v. 22, n. 2, p. 1-44, 2008. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/3200. Acesso em: 30 out. 2012.

SAMUELSON, Paul A. International trade and the equalisation of factor prices. **The Economic Journal**, [London], v. 58, n. 230, p. 163-184, June 1948. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/pdf/2225933.pdf. Acesso em: 19 jan. 2013.

SANTOS, Theotonio dos. André Gunder Frank (1929-2005). **IHU On-Line**, São Leopoldo, ano 5, n. 139, p. 22-24, 2 maio 2005.

SANTOS, Theotonio dos. **Imperialismo y dependencia**. Caracas: Ayacucho, 1975.

SANTOS, Theotonio dos. Socialismo ou fascismo: prólogo à edição brasileira. *In*: SANTOS, Theotonio dos. **[*Blog* de] Theotonio dos Santos**, 21 set. 2010. Disponível em: http://theotoniodossantos.blo

gspot.com.br/2010/09/socialismo-ou-fascismo.html. Acesso em: 10 jan. 2014.

SANTOS, Theotonio dos. **Teoria da dependência**: um balanço. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SAWAYA, Rubens. Celso Furtado: criatividade e dependência na periferia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 22, n. 64, p. 327-334, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142008000300019&script=sci_arttext. Acesso em: 7 jan. 2013.

SCHUMPETER, Joseph A. **Business cycles**: a theoretical, historical, and statistical analysis of the capitalist process. New York: McGraw-Hill, 1964.

SCHUMPETER, Joseph A. **Imperialismo e classes sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

SERRANO, Franklin. Do ouro imóvel ao dólar flexível. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 237-253, 2002. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643081. Acesso em: 2 fev. 2013.

SHILS, Edward. **Centro e periferia**. Lisboa: Difel, 1992.

SILVA, Luiz Fernando da. **Pensamento social brasileiro**: marxismo acadêmico entre 1960 e 1980. São Paulo: Corações e Mentes, 2003.

SINGER, Hans. A generation later: Kurt Mandelbaum's *The industrialization of backward areas* revisited. **Development and Change**, London, v. 10, p. 577-584, 1979.

SINGER, Hans. The distribution of gains between investing and borrowing countries. **The American Economic Review**, [*s. l.*], v. 40, n. 2, p. 473-485, 1950. Disponível em: http://www.jstor.org/discover/10.2307/1818065?uid=3737664&uid=2&uid=4&sid=21102051307563. Acesso em: 10 jan. 2013.

SINGER, Hans. The distribution of gains from trade and investment--revisited. **The Journal of Development Studies**, [*s. l.*], v. 11, n. 4, p. 376-382, 1975.

SOLOW, Robert. A contribution to the theory of economic growth. **The Quarterly Journal of Economics**, [*s. l.*], v. 70, n. 1. p. 65-94, Feb. 1956. Disponível em: http://piketty.pse.ens.fr/files/Solow1956.pdf. Acesso em: 12 fev. 2013.

SOUZA, Amaury de. **Sociologia política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

SOUZA, Luiz Eduardo Simões de. Antecedentes desenvolvimentistas na formação intelectual de Raúl Prebisch. **Revista de Economia Política e História Econômica**, São Paulo, n. 33, p. 5-17, jan. 2015. Disponível em: http://www.paulogala.com.br/wp-content/uploads/2017/07/Antecedentes_Desenvolvimentistas_na_Form.pdf. Acesso em: 15 fev. 2016.

STEDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta (org.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SUNKEL, Osvaldo; PAZ, Pedro. **Os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento**: o subdesenvolvimento latino-americano e a teoria do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Forum, 1974.

SWEEZY, Paul. Introdução. *In*: SCHUMPETER, Joseph A. **Imperialismo e classes sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

SWEEZY, Paul. Uma crítica. *In*: SWEEZY, Paul *et al*. **A transição do feudalismo para o capitalismo**: um debate. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 39-70.

SWEEZY, Paul; BETTELHEIM, Charles. **On the transition to socialism**. New York: Montly Review Press, 1971. Disponível em: http://www.marx2mao.com/PDFs/OTTS71.pdf. Acesso em: 10 ago. 2013.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Apresentação. *In*: BARAN, Paul. **A economia política do desenvolvimento**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

TROTSKY, León. **História da revolução russa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VEBLEN, Thorstein B. **A teoria da classe ociosa**: um estudo econômico das instituições. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os Economistas).

VEBLEN, Thorstein B. **Absentee ownership and business enterprise in recent times**: the case of America. London: Routledge, 1994.

VEBLEN, Thorstein B. **The theory of business enterprise**. New York: Charles Scribner's Sons, 1932.

VINER, Jacob. A economia do desenvolvimento. *In*: AGARWALA, Amar Narain; SINGH, Surendra Pratap (org.). **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969. p. 17-39.

WALLERSTEIN, Immanuel. The rise and future demise of the world capitalist system: concepts for comparative analysis. *In*:

WALLERSTEIN, Immanuel. **The capitalist world-economy**: essays. Cambridge: Cambridge University Press, 1979. p. 1-36.

WASSERMAN, Claudia. **América Latina**: dependência x desenvolvimento no pensamento marxista. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. **Anais** [...]. São Paulo: ANPUH, 2009.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 2. ed. São Paulo: Pioneira: Thomson, 2001.

WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2004.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: UnB, 1999. 2 v.

ZIZEK, Slavoj. O espectro da ideologia. *In*: ZIZEK, Slavoj (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Verso, 1994. p. 12-31.

Esta publicação foi composta utilizando-se as famílias tipográficas
PT Sans e PT Serif.

É permitida a reprodução parcial desta obra, desde que
citada a fonte e que não seja para qualquer fim comercial.

EDUFES